

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

Carlos Eduardo Oliva de Carvalho Rêgo

Sob os (des) caminhos da Política: a Ciência Política na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil e no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro e as trajetórias de seus professores

Niterói
2019

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

Carlos Eduardo Oliva de Carvalho Rêgo

Sob os (des) caminhos da Política: a Ciência Política na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil e no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro e as trajetórias de seus professores

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciência Política

Orientador: Prof. Dr. Claudio de Farias Augusto

Niterói
2019

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

R343s Rêgo, Carlos Eduardo Oliva de Carvalho
Sob os (des)caminhos da Política : A Ciência Política na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil e no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro e as trajetórias de seus professores / Carlos Eduardo Oliva de Carvalho Rêgo ; Claudio de Farias Augusto, orientador. Niterói, 2019.
355 f.

Tese (doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGCP.2019.d.13064545736>

1. Ciências Políticas. 2. Faculdade Nacional de Filosofia. 3. Universidade Federal do Rio de Janeiro; aspecto histórico. 4. História Oral. 5. Produção intelectual. I. Augusto, Claudio de Farias, orientador. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD -

Bibliotecária responsável: Thiago Santos de Assis - CRB7/6164



ATA DE DEFESA DE TESE

Aos três dias do mês de junho de dois mil e dezenove, às quatorze horas, na sala quinhentos e dez do bloco O, do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, reuniu-se a Comissão Examinadora designada para arguir a Tese de Doutorado em Ciência Política de **CARLOS EDUARDO OLIVA DE CARVALHO RÊGO**, sob o título “**Sob os (des) caminhos da Política: a Ciência Política na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil e no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro e as trajetórias de seus professores**”, sendo a referida Comissão constituída pelos Professores Doutores: titulares: Claudio de Farias Augusto (UFF), Carlos Sávio Gomes Teixeira (UFF), Carlos Henrique Aguiar Serra (UFF), Antônio Celso Alves Pereira (UERJ) e Jucinato Sequeira Marques (UFRJ); suplentes: Ari de Abreu Silva (UFF) e Ivanilda Maria Figueiredo de Lyra Ferreira (UERJ).

A banca examinadora, em sessão secreta, deliberou pela:

- Aprovação. *PELA QUALIDADE DO TRABALHO, A BANCA
O ENDEIXA PARA PUBLICAÇÃO.*
 Reprovação.
 Aprovação com restrições:

_____ do candidato.

Niterói, 03 de junho de 2019.

112

Prof. Dr. Claudio de Farias Augusto (UFF)
Orientador
CPF: 197.721.497-53

Prof. Dr. Carlos Sávio Gomes Teixeira (UFF)
CPF: 026.323.867-99

Prof. Dr. Carlos Henrique Aguiar Serra (UFF)
CPF: 888.896.967-53

Prof. Dr. Antônio Celso Alves Pereira (UERJ)
CPF: 001.442.406-10

Prof. Dr. Jucinato Sequeira Marques (UFRJ)
CPF: 819.355.107-97

Dedico esta tese – exercício do que Wright Mills chamou de *artesanato intelectual* – a um intelectual ao qual muito devo minha formação, praticante do que aqui identifico como a *Ciência Política como forma de Arte*: ao Prof. Dr. Claudio de Farias Augusto, que me permitiu, sob sua orientação, desde a dissertação de mestrado, tratar de aspectos da política no Brasil que afetaram a educação brasileira!

Agradecimentos

Em primeiro lugar, devo agradecer ao professor Dr. Claudio de Farias Augusto, meu orientador, pela confiança no meu trabalho, por ter aceito ser meu orientador novamente, dando sequência à parceria que iniciamos na minha dissertação de mestrado, e por me incentivar a realizar cada uma das etapas da pesquisa. Em uma de suas aulas para a graduação em Ciências Sociais na UFF, no estágio a docência, vendo sua letra-bastão no quadro branco e ele lecionando para os alunos, observei o quanto ele se preocupa com seus alunos, o quanto não busca apagar a subjetividade deles com uma agenda intelectual que pretenda impor, muito pelo contrário, valorizando a autonomia dos discentes e a construção de uma agenda intelectual própria por parte de seus alunos e orientandos, sem negar apoio às pesquisas que os estudantes pretendam realizar. Pessoa rara, a quem sou grato, que ora nos parece um Sócrates e ora um Pessoa: evoé!

Agradeço também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, pela bolsa concedida, que foi fundamental para que eu pudesse realizar o curso e esta tese.

Agradeço ainda aos outros professores mais frequentes que tive no PPGCP da UFF ao longo do doutorado: o professor Dr. Marcial Suarez e o professor Dr. Cesar Kiraly. Ao professor Kiraly agradeço ainda pelo entusiasmo ao me sugerir que aderisse, ainda em 2011, ao tema de pesquisa desta tese, com o apoio à elaboração do meu pré-projeto, em 2014, durante o processo seletivo para ingresso no curso e ao projeto, elaborado e defendido no PPGCP sob sua orientação em 2016. Agradeço a ele também pelo estágio a docência em que pude discutir o *Cartas Persas* do Montesquieu, e à sua gentileza de receber três ex-alunos meus do ensino médio do Colégio Pedro II que, já graduandos em Direito na UFF e na UFRJ, vieram prestigiar essas aulas.

Agradeço aos entrevistados, sem os quais não haveria esta tese, os professores César Guimarães, Paulo Gusmão, Maria Stella Amorim, Eurico de Lima Figueiredo (com agradecimento pelo empréstimo de seu imprescindível *Memorial*), Antônio Celso Alves Pereira, Aluizio Alves Filho, Manuel Augusto Pacheco Sanches, José de Britto Roque e Valter Duarte Ferreira Filho. Aqueles que não puderam, por razões pessoais, contribuir com meu trabalho, como os professores Francisco Ferraz e José Paulo Bandeira, agradeço pela cordialidade com que receberam meus contatos, ainda que não pudessem aceitar o convite.

Agradeço ainda à prof^a. Dra. Luitgarde Barros pela conversa e pelo apoio em 2014, à professora Dra. Graça Augusto pela conversa atenciosa sobre a FNFi e o IFCS, em 2017, e pelos exemplares da revista Kléos com que me presenteou, através dos quais pude conhecer melhor o pensamento dos professores Álvaro Vieira Pinto e José Américo Motta Pessanha, da FNFi e do IFCS, e do exemplar Nº1 da Revista da FNFi, de 1949, e ao querido amigo Alexandre Calvão, meu ex-professor, pela câmera para a realização das entrevistas! Sem o apoio delas e dele, a realização desta pesquisa teria sido muito mais difícil!

Agradeço pelos comentários ao meu trabalho, por todas as contribuições, realizados por diversas pessoas em vários momentos: à banca do processo seletivo para ingresso no doutorado do PPGCP, em 2014, composta pelos professores doutores Ari de Abreu Silva, Célia Lessa Kerstenetzky e Cristina Buarque; à banca de defesa do projeto de pesquisa desta tese, em 2016, composta pelos professores doutores Cesar Kiraly, Christian Lynch e Maria Antonieta Leopoldi; ao professor Dr. Bernardo Ricupero, pelos comentários a aquele que viria a ser um dos capítulos desta tese, apresentado em 2016 na I Jornada do Pensamento Político Brasileiro (JPPB) na UFSCar, em São Carlos (SP); ao professor Dr. Jorge Chalub, pelos comentários a aquele que viria a ser outro dos capítulos deste trabalho, em 2017, na II JPPB realizada no IESP-UERJ, antigo IUPERJ, no Rio de Janeiro; aos professores doutores João Maia e Mariana Chaguri, coordenadores de um GT no VI Ateliê do Pensamento Social Brasileiro, ocorrido na Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo, em 2017, onde também apresentei parte da pesquisa desta tese, em linhas gerais; à banca da qualificação, também ocorrida em 2017, com os professores doutores Carlos Sávio Teixeira e Jucinato Sequeira Marques, coordenador do PROEDS-UFRJ, e, finalmente, aos professores doutores Márcio Rocha e Vagner Camilo Alves, pelos comentários a mais um dos capítulos desta tese, que apresentei no V Encontro de Estudos Estratégicos e Relações Internacionais, ocorrido na UFF em 2018, em GT que coordenaram. Agradeço ainda à professora Maria Paula Araújo, pela disciplina que ministrou no PPGHIS da UFRJ, em 2015, que me ajudou a compreender melhor o uso de trajetórias de vida em pesquisas.

Devo ainda agradecer especialmente à banca de defesa desta tese – composta pelos professores doutores Cláudio de Farias Augusto, Carlos Sávio Teixeira, Carlos Henrique Aguiar Serra, Antônio Celso Alves Pereira, Jucinato Sequeira Marques, Ivanilda Figueiredo e Ari de Abreu Silva – cuja arguição jamais esquecerei! Além disso, agradeço ao público presente na defesa, com especial menção à presença do professor Manuel Sanches, que certamente tornou aquele momento ainda mais significativo!

Nenhuma das pessoas às quais agradeço, entretanto, possuem responsabilidade de nenhum tipo sobre as falhas deste trabalho, ainda que deva a cada uma delas por qualquer mérito.

Agradeço aos amigos pela interlocução nesses anos: ao Hego Amaral, querido irmão; à Fátima Ferreira e ao Fernando Cutilada, pelos chopes de sempre; aos colaboradores do Observatório da Laicidade na Educação, em especial ao Luiz Antônio Cunha, à Amanda de Mendonça, à Luciane Quintanilha, à Eliane Brígida, à Cristiana Valença e à Taís Nascimento, pelas tantas trocas nos anos em que escrevi esta tese; aos queridos amigos e amigas egressos e egressas do IFCS com quem mantenho contato mais frequente, Daniel Konsinski, Izabella Bosisio, Isabelle Gurgel, Viviane Cid, Michelle Moura, Lidiane Leite, Letícia França, Mayã Martins e Eddie Orsini; aos queridos amigos e amigas que conheci no PPGCP da UFF e pelos quais tenho grande amizade, Márcio Rabat, Daniel Mano, Naiara Alves, Felipe Biasoli e Thais Ferreira Rodrigues; aos amigos e amigas do Laboratório de Educação em Direitos Humanos do Colégio Pedro II - LAEDH, Silzane Carneiro, Tatiana Bukowitz, Jorge Alfredo Gonçalves, Renata Monteiro e Tarcísio Motta; aos amigos todos que fiz no Laboratório de Estudos Hum(e)anos no período que integrei o L(E)H, durante os primeiros dois anos do doutorado, encontrando-me semanalmente com eles e com seu coordenador, o professor Dr. Cesar Kiraly; aos demais colegas do corpo docente do PPGCP da UFF e aos professores que integram seu quadro docente (e ao caríssimo Manoel Pereira, da Secretaria do PPGCP, a quem tanto devo pela prestação de sempre!); aos tantos colegas do Departamento de Sociologia do Colégio Pedro II – e, se não posso agradecer a cada colega, devo registrar a importância da interlocução com colegas como José Amaral e Marília Márcia – cabendo menção especialmente ao chefe do Departamento, professor Felipe Bon, pela viabilização do incentivo para que eu prosseguisse com a elaboração desta tese, com a concessão de um afastamento para estudos, que também devo à própria instituição; aos colegas professores e professoras do Campus Centro do Colégio Pedro II – com especial menção à professora Daisy Eliseo pela tradução do resumo desta tese para o francês – e à sua diretora, professora Andréa Bandeira Ribeiro.

Aos colegas da graduação em Direito da UERJ, em que acabei vindo a ingressar já no último semestre do doutorado, diante de uma necessidade de entender melhor o mundo do Direito, de onde partiram tantos professores de Ciência Política tratados neste trabalho, como Victor Nunes Leal, Oswaldo Gusmão e Antônio Celso Alves Pereira. Sem dúvida, o contato com suas trajetórias, o impeachment em 2016, o surgimento de movimentos conservadores contra professores da educação básica e o julgamento da ADI 4439 me fizeram ter interesse em cursar mais esta graduação, a esta altura (!), tendo muita relação com tudo que vivenciei durante esses anos em que estive elaborando esta tese. Para tanto, porém, é um alento contar com a amizade de Ana Fernandes, Andreia Ferreira, Andressa Vargas, Beatriz Lopes Igreja, Eduarda Alexandre, Gabriel Alves, Gabriela Prado, Isa Faria, Jade Rosa, Jenifer Gomes, Juliana Santana, Mariana Craveiro, Mayara Rubin, Mayara Teixeira, Pedro Nascimento, Roberto Henrique, Vitoria Marcondes, Vittorio Lo Bianco, Wendia Muniz e Ygor Chevrand. Ao “bondinho”, um agradecimento especial.

Certo de que há muitas ausências aqui, não posso deixar de fazer este agradecimento: ao meu pai e à minha mãe – Carlos Eduardo de Carvalho Rêgo (*in memoriam*) e Anunciélita Angela Oliva –, que trago comigo sempre; e à minha avó materna, Natalina Maria (*in memoriam*), que perdi a poucos meses de defender esta tese, um tempo depois de termos vivido um momento bastante especial em 2017, quando viajamos juntos e pude pedir que ela me contasse sobre a sua trajetória, desde sua infância em São Pedro da União (MG), filmando este seu depoimento!

E, finalmente, agradeço à Paloma Augusto, minha querida companheira, pela interlocução acadêmica e pelo carinho, pelas viagens, pelas conversas, pelas angústias compartilhadas e pela motivação para seguir adiante... sem ela, esta tese não existiria! E nem o nosso filho, que já esteve presente, em seu ventre, na defesa desta tese, a quem agradeço por vir!

Resumo

Nesta tese, tratamos da institucionalização da Cátedra de *Política* da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (FNFi) a partir de 1939 e da disciplina *Ciência Política* surgida no IFCS-UFRJ – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, originada da Universidade do Brasil – na década de 1960, e das trajetórias de vida de alguns de seus professores, identificando de que modo estiveram sob o que chamaremos de (des)caminhos da política brasileira.

Assim, situando nossa discussão nos marcos do recente interesse em se estabelecer uma *memória da Ciência Política no Brasil*, (i) discutimos o que a designação *Ciência Política* pode representar, enfocando sua institucionalização em outros países ou sua representação inclusive como *campo de disputas simbólicas*; (ii) apresentamos contribuições à história do desenvolvimento da Ciência Política no Brasil; (iii) identificamos as dinâmicas políticas e sociais e os marcos legais que interferiram na criação e no desenvolvimento das referidas Cátedra de *Política* na FNFi da Universidade do Brasil e disciplina *Ciência Política* no IFCS-UFRJ, bem como as dinâmicas políticas e sociais e os marcos legais que interferiram na criação da própria Universidade do Brasil e em sua transformação em UFRJ, além de em seu funcionamento; (iv) identificamos professores que foram protagonistas da institucionalização da Ciência Política na FNFi e no IFCS-UFRJ e (v) tratamos das trajetórias de vida, e como foram afetadas por acontecimentos políticos, de alguns desses professores, após breve discussão sobre trajetórias, memórias, biografias e subjetividades.

Com isso, apresentamos nesta tese, finalmente, uma alternativa para a imagem da Ciência Política no Rio de Janeiro, para além de uma narrativa institucionalmente unidimensional, não corroborando a hipótese de que, no caso do Rio de Janeiro, a Ciência Política não tenha se desenvolvido *também*, de alguma maneira, na FNFi e no IFCS-UFRJ, cabendo, porém, discutir como se deu esse processo.

Palavras-chave: Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Ciência Política no Brasil, Institucionalização da Ciência Política no Brasil

Abstract

In this thesis, we deal with: 1) the institutionalization of the Chair of Politics of the National Faculty of Philosophy of the University of Brazil (FNFi) since 1939; 2) the Political Science discipline that emerged at the IFCS-UFRJ (Institute of Philosophy and Social Sciences of the Federal University of Rio de Janeiro) and was originally from the University of Brazil in the 1960s; and 3) the life trajectories of some teachers of this Political Science discipline, identifying in what way they were under what we will call "misguided pathways" of Brazilian politics.

Placing our discussion within the framework of the recent interest on establishing a memory of Political Science in Brazil: (i) We discuss what the term Political Science may represent, focusing on its institutionalization in other countries or on its representation even as a field of symbolic disputes; (ii) We present contributions to the history of the development of Political Science in Brazil; (iii) We identified the political and social dynamics and legal frameworks that interfered in the creation and development of the aforementioned Chair of Politics at the FNFi of the University of Brazil and the Political Science discipline at the IFCS-UFRJ, as well as the political and social dynamics and legal frameworks which interfered with the creation of the University of Brazil itself and its transformation into UFRJ; (iv) We identified teachers who were protagonists of the institutionalization of Political Science in FNFi and IFCS-UFRJ and (v) After a brief general discussion about trajectories, memories, biographies and subjectivities, we specifically discussed the life trajectories of some of those teachers and how that trajectories were affected by political events.

Finally, we present an alternative to the image of Political Science in Rio de Janeiro further more than an institutionally one-dimensional narrative. In our alternative, we do not corroborate the hypothesis that - in the case of Rio de Janeiro - the Political Science not had developed, in some way, also in the FNFi and the IFCS-UFRJ, although it is necessary to discuss how this process took place.

Keywords: National Faculty of Philosophy, University of Brazil, Institute of Philosophy and Social Sciences, Federal University of Rio de Janeiro, Political Science in Brazil, Institutionalization of Political Science in Brazil.

Résumé

Cette thèse traite de l'institutionnalisation de la chaire Politique à la Faculté Nationale de Philosophie de l'Université du Brésil (FNFi) dès 1939, et aussi de la discipline Sciences Politiques, parue à l'Institut de Philosophie et Sciences Sociales (IFCS) de l'Université Fédérale de Rio de Janeiro (UFRJ), qui a son origine à l'Université du Brésil dans les années 60, ainsi que les parcours de vie de certains professeurs qui y ont travaillé, identifiant de quelle manière ils ont fait partie des routes/déroutements de la politique brésilienne.

Alors, comme notre débat est situé dans les repères de l'intérêt récent à s'établir une mémoire des Sciences Politiques au Brésil, (i) nous discutons sur ce que peuvent représenter les Sciences Politiques, faisant une approche centrée sur leur institutionnalisation dans d'autres pays ou leur représentation comme un terrain de disputes symboliques aussi; (ii) nous présentons des contributions à l'histoire du développement des Sciences Politiques au Brésil; (iii) nous identifions le dynamisme politique et social et les repères légaux qui sont intervenus dans la création et le développement de la chaire Politique à la FNFi de l'Université du Brésil et de la discipline Sciences Politiques à l'IFCS-UFRJ, toutes les deux citées ci-dessus, ainsi que le dynamisme politique et social et les repères légaux qui sont intervenus dans la création de l'Université du Brésil elle-même et sa transformation en UFRJ, en outre de son fonctionnement; (iv) nous identifions des professeurs qui ont été des protagonistes de l'institutionnalisation des Sciences Politiques à la FNFi et à l'IFCS-UFRJ; et (v) nous parlons des parcours de certains professeurs et comment ils ont été affectés par des événements politiques, après une courte discussion sur parcours, mémoires, biographies et subjectivités.

Finalement, nous présentons dans cette thèse une alternative concernant l'image des Sciences Politiques à Rio de Janeiro, au-delà d'une narrativité institutionnellement unidimensionnelle, ne confirmant pas l'hypothèse qu'à Rio de Janeiro les Sciences Politiques n'aient pas été développées aussi, d'une certaine façon, à la FNFi et à l'IFCS-UFRJ, établissant, cependant, une discussion sur la façon dont ce processus s'est suivi.

Mots-clés: Faculté Nationale de Philosophie de l'Université du Brésil, Institut de Philosophie et Sciences Sociales de l'Université Fédérale de Rio de Janeiro, Sciences Politiques au Brésil, Institutionnalisation des Sciences Politiques au Brésil

Sumário

Introdução	13
<i>I. A Ciência Política e a Ciência Política no Brasil</i>	22
1. Sobre a Ciência Política	23
1.1. Ciência Política e Filosofia Política	23
1.2. Ciência Encruzilhada, Ciência Residual e Ciência de Síntese	24
1.3. A autonomia acadêmica da Ciência Política	27
1.4. A Ciência Política nos Estados Unidos sob uma perspectiva crítica	30
1.5. A Ciência Política na França	37
1.6. A Ciência Política como campo de disputas simbólicas	40
1.7. A Ciência Política como forma de Arte	47
2. A Ciência Política no Brasil e no Rio de Janeiro	49
2.1. A Ciência Política no Brasil: roteiro para um balanço crítico	50
2.2. A emergência da Ciência Política no Brasil: aspectos institucionais	57
2.3. Por uma história filosófica do conhecimento político no Brasil	65
2.4. O esquecido Instituto Nacional de Ciência Política	72
2.5. A Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas engavetada	74
2.6. O ISEB e o IUPERJ como expressões mais evidentes	76
<i>II. A Universidade sob os (des)caminhos da Política</i>	85
3. A Universidade no Brasil e a Universidade do Brasil	86
3.1. Universidade e Poder	87
3.2. O Decreto 13.343/1920 e a Universidade do Rio de Janeiro	88
3.3. Efeitos da Revolução de 1930 sobre o Ensino Superior no Brasil	89
3.4. O Decreto 19.851/1931 e o Estatuto das Universidades Brasileiras	90
3.5. A Exposição de Motivos de Campos e que universidade ela sugeriu	93
3.6. A Escola Livre de Sociologia e Política e a USP	101
3.7. A Universidade do Distrito Federal	103
3.8. A Lei 452/1937 e a reorganização da Universidade do Brasil	106
3.9. A FNFi: Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil	108
4. Ciências Sociais no Rio de Janeiro e na FNFi sob os (des)caminhos da Política	113
4.1. A FNFi nos tempos de Capanema	113
4.2. A “montagem” da FNFi e as Ciências Sociais nesse contexto	115
4.3. Ciências Sociais no Rio de Janeiro e na FNFi a partir dos anos 1930	122
4.4. Ciências Sociais no Rio de Janeiro entre 1950 e 1964	123
4.5. Ciências Sociais na FNFi às vésperas da criação do IFCS	127
4.6. O currículo de Ciências Sociais da FNFi	132
4.7. O Instituto de Ciências Sociais (ICS)	134
4.8. A efervescência política da FNFi	137
5. O Regime Militar, o fim da FNFi e o surgimento do IFCS da UFRJ	141
5.1. Antecedentes do golpe de 1964	142
5.2. Os expurgos de primeira hora	144

5.3 <i>A reforma universitária: da mudança de nome à lei 5540/1968</i>	148
5.3.1. <i>O Decreto-Lei nº 53/1966</i>	149
5.3.2. <i>O Decreto-Lei nº 252/1967</i>	149
5.3.3. <i>A Lei nº 5540/1968</i>	151
5.3.4. <i>Sobre os Acordos MEC-Usaid</i>	153
5.3.5. <i>Reestruturação da carreira docente desde a Lei 4881/1965</i>	157
5.3.6. <i>O Parecer Sucupira, a pesquisa e a pós-graduação</i>	159
5.3.7. <i>Mudanças para os discentes</i>	161
5.4. <i>O Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ</i>	163
5.5. <i>A efervescência política do IFCS</i>	166
5.6. <i>Efeitos do Ato Institucional nº 5</i>	172
5.7. <i>O Decreto-Lei 477 /69</i>	176
5.8. <i>As Assessorias Especiais de Segurança e Informações</i>	178
5.9. <i>As Ciências Sociais sob o regime militar</i>	180
5.10. <i>A anistia e o retorno</i>	182
III. <i>Professores de Ciência Política sob os (des)caminhos da Política</i>	187
6. <i>A Ciência Política da FNF<i>i</i> e do IFCS e as trajetórias de seus professores</i>	188
6.1. <i>Currículo, Política e Ciência Política na FNF<i>i</i> e no IFCS</i>	188
6.2. <i>Trajетórias, biografias, memória e subjetividade</i>	194
7. <i>André Gros, o primeiro professor de Política da FNF<i>i</i></i>	201
7.1. <i>A Trajetória de André Gros</i>	202
7.2. <i>André Gros na FNF<i>i</i></i>	208
8. <i>Victor Nunes Leal, a Cátedra de Política e a política</i>	211
8.1. <i>De Minas para o Rio e o contato com Capanema</i>	212
8.2. <i>A Cátedra de Política da FNF<i>i</i></i>	214
8.3. <i>O concurso para a Cátedra de Política da FNF<i>i</i></i>	218
8.4. <i>Coronelismo, Enxada e Voto</i>	222
8.5. <i>Os Apontamentos de Política e o Programa de Política</i>	225
8.6. <i>Victor Nunes Leal, o Direito e os (des)caminhos da Política</i>	236
8.7. <i>De Nunes Leal a Oswaldo Herbster de Gusmão</i>	239
9. <i>A trajetória de Oswaldo Herbster de Gusmão</i>	244
9.1. <i>Mais um mineiro de Minas ao Rio e do Rio à Brasília</i>	244
9.2. <i>Novos caminhos para Gusmão sob os (des)caminhos da política</i>	248
9.3. <i>A “volta” ao IFCS</i>	252
10. <i>De Romeu Silva a Maria Stella Amorim e Eurico Figueiredo</i>	255
10.1. <i>Pistas sobre a trajetória de Romeu Rodrigues e Silva</i>	256
10.2. <i>Fatores globais e transformações do Estado Moderno</i>	259
10.3. <i>Mais pistas sobre a trajetória de Romeu Rodrigues e Silva</i>	261
10.4. <i>A trajetória de Maria Stella Amorim</i>	265
10.5. <i>Maria Stella Amorim sob os (des)caminhos da política</i>	271
10.6. <i>A trajetória de Eurico de Lima Figueiredo</i>	273
10.7. <i>Eurico de Lima Figueiredo, aluno da FNF<i>i</i></i>	275
10.8. <i>Eurico de Lima Figueiredo, professor de Ciência Política do IFCS</i>	278
10.9. <i>Eurico de Lima Figueiredo e os (des)caminhos da política</i>	283

11. A “rapaziada” que seguiu em frente e segurou o “rojão” _____	290
11.1. <i>Antônio Celso Alves Pereira, de Minas ao Rio e à Ciência Política</i> _____	291
11.2. <i>Antônio Celso sob os (des)caminhos da política</i> _____	296
11.3. <i>Recrutando jovens professores de Ciência Política para o IFCS</i> _____	298
11.4. <i>Aluizio Alves Filho e o “Principado”</i> _____	301
11.5. <i>Aluizio Alves Filho e o magistério: da Barca Rio-Niterói ao IFCS</i> _____	307
11.6. <i>Aluizio Alves Filho sob os (des)caminhos da Política</i> _____	310
11.7. <i>Valter Duarte Ferreira Filho: do Principado ao IFCS</i> _____	316
11.8. <i>José de Britto Roque: do Principado ao IFCS</i> _____	323
11.9. <i>Manuel Sanches: fora do Principado, mas da FNFi ao IFCS</i> _____	329
Conclusão _____	339
Referências bibliográficas _____	345

Compreender é primeiro compreender o campo com o qual e contra o qual cada um se fez.

Pierre Bourdieu. *Esboço de Autoanálise.*

Os homens são livres para fazer a história, mas alguns homens são muito mais livres do que outros. Essa liberdade exige o acesso aos meios de decisão e de poder pelos quais a história pode ser feita hoje. [...] E com referência a esse período afirmo que se os homens não fazem história, tendem cada vez mais a se tornarem instrumentos dos que a fazem, e também meros objetos do processo de criação da história. [...] A despeito do alcance de sua consciência, o cientista social é habitualmente professor, e essa ocupação determina em grande parte o que ele pode fazer. Como professor, dirige-se a alunos e ocasionalmente com discursos e artigos, a públicos de maior escala e posição mais estratégica. Ao analisarmos qual pode ser seu papel público, acompanhemos de perto esses fatos simples de poder, ou se preferirem, os fatos de sua impotência.

Charles Wright Mills. *A Imaginação Sociológica.*

Os dias passam, e os meses, e os anos, e as situações políticas, e as gerações e os sentimentos, e as ideias.

Machado de Assis. Crônica em *O Cruzeiro* de 16 de junho de 1878.

Introdução

*Brasil, meu nego, deixa eu te contar
A história que a História não conta...
(Histórias para ninar gente grande
Samba-enredo da Mangueira, 2019)*

Há quase três anos, entre 30 de agosto e 2 de setembro de 2016, foi realizado em Belo Horizonte, Minas Gerais, o 10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política sob o tema *Ciência Política e a Política: memória e futuro*. Tal tema foi escolhido por esta associação no momento em que ela vinha realizando louváveis esforços para investigar o processo de criação, expansão e consolidação da Ciência Política no Brasil, diante da percepção que a área ainda não havia criado nem consolidado sua memória, sendo ainda poucos os estudos sobre a história ou a memória dessa disciplina no Brasil e geralmente voltados apenas para algumas tradições acadêmicas, para a institucionalização de seus programas de pós-graduação e para a relação entre autoritarismo e a institucionalização da Ciência Política no Brasil, sem mais ampla sistematização sobre as preferências teóricas, conceituais e metodológicas dos cientistas políticos brasileiros.

Isto é o que dizia a página *Ciência Política no Brasil: história, conceitos e métodos*¹, parte de um dos louváveis esforços a que nos referimos, um projeto da ABCP que, com o apoio da *Fundação Ford*, pretendia investigar (1) a construção da Ciência Política no Brasil, por meio de entrevistas e vídeos com a primeira geração de cientistas políticos brasileiros, (2) o processo de autoconstrução da disciplina nas suas interações internacionais, (3) a história das principais áreas² e sub-áreas temáticas da Ciência Política brasileira, (4) a história das principais tradições regionais da Ciência Política brasileira, (5) a história da própria ABCP, (6) as áreas de interesse dos filiados e (7) o conteúdo publicado nas principais revistas da área no Brasil. Nesse mesmo sentido, chegaram a ser realizados alguns eventos ao longo de 2014 em quatro cidades brasileiras, Rio de Janeiro³,

¹ Página virtual disponível em <<http://memoria.cienciapolitica.org.br/>> Último acesso em 01/04/2016

² Na página referida, são citadas as seguintes áreas: escolha racional, institucionalismo, partidos políticos, participação, cultura política, política brasileira, teoria política, relações internacionais e métodos de pesquisa. De acordo com o projeto, para cada uma dessas áreas, seriam escolhidos um ou dois membros proeminentes da área para apresentar um trabalho junto à ABCP indicando quais “inputs” nacionais e internacionais levaram à sua formação, a maneira como a área se formou no Brasil e as questões que se tornaram mais relevantes para cada uma delas, podendo ainda ensejar ensaios biográficos sobre suas principais lideranças “como também uma 'estória' (sic) sobre a interação entre estas pessoas.”

³ Em 21 de março de 2014, no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ) – na mesma casa em que funcionara até anos antes o antigo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) – ocorreu, no âmbito deste projeto da ABCP, o seminário *A Ciência Política no Brasil: a perspectiva do Rio de Janeiro*, com as mesas *Instituições Políticas e Políticas Públicas*, *Comunicação e Segurança Pública*, *Teoria e Política Brasileira* e *Inserção internacional, Desenvolvimento e Política Externa*, que contaram com as participações dos professores Adalberto Moreira

Belo Horizonte⁴, Recife⁵ e São Paulo⁶ e a ABCP lançou ainda uma publicação a respeito⁷.

Foi justamente ao ler o texto do projeto *Ciência Política no Brasil: história, conceitos e métodos*⁸ pela primeira vez, antes mesmo de conhecer a homônima página virtual a que deu origem e de saber da realização desses eventos em 2014, que renovei meu interesse em buscar compreender, interpretar e explicar um pouco melhor a história da institucionalização da disciplina Ciência Política na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), desde seu surgimento com a Cátedra de Política na Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi), em 1939, até o seu primeiro cinquentenário, que coincide com o período imediatamente posterior à promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil (1988).

Interesse renovado principalmente porque constatei que, em tal projeto da ABCP, apresentado à *Fundação Ford* e ao *Institute For International Education* pelos

Cardoso, Carlos Milani, Fabiano Santos, Celina Maria de Souza, Jairo Nicolau, Alessandra Aldé, Marcus Faria Figueiredo (falecido poucos meses depois, em 02 de agosto de 2014), Glaucio Soares, Luis Eduardo Soares, João Feres, Wanderley Guilherme dos Santos, Marcelo Jasmin, Argelina Cheibub Figueiredo, Octavio Amorim Neto, Maria Regina Soares de Lima, Renato Boschi, Célia Lessa Kerstenetzky e Leticia Pinheiro, além da participação de Graciela Selaimen (assessora da Fundação Ford).

⁴ Em 11 de abril de 2014, na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com as mesas *O Projeto Memória da Ciência Política no Brasil*, *Memória da Ciência Política em Minas Gerais*, *Memória da Ciência Política em Brasília* e *Perspectivas da Ciência Política em Minas Gerais e Brasília*, que contaram com as participações dos professores Leonardo Avritzer (abertura e participação na terceira mesa com a comunicação *Pesquisa e pós-graduação no DCP/UFMG hoje*), Bruno Reis (coordenador da primeira mesa), Fábio Wanderley Reis (com a comunicação *Minas Gerais e a formação da Ciência Política no Brasil*), Antônio Otávio Cintra (com a comunicação *A Formação do DCP da UFMG*), Carlos Ranulfo (comentários à primeira mesa), Rebecca Abers (coordenadora da segunda mesa e comunicação na terceira mesa *A pesquisa e pós-graduação no IPOL/UnB*), David Fleischer (com a comunicação *A Ciência Política em Brasília, uma visão histórica*), Marilde Loiola de Menezes (com a comunicação *O Instituto de Ciência Política da UnB em tempos atuais*) e Fátima Anastasia (comentários à terceira mesa).

⁵ Em 30 de abril de 2014, no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com as mesas *Memória da Ciência Política em Pernambuco*, *Memória da Ciência Política no Piauí e no Pará* e *A Importância da Ciência Política na Pós-Graduação na UFPE*, que contaram com as participações dos professores Marcos Guedes, Palhares Moreira Reis, Antônio Lavareda, Luciano Oliveira, Enivaldo Rocha, Raimundo Junior, Celso Vaz, Ernani Carvalho e Ricardo Borges.

⁶ Em 20 de outubro de 2014, no Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP), com a mesa *Implantação e organização da Ciência Política nos programas de pós-graduação e nos centros de pesquisa no Estado de São Paulo*, que contou com as participações das professoras Rachel Meneguello, Maria do Socorro Sousa Braga, Lourdes Sola, Leôncio Martins Rodrigues, Sônia Draibe, Tullo Vigevani, Maria Teresa Kerbauey e José Álvaro Moisés.

⁷ No *Boletim da ABCP* de Dezembro de 2014/Janeiro de 2015, seu presidente, o Prof. Leonardo Avritzer, em nota, sinalizou que esperava lançar o livro *Memória da Ciência Política no Brasil* ainda em 2015, cujo projeto já estaria em estágio avançado. Mas foi apenas no 10º Encontro da associação, realizado em 2016, que a ABCP lançou *A Ciência Política no Brasil: 1960-2015*, organizado por Leonardo Avritzer, Carlos Milani e Maria do Socorro Braga (2015), trazendo mais balanços sobre a Ciência Política no Brasil, em artigos de vários autores, do que propriamente uma reflexão sistemática sobre a história da disciplina ou depoimentos de seus professores pioneiros, que serviriam como contribuição à sua memória.

⁸Disponível em <http://www.cienciapolitica.org.br/wp-content/uploads/2013/08/Projeto_Mem%C3%B3riaCP_ABCP201314.pdf> Último acesso em 01/04/2016

professores Leonardo Avritzer, Carlos Milani e Rachel Meneguello, aparentemente não se previa uma investigação sobre o processo de institucionalização da cátedra de Política existente na FNFi a partir de 1939, e da disciplina Ciência Política, surgida no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ) com a Reforma Universitária de 1968 – com uma importante ampliação de seu quadro de docentes nas décadas de 1970 e 1980 por conta desta reforma –, como uma das expressões da Ciência Política no Rio de Janeiro, ainda que fundamentalmente mais voltada para o ensino no nível da graduação e com maior escassez de pesquisas (e de verbas para esta finalidade) em comparação ao lendário Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ), por exemplo, cuja memória certamente faria parte do objetivo do projeto da ABCP resgatar.

Como a institucionalização da Ciência Política em estados como São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul contou com papel decisivo das universidades públicas ali localizadas (respectivamente USP, UFMG e UFRGS) e de seus departamentos voltados para as graduações – diferente do caso do Rio de Janeiro, em que foi o IUPERJ que protagonizou esta institucionalização, sendo instituição privada e voltada para cursos de pós-graduação –, não se silenciariam sobre as universidades desses estados que participaram desse processo do mesmo modo que pareciam se silenciar em relação à Ciência Política nas universidades públicas localizadas no Rio de Janeiro. Caberia, então, a pesquisadores, e em outras oportunidades, a realização de pesquisas que buscassem compreender, interpretar e explicar a institucionalização da Ciência Política em outras instituições de ensino e pesquisa do Rio de Janeiro para além do IUPERJ. E o objetivo principal da pesquisa que aqui apresentamos foi exatamente realizarmos uma investigação nesse sentido em relação à cátedra de Política da Faculdade Nacional de Filosofia da antiga Universidade do Brasil e à disciplina de Ciência Política (que dá origem ao Departamento de Ciência Política que existe no IFCS hoje) no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ).

Assim, nesta tese apresentamos os resultados de nossa investigação sobre a institucionalização da Ciência Política na UFRJ, da FNFi ao IFCS, investigando também as *trajetórias* de seus professores – com uso de entrevistas⁹ e pesquisa bibliográfica e

⁹ Sobre o recurso das entrevistas, é importante destacar que, além do referido projeto da ABCP, foi uma inspiração para a presente proposta conhecer as entrevistas com cientistas políticos como Eurico de Lima Figueiredo e Renato Lessa já publicadas pelo projeto *Cientistas Sociais de Países de Língua Portuguesa: Histórias de Vida*, realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação e Memória da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV).

documental –, uma vez que tais professores¹⁰ constituem, a meu ver, um “grupo” que enseja que se pesquise a seu respeito, pela importância que seus integrantes possuem na formação de tantos egressos da graduação em Ciências Sociais da UFRJ e na escolha de muitos desses egressos por prosseguir seus estudos na área da Ciência Política, no nível da pós-graduação, e em sua vida profissional.

Entendi, dessa maneira, que seria importante lançarmos um olhar para esses professores da UFRJ que, mesmo tendo estudado ou também atuado em outras instituições de ensino e pesquisa, como o IUPERJ, estiveram lecionando a Ciência Política em outra instituição no Rio de Janeiro e produzindo conhecimento na área, mesmo que de um modo distinto daquele com que o IUPERJ se notabilizou, isto é, artigos publicados em revistas científicas de prestígio no campo das Ciências Sociais e um amplo conjunto de livros publicados.

Coube também nesta investigação buscarmos compreender quais foram os fatores políticos, sociais e institucionais que determinaram que os “caminhos” desses professores e pesquisadores de Ciência Política não tenham podido ser mais parecidos com os “caminhos” daqueles que são às vezes reconhecidos como os únicos representantes da Ciência Política no Rio de Janeiro, fatores estes relacionados com o estabelecimento de marcos legais e as vicissitudes de seus efeitos práticos sobre a realidade institucional que atingiu a esses profissionais.

A meu ver, conhecermos a institucionalização da cátedra de Política existente na FNFi a partir de 1939, que antecede a disciplina de Ciência Política no IFCS – esta tendo surgido com a Reforma Universitária de 1968, e uma importante ampliação de seu quadro de docentes nas décadas de 1970 e 1980 –, nos voltando especialmente para esta própria institucionalização, permitiria originarmos insumos para outras reflexões sobre os percalços enfrentados por professores de Ciência Política no Rio de Janeiro. E entendi que seria fundamental lançarmos um olhar para as *trajetórias de vida* desses professores, artífices da Ciência Política hoje praticada em um programa como o Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (PPGCP/UFF), com

¹⁰ Professores como André Gros, Victor Nunes Leal, Oswaldo Herbster de Gusmão, Maria Stella Amorim, Eurico de Lima Figueiredo, Antônio Celso Alves Pereira, Aluizio Alves Filho, Manuel Augusto Pacheco Sanches, Valter Duarte Ferreira Filho e José de Britto Roque, de cujas trajetórias tratamos nesta tese. Outros professores que fizeram parte do corpo docente de Ciência Política da FNFi ou do IFCS da UFRJ não foram identificados ou não puderam, por motivos particulares, participar desta pesquisa, embora contactados, como os professores Francisco José dos Santos Ferraz e José Paulo Bandeira da Silveira, a quem deixo, contudo, meus agradecimentos pela gentileza com que responderam aos meus contatos, ainda que não tenham tido como participar desta pesquisa, devido aos motivos particulares que cordialmente me expuseram.

sua tendência a abranger grande pluralidade teórica, metodológica e propriamente política.

Assim, pretendemos nesta pesquisa identificar esses protagonistas, caracterizar as dinâmicas políticas e sociais, bem como os marcos legais, que interferiram na criação e no desenvolvimento da cátedra de Política e na disciplina Ciência Política na FNF i e no IFCS, conhecer as trajetórias de vida desses protagonistas, criar um acervo de depoimentos gravados e transcritos a partir das entrevistas realizadas e, finalmente, apresentarmos uma perspectiva alternativa para a imagem da Ciência Política no Rio de Janeiro, demonstrando que não existe a possibilidade de uma narrativa institucionalmente unidimensional a seu respeito, como a narrativa predominante, que identifica a Ciência Política no Rio de Janeiro apenas com a experiência do IUPERJ.

Como dito acima, entendemos que seria importante – além de ser tarefa ainda não realizada, portanto, original – focar em uma pesquisa a institucionalização da Ciência Política na UFRJ e a trajetória de seus professores. Tal pesquisa criaria insumos para análises sobre a Ciência Política no Brasil e seria indispensável para o estabelecimento de um lugar na memória da Ciência Política brasileira para essa (e outras) experiência(s) realizada(s) fora do âmbito do IUPERJ, no Rio de Janeiro. Fomos, assim, ao encontro dos esforços da ABCP, com empenho em investigarmos uma experiência sobre a qual aparentemente não se debruçariam ainda no projeto *Ciência Política no Brasil*.

No entanto, cabe ressaltar que a institucionalização da Ciência Política no Brasil a partir dos programas de pós-graduação já foi tratada excepcionalmente por Bolívar Lamounier em seu *A Ciência Política no Brasil: roteiro para um balanço crítico*, por Maria Cecília Spina Forjaz em seu *A Emergência da Ciência Política no Brasil: aspectos institucionais* e por Renato Lessa em seu *O Campo da Ciência Política no Brasil: uma aproximação construtivista*, trabalhos de importância reconhecida nesta tese, sendo a base de um de seus capítulos. Todos eles, ao se referirem à Ciência Política no Rio de Janeiro, porém, enfocaram a experiência absolutamente relevante e pioneira do IUPERJ, que levou a área a contar com determinados paradigmas teóricos, ainda se referindo à origem dos estudos políticos no Brasil a partir de estudos jurídicos ou sociológicos.

Há, porém, um grande silêncio em torno das experiências constituídas dentro da FNF i e do IFCS, de ensino e pesquisa em Ciência Política, não sendo explicitado um interesse em conhecer seu desenvolvimento ou um suposto bloqueio a este desenvolvimento. Mas afinal, quais foram as dificuldades pelas quais passaram os professores de Ciência Política na FNF i e no IFCS – ou mesmo, como se relacionaram

com as experiências do IUPERJ? – e como se deram ou não se deram – e os motivos de terem ou não se dado – esforços para a constituição da Ciência Política naquela universidade que hoje se chama Universidade Federal do Rio de Janeiro? Tais inquietações nortearam a pesquisa que origina esta tese. E, assim, buscamos fugir ao risco apontado por Lessa (2011) de tomarmos certa imagem da forma presente da Ciência Política no Brasil, como o resultado virtuoso de um processo.

Mesmo que tenhamos encontrado, em nossa investigação, “intelectuais isolados”, praticando um “ensaísmo histórico-sociológico” sobre objetos da política, sem adesão a perspectivas teóricas e metodológicas que se tornariam predominantes, especialmente as de matriz norte-americana, julgamos que seria relevante compreendermos suas trajetórias. O próprio Lessa faz questão de mencionar especialmente a relevância do trabalho de Victor Nunes Leal (2012), apontando como esta sua obra possui as marcas das principais obras de reflexão política produzidas no Brasil até a década de 1960. Afinal, conforme apontam Lessa (2011) e Forjaz (1997), já que o Golpe de 1964, a Reforma Universitária e o sistema nacional de pós-graduação, ambos da década de 1960, tiveram como um dos seus efeitos a ampliação do mercado de docentes universitários de Ciência Política, de bolsas de estudo, de bibliotecas, de laboratórios e de outros aparatos necessários ao desenvolvimento científico da área dentro das universidades públicas federais, inaugurando a realidade hoje encontrada por egressos de cursos de pós-graduação em Ciência Política interessados em atuar junto a departamentos de Ciência Política e seus respectivos programas de pós-graduação nessas universidades, então é relevante conhecermos sua história.

Com isso, esta pesquisa exigiu que buscássemos conhecer melhor a origem da universidade *no* Brasil e da Universidade do Brasil, o desenvolvimento das Ciências Sociais no Rio de Janeiro, os embates em torno de quem ocuparia a cátedra de Política ainda nos primeiros anos desta universidade, a trajetória de Victor Nunes Leal como seu primeiro catedrático concursado, as trajetórias de seus interinoss – Oswaldo Gusmão e Romeu Rodrigues e Silva – entre as décadas de 1950 e 1960, a participação dos pesquisadores de Política no então incipiente Instituto de Ciências Sociais (ICS) da FNFi entre as décadas de 1950 e 1960, entre os quais a professora de Política Maria Stella Amorim, os efeitos do Golpe Militar de 1964 sobre as universidades e seus efeitos sobre a Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi), como as cassações de 1969 e a anistia de 1979, que permitiu o retorno de docentes que tinham sido afastados, além de efeitos de marcos

legais do Estado Novo e do regime militar¹¹. E também nos exigiu buscarmos compreender alguns aspectos que antecederam a institucionalização da Ciência Política no Brasil, como a institucionalização da Ciência Política em outros países, como os Estados Unidos e a França, o que podemos designar por *Ciência Política* em diferentes sentidos, inclusive no sentido de a compreendermos como um *campo de disputas simbólicas*, e o que dizem as contribuições à história de seu desenvolvimento no Brasil.

Com essas preocupações, como se verá a seguir, buscamos redigir os capítulos da tese consultando bibliografia específica, legislação e documentos. Além disso, para a redação dos capítulos em que tratamos das trajetórias de vida dos professores de Política e Ciência Política da FNF i e do IFCS, realizamos longas entrevistas, entre maio e setembro de 2017, com muitas horas de gravações e tendo ouvido, em ordem alfabética, os professores Aluizio Alves Filho (em 24 e em 31 de maio de 2017), Antônio Celso Alves Pereira (em 26 de junho de 2017), Cesar Guimarães (em 23 de junho de 2017), Eurico de Lima Figueiredo (em 21 de agosto de 2017), José de Britto Roque (em 09 de setembro de 2017), Manuel Augusto Pacheco Sanches (em 17 de maio de 2017), Maria Stela Amorim (em 18 de agosto de 2017), Paulo Gusmão (em 02 de agosto de 2017), filho do falecido professor Oswaldo Gusmão, e Valter Duarte Ferreira Filho (em 16 de maio de 2017).

Propusemos, portanto a divisão desta tese em 3 partes: (i) *A Ciência Política e a Ciência Política no Brasil*, (ii) *A Universidade sob os (des)caminhos da Política* e (iii) *Professores de Ciência Política sob os (des)caminhos da Política*.

A primeira parte está dividida em dois capítulos: o primeiro capítulo, *Sobre a Ciência Política*, e o segundo capítulo, *A Ciência Política no Brasil e no Rio de Janeiro*. No primeiro capítulo, discutiremos sucintamente a autonomia acadêmica da Ciência

¹¹ Afinal, para tratarmos da Ciência Política na Universidade do Brasil e na UFRJ, tivemos que buscar compreender a própria institucionalização dessa universidade e as transformações pelas quais passou, que não corresponderam apenas a uma mudança de nomenclatura, sob os (des)caminhos da política brasileira. Para tanto, tivemos que nos debruçar em um conjunto de marcos legais que conhecemos através de Fávero (1980) – que trata da institucionalização da própria instituição *Universidade* no nosso país, desde o Decreto 13.343 de 1920, os efeitos da Revolução de 1930 sobre o ensino superior no Brasil, o Decreto 19.851 de 1931 com o Estatuto das Universidades Brasileiras idealizado pelo ministro Francisco Campos, as experiências da Escola Livre de Sociologia e Política e da USP em São Paulo e da UDF no Rio de Janeiro, a Lei 452 de 1937, que consolidou a Universidade do Brasil, o Decreto-Lei 1190 de 1939 da criação da Faculdade Nacional de Filosofia, etc. – e outros trabalhos em que alcançamos uma reflexão sobre as próprias Ciências Sociais no Rio de Janeiro a partir desta faculdade. Em seguida, tivemos que buscar compreender a experiência da FNF i e do IFCS-UFRJ no Regime Militar (1964-1985) – o que fizemos apoiados no trabalho de Motta (2014), que tratou da legislação correspondente, como a Lei 5.540 de 1968 da chamada *Reforma Universitária*, seus efeitos e os efeitos do Ato Institucional nº 5 de 1968 e do Decreto-Lei 477 de 1969, entre outros marcos – sobre as trajetórias dos docentes de Ciência Política desta universidade.

Política, enfocando o processo de sua autonomização em relação à Filosofia Política, a sua relação com as demais Ciências Sociais, conforme propôs na década de 1960 Maurice Duverger, como se deu esse processo nos Estados Unidos¹² e na França e uma análise, a partir de Bourdieu, sobre a Ciência Política como *campo de disputas simbólicas*, propondo ainda uma interpretação sobre a *Ciência Política como forma de Arte*, apoiados em um artigo do sociólogo Robert Nisbet.

No segundo capítulo, trataremos das contribuições de Bolívar Lamounier, Maria Cecília Spina Forjaz e Renato Lessa sobre a história do desenvolvimento da Ciência Política no Brasil, enfocando ainda expressões institucionais da Ciência Política no Rio de Janeiro, como o Instituto Nacional de Ciência Política, o ISEB e o IUPERJ, além do projeto engavetado da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas.

A segunda parte da tese está dividida em três capítulos: o terceiro, *A Universidade no Brasil e a Universidade do Brasil*; o quarto, *Ciências Sociais no Rio de Janeiro e na FNFi sob os (des)caminhos da Política* e o quinto, *O Regime Militar, o fim da FNFi e o surgimento do IFCS da UFRJ*.

No terceiro capítulo, trataremos do decreto 13.343 de 1920, dos efeitos da Revolução de 1930 no ensino superior no Brasil, do decreto 19.851 com o Estatuto das Universidades Brasileiras e sua respectiva Exposição de Motivos apresentada pelo ministro Francisco Campos, da Escola Livre de Sociologia e Política e da USP em São Paulo, da UDF no Rio de Janeiro, da Lei 452 de 1937 e do surgimento da Universidade do Brasil, além da criação em 1939 da Faculdade Nacional de Filosofia.

No quarto capítulo, trataremos da montagem da FNFi nos tempos de Capanema, das Ciências Sociais no Rio de Janeiro entre 1930 e 1964, da efervescência política da FNFi, do Instituto de Ciências Sociais (ICS) em 1958 e da criação do IFCS.

No quinto capítulo, apresentaremos os efeitos do Regime Militar sobre a Universidade do Brasil, transformada em UFRJ, a partir de dispositivos como a Lei 5.540 de 1968, a chamada *Reforma Universitária*, o Ato Institucional nº 5 de 1968 e o Decreto-Lei 477 de 1969, etc.

Em seguida, na terceira parte da tese, *Professores de Ciência Política sob os (des)caminhos da Política*, apresentaremos – após uma seção introdutória sobre *trajetórias, biografias, memória e subjetividade*, em que nos serviremos de reflexões obtidas junto ao curso *História e Histórias de Vida: Trajetórias, Biografias e*

¹² Com enfoque crítico a partir de uma análise de João Feres Jr.

*Autobiografias na Narrativa Historiográfica*¹³ – as trajetórias de vida de professores como André Gros, Victor Nunes Leal, Oswaldo Gusmão, Romeu Rodrigues da Silva, Maria Stella Amorim, Eurico de Lima Figueiredo, Antônio Celso Alves Pereira, Aluizio Alves Filho, Valter Duarte, José de Britto Roque e Manuel Sanches, enfocando em suas trajetórias a atuação como professores da Cátedra de Política da FNFfi ou de Ciência Política do IFCS.

Através das trajetórias desses professores, pretendemos apresentar de que modo suas biografias foram marcadas por acontecimentos políticos, inclusive na condição de professores de Ciência Política da Universidade do Brasil ou da UFRJ, dando conta de reconstituir não só a trajetória desta disciplina, como também de demonstrar os fatores políticos que interferiram nas trajetórias de seus docentes, desde as motivações para se tornarem alunos de Ciências Sociais e professores de Ciência Política até sua carreira nesta condição.

¹³ Ministrado no primeiro semestre de 2015, como disciplina do Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHIS) da UFRJ pela Profa. Dra. Maria Paula Araújo, cujas aulas frequentei como aluno externo e a quem sou muitíssimo grato

I. A Ciência Política e a Ciência Política no Brasil

1. Sobre a *Ciência Política*

Os dominantes são aqueles que conseguem impor uma definição da ciência segundo a qual a realização mais perfeita consiste em ter, ser e fazer aquilo que eles têm, são e fazem

Pierre Bourdieu (2013: 118)
O Campo Científico

Antes de tratarmos das contribuições à história do desenvolvimento da Ciência Política no Brasil e, mais adiante, da própria institucionalização da Ciência Política na Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) da então chamada Universidade do Brasil, que se tornou a Universidade Federal do Rio de Janeiro, buscaremos neste primeiro capítulo apresentar brevemente algumas reflexões sobre a própria *institucionalização da Ciência Política* no plano internacional – especialmente nos Estados Unidos e na França – e algumas reflexões a seu respeito, bem como sobre o que se chama de sua *autonomização*.

Não se trata de pretendermos reduzir a um só os vários sentidos que a expressão *Ciência Política* pode possuir, havendo diferentes significados em termos do conhecimento a que pode corresponder, como bem observa Bobbio (2010) no excelente verbete sobre a Ciência Política de seu *Dicionário de Política*, mas de caracterizarmos melhor nosso objeto de análise, relativo a uma Ciência Política *institucionalizada*.

1.1. Ciência Política e Filosofia Política

Compreendemos que a designação *Ciência Política* possui o que Bobbio chama de um amplo sentido “para indicar qualquer estudo dos fenômenos e das estruturas políticas, conduzido sistematicamente e com rigor, apoiado num amplo e cuidadoso exame dos fatos expostos com argumentos racionais” (BOBBIO, 2010: 164), acepção em o termo “ciência” é utilizado como o oposto à “opinião”. Neste sentido, como também aponta Bobbio (2010), a expressão é largamente utilizada desde o Século XIX, especialmente na Alemanha – em que se desenvolveu uma importante tradição de Ciência do Estado (*Staatswissenschaft*) –, na França e na Itália, sendo que nesses dois últimos países a expressão *Ciência Política* propriamente (e não a correspondente *Ciência do Estado*) teve grande aceitação, chegando a haver já no Século XIX, em 1884, uma coleção intitulada *Biblioteca di scienze politiche* dirigida por Attilio Brunialti, que incluía um ensaio sobre *Le scienze politiche nello stato moderno*.

Porém, foi a especialização e a institucionalização dos estudos políticos, com seus estudiosos se denominando “cientistas políticos” e atuando profissionalmente com ensino e pesquisa em universidades, para além ou aquém de uma efetiva participação no campo

político, que levaram à existência de um sentido mais limitado e técnico para a Ciência Política, correspondendo a uma ciência empírica da política fundamentada em metodologias das ciências empíricas e mais distante da chamada Filosofia Política, embora não raramente os cientistas políticos, isto é, os pesquisadores do campo da Ciência Política, tenham na prática as suas pesquisas concentradas em campos da Filosofia Política (BOBBIO, 2010: 164). Contudo, para estudarmos a institucionalização da Ciência Política, especialmente na condição de disciplina universitária, se faz necessário buscarmos compreender esse processo de seu distanciamento da Filosofia Política em determinados momentos, em determinadas instituições e em determinadas circunstâncias institucionais.

Ao definir a Ciência Política no referido verbete, Bobbio (2010) evidencia a articulação entre a Ciência Política e a Filosofia Política ao dizer, reconhecendo que a Ciência Política em um sentido estrito seja mais recente, que podem ser consideradas obras de Ciência Política, em parte e em sua inspiração fundamental, algumas obras como as de Aristóteles, Maquiavel, Montesquieu e Tocqueville, por exemplo, ao tenderem “à formulação de tipologias, de generalizações, de teorias gerais, de leis, relativas aos fenômenos políticos, fundamentadas, porém, no estudo da história, ou seja, apoiando-se na análise dos fatos” (BOBBIO, 2010: 164), sendo contudo um fato que

A Ciência política, como disciplina e como instituição, nasceu na metade do século passado [Século XIX]; ela representa um momento e uma determinação específica do desenvolvimento das ciências sociais, que caracterizou justamente o progresso científico do século XIX e teve suas expressões mais relevantes e influentes no positivismo de Saint-Simon e Comte, no marxismo e no darwinismo social. Enquanto momento e determinação específica do desenvolvimento das ciências sociais, o nascimento da Ciência política moderna se processa através do distanciamento dos estudos políticos da matriz tradicional do direito (particularmente do direito público). Não devemos esquecer que a filosofia política moderna, a partir de Hobbes até Kant, apresenta-se como parte, não mais do que uma parte, do desenvolvimento do direito natural, no qual o Estado aparece como uma entidade jurídica, criada através de um ato jurídico (como o contrato ou os contratos, que constituem o fundamento de sua legitimidade), e criador ele mesmo, uma vez instituído de direito (o direito positivo). Este distanciamento da matriz jurídica é evidente e declarado nos dois autores, que mais do que quaisquer outros, podem ser considerados, a meu ver, como iniciadores da Ciência política moderna: Ludwig Gumplowicz, cuja obra *Die soziologische Staatsidee* é de 1892 e Gaetano Mosca, que publicou a primeira edição dos *Elementi di scienza politica*, em 1896. (BOBBIO, 2010: 164-165)

Assim, Bobbio relaciona o desenvolvimento da Ciência Política ao desenvolvimento das Ciências Sociais, inclusive no que se refere ao uso de determinadas técnicas de pesquisa, e identifica que foi nos Estados Unidos que a Ciência Política como

ciência empírica foi mais cultivada, tendo no artigo *The present state of the study of politics* de Charles E. Merriam (1921) um marco importantíssimo de uma tendência¹⁴, sendo ao mesmo tempo o país de maior desenvolvimento das Ciências Sociais. O autor destaca ainda o papel que o rápido aumento de dados disponíveis para pesquisadores teve sobre o campo (BOBBIO, 2010: 165).

Isso não significa que a Ciência Política enquanto disciplina universitária não pode ter a multiplicidade de ser ciência e ao mesmo tempo filosofia, dentro do que Lessa (2003) aponta sobre a própria história da Ciência Política:

A história da Ciência Política é em grande medida uma história de tentativas de elucidação de fatos e artefatos postos no mundo por teorias. Esse é o ponto que eu acho mais interessante: *fatos e artefatos institucionais que decorrem de invenções intelectuais*. Não há razões históricas, teóricas ou filosóficas capazes de sustentar a separação da dimensão empírica com relação à dimensão filosófica, normativa e especulativa da teoria política. Se nós pensarmos um pouco sobre a história dos nossos objetos, essa história vai revelar que eles decorrem em grande medida de invenções. (LESSA In: PERISSINOTTO & FUKS, 2003: 40)

1.2. Ciência Encruzilhada, Ciência Residual e Ciência de Síntese

É discutindo o lugar da Ciência Política no conjunto das Ciências Sociais e suas fases de desenvolvimento que Maurice Duverger (1962) em *Ciência Política – Teoria e Método* indica que “o problema da delimitação da Ciência Política em relação às outras ciências sociais é interessante de ser examinado para que se possa ter uma primeira ideia do que é a Ciência Política” (DUVERGER, 1962:9). No entanto, devemos estar atentos ao que nos diz o autor ao deixar claro que “não existem fronteiras naturais entre os diferentes ramos do saber. Tal como acontece, aliás, entre os Estados, a classificação das ciências foi estabelecida por questão de comodidade prática” (DUVERGER, 1962: 10).

Ao problematizar sua relação para com outras disciplinas das Ciências Sociais, Duverger (1962) lança mão de três expressões para caracterizar a Ciência Política: *Ciência Encruzilhada, Ciência Residual e Ciência de Síntese*. Segundo o autor, esta relação, estabelecida pela oposição a outras disciplinas, acaba influenciando até mesmo uma definição dos métodos de Ciência Política, tanto qualitativos quanto quantitativos,

¹⁴ A tendência de se passar do ponto de vista institucional, dominado, conforme aponta Bobbio, pela matriz jurídica tradicional dos estudos políticos, para um ponto de vista “comportamental”, estudando o comportamento de indivíduos e de grupos em relação a fenômenos como o voto, a participação em partidos, processos decisórios, etc. Além disso, se passa a não apenas coletar dados de documentação histórica, mas se empregar técnicas das Ciências Sociais como observação direta, pesquisa de campo, uso de entrevistas, etc. Segundo Bobbio, a exigência de métodos quantitativos se deu em consequência ao aumento de dados à disposição dos pesquisadores de Ciência Política com essa diversificação de técnicas de pesquisa em estudos políticos.

pois podemos dizer que estes podem ser divididos entre métodos próprios e métodos emprestados. Vejamos o que representam cada uma dessas categorias a seguir, que sugerem diferentes relações de fronteiras entre a Ciência Política.

Na concepção de *Ciência Política – Ciência Encruzilhada*, não haveria uma categoria particular de Ciências Sociais que se chamasse Ciência Política, mas cada uma das ciências sociais comportaria uma parte política. Assim, a Ciência Política seria uma encruzilhada de todas essas partes políticas das Ciências Sociais.

Na concepção de *Ciência Política – Ciência Residual*, a fronteira da Ciência Política se demarcaria por esta ficar com o “resíduo”, afinal, esta ciência jovem nasceu porque pessoas tiveram a ideia de estudar problemas que as outras ciências sociais tinham negligenciado, por exemplo, partidos políticos, eleições, grupos de pressão e elaboração de decisões. Logo, pessoas se tornaram especialistas nesses problemas e o domínio da Ciência Política foi constituído pelo “resíduo” abandonado pelas outras ciências sociais.

Duverger (1962) aponta que ambas as concepções acima possuem verdade no que afirmam, mas são falsas em relação ao que negam à Ciência Política. Por exemplo, na concepção de *Ciência Residual*, não é concebível, nas palavras de Duverger, que, ainda que a Ciência Política seja residual nestes termos, acabe sendo por isso limitada em só poder estudar as matérias desse domínio “residual”, pois seria sim necessário para o especialista em Ciência Política estudar ao mesmo tempo estas matérias e outras que sejam abordadas por outras Ciências Sociais, as quais formam um “objeto comum” com a Ciência Política.

Por fim, de acordo com a concepção de *Ciência Política – Ciência de Síntese*, a Ciência Política não teria domínio próprio, não existiria como disciplina autônoma e, assim, procuraria sintetizar resultados obtidos por outras Ciências Sociais em relação ao domínio do Estado ou Poder. Duverger aponta que esta concepção, apesar de inspirar juristas, historiadores e filósofos quando falam de Ciência Política, tende a reduzir a política a uma espécie de Filosofia Política. Portanto, seria uma concepção que deveria ser totalmente afastada, pois repousaria em concepção falsa de pesquisa científica e o especialista em Ciência Política não se contenta em tentar sintetizar resultados de pesquisas de outros especialistas: ele próprio pesquisa e o faz tanto no domínio de sua ciência quanto no de outras Ciências Sociais.

Duverger ainda aponta que a Ciência Política possui métodos próprios que correspondem ao seu objeto, diferentes dos das outras Ciências Sociais. Mas deve, ao

mesmo tempo, usar métodos das outras Ciências Sociais, dada a diversidade do domínio da Ciência Política, que derruba divisões, apaga fronteiras e estabelece comunicações.

Portanto, não significaria que disciplinas como História, Sociologia ou Economia fossem mais importantes do que a Ciência Política no mundo contemporâneo, aliás, muito pelo contrário, a Ciência Política seria tão importante quanto as demais ciências, à medida que realizasse pesquisas em um domínio próprio (o *Poder* ou o Estado) e em domínio comum às demais ciências, mas sempre trazendo, sobretudo, um olhar próprio sobre seus objetos de pesquisa.

Em contrapartida, conforme aponta o cientista político português José Adelino Maltez (1996), há uma “profunda diferença entre o *estudo da política* e o aparecimento de uma disciplina intelectual autônoma chamada *Ciência Política*, cujos cultores são designados *political scientists* ou *políticos*. ” (MALTEZ, 1996: 78, itálicos no original). Assim, o autor julga que

Seria, com efeito, anacrônico filarmos a Ciência Política contemporânea em movimentos tão remotos quanto a *episteme politique* de Aristóteles, a *doctrina politica* de São Tomás de Aquino, a *civil philosophy* de Hobbes, a *de republica doctrina* de Vico, a *Science politique* de Comte ou a *Staatswissenschaft* de Hegel (MALTEZ, 1996: 78, itálicos no original)

Maltez então discorre sobre o processo em que a disciplina *Ciência Política* se destacou do conglomerado que se chamava Ciências Políticas, em que se cruzavam o Direito, a Economia e a Sociologia.

Com sua contribuição, percebemos claramente que Maltez compreende, como Bobbio, que há uma distinção entre os estudos da política “em sentido amplo” e a Ciência Política “em sentido estrito”, mas que, como apontara Duverger, esta ciência já teve mais marcadamente um caráter de encruzilhada, de residual e de síntese de outras disciplinas.

1.3. A autonomia acadêmica da Ciência Política

Segundo Maltez, o nascimento da autonomia acadêmica da Ciência Política contemporânea, o que sem dúvida criou as condições acadêmicas para o seu surgimento como disciplina curricular no Brasil anos depois, foi a criação da *School of Political Science* na *Columbia University* em 1880 sob o impulso de John William Burgess, inspirado no modelo da *École Libre des Sciences Politiques* surgida em Paris em 1871¹⁵.

¹⁵ Segundo Maltez (1996: 79) a *École Libre des Sciences Politiques* está na origem tanto da *Foundation Nationale des Sciences Politiques* como do *Institut d'Études Politiques* da Universidade de Paris, ambos de 1945.

Mas a escola de Burgess tampouco fugia às considerações de Duverger, pois correspondia a um agregado de estudos sobre a política e, apesar de atingida a *autonomia acadêmica* da Ciência Política, ainda não tinha se atingido sua *autonomia científica* (MALTEZ, 1996: 79). Sob o nome de *Political Science* encontravam-se disciplinas de História, Filosofia Política, Economia, Direito Público, Sociologia, etc.

A partir desse surgimento de 1880 se seguiram outros: em 1890 foi criada a *Faculty of Arts and Science* tendo como uma de suas divisões a de *History and Political Science* (que se subdividiria nos departamentos de *Government* e de *Political Economy* em 1911), e em 1903 foi criado um departamento autônomo de *Political Science* na Universidade da Califórnia, em 1904 na Universidade de Illinois, em 1911 na Universidade de Michigan, em 1915 na Universidade de Minnesota e em 1919 na Universidade de Stanford (MALTEZ, 1996: 79).

Se no caso francês a Ciência Política se relacionaria muito mais com a formação de quadros para a administração pública, no caso norte-americano o exemplo de Columbia é um tipo de ponto de partida para a autonomia acadêmica da Ciência Política e sua consequente autonomia científica naquele país, com a fundação, ainda em 1903, da *American Political Science Association* – o que, para Sorauf (1967: 21), marcou a chegada da Ciência Política à maioria nos Estados Unidos – e a criação de publicações científicas¹⁶ voltadas para a Ciência Política.

Para ilustrar o crescimento da Ciência Política nos Estados Unidos no início do Século XX, Maltez nos traz alguns dados:

Se em 1880 e 1890 há três a quatro doutoramentos por ano, eis que, em 1900, já podemos encontrar entre 50 e 100 professores de Ciência Política a tempo inteiro (...). O boom vai acontecer nos anos quarenta com mais de uma centena de doutoramentos por ano (...). Nos anos setenta passa-se para cerca de setecentos doutoramentos por ano. (MALTEZ, 1996: 80)

Ainda segundo Maltez, em 1914 já havia cerca de 40 departamentos independentes de Ciência Política, ao lado de duas centenas de escolas que ofereciam programas da disciplina. Como aponta Sorauf, evidenciando a importância do magistério em Ciência Política para a autonomia da disciplina, “uma disciplina acadêmica começa a

¹⁶ “Entre as revistas, destaque-se a criação, em Columbia, no ano de 1886, da *Political Science Quarterly*, depois de, em 1883, ter surgido *The Johns Hopkins Studies in Historical and Political Science* na Universidade de Baltimore, e de, em 1890, se iniciar a publicação na Universidade da Pennsylvania, dos *Annals of the American Academy of Political and Social Science*. Entretanto, a *American Political Science Association* (APSA), em 1906, começava a editar a *American Political Science Review*.” (MALTEZ, 1996: 80) Maltez ainda cita os pais-fundadores desse movimento e suas principais obras.

existir quando aqueles que a lecionam veem um interesse comum que merece uma organização.” (SORAUF, 1967: 21)

Sorauf (1967) aponta quatro principais correntes na Ciência Política norte-americana durante sua institucionalização: o legalismo, o ativismo, a filosofia e a ciência. O legalismo, herdeiro das tradições europeias do Século XIX, era a tradição mais próxima do Direito e dos assuntos jurídicos. O ativismo era a tradição com perspectiva reformista cujos cultores mais se envolviam com política partidária, postos eletivos, assessoria de autoridades eleitas, etc. A corrente da filosofia correspondia aos estudiosos das obras de filósofos políticos da Antiguidade até o Século XX, com abordagem afim à História e à Filosofia, por exemplo. E, por fim, a corrente *científica* da Ciência Política seria a mais voltada para um estudo empírico, e por vezes estatístico, de fatos e comportamentos, bastante interessado pela descrição das instituições, etc. Como Sorauf aponta, é um erro acreditar que essas quatro tradições tenham compreendido a totalidade da *Ciência Política*, mas foram as tradições mais evidentes da Ciência Política norte-americana até o advento da segunda guerra (SORAUF, 1967: 24).

Maltez por sua vez sublinha que a Ciência Política norte-americana não seguiu os ditames do normativismo alemão, sendo mais marcada “pelo positivismo, pelo utilitarismo e pelo evolucionismo, para, depois, explodir com o pragmatismo e o comportamentalismo.” (MALTEZ: 1996: 81). Segundo o autor, desde o início da Ciência Política naquele país, o crescimento da disciplina se inseriu em um ambiente de luta contra filósofos, teóricos, etc.

Foi Charles Merriam, professor de História das Doutrinas Políticas, quem inaugurou com seu *New Aspects of Politics*, em 1925, a chamada *Escola de Chicago*, compreendendo a Ciência Política como ciência social que estuda o Poder e que se utiliza de contribuições de outras Ciências Sociais como Sociologia e Antropologia, cujas propostas já se encontravam em seu *The Present State of the Study of Politics* de 1921.¹⁷

Nas décadas de 1930 e 1940, o destaque na Ciência Política, que anos depois seria de David Easton, pertenceu a Harold Lasswell (1902-1978), autor de *Politics: Who Gets What, When, How* de 1936, que entendia como o objeto da Ciência Política a ação de conquista e conservação do poder. Foi Lasswell quem introduziu no universo norte-

¹⁷ Importante salientar, como faz Maltez, que Merriam é pioneiro na publicação de obras de Ciência Política, na criação de grupos de pesquisa em Ciência Política na APSA e, com apoio da Fundação Rockefeller, no projeto de unificação das Ciências Sociais (MALTEZ, 1996: 83).

americano autores como Mosca, Michels e Schmitt, além de evocar a herança de Maquiavel (MALTEZ, 1996: 83).

Com esse processo, após a obtenção da sua autonomia acadêmica, a Ciência Política norte-americana obteve uma autonomia científica, a partir de uma metodologia empírico-analítica.

David Easton, que ao lado de Dahl e Deutsch corresponde à terceira geração de cientistas políticos norte-americanos, na década de 1960 (1969) defendeu uma revolução pós-behaviorista da Ciência Política, conciliando métodos quantitativos do Behaviorismo a dados qualitativos da Teoria Política (MALTEZ, 1996: 84).

Mas não devemos apenas admitir um único olhar sobre a autonomia acadêmica da Ciência Política nos Estados Unidos. Em *Aprendendo com os erros dos outros: o que a história da Ciência Política americana tem para nos contar*, o cientista político brasileiro João Feres Júnior, ao buscar mostrar que a análise da história da Ciência Política norte-americana pode contribuir para analisarmos a disciplina no Brasil, faz uma interessante abordagem sobre a Ciência Política nos Estados Unidos, inclusive com crítica à versão historiográfica predominante sobre o desenvolvimento da Ciência Política naquele país, que, segundo o autor, “ignora o papel ideológico e antidemocrático que a Ciência Política behaviorista assumiu durante a Guerra Fria” (FERES JUNIOR, 2000: 97).

1.4. A Ciência Política nos Estados Unidos sob uma perspectiva crítica

Segundo Feres Junior (2000), não há apenas uma única história da Ciência Política norte-americana, mas várias narrativas que podem diferir significativamente.¹⁸ Para ele,

A Ciência Política é uma invenção americana. Apesar de aparentemente exagerada, essa afirmação é em boa medida verdadeira. Claro que a ideia de um esforço sistemático de compreensão da política é coisa bem mais antiga. O Platão das *Leis* e Aristóteles são candidatos óbvios ao título de fundadores desse tipo de reflexão. Desde então uma horda de pensadores sucedeu-os: gregos, romanos, italianos, espanhóis, ingleses, franceses etc. Em suma, a invenção do estudo sistemático da política não pode ser atribuída aos americanos. O que estes fizeram, de fato, foi criar uma profissão acadêmica especializada no estudo da política e institucionalmente separada do estudo da História e da Filosofia. Mais tarde essa disciplina se diferenciaria também da Sociologia, da Psicologia e da Antropologia. (FERES JUNIOR, 2000: 97)

O autor reitera que

A institucionalização da Ciência Política americana, na prática, correspondeu à criação de empregos, cursos, departamentos, programas, centros de pesquisa, revistas especializadas, associações e

¹⁸ Esta constatação é interessante, pois, nos marcos do projeto “Memória da Ciência Política no Brasil” realizado pela ABCP, creio que surgirá uma história predominante da Ciência Política no Brasil, mas também outras narrativas, como a narrativa que pretende apresentar esta tese.

linhas de financiamento de pesquisa sob o mesmo rótulo disciplinar da Ciência Política. Paralelo a esse processo de desenvolvimento institucional ocorreu um movimento de especialização. A estrutura institucional da Ciência Política americana é hoje dividida em cinco sub-áreas: política americana, política comparada, relações internacionais, políticas públicas e teoria política. Cada sub-área apresenta um alto grau de autonomia disciplinar e endogenia. Conseqüentemente, um professor de política comparada, por exemplo, só ensina cursos de política comparada, publica em periódicos especializados em política comparada, e participa de conferências nas mesas e painéis da mesma sub-área.

Tal nível de especialização acadêmica não foi igualado até hoje por nenhum outro país do mundo. Mesmo no Brasil, onde a academia caminha a passos largos em direção ao modelo americano, a Ciência Política não é muito institucionalizada. Muitas universidades preferem ter programas de doutorado em Ciências Sociais; não há periódico algum especializado em Ciência Política¹⁹, quanto mais em alguma sub-área da disciplina; e a recém-criada Associação Brasileira de Ciência Política é quase 100 anos mais nova e 100 vezes menor que sua irmã americana. (FERES JUNIOR, 2000: 97-98)

Ao constatar a importância que a Ciência Política norte-americana tomou como referencial para muitos departamentos de Ciência Política no Brasil e na formação de muitos pós-graduandos brasileiros (segundo Feres Junior, a maioria dos doutorandos brasileiros em Ciência Política que estudavam no exterior o faziam nos Estados Unidos), o autor propõe uma apreciação crítica da história dessa Ciência Política norte-americana e do seu papel político no seu lugar de origem.

Ao abordar o que chama de História “oficial” da Ciência Política nos Estados Unidos, Feres Junior nos conta que o uso da expressão *Ciência Política* já era corrente nos Estados Unidos no final do Século XVIII, ainda que de modo vago e, segundo James Farr, citado por Feres Junior, usada de maneira retórica por políticos e pensadores políticos como John Adams, Alexander Hamilton e James Madison.

Em 1857 o alemão Francis Lieber seria nomeado catedrático em História e Ciência Política na Universidade de Columbia, mesma universidade em que, em 1880, seria criado o primeiro departamento de Ciência Política sob John W. Burgess, como vimos acima. Segundo James Farr,

O fim do século XIX foi um período de vitalidade e fertilidade para a ciência americana da política, que proclamou sua identidade e unidade como a ciência do Estado. Ao promover a educação dos cidadãos, ao mesmo tempo que a teorização científica, a disciplina tornou-se mais profissional e inteiramente acadêmica. (FARR *apud* FERES JUNIOR, 2000).

¹⁹ Não havia na data do artigo, do ano 2000, por exemplo, a *Brazilian Political Science Review* lançada em 2007, vinculada à ABCP. Embora já houvesse, porém, outros periódicos onde eram publicados artigos de Ciência Política, como a revista *Dados*, a revista *Lua Nova* e a *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, todas elas eram – e ainda são – voltadas para trabalhos das Ciências Sociais em sentido *lato*, não sendo propriamente “especializadas em Ciência Política”, característica a que Feres Júnior se refere.

Feres Junior, contudo, critica esta perspectiva de Farr, para quem, segundo o cientista político brasileiro,

Parece não ver uma contradição insolúvel no fato de a ciência americana ter sido, no século XIX, uma ‘ciência do Estado’ ao mesmo tempo que uma atividade dedicada à educação política dos cidadãos. Isso porque, seguindo seu raciocínio, o Estado americano, por ser democrático, estaria naturalmente interessado na promoção dessa educação republicana. De fato, a vocação democrática da Ciência Política americana é tomada por Farr, e por muitos outros historiadores da Ciência Política naquele país, como um dado histórico inquestionável. Após defender a ideia de que a história da Ciência Política americana deveria ser estudada dando prioridade à relação entre Ciência Política e política, Farr conclui que entre todas as diversas atividades que definem o exercício da Ciência Política, a ‘educação dos cidadãos para a democracia’ é historicamente predominante. Segundo Farr, o apego à democracia une cientistas políticos de todas as gerações. (FERES JUNIOR, 2000: 98)

Para Farr, segundo João Feres, a profissionalização da Ciência Política teria levado o cientista político para longe do envolvimento com os problemas concretos da política norte-americana, com maior dedicação a teorias sem, supostamente, muita relevância prática, constatação que outros autores, como David Ricci, Raymond Seidelman e Edward Harpham, também fizeram²⁰ (FERES JUNIOR, 2000: 99).

E João Feres Junior nos reitera que a compreensão de haver uma identidade entre a Ciência Política norte-americana e a democracia também está presente em autores como David Easton, John Gunnell e Michael Stein, estes dois últimos tendo fundado em 1985 o *Comitê Internacional para o Estudo do Desenvolvimento da Ciência Política*, afiliado à *Associação Internacional de Ciência Política* (IPSA), que promoveu encontros internacionais²¹ para discutir a história da Ciência Política em diferentes países, nos quais algumas das exposições, depois reunidas em livro organizado por Easton e Gunnell, deram relevância ao papel da Ciência Política norte-americana. Além de definirem a Ciência Política como uma invenção americana, Easton, Gunnell e Stein, segundo Feres Junior, dizem que “a Ciência Política esteve tão intimamente ligada à democracia que ela é às vezes chamada de ‘ciência da democracia’” e, para eles, a Ciência Política seria mais desenvolvida em países democráticos porque

O estabelecimento de instituições democráticas ajuda a fomentar um clima político e cultural mais propício ao aparecimento da Ciência Política como disciplina, e a disciplina, em si, pode contribuir para a

²⁰É interessante que Feres Junior, ao buscar fazer a crítica a esta perspectiva da história oficial da Ciência Política norte-americana nos mostra como há um debate sobre as relações entre a Ciência Política e a política nos Estados Unidos.

²¹ Segundo João Feres Junior, encontros na Itália, na Espanha e na França (FERES JUNIOR, 2000: 99).

instituição e posterior evolução da democracia em um dado país. Isso porque a Ciência Política como disciplina está mais apta a florescer em um contexto liberal de discussão e crítica, controle estatal limitado, e desenvolvimento profissional autônomo. O cientista político profissional, por sua vez, se inclina a promover ativamente regimes que proporcionam tais condições (EASTON, GUNNELL & STEIN *apud* FERES JUNIOR, 2000: 99-100)²²

Para Feres Junior, a compreensão que esses autores têm da história da Ciência Política nos Estados Unidos beira a auto-adulação. Assim, para Gunnell, por exemplo, a Ciência Política norte-americana deveria “ser entendida como uma tentativa de substituir a religião, como fator de coesão social, por uma ciência de controle social e políticas públicas que promovesse os valores liberais.” (FERES JUNIOR, 2000: 100)

Após as críticas dirigidas à Ciência Política norte-americana por parte de intelectuais imigrantes como Leo Strauss, Eric Voegelin, Hannah Arendt e Herbert Marcuse, a Ciência Política nos Estados Unidos passou por uma grande transformação com a chamada *behavioral revolution*²³, que proporia a separação entre uma Ciência política “verdadeiramente científica” e uma história do pensamento político e das teorias políticas normativas.²⁴ Isso levaria, segundo Gunnell, referido por João Feres Junior, ao isolamento da teoria política ou mesmo ao seu enquistamento. E “desde então, a Ciência Política americana tem visitado a filosofia da ciência repetidas vezes em busca de um modelo definitivo que lhe proporcione o tão almejado, mas nunca alcançado, *status* científico.” (FERES JUNIOR, 2000:101).

Por fim, nos diz João Feres Junior, para Gunnell, “após muitas ‘revoluções’ científicas, tanto cientistas políticos como teóricos políticos vivem encerrados na torre de

²² Segundo João Feres Junior, Easton, Gunnell & Stein evidenciam que sob seu raciocínio está “a premissa de que a democratização corresponde à implantação do modelo liberal-democrático *americano*.” (FERES JUNIOR, 100)

²³ Em nota, Feres Junior nos explica que a *behavioral revolution*, projeto de Ciência Política fundamentado no positivismo lógico do círculo de Viena, “foi um movimento de crítica e revisão da Ciência Política americana iniciado nos anos 50, e que rapidamente se tornou hegemônico dentro dos meios acadêmicos daquele país. O livro *The political system* de David Easton (1953) contém o manifesto mais famoso do movimento. Os *behavioralists* propunham produzir uma Ciência Política aos moldes das Ciências Naturais. Para tanto, defendiam uma separação radical entre fato e valor, e a exclusão de toda e qualquer elaboração especulativa e abstrata que não pudesse ser submetida a testes empíricos. Práticas disciplinares como teoria normativa e história do pensamento político foram totalmente desacreditadas pelo movimento. Apesar da forte influência que o movimento ainda exerce na academia dos EUA, sua hegemonia foi quebrantada por severas críticas, vindas tanto do campo pragmatista quanto do cientificista.” (FERES JUNIOR, 2000: 100-101)

²⁴ Segundo João Feres Junior, “a análise da literatura de Ciência Política produzida atualmente nos EUA mostra que textos de teoria política, sejam eles clássicos ou modernos, são literalmente ignoradas pela produção acadêmica das quatro sub-áreas mais ‘científicas’ da Ciência Política: política americana, política comparada, relações internacionais e políticas públicas.” (FERES JUNIOR, 2000: 101)

marfim universitária, ocupados com questões e problemas que raramente ultrapassam os limites da profissão e, portanto, pouco têm a ver com a política.” (FERES JUNIOR, 2000: 102)

Em suma, Feres Junior nos mostra que em todas essas narrativas

Há primeiro um momento de idílio romântico entre uma ciência verdadeiramente engajada no aperfeiçoamento das instituições políticas democráticas e liberais americanas, depois uma queda, um processo de desencanto, em que a profissionalização excessiva, seja ela causada por motivos externos ou internos à própria disciplina, acaba por afastar os cientistas políticos da política. O primeiro problema que salta à vista nesse tipo de narrativa é uma certa confusão conceitual quanto à democracia. Esses autores não raro tratam o liberalismo e o republicanismo americano como sinônimos de democracia. Ao fazerem isso, confundem a democracia, como princípio normativo de alargamento da participação política, com a forma de governo real dos EUA. Em suma, reduzem o universal ao particular e o "dever ser" ao "ser". (FERES JUNIOR, 2000: 102)

Para o autor, “qualquer semelhança com a frase ‘fazer o mundo livre para a democracia’, ouvida todas as vezes que os EUA cometem atos de violência internacional, não é mera coincidência.” (FERES JUNIOR, 2000: 102)

Estas narrativas, porém, ainda que sejam as narrativas do *mainstream* da Ciência Política norte-americana, assim como há um *mainstream* da Ciência Política no Brasil e suas narrativas, não são as únicas existentes sobre a Ciência Política naquele país, apesar de seu prestígio acadêmico. João Feres Junior passa a se referir ao ensaio *American Political Science in its postwar political context* de Terence Ball (1993) como uma narrativa alternativa para compreendermos a Ciência Política nos Estados Unidos, em que o autor busca compreendê-la no contexto de suas relações com a política e a sociedade.

Uma diferença expressiva entre a perspectiva de Ball e dos demais autores tratados por Feres Junior é a compreensão de que a II Guerra Mundial foi um marco na história da disciplina nos Estados Unidos. A partir de então, a Ciência Política naquele país esteve a serviço da política de guerra e passou a não depender apenas de recursos privados. Com seu término, a experiência da guerra levou os cientistas políticos, já de volta à academia, a novos pontos de vista, com “maior interesse por questões relacionadas ao comportamento político concreto e, conseqüentemente, na rejeição de modos de pensar mais conceituais, inquisitivos e abstratos, próprios da teoria política e da filosofia.” (FERES JUNIOR, 2000: 103)

Foi com esse espírito que nasceu, segundo Ball, a *behavioral revolution*. Ball chama a atenção para o fato de que esse movimento intelectual aconteceu ao mesmo tempo em que a guerra ‘quente’ dos campos de batalha foi substituída pela guerra fria das trincheiras ideológicas. No novo contexto da manipulação de corações e mentes,

os cientistas políticos se mostrariam ainda mais úteis. Mas essa utilidade social só poderia tornar-se realidade com o financiamento consistente das atividades acadêmicas. Como vantagem a seu favor, os cientistas políticos contavam com os contatos dentro do governo que haviam feito durante a guerra. Porém, a classe política e a opinião pública em geral desconfiavam da utilidade das Ciências Sociais, e viam a academia como um antro de radicais e esquerdistas. (FERES JUNIOR, 2000: 103)

Como exemplo dessa mudança de pontos de vista, João Feres Junior nos mostra, fundamentado em Ball, que, ao buscar legitimar sua atividade em 1946, diante de congressistas norte-americanos por ocasião da criação da Divisão para as Ciências Sociais na Fundação Nacional de Ciência (*National Science Foundation*), os cientistas políticos norte-americanos

Defenderam a utilidade do conhecimento produzido pelas Ciências Sociais como forma de controle social, tão ou mais necessária quanto o controle de novas tecnologias proporcionado pelo avanço das Ciências Naturais. A ênfase na tecnificação das Ciências Sociais foi bem recebida pelos órgãos governamentais e instituições privadas de fomento à pesquisa. (...) Em 1954, já em plena *behavioral revolution*, a Divisão para as Ciências Sociais da Fundação Nacional de Ciência foi finalmente criada. O tipo de pesquisa proposto pelos behavioristas era baseado na técnica de *survey*, que, por despender muitas horas de trabalho de coleta e análise de dados, necessitava de um grande aporte de recursos e estrutura institucional. Conseqüentemente, os acadêmicos que praticavam esse tipo de Ciência Política tornaram-se altamente dependentes das fontes de financiamento, privadas e públicas, a tal ponto que é difícil contar a história da *behavioral revolution* sem notar que a Fundação Ford²⁵ esteve umbilicalmente envolvida com o financiamento das pesquisas e com a promoção dos acadêmicos desse movimento. Com a relação de dependência, nota Ball, veio o controle e a seleção dos temas de pesquisa. Por sua vez, os cientistas políticos também passaram a deixar de lado temas controversos que pudessem ser recebidos com desconfiança pelas fontes de financiamento. (FERES JUNIOR, 2000: 103-104)

Ainda segundo João Feres Junior, apoiado em Ball,

Guiados pelo imperativo da glorificação do modo de vida e forma de governo americanos, os cientistas políticos produziram diagnósticos que tentavam mostrar que mesmo os aspectos mais problemáticos da política americana eram de fato virtudes. Os exemplos mais famosos, e infames, desse esforço intelectual são a adoção quase generalizada de uma teoria democrática de elites, e a ‘descoberta’ de que a falta de participação popular é de fato uma virtude democrática. Ball conclui que ‘a Ciência Política fez uma contribuição valerosa ao arsenal americano da Guerra Fria’ (FERES JUNIOR, 2000: 104)

²⁵ Em nota referente a outro trecho do artigo de João Feres, é trazido o dado referenciado de que durante as décadas de 1940 e 1950 a Fundação Ford foi responsável por 90% do financiamento privado de pesquisas em Ciência Política nos Estados Unidos.

Finalmente, segundo Feres Junior, “a *behavioral revolution* não foi bem-sucedida. Sua capacidade de explicação e previsão falharam mesmo nas áreas em que mais se investiram recursos²⁶. ” (FERES JUNIOR, 2000: 104). Contudo, a capacidade de obtenção de financiamentos para pesquisas e projetos por parte da Ciência Política norte-americana ainda cresceria muito durante a Guerra Fria²⁷.

Assim, em resumo, diz Feres Junior

A disparidade entre a versão de Ball e as dos outros autores não pode ser ignorada. Ball evita a glorificação chauvinista que assume como premissas, reproduzidas com mais ou menos intensidade nas outras narrativas, de um passado idílico de engajamento dos cientistas políticos com o aperfeiçoamento da democracia americana, um vínculo inelutável entre a Ciência Política americana e a defesa da democracia, e a identificação imediata do sistema político americano com “a democracia”. Além do mais, as outras histórias tendem a dramatizar um estado de crise da Ciência Política no pós-guerra, quando a disciplina perde relevância social e se afasta da política real. Ball mostra que, de fato, o contrário aconteceu. Durante a Guerra Fria, a Ciência Política ganhou uma relevância que nunca teve, servindo de aparelho ideológico do Estado americano. Não podemos subestimar a importância da Guerra Fria como fator de coesão política e propaganda nos EUA desse período. Nesse contexto, os imperativos da guerra foram frequentemente colocados acima de questões relativas à democracia. (FERES JUNIOR, 2000: 104)

Encerrando sua análise, Feres Junior se apoia em argumentos de autores da Escola de Frankfurt e em Gadamer e Foucault para apresentar algumas críticas a uma ideia de ciência social positivista que marcaram o Século XX, ressaltando ainda que a Ciência Política norte-americana parece imune à influência de autores como Habermas e o referido Foucault. O que explica isso para o autor é a estrutura da Ciência Política naquele país, em que as reflexões desses pensadores atingem basicamente apenas a sub-área de

²⁶ Segundo o autor, modernização e desenvolvimento de países de Terceiro Mundo, teoria da revolução, estabilidade política, e o estudo do regime soviético. (FERES JUNIOR, 2000: 104)

²⁷ Feres Junior traz hipóteses que podem explicar esse sucesso na obtenção de recursos para pesquisa pela Ciência Política norte-americana, como a produção dessa ciência servindo de propaganda do Estado norte-americano, talvez seu maior cliente ao lado das fundações privadas durante a Guerra Fria, além da perseguição a esquerdistas promovida nas universidades norte-americanas; em resumo, havia a influência dos poderes político e econômico na academia e poderosos interesses privados envolvidos com o financiamento das Ciências Sociais com determinado conteúdo e papel a ser desempenhado politicamente. (FERES JUNIOR, 2000: 105). Feres Junior ainda ressalta que este é “um tema para anos de trabalho, que provavelmente não será feito. O impulso crítico e autocrítico nas Ciências Sociais americanas é bem mais fraco e marginal que o chamado para a produção de mais conhecimento positivo. Seria ingênuo pensar que as fontes financiadoras investiriam em projetos cujo objetivo é desmascarar os interesses políticos por trás das políticas de fomento implementadas por elas próprias. (...) Mas não é só no quesito do exercício reflexivo de crítica de sua própria prática que a Ciência Política é omissa. A falta de uma atitude de crítica à sociedade e política americanas é, sem dúvida, a característica mais preocupante dessa disciplina (...) Um estudo crítico da história da Ciência Política americana deveria levar em conta não só o que foi escrito mas também o que não foi, isto é, as lacunas, os temas tabu.” (FERES JUNIOR, 2000: 105-106)

Teoria Política, isolada das demais, isolamento que impede o contato dessas demais sub-áreas com modos de pensar mais críticos. “Nos departamentos de Ciência Política das universidades americanas há uma distinção clara entre os ‘cientistas políticos’ empiricistas das quatro sub-áreas e os teóricos políticos.” (FERES JUNIOR, 2000: 107)

Esse isolamento pode ser claramente comprovado pela análise da produção acadêmica de cada sub-área. Em uma pesquisa recente, examinando as referências bibliográficas de artigos publicados no ano de 2000 nos periódicos de Ciência Política de maior prestígio, os seguintes resultados foram encontrados: a) de 110 artigos analisados, 93 não tinham qualquer referência bibliográfica que pudesse ser relacionada à teoria política; b) a média geral de citação de teoria política por artigo de Ciência Política era de 0,3. Somente a título de ilustração, nos 110 artigos examinados, os nomes de Habermas e Foucault são citados somente uma vez, em um mesmo artigo.

Feres Junior diz ter ficado impressionado com um congresso que presenciara da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), pela sua diversidade temática e pela dedicação a problemas da sociedade e da política brasileiras. Porém, lhe preocupou ver a análise de aspectos da sociedade norte-americana que pouco nos dizem respeito. Diante disso, propõe que sejamos mais críticos em relação a este assunto, sugerindo que um estudo como o que faz nos ajude a compreender melhor os aspectos da colonização a que estamos submetidos, pois “o pior colonizado é aquele que ignora sua própria condição.”

Feres Junior reitera a importância de não enxergarmos o debate acadêmico como uma troca de ideias desinteressada, estando atentos aos interesses políticos e econômicos por trás dos discursos supostamente meramente “científicos”, em uma atitude crítica. Assim

Devemos reconhecer que a falta de especialização na academia brasileira, em comparação à alta fragmentação da academia americana, é, de fato, uma característica positiva que não deve ser descartada. Como mostra o exemplo americano, a separação da Ciência Política em especialidades isoladas em si mesmas, e das Ciências Sociais como um todo, contribui para o esvaziamento crítico do debate político e acadêmico. (FERES JUNIOR, 2000: 108)

1.5.A Ciência Política na França

Em *A Ciência Política no Campo Intelectual Francês* Jean Leca procura situar a Ciência Política na França no “campo intelectual” francês, que, como todo *campo*, no sentido dado ao termo por Bourdieu, tem sua economia – seu sistema de produção e de trocas – e sua “política” – um sistema de poder e dominação. Leca esclarece que “o campo intelectual transcende amplamente o campo científico, pois cobre também o mercado das

‘ideias’, dos ‘ensaios’ e mesmo dos ‘romances’.” (LECA, 1982: 385) Segundo o autor, um exame completo da situação social de uma disciplina supõe considerar as relações entre os campos intelectual, científico e político, mas neste trabalho prefere se limitar aos dois primeiros, tendo o campo político apenas como *cenário* e se voltando mais para a “economia” do que para a “política” de cada campo.

Leca começa por apresentar o lugar reduzido da Ciência Política no campo intelectual francês, que correspondia naquele momento a poucos profissionais: 44 pesquisadores de Ciência Política no Centro Nacional de Pesquisa Científica – enquanto havia 200 de Sociologia – e 70 professores de Ciência Política – enquanto havia 300 de Direito Público. A própria Associação Francesa de Ciência Política teria apenas cerca de 600 membros, entre os quais historiadores, juristas, jornalistas, economistas e até mesmo funcionários da administração pública e agentes políticos. Segundo o autor, esta fraqueza seria igualmente qualitativa. Enquanto a Sociologia francesa originara conceitos que passaram do campo da disciplina para o campo científico francês e internacional e daí para o campo intelectual, a Ciência Política naquele país se voltaria para temas – como o patrimonialismo, o comportamento eleitoral e a “crise fiscal” do Estado – procedentes do campo internacional, salvo as suas contribuições na história das ideias políticas, na teoria dos sistemas de partidos, nas relações entre estruturas sociais, estruturas políticas e comportamento e na teoria do Estado capitalista. (LECA, 1982: 386)

Esta condição da Ciência Política na França no período da avaliação de Leca teria como consequência que

O campo intelectual [francês] considera como Ciência Política o que, em outros países, seria considerado apenas como matéria bruta para a ciência: o testemunho, o depoimento, o discurso ideológico existencial ou estético, o manifesto, etc. Círculo vicioso: a invasão do campo científico pelo discurso estético não pode ser barrada pelo discurso científico, pois este último é considerado pela ciência “crítica” como um substitutivo da linguagem oficial. (LECA, 1982: 387)

Para Leca, seria justamente porque a constituição da Ciência Política na França não estava bastante avançada que o estatuto científico da Ciência Política desmoronaria e perderia sua autonomia. Para esclarecer as condições de tal situação, Leca apresenta uma breve história da organização da Ciência Política na França e uma análise a seu respeito.

Leca apresenta que “embora a Ciência Política, como conceito, tenha surgido antes da Sociologia, ela não criou uma coletividade científica poderosa e mal conseguiu impor seu objeto no campo intelectual.” (LECA, 1982: 387). Essa mudança ocorreria

apenas no final da década de 1960, pois entre as décadas de 1880 e 1960 a coletividade acadêmica da Ciência Política na França possuiria uma baixa identidade profissional, pela conjugação de quatro aspectos: (a) a Ciência Política era praticada por “homens-encruzilhada” que não criaram um paradigma ou uma escola intelectual (como Durkheim fez com a Sociologia), mantendo um debate pluralista entre pessoas com diferentes posições nos campos intelectual e político²⁸; (b) a predominância de dois modos de análise, a História e a análise “formal-legal” do Estado, identificada com o Direito Público; (c) a finalidade da Ciência Política de contribuir para a educação do cidadão, para que se tornasse um cidadão esclarecido, capaz de discutir questões políticas e orientar a opinião pública e (d) se tratava de uma ciência muito marcada pelo discurso dos políticos e altos funcionários, compreendidos como membros da comunidade científica devido a seu saber político (LECA, 1982: 388).

Leca apresenta ainda as três características da Ciência Política na França na década de 1880, apoiado em trabalho de Pierre Favre: (a) fragmentação entre cursos sem correspondência entre si e cujos titulares tinham diversas origens, (b) eram Ciências de Estado (Staatwissenschaft) mais do que Ciência Política, voltadas para a formação de altos funcionários e (c) podiam assumir o caráter de um debate de ideias em uma palestra, conferência, reuniões ou discussões.

Para Leca, a esfera da política foi deixada pela Sociologia francesa aos cuidados das Faculdades de Direito, à medida que

Os grandes juristas franceses de Direito Público, ao sistematizar a autonomia do Direito em relação à Sociologia (...) prepararam o terreno para a ocupação da Ciência Política pelos professores de Direito Constitucional. (...) Em outras palavras, o único meio de fazer com que as ciências políticas, abandonadas pelos sociólogos, escapassem da superficialidade do “debate de ideias”, consistia, para os juristas, em atá-las solidamente à ‘tradicional disciplina do Direito Constitucional’.
(LECA, 1982: 390-391)

Foram essas duas correntes, as “Ciências Políticas” da Escola Livre e o “Direito Constitucional e Ciência Política” das Faculdades de Direito, que contribuíram para, ao final da década de 1950, eclodir uma coletividade, “anunciada a partir de 1949 pela criação da Associação Francesa de Ciência Política, e em 1955 pela criação de cursos de Ciência Política nas Faculdades de Direito” (LECA, 1982: 391). A partir da década de 1960, a Ciência Política na França procuraria se tornar uma coletividade em busca de

²⁸ Leca (1982) se refere especialmente, ao compará-lo com Durkheim, a Emile Boutmy, fundador da Escola Livre de Ciências Políticas. Ao final de seu trabalho, Leca apresenta a lista dos cursos elaborados por Emile Boutmy em 1872 para o que se tornaria esta escola.

especialização e identidade, com juristas, historiadores, sociólogos e economistas sendo “capturados” pela Ciência Política e o surgimento de mestrados e doutorados em Ciência Política.

Por fim, Leca procura caracterizar os cinco “mercados” que distingue ao analisar a “economia” dos campos em que a Ciência Política se inscreve: (a) o mercado nacional da disciplina, (b) o mercado internacional da disciplina, (c) o mercado do sistema nacional de pesquisa nas Ciências Sociais, (d) o mercado de bens culturais gerais e (e) o mercado propriamente político.

1.6. A Ciência Política como campo de disputas simbólicas

Podemos ainda compreender a Ciência Política como um campo científico no sentido dado por Bourdieu, em que “o universo 'puro' da mais 'pura' ciência é um campo social como outro qualquer, com suas relações de força e monopólios, suas lutas e estratégias, seus interesses e lucros” (BOURDIEU, 2013: 112). Ou seja, como um *campo de disputas simbólicas*. É neste sentido que a Ciência Política, na condição de ciência, pode assumir seu lugar como objeto de um estudo político, por estar atravessada por relações de poder.

A Ciência Política como disciplina nas graduações em universidades públicas federais – com seus departamentos, seus programas de pós-graduação, suas estratégias para recrutamento de alunos interessados em programas de iniciação científica e monitorias, a concorrência entre seus professores dentro dos departamentos e em relação aos departamentos de outras disciplinas, com suas orientações, participações em bancas, realização de pesquisas para as quais precisam de recursos e que originam publicações – está igualmente atravessada por relações de poder.

Compreender o desenvolvimento da história dessa disciplina e as condições sociais de produção do conhecimento científico da política, em diferentes universidades, pode ser tão proveitoso quanto compreender melhor o uso de determinadas teorias, métodos e conceitos por parte de seus pesquisadores, digamos, “exemplares”, aqueles vinculados aos programas de maior prestígio e que são conhecidos por sua produtividade.

Obviamente é importante que se registre a compleição dessa Ciência Política bem-sucedida no interior de algumas instituições privadas ou mesmo universidade públicas, mas cremos aqui ser importante também registrarmos a compleição de uma outra Ciência Política que não teve as necessárias condições políticas e institucionais para se desenvolver senão como se desenvolveu, sem determinados recursos humanos e

financeiros e sofrendo ataques por parte de um regime autoritário que cassou professores, realizou uma discutível reforma universitária e criou dificuldades para a dedicação à pesquisa por parte de jovens professores recrutados precariamente.

Se o campo é um espaço de uma luta concorrencial segundo Bourdieu, onde se luta pelo monopólio da “autoridade científica”, que corresponde à capacidade técnica e ao poder social, e pelo monopólio da “competência científica”, que corresponde à capacidade de falar e agir com autoridade e de forma autorizada, sabemos que tal autoridade e competência foram outorgadas a determinados agentes e não a outros em um processo de disputas simbólicas envolvendo sistemas honoríficos, como diplomas obtidos no exterior, referência a obras, metodologias e conceitos igualmente estrangeiros e outras formas de distinção. Por isso não podemos cair na armadilha de julgarmos que se reduza a uma pura capacidade técnica, nos termos de Bourdieu, toda a “representação” de que agentes possam participar com seus emblemas e signos, essa “ficção social”, que acabam por ter a capacidade de até mesmo modificar a percepção da capacidade técnica propriamente dita. Pois, como diz Bourdieu,

Os julgamentos sobre a capacidade científica de um estudante ou de um pesquisador estão sempre contaminados, no transcurso de sua carreira, pelo conhecimento da posição que ele ocupa nas hierarquias instituídas (as Grandes Escolas, na França, ou as universidades, por exemplo, nos Estados Unidos). (BOURDIEU, 2013: 113-114)

É este autor, aliás, que considera que o interesse por uma atividade científica, como uma disciplina ou um método, tem uma dupla face “pelo fato de que todas as práticas estão orientadas para a aquisição de autoridade científica (prestígio, reconhecimento, celebridade etc.)” (BOURDIEU, 2013: 114). Por outro lado, o próprio Bourdieu reforça que seria tão falso quanto isolar a dimensão “científica” pela dominação do campo científico quanto isolar uma dimensão puramente “política”:

Aqueles que estão à frente das grandes burocracias científicas só poderão impor sua vitória como sendo uma vitória da ciência se forem capazes de impor uma definição de ciência que suponha que a boa maneira de fazer ciência implica a utilização de serviços de uma grande burocracia científica, provida de créditos, de equipamentos técnicos poderosos, de uma mão-de-obra abundante. Assim, eles constituem em metodologia universal e eterna a prática de sondagens com amplas amostragens, as operações de análise estatística dos dados e formalização dos resultados, instaurando, como medida de toda prática científica, o padrão mais favorável às suas capacidades intelectuais e institucionais. Reciprocamente, os conflitos epistemológicos são sempre, inseparavelmente, conflitos políticos; assim, uma pesquisa sobre o poder no campo científico poderia perfeitamente só comportar questões aparentemente epistemológicas. (BOURDIEU, 2013: 114)

Nesta tese, veremos como o avanço do campo militar ou econômico sobre o campo educacional ou sobre o campo científico como “lugar de luta política pela dominação científica” causaram consequências irreversíveis para a Ciência Política na FNF i e no IFCS, que poderiam ter comportado outro desenvolvimento de expressões da Ciência Política no Rio de Janeiro.

Uma Ciência Política da Ciência Política – ou seja, um estudo político da Ciência Política, buscando identificar em trajetórias institucionais e biográficas as relações de poder que as atravessaram e que, de certa forma, envolvem a Ciência Política – nos exigirá compreendê-la como campo de disputas por posições políticas e científicas e como campo em que disputas políticas próprias do campo político se dão.

Para tanto, não poderemos reduzir a Ciência Política como disciplina universitária apenas à sua expressão acadêmica, compreendendo como sua expressão política a busca pelo poder de impor uma determinada definição de Ciência Política, visando a ocupação mais legítima de uma posição dominante no campo por parte de membros de uma determinada instituição científica ou de detentores de um determinado título. Afinal, como diz a epígrafe deste capítulo:

Os dominantes são aqueles que conseguem impor uma definição da ciência segundo a qual a realização mais perfeita consiste em ter, ser e fazer aquilo que eles têm, são e fazem. (BOURDIEU, 2013: 118)

Mas não há valor distinto imanente a nenhuma obra, nem mesmo científica. O que há é a produção de obras que passam a ser valorizadas por interesses de um grupo estabelecido, como há a importação de modelos acadêmicos e seus efeitos sobre campos científicos a que estamos submetidos até os dias de hoje, com “sinais de consagração” compartilhados por pares-concorrentes, como a passagem por determinado programa de pós-graduação, o pertencimento aos quadros de uma instituição, a produtividade expressa em artigos publicados em revistas com determinado prestígio, etc.

Assim, há uma Ciência Política conhecida e reconhecida, cujos expoentes podem até ser considerados “brilhantes” nas taxonomias escolares a que Bourdieu se refere, mas há também uma Ciência Política que pode ser considerada “obscura” ou, digamos, “outsider” em oposição aos “estabelecidos”.

Por que o valor de anos de magistério não é suficiente para atribuir valor distintivo a “professores” de Ciência Política, aos quais não foram dadas as condições sociais de produção do conhecimento científico na mesma medida que aqueles que fizeram parte de outras instituições ou que não desejaram produzi-lo de uma determinada forma?

Foi precisamente o avanço sobre o campo educacional e o campo científico por parte de outros campos, como o político, o econômico e o militar, o que atingiu a Ciência Política existente na FNF i e no IFCS, exigindo estratégias de certos agentes, impedindo estratégias e disposições, uma vez que a posição do agente em um campo é resultante das estratégias dos seus agentes e seus concorrentes, que dependem da estrutura do campo (BOURDIEU, 2013: 123)

Bourdieu reconhece que a oposição entre investimentos nas pesquisas, além da trajetória dos títulos ou dos efeitos de uma determinada origem escolar, “tende a produzir a oposição entre as trajetórias elevadas e as inferiores, no campo escolar e científico” (BOURDIEU, 2013: 124). De fato, a quantidade e a qualidade das pesquisas e publicações pode e frequentemente existe nos agentes que são os protagonistas de um campo, aqueles que possuem as carreiras consideradas mais elevadas.

Mas discutir as razões para a diferença entre a qualidade e a quantidade das pesquisas e publicações é que alcança esta dimensão política a que não podemos deixar de fazer referência, para além de hábitos científicos, e que envolvem efeitos de políticas e ações de governo sobre trajetórias e carreiras ou mesmo efeitos de uma atuação política – junto a governos, partidos, etc. – por parte de cientistas, especialmente no que concerne à Ciência Política, bem como uma dimensão política não-governamental ou não-partidária, das relações de poder que atravessam as instituições e suas instâncias – institutos, eventos, publicações, recursos financeiros e tecnológicos para pesquisa, recursos humanos – que permitam a produção e a circulação dos bens científicos, seus produtores e consumidores. Sem investimento institucional, seja público ou privado, não há ciência, nem Ciência Política nem nenhuma outra. E os sistemas de ensino público, quando carecem de investimento, passam, quando muito, a ser *locus* de ensino, mas não de pesquisa e produção do conhecimento científico, sem que seja responsabilidade de seus agentes dar conta desta produção “em quaisquer condições”, como na condição de “produção herética”, para usar uma expressão de Bourdieu, aquela produção que sequer é “publicável” nos critérios dominantes das revistas especializadas.

As trajetórias dos agentes, porém, têm um peso importante, pois se trata de uma variável para a “avaliação de oportunidades” ao aceitarem pagar o preço da circunscrição aos limites autorizados, o que não é o caso de agentes cujas trajetórias são marcadas pela contestação, irreverência, independência, iconoclastia... em suma, pela subversão que corresponde a uma luta dentro do campo, pela “redefinição completa dos princípios de

legitimação da dominação” (BOURDIEU, 2013: 127), pois aqueles que se recusam às carreiras traçadas

Só poderão “vencer os dominantes em seu próprio jogo” se empenharem um suplemento de investimentos propriamente científicos sem poder esperar lucros importantes, pelo menos a curto prazo, posto que eles têm contra si toda a lógica do sistema. Por um lado, a invenção segundo uma arte de inventar já inventada, que, resolvendo os problemas susceptíveis de serem colocados nos limites da problemática estabelecida pela aplicação de métodos garantidos (ou trabalhando para salvaguardar os princípios contra as contestações heréticas), tende a fazer esquecer que ela só resolve os problemas que pode colocar ou só coloca os problemas que pode resolver. Por outro lado, a invenção herética que, colocando em questão os próprios princípios da antiga ordem científica, instaura uma alternativa nítida, sem compromisso possível, entre dois sistemas mutuamente exclusivos. Os fundadores de uma ordem científica herética rompem o contrato de troca que os candidatos à sucessão aceitam ao menos tacitamente: não reconhecendo senão o princípio da legitimação que pretendem impor, eles não aceitam entrar no ciclo das trocas de reconhecimento que assegura a transmissão regularizada da autoridade científica entre os detentores e os pretendentes (quer dizer, muito freqüentemente, entre membros de gerações diferentes, o que leva muitos observadores a reduzirem os conflitos de legitimidade a conflitos de geração). Recusando todas as cauções e garantias que a antiga ordem oferece, recusando a participação (progressiva) ao capital coletivamente garantido que se realiza segundo procedimentos regulados de um dos contratos de delegação, eles realizam a acumulação inicial através de um golpe de força, por uma ruptura desviando em proveito próprio o crédito de que se beneficiavam os antigos dominantes, sem conceder-lhes a contrapartida do reconhecimento que lhes oferecem aqueles que aceitam se inserir na continuidade de uma linhagem. (BOURDIEU, 2013: 128)

É na análise de Lewis Feuer sobre Einstein, evocada por Bourdieu, que a revolta aparece como alternativa a intelectuais marginais, entre a boêmia e o sistema de ensino, como não seria em uma “república de professores” como a França, que desencorajava a revolta contra a ordem estabelecida. Em um regime militar e em uma universidade de professores cassados e jovens recrutados, diante de outras experiências institucionais pagas com dinheiro norte-americano, foi mais do que convidativo prosseguir a carreira de forma “herética, utópica e impura”, extrapolando, com o cultivo de um “saber de protesto”, a “cidadela científica” da Ciência Política. Surgiram estratégias de subversão ou, ao menos, de fuga dos padrões que foram se estabelecendo no campo, onde ocorria entrecruzamento de estratégias individuais.

Quando há mecanismos institucionais para “seleção social e escolar” dos pesquisadores, formação e “controle do acesso aos instrumentos de pesquisa e publicações” (BOURDIEU, 2013: 134), a ortodoxia exerce uma censura que a heterodoxia denuncia, apesar de estar em jogo o próprio pertencimento ao campo. Mas

evidenciar quais são esses mecanismos de seleção, formação e controle é um dos papéis de um estudo político da Ciência Política, como dissemos acima, na busca por compreender sua autonomização enquanto “campo científico” e a relação entre o estabelecimento deste campo e sua expressão institucional na condição de disciplina universitária vinculada a graduações, especialmente ao curso de Ciências Sociais.

Nos termos de Bourdieu, veremos talvez ainda o papel do *habitus* primeiro, correspondente a uma educação de classe, e a um *habitus* secundário, inculcado pela educação escolar. Qual o papel da classe social e da escola na formação dos professores de Ciência Política da FNF i e do IFCS?

A verdade é que a Ciência Política, ironicamente, sempre foi muito pouco autônoma, enquanto campo científico, do campo político, dependendo de governos e instituições ou tendo governos e instituições determinando suas (im)possibilidades.

Talvez até mesmo porque a Ciência Política, tão marcada por um arbitrário que expressa o interesse dos dominantes, seja antes um “campo de produção de discurso erudito”, produzindo a “crença no valor autônomo dos objetivos e dos objetos que ele produz” (BOURDIEU, 2013: 135), mas marcada pela “relação de 'dependência pela aparência de independência' em relação a demandas externas.” Talvez ao se arrogarem o monopólio da reflexão sobre certas práticas, os cientistas políticos dominantes demonstrem ser “cientistas aparentes e da aparência” que só sabem legitimar o próprio despojamento, “sob a condição de imporem a crença de que sua falsa consciência é perfeitamente independente das demandas sociais e que ela só satisfaz porque afirma sua grande recusa em servi-las” (BOURDIEU, 2013: 135) Não à toa, Bourdieu exemplifica esses comentários se referindo a uma fala de Heidegger sobre os “politicólogos” norte-americanos, que reproduziam a visão oficial do mundo social em suas semi-abstrações.

Pois

Enquanto a classe dominante concede às ciências da natureza uma autonomia que se mede pelo seu grau de interesse nas aplicações das técnicas científicas na economia, ela nada tem a esperar das ciências sociais, a não ser, no melhor dos casos, uma contribuição particularmente preciosa para a legitimação da ordem estabelecida e um reforço do arsenal dos instrumentos simbólicos de dominação. O desenvolvimento tardio e sempre ameaçado das ciências sociais aí está para testemunhar que o progresso em direção à autonomia real – que condiciona e supõe, ao mesmo tempo, a instauração de mecanismos constitutivos de um campo científico auto-regulado e autárquico – se choca, necessariamente, com obstáculos desconhecidos alhures: e não pode ser de outro modo, porque o que está em jogo na luta interna pela autoridade científica no campo das ciências sociais, isto é, o poder de produzir, impor e inculcar a representação legítima do mundo social, é o que está em jogo entre as classes no campo da política. Segue-se daí

que as posições na luta interna não podem jamais atingir o grau de independência com relação às posições nas lutas externas que se observa no campo das ciências da natureza. A idéia de uma ciência neutra é uma ficção, e uma ficção interessada, que permite fazer passar por científico uma forma neutralizada e eufêmica, particularmente eficaz simbolicamente porque particularmente irreconhecível, da representação dominante do mundo social. Desvendando os mecanismos sociais que asseguram a manutenção da ordem estabelecida, cuja eficácia propriamente simbólica repousa no desconhecimento de sua lógica e de seus efeitos, fundamento de um reconhecimento sutilmente extorquido, a ciência social toma necessariamente partido na luta política. Portanto, quando ela consegue instaurar-se (o que supõe certas condições preenchidas, correlativas a um estado determinado da relação de forças entre as classes), a luta entre a ciência e a falsa ciência dos doxósofos (que podem reclamar para si as mais revolucionárias tradições teóricas) traz, necessariamente, uma contribuição para a luta entre as classes, que, pelo menos neste caso, não tem igualmente o mesmo interesse em relação à verdade científica. (BOURDIEU, 2013: 136-137)

É necessário *pensarmos politicamente a Ciência Política*, analisando os efeitos políticos que interferiram em seu desenvolvimento no país, seja o(s) regime(s) autoritário(s) e seus efeitos sobre as universidades, impedindo determinadas condições para estudos políticos, ou os convênios com instituições estrangeiras com interesses em transformar os estudos políticos no Brasil dependentes de seus critérios, uma falsa ciência que quer uma falsa consciência.

Falsa ciência destinada a produzir e a manter a falsa consciência, a sociologia oficial (de quem a politicologia é, hoje, o mais belo ornamento) deve ostentar objetividade e "neutralidade ética" (isto é, neutralidade na luta entre as classes cuja existência, por outro lado, ela nega) manter as aparências de uma ruptura categórica com a classe dominante e suas demandas ideológicas, multiplicando os sinais exteriores de cientificidade: temos, assim, do lado do "empírico", a ostentação tecnológica e, do lado da "teoria", a retórica do "neo" (florescente também no campo artístico) que imita a acumulação científica aplicando a uma obra ou a um conjunto de obras do passado⁵² o procedimento tipicamente erudito da "releitura" – operação paradigmaticamente escolar de simples reprodução (ou de reprodução simples) feita para produzir, nos limites do campo e de suas crenças, as aparências da "revolução". É preciso analisar sistematicamente essa retórica de cientificidade através da qual a "comunidade" dominante produz a crença no valor científico de seus produtos e na autoridade científica de seus membros: seja por exemplo, o conjunto das estratégias destinadas a dar aparência de acumulação, tais como a referência às fontes canônicas, geralmente reduzidas, como se diz, à "sua mais simples expressão" (pensemos, por exemplo, no destino póstumo do Suicídio), isto é, protocolos insípidos imitando o frio rigor do discurso científico, e aos artigos recentes, na medida do possível, sobre o mesmo assunto (é conhecida a oposição entre as ciências "duras" – hard – e as ciências "brandas" – soft); ou ainda as estratégias de fechamento, que entendem marcar uma separação categórica entre a problemática científica e os debates profanos e mundanos (sempre presentes mas a título de "fantasmas na máquina"), isto muitas vezes pelo preço de simples retraduzões lingüísticas; ou as estratégias de denegação, que florescem nos politicólogos, hábeis em realizar o ideal

dominante da "objetividade" num discurso apolítico sobre a política onde a política recai cada só aparece sob aparências irreconhecíveis e, portanto, irrepreensíveis, da denegação politicológica. (BOURDIEU, 2013: 140-141)

Mas aqui não queremos apenas descrever o jogo de que, como assinala Bourdieu, também participamos, tomando por objeto as manobras dos adversários científicos, os desqualificando, em vez de tomar como objeto o campo. Ao escolhermos um dos adversários poderemos perder de vista que há uma relação entre eles, um antagonismo, que dificulta a compreensão de outras posições.

1.7. A Ciência Política como forma de Arte

Por fim, inspirado no ensaio de Robert Nisbet *A Sociologia como forma de Arte*, gostaria de apresentar ainda um último comentário sobre a Ciência Política. Para Nisbet, os avanços intelectuais mais significativos da Sociologia se deram sob impulso e por meio de processos partilhados com a Arte, havendo algo em comum entre Ciência e Arte que se relaciona a descobertas e à criatividade (NISBET, 2000: 112). Penso que o mesmo que ele diz em relação à Sociologia possa ser considerado em relação a uma Ciência Política que valoriza processos como a intuição, a imaginação e o surgimento de *insights*, como o pensamento político brasileiro ou os estudos políticos menos influenciados pela Ciência Política norte-americana e mais influenciados inclusive por perspectivas sociológicas, como as de Marx e Weber.

Não obstante o autor coloque a Sociologia na mesma linha da Física e da Biologia, igualmente considera cada uma delas como uma forma de Arte, além de serem de fato ciências, pois suas mais profundas ideias surgem através de processos intelectuais – intuição, imaginação, *insights* – bastante relacionados aos artistas, apesar de, desde o Século XIX, a Ciência ser tratada como se diferísse da Arte substantiva e psicologicamente, o que não se dava no Renascimento ou no Iluminismo, em que eram tidas como diferentes manifestações de uma forma de consciência criativa. Porém,

Gradualmente espalhou-se a ideia de que a ciência, diferentemente da arte, flui através dos mesmos canais metódicos e sistemáticos que os negócios ou o direito ou a medicina. Sentia-se que o crucial não era a reflexão livre, a intuição e a imaginação, mas a rigorosa aderência aos procedimentos. (NISBET, 2000: 115)

A Arte foi então sendo mitificada de um modo e a Ciência de outro, esta estando não sob o mito da inspiração, mas do método. Para Nisbet, o pior resultado de tal separação é a crença de que seus objetivos e processos de pensamento sejam diferentes, embora tanto a Ciência quanto a Arte se preocupem com a realidade, em iluminá-la e

comunicar essa luz. Além disso, menciona a dependência dos sociólogos aos autores que os precederam, como o artista depende daqueles que o precederam. Um sociólogo ganha sempre algo novo ao reler clássicos da Sociologia. E podemos compreender que o mesmo se dê em relação aos cientistas políticos, sempre tendo algo a ganhar com a releitura de sociólogos ou de pensadores e filósofos políticos que não produziram suas obras e reflexões com base em determinados métodos.

A conclusão a que Nisbet chega é que, ainda que haja diferenças entre a Ciência e a Arte, em ambas há um mesmo tipo de imaginação criativa. E questiona:

Quantos mudos, inglórios Simmels, quantos possíveis Cooleys permanecem hoje enterrados em sequências de currículos obrigatórios e nas salas de computador, ocupando seus talentos não no desenvolvimento de ideias e *insights*, mas na adaptação de ideias triviais ou muito desgastadas para a linguagem da máquina ou na reprodução sem fim de estudos que, muitas vezes, não deveriam sequer ter sido feitos pela primeira vez? Tal servidão é justificada pelo falso e espantoso argumento de que, assim, o “método” da ciência pode ser ensinado ao estudante. Alguém poderia observar, cinicamente, que não vê nenhum Simmel ou Durkheim caminhando no Campus atualmente. Eu arrisco afirmar que também não haveria nenhum no tempo deles se alguns requisitos curriculares e modas terminológicas existissem então. (NISBET, 2000: 127)

Assim, penso que possamos interpretar e entender a Ciência Política a que nos referiremos nesta tese, praticada e lecionada pelos professores da FNFfi e do IFCS-UFRJ de que cujas trajetórias aqui trataremos, também *como* uma forma de Arte no mesmo sentido que Nisbet interpreta a Sociologia, dada a exigência de seus estudantes estarem sempre em contato com pensadores e filósofos políticos de desde a Antiguidade e buscando usar a intuição, a imaginação e seus *insights*, em uma outra formulação que esta ciência pode ter diante de uma formulação de Ciência Política caracterizada pela exigência do uso de determinados métodos e procedimentos de pesquisa, além de conceitos e teorias *importados* da Ciência Política norte-americana.

2. A Ciência Política no Brasil e no Rio de Janeiro

Narrativas a respeito do campo são formas de constituição desse mesmo campo.

Renato Lessa (2011: 29)

Da interpretação à ciência: por uma história filosófica do conhecimento político no Brasil

Neste segundo capítulo, faremos uma breve apresentação de algumas contribuições à história do desenvolvimento da Ciência Política no Brasil, desde os pioneiros artigos *A Ciência Política no Brasil: Roteiro para um Balanço Crítico* de Bolívar Lamounier (1982) e *A Emergência da Ciência Política no Brasil: Aspectos Institucionais* de Maria Cecília Forjaz (1997) até o artigo *Da interpretação à ciência: por uma história filosófica do conhecimento político no Brasil* de Renato Lessa (2011).

Apesar da publicação pela Associação Brasileira de Ciência Política de *A Ciência Política no Brasil: 1960-2015*²⁹ organizado por Leonardo Avritzer, Carlos Milani e Maria do Socorro Braga (2015) e de recentes artigos – como, entre outros, *Ciência Política 1966-1970: o desenvolvimento em pauta* de Christian Lynch (2016), *Tradições disciplinares e tradições intelectuais na trajetória da Ciência Política Brasileira* de Fernando Leite (2016) e *A Gênese da Ciência Política Brasileira* de Fábio Keinert e Dimitri Silva (2010) –, ainda é possível considerarmos os artigos de Lamounier, Forjaz e Lessa como publicações seminais sobre a história da Ciência Política no Brasil que não podem deixar de ser referidas em qualquer discussão como a desta tese.

Afinal, se os artigos de Lamounier e Forjaz foram os primeiros a tratar especificamente da história da Ciência Política no Brasil, fixando sua datação, como argumenta o próprio Lessa, e apresentando argumentos até hoje mobilizados por quem escreve sobre o tema, como Keinert e Silva (2010), Lessa inovou ao propor uma história filosófica do conhecimento político no Brasil.

²⁹ O livro possui artigos sobre a Ciência Política no Brasil de forma mais ampla, como *Da Sociologia política ao (neo) institucionalismo: 30 anos que mudaram a Ciência Política no Brasil* de Fernando Limongi, Maria Hermínia Tavares de Almeida e Andrea Freitas e *Cinco Décadas de Ciência Política no Brasil: institucionalização e pluralismo* de André Marengo até estudos mais específicos sobre (i) a Ciência Política na UFRGS por Helgio Trindade, (ii) a Ciência Política em Brasília por David Fleischer, (iii) estudos legislativos no Brasil por Argelina Figueiredo e Fabiano Santos, (iv) teoria política normativa por João Feres Junior, Luiz Augusto Campos e San Romanelli Assumpção, (v) pensamento político brasileiro por Christian Lynch, (vi) políticas públicas no Brasil por Eduardo Marques e Celina Souza, (vii) institucionalização dos estudos de gênero e feministas na Ciência Política brasileira por Marlise Matos, (viii) política externa brasileira como campo de estudos por Maria Regina Soares e Carlos Milani e (ix) Ciência Política e segurança pública por Glaucio Ary Dillon Soares. Não se trata, porém, de um esforço de sistematização de uma história da Ciência Política no Brasil nem de depoimentos a este respeito, mas artigos sobre a Ciência Política no Brasil com variados recortes e perspectivas.

Por fim, na sequência, apoiados em obras como *ISEB: Fábrica de Ideologias* de Caio Navarro de Toledo (1977) e *A Construção Intelectual e a Política das Ciências Sociais: o caso do IUPERJ* de Elisa Reis (1993), trataremos em linhas gerais de experiências institucionais da Ciência Política no Brasil, especialmente no Rio de Janeiro, desde as experiências geralmente referidas nos textos a respeito da história do desenvolvimento da Ciência Política no Brasil, como o ISEB e o IUPERJ, e outras experiências que merecerão nossa atenção, como o aparentemente esquecido Instituto Nacional de Ciência Política e o projeto engavetado de uma Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas.

2.1. A Ciência Política no Brasil: Roteiro para um Balanço Crítico

O artigo de Bolívar Lamounier (1982) *A Ciência Política no Brasil: Roteiro para um Balanço Crítico*³⁰ foi um dos primeiros trabalhos surgidos com o intuito de descrever em linhas gerais o desenvolvimento histórico da Ciência Política brasileira, tratando das transformações institucionais, desde os pensadores isolados do começo do Século XX até a modernização do sistema universitário, e do conteúdo substantivo das produções intelectuais de cada fase³¹.

O artigo defende a tese de que o desenvolvimento da Ciência Política no Brasil se deve tanto à tradição já existente de pensamento político no país desde antes do estabelecimento das primeiras universidades quanto à expansão da pós-graduação e a diversificação de “formas institucionais” que se operaram a partir da década de 1960.

³⁰ Artigo escrito por ocasião do seminário *A Ciência Política nos Anos 80*, realizado durante a primeira semana de novembro de 1981 pelo IDESP – Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo, que tinha como finalidade servir como evento preparatório ao XII Congresso Mundial da AICP – Associação Internacional de Ciência Política, que se realizaria no Rio de Janeiro, em agosto de 1982. Um dos temas do seminário foi o desenvolvimento da Ciência Política em perspectiva comparada, suscitando trabalhos que abordaram o desenvolvimento da Ciência Política em Portugal, na França, na Itália e no Brasil. Sobre esse tema, em sentido mais amplo, Lamounier tece interessantes considerações. (cf. LAMOUNIER, 1982: 16-18)

³¹ Antes deste ensaio, outro esforço nesse sentido pode ser observado no artigo de Djacir Menezes (1950) *La Science politique au Brésil au cours des trente dernières années* publicado em *La Science Politique Contemporaine: contribution à la recherche, la méthode et l'enseignement*, editado pela ONU. Depois do artigo de Menezes, nenhum outro ensaio pareceu realizar um balanço do campo com esta mesma intenção até o surgimento deste artigo de Lamounier, que se tornou referência nos estudos sobre a Ciência Política no Brasil, o que não havia ocorrido com o trabalho de Menezes. Não deixemos de destacar, todavia, os artigos *A situação do ensino e pesquisa de Ciência Política no Brasil* de Michetti & Miceli (1969), que conheci através de Feres Jr., e *Raízes da Imaginação Política Brasileira* de Santos (1970) como trabalhos publicados neste ínterim que são de grande interesse para pesquisadores sobre o tema do desenvolvimento da história da Ciência Política no Brasil, embora não realizem balanços sobre a Ciência Política no Brasil nos mesmos termos que Menezes, Lamounier, Forjaz e Lessa, que enfocamos neste capítulo.

Para caracterizar este desenvolvimento, que Lamounier chama de “relativo avanço”, o autor destaca três aspectos: (1) “uma autonomia bastante acentuada *no que diz respeito à construção de seu objeto*” (itálico no original) por parte tanto da reflexão política tradicional quanto da Ciência Política acadêmica, (2) a expansão quantitativa especialmente dos programas de pós-graduação, a diversificação de formas organizacionais – como departamentos universitários e centros de pesquisa – e a “relativa continuidade” das atividades de pesquisa e (3) “*a diferenciação de um papel profissional e de instituições específicas*” (itálico no original) da Ciência Política brasileira em relação às demais Ciências Sociais (LAMOUNIER, 1982).

Em relação ao primeiro aspecto, Lamounier defende que não se encontraria no Brasil uma Ciência Política “*embedded*, embutida ou refugiada” em outros domínios analíticos como “economicismo, historicismo e culturalismo”, ainda que houvesse muito de tais domínios em nossa Ciência Política. Com isso, ele diferencia o caso brasileiro do caso português que, segundo Cabral (1982), em artigo publicado no mesmo volume que o de Lamounier, praticamente aboliu o período contemporâneo dedicando-se a outros períodos históricos em vez da realidade política imediata e suas alternativas.

No que concerne ao segundo aspecto, Lamounier defende que, diante das análises do desenvolvimento da Ciência Política no plano institucional em diferentes países da América Latina, a institucionalização da Ciência Política no Brasil se deu com grande rapidez e com invejável nível de expansão e diversificação, especialmente se considerarmos o tardio desenvolvimento da estrutura universitária no país.

Por fim, o terceiro aspecto salientado pelo autor se refere ao fato de que “um baixo grau de profissionalização da Ciência Política brasileira” não necessariamente a colocaria em situação de inferioridade em relação, por exemplo, à Ciência Política praticada em outros países, como França e Itália, analisadas no mesmo volume respectivamente por Jean Leca (1982) e Gianfranco Pasquino (1982).

Com essa caracterização, Lamounier em seguida busca apontar de que maneira uma tradição de pensamento anterior à criação de cursos formais de Ciência Política talvez tenha “ajudado a legitimar a institucionalização desta disciplina”, pois a existência de reflexão política antes do estabelecimento de universidades no Brasil teve importância ímpar para a constituição da Ciência Política brasileira. Para o autor, além de notável continuidade entre esta tradição de pensamento político e a Ciência Política no Brasil que foi se desenvolvendo a partir de 1945, o prestígio dessa tradição – que teve como alguns de seus representantes os pensadores políticos fluminenses Alberto Torres, Oliveira

Vianna e Azevedo Amaral – legitimou o desenvolvimento desta Ciência Política e é um dos fatores que ajuda a explicar a continuidade da expansão da Ciência Política no país mesmo após o autoritarismo político que se seguiu a 1964. Sobre esta tradição, diz que

A Peculiaridade do pensamento político brasileiro nas primeiras décadas deste século provém sobretudo do vigor com que se estabeleceu essa reflexão sobre a formação do Estado e da Nação – vigor que não se explica pela intimidade dos pensadores com a burocracia, mas talvez justamente ao contrário: pela fragilidade desses elos, pelo seu *status* algo flutuante, diferente daquele rigidamente codificado dos burocratas prussianos e, ao mesmo tempo, mais livre do que o permitido pela divisão do trabalho em universidades e institutos de pesquisa modernos. Essa conjunção de circunstâncias tornou-lhes possível aspirar a um papel ativo na definição da agenda política do país, e o fez na medida mesma em que encorajava o aparecimento de uma forma narrativa específica: o ensaio histórico, a grande reflexão sobre a história nacional. (LAMOUNIER, 1982: 411)

Para analisar o impacto da agenda de debates públicos sobre a Ciência Política no caso brasileiro, impacto que o autor compreende ter sido maior quanto menor fosse o grau de institucionalização acadêmica, Lamounier recorre a uma periodização da Ciência Política em correspondência com três fases da agenda política, inspirado em artigo de Fábio Wanderley Reis sobre periodização do desenvolvimento político: (a) a fase de formação e consolidação do Estado com capacidade de controle do território e garantia da segurança da população, que vai até a década de 1930, (b) a fase da emergência de conflitos visando definir quais “áreas de igualdade” (através da previdência, do sistema educacional ou de outros mecanismos) deveriam ser ampliadas e a redução da dependência externa através da industrialização e substituição de importações, fase que coincide com o surgimento da política de massas, após a Segunda Guerra Mundial e (c) a fase pós-1964, caracterizada pela ampliação das reivindicações de igualdade, mas com forte suspeita em relação à concentração de poder e descrença em um desenvolvimento econômico “autônomo”.

Na primeira fase, se encontram os chamados pensadores autoritários do início do Século XX. Como aponta o autor, do ponto de vista das condições institucionais em que produziram o conhecimento político, tal fase é caracterizada pelo trabalho isolado desses pensadores, recorrendo a amplos ensaios histórico-sociológicos, sem apoio universitário nem crítica acadêmica sistemática. As obras dessa fase se inseriam imediatamente na “luta ideológica” do período, sem que fossem contribuições a uma literatura profissional cumulativa (LAMOUNIER, 1982). Autores como Alberto Torres, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, Francisco Campos e Nestor Duarte se preocuparam com “a relativa

inexistência de um verdadeiro Estado Nacional no Brasil” e recorreram a sínteses históricas, com diagnósticos convergentes, se desprezadas as diferenças entre suas obras, em pelo menos dois pontos, segundo Lamounier:

(a) *ao nível das elites dominantes*, a coesão dos grupos familiares, baseada na propriedade da terra, impedia a diferenciação da esfera “pública”, tornando inviável a consolidação do Estado; (b) *ao nível das massas*, a pobreza generalizada e a dispersão espacial fomentavam uma espécie de massificação pré-capitalista, anulando por completo quaisquer prospectos de ação política efetiva e diferenciada, quer através do sistema eleitoral, quer pela participação em associações (...). É notório que esses pensadores, por não serem figuras acadêmicas, aliás em nenhum dos dois sentidos da palavra, preocuparam-se em inspirar ações concretas: em persuadir os possíveis atores alternativos, notadamente os militares, a se engajarem na destruição do Estado oligárquico. (LAMOUNIER, 1982: 413-414 *itálicos no original*)

Ainda segundo Lamounier, o Estado que projetavam seria um híbrido de Estado de Direito com um Estado nitidamente autoritário, “capaz de assegurar sua independência frente às oligarquias regionais, sua coesão burocrática e, sobretudo, um elevado poder de intervenção na esfera econômico-social” (LAMOUNIER, 1982: 414).

Na segunda fase, em que se destacam trabalhos de Victor Nunes Leal, Orlando de Carvalho, Guerreiro Ramos, Hélio Jaguaribe e Afonso Arinos de Melo Franco, entre outros, fazendo “a ponte entre as preocupações clássicas do pensamento político dos anos vinte e trinta e os dilemas práticos que se foram apresentando sob o regime da Constituição de 1946” (LAMOUNIER, 1982: 415), seus autores se interessaram especialmente pelo sistema político-partidário, e pela falta de enraizamento dos partidos para a participação popular. Segundo Lamounier

Temiam os críticos do regime de 1946 que as organizações partidárias não se mostrassem atentas às demandas e necessidades do Brasil “moderno”, das grandes concentrações urbano-industriais, e aos requisitos de consistência e eficácia que se impunham à ação do Estado como promotor do desenvolvimento. Deu-se, assim, uma (problemática) convergência de preocupações entre alguns autores cuja atenção se voltava primordialmente para o problema da representatividade dos partidos, numa ótica liberal, e outros, “desenvolvimentistas” e/ou esquerdistas para os quais a representatividade só se poderia instaurar efetivamente caso os partidos se tornassem ideologicamente diferenciados, encarnando diferentes posições no debate em torno das grandes questões do desenvolvimento econômico, da industrialização, da autonomia nacional, do planejamento e do papel intervencionista do Estado. (LAMOUNIER, 1982: 415)

Nesta fase já se destaca uma busca por um balizamento empírico, como na obra de Orlando de Carvalho – criador da *Revista Brasileira de Estudos Políticos* e de monografias de importante valor histórico, apesar de não se enquadrarem, segundo

Lamounier, em critérios de metodologia acadêmica rigorosos – e Gláucio Ary Dillon Soares, mesmo que houvesse quem tivesse até mesmo posições “nostálgicas do autoritarismo estado-novista.” (LAMOUNIER, 1982: 415)

Há nos trabalhos dessa geração, como aponta Lamounier, algo de continuidade (sobretudo na problemática substantiva) e algo de ruptura (sobretudo nas condições institucionais) em relação ao que se fazia antes de 1945: em relação às condições institucionais, por exemplo, Victor Nunes Leal (FNF*i*), Orlando de Carvalho (UFMG) e Gláucio Soares já desenvolveram seus trabalhos inseridos na estrutura universitária, entre o Direito e a Ciência Política. Guerreiro Ramos, Hélio Jaguaribe e Afonso Arinos de Melo Franco desenvolveram parte de seus estudos políticos inseridos no ISEB, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros.

Na década de 1950 as Ciências Sociais experimentaram crescimento e institucionalização na estrutura universitária, além da incorporação de novas práticas metodológicas. Ao mesmo tempo, no Rio de Janeiro, então Capital Federal, foi criado o ISEB, de que trataremos melhor na última seção deste capítulo. Esses fatores originaram diferentes condições institucionais para o desenvolvimento da Ciência Política em São Paulo e no Rio de Janeiro, conforme aponta Lamounier, em que o desenvolvimento de uma concepção³² de Ciências Sociais na USP inibiu o desenvolvimento da Ciência Política naquela universidade e em que o ISEB, um instituto de pesquisa interdisciplinar subsidiado por órgãos governamentais, se propôs a objetivos³³ que extrapolavam interesses meramente acadêmicos em seus estudos políticos. Contudo, como Lamounier também reitera, a produção da USP e do ISEB constituem um corpo intelectual complexo surgido de um contexto político igualmente complexo, não sendo possível sintetizá-las

³² Um estilo de análise sociológica voltado para trabalhos de campo, estudos monográficos, investigações sobre a formação histórica paulista, a economia cafeeira, a imigração, a industrialização, segundo Lamounier, que chega a dizer que a USP teve um “*sociologismo* às vezes exagerado, na medida que não dirigia a atenção para os temas propriamente políticos ou político-institucionais” que ele confirma com os dados de um levantamento a respeito da produção em Ciências Sociais na USP entre 1945 e 1964, em que nenhuma tese se voltou no período para partidos políticos ou sistema eleitoral, por exemplo. (LAMOUNIER, 1982: 417, *itálico no original*).

³³ Sob inspiração dos pensadores políticos da fase anterior, os pensadores do ISEB buscaram “retratar a estrutura econômica e política de maneira abrangente, com o objetivo explícito de fornecer diretrizes para o desenvolvimento nacional” cultivando ainda “a forma dos grandes ensaios interpretativos” em que a “pesquisa empírica de temas contemporâneos desempenhava um papel claramente subordinado” e mantendo, em relação às suas teses, “grande continuidade com as [teses] dos anos vinte e trinta, destacando a insuficiente autonomia do Estado para promover o planejamento da economia e a industrialização, em virtude dos vínculos que o prendiam a interesses clientelistas e a grupos sociais parasitários.” (LAMOUNIER, 1982: 418)

em poucos parágrafos, os referindo apenas com o intuito de mencionar experiências institucionais significativas no desenvolvimento da Ciência Política no Brasil.

A terceira fase caracterizada por Lamounier se dá a partir de 1964, quando o país está submetido a um regime autoritário e a um modelo econômico internacionalizado, e quando a estrutura universitária brasileira começou a passar por significativas transformações, que serão melhor tratadas em outros capítulos desta tese. Com essas transformações, a Ciência Política recebeu um importante impulso à sua institucionalização e à sua diferenciação acadêmico-profissional, com sua autonomia com as “orientações demasiado formalistas das escolas de Direito” e esforço para se estudar empiricamente processos políticos em sentido estrito, em uma reorientação que se deve também, como identifica o autor, às mudanças no plano internacional a partir da década de 1960, que causaram mudanças em instituições específicas no Brasil durante as décadas de 1960 e 1970, chegando, no caso da institucionalização da Ciência Política, à criação de programas de pós-graduação em Ciência Política e ao envio de pós-graduandos para o exterior.

Sobre a expansão quantitativa da pós-graduação no Brasil, o artigo salienta que quase toda a estrutura de pós-graduação então existente no Brasil foi constituída somente a partir de 1965. Até este ano, apenas a USP mantinha programas de mestrado e doutorado nas áreas de Sociologia, Antropologia e Ciência Política, com apenas 41 teses defendidas entre 1945 e 1965 naquela universidade. Entre 1966 e 1977 na mesma universidade e nas mesmas áreas, foram defendidas 158 teses, sendo este um exemplo do crescimento da pós-graduação no período. (LAMOUNIER, 1982)

Com a criação de novos programas de pós-graduação a partir de 1965, um novo mestrado em Ciência Política foi estabelecido na Universidade Federal de Minas Gerais naquele ano, seguido pelo IUPERJ – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro em 1969 e pela UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas, em São Paulo. O IUPERJ viria a criar seu programa de doutorado em 1980. O autor apresenta dados que revelam que entre 1979 e 1980 já existiam 48 programas de pós-graduação em diferentes áreas das Ciências Sociais, sendo 5 programas de pós-graduação em Ciência Política, área entretanto com menor número de alunos matriculados. Tal expansão se deu não apenas nas universidades federais e estaduais, mas também em universidades privadas, como as confessionais, ou institutos de pesquisa autônomos, ligados ou não ao ensino, da esfera pública ou privada, como o IUPERJ, evidenciando o que Lamounier chama de

“transformação do marco institucional”, que, caso viesse, nas palavras do autor, se completar de maneira satisfatória, permitiria

Um equilíbrio razoável: (a) entre o poder institucional dos “velhos mandarins” (pensadores isolados, catedráticos, altos administradores e empresários culturais) e a autonomia necessária ao trabalho de pesquisadores profissionalizados, engajados numa produção acadêmica regular, em bases modernas; (b) entre a discussão filosófico-doutrinária e a investigação científica regular, que supõe a contínua incorporação de novas evidências empíricas; (c) entre a “internacionalização” e a valorização da produção aqui realizada, bem como a formação acadêmica e dos temas endógenos; (d) entre a interdisciplinariedade e a identidade disciplinar; (e) entre o academicismo “de gabinete” e o imediatismo da ciência social “aplicada”. (...) Nossa hipótese central é que o modelo burocrático-mandarinístico não chegou a adquirir, no Brasil, os contornos estamentais rigidamente codificados que o caracterizaram na Europa, como seu singular enlace entre as hierarquias burocrática e acadêmica. (LAMOUNIER, 1982: 421)

Segundo Lamounier, as Ciências Sociais no Brasil surgiram numa situação de “relativa fluidez”, o que talvez as tenham tornado “bacharelesca, mas não rigidamente escolástica, nos seus primórdios”. (LAMOUNIER, 1982: 422)

Esse conjunto de circunstâncias teria favorecido o aparecimento de uma reflexão vigorosa sobre temas políticos e sociais, cujo prestígio possivelmente contribuiu com a legitimação das Ciências Sociais no Brasil no momento da transformação do marco institucional de um modelo “burocrático e mandarinístico” para um “pluralista e flexível”.

Assim, a partir da década de 1950, as Ciências Sociais no Brasil passaram por experimentações e diversificação de sua organização institucional na universidade ou fora dela, em que três fatores se destacaram, segundo Lamounier, no que concerne à institucionalização da Ciência Política: (a) com apoio financeiro da Fundação Ford foram iniciados programas de pós-graduação em Ciência Política para formar mestres no país e doutores no exterior para atuar nesses programas; (b) esses programas surgiram sobretudo dentro das universidades, como aquele surgido em 1965 junto ao DCP – Departamento de Ciência Política da UFMG e aqueles surgidos junto às áreas de Ciência Política criadas nos departamentos de Ciências Sociais de algumas universidades³⁴, com exceção do caso do programa de mestrado em Ciência Política do IUPERJ, instituto privado vinculado à Universidade Cândido Mendes, também privada, e que desfrutou do que Lamounier chama, sem discutir os motivos, de “grande visibilidade junto aos órgãos de política educacional e junto à comunidade acadêmica” e (c) após uma fase inicial de grande

³⁴ Como a UFRGS, a USP, a PUC-SP e a UNICAMP, que em vez de originarem departamentos de Ciência Política, em um primeiro momento, constituíram a área de Ciência Política em seus departamentos de Ciências Sociais.

dependência da Fundação Ford, um período em que os programas de pós-graduação em Ciência Política precisam recorrer a outras fontes de financiamento, como órgãos governamentais e entidades estrangeiras, originando esforços de elaboração de projetos de pesquisa, de onde talvez advenha uma menor concentração de esforços no ensino em cursos gerais de teoria e metodologia (LAMOUNIER, 1982: 422-423).

Diante desse quadro, conforme aponta o autor, o interesse na ampliação da formação específica em Ciência Política colidiu com interesses acadêmicos já estabelecidos e com correntes de pensamento contrárias a tal definição de “identidade disciplinar”. E foi nesse processo que surgiu ainda a ANPOCS – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais como associação científica representativa desse novo modelo institucional, antes do surgimento da ABCP – Associação Brasileira de Ciência Política, além de publicações especializadas.

Com tal crescimento da sua comunidade científica e seu desenvolvimento institucional, ocorreu para o autor ainda um adensamento do seu leque temático, em vez de sua ampliação, com áreas já pré-existentes sendo enriquecidas com novas abordagens histórico-empíricas, com, em certa medida, a continuidade de determinadas preocupações³⁵.

Por fim, Bolívar Lamounier encerra seu artigo, que reafirma ser apenas um roteiro para um balanço crítico, indagando sobre o futuro da Ciência Política no que se refere à estrutura institucional e à produção substantiva. Apenas quinze anos depois, em 1997, surgiria um novo artigo de referência sobre o tema, o artigo de Maria Cecília Forjaz de que trataremos a seguir.

2.2. A Emergência da Ciência Política no Brasil: Aspectos Institucionais

³⁵ Lamounier exemplifica essa constatação apresentando, quase como que seguissem linhagens do pensamento político brasileiro, a continuidade que representam (a) estudos de José Murilo de Carvalho, Simon Schwartzman, Fernando Uricoechea sobre a formação do Estado brasileiro na esteira de preocupações de Raymundo Faoro e Maria Isaura Pereira de Queiroz e estudos de José Murilo de Carvalho, Mário Wagner Vieira da Cunha e Maria do Carmo C. de Souza sobre a expansão do setor público após 1930, etc.; (b) adensamento nos estudos sobre organização política dos militares, marcada pelo trabalho de Alfred Stepan e (c) Wanderley Guilherme dos Santos, René Dreyfuss Bolívar Lamounier e Fábio Wanderley Reis se voltando para processos eleitorais, democracia, conjuntura, etc., na esteira das reflexões de um Victor Nunes Leal, caso de Wanderley Guilherme, sendo este um “bom conjunto de autores brasileiros”, segundo Lamounier. Em uma palavra, o autor busca demonstrar que ocorreu um adensamento que consistiu em “tornar disponíveis estudos razoavelmente sérios sobre temas e hipóteses já ventilados no debate público brasileiro, ou corrente na literatura internacional de Ciência Política, ao longo de várias décadas.” (LAMOUNIER, 1982: 430)

Em *A Emergência da Ciência Política no Brasil: Aspectos Institucionais*³⁶, Maria Cecília Spina Forjaz tem como intenção focalizar o grupo geracional e regional que denomina “mineiro” e “carioca”, e suas respectivas instituições³⁷. Trata-se de importante artigo, pois utiliza depoimentos e constitui clara exposição da narrativa hoje predominante sobre o desenvolvimento da Ciência Política no Brasil, destacando o Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (DCP-UFMG) e o já referido IUPERJ como, em suas palavras, atores privilegiados “da autonomização do conhecimento científico da política em relação a outros ramos das Ciências Sociais brasileiras”.

Com isso, Forjaz trata mais especificamente do processo de institucionalização, profissionalização, definição disciplinar e o que chama de “constituição de um elenco respeitável de produtos de Ciência Política, assim como a afirmação de paradigmas teóricos próprios e a autonomização em relação a ramos mais antigos e consolidados das Ciências Sociais especialmente a Sociologia e o Direito” (FORJAZ, 1997: 2). Segundo a autora

Irmã caçula das ciências sociais, a Ciência Política afirma sua identidade a partir de meados dos anos 60, quando já se constituía no país um sistema de ensino superior ao qual esteve estreitamente vinculado o desenvolvimento intelectual e institucional dessas disciplinas, especialmente no eixo São Paulo — Rio de Janeiro. (FORJAZ, 1997: 2)

Forjaz inicialmente destaca que entre 1930 e 1964 exerceram papel de liderança como centros produtores de Ciências Sociais a chamada “Escola Sociológica Paulista” (USP) e o *Instituto Superior de Estudos Brasileiros* (ISEB), no bojo da industrialização e urbanização do país. Citando Sérgio Miceli, credita o insucesso dos empreendimentos universitários da capital federal à ingerência política do governo e aos obstáculos impostos pelo “exercício do controle confessional católico”.³⁸

³⁶ Este artigo, publicado na Revista Brasileira de Ciências Sociais, é um dos produtos do projeto de pesquisa *História das Ciências Sociais no Brasil* desenvolvido no IDESP - Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo entre 1987 e 1990 sob a coordenação do professor Sergio Miceli, do qual a autora participou desde 1989, período em que as entrevistas e a coleta de dados foram realizadas, com a redação do texto sendo posterior.

³⁷ Os nomes do grupo mineiro e carioca (aliás, predominantemente mineiro) que constituem essa geração são referidos por Forjaz: Wanderley Guilherme dos Santos, Fábio Wanderley Reis, Bolivar Lamounier, Antonio Otávio Cintra, Simon Schwartzman, Amaury de Souza, Edmundo Campos Coelho, Eli Diniz, Olavo Brasil de Lima Jr., Renato Boschi, Teotonio dos Santos, Vinicius Caldeira Brandt, Herbert José de Souza, Ivan Ribeiro, Élcio Saraiva, Maurício Cadaval, o historiador José Murilo de Carvalho e o sociólogo Vilmar Faria.

³⁸ É interessante ainda a abordagem da autora sobre o caráter fechado da Universidade de São Paulo, especialmente da chamada “Escola Sociológica Paulista”, que produziu um debate intelectual que ela

A autora aponta ainda como fatores que explicam a tardia constituição de um perfil disciplinar autônomo para a Ciência Política no Brasil tanto a debilidade na área de política da Sociologia acadêmica paulista quanto o predomínio de uma Ciência Social de cunho ideológico e intervencionista no ISEB, com nenhum desses fatores tendo deixado que florescesse em São Paulo ou no Rio de Janeiro uma reflexão política de cunho acadêmico. Ainda não existiam as condições que permitiriam a emergência da autonomia da política como objeto de investigação científica nos moldes com que o DCP-UFMG e o IUPERJ se notabilizaram³⁹.

Este atraso da constituição da Ciência Política como disciplina científica em determinado molde no Brasil, nota a autora, não é específico do caso brasileiro, sendo marca da Ciência Política até nos Estados Unidos, “onde o desenvolvimento acadêmico da Ciência Política foi mais intenso e precoce”, cujo processo de institucionalização correspondeu a uma “batalha intelectual da construção da identidade disciplinar” (FORJAZ, 1997: 3). Apenas nas décadas de 1960 e 1970 a disciplina floresceu em países em que até então não havia se institucionalizado cientificamente.

No caso do Brasil, Forjaz credita a decolagem da institucionalização da Ciência Política à constituição de um sistema de pós-graduação e de agências de fomento à pesquisa (CNPq, Finep, CAPES) que passaram a financiar pesquisas em Ciências Sociais, que vieram, por sua vez, a contar com verbas do Estado não apenas destinadas à Educação. Segundo a autora

O sistema nacional de pós-graduação implantado pela Reforma Universitária de 1968 ampliou enormemente o mercado de docentes universitários, pesquisadores, bolsas de estudo, bibliotecas, laboratórios e todos os outros aparatos necessários ao desenvolvimento científico num leque bastante diversificado de áreas do conhecimento, expansão com a qual as ciências sociais em geral, e a Ciência Política em particular, também foram beneficiadas. (FORJAZ, 1997: 4)

Forjaz ainda aponta como a Ciência Política, mesmo não sendo alvo do impulso modernizador propiciado pelo regime autoritário, foi caudatária, ao lado das Ciências Humanas, de um processo de expansão da pesquisa científica e da indústria cultural no país, ocorrido neste período, especialmente com a hegemonia dos militares *sobornistas* no governo federal.

denomina “bastante agressivo” em um processo “extremamente competitivo” de afirmação de seus cientistas sociais. Mais recentemente, tratam ainda deste tema Keinert e Silva (2010).

³⁹ Forjaz ainda salienta a subordinação *desta* tradição da Ciência Política à influência estrangeira, especialmente a norte-americana, cujas fontes teóricas marcaram profundamente os grupos que a autora focaliza, os distinguindo dos fundadores da Sociologia brasileira, formados na tradição europeia.

Contudo, além desses fatores internos que teriam possibilitado a emergência de uma Ciência Política acadêmica na década de 1960, Forjaz considera fundamentais “os investimentos feitos por agências internacionais, dentre as quais se destaca a Fundação Ford”, esteio financeiro de alguns dos principais empreendimentos na área, como o IUPERJ⁴⁰, o DCP-UFMG, o Museu Nacional da UFRJ e o CEBRAP.

O que explica este interesse da Fundação Ford em investir nas Ciências Sociais no Brasil, segundo Sérgio Miceli, citado por Forjaz, foi uma mudança de atitude da Ford em relação às disciplinas não-econômicas em Ciências Sociais “como parte de toda uma reelaboração do diagnóstico que seus dirigentes e técnicos possuíam acerca do processo de desenvolvimento.” (MICELI *apud* FORJAZ, 1997: 5).

Independentemente do que melhor possa explicar, porém, as razões pelas quais a Fundação Ford participou tão ativamente do processo de institucionalização da Ciência Política acadêmica em moldes teóricos norte-americanos no Brasil, é inegável que, conforme aponta a autora,

A atuação da Fundação Ford foi fator fundamental na implantação de uma Ciência Política de orientação norte-americana. Propiciando bolsas de estudo para os centros de excelência em Ciência Política nos Estados Unidos ou promovendo a vinda de professores americanos ao Brasil, a Fundação influenciou enormemente a formação de novas elites intelectuais permeáveis aos padrões da produção acadêmica norte-americana. Formar elites e influenciar o *policy-making* no Brasil fez parte da estratégia política da Ford e de outras organizações americanas concatenadas com o projeto mais amplo de hegemonia na América Latina. (FORJAZ, 1997: 5)

Forjaz ainda aponta que a primeira instituição a ter recebido recursos da Ford foi o DCP-UFMG, que foi o departamento em que surgiu o primeiro programa de mestrado em Ciência Política do Brasil, seguido da criação do programa de mestrado em Ciência Política do IUPERJ em 1969. E melhor se referindo aos interesses dessas agências, aponta Forjaz:

É óbvio que os interesses dessa e outras agências norte-americanas, públicas ou privadas, estão vinculados a uma política de hegemonia cultural na América Latina, propósitos que se intensificaram claramente depois da Revolução Cubana. Os investimentos feitos possibilitaram a abertura de canais de intercâmbio acadêmico-intelectual através dos quais os modelos teóricos da ciência social anglo-saxã penetraram um campo intelectual até então dominado por padrões europeus. Mas, pode-se dizer que a Fundação Ford exerceu uma espécie de "imperialismo cultural ilustrado", bastante pluralista, que admitiu e

⁴⁰ Em tabela apresentada por Forjaz, publicada em anterior trabalho de Miceli, vemos, por exemplo, que o IUPERJ possuiu a segunda maior dotação em favor das Ciências Sociais no Brasil, de mais de 1 milhão e seiscentos e setenta mil dólares entre 1967 e 1989, só menor do que a dotação para o CEBRAP, que foi de mais de 1 milhão e setecentos e vinte mil dólares Cf. *Quadro com maiores dotações da Fundação Ford em favor dos cientistas sociais no Brasil (1970-1988)* apresentado por Forjaz (1997).

abriu espaços para lideranças intelectuais latino-americanas dos mais variados matizes político-ideológicos. Muitos intelectuais brasileiros punidos pela Revolução de 1964, e em especial várias lideranças intelectuais da emergente Ciência Política nacional, como Fernando Henrique Cardoso, Wanderley Guilherme dos Santos, Bolívar Lamounier, Simon Schwartzman e muitos outros encontraram abrigo no seio de instituições patrocinadas pela Fundação Ford. (FORJAZ, 1997:)

Com as agências de fomento e o sistema nacional de pós-graduação, as atividades de pesquisa e docência nas Ciências Sociais no Brasil, o ensino e a pesquisa em Ciência Política no Brasil passaria por grandes transformações, se distanciando um pouco mais do modelo anteriormente praticado. Além disso, a Ciência Política passa a ser produzida em programas de pós-graduação de universidades públicas, um programa de pós-graduação privado (IUPERJ) e núcleos de pesquisa universitários ou centros de pesquisa privados, conforme aponta Almeida citada por Forjaz, com projetos, muitas vezes, de maior fôlego em termos de pessoal e recursos. (FORJAZ, 1997).

E Forjaz ainda aponta duas ordens de fatores que se vincularam ao contexto macro-histórico que permitiu a emergência da Ciência Política como campo específico do conhecimento: (1) o papel assumido pelo Estado como condutor de um processo de desenvolvimento e modernização da sociedade brasileira e (2) a extrema politização do movimento estudantil no Brasil e na América Latina na década de 1960.

Sobre o papel do Estado, Forjaz se refere ao desafio que passou a representar o debate sobre o Estado, que passou a ser um dos temas centrais da produção sociológica e política do Brasil nos anos do regime autoritário. Forjaz inclusive interpreta que é este desafio que leva cientistas sociais a buscarem em correntes do pensamento marxista, como o estruturalismo ou o historicismo de Gramsci, explicações sobre os novos papéis do Estado nas sociedades contemporâneas, quando o paradigma teórico-marxista era dominante nas Ciências Sociais no Brasil, segundo a autora, “graças à hegemonia intelectual da Escola Sociológica Paulista.” Temas como autoritarismo e ascensão dos militares ao poder provocam novas reflexões políticas no período, abrindo novos espaços para a Ciência Política, que vai se autonomizando em relação às explicações econômicas ou sociológicas.

Além disso, um dos efeitos do Golpe de 1964 foi a politização das Ciências Sociais⁴¹. E se deu ainda a possibilidade de um grupo de jovens interessados em estudos

⁴¹ Forjaz aponta, chamando o Golpe de 1964 de Revolução de 1964, que “mais diretamente afetados pela repressão, estudantes e professores de ciências sociais tiveram suas trajetórias truncadas ou alteradas pelo exílio ou pela prisão, cassação, aposentadoria e outras formas de constrangimento. Muitos depoimentos

políticos viajarem para os Estados Unidos e conhecerem concepções teóricas e métodos de pesquisa completamente desconhecidos até então por aqui, além do próprio sistema universitário norte-americano, com outros padrões de profissionalização e concorrência. E foi aí que se iniciou a história do IUPERJ, cujos vínculos com o DCP-UFMG, segundo a autora, foram bastante fortes, com o IUPERJ servindo de “abrigo institucional” para muitos mineiros após as dificuldades de consolidação do DCP. Forjaz aponta que aqueles que participaram do estabelecimento do mestrado em Ciência Política do DCP e do IUPERJ vinham em boa parte do curso de Sociologia e Política da UFMG, vinculado à Faculdade de Ciências Econômicas da universidade e não à sua Faculdade de Filosofia, ao menos entre 1959 e 1964, como era o caso da USP. Tal curso em uma Faculdade de Ciências Econômicas tinha como objetivo que seus egressos viessem a assessorar o governo, em vez de formar professores secundários, caso da USP e, em certa medida, da FNFi:

A intenção manifesta era formar a elite da burocracia pública mineira, daí o peso dos cursos de Política, Administração e Economia, num equilíbrio curricular totalmente distinto do modelo dominante uspiano, centrado na Sociologia e voltado essencialmente para a formação de professores secundários. Além dessa especificidade, o curso propiciou aos alunos alto grau de profissionalização acadêmica e convívio universitário, pois concedia bolsas de estudo aos melhores e funcionava em tempo integral. A referência ao sistema de bolsas e a consciência de constituírem uma "elite acadêmica" é um dos *leit motifs* do discurso dos mineiros sobre suas origens. (FORJAZ, 1997: 10)

Forjaz também aponta a importância que teve para esse grupo a realização de um mestrado junto à FLACSO no início da década de 1960, criada com o objetivo de ser uma instituição para a formação com alto nível de cientistas sociais, com o patrocínio da UNESCO, OEA e CEPAL, em que se conhecia muita Sociologia norte-americana e em que havia o predomínio das ideias de Gurvitch, que, para a autora, pode ter sido uma primeira influência no sentido de predispor aqueles jovens mineiros à pesquisa empírica e familiarizá-los à dimensão institucional da análise política⁴².

apontam a influência da Revolução de 64 nas carreiras de toda uma geração de cientistas sociais” (FORJAZ, 1997: 8). Assim como aponta Bolívar Lamounier em resposta à Maria Arminda do Nascimento Arruda, em entrevista citada por Forjaz, “a questão da Ciência Política tem a ver com a mudança de 64. Quer dizer, o colapso dos sonhos da geração inteira. (...) Era uma geração inteira em colapso.”

⁴² Para Forjaz, seriam alguns dos traços comuns da trajetória intelectual desse grupo de pesquisadores “a graduação no Curso de Sociologia e Política da Universidade Federal de Minas Gerais, a pós-graduação na FLACSO e nas grandes universidades americanas, o pertencimento a instituições patrocinadas pela Fundação Ford, a rejeição do marxismo como paradigma teórico, a militância política dos anos 60, a incorporação de modelos teóricos norte-americanos, mas acima de tudo o que unifica o grupo é a construção teórica da autonomia disciplinar da Ciência Política. Conceber a política como uma esfera autônoma da realidade social, com determinações próprias não subordinadas às esferas econômica, social ou cultural, foi a grande contribuição dos mineiros e cariocas.” (FORJAZ, 1997: 9)

É na volta desse curso no Chile que o DCP é criado por, entre outros, Fábio Wanderley, Antônio Otávio, Simon Schwartzman e Júlio Barbosa, em convênio com a Fundação Ford e já após a vinculação do curso de Sociologia e Política à Faculdade de Filosofia em 1968, após e como consequência do Golpe de 1964, uma possível razão para o insucesso da iniciativa. (ARRUDA *apud* FORJAZ, 1997: 10).

Para Forjaz, referindo-se à influência da experiência isebiana sobre esse grupo, “a inclinação para a política dos mineiros, que os transforma em atores importantes do processo de afirmação da Ciência Política brasileira, encontra eco na tradição intervencionista e militante das ciências sociais no Rio de Janeiro.” (FORJAZ, 1997: 11) O ISEB é uma das referências intelectuais do grupo e não à toa a principal liderança intelectual do IUPERJ será Wanderley Guilherme dos Santos, que fora um jovem isebiano no início da década de 1960.

Contudo, o ISEB é uma das correntes do pensamento brasileiro a que esse grupo acaba se opondo, buscando afirmar e construir uma identidade intelectual própria, além de outras duas correntes:

Porém, apesar das influências isebianas na fase inicial, o grupo mineiro/carioca tentou se afirmar e construir uma identidade intelectual própria enfrentando três correntes distintas do pensamento social brasileiro: a Escola Sociológica Paulista, o adversário principal; o ISEB, e a Ciência Política mineira tradicional, vinculada à Faculdade de Direito e liderada por Orlando de Carvalho. Nesse enfrentamento, a Ciência Política buscava se autonomizar simultaneamente da Sociologia e do Direito, e ao mesmo tempo invocava para si um estatuto de ciência na rejeição ao caráter "ideológico" da produção isebiana. Queremos dizer que a constituição de uma cara própria e uma presença específica da Ciência Política acadêmica significou, para esse grupo, confrontar essas três tradições anteriores das ciências sociais brasileiras. Manejando metodologias e técnicas de pesquisa da Ciência Política anglo-saxã, os mineiros e cariocas confrontam a tradição jurisdicista da geração mineira mais antiga e a ausência da política na produção paulista. (FORJAZ, 1997: 12).

Uma das oposições desse grupo que mais chama a atenção de Forjaz é à USP, que possuía uma fragilidade em sua análise política, segundo a autora, proveniente da convergência de duas influências teóricas distintas, a Sociologia francesa e o Marxismo. Essas duas escolas de pensamento, para Forjaz, “obstacularizaram o desenvolvimento da Ciência Política na USP até o fim dos anos 1970”, pois subordinavam os fenômenos políticos a outras esferas da sociedade, impedindo fortalecimento da área de Ciência Política dentro do Departamento de Ciências Sociais da USP até este período⁴³.

⁴³ Forjaz explica que a orientação até a década de 1960 deste departamento, através da liderança intelectual de Florestan Fernandes, eram os ensinamentos da missão francesa que constituiu o departamento na década

Ainda em sua afirmação diante da USP, o grupo de mineiros e cariocas passam a invocar novos padrões de cientificidade para se distanciar do modelo uspiano:

Assim como no passado a escola paulista invocara para si padrões de análise científica para marcar sua diferença em relação ao estilo ensaísta, militante e "ideológico" do ISEB, a partir de meados dos anos 60 são os mineiros e cariocas que invocam novos padrões científicos para se distanciar do estilo uspiano, calcado freqüentemente em longos ensaios histórico-conceituais e carentes de embasamento empírico e formalizações lógico-matemáticas, que os novos politicólogos tentam introduzir apoiados na Ciência Política norte-americana. (...) Evidentemente, esse acirrado debate de idéias se insere na árdua competição acadêmica e significa disputa por hegemonia intelectual, que se traduz freqüentemente no controle de espaços institucionais e melhores condições materiais de realização do trabalho científico, especialmente difícil nos países periféricos e nas áreas científicas menos valorizadas, como são as "humanidades". (FORJAZ, 1997: 13-14)

Por fim, a outra corrente diante da qual o grupo mineiro e carioca tentou se afirmar foi o "juridicismo tradicional da Ciência Política implantada na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, liderada por Orlando de Carvalho e veiculada na *Revista Brasileira de Estudos Políticos*" em que a política era tratada sob um ângulo que soava mais "jurídico", uma vez que seu núcleo possuía uma identidade profissional, intelectual e até mesmo política marcada pela formação jurídica de seus membros.

Em suma, o texto de Maria Cecília Forjaz é bastante relevante por ser dos primeiros e ter como foco o desenvolvimento da história da Ciência Política no Brasil, tratando desse grupo mineiro e carioca que realiza no Brasil, segundo a autora na conclusão de seu artigo, "a delimitação de um objeto próprio da Ciência Política e a afirmação da autonomia dessa dimensão da totalidade social" (FORJAZ, 1997:).

Forjaz acrescenta que a análise da obra desse grupo, de que não trata no referido artigo, permite perceber uma diversidade de métodos e a inexistência de paradigma teórico comum, não constituindo uma escola de pensamento, embora todos compartilhassem de alguns traços comuns, como a crítica ao marxismo dominante nas Ciências Sociais brasileiras das décadas de 1960 e 1970, se notabilizando pela preocupação em coletar evidências empíricas e históricas que suportassem explicações

de 1930, com esses paradigmas franceses sendo abandonados a partir da década de 1960, em que o Marxismo passa a predominar, a partir dos "Seminários de Marx", em que se reuniam em torno da obra de Marx jovens professores do departamento, como Fernando Henrique Cardoso, José Arthur Giannotti, Octávio Ianni, Juarez Brandão Lopes, Ruth Cardoso, Leôncio Martins Rodrigues, Fernando Novais, Paulo Singer, Bento Prado Junior e Roberto Schwarcz. Dessa geração sairá a Teoria da Dependência, em que "uma das mais elaboradas tentativas de explicação da modernização capitalista no Brasil, gerada com a contribuição importante de lideranças intelectuais da Escola Sociológica Paulista", mas em que "a esfera política tende a se transformar em epifenômeno das transformações econômicas" (FORJAZ, 1997: 13)

científicas. Ademais, segundo Forjaz, todos os membros desse “grupo” buscaram enfatizar a autonomia aos fenômenos políticos e descolar a explicação política de possíveis determinantes econômicos e sociais, tratando de fenômenos como o Estado, partidos políticos, processos eleitorais, pensamento político e autoritarismo no Brasil.

O artigo de Forjaz e o artigo de Bolívar Lamounier constituíram até recentemente as principais narrativas sobre a Ciência Política no Brasil. Em 2011, outro texto nos chamou a atenção ao buscar discutir o campo da Ciência Política no país de modo distinto do que já havia sido escrito até então, conforme veremos na seção a seguir.

2.3. Por uma história filosófica do conhecimento político no Brasil

Publicado na *Lua Nova: revista de cultura e política*, em 2011, o ensaio *Da interpretação à Ciência: por uma história filosófica do conhecimento político no Brasil* de Renato Lessa traz uma das abordagens mais críticas sobre a Ciência Política no Brasil⁴⁴, embora fundamentado em argumentação filosófica mais do que uma discussão sobre relações de poder envolvendo a constituição da disciplina no país.⁴⁵ Neste ensaio, o autor busca levar em consideração antecedentes da constituição do campo no Brasil, como (i) a “*recusa* de uma tradição tida como ensaística e indisciplinada” e (ii) a “*adesão* a protocolos de explicação positiva dos fenômenos políticos”, considerando que a história da disciplina no Brasil se inscreve em uma história mais ampla, de que faz parte a própria demarcação crítica entre a Ciência Política e o “pensamento político brasileiro” e os efeitos da cultura científica marcada pelo Behaviorismo da Ciência Política norte-americana sobre a Ciência Política no Brasil.

No entanto, Lessa considera o clássico ensaio de Bolívar Lamounier (1982) sobre a Ciência Política no Brasil “o mais sistemático exercício de reflexão sobre a constituição da ciência política no Brasil” (LESSA, 2011: 21), embora tenha sido escrito trinta anos antes, pois este texto adotou e fixou uma datação que se tornou referência para os cientistas políticos brasileiros, datação reforçada por Maria Cecília Spina Forjaz (1997),

⁴⁴ O autor é crítico do que chama de uma “direção assumida”, a partir da década de 1970, “da afirmação de uma ciência positiva da política, depurada das confusões ‘normativas’ do campo das humanidades e progressivamente afastada das demais ciências sociais, em nome da defesa de uma autonomia e de uma distinção de seu objeto.” (LESSA, 2011: 18)

⁴⁵ Trata-se de ensaio em que o autor utiliza os argumentos e formulações desenvolvidos um pouco antes em seu ensaio *O campo da Ciência Política no Brasil: uma aproximação construtivista*, motivo pelo qual não nos referimos aqui a este outro artigo, publicado no livro *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Ciência Política*, organizado pelo próprio Lessa em 2010.

apesar de reconhecer a emergência de uma reflexão política sistemática no Brasil a partir do Século XIX. Porém, segundo Lessa, a afirmação dessa precedência nada diz sobre a relação entre este pensamento político precedente e a nova ciência que, segundo ele, foi em grande medida feita contra ele.

Assim, Lessa discute a importância do pensamento político brasileiro, apontando que, ainda que não preenchessem os protocolos que seriam fixados pela Ciência Política, nosso pensamento político sempre esteve a par das tendências coetâneas da Filosofia Política e motivado pela oportunidade de intervir, voltado para interpretar problemas colocados pela dinâmica política e social e para o desenho de alternativas possíveis. (LESSA, 2011: 23). A precedência deste pensamento político, segundo Lessa, deve “deflacionar nossas sensações de que o campo de conhecimento supostamente estabelecido a partir da consolidação da moderna pós-graduação no país é contemporâneo de sua própria história.” (LESSA, 2011: 23). Porém, aponta para o que chama de “o problema da autonomia e do *embeddness*⁴⁶” e “o problema da demarcação e da distinção”.

Sobre o primeiro problema, Lessa aponta que

É possível sustentar que todo processo de autonomização resulta de uma recusa a padrões de *embeddness*. O segmento a ser autonomizado deve ser apresentado como dotado de qualidades ontológicas próprias, que justificam o destaque com relação a conjuntos que, até então, determinavam seu sentido e seu alcance. (LESSA, 2011: 26)

Para o autor, a “autonomia” como referida por Lamounier (1982) designa uma relativa ausência de efeitos de *embeddness*, como

Um campo que não fará concessões ao ‘historicismo’, ao ‘culturalismo’ e ao ‘sociologismo’ (...) Em outros termos, a autonomia significa que os fenômenos observados devem ser retirados de ‘casulos’ e percebidos no que revelam de intrinsecamente políticos (LESSA, 2011: 26-27)

Já “a tradição do ensaísmo brasileiro, fortíssima até os anos 1960, e ainda não de todo extinta, ao considerar temas de natureza política, o fez de um modo tal que narrativas históricas, literárias, filosóficas, sociológicas, econômicas e de outras extrações comparecessem à análise.” (LESSA, 2011: 27-28)

A própria análise de Victor Nunes Leal em *Coronelismo, Enxada e Voto*, não se apresentava, segundo Lessa, como centrada apenas em fatores políticos, mas imersos (embebedos) em injunções históricas e sociológicas. Lessa aponta o quanto obras de caráter normativo produzidas entre as décadas de 1940 e 1960 – que tem sido percebidas

⁴⁶ Lessa parte de designação dada por Manuel Villaverde Cabral sobre um “ciclo de *embeddment*” na reflexão política em Portugal, em que a narrativa política esteve *embebedada* em “casulos” estabelecidos pela narrativa histórica mítica e remota, e da ideia de *embeddness* aplicada por Karl Polanyi, que, segundo o autor, “mostrou como as relações econômicas estiveram (...) *embedded* em um conjunto de injunções não econômicas” (LESSA, 2011: 25)

como “interpretações do Brasil” – buscavam a inteligibilidade da política em seus nexos com a história, a vida social e o que se queria para o futuro: ou seja, a observação política estava envolvida com outras tradições reflexivas e sob motivação normativa. Tal tradição difere do que seria considerada a Ciência Política a partir da década de 1970, conforme aponta o autor, em que “os marcadores da profissionalização far-se-ão mais salientes e a recusa progressiva de envolvimento com narrativas históricas, sociológicas e culturalistas se afirmará como cláusula pétrea.” (LESSA, 2011: 34)

Desse modo, o autor discute a autonomia ao dizer que “campos de conhecimento não se fazem apenas a partir de petições de autonomia, fundadas no caráter supostamente estrito de seus objetos pretendidos e prediletos.” (LESSA, 2011: 28) Para ele, a afirmação de uma Ciência Política *soi disant* autônoma no Brasil se fez acompanhar de um duplo processo de ruptura: (a) com o campo e linguagens das humanidades, como efeito da ruptura realizada pela revolução behaviorista e (b) com o próprio campo das Ciências Sociais a partir do final da década de 1980, com o predomínio da linguagem e temas do neoinstitucionalismo e da *rational choice*.

É importante que Lessa reitera que o ensaio de Lamounier foi formulado antes de que os efeitos do neoinstitucionalismo e da *rational choice* se tivessem feito presentes no Brasil. Mas um dos efeitos desta narrativa foi a oposição entre um período longo e um período mais recente.

No primeiro caso, encontramos intelectuais isolados, a praticar um ensaísmo histórico-sociológico aberto, sem sinais de adensamento e apuro disciplinar. Na outra ponta, a indicar desdobramentos recentes, uma expansão forte de programas de pós-graduação e uma diversificação de formas institucionais de trabalho: departamentos universitários e centros de pesquisa, públicos e privados. Nessa segunda fase, o exercício de reflexão a respeito da política teria ganhado contornos de maior continuidade e sistematicidade, em um processo concomitante ao da progressiva profissionalização dos produtores de conhecimento político. (LESSA, 2011: 29)

Contudo, Lessa discute ainda que tem sido reinterpretado o período que antecedeu à moderna institucionalização da Ciência Política e das Ciências Sociais, que já foi caracterizado⁴⁷ de modo negativo, formado por pensadores isolados, diletantes, sem lastro institucional das universidades e centros de pesquisa.

Para o autor, “de modo mais preciso, o que viria a ser designado como a ‘institucionalização da ciência política’ esteve fortemente vinculado ao desenho e a

⁴⁷ Lessa reitera que Lamounier demarcou desse modo as características do período, por exemplo, como (i) a prática de um trabalho individual e fora das universidades, (ii) uma “luta ideológica”, etc. (LESSA, 2011: 30-31)

montagem desse sistema de pós-graduação.” (LESSA, 2011: 35) E além deste impacto sobre a Ciência Política, a partir de 1964, análises da Ciência Política passaram a se dedicar ao Estado autoritário.

Não é que o tema “Estado” estivesse ausente na reflexão anterior a 1964. A diferença no pós-1964 é a de que ele passa a ser considerado menos como um domínio fixado na dinâmica social mais ampla, e resultante de processos históricos de longo prazo, e passa a ser percebido como arena autárquica na qual múltiplos processos decisórios têm lugar. (...) Falar-se-á cada vez menos em "Estado" e cada vez mais em "processos decisórios" e em "políticas públicas", expressões acrescentadas nos anos 1970 ao vocabulário político brasileiro, com presença ubíqua no vocabulário dos agentes políticos e sociais, fora do âmbito acadêmico. (LESSA, 2011: 35-36)

Renato Lessa trata ainda da Ciência Política norte-americana em seu ensaio, indicando a importância de se ter uma ideia da densidade histórica da Ciência Política naquele país, pois se tratou de uma influência estruturante na trajetória do que se tornaria a Ciência Política no Brasil a partir da década de 1960. (LESSA, 2011: 36).

Apoiado em um balanço crítico editado por Thomas Bender e Carl Schorske⁴⁸ e em outros trabalhos, Lessa se refere a alguns aspectos da Ciência Política nos Estados Unidos, que passou por uma “revolução acadêmica” (JENKINS & RIESMAN *apud* LESSA, 2011: 38), com “ (i) devoção ao modelo das *hard sciences*, (ii) compromisso com a objetividade, (iii) confiança no poder da análise formal, (iv) aversão à ideologia e a ameaças à “pureza disciplinar” (LESSA, 2011: 39) Foi nesta “revolução acadêmica” que o trabalho acadêmico passou a se devotar ao desenvolvimento disciplinar e ao treinamento dos estudantes. E não atingiu apenas a Ciência Política: “no domínio da Ciência Política, a virada tomou a forma do que foi designado como uma ‘revolução behaviorista⁴⁹’” (LESSA, 2011: 40) com pesadas críticas à teoria política, como se esta tivesse “perdido a capacidade de dizer coisas a respeito do mundo realmente existente” e tivesse se confundido com o campo da história das ideias políticas. (LESSA, 2011: 41)

Lessa criticamente, porém, assim como João Feres Junior (2000)., observa que havia pressupostos normativos nesta ciência⁵⁰ que se pretendia descontaminada de

⁴⁸ O trabalho de Bender e Scorske trata também da Economia, dos estudos de inglês e da Filosofia.

⁴⁹ Segundo Lessa, “Um tanto triunfalista, a expressão "revolução behaviorista" designa uma reorientação ocorrida no campo do conhecimento político, a partir dos anos 1950. A virada pretendia afirmar tal conhecimento como uma "ciência", com protocolos distintos dos praticados pela filosofia política, percebida como contaminada por fortes componentes historicistas e normativos. A reorientação proposta pretendia, ainda, executar uma virada empírica e positiva no campo do conhecimento da vida política, voltada para a explicação de como os fenômenos políticos ocorrem no assim chamado mundo real. Uma ciência da política, assim revolucionada, deveria sustentar-se em bases exclusivamente realistas e experimentais e dispensar referências de ordem normativa.” (LESSA, 2011: 40)

⁵⁰ Para Lessa, “o apego à democracia, como objeto e como ideal, ainda que deflacionado, opera como

ideologia e apegada a rigorosos procedimentos, pois estava comprometida com valores e práticas afirmadas como “democráticas”. Com isso, o autor discute a relação entre ciência, democracia e Guerra Fria, uma vez que, segundo Easton, citado por Lessa, o macarthismo representou “um estímulo para o desenvolvimento de uma ciência política mais objetiva e científica” proporcionando uma postura de proteção para os acadêmicos, sem envolvimento político e ideológico. (LESSA, 2011: 41)

O autor, porém, acrescenta que não insinua uma adesão à paranoia do macarthismo por parte dos cientistas políticos behavioristas, mas a correlação entre “a crença na necessidade de uma ciência descontaminada de seu passado ideológico e o desenvolvimento de uma cultura intelectual de insulamento” (LESSA, 2011: 42) Junto a uma “virada metodológica”, se aprofundou a “autonomização da política” com abandono de hipóteses marxistas e de perspectivas históricas e sociais como se fossem cruciais para a inteligibilidade da política (LESSA, 2011: 44), ainda que, na década de 1960, viesse a existir uma “virada pós-behaviorista” com a emergência dos movimentos pelos direitos civis, movimentos pelos direitos da população negra, protestos contra a guerra do Vietnã, etc. (LESSA, 2011: 42)

Na última seção de seu texto, Lessa trata dos efeitos da Ciência Política norte-americana sobre a Ciência Política no Brasil, uma vez que

Os efeitos no Brasil da cultura científica estabelecida pela virada behaviorista foram, por certo, muito fortes. Ao contrário de narrativas, típicas do universo mental anterior a 1964, nas quais a política era percebida como efeito de dinâmicas sociais e históricas mais amplas, a nova cultura científica tenderá a pôr em relevo a autonomia dos fenômenos políticos e institucionais. (LESSA, 2011: 43)

Lessa ilustra seu comentário mencionando algumas das teses de doutorado produzidas por cientistas políticos e sociais brasileiros nos Estados Unidos, como Wanderley Guilherme dos Santos e Olavo Brasil de Lima Jr.

Além disso, entre os efeitos da “revolução behaviorista” no Brasil, Lessa inclui “a presença de forte preocupação com relação a aspectos definidos como ‘metodológicos’, com imensa ênfase quantitativa” (LESSA, 2011: 44), com o termo “treinamento” se tornando parte do jargão do campo e evidenciando um “caráter afilosófico da formação dos novos praticantes do novo campo”, o que indicaria uma profunda diferença em relação à cultura ensaística dos “intérpretes do Brasil”, junto a uma “virada metodológica”, que aprofundou a “autonomização” da Ciência Política.

cláusula normativa evidente, já que qualquer seleção de objetos relevantes, no campo do conhecimento político, dependerá do desenho normativo de ordem com o qual se trabalha.” (LESSA, 2011: 42)

Mas no Brasil essa experiência norte-americana não foi apenas replicada. Segundo o autor, frequentemente a difusão da literatura behaviorista no país era acompanhada de suas críticas. Lessa supõe que isso tenha se dado porque a geração de brasileiros que se pós-graduou nos Estados Unidos o fez nos quadros “do que poderia ser designado como um ‘behaviorismo tardio’, em uma altura na qual pressupostos do movimento (...) encontravam-se largamente atacados” (LESSA, 2011: 45).

A Ciência Política brasileira então desenvolveu uma cultura científica *sui generis*: com a afirmação de uma identidade e da pesquisa no âmbito da universidade e em centros isolados, mas uma diversidade de linguagens e ênfases, sem abandono de tradições da filosofia política, com parte dessa pluralidade podendo, segundo Lessa, ser debitada do envolvimento de praticantes do campo, na condição de cidadãos e militantes, com questões de natureza política. Para ele, “a *persona* compósita do cientista-militante impediu o estranhamento completo com relação à tradição dos ‘intérpretes do Brasil’.” (LESSA, 2011: 46)

Lessa, porém, ainda alcança em sua análise as transformações sofridas pelo campo na década de 1990, em que se aceleraram e aprofundaram os processos de autonomização e distinção, com uma nova identidade do campo e efeitos sobre o padrão de ensino e pesquisa em Ciência Política, com pesquisas sobre a democracia – percebida como consolidada com a rotinização institucional do país – e o desempenho dos governantes avaliado em função de sua capacidade e competência da prestação de contas. Para Lessa

O afastamento com relação à linguagem e aos temas das ciências sociais e das humanidades, contudo, não configura um processo genérico e indistinto de autonomização disciplinar. A recusa dessa tradição é acompanhada da afirmação de novas alianças. Em outros termos, a desinscrição do domínio das ciências sociais pode ser percebida como o lado simétrico da inscrição em outros campos. A ruptura com as humanidades e com a tradição das ciências sociais correu ao par de uma aproximação com linguagens formais e não naturais e com axiomas da microeconomia. (LESSA, 2011: 49)

Mas tomar tal linguagem como descrição *natural* da política seria “atribuir à forma de vida que a inventou – uma forma de vida constituída pelo utilitarismo e pela generalização social das relações de mercado – a prerrogativa de revelar os que os sujeitos humanos são em si mesmos.” (LESSA, 2011: 49) A crença nessa disposição utilitarista da condição humana é, portanto, ideológica.

Por fim, o artigo é finalizado com uma discussão de argumentos filosóficos de Willard Quine e Nelson Goodman para tratar da Ciência Política ou da *Política* na condição de disciplina – cujo nome de confunde com o nome de seu objeto –, de datação

imemorial. O autor indica que antropólogos e sociólogos se caracterizam mais por adotar uma perspectiva de análise, desenvolvendo culturas disciplinares mais ágeis e diversificadas, sem fronteiras rígidas entre objetos permitidos e interditos. Diferente deles, os cientistas políticos, segundo o autor, “possuem modelos preferenciais de sistemas eleitorais, formas de governo e desenho das instituições” havendo uma dimensão alucinatória nas representações do mundo do conhecimento político. (LESSA, 2011: 53) Com isso, “a relativa fixidez de objetos é, portanto, compensada pela presença de esforços de prescrição. Todos prescrevem: prescrevem os que abertamente prescrevem e fazem-no os que se recusam a prescrever e aferram-se à forma presente das coisas.” (LESSA, 2011: 53)

O autor diz que não se trata de estar recusando a “vocação empírica” da Ciência Política em nome de um tratamento filosófico, mas que, na descrição de objetos, contam mais as formas de descrição do que os objetos propriamente ditos e que estes podem ser transfigurados em outras modalidades de descrição, com a reflexão política podendo ser percebida como conjunto aberto de transfigurações. (LESSA, 2011: 55-56) Nesse sentido “a linguagem do neoinstitucionalismo e da *rational choice* é tão somente uma das modalidades possíveis de determinação do que são os fatos.” (LESSA, 2011: 56)

Por fim, para ele, “a reaproximação com as humanidades e com as ciências sociais pode ser uma bela alternativa para que continuemos a dar curso a algo indelevelmente humano: *falar, de objetos.*” (LESSA, 2011: 56)

* * *

Apresentamos acima, em linhas gerais, três das mais importantes contribuições à história do desenvolvimento da Ciência Política no Brasil, que representam os artigos de Lamounier (1982), Forjaz (1997) e Lessa (2011). Os dois primeiros artigos ajudaram a consolidar uma narrativa predominante sobre o campo da Ciência Política no Brasil que, por mais crítico que seja em sua discussão ontológica sobre este mesmo objeto, Lessa também acaba por retomar.

Assim, em todos esses artigos, a Ciência Política no Brasil após a década de 1950 é sempre compreendida dentro de uma seleção que reforça o protagonismo de algumas instituições, como o DCP-UFMG e o IUPERJ, de algumas escolhas e de algumas relações, como a relação entre Pensamento Político Brasileiro e a Ciência Política no país e a relação desta com a Ciência Política norte-americana, e não leva em consideração

determinados conflitos na constituição do campo, as dificuldades encontradas por algumas instituições para a institucionalização da Ciência Política, como foi o caso da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil / Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, etc.

Acreditamos que seja importante, porém, no momento em que a Associação Brasileira de Ciência Política se interessa pela memória da Ciência Política no país, alcançarmos outras dimensões de sua institucionalização, para além das dimensões privilegiadas nas narrativas predominantes no campo a seu próprio respeito. Nesse sentido, cabe identificarmos bem o que já se produziu sobre o tema e as representações que o campo pode ter, mas, em nossa pesquisa, buscaremos identificar outras relações de poder, outros interesses em disputa, outras trajetórias de vida de agentes do campo e outras experiências institucionais de Ciência Política, que difiram das relações de poder, interesses, trajetórias e experiências que tem sido continuamente referidas nas narrativas sobre o campo já produzidas.

Com a Ciência Política no Brasil se tornando objeto de reflexões no próprio campo, novas narrativas surgirão, outras experiências serão discutidas e a tendência é que as próprias contribuições de Lamounier, Forjaz e Lessa possam ser melhor compreendidas ao serem analisadas à luz das relações de poder do campo em que estiveram envolvidas no momento de suas publicações.

Dito isso, cabe ainda enfocarmos aqui algumas das expressões institucionais da Ciência Política no Brasil e no Rio de Janeiro, o que faremos nas próximas seções deste capítulo.

2.4. O esquecido *Instituto Nacional de Ciência Política*

Curiosamente, a literatura acadêmica sobre a Ciência Política no Brasil tem se esquecido do *Instituto Nacional de Ciência Política*, a que cabe mencionar aqui. Podemos saber a seu respeito através do trabalho de Verónica Vieira Martinelli (2016) e acredito que seja importante que futuramente surjam mais trabalhos que apresentem de que modo este instituto pode ter significado uma primeira tentativa de institucionalização de alguma expressão da Ciência Política a partir da capital federal naquele momento, hoje a cidade do Rio de Janeiro.

Fundado em março de 1940 pelos “esforços e a boa vontade de alguns amigos dedicados do Presidente Getúlio Vargas”, o Instituto Nacional de Ciência Política (INCP) tinha sua sede no Edifício Esplanada, na então capital federal, e foi dirigido por Manoel

Paulo Filho, jornalista e diretor do *Correio da Manhã*, e Pedro Vergara, jurista. O instituto seguia orientações do DIP e buscava congregar elites intelectuais em torno do pensamento do Estado Novo (MARTINELLI, 2016: 259). Além disso, possuía seções no Rio Grande do Sul, no Paraná, no Espírito Santo, em São Paulo e, também no Estado do Rio de Janeiro, na cidade de Niterói.

Martinelli busca compreender a atuação do instituto a partir de uma análise de sua revista *Ciência Política*, que circulou entre 1940 e 1945, que se tratava de um boletim mensal de divulgação de suas atividades, “que congregava intelectuais engajados na difusão da doutrina do Estado Novo e buscava atuar como uma ‘verdadeira escola de patriotismo’, destinada ao ensinamento da ‘educação cívica’ para o conjunto da sociedade” (MARTINELLI, 2016: 254). Além disso, a autora busca elaborar o perfil do grupo que atuava no instituto, através desta análise, identificando “os principais intelectuais que publicavam na revista, os eixos temáticos mais abordados em seus textos, as diretrizes nacionais de sua atuação na coletividade e o seu programa de intervenção nos problemas nacionais” (MARTINELLI, 2016: 254).

Ainda que tenha sido, como a autora demonstra, veículo de “propaganda ideológica”, acredito que seja fundamental conhecermos melhor este instituto, pois o ISEB tem sido acusado de também ter sido uma “fábrica de ideologias” (TOLEDO, 1977), mas com o reconhecimento de que foi instituto pioneiro da *Ciência Política* brasileira. Talvez este pioneirismo esteja também no INCP, surgido no Estado Novo. Segundo a autora, se referindo à revista *Ciência Política*,

Em seu conteúdo, a *Ciência Política* trazia temas que retratavam o cenário político, social e econômico brasileiro do momento, tais como: nacionalismo e unidade nacional, patriotismo e civismo, Exército Nacional e cultura bélica, direitos sociais e trabalhistas, indústria siderúrgica, desenvolvimento econômico, política internacional e pan-americanismo, o papel do professor e do ensino secundário, o problema das secas no nordeste, e artigos que afirmavam as realizações do governo e que salientavam o misticismo em torno do Estado Novo. Getúlio Vargas era constantemente exaltado como herói nacional, político singular e grande administrador; a agenda e os discursos do presidente também eram publicados pela revista. (...) Ao mapear o conteúdo temático das mais de cinquenta edições publicadas pela revista, esta pesquisa evidenciou a vinculação do discurso da *Ciência Política* ao ideário oficial do governo, e a homogeneidade de pensamento dentro do seu diversificado corpo de colaboradores, que congregava “homens de ideias e convicções”, entre eles professores do ensino superior, estudantes universitários, juristas, sacerdotes, escritores, militares e jornalistas (MARTINELLI, 2016: 258)

Por isso, Martinelli considera a revista um espaço importante para parcela da intelectualidade brasileira, uma vez que mais de trezentos intelectuais se manifestaram em mais de quinhentos artigos ali publicados.

Além da revista, o INCP realizava ainda “sessões culturais” na Associação Brasileira de Imprensa, aos sábados, semanalmente, com debates e conferências em que sua publicação destacava que se buscava familiarizar o povo com “grandes problemas nacionais”, buscando “esclarecer a opinião da nação”. Segundo Martinelli, nessas sessões, os intelectuais do INCP “atuariam dentro de um programa de estudos, com máximo realismo e critério científico para tratar da realidade nacional. Era dessa forma que o INCP pretendia ser útil, ao operar como uma verdadeira ‘escola de patriotismo’ dentro da sociedade brasileira” (MARTINELLI, 2016: 261). Na busca, porém, por despertar a consciência do povo para a realidade nacional, o INCP alegava realizar investigações com estudos de caráter científico, incluindo observação sociológica.

Martinelli se queixa do quanto órgãos como o INCP e publicações como sua revista não têm recebido a atenção de historiadores, além de relatar a dificuldade em obter referências bibliográficas sobre a instituição e sobre seus atores, ou arquivos e documentos que sirvam de fontes para além das revistas, disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira. Mas sua pesquisa certamente preencherá parte desta lacuna e não poderia deixar de ser mencionada nesta tese.

2.5. A Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas engavetada

Schwartzman et al (2000) nos apresentam ainda a trajetória do projeto de criação de uma Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas da Universidade do Brasil, “prevista desde a reforma Francisco Campos de 1931, ela jamais seria criada com este nome e seria objeto de pressões, interesses e motivações de vários tipos, levando finalmente à criação da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas.” (SCHWARTZMAN et al, 2000: 235). Mas o que houve para a Ciência Política ser extirpada deste projeto?

Quando surgiu o projeto de criação desta faculdade, houve diferentes interesses em disputa, entre os contabilistas, administradores e economistas – profissionais de nível secundário – que desejavam reconhecimento para a profissão, entre aqueles que desejavam que tal faculdade fosse um “centro de formação de quadros políticos e administrativos para o país” (SCHWARTZMAN et al, 2000: 235) e ainda quem visse a

faculdade como um centro de Ciências Sociais. Sua criação foi prevista em 1931 e passou a ser elaborada a partir de 1933:

Em 1933 a Universidade do Rio de Janeiro forma uma comissão composta por Luís Betim Paes Leme, Cândido Mendes de Almeida e Valdemar Falcão para elaborar o projeto de uma faculdade de ciências políticas e econômicas. Sua criação estava prevista no Decreto nº 19.852, de 11 de abril de 1931, que organizava a Universidade do Rio de Janeiro, e pretendia criar um instituto possibilitando a formação de técnicos que se destinassem ao desempenho de atividades administrativas públicas e privadas (...). O parecer da comissão, de autoria de Valdemar Falcão, apresenta um resumo da experiência internacional deste tipo de escolas, citando a Escola de Ciências Políticas de Paris e a experiência austríaca, que separa a *Konsularakademie*, essencialmente orientada para a formação de diplomatas e funcionários superiores do governo, da *Hochschule für Welthandel*, uma academia de comércio. Mais próximo de nós, é citada a Escola Livre de Sociologia e política de São Paulo, criada pouco antes com grandes pretensões. (SCHWARTZMAN et al, 2000: 235-236)

A ideia inicial era que a escola incluísse, além da Política, a Economia, a Administração e as Finanças. Em 1935, como senador, Valdemar Falcão chegou a apresentar seu projeto ao Congresso, ocasião em que o ministro Capanema compareceu à discussão para apresentar um substitutivo ao projeto, divergindo de Falcão quanto aos objetivos da faculdade:

Na discussão sobre os objetivos da faculdade, Capanema insiste em que ela não deve pretender formar os políticos do futuro: "O que visa praticamente, com seus estudos de ciências políticas", diz ele, "é a formação de funcionários para o serviço público." Ele reconhece que a expressão "ciência política", já consagrada, dava lugar a equívocos, e preferiria um equivalente ao *public affairs* americano. A seção de economia teria também a função de formar técnicos para a administração dos "estabelecimentos de ordem econômica." (SCHWARTZMAN et al, 2000: 237-238)

A Faculdade Nacional de Política e Economia chegaria a ser criada oficialmente pela Lei nº 452 de 1937, mas não seria implantada, continuando a sofrer disputas.

A noção de que as ciências sociais tinham uma base comum e que por isto só deveriam se diferenciar no nível das especializações, era também compartilhada por antropólogos e sociólogos de orientação mais acadêmica (...). Tem sentido parecido o anteprojeto encaminhado pelo antropólogo Artur Ramos ao ministério de 1938, para a organização do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Brasil. Era baseado principalmente, segundo ele, no Institute of Human Relations de Yale, no Institute for Research in Social Sciences da Universidade da Carolina do Norte e na Divisão de Ciências Sociais da Universidade de Chicago. (...) O instituto estaria organizado em departamentos de sociologia, antropologia, economia, ciências políticas e outros. (SCHWARTZMAN et al, 2000: 238-239)

No seio dessas disputas, em 1941 um novo projeto de um curso superior de Ciências Econômicas foi elaborado por uma comissão formada por Eugênio Gudim,

Maurice Byé e Otávio Gouveia de Bulhões, com um currículo centrado em conteúdo matemático e teoria econômica. (SCHWARTZMAN et al, 2000: 240)

E o próprio Eugenio Gudín discutiria o projeto da Faculdade de Economia do Rio de Janeiro em visita à Faculdade de Economia de Harvard, em 1944, avisando a Capanema a acolhida ao projeto por parte dos professores daquela universidade norte-americana. Obedecendo à orientação de Eugenio Gudín, ainda em 1944 o ministro Capanema submeteria à sanção presidencial um projeto de criação do curso de Economia que se propunha “à formação do economista, ministrando para isto completos e altos estudos das ciências econômicas.” (SCHWARTZMAN et al, 2000: 241). Assim,

O decreto-lei n 7.988, de 22 de setembro de 1945, transforma a antiga Faculdade Nacional de Política e Economia, criada em 1937, na Faculdade Nacional de Ciências Econômicas, e extingue o Curso Superior de Administração e Finanças e Ciências Atuariais, também criado no papel em 1931. Na nova sistemática, ao fim do Estado Novo, a administração desaparece do sistema universitário, e as ciências sociais restringem-se ao curso básico de três anos das faculdades de filosofia, com três períodos dedicados à sociologia, três à economia, três à matemática e estatística, um à ética, outro à filosofia, e outros dois, finalmente, à antropologia e à ciência política. (SCHWARTZMAN et al, 2000: 241)

Conforme apontam Schwartzman et al, “desta forma, a ciência política também desaparece do ensino superior brasileiro, apesar de ter sido, alguns anos antes, vista como indispensável para a formação das elites e inseparável da economia.” (SCHWARTZMAN et al, 2000: 241)

2.6. O ISEB e o IUPERJ como expressões mais evidentes

A literatura sobre a Ciência Política no Brasil, e a literatura sobre as Ciências Sociais no Rio de Janeiro, sempre mencionam o ISEB e o IUPERJ como expressões institucionais mais evidentes da Ciência Política no Rio de Janeiro. De fato, ambos institutos tiveram importância ímpar no desenvolvimento da Ciência Política no Brasil e merecem um breve comentário a partir de obras a seu respeito.

Caio Navarro de Toledo (1977) em seu livro *ISEB: Fábrica de Ideologias*, originado de sua tese de doutorado defendida em 1974 na USP, realiza uma análise crítica do ISEB (1955-1964) analisando sua produção teórica. Para este autor, os intelectuais daquele instituto eram *ideólogos* do *nacional-desenvolvimentismo*, tese em geral bastante aceita por diversos pesquisadores das Ciências Sociais no Brasil. Aderindo ou não a esta tese, entretanto, podemos utilizar sua obra para uma breve apresentação deste instituto.

O Instituto Superior de Estudos Brasileiros foi criado em julho de 1955 pelo Decreto nº 57.608 do presidente interino Café Filho, após o suicídio de Getúlio Vargas, e seria extinto em abril de 1964, logo após o golpe, com o decreto nº 53.884, sob a presidência também interina de Ranieri Mazzili. Para Toledo, a ideia-matriz que permitiu sua criação foi gestada desde os primeiros anos do último governo de Getúlio Vargas, tendo o ISEB sucedido o anterior Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP):

Por volta de 1953, um grupo de intelectuais radicados no Rio de Janeiro busca convencer o Ministro da Educação, Cândido Mota Filho (homem de ideias liberais, conforme assinala a crônica política), da necessidade do governo constituir um grupo que o assessorasse em todas aquelas tarefas e matérias que o moderno Estado capitalista é hoje incumbido de realizar. Reuniões diversas do chamado “Grupo de Itaipava” procuram concretizar tal projeto. Propõe-se a criação de um Instituto de Estudos e Pesquisas, diretamente vinculado ao Ministério da Educação e Cultura. Nasce, assim, o IBESP, cuja direção é entregue ao principal articulador e mentor do grupo – Hélio Jaguaribe. O núcleo dos intelectuais isebianos de “primeira hora” estava quase todo ali reunido: Álvaro Vieira Pinto, Cândido Mendes, Alberto Guerreiro Ramos, Nelson Werneck Sodré e Roland Corbisier. (TOLEDO, 1977: 184)

Porém, o IBESP tinha um estatuto impreciso juridicamente e um alcance político e intelectual reduzido, limitado à publicação de sua revista, *Cadernos de Nosso Tempo*. Daí a criação do ISEB em 1955, no âmbito do Ministério da Educação e Cultura e subordinado ao ministro de Estado, ainda que tivesse autonomia administrativa e liberdade de pesquisa, de opinião e de cátedra. Assim, o ISEB possuía cinco departamentos que eram responsáveis pela organização dos cursos e atividades ali desenvolvidas, além de um conselho consultivo, um conselho curador e uma diretoria executiva. (TOLEDO, 1977: 185)

O responsável pelo Departamento de Filosofia era Álvaro Vieira Pinto, também professor de Filosofia da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil; o responsável pelo Departamento de História era o professor Cândido Mendes, que teria atuação fundamental depois na constituição do IUPERJ e era um importante intelectual católico neste período, professor da PUC-Rio; o responsável pelo Departamento de Sociologia era Alberto Guerreiro Ramos, o pretendente à Cátedra de Política da FNFfi que acabou ocupada por Victor Nunes Leal; o responsável pelo Departamento de Ciência Política era Hélio Jaguaribe e o responsável pelo Departamento de Economia era Evaldo Correa Lima.

Segundo Toledo, em seus nove anos de existência, o ISEB promoveu cursos, conferências, seminários, pesquisas, etc, dos quais participavam diversos segmentos:

desde representantes das Forças Armadas e dos ministérios de Estado até industriais, líderes sindicais, parlamentares, professores e estudantes universitários. Alguns dos alunos de cursos regulares, que duravam um ano letivo, inclusive recebiam bolsas de suas entidades.

Toledo (1977) propõe a divisão da trajetória do ISEB em três fases: (1) a fase da criação até a “emcampanha” juscelinista, caracterizada por uma manifestação de posições ideológicas ecléticas e conflitantes, em que ali se encontram os primeiros ensaios de formulação das ideologias nacionalistas isebianas, mas também uma defesa da “via tecnocrática do desenvolvimento” e imprecações contra o movimento nacionalista; (2) a fase da hegemonia da ideologia nacional-desenvolvimentista no ISEB, que corresponde aproximadamente ao quinquênio juscelinista, caracterizada pelo desligamento de Hélio Jaguaribe e de Guerreiro Ramos em 1958⁵¹ e uma alteração do Regimento Geral do ISEB com o decreto 45.811 de 1959, que extinguiu seu Conselho Consultivo e criou sua Congregação, deixando a orientação ideológica do instituto a cargo dos professores responsáveis por seus departamentos, orientação ideológica que significou objeções ao governo de Juscelino; e (3) a fase que acompanha o movimento político pelas chamadas *Reformas de Base*, caracterizada por uma atenuação da perspectiva nacionalista e defesa das reformas agrária, bancária, universitária, etc, com apoio ao presidente João Goulart.

Nesta última fase, será Wanderley Guilherme dos Santos que se tornará responsável pelo Departamento de Filosofia. Dos chamados “isebianos de primeira hora” apenas restarão Álvaro Vieira Pinto e Nelson Werneck Sodré. Por isso, Toledo afirma que a orientação teórica e política do ISEB passou para outras mãos, com jovens professores – como Wanderley Guilherme – entre os novos componentes do instituto, muitos tendo sido lideranças do movimento estudantil. Esta terceira fase se caracteriza, assim, sobretudo, por uma “esquerdização” do ISEB, com vários dos autores da série *Cadernos do Povo Brasileiro* pertencendo aos quadros do ISEB, assim como a chamada *História Nova* tendo sido marcada pelo instituto. Com o golpe de 1964, o ISEB foi invadido e depredado, tendo seus documentos, arquivos e publicações consumidos pelo fogo (TOLEDO, 1977: 191).

⁵¹ Jaguaribe por publicar *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira* (1958) com teses que lhe tornaram *persona non grata* para o movimento nacionalista e Guerreiro Ramos por, segundo o próprio, achar que o ISEB havia se transformado em agência eleitoreira e, em seguida, em escola de marxismo-leninismo. (TOLEDO, 1977: 188-189)

Já o IUPERJ, a despeito de sua importância no âmbito das Ciências Sociais no Brasil e especialmente da Ciência Política, não foi ainda objeto de obra que sistematize sua trajetória institucional. Carecem referências, mesmo com os recentes esforços da ABCP, que não parece prever uma publicação inteiramente dedicada ao instituto, tarefa que nem mesmo o próprio IUPERJ (ou o IESP-UERJ dele originado em 2011) parece estar interessado em fazer.

Pouco se faz nos textos que se referem ao instituto, por exemplo, a associação entre os isebianos Cândido Mendes e Wanderley Guilherme dos Santos com o IUPERJ ou uma associação entre a Universidade do Brasil, onde estudaram Wanderley Guilherme dos Santos e Cesar Guimarães, com o IUPERJ, ou ainda da Igreja com o IUPERJ, todas essas conexões que poderão ser feitas ao se pesquisar a respeito do instituto.

Em *A Construção Intelectual e a Política das Ciências Sociais Brasileiras: a experiência do IUPERJ* de Elisa Pereira Reis, um dos poucos artigos (senão o único) inteiramente voltado para a experiência institucional do IUPERJ, temos, porém, algumas pistas. Segundo a autora

O IUPERJ surgiu em 1963 como uma associação privada para fins de pesquisa sobre a realidade social brasileira, dentro da estrutura institucional da Sociedade Brasileira de Instrução. Nas origens era mais um ideal de pesquisa com estatuto jurídico. Aos poucos, a instituição começou a funcionar como ponto de convergência de jovens cientistas sociais. Tudo indica que quase todos, tendo sofrido o golpe de 64 a frustração da política como vocação, aparentemente se voltaram para a ciência como *second best*. Contudo, o tempo e o apoio original da Fundação Ford se encarregariam de fazer dela a verdadeira vocação de um grupo que viria a desempenhar papel estratégico na consolidação da pesquisa e do ensino pós-graduado em Ciências Sociais no Brasil. (REIS, 1993: 118)

Segundo Elisa Reis, a proposta institucional de combinação de pesquisa e ensino de pós-graduação fora da estrutura universitária surgiu em 1967, a partir de negociações com a Fundação Ford e um convênio para o período 1967-69.

Assim, foi a partir da associação com a Ford que o IUPERJ inaugurou o programa de mestrado em Ciência Política. Os preparativos se iniciaram já em 1967, e a primeira turma do mestrado teve início em 1969. Muitos dos alunos dessa primeira turma já estavam engajados nas atividades de pesquisa da instituição, e a simbiose entre ensino e pesquisa foi bastante acentuada nos primeiros anos. O exame dos arquivos mostra como os temas das teses aprovadas se vinculavam, em larga medida, aos projetos de pesquisa mais amplos em andamento na instituição. (REIS, 1993: 118)

É interessante observar, porém, que havia teses que não eram vinculadas aos projetos de pesquisa em andamento no IUPERJ. Para Reis, de todo modo, a experiência

do IUPERJ estabeleceu e consolidou um *ethos* de pesquisa, “rompendo com a tradição eminentemente ensaística das Ciências Sociais”. A autora reitera que não insinua que antes não se pesquisava no Brasil, lembrando os trabalhos pioneiros de nossas Ciências Sociais e a tradição paulista em pesquisa empírica, mas enxerga no IUPERJ a inauguração de um novo paradigma de pesquisa metódica e sistemática, com a valorização do empirismo como corolário, o que exemplifica com o título da revista lançada pelo IUPERJ em 1966, a *Dados*, para divulgação da produção do instituto, mas aberta à comunidade de cientistas sociais. (REIS, 1993: 119)

Em 1973, o IUPERJ começa a expandir sua proposta de ensino com a implantação do programa de mestrado em Sociologia. O que poderia parecer a princípio uma expansão trivial, simples ampliação do quadro de professores para abarcar uma área vizinha e quase indistinta da Ciência Política, implicava, de fato, compromissos mais profundos. A inclusão da Sociologia na programação do IUPERJ significou uma alteração na estratégia institucional de modernização das Ciências Sociais que tinha sido o modelo da década de 1960, estratégia que contara com o apoio da Fundação Ford. (REIS, 1993: 119)

Note-se a centralidade da Fundação Ford na trajetória do IUPERJ, na condição de “filantropia”. Reis aponta que o modelo do IUPERJ expressava uma estratégia de criação de espaços institucionais para introduzir no país a Ciência Política e a Antropologia, em vez de tentar modernizar os programas de Ciências Sociais, e ainda recorda que também foi a Ford que sustentou a autonomização do Departamento de Ciência Política (DCP) da UFMG. Para a autora, esta foi uma “estratégia inteligente de reforma seletiva, pois criou canais paralelos em vez de investir nas velhas estruturas acadêmicas” (REIS, 1993: 120)⁵².

Nesse sentido, uma vez que a Sociologia constituía a identidade disciplinar mais tradicional das Ciências Sociais no Brasil (na lógica das “velhas estruturas acadêmicas”), segundo Reis, quando o IUPERJ passou a oferecer o mestrado em Sociologia, “em uma *joint-venture* com a Fundação Ford”, optou por recrutar seus quadros também de outro modo:

Enquanto no programa de Ciência Política houve o propósito explícito de propiciar ao núcleo básico de professores um treinamento extremamente homogêneo, quando se criou o segundo mestrado apostou-se em um recrutamento mais heterogêneo. A ideia parece ter sido que, tendo já consolidado um núcleo mínimo de professores treinados em um pequeno número de universidades americanas de primeira linha, era agora possível ampliar o quadro com um

⁵² Essa “estratégia inteligente de reforma seletiva” possivelmente foi um dos entraves a um desenvolvimento da Ciência Política na UFRJ. Em Miglievich-Ribeiro (2015), ao analisar atas de congregação do ICS, fica evidente que havia um desinteresse neste instituto de receber recursos da Fundação Ford, por parte de alguns de seus professores, temendo ingerência ou influência.

recrutamento mais heterogêneo, na medida em que o treinamento do quadro docente perdia prioridade. Essa mudança de estratégia se tornaria mais clara em 1977, quando, agora com o apoio decisivo da Finep, o IUPERJ ampliou significativamente seu quadro de professores-pesquisadores. (REIS, 1993: 120)

Com isso, quando em 1980 o IUPERJ passou a possuir um programa de doutorado com concentração em Sociologia ou Ciência Política, “a preocupação inicial com a formação homogênea do quadro docente havia desaparecido para dar lugar à preocupação oposta: a diversificação das experiências formativas e opções epistemológicas” (REIS, 1993: 120). A partir da década de 1980, segundo Reis, o IUPERJ passaria ainda a contratar profissionais⁵³ orientados para outras disciplinas, como História, Antropologia e até mesmo Literatura, rompendo com a homogeneidade intelectual que havia caracterizado sua gênese, ainda que tenha havido certa continuidade em relação a algumas linhas de investigação e áreas de pesquisa que continuaram sendo contempladas pelo IUPERJ, como comportamento eleitoral, políticas públicas e estrutura de governo, pensamento político brasileiro, etc.

Reis mostra ainda que o alunado do IUPERJ, em sua maior parte, tinha formação prévia em Ciências Sociais, Sociologia ou Ciência Política, com um terço de seus alunos vindos de outras Ciências Humanas ou ainda outras áreas. De qualquer modo, em termos de financiamento, a autora nos mostra que

O aporte da Fundação Ford foi decisivo nas origens do IUPERJ e se manteve elevado nos primeiros dez anos de vida do Instituto, embora tenha deixado de ser a principal fonte de financiamento já em meados da década de 1970, quando a Sociedade Brasileira de Instrução, mantenedora do IUPERJ, assumiu a liderança. A entrada da Finep no rol dos financiadores correspondeu a um declínio ainda mais acentuado da participação da Fundação Ford que, entre 1980 e 1983, suspendeu o apoio de natureza institucional ao IUPERJ. Esse apoio foi retomado a partir de 1984 e compensou em parte o declínio de participação da Finep. (REIS, 1993: 125)

A importância dos recursos para o IUPERJ ter tido a estrutura que teve também é apontada no texto de Reis, ao tratar, por exemplo, do quanto as oportunidades de financiamento tinham assegurado na década de 1970 um quadro de pesquisadores do IUPERJ, depois extinto, quando o instituto passou a contratações temporárias, a cada projeto. Elisa Reis ainda aponta que, no próprio IUPERJ, os macroprojetos de investigação, que demandavam equipes numerosas, acabaram cedendo lugar a projetos

⁵³ Mas Reis (1993) ressalta em relação à estrutura docente que seu número de professores permanentes se fixou em torno de dezoito professores, com uma média de dois professores visitantes por semestre, sendo uma instituição de pequeno porte que se manteve fiel a essa opção (REIS, 1993: 122)

de pequeno porte, ainda que a pesquisa não-ensaísta não tenha deixado de existir completamente no IUPERJ, mas

Ante a incerteza ou simples inexistência de recursos para projetos de pesquisa de maior porte, a pesquisa no IUPERJ assumiu um caráter muito mais “autoral”, mais “artesanal”, ou mesmo mais ensaístico. Claro está que, além dos recursos financeiros declinantes, fatores de outra natureza influíram nessa tendência, até certo ponto “retro”, em direção à produção mais ensaísta. Incluo aqui o declínio internacional da hegemonia do empirismo nas Ciências Sociais; o assalto, na mesma escala, do subjetivismo; a busca prioritária do sentido profundo das experiências individuais; a preferência revelada pelo exame em profundidade de unidades singulares de análise e inclinações assemelhadas que prepararam o terreno para o atual questionamento da especificidade e distintividade do conhecimento científico dos fenômenos sociais. Um sintoma desse processo é o peso declinante dos “dados” na *Dados*. (REIS, 1993: 126)

Ou seja, vemos que o que assegurou ao IUPERJ o modelo de Ciências Sociais que ele teve foi todo um conjunto de circunstâncias, entre as quais o financiamento deve ser destacado, além de fatores políticos quase nunca tratados nos textos que a ele se referem.

Com essa alteração de ênfase no perfil de suas pesquisas após a escassez de recursos, segundo Reis, o instituto conseguiu sobreviver produtivamente em épocas de acentuada escassez de recursos. “Assim, pode-se concluir que a capacidade de redefinir tarefas de pesquisa atesta a flexibilidade do Instituto na definição de sua pauta de atividades, sem dúvida um indicador de sucesso no processo de institucionalização.” (REIS, 1993: 127)

Além disso, Reis diz que tal situação “permitiu aos mais talentosos maximizar sua liberdade e, como consequência, sua criatividade”, ainda que esse tipo de pesquisa, artesanal, não permita o exercício de “desparoquialização”, que é a análise comparada, com diálogo com outros projetos e pesquisadores do país e do exterior. Com isso, seu programa de mestrado acabou se tornando mais orientado para a formação teórica básica e etapa de preparação para o doutorado, modelo que, para a autora, não garante a socialização dos alunos na prática de pesquisa (REIS, 1993: 127-128).

Para Miceli, entretanto, defendendo que a Ford foi fundamentalmente filantropa,

Os interesses externos norte-americanos e a diplomacia responsável por gerenciá-los não constituem de modo algum um denominador explicativo ao qual se possa atribuir quer a direção quer o teor substantivo dos principais investimentos efetuados pela Fundação Ford na América Latina. Nem o incidente da Baía dos Porcos e a crise dos mísseis, nem o Projeto Camelot, nem a Diplomacia do Dólar no Caribe, nem quaisquer outras injunções da política externa norte-americana conseguem por si sós dar conta do envolvimento da Fundação Ford com intelectuais e cientistas latino-americanos. Como veremos adiante, algumas decisões de peso tomadas pela Fundação em relação aos seus mutuários na região desagradaram bastante os dirigentes diplomáticos

norte-americanos. Novas missões de visita foram realizadas três anos após a decisão do comitê diretivo de encomendar a um grupo de cientistas sociais de Yale um relatório sobre as demandas da região e de como estavam sendo atendidas por outras organizações de fomento estrangeiras. (MICELI, 1993: 38)

Mas admite: “no clima político acirrado pela ‘guerra fria’ no início da década de 1960, o anticomunismo não podia deixar de ser uma das motivações centrais na decisão da Fundação Ford de estender suas atividades aos continentes latino-americano e africano” (MICELI, 1993: 39) Os países deste continente eram considerados um terreno fértil para o crescimento do comunismo e a Aliança para o Progresso e a resistência à expansão comunista faziam parte das preocupações dos dirigentes da Fundação Ford, segundo o autor. Ao narrar a percepção da Fundação Ford sobre as candidaturas de Jânio Quadros e do Marechal Lott, vemos como esta fundação era contra o nacionalismo, o antiamericanismo e à hostilidade aos interesses das empresas estrangeiras e ao Fundo Monetário Internacional. (MICELI, 1993: 39) Naturalmente, seria contra uma Ciência Política com este cariz, como aquela realizada no âmbito do ISEB e que nunca foi realizada no âmbito do IUPERJ⁵⁴.

⁵⁴ Três figuras, porém, me parecem muito importantes para a institucionalização da Ciência Política no IUPERJ, ou no Brasil, e que ainda não foram objeto de uma análise mais profunda que avalie de que modo a política interferiu em seus caminhos: Cândido Mendes, Wanderley Guilherme dos Santos e César Guimarães, com os dois primeiros mencionados podendo ser ainda associados ao ISEB. Inicialmente, desejávamos inserir uma seção neste capítulo comentando as trajetórias destes três personagens, que se tornaram figuras de importância ímpar no IUPERJ, pois, com exceção ao destaque dado por vezes a Wanderley Guilherme, penso que nem a literatura que aborda o IUPERJ nem o projeto da ABCP sobre a memória da Ciência Política no Brasil estejam fazendo jus à importância dos outros dois personagens e que entendermos essas trajetórias nos ajudaria a desmistificar uma concepção sobre o IUPERJ que surgiu na rara literatura que trata deste instituto e que reforça a ideia de que tenha sido uma instituição que teve uma trajetória exitosa por mera formação de uma comunidade epistêmica e sua consolidação nas Ciências Sociais. Parece-nos surpreendente que o IUPERJ não chame a atenção de pesquisadores interessados em estudar, por exemplo, a memória da Ciência Política no Brasil, não apenas pelos aspectos epistêmicos que lhe envolvem, mas pelos aspectos propriamente políticos. Impossibilitados de nos estendermos em uma reflexão sobre este tema, sugerimos aos pesquisadores interessados na mesma reflexão este ponto de partida para um estudo sobre o IUPERJ e sobre a Ciência Política no Brasil, que pode se iniciar com uma investigação sobre as trajetórias de Cândido Mendes, Wanderley Guilherme dos Santos e César Guimarães. Para que se note a importância desses personagens, podemos recorrer a livros que se referem a Mendes, como os trabalhos de Serbin (2001) e de Almeida e Larreta (2008), a entrevistas de Wanderley Guilherme dos Santos (SANTOS, 2011; SANTOS, 2004) e a entrevistas concedidas por César Guimarães a Aguiar, Lima e Abreu (2012) e a Raposo, Werneck Vianna, Ismael e Lugão (2011). Pude eu mesmo, ao lado do querido amigo Márcio Nuno Rabat e por intermédio do professor Luis Alves Falcão, entrevistar o professor César Guimarães em 23 de junho de 2017, que foi quem me recomendou a leitura da entrevista com ele publicada em 2012, ao me receber muito generosamente em sua casa, a quem faço um especial agradecimento por este encontro. Além disso, na entrevista concedida por Wanderley Guilherme dos Santos ao CPDOC em 2011, ele conta a seguinte passagem, que nos permite avaliarmos inclusive a relação entre o ISEB e o IUPERJ pouco discutida na literatura sobre o desenvolvimento da Ciência Política no Brasil: “o Gilberto Paim, ele chefiava a área de economia de um jornal, e eu tinha o reencontrado e conversamos. Ele me encontrou na rua, no início de 1965, ou 1966, foi um abril – que é o mais cruel dos meses, segundo T.S. Eliot, mas, para mim, não foi nada – ele disse: ‘Olha, o Cândido Mendes está criando um instituto e me pediu uma indicação, um instituto de pesquisa; e se ele me pediu uma indicação, eu dei o seu nome. Ele

disse para você procurá-lo'. Aí, eu procurei; ele estava viajando, para variar; e, quando ele voltou de viagem, me atendeu e disse: 'Vamos começar a trabalhar aqui. Vamos refazer o ISEB'. Imagine? Ele sempre teve na cabeça dele que ia refazer. ISEB ao qual ele não pode voltar, depois da renúncia do Jânio Quadros. Entre outras razões, porque eu votei contra a volta dele, numa das poucas reuniões que o Vieira Pinto fez no conselho. [risos] Eu disse: 'Como é que pode voltar? O cidadão que foi do Jânio Quadros...' [risos] A primeira coisa que eu conversei com ele, quando eu fui ter essa audiência com ele, na Praça XV, eu disse: 'Eu preciso contar a você o seguinte, você sempre pensou que foi o Osvaldo Gusmão que impediu a sua volta para o ISEB; não foi; fui eu'. [riso] Aí, contei a ele a reunião que houve etc. Ele disse: 'Tudo bem.' Não deu bola. Então, foi assim que eu fui para o Instituto Universitário de Pesquisa, que não tinha pesquisa nenhuma; e já, então, o Cândido estava em conversações com a Fundação Ford, e a Fundação Ford com ele. Porque a Fundação Ford tinha criado um departamento de economia da Universidade de Brasília, criado no sentido de ter financiado os estudos de todo mundo no exterior – investiu na modernização dos estudos de economia. Tinha, também, investido... Estava investindo na modernização do departamento de ciências sociais da UFMG. Não ia investir em São Paulo, além do Cebrap, não queria investir na [ultra] – achava que era essa coisa toda; mas queria investir no Rio de Janeiro. Não ia investir no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais porque achava que não tinha condições. Uma coisa nova, privada era a Cândido Mendes que não tinha amarras de nada, e o Cândido já tinha boas relações. Então, daí surgiu um convênio entre a Universidade Cândido Mendes e a Fundação Ford para a formação de gente no exterior, formação de biblioteca, várias linhas de financiamentos e várias coisas diferentes. (SANTOS, 2011: 29-30)

II. A Universidade sob os (des)caminhos da Política

3. A Universidade no Brasil e a Universidade do Brasil⁵⁵

A história de uma instituição universitária não pode ser completamente entendida senão como parte de uma realidade concreta e no conjunto de suas relações com os grupos sociais.

Maria de Lourdes Fávero (1980: 70)
Universidade e Poder

É comum os trabalhos que tratam da institucionalização das Ciências Sociais no Brasil, em sentido *lato*, relacionarem este processo à institucionalização da Universidade no país⁵⁶. Não que não houvesse Ciências Sociais por aqui desde antes do estabelecimento de universidades – na tradição que hoje designamos como “pensamento político e social brasileiro” –, mas efetivamente não havia Ciências Sociais *institucionalizadas*, estando a cargo de autores interessados em estudar aspectos sociais, políticos e culturais da sociedade brasileira ou de comunidades mais específicas que a compunham, geralmente sem apoio de alguma *instituição* junto à qual atuasse com esta finalidade, salvo raras exceções, como talvez o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e outras instituições do império que pudessem apoiar estudos e publicações deste tipo, inclusive faculdades de Direito.

Efetivamente, foram as universidades públicas no Brasil que permitiram o florescimento de Ciências Sociais no Brasil nos moldes acadêmicos ocidentais, cabendo, portanto, compreendermos um pouco melhor a trajetória da Universidade no Brasil e, especificamente, da *Universidade do Brasil*, para compreendermos as circunstâncias em que a própria Ciência Política pode ou não se desenvolver no Brasil, especialmente na FNFi. Ao lado disso, caberá ainda um mais específico, em capítulo seguinte, sobre a relação entre a Universidade brasileira e o regime militar.

Aqui, não nos confundamos, mais uma vez é a política brasileira que acaba por nos interessar. Afinal, foram os caminhos e descaminhos da política no Brasil que impediram que nosso país tivesse uma Universidade – e não apenas faculdades isoladas – antes do Século XX. Foram também os caminhos e descaminhos da política no Brasil que levaram à criação de um grande projeto universitário, que teve como um de seus resultados a formação da Universidade do Brasil em 1937. Os mesmos caminhos e descaminhos da política no Brasil transformariam a Universidade do Brasil na atual

⁵⁵ O presente capítulo, com referências, sobretudo, a *Universidade e Poder*, de Maria de Lourdes Fávero (1980), serve a um só tempo como nossa homenagem à autora, pesquisadora da maior dedicação a reflexões e análises sobre a Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, e satisfaz o objetivo de tratar dos temas discutidos nesta mesma obra, dada nossa concordância com a referida análise.

⁵⁶ Isso não se dá, porém, como vimos, com os trabalhos existentes sobre a institucionalização da Ciência Política no Brasil.

Universidade Federal do Rio de Janeiro e alterariam sua fisionomia a partir da década de 1960.

Portanto, estudar a Universidade *no* Brasil e, mais especificamente, a Universidade *do* Brasil, é estudarmos de que modo os caminhos e descaminhos da política puderam estimular, permitir ou impedir a produção e o ensino do conhecimento em diversas áreas. Quando se trata de estudarmos o itinerário da Ciência Política nesta universidade, compreenderemos de que modo esta disciplina ironicamente é tão afetada por tais caminhos e descaminhos, seu próprio objeto de estudo.

O que explica o silêncio em torno da Ciência Política na Universidade do Brasil e na UFRJ, quando se trata de discutir os protagonistas institucionais da institucionalização da Ciência Política no Brasil, em relação ao Rio de Janeiro, é a própria fragmentação pela qual passou esta universidade desde sua construção, ainda que tenha sido ali que a moderna Ciência Política no Brasil tenha visto surgir uma de suas obras mais importantes, *Coronelismo, Enxada e Voto* de Victor Nunes Leal, tese apresentada pelo autor em concurso para Cátedra de Política da FNF. Compreender esta fragmentação nos levará a compreendermos a própria fragmentação de alguns campos científicos que poderiam seguir se constituindo de outro modo ali. Este capítulo será sobre isso.

3.1. Universidade e Poder

Um dos trabalhos pioneiros mais interessantes que procura ressaltar o caráter político do itinerário da construção da Universidade do Brasil é *Universidade e Poder* de Maria de Lourdes Favero (1980). Utilizaremos fundamentalmente esta obra para compreender melhor as relações entre Universidade e Poder com foco na Universidade do Brasil, neste capítulo.

Fávero nos aponta que foi o receio político de que a criação de instituições de ensino superior e da imprensa pudessem, na Colônia, dar origem a focos de sublevação ou instrumentos de libertação dos colonos, que fez o governo português impedir a criação de instituição de ensino superior no Brasil até o século XIX, negando o status de universidade ao Colégio da Bahia em 1605, recusando em 1675 a equiparação do Colégio da Bahia ao de Évora ou a equiparação de seus graus aos de Coimbra e o incêndio e a destruição em 1747 de um empreendimento gráfico. Não era apenas a dependência cultural, mas também política, que se visava, chegando a alegar que se tratava de uma questão política, ao indeferi-la, a criação de um curso médico na Província de Minas

Gerais (FAVERO, 1980: 33). Por isso, apenas em 1828 dois cursos jurídicos foram instalados no país, um em São Paulo e o outro em Olinda, Pernambuco.

Somente com o advento da República e da Reforma Benjamin Constant surgiram escolas superiores de iniciativa particular na Bahia, no Rio de Janeiro, em Minas Gerais, em Pernambuco, em São Paulo e em Porto Alegre. E foi também com o advento da República que surgiu no país o debate entre os católicos, sobre a criação de uma universidade católica à semelhança à universidade de Louvain (FAVERO, 1980: 35). Em síntese, aponta Favero:

Da Colônia à República, houve grande resistência à ideia de criação de instituições universitárias: durante o período monárquico, mais de duas dezenas de projetos de criação de universidades foram apresentados e não lograram êxito. Mesmo após a proclamação da República, as primeiras tentativas também se frustraram. (FAVERO, 1980: 35)

Assim, como desde o Século XVIII Portugal conheceu reformas educacionais que evidenciavam, através da atuação do Marquês de Pombal, a aceitação do pensamento educacional da burguesia francesa, pensamento bastante marcado pela crítica iluminista à Universidade, que era vista como um aparelho ideológico do *Ancien Régime* (CUNHA, 1988: 13), levando a uma defesa da fragmentação da universidade em instituições de ensino profissional, tais reformas pombalinas também ecoaram no Brasil⁵⁷.

E se já no início do Século XIX, Napoleão, afim a essa concepção burguesa de Universidade, geraria uma reação de intelectuais prussianos como Hegel, Schelling, Fichte, Schleiermacher e Humboldt, que originaram importantes reflexões sobre a Ideia de Universidade, e que levariam a uma concepção de Universidade na Prússia⁵⁸ (depois na Alemanha) bastante distinta da concepção preferida pela burguesia francesa, o Brasil apenas no Século XX conheceria sua primeira Universidade.

3.2 O Decreto 13.343/1920 e a Universidade do Rio de Janeiro

Como aponta Favero (1980), apesar da efemeridade da existência das duas primeiras instituições denominadas como *Universidade* no país – a *Universidade de Manaus* (1909) e a *Universidade do Paraná* (1912) – é à *Universidade do Rio de Janeiro*,

⁵⁷ cf. CARVALHO, Laerte Ramos. A Educação e seus métodos. In: BUARQUE, Sérgio (org). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1973, Tomo I, Volume 2, pp. 76-90.

⁵⁸ Importante ressaltar o grande desenvolvimento das Ciências Sociais nas universidades de matriz alemã a partir do Século XIX, o que se deve a esta Ideia de Universidade surgida na Prússia e aos investimentos do Estado em suas universidades, com interesses políticos. Também nos Estados Unidos, cuja matriz universitária e fontes de recursos diferem da matriz alemã, o desenvolvimento das Ciências Sociais se deu nas suas universidades e geralmente se considera, naquele país, o ponto de partida para a institucionalização de algum campo do conhecimento o seu reconhecimento como disciplina universitária.

criada pelo Decreto 13.343 de 7 de setembro de 1920, que se considera como a primeira universidade brasileira, justamente por ter sido criada através de um decreto do Governo Central, correspondendo na prática, porém, à superposição de uma reitoria a três escolas superiores já existentes, embora não estabelecesse como um de seus pilares a pesquisa (FAVERO: 1980, 36).

Com o Decreto 16.872-A de 1925, a chamada Reforma Rocha Vaz (1925), a Universidade do Rio de Janeiro foi mantida e foi autorizada a criação de outras universidades em alguns dos Estados do país (Pernambuco, Bahia, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul), desde que fossem pautadas no modelo da Universidade do Rio de Janeiro e possuíssem um patrimônio em edifícios e instalações (FAVERO, 1980: 36). Favero aponta algo importante sobre os decretos de 1920 e 1925:

Não há exigências quanto às atividades-fim que essa instituição deveria ser chamada a desenvolver. Seu trabalho quando muito se reduzia a transmitir um conjunto de conhecimentos estabelecidos, não havendo preocupação de buscar e criar ciência, nem de apreender novas formulações científicas e muito menos de saber como aplicá-las. (FAVERO, 1980: 37)

Não foi – o que politicamente seria fundamental – destinado à Universidade no Brasil, desde seu início, produzir o conhecimento científico e nem buscar alternativas, com este conhecimento, para aspectos da realidade política, social e econômica do país. Apenas se esperava o ensino na universidade, a transmissão de conhecimentos estabelecidos.

Contudo, a Universidade do Rio de Janeiro serviu para estimular um debate sobre a *Universidade* no país, com inquéritos a esse respeito promovidos em 1926 e 1928, respectivamente, pelo jornal *O Estado de São Paulo* e pela *Associação Brasileira de Educadores*, originando documentos que seriam aproveitados (i) pelo *Congresso de Ensino Superior* em 1927 – mesmo ano da criação, pelo governo mineiro, de uma universidade nos mesmos moldes que a Universidade do Rio de Janeiro –, (ii) por Francisco Campos em 1931, na sua *Exposição de Motivos* para a Reforma do Ensino Superior que proporia, (iii) pelo Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, (iv) pelos fundadores da Universidade de São Paulo em 1933 e (v) pelos fundadores da Universidade do Distrito Federal em 1935 (FAVERO, 1980: 38).

3.3. Efeitos da Revolução de 1930 sobre o Ensino Superior no Brasil

As transformações políticas trazidas com a Revolução de 1930 acabariam gerando efeitos sobre a Educação no país, inclusive com a criação de um Ministério voltado para

a Educação⁵⁹ e, no caso do ensino superior, com os Decretos 19.851 e 19.852, ambos de 11 de abril de 1931, que trouxeram, respectivamente, o Estatuto das Universidades Brasileiras e a reorganização da Universidade do Rio de Janeiro, o que, entretanto, não alterou sua fisionomia de instituição, que visava o preparo profissional em vez da investigação científica (FAVERO, 1980: 38).

Será também deste mesmo ano o Decreto 20.179 de 06 de junho de 1931, que dispôs sobre a equiparação de institutos de ensino superior mantidos pelos governos estaduais e o reconhecimento oficial de diplomas de institutos livres, isto é, privados, com as seguintes exigências para os institutos de ensino superior gozarem das prerrogativas das instituições federais:

I. Ministrando em cada curso o ensino, pelo menos de todas as disciplinas obrigatórias do curso correspondente de instituto federal congênere; II. Exigir para admissão, no mínimo, as condições estabelecidas para o ingresso em instituto federal congênere; III. Organizar o curso e os períodos letivos de modo a que tenham, pelo menos, duração igual aos de instituto Federal congênere; IV. Adotar regime escolar, no mínimo, de rigor equivalente ao de instituto federal congênere. (Decreto 20.179 de 06 de junho de 1931)

Ainda em 1931, Alceu Amoroso Lima, que representava o pensamento católico, criticou a reforma do ensino superior e as posições do Ministro Francisco Campos na conferência *A Universidade e a Igreja*, publicada em seu livro *Debates Pedagógicos*, em que defendia o retorno do ensino religioso às escolas públicas (Favero, 1980: 40) e Amoroso Lima criticava não haver nada de “especificamente católico” na Universidade organizada por Campos⁶⁰.

3.4 O Decreto 19.851/1931 e o Estatuto das Universidades Brasileiras

O Estatuto das universidades brasileiras, o Decreto 19851 de 1931, possui 115 artigos, dividido em três partes, (i) uma relativa à organização das universidades

⁵⁹ Segundo Fávero (1980), foi justamente para atender a exigências e não perder o apoio do presidente do Estado de Minas Gerais, que o governo instaurado com a Revolução de 1930 criou o Ministério da Educação e Saúde. Seria ainda nos marcos de um “estado de compromisso” com mecanismos de cooptação que Vargas autorizaria, em 1935, o prefeito Pedro Ernesto a criar a UDF, como veremos abaixo.

⁶⁰ Nesse descontentamento está, aliás, a origem da PUC. Como aponta Favero (1980: 40), Alceu Amoroso Lima estava, naquele momento, sob as tendências da Igreja Católica em relação à educação, com princípios explicitados em uma encíclica papal de 1929. Não à toa, Alceu Amoroso Lima fundou, em 1932, o Instituto Católico de Estudos Superiores, que lançou a semente da universidade católica no país (FAVERO, 1980:41) e cujo funcionamento seria autorizado por Vargas em 1941, sendo fundadas as Faculdades Católicas do Rio de Janeiro, recebendo o título de Pontifícia em 1947, um ano após ter sido reconhecida como universidade em 1946, através do Decreto 8.681 de 1946. Em 1939 também havia sido criado o instituto que originou a Universidade Santa Úrsula.

brasileiras, (ii) uma segunda parte tratando da reorganização da Universidade do Rio de Janeiro e do ensino superior e (iii) uma que criava o Conselho Nacional de Educação. Fávero (1980) chama a atenção para alguns aspectos. Segundo Fávero

A Revolução de 1930 coloca o país frente ao desafio de empreender uma transformação em suas instituições. Isso porém não chega a se concretizar, tendo em vista que a renovação da estrutura de poder se limita, na maioria das vezes, à mera mudança de quadros oriundos dos mesmos grupos dominantes que anteriormente prevaleciam. Como consequência, a renovação que as instituições universitárias deveriam experimentar era igualmente limitada. Para os grupos dominantes, uma instituição universitária tinha sua razão de ser desde que preparasse uma nova elite ilustrada e modernizadora, capaz de garantir a continuidade da estrutura do poder vigente. Nesse contexto, em 1931, é aprovado o Estatuto das Universidades Brasileiras, que pode ser considerado o marco estrutural da concepção da universidade em nosso país. (FÁVERO, 1980: 45)

Fávero analisa algumas colocações em discursos de Francisco Campos ao assumir a pasta de Educação em 1930 e a Reforma Francisco Campos propriamente e, segundo a autora, embora o ministro criticasse em sua posse uma dualidade do Brasil legal e do Brasil “de fato”, ele esperava da educação oficial que esta servisse como instrumento ideológico. No Estatuto das Universidades Brasileiras, por exemplo, existiu o manifesto propósito de se corrigir as limitações do modelo de 1920 e traduzir algumas das concepções sustentadas por cientistas e educadores naquele período. Fávero, porém, aponta uma defasagem entre tal discurso pedagógico, dos discursos de Campos e da sua Exposição de Motivos, e a realidade.

Contudo, como diz Fávero, “apesar das críticas que possam ser feitas, só a partir de 1931, com o Estatuto das Universidades Brasileiras, é que a ideia de universidade começa a tomar forma entre nós” (FÁVERO, 1980: 46), ainda que não tenha sido suficiente para de fato organizar o ensino superior brasileiro (FÁVERO, 1980: 56). Alguns pontos chamam a atenção da autora:

(1) É importante a observação de que a Faculdade de Educação, Ciências e Letras, apesar de ter seu papel definido pormenorizadamente no Estatuto das Universidades Brasileiras, não chegou a ser instalada naquele momento pelo governo, ainda que fosse uma das ambições de Campos, justamente por haver o interesse por parte do Colégio Pedro II de que esta nova faculdade fosse anexada ao colégio, ao qual o ministro não reconhecia competência ou capacidade para isto. Com o adiamento da sua instalação, a formação de professores secundários continuou sem uma instituição com este fim (FÁVERO, 1980: 49).

(2) Outra ideia que lhe chama a atenção do Estatuto das Universidades Brasileiras diz respeito às cátedras. A ideia de Cátedra no Brasil vinha desde o Século XIX, com a criação dos cursos jurídicos. No Estatuto, este expediente é mantido e garantida sua vitaliciedade após dez anos de atividades docentes, se tornando o docente o dono da cadeira até sua aposentadoria ou morte. Com sua manutenção, se dificultava a criação da carreira docente e o quadro do magistério. Assim, a escolha de professores, monitores, etc, dependia exclusivamente do catedrático. Isso explicará a tardia formação de quadros de certas disciplinas na universidade brasileira, entre as quais a Ciência Política, anos depois. Ainda, como reitera Fávero, na Constituição de 1934 existirá a possibilidade de contratação de professores, ao lado da garantia da Cátedra e da vitaliciedade e da inamovibilidade do catedrático. Até a Lei 5540 de novembro de 1968, a chamada Reforma Universitária, que extinguirá o regime de Cátedra e instituirá o regime de departamentos, esta será a condição legada pelo Estatuto das Universidades Brasileiras.

(3) Fávero também chama a atenção para a ideia de uma “relativa autonomia” defendida por Campos, que correspondeu ao controle e à centralização por parte do governo, que se fizeram sentir no período.

(4) Em relação à “flexibilidade” daquele Estatuto, que Campos alegava haver, em sua Exposição de Motivos, Fávero aponta que, três meses depois, houve a edição do Decreto 20.179 de julho de 1931, que determinava que uma instituição de ensino superior “para ser reconhecida oficialmente, deveria ministrar em cada curso todas as disciplinas obrigatórias de curso correspondente em instituição congênere federal” (FÁVERO, 1980: 53), demonstrando o *gap* entre o discurso do ministro e a realidade.

(5) Em relação à extensão universitária, segundo Fávero, esta correspondeu na prática, diferente do que sugeria a Exposição de Motivos, apenas a cursos para elites privilegiadas que já pertenciam ou haviam pertencido à universidade (FÁVERO, 1980: 53)

Por fim, Fávero chama a atenção ainda para os seguintes pontos: com o Estatuto das Universidades Brasileiras (6) é mantida a prerrogativa de a União dispor sobre o ensino superior em todo o país, com liberdade outorgada aos estados para estabelecerem “variantes regionais” e sendo determinada a “equiparação das universidades” estaduais ou livres às universidades federais para efeitos de concessão de títulos, com o governo mantendo sua prerrogativa de determinar normas a serem adotadas por todos os estabelecimentos, de fiscalizá-los e controlá-los, de criar universidades e reconhecer e equiparar instituições similares estaduais ou livres, (7) é definido o modelo de governo e

administração universitária e de direção de escolas, faculdades e institutos, com a determinação de que as universidades federais e equiparadas fossem administradas por um reitor e por um Conselho Universitário, órgão consultivo e deliberativo, e as escolas, faculdades e institutos continuassem, conforme o modelo de 1920, administradas por um diretor e possuindo um Conselho Técnico Administrativo, órgão deliberativo formado por catedráticos, que existiria até a Reforma Universitária de 1968 e (8) seria permitida a realização de cursos básicos, de caráter propedêutico, podendo os mesmos serem oferecidos e centralizados em um só instituto universitário. Para Fávero, esta possibilidade trazida pelo artigo 44 do Estatuto é o único dispositivo revolucionário instituído pelo Decreto 19.851 de 1931, que serviu de fundamento jurídico para a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP (1934) e seria mais tarde retomado no plano de criação (1961) da Universidade de Brasília (FÁVERO, 1980: 53-55).

Ainda segundo Fávero, através do Estatuto das Universidades Brasileiras outras medidas importantes foram tomadas: (9) a criação de cursos de aperfeiçoamento e especialização, nos ramos da medicina aplicada, e de especialização nas escolas de engenharia e (10) a reorganização do bacharelado em Direito e a reorganização do Doutorado em Direito, cuja finalidade seria formar professores do curso.

Os catedráticos detinham o comando: a reitoria, a direção das faculdades, escolas e institutos, a voz ativa nos organismos de deliberação e de consulta da instituição universitária.

3.5. A Exposição de Motivos de Campos e que universidade ela sugeriu

Na página 5830 da edição de 15 de abril de 1931 do Diário Oficial foi publicada a Exposição de Motivos do Ministro Francisco Campos, primeiro ministro da Saúde e Educação de Vargas, referente ao Decreto 19851 de 1931.

Campos inicia sua exposição de motivos para seu projeto de reforma do ensino superior dizendo que tal projeto fora

Objeto de larga meditação, de demorado exame e de amplos e vivos debates, em que foram ouvidos e consultados todas as autoridades em matéria de ensino, individuais e coletivas, assim como, no seu período de organização, auscultadas todas as correntes e expressões de pensamento, desde as mais radicais às mais conservadoras. (DECRETO 19851/1931, EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS)

Para o ministro, o projeto representava um “estado de equilíbrio entre tendências opostas”⁶¹, consubstanciando dessas tendências os “elementos de possível assimilação pelo meio nacional, de maneira a não determinar uma brusca ruptura com o presente”, que tornaria sua adaptação “difícil ou improvável”. Segundo Campos, ainda que o mesmo resultasse “de transações e compromissos entre várias tendências, correntes e direções de espírito”, o projeto tinha “individualidade e unidade próprias” que lhe demarcariam “orientação firme e positiva” e lhe asseguraria “proporção e equilíbrio”.

Evidencia-se o esforço que Campos alegou ter tido de buscar conciliar diferentes projetos para o ensino superior no Brasil, naquele momento em que havia uma disputa entre educadores católicos e laicos visando definir rumos para a educação no país.

A exposição prossegue. Segundo a mesma, a Universidade constituiria a unidade administrativa e didática que reuniria, sob a mesma direção intelectual e técnica, todo o ensino superior, fosse o de caráter utilitário e profissional ou fosse o puramente científico e sem aplicação imediata, visando “o duplo objetivo de equipar tecnicamente as elites profissionais do país e de proporcionar ambiente propício às vocações especulativas e desinteressadas, cujo destino, imprescindível à formação da cultura nacional, é o da investigação e da ciência pura.”

A finalidade da Universidade, segundo a exposição, transcenderia ao propósito do ensino, “envolvendo preocupações de pura ciência e de cultura desinteressada” e sendo uma “unidade social ativa e militante, isto é, um centro de contato, de colaboração e de cooperação de vontades e de aspirações, uma família intelectual e moral, que não exaure sua atividade no círculo dos seus interesses próprios e imediatos”, mas que tenderia a “ampliar no meio social, em que se organiza e existe, o seu círculo de ressonância e de influência, exercendo nele uma larga, poderosa e autorizada função educativa.”

Segundo a exposição, o projeto previa dois aspectos fundamentais da organização universitária: (i) “quanto à sua vida social interna, modelos e associações de classe destinados a proporcionar contatos e fortalecer os laços de solidariedade, fundada na comunidade de interesses econômicos e espirituais, entre os corpos docente e discente” e (ii) quanto à influência educativa que a Universidade deveria exercer sobre o meio social, “instituinto a extensão universitária poderoso mecanismo de contato dos institutos de

⁶¹ Para Fávero (1980: 47), “essa busca de equilíbrio foi uma constante em todo o período que sucedeu à Revolução de 1930 e reflete bem, em termos de realidade brasileira, o mecanismo de cooptação e o estado de compromisso que vai caracterizar o período”.

ensino superior com a sociedade, utilizando em benefício desta as atividades universitárias”, pois a extensão universitária se destinaria “a dilatar os benefícios da atmosfera universitária àqueles que não se encontrassem diretamente associados à vida da Universidade”, dando “ressonância” às suas atividades, que concorreriam para “elevar o nível da cultura geral do povo”, na função educativa que lhe competiria e que justificaria “o sistema de organização do ensino sobre base universitária”.

Explicitando o interesse em favorecer o surgimento de universidades privadas, Campos declara em sua exposição que o estatuto das universidades brasileiras se limitava a instituir, em linhas gerais, “o modelo de organização administrativa e didática para as Universidades federais e equiparadas, admitindo, porém, variantes”, pois, “em um país de tão amplas proporções territoriais como o Brasil e constituído de tantas zonas geográficas e econômicas” seria “da maior utilidade” permitir que a organização universitária se deixasse influenciar e modelar por múltiplos fatores “de ordem econômica, geográfica e espiritual” de cuja incidência se comporia a fisionomia ou a “característica diferencial” de cada uma de nossas regiões. Campos alertava que a organização universitária não padecia “dos vícios da intolerância e da rigidez”, que dificultariam a adaptação da universidade à diversidade de circunstâncias do Brasil, sendo caracterizada por flexibilidade e capacidade de adaptação. Campos alegava que o projeto trazia as tendências modernas das Universidades:

Incorporação de institutos, disciplinas e métodos de ensino, pesquisa original, recrutamento do corpo docente, autonomia, didática, regime disciplinar, extensão universitária, vida social das universidades, bem como as normas administrativas a que devem obedecer, na sua organização, até que sejam incorporadas a unidades universitárias, os institutos de ensino superior de existência isolada e autônoma. (DECRETO 19851/1931, EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS)

A exposição, porém, julgava que seria “inconveniente e mesmo contraproducente” que se concedesse às universidades ampla e plena autonomia didática e administrativa, pois, para Campos, autonomia requereria “prática, experiência e critérios seguros de orientação” e, como a Universidade tentava seus primeiros passos, seria desaconselhável o regime de autonomia integral. Com isso, Campos buscava justificar a orientação de uma “autonomia relativa” que o estatuto teria. Com a experiência, dizia em sua exposição de motivos, a autonomia poderia ir se alargando “de maneira gradual e progressiva” até que pudesse conquistar a autonomia integral, sem que esta fosse uma “concessão graciosa e extemporânea, destinada antes a deseducar do que a formar, no centro universitário, o senso de organização, de comando e de governos”.

A exposição ainda apontava que o projeto exigia, para que se constituísse a Universidade, a incorporação de pelo menos três institutos de ensino superior, entre os quais os de Direito, de Medicina e de Engenharia ou, em vez de um deles, a Faculdade de Educação, Ciências e Letras, atendendo à “importância prática das respectivas profissões e às vantagens culturais representadas pela a Faculdade de Educação, Ciências e Letras”.

E a exposição, observando que nem todas as instituições de ensino superior poderiam ser incorporadas naquele momento em universidades, com a continuidade da existência de institutos de ensino superior isolados, atentava que o estatuto das universidades continha dispositivos que visavam atenuar este isolamento “por meio de contatos que estabelece entre os diversos institutos de ensino, como objetivo de fortalecer entre eles os laços de solidariedade e a comunhão de ideais, de aspirações, de trabalho e de cultura”.

E a exposição ainda ressaltava que o estatuto criava um conselho de professores para cooperar com o diretor de cada instituto, com o Reitor e o Conselho Universitário como órgãos supremos da Universidade. Com o conselho de professores, se tornaria possível à administração de cada instituto intervir na sua organização didática, “acompanhando o modo por que são ministrados os cursos, orientando-os e corrigindo os seus defeitos, vícios e insuficiências”. Assim, a direção dos intitutos deixariam de ser meros órgãos administrativos e burocráticos e se transformariam, de acordo com a exposição, “aparelho de orientação técnica e didática”.

A exposição também se manifestava em relação à reorganização da Universidade do Rio de Janeiro, que constituiria “o modelo para as Universidades e Institutos equiparados”, incorporando nela “os Institutos de ensino superior da Capital da República, dependentes do Ministério da Educação e Saúde Publica, acrescidos da Escola de Minas de Outro Preto e da Faculdade de Educação Ciências e Letras, criada no projeto”.

E por que uma Faculdade de Educação Ciências e Letras? Segundo a exposição

A antiga Universidade do Rio de Janeiro limitava-se ao ensino do direito, da engenharia e da medicina. Faltava-lhe para completar a sua envergadura universitária o elemento artístico, indispensável e obrigatório complemento de toda cultura, que não aspira a formar apenas valores de utilidade econômica, senão que tende a ser, pelo seu conteúdo e sua extensão, um autêntico sistema de valores espirituais, na mais ampla latitude da expressão como deve ser o organismo universitário. Tornava-se, pois, indispensável dar à Universidade do Rio de Janeiro temas autenticamente universitários, incorporando à sua estrutura reduzida ao esqueleto do ensino puramente profissional as grandes divisões da arte e da cultura científica – o que se fez, agregando-se-lhe a Escola de Belas Artes, o Instituto Nacional de Música, radicalmente remodelados na sua orientação artística e didática, e a Faculdade de Educação, Ciências e Letras.

Esta última, particularmente pela alta função que exerce na vida cultural, é que dá, de modo mais acentuado, ao conjunto de Institutos reunidos em Universidade, a caráter propriamente universitário, permitindo que a vida universitária transcenda os limites do interesse puramente profissional, abrangendo, em todos os seus aspectos, os altos e autênticos valores de cultura, que à Universidade conferem o caráter e atributo que a definem e individualizam. Cumpria, porém, não esquecer na primeira tentativa que se faz de instalar no Brasil um instituto de Alta Cultura, que nos povos em formação, como o nosso, a alta cultura não pode ser organizada de uma vez, integralmente e de maneira exclusiva. Para que um instituto dessa ordem vingue entre nós torna-se indispensável resultem da sua instituição benefícios imediatos, devendo a sua inserção no meio nacional fazer-se exatamente nos pontos fracos ou nas lacunas da nossa cultura de maneira que o seu crescimento seja progressivo e sem continuidade com as nossas exigências mais próximas e mais imperativas. Essas considerações determinaram o caráter especial e misto da nossa Faculdade de Educação, Ciências e Letras, dando-lhe ao mesmo tempo que funções de cultura, papel eminentemente utilitário e prático. (DECRETO 19851/1931, EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS)

Vemos aí – com uma Faculdade de Educação, Ciências e Letras, embrião da futura Faculdade Nacional de Filosofia que, com sua fragmentação, originaria o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ – um interesse de exercer uma função na vida cultural do país, de dar aos demais institutos reunidos em uma universidade o seu caráter propriamente universitário, indo além do mero interesse puramente profissional. Esperava-se desta Faculdade de Educação, Ciências e Letras que servisse como um instituto de “Alta Cultura”, com benefícios imediatos para o “meio nacional”, exatamente nas lacunas de nossa cultura, com sentido absolutamente prático.

Na sequência a esta justificativa para a criação de uma Faculdade de Educação, Ciências e Letras, a exposição ainda se refere ao seu caráter, que, segundo Campos, resultava “diretamente da observação do nosso estado de cultura e dos defeitos e vícios do nosso ensino”, pois o ensino no Brasil seria “um ensino sem professores”, em que os professores *criavam* a si mesmos, e toda a nossa cultura seria “puramente autodidática”, lhe faltando “os largos e profundos quadros tradicionais da cultura” nos quais se processariam “continuadamente a rotação e renovação dos valores didáticos de maneira a constituir para o ensino superior e secundário um padrão, cujas exigências de crescimento e de aperfeiçoamento se desenvolvem em linhas ascendentes”.

Impunha-se, porém, segundo a exposição de motivos, para que a Faculdade de Ciências e Letras não se reduzisse “a um adorno ou decoração pretenciosa em casa pobre”, dar-lhe “uma função de caráter pragmático o de ação imediata sobre o nosso estado de cultura e, neste estado, exatamente sobre aqueles pontos relativos à formação e recrutamento dos professores, particularmente os das matérias básicas e fundamentais”. Daí a atribuição à Faculdade de Ciências e Letras que, além de “órgão de alta cultura ou

de ciência pura e desinteressada”, ela devesse “ser, antes de tudo e eminentemente, um Instituto de Educação, em cujas divisões se encontrem todos os elementos próprios e indispensáveis a formar o nosso corpo de professores, particularmente os do ensino moral e secundário”, pois desses professores dependeria a possibilidade de se desenvolver nossa cultura. E Campos diagnosticava – ou sentenciava – que “o ensino secundário, tal como o temos no Brasil, será, ainda por muitos anos e por maiores que sejam os nossos esforços, um ensino pobre, ineficiente e muitas vezes nulo”, ao qual faltava, sobretudo, um “corpo docente de orientação didática segura e com sólidos fundamentos em uma tradição de cultura, particularmente no que se refere às ciências básicas e fundamentais”.

Segundo a exposição, na nova Faculdade seria ministrado, portanto, o ensino das disciplinas necessárias ao exercício do magistério secundário em todos os seus ramos e seria a Faculdade de Ciências e Letras o curso obrigatório para todos que se propusessem ao ensino secundário nos ginásios oficiais e equiparados.

Com isso, a exposição apontava o quanto a Faculdade de Ciências e Letras estaria “destinada a exercer uma grande influência renovadora no nosso sistema de ensino”, um “arruinado edifício” que poderia se transformar – “das fundações à cúpula” – após “alguns anos de honesta e rigorosa execução”, o tornando digno da missão a ele reservada, de “elevantar a cultura geral do povo ao grau das exigências e imperativos, cada dia mais urgentes e rigorosos, da civilização contemporânea”. Para isso, a Faculdade de Ciências e Letras precisaria estender a sua atividade além da função, ainda rara e reduzida entre nós, de “penetrar nos largos domínios da investigação original e da alta cultura literária e científica”.

Com isso, a Faculdade de Ciências e Letras nem havia surgido e já carregava uma missão maior do que concentrar pesquisas em suas áreas do conhecimento: a de formar professores dentro de um determinado projeto nacional.

Em relação à reorganização da Universidade do Rio de Janeiro, por fim, a exposição de motivos salientava que esta, no empenho de ampliar a capacidade didática dos institutos de ensino superior e de facilitar o aperfeiçoamento e a especialização em variados ramos do conhecimento, passaria a poder utilizar, de modo eficiente, instituições técnicas e científicas altamente especializadas, como o Instituto Oswaldo Cruz, o Museu Nacional, etc, enriquecendo seu equipamento técnico e seus recursos didáticos.

A própria exposição de motivos, na sequência, observava que a parte central e substancial da reforma estava, porém, no regime didático e nas disposições relativas ao corpo docente que ela trazia.

Segundo Campos, os planos de estudo ou quadro das disciplinas cujo ensino era ministrado nos institutos de ensino superior até então não poderia ser mais completo. Contudo, seria um de seus vícios e defeitos justamente o excesso: “disciplinas ou cadeiras em grande número criadas em todas as reformas e algumas delas destituídas quase de objeto ou sem nenhum valor educativo”. Porém, os planos teriam importância subordinada e o que importava seria o professor e o regime didático. Quanto aos professores do ensino superior, a reforma também previa mudanças:

A reforma altera, de modo profundo e radical, o sistema de recrutamento do corpo docente. O concurso de provas será precedido de um concurso de títulos ou, antes, de provas preconstituídas da capacidade de candidato. Até aqui o sistema de seleção se tem limitado ao conjunto de provas constituídas *ad hoc*, a saber, como o propósito certo e imediato e na oportunidade precisa do concurso.

Não são examinadas provas anteriores, isto é, constituídas desinteressadamente, sem propósito utilitário imediato, destacam as tendências, a vocação, a capacidade e a personalidade do candidato. Além disto confiava-se à Congregação o exclusivo julgamento do concurso, desprezando a velha advertência de não confiar exageradamente no critério e no sentimento de responsabilidade de assembleias numerosas, inclinadas a decidir, ainda que constituídas de homens ilustres e eminentes, por interesses ou motivos de ordem precária e ocasional. (DECRETO 19851/1931, EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS)

Segundo Campos em sua exposição, na reforma se procurou prevenir esses defeitos do sistema de concursos, instituindo uma comissão examinadora de 5 especialistas, dentre os quais três seriam obrigatoriamente estranhos à Congregação, para atender à exigência de os especialistas serem apreciados por especialistas, o que não se dava com examinadores da própria congregação, mas não necessariamente especializados na matéria.

Além disso, a reforma modificava o direito à vitaliciedade, que “adquirido desde o primeiro provimento na cadeira, colocava os professores bons e os maus professores no mesmo pé de igualdade quanto aos privilégios inerentes à cátedra”. A reforma estabelecia então que a primeira nomeação se faria por um período de dez anos, após o qual teria o professor de oferecer novas provas de capacidade, dentre as quais avultariam as provas de seu trabalho e de sua dedicação ao ensino durante o período inicial. Só então, novamente julgado pela comissão, é que o professor seria investido da cátedra por título vitalício. Dessa forma, a vitaliciedade seria, segundo Campos, uma conquista “não de algumas horas muitas vezes favorecidas pelo acaso, mas o resultado de dez anos de aturados esforços e trabalhos de cujo julgamento participará a opinião universitária”, inteiramente familiarizada com os seus méritos científicos e as suas aptidões e didática.

Com essa modificação, Campos pretendia o mais rigoroso sistema de garantias, com o propósito, segundo sua exposição de motivos, de “assegurar, de modo o mais completo, a seleção do corpo docente para o ensino superior”.

Mas não era o bastante escolher bem o professor, segundo suas palavras. Seria necessário acompanhar seu ensino e criar um sistema de estímulos reais, “capazes de incentivá-lo a dar toda a medida de seus méritos”. Entre os estímulos mais eficazes, estaria a concorrência, segundo Campos, “maior dos incentivos ao aperfeiçoamento humano”. Por isso, ao conselho técnico e administrativo cumpriria acompanhar solicitamente os cursos, de maneira a verificar se estariam sendo ministrados com eficiência e propondo medidas necessárias à sua melhora, quando necessário.

Além disso, Campos apontava que a reforma havia procurado aproveitar a “utilíssima reserva didática”, até então não mobilizada como notável coeficiente, que seria a Livre Docência. Segundo ele, a reforma a mobilizava ampliando sua ação nos estabelecimentos de ensino e a equiparando, em função, à cátedra. Assim, de acordo com a reforma, não haveria, entre a Livre Docência e as Cátedras, distinções quando em jogo os interesses do ensino, estando colocadas no mesmo plano, com o mesmo equipamento e aparelhagem didáticos, que não pertenceriam à Cátedra, mas à escola e ao ensino. A Livre Docência instituiria, ao ver de Campos, uma concorrência e seria mais um estímulo, “dos mais úteis e eficazes”.

Por fim, antes de se manifestar especificamente em relação aos cursos de Direito, Medicina, Engenharia, Odontologia e Farmácia e à Escola Nacional de Belas Artes e ao Instituto Nacional de Música, além do Conselho Nacional de Educação, Campos tratou do regime didático, alertando que tomou todas as cautelas para que o ensino fosse ministrado pelos processos mais adequados e eficazes, “banidas ou reproduzidas no mínimo as preleções e conferências e as ilustrações de maneira que o aluno aprenda observando, fazendo e praticando”. Mesmo

O antiquado sistema de exame final, como única e exclusiva prova anual, estúpido, desonesto e degradante sistema intelectual e moral de apuração de conhecimentos, tão propício à improvisação e à fraude, ao triunfo fácil e deseducativo de qualidades muitas vezes secundárias e subalternas, péssimo, ainda, do ponto de vista da educação porque, inculcando na juventude uma falsa noção do sistema de prêmios e recompensas que funciona na vida fora da escola, em que a vitória exige fundamentos mais sólidos e testes mais demorados e exigentes, o sistema de exames foi profundamente transformado. O exame final não é a prova única. Haverá, durante o ano, provas parciais, notas em trabalhos práticos, arguições, debates. Para chegar ao exame final, o aluno terá atravessado todas essas provas intermediárias, de maneira que a prova de fim de ano apresenta outras garantias à seriedade do julgamento do que as tão precárias que atualmente oferece, as quais se

cifram, no maior número de casos, à felicidade no sorteio e à tolerância dos examinadores, que fundam a sua displicência no fato de ser seródia, extemporânea, e inaplicável, como remédio, a reprovação. (DECRETO 19851-1931, EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS)

Não seria, segundo Campos, por desconhecimento dos defeitos e lacunas reais do nosso sistema de ensino, nem por ausência de rigorosas medidas de prevenção e de garantia, se mesmo com tais transformações continuasse o ensino a sofrer dos males e dos vícios que o degradavam até então.

3.6. A Escola Livre de Sociologia e Política e a USP

Antes de discutirmos a chamada reorganização da Universidade do Brasil, com a Lei 452 de 1937, que originará a FNF, cabe tratarmos de duas experiências institucionais pioneiras na institucionalização da universidade em nosso país, a USP e a UDF.

Segundo Fávero,

Na crise de hegemonia deflagrada após a Revolução de 1930, nenhum dos grupos que constituíam as classes dominantes, nem os setores intermediários detiveram com exclusividade o poder político, como também não apresentaram condições de assumir o controle do Estado, verificando-se grande defasagem entre a estrutura política e a hierarquia social e econômica. Dentro da política centralizadora, o Governo Provisório, em novembro de 1930, dissolve o Congresso, os legislativos estaduais e municipais e assume plenos poderes. Todos os antigos governadores, com exceção do de Minas Gerais, são substituídos por interventores. Inicia-se, portanto, a transição do poder difuso nos estados para a concentração do mesmo nas mãos do Governo Central. Isto se torna evidente a partir de agosto de 1931, com o Código dos Interventores, onde são estabelecidas normas de subordinação dos estados ao poder central, limitando a área de ação dos primeiros. (FÁVERO, 1980: 56)

A partir de então, passa a existir uma luta pelo poder com divergências dentro da coligação revolucionária. É aí que as classes dirigentes paulistas, a pretexto de exigir o restabelecimento da ordem constitucional, que estava suspensa desde outubro de 1930, organizam a Revolução Constitucionalista de 1932, que seria derrotada pelo governo central. E será neste ambiente político, de crise das oligarquias paulistas visando obter hegemonia, que serão criadas (i) em 1933, a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo e (ii) em 1934, a Universidade de São Paulo, especialmente a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras desta última, que se tornará importante centro de ensino e pesquisa em Ciências Sociais.

Para Fávero, “a Revolução Constitucionalista de 1932 contribuiu de forma muito clara para uma tomada de consciência por parte de representantes das elites paulistas da falta de quadros políticos com formação científica” (FÁVERO, 1980: 57). Daí a iniciativa

de se criar uma instituição de ensino que fizesse face a esse problema e o surgimento da Escola Livre de Sociologia e Política⁶² (1933), surgida de acordo com modelos de institutos europeus e norte-americanos e visando formar uma elite que pudesse colaborar com solução de problemas da administração pública e orientar o povo e a nação “ao reajustamento indispensável ao moderno equilíbrio social” (FÁVERO, 1980: 58), e da USP (1934), criada para a renovação e a formação de elites culturais e políticas.

Assim, a ELSP ofereceria à sociedade cursos, conferências e publicações e disporia de biblioteca e arquivos voltados para Ciências Sociais e possibilitaria intercâmbio com instituições estrangeiras, enfatizando a impossibilidade da dissociação entre ensino de Ciências Sociais e pesquisa. Além disso, a ELSP surgiu com a publicação de um manifesto assinado por intelectuais que lamentava a “falta de uma elite numerosa organizada, instruída sob métodos científicos”, o que se fizera sentir, segundo o manifesto, durante a Revolução Constitucionalista de 1932 e quando o povo paulista quis se refazer dos efeitos da guerra civil. Tais condições levam Fávero a concluir que esta escola surgiu marcada por um caráter liberal e sob um elitismo acentuado (FÁVERO, 1980: 58).

Já a USP, segundo Fávero, é igualmente marcada por interesses políticos, o que se evidencia com o comentário de Julio Mesquita Filho, membro, representando o periódico *O Estado de São Paulo*, da comissão que elaborou o projeto de sua criação, designada pelo interventor Armando Salles de Oliveira: “Vencidos pelas armas, sabíamos perfeitamente que só pela ciência e pela perseverança no esforço voltaríamos a exercer a hegemonia que durante longas décadas desfrutávamos no seio da Federação” (MESQUITA FILHO *apud* FÁVERO, 1980: 60). E segundo o próprio Decreto 6283 de 1934 de fundação da Universidade de São Paulo, estariam entre suas finalidades:

a) promover, pela pesquisa, o progresso da ciência; b) transmitir, pelo ensino, conhecimentos que enriqueçam ou desenvolvam o espírito e sejam úteis à vida; c) formar especialistas em todos os ramos de cultura, técnicos e profissionais em todas as profissões de base científica ou artística; d) realizar a obra social de vulgarização das ciências, das letras e artes por meio de cursos sintéticos, conferências e palestras, difusão pelo rádio, filmes científicos e congêneres (FÁVERO, 1980: 61-62)

Na prática, a USP foi constituída englobando escolas existentes e novas escolas, mas dentro de uma concepção sobre o que *deveria ser* uma Universidade – não a mera justaposição de faculdades, escolas e institutos – e a função integradora de sua Faculdade

⁶² Como aponta Fávero, a ELSP foi modelo para a regulamentação do ensino de Sociologia e Política no país, com o decreto-lei 9.786 de setembro de 1946. Aliás, foi na ELSP que Samuel Lowrie ministraria o primeiro curso de Sociologia Geral em nível superior no país.

de Filosofia, Ciências e Letras⁶³, com, ainda, a criação de centros de altos estudos, primazia do ensino público⁶⁴ e laico e autonomia universitária. Para realização deste projeto, se recorre aos países europeus, solicitando especialistas nas diferentes disciplinas.

Mas, devido ao que Fávero chama de nossa tradição anti-universitária, as escolas profissionalizantes não aceitaram que a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras centralizasse matérias básicas, acabando que cada escola ou faculdade assumiu as matérias básicas de seus cursos. E a própria Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras acabou sucumbindo a se tornar uma instituição de caráter profissionalizante, dedicada à formação de professores de ensino secundário, especialmente quando – com o Estado Novo instituído em novembro de 1937 e o Decreto Estadual 9269 de junho de 1938 – extinto o Instituto de Educação e criada a seção de Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, esta passou a ser uma escola de formação de professores com sua finalidade cultural e política relegada a segundo plano (FÁVERO, 1980: 64-66).

3.7. A Universidade do Distrito Federal

Outra experiência universitária que antecedeu a criação da Universidade do Brasil e que merece nossa atenção foi a Universidade do Distrito Federal, a UDF, criada em 1935. Conforme Fávero aponta, sobre o clima do período de sua criação,

Em 1934, com a promulgação da segunda Constituição Republicana e a eleição do presidente Getúlio Vargas pelo Congresso, tudo levava a crer que a democracia liberal seria instituída no país. Mas, logo a seguir, as tendências centralizadoras e autoritárias recuperaram suas forças e os chefes políticos regionais, mais do que antes, submeteram-se ao poder central. Tanto o patronato dos grandes proprietários que exerciam diretamente a exploração econômica, como o patriciado das altas hierarquias civis e militares insistiam, continuamente, sobre o perigo de um domínio comunista. Antiliberais e autoritários, o que pretendiam era acabar com qualquer laivo de democracia, de representação popular. A abertura, proporcionada pela Revolução de 1930, foi encarada como um erro a ser corrigido. (FÁVERO, 1980: 67)

Em abril de 1935, outro fato relevante foi a criação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), uma ampla frente de esquerda que defendia um governo popular,

⁶³ Que deveria ser a base e a cúpula da Universidade, ou seja, “uma instituição única, responsável pelo cultivo de todos os ramos do saber, pela promoção do ensino de disciplinas de caráter não-utilitário, pela realização de pesquisas científicas e altos estudos de caráter desinteressado, bem como pela realização de cursos básicos de disciplinas comuns a outros institutos universitários, além de colaborar na formação de professores secundários e superiores. (...) Local onde a ciência pela ciência era regra e o espírito de pesquisa e investigação o norteador de todos os trabalhos.” (FÁVERO, 1980: 63)

⁶⁴ A USP, filha de 1932 e de 1934, que combate o Estado Novo e é distante do trabalhismo (FÁVERO, 1980: 65) prefere como bandeira o aperfeiçoamento do ensino superior e a defesa da escola pública.

jornada de trabalho de 8 horas, salário mínimo, suspensão do pagamento da dívida externa, reforma agrária, etc. Logo em seguida à sua criação, foi promulgada a Lei de Segurança Nacional, Lei 38 de 1935, considerado por Fávero um dos instrumentos mais radicais de repressão à esquerda e a qualquer movimento de oposição no período. Com isso, após inflamado discurso do líder comunista Luís Carlos Prestes em julho de 1935, com base na Lei de Segurança Nacional, a sede da ANL foi fechada e alguns de seus líderes foram presos.

Foi nesse clima que, no Distrito Federal, fora criada a Universidade do Distrito Federal, a UDF, pelo Decreto 5513 de abril de 1935, graças à excelente relação entre o prefeito Pedro Ernesto e seu secretário de Educação, o educador Anísio Teixeira, mesmo sob oposição do Ministro da Educação, o mineiro Gustavo Capanema. Para tanto, Pedro Ernesto obteve autorização de Getúlio Vargas, que, segundo Fávero, “não desejava contrariar o prefeito do Distrito Federal” (FÁVERO, 1980: 70) para não perder seu apoio naquele momento conturbado.

Contudo, em novembro de 1935, a chamada *intentona comunista*⁶⁵ levou o Congresso a renunciar às suas prerrogativas e a delegar a Vargas plenos poderes, com o Estado de Sítio sendo decretado no país, o que duraria até o Estado Novo, em 1937, que começa a ser gestado justamente neste período. Com um clima anticomunista muito intenso, que desembocaria inclusive na criação de uma Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo e de um Tribunal de Segurança Nacional, Pedro Ernesto, que viria inclusive a ser preso, passa a sofrer pressão por exonerar Anísio Teixeira da Secretaria de Educação, uma vez que este, desde 1931, “vinha sendo alvo de campanha da liderança católica na discussão sobre a escola pública, o que se intensificou a partir de 1935, nos debates sobre a Universidade do Distrito Federal” (FÁVERO, 1980: 72).

Com a demissão, ainda em 1935, de Anísio Teixeira e de Afrânio Peixoto, reitor da UDF⁶⁶, além de Hermes Lima, diretor da Escola de Economia e Direito, a UDF começara a se aproximar de seu fim, que se daria alguns anos depois, com sua extinção em janeiro de 1939, através do Decreto 1063 de 1939⁶⁷, quando se jogou uma pá de cal em todo um projeto verdadeiramente *revolucionário* de uma Universidade no Brasil,

⁶⁵ Em linhas gerais, a *intentona comunista* se tratou de uma tentativa de golpe contra o governo de Vargas, ocorrida em 23 de novembro de 1935, realizada por militares com o apoio do Partido Comunista Brasileiro.

⁶⁶ “Com o afastamento de Afrânio Peixoto de suas funções, o cargo foi preenchido por Afonso Pena Júnior; em fins de 1937, Alceu Amoroso Lima assumiu a reitoria, bem como a cadeira de Sociologia” (FÁVERO, 1980: 76).

⁶⁷ Este decreto fecha a UDF e incorpora seus cursos e corpo discente (sem incorporar seu corpo docente) à Universidade do Brasil, que se tornaria na década de 1960 a Universidade Federal do Rio de Janeiro.

situada no Rio de Janeiro, com vocação científica, indissociação entre ensino e pesquisa, e um grande núcleo de Ciências Sociais⁶⁸ no país – tendo, entre seus docentes, professores como Gilberto Freire (Antropologia e Sociologia), Jacques Lambert (Sociologia), Hermes Lima (Economia Social) e Artur Ramos (Psicologia Social) – e que se tratava justamente de

Uma instituição universitária constituída de escolas e institutos voltados principalmente para as Ciências Humanas, tendo uma linha de pesquisa e de confrontos com a realidade e não com o objetivo de ser mera agência de ensino, preocupada com a transmissão ou repetição de um saber constituído e com a manutenção do *status quo*. (FÁVERO, 1980: 81-82)

Afinal, a UDF se tratava de uma universidade que, além da formação de profissionais – entre os quais professores de Geografia, História, Sociologia e Ciências Sociais para o magistério secundário e bacharéis em Ciências Sociais e Jurídicas, Diplomacia, Economia e Finanças, Estatística, etc. –, prepararia quadros intelectuais para o país, que se encontrava ao sabor de um, nas palavras de Fávero, abandonado e precário autodidatismo. Por isso, eram seus fins, de acordo com o artigo 2º do Decreto 5513 de 1935, que a instituiu:

- Promover e estimular a cultura de modo a concorrer para o aperfeiçoamento da comunidade brasileira;
- Encorajar a pesquisa científica, literária e artística;
- Propagar as aquisições da ciência e das artes, pelo ensino regular de suas escolas e pelos cursos de extensão popular;
- Formar profissionais e técnicos nos vários ramos de atividade que as suas escolas e institutos comportarem;
- Prover a formação do magistério em todos os seus graus.” (FÁVERO, 1980: 76)

E não é demais lembrarmos das palavras de Anísio Teixeira sobre sua concepção de universidade, citadas por Fávero, mas que também podem ser lidas na íntegra em seu *Universidade: Mansão da Liberdade*, discurso na abertura dos cursos da UDF em que também dirá que “A Universidade é e deve ser a mansão da liberdade”:

Trata-se de manter uma atmosfera de saber, para se preparar o homem que o serve e o desenvolve. Trata-se de conservar o saber vivo e não morto, nos livros ou no empirismo das práticas não intelectualizadas. Trata-se de formular intelectualmente a experiência humana, sempre renovada, para que a mesma se torne consciente e progressiva. Trata-se de difundir a cultura humana, mas de fazê-lo com inspiração, enriquecendo e vitalizando o saber do passado com a sedução, a atração e o ímpeto do presente. (TEIXEIRA *apud* FÁVERO, 1980: 79)

⁶⁸ Ao lado da USP, a UDF foi pioneira em oferecer o curso de Ciências Sociais, em sua Escola de Economia e Direito, depois transformada em Faculdade de Economia e Política. (Cf. Fávero, 1980: 81)

Mas, conforme diz Fávero, “o ideal de universidade proposto por seu fundador e colaboradores não correspondia ao modelo de universidade outorgado pelo regime” (FÁVERO, 1980: 79), pois entre os princípios da UDF estavam sua autonomia, sua liberdade, a associação entre ensino e pesquisa, a promoção da cultura brasileira, etc.

E, após verificarmos em linhas gerais o longo caminho para o estabelecimento da Universidade no Brasil, cheio de percalços sob os (des)caminhos da Política, como o *Estatuto das Universidades Brasileiras* de Francisco Campos de 1931, a criação da USP em 1934, após a derrota dos revoltosos paulistas de 1932, e a criação da UDF em 1935, de curta, mas marcante existência, cabe agora buscarmos compreender o surgimento da *Universidade do Brasil*, à qual pertenceria a *Faculdade Nacional de Filosofia* (FNFi) e o *Instituto de Ciências Sociais* (ICS), e que se transformaria na *Universidade Federal do Rio de Janeiro* (UFRJ), à qual pertenceria o *Instituto de Filosofia e Ciências Sociais* (IFCS). Com isso, estaremos focalizando o objeto próprio desta tese.

3.8. A Lei 452/1937 e a reorganização da Universidade do Brasil

Em 10 de novembro de 1937, o Brasil teve uma nova Constituição, redigida inteiramente por Francisco Campos, de quem já tratamos neste capítulo. Com o Estado Novo, além da dissolução de partidos, passava a haver uma grande concentração de poder nas mãos de Getúlio Vargas, que passava a ter o poder de legislar, governando através de decretos-leis, e surgiriam o DIP, Departamento de Imprensa e Propaganda, para censurar os meios de comunicação, e o DASP, Departamento Administrativo do Serviço Público, órgão técnico voltado para a administração pública no Brasil.

Em relação à Universidade no Brasil, como aponta Fávero, “após o golpe de 1937, uma das grandes preocupações do Estado foi colocar a educação a serviço da ideologia vigente” (FÁVERO, 1980: 91), o que, segundo a autora, se evidencia por discursos daquele período do ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema e por obras de Francisco Campos e Azevedo Amaral. Em um dos discursos citados, Capanema diz claramente que a educação “longe de ser neutra, deve tomar partido, ou melhor, deve adotar uma filosofia e seguir uma tábua de valores, deve reger-se pelo sistema de diretrizes morais, políticas e econômicas, que formam a base ideológica da nação” (CAPANEMA *apud* FÁVERO, 1980: 91).

É com esta perspectiva que a Universidade do Brasil sofrerá uma reorganização, já tendo havido em 1935 um Plano de Reorganização do Ministério de Educação e Saúde Pública, em que se tinha dado ênfase a esta universidade, após ter sido criada, também

em 1935, uma comissão para estudar a organização da Universidade do Brasil, através de uma portaria ministerial que nomeou como seus membros 12 intelectuais como Raul Leitão da Cunha, então reitor da Universidade do Rio de Janeiro, Edgar Roquette Pinto, ex-diretor do Museu Nacional, Lourenço Filho, ex-diretor do Instituto de Educação, Inácio Azevedo Amaral, professor da Escola de Engenharia da Universidade do Rio de Janeiro, Jônatas Serrano, intelectual católico e professor do Colégio Pedro II, Junevil Rocha Vaz, ex-diretor da Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro entre outros, presididos pelo próprio ministro Capanema⁶⁹.

Segundo Capanema, neste Plano de Reorganização do Ministério de Educação e Saúde Pública, o Brasil não poderia progredir na indústria, na agricultura, no comércio, etc, se não dispusesse de “um grande quadro de homens altamente preparados nas técnicas, nas ciências e nas letras” e por isso o país precisava de universidades (CAPANEMA *apud* FÁVERO, 1980: 94), uma vez que não dispunha delas e não tinha tradição universitária.

Segundo Fávero (1980), é a consciência do caráter político-ideológico da educação e da importância do sistema educacional que levaria o governo a querer ter a sua própria universidade, com “preocupação de centralizar progressivamente todo o sistema de ensino superior, transformando-o gradualmente em um ‘perfeito aparelho ideológico do Estado’.” (FÁVERO, 1980: 95)

Assim, foi promulgada a Lei 452 de julho de 1937, organizando a Universidade do Brasil e instituindo uma Comissão do Plano da Universidade do Brasil. Em vez da justaposição de três estabelecimentos de ensino superior, o que na prática correspondeu à criação da Universidade do Rio de Janeiro na década de 1920, mais de 15 escolas ou faculdades compunham a agora denominada Universidade do Brasil – entre as quais a Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras, a Faculdade Nacional de Direito e a Faculdade Nacional de Política e Economia –, além de institutos já existentes ou que foram criados com a Lei 452 de 1937, que passaram a integrar a Universidade do Brasil, como o Museu Nacional, o Instituto de História e Geografia e o Instituto de Organização Política e Econômica.

⁶⁹ Como aponta Fávero, “assim, de um lado encontramos alguns signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, defensores de princípios liberais, como Edgar Roquette Pinto e Lourenço Filho e de outro, Azevedo Amaral, um dos principais ideólogos do Estado Novo” (FÁVERO, 1980: 96) Chama a atenção da autora o surgimento, com os trabalhos desta comissão, de propostas como a criação de uma Cidade Universitária, mas a omissão por parte desta comissão de uma discussão sobre problemas de nosso ensino universitário, como a existência da Cátedra vitalícia e a existência do professor horista sem carga horária para estudo e pesquisa.

Entre as finalidades da Universidade do Brasil estavam

- (a) o desenvolvimento da cultura filosófica, científica, artística e literária,
- (b) a formação de quadros onde se recrutam elementos destinados ao magistério bem como às altas funções de vida pública do país;
- (c) o preparo de profissionais para o exercício de atividades que demandem estudos superiores. (FÁVERO, 1980: 102)

E entre as aspirações que havia no momento dessa organização da Universidade do Brasil eram (i) de que esta fosse um “padrão”, ou seja, de que “nas linhas fundamentais de sua estrutura, instalações, administração e funcionamento”, fosse apresentada como “exemplo de boa organização”, (ii) de que se constituísse em centro de pesquisas científicas e investigações técnicas, de atividades filosóficas, literárias e artísticas e de “estudos desinteressados de toda sorte, a fim de tornar-se o mais alto centro de expressão de nossa cultura intelectual” e de que (iii) fosse frequentada por estudantes de todo o país e não somente por estudantes do Distrito Federal. (FÁVERO, 1980: 95)

Mas na prática acabaram prevalecendo suas finalidades de formação de quadros para o magistério e o preparo de profissionais, servindo basicamente para formar mão-de-obra no país.

Com esta lei, ficou estabelecido ainda que

Tanto o reitor como os diretores dos estabelecimentos de ensino seriam escolhidos pelo presidente da República, dentre os respectivos catedráticos. Por outro lado, foi expressamente proibido aos professores e alunos da universidade tomar, oficialmente ou coletivamente, dentro da universidade, qualquer atitude de caráter político-partidário ou comparecer às atividades universitárias com uniforme e emblema de partidos políticos. (FÁVERO, 1980: 102)

3.9. A FNFi: Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil

Como aponta Fávero, em 1939, com a extinção da Universidade do Distrito Federal através do Decreto-Lei 1063, seus institutos foram incorporados à Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, organizada pelo Decreto-Lei 1190 de abril de 1939 (FÁVERO, 1980: 102), após o Decreto-Lei 421 de maio de 1938, que regulou o funcionamento dos estabelecimentos de ensino superior, tratando da abertura de novos cursos e do reconhecimento de cursos superiores⁷⁰ (FÁVERO, 1980: 106).

⁷⁰ O Decreto 421 de 1938 subordinou novos cursos às exigências mínimas fixadas em lei federal, enquanto a Lei 19.852 de 1931 previa apenas exigências mínimas da legislação federal para a quase totalidade dos cursos superiores, e “quando se tratava apenas de acrescentar cadeiras ou de incorporar ao currículo disciplinas não constantes do dispositivo de 1931, não havia objeções, pois ao mínimo era sempre lícito fazer acréscimos” (FAVERO, 1980: 109). Como ainda aponta a autora, o Decreto 421 de 1938 depois sofrerá modificações com os decretos-leis nº 2076 de março de 1940 (que acabou com a distinção entre necessidade e utilidade para a autorização de um curso) e nº 3617 de setembro de 1941. A autora ainda

Nas sucintas duas páginas e meia da Exposição de Motivos do ministro Capanema que acompanhou o Decreto-Lei 1190, da organização da Faculdade Nacional de Filosofia, ele considera que tal projeto de decreto-lei representava “um dos mais seguros e decisivos passos tentados em nosso país para o fim de dar à educação e à cultura nacionais solidez e elevação”.

Para ele, era o ensino secundário que recebia “considerável benefício”, cuja renovação só poderia partir da “preparação de um vasto corpo de professores, cientes das disciplinas do currículo e mestres no ofício de ensinar”. Segundo Capanema,

Somente depois da existência desses professores, e, mais, somente depois de ser vedado que outros professores, os improvisados, os primários no saber e incautos na experiência, possam professar nas escolas secundárias, é que realmente o ensino das humanidades se desenvolverá com método e primor, com as excelentes qualidades, que deve possuir, para que propicie à juventude aquele fundamento espiritual sólido e sério, que a torne apta de um modo geral para a vida, e, de modo especial, para o ingresso nas escolas superiores, destinadas à formação dos grupos culturais mais altos e aprimorados. (DECRETO-LEI 1190/39 – EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS. Disponível em http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=F2CA66F02347EEE78872F658A3BCDD28.node1?codteor=1221122&filename=A vulso+-PL+1006/1951)

Era principalmente a isto que, segundo o ministro, vinha atender o Decreto-Lei. Assim, além de estruturar a Faculdade Nacional de Filosofia, “estabelecimento federal padrão do ensino destinado à preparação do magistério secundário”, este estabelecia que, a partir do ano de 1943, não pudesse mais ser admitido como professor do ensino secundário candidato que não tivesse passado por este estabelecimento “ou por outro congênere reconhecido”. Para o ministro Capanema, esta obrigatoriedade do magistério “adequadamente diplomado” representaria o começo de uma “nova era na educação secundária de nosso país”.

Além disso, o decreto-lei concorreria “para a melhoria do nosso ensino primário”, uma vez que as escolas normais existentes no país não primariam pela excelência do seu corpo magisterial, com professores “doutos e eficientes” em número escasso, a “causa principal do incompleto preparo com que deixam os bancos escolares as normalistas a que é entregue a educação da infância em todo o país”. Para o ministro, só poderíamos

examina em linhas gerais a legislação estadonovista que regulou o funcionamento e a abertura de novos cursos de ensino superior no Brasil a partir de 1937, com importantes ponderações. Inclusive sobre problemas como a existência daqueles que dão seu nome, mas não ensinam na escola, sendo as aulas ministradas por outras pessoas ou a existência dos “professores voadores”, aqueles que “ministram aulas em várias instituições, sem nenhuma disponibilidade para estudar, para atender aos alunos e, muito menos, pensar nos problemas do curso” (FÁVERO, 1980: 110)

elevar o nível do nosso ensino primário pela “preparação cada vez mais apurada dos seus professores”, o que só seria “perfeita” quando o corpo docente das escolas normais fosse “de primeira ordem”. Por isso, o decreto-lei fixava, “a partir de 1943, a obrigatoriedade do diploma de licenciado para o exercício do magistério normal”.

Por fim, para Capanema, a Faculdade Nacional de Filosofia viria “contribuir, da maneira mais decisiva, para aumentar e aprofundar a cultura nacional, no terreno filosófico, científico e literário”, pois seríamos “um país de autodidatas” em que

Nossos pesquisadores e escritores são, em geral, trabalhadores isolados, que formam a própria cultura com o mais angustioso esforço, desprovidos da assistência de mestres experimentados, da colaboração de colegas da mesma vocação e dos recursos técnicos imprescindíveis ao eficiente trabalho intelectual. Se grande número deles consegue chegar às culminâncias, emparelhando-se às vezes com os mais altos espíritos das outras nações, tal coisa só decorre das prodigiosas qualidades inatas dos filhos deste país. Estamos, porém, longe de ser uma grande nação produtora de cultura. A nossa produção filosófica, científica e literária pode ser numerosa e brilhante, pode ser um motivo para a nossa ufania e vaidade, mas, como me dizia há tempo o professor Georges Dumas, da Sorbonne, não corresponde aos dons prodigiosos com que a natureza dotou a nossa inteligência. (DECRETO-LEI 1190/39 – EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS)

Capanema então encerra sua Exposição de Motivos dizendo que a Faculdade Nacional de Filosofia constituiria, dentro da Universidade do Brasil, um “grande centro de estudos, processados com disciplina e vigor, em todos os domínios da cultura intelectual pura” e que haveria de ser, “pelos tempos afora, a grande força de animação, de enriquecimento e de orientação de nossos trabalhadores intelectuais. E, desta forma, transcendendo os estritos limites do ensino, entrará ela a influir, de modo mais amplo, no destino da cultura nacional.”

Fávero, porém, pondera que o próprio Capanema havia sido um dos responsáveis pela extinção da UDF, tendo se oposto mesmo à sua criação, e que, ao se analisar sua Exposição de Motivos ou o próprio Decreto-Lei 1190 de 1939, não se encontra nenhuma palavra sobre a função da Faculdade de Filosofia como órgão destinado à integração dos cursos básicos gerais das escolas profissionais. Sua finalidade cultural, que o ministro proclamava, “seria, quando muito, realizada ‘dentro da Universidade’, mas sem nenhuma ligação funcional no plano dos estudos e pesquisas, com os demais institutos, faculdades ou escolas” (FÁVERO, 1980: 105).

De acordo com o artigo 1º deste decreto, os três objetivos da FNFi seriam:

- (i) preparar trabalhadores intelectuais para o exercício das altas atividades culturais e de ordem desinteressada ou técnica;
- (ii) preparar candidatas ao magistério do ensino secundário e normal;

(iii) realizar pesquisas nos vários domínios da cultura e que constituam objeto de seu ensino. (FÁVERO, 1980: 105)

Contudo, para Fávero será o segundo objetivo que caracterizará o trabalho das faculdades de filosofia daí em diante, com sua função eminentemente cultural e científica dentro da universidade sendo relegada a um plano secundário e adjetivo e uma tendência profissionalizante de seus cursos sendo acentuada.

Mas se a criação da Universidade no Brasil havia sido, até o advento da República, impossível e até mesmo indesejável, tendo ainda hoje menos de um século de existência, a Universidade do Brasil, denominação dada pela Lei 452 de 1937 à Universidade do Rio de Janeiro surgida com o decreto 14343 de 1920 e organizada pela Lei 19852 de 1931 – que sofreria novas profundas modificações na década de 1960, como veremos mais adiante, passando a ser designada como atualmente ainda é, Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ –, de fato se estabeleceria e, ao final do Estado Novo, era uma das cinco universidades brasileiras, ao lado da Universidade de Minas Gerais (1928), da Universidade de São Paulo (1934), da Universidade de Porto Alegre (1934) e da Universidade Rural do Brasil (1943). E a história da Universidade do Brasil não passaria incólume aos acontecimentos políticos do Século XX.

Desde o surgimento da Universidade do Brasil até o fim do Estado Novo, em 1945, e a posse de Eurico Gaspar Dutra (1946), primeiro presidente eleito após 15 anos de Vargas no poder, o país passaria, entre 1938 e 1941, por um período de grande exortação do nacionalismo, seguido por um período, a partir de 1941, de maior aproximação com os Estados Unidos, após sofrer pressão⁷¹ em meio à II Guerra Mundial. E na sequência haveria, após o chamado *Manifesto dos Mineiros*, de 24 de outubro de 1943, (i) o enfraquecimento do DIP, (ii) a criação de partidos políticos, como a UDN, o PSD e o PTB, (iii) o Ato Adicional de 28 de fevereiro de 1945, estabelecendo 90 dias para eleições diretas para presidente e governadores, (iv) as candidaturas à presidência de Eurico Gaspar Dutra pelo PSD e de Eduardo Gomes pela UDN e, finalmente, (v) em 29 de outubro de 1945, a deposição de Vargas pelos generais Goes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra, com a presidência sendo assumida interinamente por José Linhares, presidente do STF, e (vi) eleições em 12 de dezembro de 1945, com a posse do presidente eleito Eurico Gaspar Dutra em janeiro de 1946, havendo ainda neste ano (vii) a reforma da

⁷¹ Sobre esta pressão, conforme aponta Fávero, foram realizados acordos comerciais em Washington no início de 1942 e, na Conferência do Rio de Janeiro, ainda em 1942, selada uma aliança entre Vargas e Roosevelt (FÁVERO, 1980: 89).

Constituição, com a chamada Constituição de 1946, a quarta constituição republicana do país.

Com todos esses acontecimentos, é a partir de 1939 que a Universidade do Brasil passa a contar com sua primeira Cátedra de Política, transformada na disciplina Ciência Política apenas na década de 1960, como veremos adiante, e cujos docentes sofrem os efeitos dos (des)caminhos da Política ao longo de sua história, como também veremos nesta tese. Conhecermos circunstâncias do surgimento desta universidade, e depois de sua existência durante o regime militar, permite compreendermos os motivos de um determinado desenvolvimento de sua Ciência Política, sob os marcos aqui discutidos, sob grande centralização do poder e obstáculos à autonomia universitária ou falta de incentivos à pesquisa ou à possibilidade do desenvolvimento de conhecimento desinteressado que não estivesse vinculado a um projeto de formação profissional.

Se o próprio Ministério de Educação e Saúde Pública surge como exigência de Minas Gerais, sendo ocupado por Francisco Campos e Gustavo Capanema durante os governos de Vargas, não estiveram isentos de cederem esses mesmos ministros a exigências de grupos sociais, como a Igreja Católica, que pretendiam dar à Universidade no Brasil uma determinada fisionomia, obtendo em contrapartida outras conquistas (no caso da Igreja Católica, o ensino religioso nas escolas públicas⁷²).

A seguir, veremos a que ponto chegou a Universidade do Brasil a partir das tantas correntes e tendências que disputavam o seu controle político, moral e intelectual.

⁷² Sobre este instigante tema do ensino religioso nas escolas públicas, que discuti em minha dissertação de mestrado (OLIVA, 2014), sugiro a leitura do livro *Educação e Religiões: a descolonização religiosa da Escola Pública* de Luiz Antônio Cunha (2013) e, com enfoque no caso fluminense, da referida dissertação, para melhor compreensão de sua complexidade e de seus efeitos sobre a educação pública brasileira até os dias de hoje.

4. As Ciências Sociais no Rio de Janeiro e na FNFi sob os (des)caminhos da Política

As confluências de critérios múltiplos, nem todos de cunho acadêmico, no momento de fundação da FNFi, inclusive pela ingerência do presidente, do ministro e mesmo do diretor do DASP, certamente deixaram marcas na vida de uma instituição que pretendia ter autonomia.

Lucia Lippi Oliveira (1995: 257)
As Ciências Sociais no Rio de Janeiro

Se o âmbito das Ciências Sociais no Rio de Janeiro foi o *locus* em que a Ciência Política na FNFi se desenvolveu, cabe buscarmos compreender como as Ciências Sociais se desenvolveram neste estado, especialmente na FNFi. Este é o objetivo deste capítulo. Para tanto, nos apoiaremos em quatro referências fundamentais: o capítulo *O Grande Projeto Universitário* que aborda a experiência da FNFi em *Tempos de Capanema* de Schwartzman et al (2000), os capítulo *Dilemas da Institucionalização das Ciências Sociais no Rio de Janeiro*, escrito por Maria Hermínia Tavares de Almeida (1989), e *As Ciências Sociais no Rio de Janeiro*, escrito por Lúcia Lippi de Oliveira (1995), publicados, respectivamente, no primeiro e no segundo volumes de *História das Ciências Sociais no Brasil* organizados por Sergio Miceli e, por fim, o livro *Heloísa Alberto Torres e Marina de Vasconcellos: pioneiras na formação das Ciências Sociais no Rio de Janeiro* de Adélia Miglievich-Ribeiro (2015).

A partir dessas referências fundamentais, compreenderemos de que modo se deu o desenvolvimento das Ciências Sociais na FNFi, seus limites e possibilidades, buscando destacar o quanto tal desenvolvimento esteve sob o que estamos chamando aqui de (des)caminhos da política.

4.1. A FNFi nos *tempos de Capanema*

Após destacarem aspectos da biografia do mineiro Gustavo Capanema – entre os quais suas relações com o poder em Minas Gerais, com Francisco Campos e com a Igreja Católica –. Schwartzman et al (2000) em *Tempos de Capanema* passam a abordar a reforma da educação empreendida por este ministro⁷³, dentro da qual se encontra o que chamam de “o grande projeto universitário”.

⁷³ Vale destacar que Capanema até hoje foi o ministro da Educação que mais tempo permaneceu neste cargo, de 1934 até 1945, abrangendo o período anterior ao Estado Novo e todo o Estado Novo.

Segundo os autores, para o ministro, “era mais importante o preparo das elites do que a alfabetização intensiva das massas” (SCHWARTZMAN et al, 2000: 221), elite que seria, segundo o próprio Capanema,

o corpo técnico, o bloco formado de especialistas em todos os ramos da atividade humana, com capacidade bastante para assumir, em massa, cada um no seu setor, a direção da vida no Brasil: nos campos, nas escolas, nos laboratórios, nos gabinetes de física e química, nos museus, nas fábricas, nas oficinas, nos estaleiros, no comércio, na indústria, nas universidades, nos múltiplos aspectos da atividade individual, nas letras e nas artes, como nos postos de governo. Elite ativa, eficiente, capaz de organizar, mobilizar, movimentar e comandar a nação. (CAPANEMA *apud* SCHWARTZMAN et al, 2000: 222)

E para este preparo das elites, o núcleo deste projeto deveria ser justamente a Universidade do Brasil, que podemos notar o quanto estava submetida a injunções políticas. Não à toa, além de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, o projeto da Universidade do Brasil envolvia ainda a criação de uma Faculdade Nacional de Política e Economia, o que não se concretizou, como já vimos. Segundo Schwartzman et al,

Nascida pronta e acabada, como Minerva da cabeça de Júpiter, à Universidade do Brasil seria negada a possibilidade de um crescimento orgânico e progressivo, durante o qual fosse buscando seus próprios caminhos. Além disso, traria como sequela a morte ou a tentativa de sufocamento de outras iniciativas mais modestas e localizadas que não se ajustavam ao grande projeto, a começar pela Universidade do Distrito Federal, em cujo destino outros fatores de ordem política também influiriam⁷⁴. (SCHWARTZMAN et al, 2000: 224)

Capanema encarou reações na imprensa desde 1936 (SCHWARTZMAN et al, 2000: 225-226), mas a instituição do Estado Novo lhe deu recursos políticos para levar adiante seu projeto. Em 28 de junho de 1938, Capanema apresenta uma Exposição de Motivos propondo a extinção da UDF e a incorporação de seus cursos à Universidade Federal. Assim, em janeiro de 1939, Vargas assina o Decreto-Lei 1063 extinguindo a UDF e, em abril de 1939, assina o Decreto-Lei 1190 criando a Faculdade Nacional de Filosofia (SCHWARTZMAN et al, 2000: 229).

A ideia era que a Faculdade Nacional de Filosofia estivesse sob tutela federal e controle doutrinário da Igreja Católica (SCHWARTZMAN, 230), formando professores

⁷⁴ Sobre tais fatores, é interessante notar no trabalho de Schwartzman et al (2000) a colocação de Alceu Amoroso Lima, de que “a recente fundação de uma universidade municipal, com a nomeação de certos diretores de faculdades que não escondem suas ideias e pregação comunistas, foi a gota d’água que fez transbordar a grande inquietação dos católicos. Para onde iremos, por este caminho? Consentirá o governo em que, à sua revelia mas sob a sua proteção, se prepare uma geração inteiramente impregnada dos sentimentos mais contrários à verdadeira tradição do Brasil e aos verdadeiros ideias de uma sociedade sadia?” (LIMA *apud* SCHWARTZMAN et al, 2000: 227) Como vimos, a UDF acabaria sendo extinta, sob a reitoria de Alceu Amoroso Lima, que chega ao cargo após a demissão do prefeito Pedro Ernesto e a substituição do reitor, Afrânio Peixoto, por Afonso Pena Jr., antes de Alceu Amoroso Lima.

secundários e pesquisadores. Com intermédio de George Dumas, em 1939 são contratados professores franceses para a Faculdade Nacional de Filosofia. No caso de professores italianos, foram solicitados por via administrativa, mas no caso de franceses, conforme Schwartzman et al (2000: 231), o controle doutrinário foi mais estrito, com professores “ligados à Igreja” sendo escolhidos para disciplinas como Psicologia e Sociologia, e se pretendia Alceu Amoroso Lima na direção. Andre Gros, para Política, chegara ao país em 27 de março, e seria um dos professores da FNFi.

“Todos os contratos de professores estrangeiros e brasileiros eram feitos diretamente pelo ministério, e alguns convites podem ser acompanhados pela documentação disponível.” (SCHWARTZMAN et al: 2000, 233).

Victor Nunes Leal é indicado em 1943 como catedrático interino no lugar de André Gros, que volta para a França, prejudicando as pretensões de Alberto Guerreiro Ramos, que havia deixado posição na Bahia para trabalhar como assistente de Gros. (San Tiago Dantas, então diretor da Faculdade de Filosofia, sugere que Guerreiro Ramos seja contratado como técnico em educação pelo MEC, como medida compensatória.) As injunções políticas para a escolha dos professores são um dos principais motivos pelos quais, ao final, Alceu Amoroso Lima decide não aceitar sua indicação para dirigir a nova faculdade. Em abril de 1939 ele escreve ao ministro ainda propenso a aceitar o convite, mas mediante as condições prévias, que eram a não-incorporação dos professores, alunos e funcionários da UDF na nova faculdade, e o adiamento do início das aulas para 1940. Sua preocupação é não assumir o passivo da antiga universidade, com seus quase 100 professores e 500 alunos, e poder começar com liberdade. Ao mesmo tempo, ele aceita ser indicado pelo ministro para a cátedra de literatura brasileira. Em julho, no entanto, já estava claro que as coisas não se desenvolveriam como ele desejara, principalmente em relação à nomeação de professores. (SCHWARTZMAN et al, 2000: 233)

Pouco depois, a Igreja Católica já terá desistido do controle ideológico da universidade pública e começa a organizar a Universidade Católica. Alceu Amoroso Lima jamais dirigirá a Faculdade Nacional de Filosofia que, porém,

crecia a partir destas marcas de origem, com todas as dificuldades e algumas das virtudes que elas implicavam. Uma Exposição de Motivos de Capanema ao presidente da República em 1944 deixa claro que a nomeação de professores para a universidade era feita por autorização do presidente, ouvida a seção de Segurança Nacional. (SCHWARTZMAN et al, 2000: 234)

4.2. A “montagem” da FNFi e as Ciências Sociais nesse contexto

Voltados especialmente para a construção do campo da Sociologia no Rio de Janeiro, os trabalhos de de Maria Hermínia Tavares de Almeida (1989) e de Lucia Lippi de Oliveira (1995) nos permitem compreendermos como se deu o desenvolvimento das Ciências Sociais no interior da FNFi.

Oliveira (1995), apoiada em documentos e depoimentos, nos diz que abordar a criação dos cursos de Ciências Sociais no Rio de Janeiro da década de 1930 é “tentar dar conta de uma conjuntura onde múltiplos fatores políticos e questões ideológicas estão compondo um verdadeiro *melting pot*” (OLIVEIRA, 1995: 244). A autora começa por apresentar a importância dos cursos jurídicos desde o Império, que formava a elite brasileira, e analisa a chamada “indiferenciação disciplinar” de modo compreensivo, a partir de sua especificidade e não a considerando um “atraso”, uma vez que o pensamento sobre a sociedade brasileira precedeu a configuração de uma disciplina chamada “Sociologia”, que no Brasil tem como marco do início de sua institucionalização a criação da Escola Livre de Sociologia e Política (1933) e da USP (1934).

Oliveira destaca que a matriz institucional é apenas uma das vertentes de análise possíveis (OLIVEIRA, 240) e que, uma vez que pessoas e instituições fazem uma intermediação entre legitimidade interna e legitimidade externa, é importante “acompanhar a trajetória de alguns dos ‘pais fundadores’, recuperar sucessos e fracassos de seus empreendimentos, separar carreiras individuais da capacidade de construir instituições duráveis” (OLIVEIRA, 306), podendo e devendo ser feita uma cronologia das etapas da institucionalização, “desde que se evite criar um divisor de águas em que o pensamento anterior às escolas seja considerado pré-científico e, portanto, seja tranquilamente ignorado” (OLIVEIRA, 241). Se, porém, a tradição advinda do momento de diferenciação dos campos disciplinares, de demarcar diferenças em relação aos precursores, parece, conforme Oliveira, datada e relativizada em relação à Sociologia, o mesmo não parece ocorrer na Ciência Política.

Para Oliveira, no entanto, “há como que ondas, ora de legitimidade interna (acadêmica), ora de legitimidade externa (política), que assolam em tempos distintos o pensar sociológico produzido no Rio em em São Paulo” (OLIVEIRA, 244). “O Rio pode ser visto como a arena, o palco, a caixa de ressonância dos empreendimentos culturais, científicos e políticos” (OLIVEIRA, 244).

Se a educação pós-30 é tarefa dos mineiros (Francisco Campos até 1934 e Gustavo Capanema de 1934 até 1945), ambos com boas relações com a Igreja, é com a Igreja que se juntam à frente do Ministério da Educação: “a Igreja e o ministério da educação se unem não só para impedir a continuação da UDF, mas também para a montagem da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil em 1939” (OLIVEIRA, 246).

Especialmente através de Alceu Amoroso Lima, os quadros da Igreja passam a se dedicar à Faculdade Nacional de Filosofia, encontrando conflitos ideológicos,

especialmente dentro das escolas de Direito, onde há muito saíam vitoriosos de seus concursos candidatos de tendências marxistas (OLIVEIRA, 247), até 1935, quando Castro Rebelo, Leônidas de Resende e Hermes Lima são presos e demitidos de suas cátedras, após a *intentona comunista* de 23 de novembro daquele ano.

Alceu Amoroso Lima não aceita, porém, dirigir a Faculdade Nacional de Filosofia, não sem antes condicionar sua possível aceitação à não-incorporação dos professores, alunos e funcionários da extinta Universidade do Distrito Federal (OLIVEIRA, 247), mas acabando por declinar do convite, apresentando suas razões através de carta (cf. OLIVEIRA, 247-248), inclusive se queixando de uma “ditadura daspiana”.

Quem assumirá a direção da Faculdade, por indicação de Capanema, será San Tiago Dantas, o que “poderá ter sido o resultado de um acordo entre Capanema e Alceu, a fim de garantir a direção da FNFi a uma pessoa ligada ao grupo católico” (OLIVEIRA, 248).

Não só a direção, mas a “montagem” do corpo docente da FNFi expressaria injunções políticas. Oliveira (1995) nos apresenta como um exemplo ilustrativo desse processo justamente um documento do arquivo de Capanema, em que o próprio ministro rascunha:

Alcides Gentil pede: 1. Economia Política; 2. Política, ou 3. Sociologia
Quando recebi a carta relativa ao Dr. Alcides Gentil, já havia convidado o Dr. Oliveira Vianna para a cadeira de Sociologia e já havia chamado da Europa um professor de Economia Política, tudo de acordo com o sr. Presidente. E já estava no Rio o sr. Gros, vindo de Paris por conta da prefeitura, para a cadeira de Política. (CAPANEMA *apud* OLIVEIRA, 1995: 250)

Segundo o rascunho, como as três cadeiras pedidas por Alcides Gentil não lhe poderiam ser destinadas, haveria três soluções para ele: (a) ser nomeado para assistente do catedrático estrangeiro de Economia Política ou de Política, (b) ser nomeado para a cadeira de Sociologia do Colégio Pedro II, que ficaria vaga com a nomeação do professor Delgado de Carvalho para a Faculdade Nacional de Filosofia, ou ser (c) nomeado catedrático de uma das cadeiras solicitadas, em detrimento de algum dos professores estrangeiros. E prosseguia o documento:

A primeira solução não me parece que ao Dr. Alcides Gentil agrade plenamente. A segunda parece boa, pois os vencimentos do catedrático do Pedro II são iguais aos do catedrático da Faculdade de Filosofia, havendo, no primeiro, as vantagens grandes das turmas suplementares, que não existirão na Faculdade de Filosofia. Quanto à terceira solução, talvez não seja a melhor. Resolverá o sr. Presidente. (CAPANEMA *apud* OLIVEIRA, 1995: 250-251)

Como diz Oliveira, este tipo de documento nos fornece pistas que indicam como o ministro tinha que responder a cartas-pedidos e como a nomeação de catedrático para a Faculdade de Filosofia ou para o Colégio Pedro II passava pelas mãos de Vargas. Oliveira destaca ainda, apoiada em trabalhos de Schwartzman e Fávero, que

Parece, acompanhando a literatura existente sobre a montagem da Faculdade Nacional de Filosofia, que a doutrina católica e os pensadores católicos – especialmente Alceu Amoroso Lima – foram os eixos centrais deste projeto. Católicos e/ou integralistas tiveram papel e postos fundamentais na origem da FNFi. (OLIVEIRA, 1995: 252)

Como vemos em Oliveira (1995), a montagem da FNFi envolveu inúmeros problemas, como a necessidade de se conciliar os pretendentes às cátedras, com seus padrinhos e indicações, de se levar em consideração solicitações de professores que já ocupavam as cadeiras da UDF, de se conjugar candidatos nacionais com candidatos estrangeiros, especialmente aqueles indicados pela embaixada francesa e pelo professor George Dumas. Os próprios pretendentes, conforme evidenciam os documentos, enviavam cartas ou currículos, em que apresentavam suas qualificações, eventual produção e experiências profissionais. (OLIVEIRA, 1995: 252)

Assim, a futura Faculdade vai sendo organizada, as diferentes matérias vão recebendo nomes possíveis nas funções de catedrático, assistente ou auxiliar. Há listas onde constam cadeira, nome e alguma informação complementar: professor da UDF, funcionário de tal órgão, indicado pelo reitor, por Heloísa Alberto Torres, por Alceu Amoroso Lima, “escreveu ao presidente ou ao ministro”, “não conheço”, “autoridade reconhecida no assunto”. Destas listas se desdobram outras com a anotação: contratar, comissionar, nomear.⁷⁵ (OLIVEIRA, 1995: 252-253)

Uma das listas que Oliveira transcreve traz, por exemplo, o nome de Ildelfonso Mascarenhas indicado para a cátedra de Política com a inscrição “Alceu” entre parênteses, dando a entender se tratar de uma indicação de Alceu Amoroso Lima para a cátedra de Política da FNFi. No mesmo documento, aparece o nome de Armando Fontes também assinalado para a cátedra de Política, com a inscrição “UDF” entre parênteses (como no caso de Romeu Rodrigues Silva, grafado Rodrigo Silva, que aparece como professor de Economia Política da UDF), possivelmente tendo sido o professor de Política da UDF, agora cotado para a cátedra de Política da FNFi. Quando entre parênteses aparece apenas um “x”, segundo Oliveira, fora o próprio pretendente quem se candidatara para o cargo em questão (OLIVEIRA, 1995: 255-256).

⁷⁵ Para ver algumas dessas listas, consultar Fávero (1989).

Ainda de acordo com Oliveira, nesta lista fica evidente a importância de algumas figuras, como Heloísa Alberto Torres, diretora do Museu Nacional, Raul Leitão da Cunha e o próprio Alceu Amoroso Lima. Ainda que muitos professores da UDF tenham se tornado professores da FNF*i*, muitos dos futuros professores da FNF*i*, no entanto, seriam indicados por essas figuras. Além disso, “os documentos referentes à contratação de professores também deixam transparecer que aquele que aceitasse ser assistente do catedrático estrangeiro seria posteriormente nomeado catedrático” (OLIVEIRA, 1995: 257). Uma das exceções se deu, aliás, exatamente com a cátedra de Política, como aponta o próprio depoimento de Guerreiro Ramos, citado por Oliveira:

Quando me formei, em 1942, fui indicado para suceder a dois professores. Um chamava-se André Gros, que era de Ciência Política, e o outro, Jacques Lambert (...) Mas aí, o Brasil estava em guerra. Eu tinha ligações com o Landulfo e com o Isaías Alves, e os comunistas fizeram uma conspiração, uma coisa qualquer e me acusaram de colaboracionista. Fizeram uma onda política contra mim. O San Tiago ficou com medo e não me nomeou. Veja você: indicado por dois professores e não consegui ser nomeado. Para Ciência Política foi nomeado o Vitor Nunes Leal, e para Sociologia foi nomeado Costa Pinto. Eu não tenho nenhuma mágoa disso, mas foi difícil aquele ano de 1943. Os comunistas fizeram o negócio contra mim, levantando a minha ficha de integralista, ligado às forças do Landulfo Alves... Sei lá o eu disseram. Então o San Tiago, que era também integralista, ficou com medo e me arranhou um emprego no Departamento Nacional da Criança. (GUERREIRO RAMOS *apud* OLIVEIRA, 1995: 257)

Como conta Costa Pinto em depoimento à Lucia Lippi Oliveira, um conjunto de professores estrangeiros veio para “inaugurar, empurrar, organizar o departamento de Ciências Sociais. Aí veio a guerra e eles não puderam voltar. A França foi ocupada e eles ficaram aqui sete anos. Sete anos sem querer” (COSTA PINTO *apud* OLIVEIRA, 1995: 258). André Gros, como veremos, não ficou aqui sete anos, mas foi este o caso, por exemplo, de Jacques Lambert, depois substituído em Sociologia por Hildebrando Leal e Costa Pinto. Hildebrando, segundo Costa Pinto, era “cristão desses papa-hóstias”, “muito ligado ao Alceu Amoroso Lima, o Tristão de Athayde” (OLIVEIRA, 258).

O complexo processo através do qual um profissional era indicado professor sofria influências múltiplas de dentro e de fora da Universidade. A carreira também seguia as mais diferentes trilhas, que se definiam pela presença ou ausência de obstáculos de ordem diversa – catedráticos interinos que permaneciam como tal até a aposentadoria, a não realização de concursos. (OLIVEIRA, 1995: 258)

Oliveira traz, por exemplo, o depoimento de Wanderley Guilherme dos Santos, que faz referência ao período de 1958 a 1959. Não se trata mais do início da FNF*i*, da montagem do quadro, mas demonstra vícios que persistiram para além da fundação. Santos conta que foi para o ISEB por ter sido vetado na FNF*i*, junto com Alberto Coelho,

uma vez que nessa época, sem haver concursos, os catedráticos indicavam seus assistentes e assim se entrava na carreira universitária, podendo os catedráticos indicarem quantos assistentes quisessem. Ao final de 1958, Santos e Coelho foram convidados para serem assistentes da cadeira de Filosofia Geral pelo Eduardo Prado de Mendonça e para serem assistentes de Álvaro Vieira Pinto, na cadeira de História da Filosofia. Eremildo Vianna, diretor da FNFi, por ter “pinimba” com Wanderley Guilherme dos Santos, por este ter sido presidente do diretório no final do mandato de Carneiro Leão, tendo problemas também com Alberto Coelho, segundo Santos, não os nomeou como assistentes, apesar de indicados (OLIVEIRA, 1995: 259). Para Oliveira,

As controvérsias a respeito de concursos para catedráticos parecem ser uma constante ao longo dos anos da FNFi. As Atas da Congregação da Faculdade Nacional de Filosofia, consultadas e citadas pelo trabalho coordenado por Maria de Lourdes Fávero, refletem as idas e vindas deste complexo processo que se caracterizou pela ausência de orientação uniforme na realização de concursos para as cátedras vagas. (OLIVEIRA, 1995: 260)

E, segundo a autora,

Esta breve visão da montagem inicial da FNFi nos alerta sobre a complexa relação entre instâncias políticas e a organização de uma faculdade de filosofia que pretendia ser o padrão das demais do Brasil. A falta de autonomia didática e administrativa, a ausência de critérios explícitos ou mesmo a não obediência aos implícitos por ocasião da cooptação de quadros novos levaram de fato à ausência de uma carreira universitária e, principalmente, à ausência de um espaço social onde deveria acontecer a vida acadêmica. Não houve a construção de um espaço institucional onde quadros de referência do conhecimento sociológico fossem selecionados, aprendidos e transmitidos. (OLIVEIRA, 1995: 260)

A ausência de tal espaço institucional na Universidade do Brasil, de acordo com Oliveira, favoreceu o surgimento de centros como o CBPE (Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais) e o CLAPCS⁷⁶ (Centro Latino-Americano de Pesquisa em Ciências Sociais), onde se buscou realizar pesquisas, além do surgimento de espaços não-acadêmicos de debate intelectual, como a casa de Mário Pedrosa (onde se reuniam artistas e trotskistas) ou a casa de Anibal Machado (onde se reuniam comunistas do Partido Comunista Brasileiro), citadas por Luciano Martins em depoimento à autora. Luciano Martins diz que tais ambientes intelectuais eram muito estimulantes, mais do que a

⁷⁶ Para melhor tratamento do CBPE e do CLAPCS, ver Oliveira (1995), que descreve em linhas gerais cada uma dessas experiências e se detém especialmente sobre a revista América Latina, da CLAPCS, para conhecer o perfil da Sociologia ali desenvolvida, de matriz cepalina ou desenvolvimentista. Oliveira ainda busca apontar semelhanças e diferenças desses centros com outras experiências institucionais, como o ISEB.

faculdade “que era realmente uma pobreza, uma indigência enorme” (MARTINS *apud* OLIVEIRA, 1995: 261).

De um modo geral, na FNFi vemos um quadro de ingerência política que a atrapalhou academicamente. Faltavam recursos para pesquisa e faltava autonomia universitária. Logo, surgem projetos e instituições que, no Rio de Janeiro, servirão como fontes de recursos de inspiração para cientistas sociais, como a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), com importante papel no desenvolvimento das Ciências Sociais no Rio de Janeiro e em todo o Brasil, inicialmente, com pesquisas sobre relações raciais em diferentes locais do Brasil, dando impulso para a Antropologia e a Sociologia.

Oliveira, apoiada em Almeida (1989), vê na recorrência dos mesmos nomes em diferentes instituições do Rio de Janeiro (como Anísio Teixeira, Luiz Aguiar da Costa Pinto, Victor Nunes Leal, Themístocles Cavalante, Darcy Ribeiro, Castro Faria e Manuel Diegues) a demonstração da “capacidade organizacional e de mobilização de recursos advindos de relações pessoais. As instituições, entretanto, não se consolidam, não perduram além da atuação de suas figuras centrais” (OLIVEIRA, 1995: 267). Assim, eventuais financiamentos e recursos humanos devem, segundo a autora, receber atenção na análise das dificuldades enfrentadas pelas Ciências Sociais no Rio de Janeiro.

A análise de Oliveira termina por alcançar o Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Brasil (ICS), criado em 1958:

Constrangimentos advindos do funcionamento acadêmico da FNFi (carência de quadros docentes competentes e atualizados, entraves burocráticos, ausência de carreira docente) levaram um grupo de professores da Universidade do Brasil, com as mesmas pessoas, entre eles Evaristo de Moraes Filho, Darcy Ribeiro, Luiz Aguiar da Costa Pinto, Vítor Nunes Leal e Lineu de Albuquerque Melo, a se empenhar na criação do ICS. Privilegiando uma postura inerdisciplinar, agrupando a Faculdade Nacional de Filosofia (Departamento de História e Ciências Sociais), a Faculdade de Economia (Departamento de Economia e Estatística), a Faculdade de Direito e o Museu Nacional, o ICS expressou o esforço para a criação de espaços novos para a pesquisa. (OLIVEIRA, 1995: 302)

O ICS seria extinto com a reforma universitária, em 1967, tendo deixado marcas naqueles que participaram dele, ainda não havendo pesquisa mais profunda a seu respeito, apesar dos trabalhos de Miglievich-Ribeiro (2015), Amorim (1999, 2005) e Barros (2013), que tratam dessa experiência. O ICS, de breve existência, foi um instituto da Universidade do Brasil inteiramente voltado para pesquisa e deixou de existir em mais uma interferência dos (des)caminhos da política sobre a Universidade do Brasil.

Realizavam pesquisas no ICS figuras como Maurício Vinhas de Queiroz, Luciano Martins e José Antonio Pessoa de Queiroz, ao lado de pesquisadores, entre os quais Maria Stella Amorim, de quem trataremos em outro capítulo desta tese.

Por fim, Oliveira conclui que

As pressões externas, sobretudo aquelas relacionadas à esfera política da época, existiram mas sua interferência não nos parecem por si capazes de explicar os impasses da vida universitária do Rio de Janeiro. Muito ainda precisa ser pesquisado e já vem sendo feito na tentativa de lançar luz sobre este emaranhado de baronato, burocracia e mediocridade. O que é certo é que os esforços e as experiências daqueles que tentaram construir uma instituição em moldes mais acadêmicos não foram suficientes para superar as marcas de origem e alterar o perfil da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. A Universidade não foi no Rio de Janeiro um espaço significativo de debate acadêmico, não criou uma cultura organizacional capaz de fazê-la conviver com o acirramento das lutas políticas. (...) Se a pesquisa não aconteceu na Universidade, ela teve lugar em centros desvinculados da atividade docente, como o CBPE e o CLAPCS. (OLIVEIRA, 1995: 304-305)

E ainda que, no caso do Rio de Janeiro, “podemos fazer uma associação entre as demandas intelectuais e a criação de instituições (...). Não será por mera coincidência que o Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ) abrirá um mestrado em Ciência Política em 1969” (OLIVEIRA, 1995: 307). Para a autora, a história de instituições e de trajetórias individuais deve ser conhecida e lida com atenção, em um esforço de um balanço de experiências anteriores e contemporâneas.

4.3. As Ciências Sociais no Rio de Janeiro e na FNFi a partir dos anos 1930

Almeida (1989) também aponta que, na organização do ensino superior de Ciências Sociais, sua legitimidade tinha suportes externos à academia⁷⁷: as Ciências Sociais, em especial a Sociologia, deveriam formar novas elites, com a tarefa política da construção de uma nação moderna. A partir disso,

A história das Ciências Sociais, até meados dos anos 1960, pode ser contada como um penoso processo de construção institucional, onde os fracassos somaram bem mais do que os êxitos, a despeito da enorme importância que “o modo de pensar das Ciências Sociais” desempenhou na estruturação do campo de ideias que informou a pugna política. (ALMEIDA, 1989: 192)

⁷⁷ Segundo Oliveira, há duas dimensões de legitimidade interna e externa: “a legitimidade interna envolve valores expressos em padrões acadêmicos, em temas nobres teoricamente, em qualidades da pesquisa, e sua avaliação segue características aceitas e divulgadas por uma comunidade internacional. Ela também se configura por expressões mais concretas e palpáveis, como carreira, concursos, financiamentos, bolsas, publicações, prêmios. Estas expressões remetem ao prestígio social do saber, da profissão, que por sua vez se traduz no espaço dos jornais, na mídia, na vendagem de livros, ou seja, no reconhecimento por parte da sociedade da relevância do que é produzido – e aqui já estamos no espaço da legitimidade externa” (OLIVEIRA, 1995:).

Ao mesmo tempo, “uma instituição nova e pouco autônoma [como a Universidade do Brasil] seria – como o foi – extremamente sensível às marés políticas e à interferência da pequena política nos seus assuntos internos” (ALMEIDA, 1989: 192).

Como aponta a autora, “a decisão de criar a universidade era comparativamente mais fácil do que fazê-la funcionar efetivamente como *locus* de produção de ciência” (ALMEIDA, 1989, 192). Assim,

A institucionalização da pesquisa revelar-se-ia tarefa complexa, para a qual quase nunca era possível encontrar pessoal capacitado. No caso das Ciências Sociais, essa dificuldade constituía a contrapartida do fato de sua institucionalização ser antes o produto da legitimidade externa da abordagem sociológica do que do seu desenvolvimento como disciplina acadêmica. Como observa Costa Pinto, “uma geração de autodidatas – usada aqui a expressão no seu melhor sentido – preparou e lançou as bases da futura organização do ensino superior das Ciências Sociais. (ALMEIDA, 1989: 192)

Almeida, portanto, discute sumariamente as características e impasses do processo de institucionalização das Ciências Sociais no Rio de Janeiro desde a década de 1930 até o ano de 1964, quando começa o regime militar. Uma das primeiras constatações da autora é que a criação de instituições em que as Ciências Sociais puderam se desenvolver durante este período ocorreu em dois momentos: (1) na própria década de 1930 e (2) na década de 1950 (cf. ALMEIDA, 1989: 193), com seis instituições em que se desenvolveriam as Ciências Sociais no Rio de Janeiro tendo surgindo na década de 1930 e mais seis na década de 1950, contra apenas três instituições surgidas na década de 1940⁷⁸.

Segundo Almeida, “o processo de criação institucional dos anos 1930 foi consequência e expressão do embate entre as forças de signos ideológicos diversos envolvidas na arena político-ideológica” (ALMEIDA, 1989: 195). Tanto que a primeira iniciativa da década foi a criação do Instituto Católico de Estudos Superiores – ICES, sob inspiração de Alceu Amoroso Lima e embrião da Universidade Católica, que surgiria

⁷⁸ Na década de 1930: Instituto Católico de Estudos Superiores (1932), privado, e a Universidade do Distrito Federal – UDF (1935), o Instituto de Pesquisas Educacionais do Departamento de Educação da Prefeitura do Rio de Janeiro (1935), o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP (1937), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (1938) e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Brasil, que se tornaria a Faculdade Nacional de Filosofia (1939), todos públicos. Na década de 1940: a Faculdade de Filosofia das Faculdades Católicas, que viria a ser a Pontifícia Universidade Católica a partir de 1946 (1940), privada, a Fundação Getúlio Vargas – FGV (1944) e a Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil (1945), ambas públicas. Na década de 1950: o Instituto de Direito Público e Ciência Política da FGV (1950), privado, o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), que se tornaria o Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB em 1955 (1953), público e privado, o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais – CBPE-INEP (1955), a Seção de Estudos do SPI (1955), o Centro Latino-Americano de Pesquisas Sociais (1957) e o Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Brasil (1958), públicos.

apenas depois de os católicos perderem as esperanças de exercerem o controle hegemônico sobre a Universidade do Brasil. No corpo docente do ICES, estavam, entre outros, Romeu Rodrigues da Silva, futuro professor de Ciência Política da Universidade do Brasil, estava à frente da Economia Política, e Eremildo Luiz Vianna, à frente da História da Civilização.

A segunda iniciativa daquela década foi a UDF, que materializava as concepções de uma intelectualidade que defendia a laicidade do ensino, a Universidade como *locus* de atividade científica livre e de produção cultural desinteressada (ALMEIDA, 1989: 196). Porém, diferente da USP, em São Paulo, percebida pelas elites paulistas como parte de um projeto de hegemonia cultural paulista, a UDF não contou com o que Almeida chama de uma “rede social de apoio”. Gustavo Capanema à frente do Ministério da Educação estabeleceu uma aliança com a Igreja Católica em oposição ao projeto da UDF, de uma universidade livre e autônoma, até que a mesma foi extinta, tendo como reitor Alceu Amoroso Lima. Como diz Almeida, “para o conservadorismo católico tratava-se de liquidar no nascedouro um projeto universitário leigo [laico], estatizante, racionalista e perigosamente propenso à ‘contaminação marxista’.” (ALMEIDA, 1989: 197)

A terceira iniciativa da década onde as Ciências Sociais se desenvolveriam, na área do ensino, e não apenas na área de pesquisa e/ou formulação de políticas públicas (como o INEP e o IBGE⁷⁹), foi justamente a Faculdade Nacional de Filosofia, de 1939, expressão de concepções centralistas e autoritárias do Estado Novo, que concretizou a aliança do conservadorismo católico com o autoritarismo do Estado Novo, assegurando aos católicos, sob liderança de Alceu Amoroso Lima, o que Almeida chama de uma “ascendência intelectual” sobre a montagem das áreas de Ciências Sociais e humanidades da FNFfi, em uma convergência de interesses. Também recebendo integralistas, com San Tiago Dantas dirigindo a FNFfi de 1941 a 1945, a faculdade ainda absorveria alguns dos professores da UDF. Sobre as Ciências Sociais na FNFfi, nos diz Almeida que

A área de Ciências Sociais foi constituída com o concurso de pensadores sociais de renome, mas simpáticos ou comprometidos diretamente com o Estado Novo, e de professores estrangeiros, basicamente franceses, ligados à corrente de pensamento católica. A Oliveira Vianna foi oferecida uma cátedra, que jamais chegou a ocupar; Arthur Ramos tornou-se catedrático de Antropologia e Etnologia. Em tratativa direta de governo e governo, organizou-se a vinda de Jacques Lambert, para a cátedra de Sociologia; André Gros, para a Política; Antoine Bom, para História Antiga e Medieval; Maurice Bye para

⁷⁹ Respectivamente, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Almeida se detém um pouco mais sobre essas duas experiências, o que não faremos neste trabalho. (cf. ALMEIDA, 1989: 199-201)

Economia Política; René Poirier, para História da Filosofia, e outros para cátedras de literatura, psicologia, geografia, etc.

A estadia dos professores estrangeiros parece ter sido curta e de impacto intelectual mais modesto do que aquele exercido pela missão francesa na USP. Já em 1943, Victor Nunes Leal era indicado para ocupar a cátedra de André Gros e L. A. Costa Pinto, formado na primeira turma de Ciências Sociais, substituía seu mestre, Jacques Lambert, na cátedra de Sociologia.

Na verdade, a atividade de pesquisa parece não ter logrado se institucionalizar na FNFi, nem na forma embrionária e precária com que vinha se desenvolvendo na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo – ELSP e na USP, no mesmo período. (ALMEIDA, 1989: 198)

A autora nos informa ainda que nos primeiros dez anos de FNFi (1939-1948) se diplomaram apenas 30 pessoas em Ciências Sociais, entre os quais Luiz Aguiar Costa Pinto e Guerreiro Ramos, com minguidos resultados da produção do período, que revelam um estilo de trabalho ensaístico com ponto de vista sociológico.

Para Almeida, a história das Ciências Sociais nas duas primeiras décadas de sua institucionalização patenteia, nas palavras da autora, “uma intimidade com a política, sob diversas formas” (ALMEIDA, 1989: 200). Tal proximidade estaria tanto na raiz de sua força quanto das vicissitudes que enfrentou, com embates políticos repercutindo imediatamente na vida interna das instituições acadêmicas, ainda mais no caso da Universidade do Brasil, que experimentava a ingerência do Poder Executivo sobre sua atividade acadêmica e a distribuição de poder em seu interior. Ao mesmo tempo, as figuras-chave na Universidade do Brasil vivenciaram o trânsito da esfera política para a acadêmica, com o “cultivo de conexões com o sistema político e com as agências governamentais” de que trata Almeida, como no caso de Victor Nunes Leal.

Tal imbricação entre Ciências Sociais e a política ainda se manifestou, aponta Almeida, como uma tensão interna ao conteúdo da produção: “o compromisso com a política prática tornou-se, além do mais, elemento de diferenciação polêmica frente à Sociologia acadêmica que se praticava em São Paulo” (ALMEIDA, 1989: 201).

4.4. As Ciências Sociais no Rio de Janeiro entre 1950 e 1964

Segundo Almeida, a institucionalização das Ciências Sociais na década de 1950 se diferenciou em relação às décadas anteriores: foram criados diferentes modelos institucionais e já em uma perspectiva inicial de diferenciação disciplinar: o Instituto de Direito Público e Ciência Política – INDIPO, o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais – CBPE, a Seção de Estudos do Serviço de Proteção aos Índios – SPI, o Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Brasil – ICS, o Instituto Superior de

Estudos Brasileiros – ISEB e o Centro Latino-Americano de Pesquisas e Ciências Sociais – CLAPCS. Destas instituições todas, o INDIPO, ligado à FGV, foi o que surgiu com o objetivo explícito “de fertilizar a reflexão na área do Direito Público através do cultivo da Ciência Política” (ALMEIDA, 1989: 202).

Ao mesmo tempo, existe uma recorrência de nomes – como os de Anísio Teixeira, Costa Pinto, Victor Nunes Leal, Themístocles Cavalcanti, Darcy Ribeiro, Castro Faria e Manuel Diégues – se repetindo em mais de uma dessas mesmas instituições. Para Almeida, essa diversificação institucional se dava como estratégia, diante de crises políticas e da ausência de uma forte tradição acadêmica, de “materializar o maior número possível de projetos institucionais para que alguns vingassem, aproveitando ao máximo os recursos, em boa medida pessoais, de que dispunham” (ALMEIDA, 1989: 207).

Tais recursos pessoais seriam: (1) influência política, (2) poder político e (3) contatos internacionais⁸⁰, segundo Almeida, todos relacionados às histórias de vida⁸¹ da maioria dos construtores das instituições: “com efeito, foi comum a todos eles uma trajetória que se cumpria não apenas – nem principalmente – na academia, mas em agências governamentais ligadas ou não ao sistema educacional, e em cargos políticos de confiança ou de mandato eletivo” (ALMEIDA, 1989: 207). Um dos exemplos dados pela autora é o empenho pessoal de Anísio Teixeira, com o poder que possuía na direção do INEP, para criar o CBPE, com apoio da UNESCO. Outro exemplo é o empenho também de Anísio Teixeira, na presidência da CAPES, para viabilizar o IBESP, que se tornaria o ISEB.

O desenvolvimento dessas instituições expressa esforços para o desenvolvimento de produção de conhecimento em Ciências Sociais, ainda que “à margem da universidade”. Mesmo o ICS da Universidade do Brasil expressa tal esforço, sem fazer parte de apenas uma das faculdades já estabelecidas, mas de várias unidades da Universidade do Brasil. Como diz Almeida,

É muito provável que as vicissitudes políticas que marcaram a origem da FNFi, influenciando sobre o recrutamento e sobre a própria organização interna das áreas, tenha obstaculizado o desenvolvimento de grupos capazes de promover a institucionalização da pesquisa. Por outro lado, devem ter pesado circunstâncias ligadas ao próprio funcionamento da FNFi, e particular aquelas ligadas às condições de trabalho dos docentes. (ALMEIDA, 1989: 214)

⁸⁰ Em relação a uma rede de contatos internacionais, especialmente na América Latina, esta se estabelecia, segundo Almeida, principalmente em torno da UNESCO.

⁸¹ Almeida insere em seu artigo um quadro com informações biográficas sobre as figuras mais destacadas da história institucional e intelectual das Ciências Sociais no Rio de Janeiro. (cf. ALMEIDA, 1989: 208)

Almeida ainda cita um comentário de Sorj, para quem os programas ministrados na FNFi estavam em defasagem com os progressos das Ciências Sociais na década de 1950 e havia pouca ênfase na pesquisa empírica e na problematização da realidade social brasileira (SORJ *apud* ALMEIDA, 1989: 215).

Em suma, ensino e esforços de pesquisa tenderam a se divorciar nas instituições dedicadas às Ciências Sociais no Rio de Janeiro no período estudado, em claro contraste com a experiência que, bem ou mal, se desenvolvia em São Paulo. Separadas, docência e investigação, se domiciliaram em instituições que um conjunto de condições tornava muito vulneráveis às circunstâncias políticas. Não foi por acaso que a mudança política provocada pelo Golpe Militar de 1964 teve sobre elas o efeito de um dilúvio, ao qual nenhuma escapou ilesa. O ISEB constituiu um caso exemplar e limite de vulnerabilidade aos avatares da política. (ALMEIDA, 1989: 215)

4.5. As Ciências Sociais na FNFi às vésperas da criação do IFCS

Outra referência sobre a formação das Ciências Sociais no Rio de Janeiro nos traz, no entanto, uma narrativa diferente desta narrativa que identifica as Ciências Sociais no Rio de Janeiro com um fracasso institucional. Trata-se de Adélia Miglievich-Ribeiro (2015) em seu livro *Heloísa Alberto Torres e Marina de Vasconcellos: pioneiras na formação das Ciências Sociais no Rio de Janeiro*, originalmente sua tese de doutorado no PPGSA-UFRJ, em que, ao focar a narrativa de Marina de Vasconcellos, professora catedrática de Antropologia da FNFi e depois do IFCS, apresenta em detalhes muitos aspectos da formação das Ciências Sociais nessas instituições.

Após apresentar as consequências da chamada Reforma Francisco Campos, o Decreto nº 19.851 de 1931, o que já vimos acima, Miglievich-Ribeiro nos reitera, por exemplo, que “a escolha dos instrutores e assistentes, por sua vez, dependia exclusivamente do arbítrio dos catedráticos, de forma que a própria carreira docente universitária era por eles determinada” (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015: 125). Tal aspecto é inteiramente relevante em nossa investigação, uma vez que caberá reconstituirmos como a Cátedra de Política da FNFi foi sendo ocupada naquela instituição. Nesse sentido, é bastante oportuna a colocação de Maria Stella Amorim, entrevistada por Miglievich-Ribeiro, ao dizer que

O catedrático decidia quem deveria ir trabalhar com ele ou não. Como todo mundo começava como assistente de alguém, acabavam sendo formados aqueles núcleos de influência do catedrático que, frequentemente, selecionava até gente muito boa. O catedrático, às vezes, era muito exigente, primava pelo critério da excelência. Muitas vezes, a seleção era tão criteriosa por parte do catedrático que “empurrava a coisa para a frente” muito mais do que hoje, às vezes, que é por concurso (...). Mas ele podia, também, usar o favoritismo (...). Havia pessoas excelentes e pessoas assim (...), de certa forma,

obviamente colocadas ali por amizade. Havia de tudo (AMORIM *apud* MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015: 125)

Daí Miglievich-Ribeiro dizer que

A cátedra exercia sobre os alunos poder e fascínio. Ser eleito auxiliar pelo catedrático era uma honra para os que compartilhavam dos valores do círculo acadêmico. Os auxiliares de cátedra não eram inicialmente remunerados, mas se tornavam membros do quadro funcional após alguns anos de exercício de sua função, fato que era previsto na legislação específica em vigor. Os assistentes submetiam-se à situação, lisonjeados pelo convite do catedrático, e cooperavam com ele no andamento dos cursos e da pesquisa. (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015: 126)

Mais adiante, em uma nota, Miglievich-Ribeiro ainda aponta que

Importa observar que, na hierarquia acadêmica, o jovem professor ingressava como auxiliar de ensino, categoria também chamada de instrutor, que não lhe dava sequer segurança quanto à regularidade de seu pagamento. Por força do prestígio do catedrático, alguns auxiliares se tornavam assistentes e passavam a usufruir de uma maior segurança econômica. O livre-docente, por sua vez, não constituía um cargo, mas um título equiparado hoje ao diploma de doutorado, ainda que se diga que seu concurso, com as mesmas provas de um concurso para catedrático efetivo, era considerado superior ao atual doutoramento. Somente os livres-docentes podiam ocupar uma cátedra. Muitos o fizeram interinamente. A ocupação efetiva exigia a decisão do colegiado para a abertura de novo concurso. (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015: 172-173)

Sobre o curso de Ciências Sociais no Rio de Janeiro, Miglievich-Ribeiro também traz contribuições, ao descrever como era o curso da UDF e outros. Sobre as Ciências Sociais na UDF, a autora diz que

A UDF oferecia um curso superior em Ciências Sociais, que se instalou na chamada Escola de Economia e Direito, onde se reuniram os intelectuais Hermes Lima, diretor da escola e professor de Economia Social; Gilberto Freyre, professor de Antropologia e Sociologia Geral; Delgado de Carvalho, de Geografia Humana; Jayme Coelho, de História da Antiguidade; Afonso Arinos de Mello Franco, de História do Brasil; Isnard Dantas Barreto, de História da Idade Média e Moderna; e Fernando Gabaglia, de Fisiografia. Juntaram-se ao primeiro grupo Arthur Ramos, Josué de Castro, Sérgio Buarque de Holanda (...) (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015: 126-127)

E diz ainda, em nota, que

Até então, na capital do país, existia apenas a Universidade do Rio de Janeiro, criada em 1920, como mera justaposição da Escola Politécnica à Faculdade de Medicina e a incorporação concomitante das duas faculdades livres de Direito recém-fundidas. A UDF surgia com o claro objetivo de institucionalizar setores do conhecimento não contemplados nas faculdades existentes e se tornou, por isso, pioneira na institucionalização do curso de Ciências Sociais. (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015: 126)

Miglievich-Ribeiro recorda que a UDF foi extinta em 1939 pelo Decreto-Lei 1063 e que, dois meses depois, foi aberta a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, com organização estabelecida pelo Decreto-Lei 1190 de 1939, como já vimos neste capítulo e no anterior. Com isso, os alunos da UDF foram transferidos para a universidade do Brasil.

O mesmo, porém, não ocorreu com o corpo docente da UDF. Segundo Miglievich-Ribeiro, apoiada em Favero, “de um total de 45 catedráticos da FNFi, 17 permaneceram como interinos até a aposentadoria ou, quando se deu a reforma universitária, tornaram-se professores titulares”, incluindo Hildebrando Leal, de Sociologia (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015: 153). Ser catedrático interino, segundo a autora, era, para os alunos, um detalhe para o qual não voltavam muita atenção. Muitos interinos não prestavam concurso, segundo a autora, pois havia uma prática corporativista na FNFi, “que preferia a manutenção na cátedra de um nome da casa do que o risco de, abrindo-se o concurso, vir a ingressar candidatos de fora, justificava, em grande medida, o fato de Marina e outros interinos nunca terem enfrentado um novo concurso.”

Ninguém via nisso nada de errado. Eventualmente, abria-se um concurso. Victor Nunes Leal forçou o seu próprio concurso. Ele não temia os candidatos de fora. Mas tinha a cultura do interino, que permanecia interino por toda a sua vida caso o candidato externo não tivesse condições de “forçar um pouco a barra” para criar o concurso e preencher a cátedra. (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015: 154)

Segundo Miglievich-Ribeiro, a FNFi da Universidade do Brasil foi a quarta instituição do Brasil a formar bacharéis e licenciados em Ciências Sociais, depois da Escola Livre de Sociologia e Política (1933), da USP (1934) e da UDF (1935), que deixou de existir em 1939. No caso do Rio de Janeiro, depois surgiram os cursos de Ciências Sociais da PUC-Rio e da atual UERJ. Sobre as Ciências Sociais na PUC-Rio, ela ressalta:

Na cidade do Rio de Janeiro, depois do curso de Ciências Sociais da FNFi, foi criada, no ano de 1956, por padre Fernando Ávila, após um ano e meio de seu regresso do doutorado em Ciências Políticas e Sociais, na Bélgica, a Escola de Sociologia e Política da PUC no Instituto de Estudos Políticos e Sociais, com o objetivo de centralizar os estudos de Ciências Sociais já ministrados em diversos cursos e tornar-se um centro produtor de conhecimento. (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015: 160)

Já sobre a UERJ, diz que

O curso de Ciências Sociais começou a funcionar em 1951 após a criação da UDF – experiência sem relação alguma com a primeira UDF fundada por Anísio Teixeira em 1935. A nova UDF representava a fusão de quatro escolas privadas isoladas, dentre as quais o Instituto La-Fayette. Em 1960, a UDF passou a se chamar UEG e, em 1975, dada a fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, passou a se chamar UERJ. (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015: 160)

No caso da Universidade do Brasil, esta “tinha como tarefa preparar professores para o ensino secundário. Os alunos eram integrados, sem concurso, na rede de ensino do Distrito Federal” (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015: 163).

Como já vimos, no início de 1939, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras começou a funcionar, após mais de um ano da Lei nº 452 de 1937 e após o Decreto-Lei 1190 de 4 de abril de 1939, que passou a denominá-la Faculdade Nacional de Filosofia. Os contratos de professores brasileiros e estrangeiros eram realizados por Capanema, “auxiliado pelos convites aos estrangeiros pela embaixada francesa” e “era forte o controle doutrinário da Igreja Católica, que sugeria alguns nomes e vetava outros”, ainda que tal seleção dos membros docentes não tenha resultado um corpo uniforme. Entretanto, pressões políticas impediriam alguns nomes da antiga UDF. “A essa altura, a Igreja Católica já havia desistido de assumir o controle ideológico da FNFi, iniciando a organização da PUC-Rio” e, em vez de Alceu Amoroso Lima, assumia a direção da FNFi o San Tiago Dantas, que ficaria no cargo até 1945 (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015: 171).

Com a deposição de Vargas, em outubro de 1945, e durante o governo provisório de José Linhares, foi concedida à Universidade do Brasil, por meio do Decreto-Lei nº 8.393, de 17 de dezembro de 1945, a limitada autonomia nos âmbitos administrativo, financeiro, didático e disciplinar perdida durante o Estado Novo. O reitor passava a ser escolhido pelo governo federal, conforme o Estatuto das Universidades Brasileiras, e os diretores passavam a ser nomeados pelo reitor, mediante também lista tríplice organizada pela congregação dos professores. A congregação tornava-se, a partir dos anos 1950, uma instância vigorosa na história da universidade. Entretanto, alicerçada na cátedra, a democratização anunciada pela ampliação da autonomia surtia efeitos reduzidos. (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015: 172)

Miglievich-Ribeiro afirma que “a FNFi teve importância pioneira na constituição do campo das Ciências Sociais cariocas”. Em seguida, a autora apresenta uma retrospectiva das cadeiras de Sociologia, Antropologia e Política que merece ser destacada. Sobre a Sociologia:

A disciplina de Sociologia foi lecionada, inicialmente, pelo francês Jacques Lambert. Após sua saída, a cátedra foi ocupada por Hildebrando Leal, cujos assistentes eram Costa Pinto e Wanda Torok e, ainda, como auxiliar de ensino, Moema Toscano. Nitidamente prejudicado pela não abertura de concurso para a cátedra ocupada, até sua aposentadoria, por Hildebrando Leal, Costa Pinto tornou-se catedrático de Sociologia na Faculdade de Ciências Econômicas, em 1956, ainda que atuando na FNFi. Wanda Torok, após uma série de indisposições com alunos e colegas, sobretudo em 1965, afastou-se da faculdade. Evaristo de Moraes Filho, catedrático de Direito do Trabalho, concursado em 1955 na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, atuava também no curso de Ciências Sociais como livre-docente, antes e depois da criação do IFCS, assumindo a Sociologia. (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015: 172-173)

Sobre a Antropologia:

A Antropologia foi entregue, em 1939, ao catedrático interino Arthur Ramos, efetivado mediante concurso em 1946. Devido a seu falecimento em 1949, Marina São Paulo de Vasconcellos assumiu interinamente a cátedra, permanecendo à frente da cadeira até seu afastamento do IFCS em 1968. Darcy Ribeiro era o regente da cátedra de Etnografia do Brasil e Língua Tupi, desvinculada, portanto, da cátedra de Antropologia, e tinha como auxiliar Carlos Moreira. Após sua ida a Brasília, nos inícios de 1960, para criar a Universidade de Brasília (UnB), a cadeira ficou vaga e passou a ser dirigida também por Marina, que indicou para regente Wilson Hargreaves. (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015: 174-175)

Finalmente, sobre a Ciência Política:

A Ciência Política, lecionada inicialmente por André Gros, após sua partida, recebeu como catedrático efetivo Victor Nunes Leal, em 1943. Este, designado mais tarde para chefe da Casa Civil de Kubitschek, deixou a sala de aula e foi substituído por Djacir Menezes, catedrático de Economia Política, que, por sua vez, indicou Romeu Rodrigues e Silva, seu assistente, para ministrar as aulas na disciplina até Oswaldo Gusmão ser nomeado interinamente o regente da cátedra pelo governo federal. A Cátedra de Economia Política e História das Doutrinas Econômicas, inicialmente ocupada pelo professor francês contratado Maurice Byé, foi, conforme já dito, destinada ao catedrático efetivo Djacir Menezes, que tinha como assistente Romeu Rodrigues e Silva. (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015: 173)

A autora não deixa de citar que Guerreiro Ramos desejara ocupar esta cátedra, não obtendo logro, como vimos acima. Além de Victor Nunes Leal, que foi ministro da Casa Civil de 5 de novembro de 1956 até 10 de agosto de 1959,

Também Gusmão licenciou-se da FNFi em 1962, atendendo ao chamado de Darcy Ribeiro em Brasília. Mais uma vez, a cátedra de Ciência Política foi ocupada pelo catedrático de Economia Política, Djacir Menezes, que repassou o encargo a Romeu Rodrigues e Silva. Vale lembrar que, em meados de 1963, Maria Stella Alves de Faria (sobrenome de casada: Amorim), que concluíra a graduação em Ciências Sociais em 1961, ministraria, por convite de Romeu – então sobrecarregado com sua nomeação como desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) e, depois, tendo sofrido infarto – aulas de Ciência Política na FNFi no início de 1964. Com o golpe de 1º de abril, que “derruba” o governo de João Goulart, a FNFi é tomada pela polícia e pelo exército. As aulas são retomadas apenas a partir de agosto, quando a citada professora se mantém no lugar de Romeu Rodrigues e Silva, conforme acordo pessoal cancelado pelo diretor da FNFi, Faria Góes Sobrinho, que ressalta que ela não tinha, por isso, direito à remuneração. Cabe registrar que Maria Stella Amorim mantivera seu vínculo com a universidade mesmo depois de formada e antes do pedido de Romeu para dar aulas na FNFi, pois era pesquisadora auxiliar do ICS, que congregava pesquisadores de distintas faculdades da Universidade do Brasil. Desde aluna, em 1959, foi auxiliar de Darcy Ribeiro, conselheiro do ICS (...). A jovem pesquisadora o substituiu também em sala de aula devido a suas frequentes idas a Brasília. Mais tarde, ao ser aprovada na seleção para a especialização em Antropologia do ICS, Maria Stella teve sua bolsa mantida pelo ICS. (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015: 173-174)

Gusmão fora ser subchefe da Casa Civil de Jango, com Darcy Ribeiro como chefe da Casa Civil após ter ocupado a reitoria da UnB e o ministério da Educação.

Além disso, Miglievich-Ribeiro nos informa que trabalhavam sem remuneração, ainda, Rosélia Perissé, na cátedra de Djacir Menezes, tanto na Faculdade de Economia como na FNFi, Moema Toscano e Hortência Caminha⁸², que lecionaram Sociologia e Antropologia. As três eram egressas da turma de Ciências Sociais de 1956-1959 (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015: 174) E Miglievich-Ribeiro, em uma importante recuperação a partir de arguições junto a seus entrevistados e confronto de dados, nos traz ainda que

Leccionavam, ainda, no curso de Ciências Sociais, Vieira Pinto (História da Filosofia); Josué de Castro (Geografia Humana) e seus assistentes Lucy Abreu Freire e Maria Therezinha de Segadas Vianna; Jorge Kingston (Estatística Geral e Aplicada), assistido por Laura Kingston; Maria Yolanda Abdelhay (Complementos de Matemática) e seu assistente Marcos Galper. (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015: 175)

4.6. O currículo de Ciências Sociais da FNFi

O curso de Ciências Sociais da FNFi teve vários currículos ao longo de sua história, até a criação do IFCS e a reforma universitária. Um primeiro currículo vigorou de 1939 até 1946. A partir de 1947 vigoraria um segundo currículo até 1956, quando surgiu o terceiro currículo, que vigoraria até a década de 1960, quando um novo currículo para o curso de Ciências Sociais do já IFCS da já UFRJ surgiu, em 1968.

Cada currículo representava uma nova possibilidade para cada uma das três disciplinas, Antropologia, Sociologia e Política. É interessante notar como a Política aparecia distribuída em cada um deles, a partir do artigo *Nem Cardeal nem samurai – sobre a lógica de acumulação dos currículos em Ciências Sociais* de Glaucia Villas Bôas (1995), também consultado por Miglievich-Ribeiro, ao qual nos deteremos mais adiante.

⁸² Sobre a presença de catedráticas na FNFi, há uma importante constatação de Miglievich-Ribeiro: “Marina São Paulo Vasoncellos foi a primeira mulher a integrar o corpo docente do curso de Ciências Sociais da FNFi e a única a ocupar nele uma cátedra. Ao longo da história da FNFi, poucas mulheres fizeram parte de seu corpo docente, sobretudo à medida que progredia a hierarquia da carreira universitária. A catedrática de curso mais próximo às Ciências Sociais era Maria Yedda Linhares, livre-docente que substituiu Delgado de Carvalho, aposentado, em História Moderna e Contemporânea, aquela que junto a seus assistentes, Hugo Wriss e Francisco Falcon, definiriam o ensino dessas disciplinas na FNFi e onde mais elas fossem ofertadas. Fato é que raríssimas mulheres chegaram à cátedra na FNFi, mesmo que interina, à exceção de Maria Yolanda Abdelhay (Complementos de Matemática), Lucy Freire (Geografia Humana) e Eulália Maria Lamayer Lobo, a última catedrática concursada na FNFi para História das Américas, cujo antigo regente era Guy de Hollanda.” (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015: 175) A autora ainda apresenta importantes dados nesse sentido: em 1950, de 45 catedráticos, apenas 4 eram mulheres; em 1966, de um total de 38 catedráticos, apenas 7 eram mulheres. Alguns dos depoimentos dessas professoras podem ser encontrados em livro de depoimentos coligidos por Fávero (1992) e por Marieta de Moraes Ferreira (2013).

Mas é interessante também nos atermos à explicação de Miglievich-Ribeiro para a hegemonia da Antropologia no curso de Ciências Sociais da FNFi, que vai sendo conquistada em meio a essas alterações de currículos. Assim, tais mudanças de currículo “observavam, entre outros aspectos, um prestígio crescente para a disciplina Antropologia” (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015: 176).

Vemos que no primeiro currículo, a ênfase se dava nas disciplinas de Sociologia e Economia, que eram ministradas durante três anos do curso. Antropologia e Política tinham menor prestígio, sendo ministradas apenas no último ano do bacharelado, o terceiro⁸³. Mas Marina São Paulo Vasconcellos tinha empenho em buscar o prestígio da Antropologia (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 177)⁸⁴. Assim, no currículo seguinte, em 1947, a Antropologia era dada em um ano, a Etnografia em outro ano e o surgimento de eletivas levou à criação de Etnografia do Brasil e Língua Tupi. Política, contudo, manteve-se em apenas um ano, de acordo com a autora.

Com o terceiro currículo, a partir de 1956, segundo Miglievich-Ribeiro, há um equilíbrio maior, pois “o aluno podia escolher, na etapa de formação, a concentração em duas disciplinas – dentre o conjunto Antropologia, Sociologia, Política e Economia –, devendo cumprir também os cursos de Metodologia e Técnicas de Pesquisa correspondentes às áreas de sua escolha” (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015: 178).

Com a reforma universitária, a extinção do sistema de cátedra e o desmembramento da FNFi, que deixa de existir ali na Avenida Antônio Carlos, o curso de Ciências Sociais seria transferido para o departamento de Ciências Sociais do recém-criado IFCS, sediado na Marquês de Olinda, em Botafogo, onde antes era sediado o ICS (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015: 178). E o currículo seria novamente modificado, com alterações para Política.

Segundo a autora, naquele momento de efervescência das décadas de 1950 e 1960, a Sociologia e a Economia tendiam a despertar maior interesse nos estudantes, mas a

⁸³ Como aponta Miglievich-Ribeiro, o curso tinha o quarto ano dedicado aos alunos que pretendiam cursar Licenciatura, em um modelo conhecido por 3+1, três anos do bacharelado e mais um da licenciatura.

⁸⁴ Naturalmente não é só isso, pois a própria Antropologia será uma disciplina com prestígio em outras instituições, como USP, UFRGS, UNICAMP, UNB e Museu Nacional, além de ter gozado de prestígio nos EUA e Inglaterra, com publicações a seu respeito, etc. E de ter no Brasil pesquisadores estrangeiros, especialmente na USP. Ou seja, há um momento em que a Antropologia se estabelece, assim como a Sociologia, com enorme prestígio acadêmico. A Ciência Política no sentido norte-americano do termo, tem surgimento tardio, se comparado ao surgimento acadêmico da Antropologia e da Sociologia e, pior, expansão muito menos ampla do que destas outras Ciências Sociais. No Brasil, será o IUPERJ que terá este modelo de Ciência Política melhor desenvolvido e apenas após 1969. Acredito que o insucesso da Ciência Política por aqui se relacione mais com isso do que com o sucesso da Antropologia a partir da atuação de Marina Vasconcellos.

Antropologia conquistava relevância e se tornava atraente aos alunos, “sobretudo, pelo cuidado e dedicação de Marina São Paulo de Vasconcellos em relação à cátedra” (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015: 179), com “formalismo, seriedade, pontualidade e dignidade” como suas qualidades (2015:181). Além disso, a professora, que gostava de se afirmar como “professora de Antropologia” e não como “antropóloga” (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 179), “semeava o terreno para que um grupo bem formado desse continuidade às atividades ligadas à cátedra” com assistentes encaminhados para o curso de especialização do Museu nacional para se qualificarem a fim de futuramente a poderem ser oferecidas pós-graduações em Antropologia na FNF (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015: 181). Foi Marina que convidou para se tornarem seus auxiliares de ensino Paulo Marcos Amorim, Yvonne Maggie e Gilberto Velho. Sobre a cadeira de Antropologia, diria Velho:

A Antropologia, dentro do curso de Ciências Sociais, era a cadeira mais organizada, ou seja, coisa muito simples, mas que, no entanto, era fundamental: os horários eram cumpridos, os professores apareciam. Isso se devia, sobretudo, ao papel da Marina. A Marina era uma liderança muito firme, era uma pessoa com muita consciência do seu papel de docente e fazia com que a cadeira funcionasse. Ela tinha aquele perfil de antiga catedrática, tinha seus assistentes, e as aulas de Antropologia funcionavam bem. Um contraste relativo com outras áreas do curso de Ciências Sociais, em que havia constantes crises e problemas. A Antropologia, quando eu entrei, era uma espécie de “ilha” no curso de Ciências Sociais, em termos de ser uma coisa organizada que funcionava bem. (VELHO *apud* MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015: 183)

Talvez possamos inferir alguns aspectos sobre o funcionamento da cátedra de Política a partir desse depoimento de Gilberto Velho.

4.7. O Instituto de Ciências Sociais (ICS)

Miglievich-Ribeiro se opõe à perspectiva segundo a qual o ICS se tratou de uma experiência fracassada, preferindo analisar “aquilo que foi realizado e sua continuidade, sob novas formas, nas trajetórias dos que nele se envolveram e que guardam, por isso, a memória forte dos anos passados no ICS”, que conheceram ali as suas primeiras oportunidades e muitos dos quais ali definiram sua inserção acadêmica. (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015: 189)

E o que foi o ICS, o Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Brasil sediado na Rua Marquês de Olinda nº 64, em Botafogo? Para Miglievich-Ribeiro, foi “uma prova concreta do intento da Universidade do Brasil em viabilizar a formação de

pesquisadores em Ciências Sociais” (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015: 189), sendo um instituto em que a pesquisa se dava desvinculada da cátedra, dirigido por um colegiado com um presidente eleito e um rodízio obrigatório⁸⁵ (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015: 189). O ICS reunia, da Faculdade Nacional de Direito, Evaristo Moraes Filho e Lineu de Albuquerque Mello; da FNFi, Darcy Ribeiro e Victor Nunes Leal; do Museu Nacional, Luiz de Castro Faria; da Faculdade de Ciências Econômicas, Luiz Aguiar Costa Pinto e Themistocles Brandão Cavalcanti. E Miglievich-Ribeiro ainda aponta outros nomes que compuseram seu conselho diretor e algumas das inovações do ICS, por exemplo,

O ICS instituiu o tempo integral para atividade de pesquisa, concedendo também bolsas para que os graduandos se iniciassem como auxiliares de pesquisa. Ao mesmo tempo, o ICS ministrava cursos de extensão em métodos de pesquisa para estudantes de graduação. Entre outros, passaram pelo ICS os jovens estudantes bolsistas Lincoln Bicalho, Alba Zalar, Marilena Barboza, Gilberto Velho e Yvonne Maggie. Atuando como estagiários-bolsistas, participaram igualmente das atividades do ICS alguns dos alunos da PUC-Rio, como, por exemplo, Wellington Moreira Franco e Stephanie Wilberg. (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015: 190)

A autora destaca em nota que a Universidade do Brasil não tinha verba para remunerar pesquisadores. Uma iniciativa de Victor Nunes Leal, porém, garantiria bolsas de pesquisador I (coordenadores de projetos) e de pesquisador II (auxiliares de pesquisa): um acordo com a Comissão Supervisora do Plano dos Institutos (CONSUPI-MEC), que remunerava as equipes de pesquisadores. “Posteriormente, importantes parcerias também seriam firmadas pelo ICS com outros órgãos de fomento” (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015: 191).

Além de ali se realizar pesquisas pontuais, sob encomenda, que podiam ir desde um censo universitário até uma pesquisa sobre hábitos alimentares de unidades familiares de Araxá (MG), havia quatro linhas de pesquisa no ICS: *Grupos Econômicos no Brasil*, coordenada por Maurício Vinhas de Queiroz; *Formação e comportamento das elites industriais brasileiras*, coordenada por Luciano Martins; *Setores Líderes na industrialização brasileira*, coordenada por José Antônio Pessoa de Queiroz e *Mão de obra industrial no Estado da Guanabara*, sob a responsabilidade de Ivan Gonçalves de

⁸⁵ “As faculdades que mantinham cursos afins com as Ciências Sociais – Faculdade Nacional de Direito, Faculdade Nacional de Filosofia, Faculdade de Ciências Econômicas e Museu Nacional – indicavam seus respectivos representantes eleitos, que compunham o conselho diretor do instituto” (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015: 190) A autora, em nota, ainda destaca que o quadro dos pesquisadores do ICS foi criado por duas leis: a Lei nº 3.780 de 1960 e a Lei nº 4069 de 1962 “ambas possibilitando que todo seu quadro fosse efetivado na carreira de pesquisador do Serviço Público Federal, e não na de magistério.” (MIGLIEVICH-RIBEIRO: 2015: 190)

Freitas (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015, 191). Segundo o depoimento de Maria Stella Amorim para Miglievich-Ribeiro,

O ICS teve uma grande participação na produção em Ciência Política antes do IUPERJ existir. [...] A pesquisa sobre os “grupos econômicos”, em que trabalharam o Luciano Martins, José Antônio Pessoa de Queiroz, Maurício Vinhas, Alzira (Abreu), Maria Luísa (Proença), eu, era muito grande [...] difícil de fazer [...] e com muito pouco pessoal. Durante dois anos, nós levantamos, no Diário Oficial, toda a estrutura e constituímos os grupos. O pessoal de São Paulo chegava [...] e era assim: “você têm uma coisa que ninguém tem e nem jamais teve no Brasil”. Nós já achamos mais de trezentos grupos econômicos no Brasil num espaço de tempo “pequeninho”. Então queríamos colocar isso de uma maneira certa. O Florestan Fernandes era assíduo do nosso Arquivo, Fernando Henrique Cardoso era assíduo do nosso Arquivo, Maria da Conceição Tavares, Paul Singer, todo mundo fez uso desse material. Foi uma pesquisa que teve grande repercussão. O Maurício Vinhas, depois, fazendo o doutorado dele na USP, usou esse material para fazer a tese dele, que é em cima dos grupos econômicos. O Luciano Martins levou anos, também, trabalhando esse material. (AMORIM *apud* MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015: 191-192)

O ICS firmaria ainda convênios que lhe permitiriam publicar dois números de uma revista, seis monografias e dois cadernos de textos de autores das Ciências Sociais, além de adquirir estantes, fichários, livros e revistas nacionais e estrangeiras de Ciências Sociais. “Na realidade, o ICS criou condições, antes inexistentes, para que, dentro da própria universidade, houvesse o início de um processo ao mesmo tempo de enriquecimento curricular e um ponto de partida para a pós-graduação” (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015: 192). Porém, esta experiência chegaria ao fim com a reforma universitária, em 1967, um dos desdobramentos do golpe militar de 1964. No depoimento dado a Miglievich-Ribeiro, Maria Stella Amorim diz que “o golpe mudou a ‘cara’ da gente. ‘Eles’ [o governo] não queriam a continuidade do trabalho, de jeito nenhum, Nosso trabalho era sigiloso. Nós não podíamos dar ao governo.” (AMORIM *apud* MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015: 195). Por esse desfecho,

O instituto [ICS] se insere em mais uma dessas tentativas quase que interrompidas, mas sempre recomeçadas, de criar-se um campo de pesquisa, um campo de reflexão, um campo de aprimoramento teórico e metodológico. Esses movimentos cíclicos de repressão, de esvaziamento, marcam a trajetória dos intelectuais latino-americanos. (MARTINS *apud* MEGLIEVICH-RIBEIRO, 2015: 195-196)

Segundo Miglievich-Ribeiro, “não se pôde encontrar a ata de encerramento das atividades do ICS, contudo, sabe-se que o corpo de pesquisadores e todo seu patrimônio, incluindo a excelente biblioteca, foram integrados ao IFCS, conforme previsto em lei” (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015: 195).

4.8. Os anos de efervescência da FNFi

Também um pouco distintamente do que sugerem Almeida (1989) e Oliveira (1995), Miglievich-Ribeiro nos diz que, após o golpe militar de 1964,

A FNFi tornara-se um *locus* privilegiado do debate intelectual no cenário carioca. Naquela época, quando eram poucos os centros universitários de ensino no Brasil, os cursos de Filosofia, Matemática, Desenho, Astronomia, Física, Química, História Natural, geografia e História, Ciências Sociais, Línguas Anglo-Germânicas, Letras Clássicas, Letras Neolatinas, Pedagogia e Jornalismo, concentrados num único prédio na avenida Antônio Carlos, nº 40, no centro da cidade, permitiram uma convivência estudantil de espetacular vitalidade. (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015: 184)

É interessante o trecho do depoimento de Marilena Barboza transcrito pela autora:

A Faculdade era a maior da Universidade do Brasil. Os cursos tinham uma quantidade de disciplinas e carga horária que ultrapassava, e muito, o máximo possível. Os cursos de História, Ciências Sociais e Física eram muito politizados. Havia um intercâmbio muito grande entre todos os cursos. Quatorze cursos revezavam-se no mesmo edifício e, fatalmente, as pessoas cruzavam-se, às vezes, trocando de sala, isso já aproximava muito. Por outro lado, havia uma atividade cultural muito grande por conta da própria ação da UNE, que aproximava muito mais do que hoje. Cinema, debate, filmes. A Faculdade Nacional de Filosofia era envolvente. (BARBOZA *apud* MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015: 184-185)

Foi na FNFi que se formaria a discussão que daria origem à criação do CPC⁸⁶ da UNE (União Nacional dos Estudantes), por exemplo. E Miglievich-Ribeiro ainda destaca o relevante papel que a UNE passava a ter nesse momento, se opondo à reforma universitária desde a década de 1950, se posicionando na década de 1960 contra a cátedra vitalícia, contra os exames vestibulares, contra a estrutura de decisões dos problemas universitários, a favor de participação nos processos decisórios das universidades, a favor de uma nova carreira para o magistério e de novas formas de acesso à universidade, com exames classificatórios e não eliminatórios, além da criação do sistema departamental (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015: 185).

Para Miglievich-Ribeiro, “os estudantes da FNFi viam-se, portanto, envolvidos simultaneamente em três frentes de atuação: os respectivos cursos em que se achavam matriculados, o Programa de Alfabetização de Adultos e as atividades culturais e artísticas do CPC” (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015: 186). Segundo depoimento de Marilena Barboza coligido por Miglievich-Ribeiro, o IPM (Inquérito Policial Militar) do Programa Nacional de Alfabetização (PNA) era um só, com a FNFi, o CPC da UNE e o PNA

⁸⁶ Centro Popular de Cultura, vinculado à UNE, existente entre 1962 e 1964.

implicados, “dada a dificuldade de separar as coisas”, mesmo havendo pessoas que fossem do CPC, por exemplo, e não fossem da FNFi, ou fossem da FNFi e do PNA e não fossem do CPC, etc.

Tem gente que era só do CPC. Tem gente que era do CPC e do PNA. Nem todos eram da FNFi. Alguns não eram nem estudantes, mas se acusava a Faculdade Nacional de Filosofia de ter articulação com Cuba, com a China, com Moscou, com Pequim e com Havana! (BARBOZA *apud* MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015: 186)

Além disso, como aponta a autora,

A FNFi reunia em seu interior, também, militantes do Partido Comunista (PC) que, com o racha de 1962, é desmembrado em Partido Comunista Brasileiro (PCB), o qual assumiu a política renovada, e Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que reivindicava a manutenção da ortodoxia marxista. Também na FNFi encontravam-se os estudantes da Juventude Universitária Católica (JUC) e militantes da Ação Popular (AP), entre outros. (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015: 186-187)

Mas aquele clima desembocaria em um grande desencanto:

Muitos entrevistados referiram-se à *mística da FNFi*, isto é, a profunda atração que a instituição exercia sobre os estudantes, como nucleadora de múltiplas ações, sobretudo daquelas que partiam do movimento estudantil. Os mesmos entrevistados, contudo, narraram o desencanto que se seguiu à euforia inicial. Com o golpe militar de abril de 1964, não demorou a vir a forte repressão aos movimentos de protesto estudantil mediante a promulgação da lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964, no governo Castelo Branco, de autoria do ministro da Educação, Flavio Suplicy de Lacerda, a qual acabava com a participação política dos estudantes, abolia a autonomia e a representatividade do movimento estudantil e buscava transformar as entidades estudantis em órgãos dependentes do MEC. Com o Ato Institucional nº 2, editado em 27 de outubro de 1965, a UNE era extinta e substituída pelo Diretório Nacional dos Estudantes, assim como as Uniãos Estaduais davam lugar aos Diretórios Estaduais. A repressão, o fim do Programa de Alfabetização e dos Centros Populares de Cultura mudaram os rumos das lutas estudantis. O alvo não era mais conscientizar e politizar as camadas populares através da cultura e da arte engajadas, mas resistir e lutar contra o regime ditatorial. (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015: 187)

Miglievich-Ribeiro (2015), Barros (2013) e Velho (2013) trazem reflexões sobre um episódio ocorrido em 1965, ainda na FNFi, que ecoaria em 1968 no IFCS. Cabe voltarmos a este episódio, que ilustra o quanto as relações estavam conflituosas entre alunos e professores naqueles meados da década de 1960 na FNFi: o caso envolvendo a professora Wanda Torok, de Sociologia, em 1965.

Wanda Torok fazia parte da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), associação contrária ao comunismo e ao governo Jango, que foi uma das organizadoras da Marcha da Família com Deus pela Liberdade e que apoiava o golpe militar de 1964

(MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015: 208). Era ela a regente da cadeira de Sociologia na turma de 1965:

Naquele primeiro ano de 1965, a turma de Ciências Sociais tinha como regente da cadeira de Sociologia a própria Wanda Torok. Segundo entrevistados, a professora estimulava o clima de antagonismo na medida em que tornava suas aulas espaço de doutrinação anticomunista. Por outro lado, a Sociologia ministrada, limitada aos autores funcionalistas, negava qualquer outra abordagem mais crítica. Os alunos passaram, então, a recusar-se a assistir às suas aulas e decidiram unanimemente fazer greve, retornando à sala de aula apenas se a professora fosse substituída. (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015: 208)

Segundo Barros (2013), Velho (2013) e Miglievich-Ribeiro (2015), os alunos de fato não voltaram ao curso de Wanda Torok e poderiam ser reprovados naquele ano letivo (no sistema seriado, a reprovação em uma disciplina acarretava a reprovação em toda a série). Marina São Paulo de Vasconcellos obteve então uma autorização junto ao Conselho Universitário e, no ano seguinte, os alunos puderam cursar simultaneamente Sociologia I e Sociologia II com o professor Evaristo de Moraes Filho, que se tornaria uma das mais importantes referências para esta turma.

“Wanda Torok, não apoiada pelos colegas, deixou o IFCS. Esse momento simbolizou uma vitória dos estudantes sobre o autoritarismo daqueles docentes que, apesar da reforma universitária recente, ainda se colocavam perante os alunos como *donos de cátedra*” (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015: 209). Mas, mesmo assim, Wanda Torok entraria com um processo judicial para recondução à cadeira, ocupada então por Evaristo de Moraes Filho. Miglievich-Ribeiro nos conta que na ficha de Marina São Paulo de Vasconcellos consta a defesa judicial de Wanda Torok contra Marina, por esta não defendê-la diante das manifestações dos alunos.

A partir de 1966, a palavra de ordem seria questionar os acordos MEC-Usaid (United States Agency for International Development). Nesse momento

A enorme efervescência nos meios estudantis, necessariamente, repercutiria na rotina da FNFi. Alguns entrevistados enfatizaram, em seus depoimentos, que a imprensa fazia uma campanha cerrada contra a FNFi, com a finalidade de desfazer da qualidade acadêmica daquela instituição. As reportagens enfatizavam a militância política dos estudantes e apregoavam que, na faculdade, não se dava aula. No entanto, o julgamento da imprensa, segundo os ex-alunos, não apresentava um retrato fiel do que se passava no interior da FNFi. Era inegável que a FNFi funcionava como um locus de discussão e confronto de ideias num período de grande movimentação social, contudo, os cursos não deixaram de ter a continuidade indispensável. (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015: 188)

De qualquer modo, já em pleno regime militar, a FNFi seria desmembrada em faculdades, escolas e institutos, ocasião em que surge o IFCS, e seriam extintos o sistema seriado e a cátedra, com a adoção do departamento como menor unidade dentro do sistema universitário. Para conhecermos essas e outras modificações que atingiram a FNFi e originaram o IFCS, veremos no próximo capítulo as relações entre o regime militar e demais alterações que atingiram as universidades federais, entre as quais a Universidade do Brasil, que se tornaria a UFRJ.

5. O regime militar, o fim da FNFi e o surgimento do IFCS da UFRJ

A derrocada do regime político democrático no país transformou também as diversas orientações teóricas e temáticas no campo das Ciências Sociais e de suas respectivas instituições.

Adélia Miglievich-Ribeiro (2015: 184)
*Heloísa Alberto Torres e Marina de Vasconcellos:
Pioneiras na formação das Ciências Sociais no Rio de Janeiro*

Apoiado em *As Universidades e o Regime Militar* de Rodrigo Patto Sá Motta (2014), um dos trabalhos mais recentes sobre este tema, e já no referido trabalho de Miglievich-Ribeiro (2015), buscarei neste capítulo apresentar brevemente efeitos do regime militar (1964-1985) sobre a Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, desmembrada logo no início do regime, e sobre o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, instituto que surgiu com o desmembramento da FNFi e no bojo de outras mudanças sofridas pela Universidade do Brasil, como a mudança de seu próprio nome, que passou a ser Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Motta (2014) apresenta detalhadamente, ao longo dos capítulos de seu livro, vários dos efeitos de medidas tomadas no regime militar sobre as universidades públicas federais, como as intervenções nas reitorias um pouco após o golpe, o que ele chama de “procedimentos inquisitoriais” (MOTTA, 2014: 48), a nova denominação das universidades federais (que transforma a Universidade do Brasil em Universidade Federal do Rio de Janeiro) em 1965, o Decreto-lei nº 53 de novembro de 1966, que exigiu uma reestruturação da já então Universidade Federal do Rio de Janeiro a partir de 1967 – o que exigirá que ao longo deste ano, já em novo endereço, o IFCS comece a ser organizado no lugar do extinto ICS –, a reforma universitária instituída com a Lei nº 5540 de novembro de 1968, o AI-5 de dezembro de 1968, o Decreto-Lei 477 de fevereiro de 1969, o AC-75 de outubro de 1969, a contrapropaganda anticomunista, os efeitos da censura e do controle sobre a vida universitária, o aumento de vagas nas universidades federais e as mudanças no vestibular, a expansão da pós-graduação e da infraestrutura de pesquisa, os efeitos sobre os cursos de Ciências Sociais, especialmente tratados por Motta, até a anistia e o retorno dos expurgados, em 1979, seguida de ciclos grevistas e novas eleições para reitores já na década de 1980.

Aqui abordaremos estes tópicos sumariamente, a fim de que possamos contextualizar a abordagem que estamos fazendo, sob a seguinte questão: no caso da Ciência Política da UFRJ, qual terá sido o impacto do regime militar sobre esta disciplina?

Creemos que a disciplina tenha sofrido algumas consequências indiretas, por exemplo, com o surgimento de uma pós-graduação em Ciência Política (mestrado) no IUPERJ, em 1969. Mas também sofreu consequências diretas, com cassações de alguns seus professores, inviabilização de carreiras de outros professores, ainda que não tenham sido cassados (mas perseguidos e até mesmo exonerados), necessidade do surgimento de um corpo docente de Ciência Política oriundo de ex-discentes egressos de cursos de Ciências Sociais, ainda sem produção acadêmica relevante naquele período, mas com disposição para lecionar, dentro do novo modelo instituído com a reforma universitária e dentro do clima persecutório que se instalou nas universidades federais do período, especialmente dentro do IFCS da UFRJ, como atestam os trabalhos de vários pesquisadores (FERREIRA, 2013; CEPEDA, 1995; MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015; MOTTA, 2014).

5.1. Antecedentes do golpe de 1964

Ainda que o governo militar tenha se apropriado da ideia da necessidade de uma reforma universitária, Motta (2014) salienta que se tratava de uma ideia gestada no pré-1964, quando já havia um grande problema:

A unidade básica das faculdades eram os catedráticos, professores poderosos que, entre outros privilégios, tinham cargos vitalícios. Tal sistema era considerado responsável pela fraca produção de conhecimento e pela apatia dos professores situados nos níveis hierárquicos inferiores. Outro problema sensível era a escassez de vagas para os jovens em condições de ingressar na universidade, um grupo em expansão, em virtude do aumento das taxas de urbanização e do crescimento demográfico nos anos 1950-1960. (...) De modo simplificado, esquerda e direita convergiam no diagnóstico de que era necessário modernizar e produzir mais conhecimento (...). (MOTTA, 2014: 9)

A esquerda, porém, debatia a reforma universitária sob uma perspectiva socialista⁸⁷, especialmente através do movimento estudantil. Distintamente, seus

⁸⁷ Motta mostra, por exemplo, como o filósofo Álvaro Vieira Pinto, marxista, defendeu na época, em livro, “uma aliança operário-estudantil-camponesa para viabilizar a reforma. Na sua visão, a verdadeira reforma universitária seria o ingresso das classes populares nas faculdades, em detrimento das elites sociais tradicionalmente ocupantes das vagas. Daí a sugestão que se oferecessem cursos noturnos, ao alcance dos trabalhadores, opção até então inexistente. Além disso, os universitários politizados engajaram-se em projetos que tentavam levar o conhecimento e a cultura às classes populares, como campanhas de alfabetização e de cultura popular (a exemplo do célebre Centro Popular de Cultura da UNE). Movidos por tais convicções, e com o propósito de construir uma universidade popular e crítica, nos anos anteriores ao golpe de 1964, os líderes estudantis e a UNE organizaram vários encontros e seminários sobre a reforma universitária”. (MOTTA, 2014: 68) Motta mostra ainda que havia apoio a demandas reformistas também entre os professores mais jovens, pois consideravam importante que se extinguisse o sistema de cátedras e se implantasse departamentos, pois no sistema federal eram, em geral, mal remunerados, sem regime de tempo integral e sem condições adequadas de realização de pesquisa. Mas, mesmo assim, alguns professores consideravam as demandas dos estudantes radicais. (MOTTA, 68). Seria a aUnB a primeira

adversários queriam uma reforma para tornar o ensino superior “mais eficiente e produtivo, tendo em vista as necessidades do desenvolvimento econômico e de modernização da máquina pública. Conferia-se ênfase ao ensino técnico, em detrimento da tradição humanista” (MOTTA, 2014: 9). Além disso, o controle sobre o ensino superior passaria a ser compreendido como meio de se deter o avanço do comunismo, “daí o papel central conferido pelas agências do governo americano – com destaque na USAID, mas também em instituições privadas, como as fundações Ford e Rockefeller – à modernização das instituições educacionais brasileiras” (MOTTA, 2014: 10):

O diagnóstico sobre o arcaísmo das universidades era semelhante, e havia alguns temas comuns, como a extinção de cátedras e o fomento a atividades de pesquisa. Porém, não havia disposição para aceitar universidades que funcionassem como celeiros do pensamento socialista e revolucionário. A visão de lideranças estudantis audaciosas interferindo no cotidiano das escolas superiores, com demandas sobre os programas de ensino, greves para obter poder semelhante ao dos professores ou pressionando pela contratação de mestres afinados ideologicamente com a esquerda, atemorizava os setores liberais, moderados e conservadores. (MOTTA, 2014: 70)

Por isso, penso que o desprestígio de uma Ciência Política não-americanizada nesse período possa ter sido orquestrado, uma vez que evidentemente foi desejado no bojo do anticomunismo. Talvez a concepção de que a Ciência Política tivesse maior capacidade de recrutamento para a esquerda a tenha prejudicado, a partir do momento em que se notou o que poderia significar. Além disso, os Estados Unidos ainda teriam um papel de modelo

no que toca especialmente às universidades, a modernização conservadora implicou: racionalização de recursos, busca de eficiência, expansão de vagas, reforço da iniciativa privada, organização da carreira docente, criação de departamentos em substituição ao sistema de cátedras, fomento à pesquisa e à pós-graduação. Para viabilizar a desejada modernização, sobretudo durante o período inicial do regime militar (1964-68), enfatizou-se a adoção de modelos universitários vindos dos países desenvolvidos, em particular dos Estados Unidos. (MOTTA, 2014: 15)

E mais: diante de um momento em que as universidades tinham se tornado centros de mobilização da esquerda, com eventos e manifestações ali gestados, o regime militar

universidade planejada para funcionar como centro de pesquisa, com departamentos e institutos (segundo Motta, “unidades universitárias com vocação para a pesquisa, distinguindo-se das faculdades tradicionais”) em vez de cátedras, além do sistema de créditos por disciplinas. Outra coisa: a demanda da reforma universitária havia sido incorporada às chamadas “reformas de base” do governo de João Goulart, além da melhoria de condições para pesquisa: “poucas semanas antes do golpe, ele discursou sobre o tema, falando na criação de institutos de pesquisa, no estabelecimento de ciclos básicos, em acabar com a duplicação de meios para fins idênticos e em aumentar vagas para os excedentes” (MOTTA, 2014: 69) Sua realização mais concreta nesse sentido, conforme Motta, foi aumentar as matrículas em cursos de graduação de 100 mil (1961) para 140 mil (1964).

combateria as ideias de esquerda e seus defensores, controlando o movimento estudantil, vigiando a comunidade acadêmica através das “assessorias de segurança e informação”, censurando até mesmo pesquisas e publicações e criando disciplinas dedicadas ao ensino de moral e civismo, por exemplo (MOTTA, 2014: 15). Ao mesmo tempo, questiona Motta:

Sob o influxo da cultura política brasileira, os governos militares estabeleceram políticas ambíguas, conciliatórias, em que os paradoxos beiravam a contradição: demitir professores que depois eram convidados a voltar, para em seguida afastá-los novamente; invadir e ocupar universidades que ao mesmo tempo recebiam mais recursos; apreender livros subversivos, mas também permitir que fossem publicados e que circulassem. Como explicar o paradoxo de uma ditadura anticomunista que permitiu a contratação de professores marxistas e manteve comunistas em seus cargos públicos, enquanto outros eram barrados e demitidos? Como foi possível, no mesmo contexto, o marxismo ter ampliado sua influência e circulação nas universidades? (...) Além disso, cabe lembrar que muita violência ocorreu nos campi, sobretudo nos momentos de invasão policial, que tiveram lugar em 1968 e, com menor intensidade, em 1977, para não mencionar os membros da comunidade universitária presos, torturados e mortos. (MOTTA, 2014: 16-17)

A explicação do autor é que a repressão foi “temperada” por jogos de acomodação e conciliação, que houve um arranjo entre repressão/acomodação, repressão/negociação e repressão/cooptação, para além de uma oposição repressão/resistência. Enfim, são lutas e conflitos que se deram dentro das circunstâncias que cabe conhecermos a seguir, no restante deste capítulo.

5.2. Expurgos de primeira hora

Com o golpe de 1964, tivemos um governo receptivo aos chamados “valores liberais”, como diz Motta, com políticas nessa vertente, como a contenção de gastos públicos, a abertura ao capital estrangeiro o fim da estabilidade no emprego, etc. (MOTTA, 2014: 71). Diante da chamada “questão universitária”, tais valores influenciaram o governo militar ao acatar a perspectiva de que o principal papel das universidades deveria ser o de formar técnicos, ou seja, profissionais egressos da área científica e tecnológica, não das humanidades, que tinham mais matrículas (MOTTA, 72). Inclusive a CAPES e o CNPq tiveram insegurança quanto ao seu futuro (MOTTA, 73). E aí estará o interesse de associações norte-americanas levarem jovens brasileiros para os Estados Unidos naquele período.

“Na visão dos vitoriosos de 1964, as universidades haviam se tornado ninhos de proselitismo das propostas revolucionárias e de recrutamento de quadros para as

esquerdas. Ali se encontraria um dos focos principais da ameaça comunista” (MOTTA, 2014: 23). Uma vez que o próprio golpe de 1964 tinha como um de seus deflagradores a reação à esquerda e a uma suposta ameaça comunista, e uma vez que as universidades já não eram meros centros de formação de bacharéis, com os universitários constituindo um grupo visível e influente, indo de 30 mil matriculados em 1945 para 142 mil matriculados em 1964 (MOTTA, 2014: 24), então as universidades seriam das primeiras instituições atacadas pelo regime militar. Sendo a Universidade do Brasil a maior universidade federal do país, localizada no Rio de Janeiro, e tendo algumas de suas unidades, como a FNFi, consideradas “antros de subversivos”, então esta certamente seria uma universidade atacada naquele regime.

Além disso, o movimento estudantil se tratava de um movimento absolutamente politizado: na UNE, por exemplo, ocupavam sua presidência e vice-presidência, respectivamente, sempre a Ação Popular (AP), esquerda católica, e os comunistas (MOTTA, 2014: 24).

Assim, logo que houve o golpe, dos primeiros efeitos do regime militar sobre as universidades, foram prisões de professores universitários⁸⁸, ocupação de prédios de universidades como a URGS e a Universidade do Brasil, além de um clima persecutório, em que pessoas se escondiam em casas de amigos ou parentes e procuravam se livrar de livros ou documentos que pudessem denunciar inclinação esquerdista ou marxista.

Como aponta Motta (2014), foram as lideranças estudantis, em relação ao corpo docente, que mais sofreram repressões, com maior número de prisões, e como a depredação e o incêndio do prédio da UNE em abril de 1964, que teria seu funcionamento proibido. O próprio Conselho Universitário da Universidade do Brasil dissolveu três diretórios estudantis (Filosofia, Direito e Engenharia) por “indisciplina” (MOTTA, 2014: 30). E

um dos episódios mais conhecidos de exclusão de estudantes ocorreu na Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi) da UB, que atraía o rancor dos grupos conservadores pela força da militância da esquerda estudantil nos anos anteriores. A FNFi era o maior baluarte dos comunistas nos meios universitários, por isso dificilmente sairia incólume do processo de expurgo. Dezenove estudantes foram excluídos da faculdade, acusados de infração aos regulamentos da instituição em atividades políticas realizadas no pré-golpe. (MOTTA, 2014: 31)

⁸⁸ Não só professores universitários foram presos, aliás, uma vez que, segundo Motta, “pode-se estimar entre 20 mil e 30 mil o número de pessoas detidas no momento do golpe (...). Em maio de 1964 estimava-se que algo entre mil e 3 mil pessoas permaneciam encarceradas.” (MOTTA, 2014: 26) Mas o autor ainda nos informa, a título de exemplo, o nome de alguns professores universitários encarcerados em 1964 (Cf. MOTTA, 2014: 29)

Outros acontecimentos atingiram a FNFi: por exemplo, alguns de seus funcionários administrativos foram presos, inclusive o responsável pela exibição do filme *Encouraçado Potemkin* dias antes do golpe, sendo levado para a Ilha das Cobras e espancado (MOTTA, 2014: 365). E em nota, Motta nos diz ainda que, ainda que sejam escassas as informações sobre expurgos em bibliotecas de instituições públicas, o que pode sugerir que não tenha sido prática comum, um caso aconteceu justamente na FNFi da Universidade do Brasil: a biblioteca da cátedra de história moderna e contemporânea, cuja titular era a professora Maria Yedda Linhares, foi depredada pelos policiais nos dias iniciais do golpe” (MOTTA, 2014: 364). Segundo o autor,

Na FNFi, as aulas recomeçaram pela mesma época, e o poder militar também se fez presente, e de maneira mais ostensiva: soldados ficaram à porta da faculdade por alguns dias após o retorno das atividades, situação que foi retratada em charge do jornal Última Hora. Nesse quadro, evidentemente, instaurou-se um clima de tensão e incerteza, e os estudantes de esquerda ainda presentes, que antes davam o tom político da faculdade, adotaram postura discreta, tendo de tolerar a nova desenvoltura de estudantes e professores de direita. (MOTTA, 2014: 33)

Professores da Universidade do Brasil como Eremildo Vianna, Muniz de Aragão e Djacir de Menezes são apontados como esteio do novo regime (MOTTA, 2014: 34):

Eremildo Vianna entrou em cena liderando “operações revolucionárias” em colaboração com a polícia carioca, ao comandar, à frente de civis armados, a ocupação das instalações da Rádio MEC, órgão dirigido por sua colega e desafeta, a professora Maria Yedda Linhares. Ali começou a carreira “revolucionária” de Eremildo Vianna, que em breve protagonizaria outros episódios polêmicos. Certos apoiadores da ditadura nas universidades tinham perfil mais moderado, como Muniz de Aragão, professor e pesquisador respeitado que também participou da campanha contra Goulart. No seu caso, havia ligações prévias com os meios militares, pois ele fora aluno de colégio militar e tinha um irmão general, bem como conexões com a Escola Superior de Guerra (ESG), da qual foi palestrante. Após o golpe, Aragão assumiu cargos na área educacional, como a Diretoria de Ensino Superior do MEC (DES/MEC), e passou alguns meses de interinidade como ministro da Educação, entre o final de 1966 e o início de 1967, quando assumiu a reitoria da UFRJ. (MOTTA, 2014: 35)

Outro aspecto levantado por Motta é o dos Inquéritos Policial-Militares (IPMs), que arrolaram centenas de professores e estudantes de várias universidades brasileiras. Além deles, dentro das universidades, o autor aponta que as comissões de sindicância tiveram impacto importante também, levando, inclusive a demissões (MOTTA, 2014: 48):

As comissões de inquérito ou de sindicância conduzidas pelas instituições universitárias causaram tanto ou maior prejuízo quanto os IPMs. Esses procedimentos de investigação foram criados em decorrência das disposições do Ato Institucional (editado a 9 de abril), principalmente do artigo 7º, que decretava suspensas por seis meses as

“garantias constitucionais de vitaliciedade e estabilidade”, para permitir a demissão ou aposentadoria de servidores (federais, estaduais ou municipais) que “tenham atentado contra a segurança do país, o regime democrático e a probidade da administração pública”. Dizia ainda o texto que as punições seriam precedidas de investigações sumárias, tudo sem prejuízo de sanções penais, quando fosse o caso. (MOTTA: 2014: 50-51)

Com base no Ato Institucional, o ministro da Educação Flávio Suplicy de Lacerda, quatro dias após sua posse, determinaria às universidades a “instauração de inquéritos administrativos” que se fizessem necessários para “apuração de responsabilidades” (MOTTA, 2014: 51). Motta, apoiado em Mansan, aponta que a maior parte dos punidos seriam pessoas com vinculação com a esquerda, como com partidos como o PCB e o PTB ou como a Ação Popular.

No caso da Universidade do Brasil, a reitoria nomeou uma comissão de inquérito presidida por um general, Acyr da Rocha Nóbrega, concluindo, porém, seus trabalhos sem indicar culpados de subversão, apesar das denúncias do professor Eremildo Vianna contra dezenas de colegas que seriam “subversivos” na FNFi, por haver, segundo Eremildo, uma célula do PCB nesta faculdade. Contudo, o próprio Eremildo foi apontado por peculato à frente da Direção da FNFi e considerado responsável pela infiltração comunista no período em que dirigiu a faculdade (MOTTA, 2014: 58-59):

Vianna reagiu atacando o general Nóbrega, a quem acusou de abusar das diárias e do carro oficial custeados pela UB, além de conluio com os comunistas. Após meses de boatos, reuniões de órgãos colegiados e ameaças veladas, expirou o prazo para o expurgo dos servidores públicos, e a maioria dos ameaçados escapou à degola. Eremildo Vianna teve apoio de alguns colegas e do titular do MEC, Suplicy de Lacerda, que não permitiu sua demissão. (MOTTA, 2014: 59)

Segundo Motta,

O saldo final dos expurgos de 1964 na Universidade do Brasil mostra números modestos, o que é surpreendente, em vista da importância política da instituição. Os registros do *Diário Oficial* apontam a demissão dos professores Francisco Mangabeira (Direito), Darcy Ribeiro (antropólogo vinculado ao Museu nacional) e Álvaro Vieira Pinto (filósofo), e a aposentadoria do professor Alvércio Moreira Gomes (matemático). Além desses, o deputado socialista e professor Max da Costa Santos também foi afastado, em decorrência da suspensão de seus direitos políticos e também o professor Oswaldo Herbster de Gusmão [professor interino da cátedra de Política da FNFi, naquele momento atuando como subchefe de gabinete do governo de Jango, ver nota 90 cap. 1 sobre ele: segundo Gaspari, foram demitidos dois catedráticos e quatro professores da FNFi em 1964, mas ele não citou os nomes. Algumas fontes indicam que o professor Oswaldo Herbster de Gusmão era vinculado ao ISEB]. Pode ter havido outras demissões na UB, mas está claro que as autoridades militares não fizeram o expurgo em regra dos seus adversários ideológicos na maior universidade federal do país. (MOTTA, 2014: 59)

No caso do ISEB, também localizado no Rio de Janeiro, foi diferente, se tratando de uma das instituições mais visadas naquele momento, quando era dirigido por Álvaro Vieira Pinto, marxista. O instituto foi extinto após destruição de suas instalações, inclusive biblioteca, em uma operação policial. Wanderley Guilherme dos Santos, por exemplo, que a aquela altura tinha 28 anos, foi aposentado⁸⁹, e sofreram semelhantes sanções outros docentes que atuavam no instituto (MOTTA, 2014: 59).

Uma nova onda de expurgos ainda atingiria as universidades, porém, inclusive a Universidade do Brasil, alguns anos depois, com o recrudescimento do regime a partir do final de 1968, após a aprovação da Constituição de 1967⁹⁰, uma vez que

As forças de repressão eram obcecadas com a ideia de que os professores faziam a cabeça dos alunos, levando-os a atitudes radicais e rebeldes. Daí, parte da preocupação em afastar docentes esquerdistas das salas de aula. Entretanto, fontes da época mostram que a esquerdização da juventude era processo mais complexo, cujo desenvolvimento se fazia de maneira independente da opinião dos professores. Em certas circunstâncias, ocorreu o contrário do imaginado pela polícia, ou seja, os estudantes é que influenciaram as opiniões políticas dos professores. (MOTTA, 2014: 62)

5.3. A reforma universitária: da mudança de nome à lei 5540/1968

Motta (2014: 75) considera a lei nº 4.759 de 1965 um marco simbólico da disposição do regime militar em submeter as universidades ao seu controle, com a obrigação da inclusão de “federal” nos seus nomes. Além disso, se no governo de João Goulart existiu uma cooperação acadêmica com países não-alinhados, o regime militar reduziria os contatos científicos do Brasil a um contato com os países centrais. “Castello Branco presidiu o governo mais pró-americano do regime militar, e talvez de toda a história brasileira, por isso, nos meses imediatamente posteriores ao golpe, vários convênios, acordos e contratos foram estabelecidos entre os dois países” (MOTTA, 2014: 76)

Entre esses vários projetos, esteve o chamado Acordo MEC-Usaid, de 1965, para modernização do sistema de ensino brasileiro, incluindo as universidades, com traduções e publicações, reestruturação de programas de ensino e um planejamento da reforma do ensino superior, com o MEC recebendo a consultoria de Rudolph Atcon, que teve o respectivo relatório publicado pelo MEC em 1966 com sugestões na mesma linha da

⁸⁹ Motta diz que são cerca de 100 professores demitidos e aposentados em 1964, sem contar os professores que abandonaram seus empregos para fugir à repressão. (Cf. MOTTA, 2014: 60)

⁹⁰ Como Motta indica, foi uma Constituição com efeitos sobre a educação, como dispositivos que possibilitavam cobrança nas universidades públicas e a desvinculação do compromisso da união com gastos mínimos em educação. (MOTTA, 2014: 71)

Usaid: “centralização administrativa, profissionalização da gestão das universidades, criação de departamentos, maior autonomia em relação ao Estado, diversificação das fontes de recursos, investimento em campi universitários, entre outras medidas” (MOTTA, 2014: 77). Logo seria criado o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), em 1966, que teria importante papel na Reforma Universitária, especialmente no convênio que treinaria as universidades do país para adotarem o sistema de créditos e disciplinas.

No plano das leis, o Decreto-Lei nº 53 de novembro de 1966 e o Decreto-Lei nº 252 de fevereiro de 1967, uma complementação daquele decreto, representam os primeiros marcos legais para a reforma universitária, ambos assinados pelo ministro da Educação na ocasião, Muniz de Aragão, professor da Universidade do Brasil.

5.3.1. O Decreto-Lei nº 53/1966

Sobre o Decreto-lei nº 53 de 1966, nos diz Motta

O Decreto nº 53 estabelecia a unidade entre ensino e pesquisa, resolvendo divergências existentes sobre a melhor forma de articular as duas atividades. Algumas lideranças defendiam a separação das duas, o que já havia em esboço, pois as instituições federais de ensino tinham professores e pesquisadores com carreiras distintas, e havia propostas para retirar a pesquisa das universidades e concentrá-la em entidades específicas para esse fim. Com o decreto, ficava definido que caberia às universidades dedicar-se às duas atividades simultaneamente. (MOTTA, 2014: 79)

Além disso, Motta aponta outros pontos importantes:

Outro ponto importante era a consagração do princípio de vedar “a duplicação de meios para fins idênticos”, o que implicava uma reorganização das cátedras entre as diferentes unidades universitárias, que poderiam ser institutos, escolas ou faculdades (posteriormente, algumas instituições optaram por chamar suas unidades de “centro”). O texto deixava implícita a intenção de redefinir as antigas faculdades de filosofia e ciências com a criação de novas unidades, de preferência institutos, destinados às ciências naturais (física, biologia, química, etc.), até então abrigadas na filosofia. As universidades teriam 180 dias para se reestruturar, fazendo as adaptações necessárias, e o artigo nº 10 trazia uma advertência: o governo privilegiaria na distribuição orçamentária as instituições que se adaptassem melhor ao espírito da lei. (MOTTA, 2014: 79)

5.3.2. O Decreto-Lei nº 252/1967

Como diz Motta, “o enxuto texto da lei nº 53 não parecia suficiente para definir todas as mudanças necessárias” e, três meses depois, saiu o Decreto-Lei nº 252, que definia que os 180 dias de prazo começavam a valer a partir de fevereiro de 1967. Sua principal alteração foi o estabelecimento de que os departamentos seriam as subunidades básicas das universidades, a sua menor fração, aos quais “caberia a elaboração dos planos

de trabalho, com a atribuição dos encargos de ensino e pesquisa aos docentes” (MOTTA, 2014: 79).

O decreto mantinha ainda o catedrático como um dos cargos docentes, embora estivesse implícita a extinção da cátedra. Por fim, este decreto estabelecia as funções de colegiados de curso e previa a realização de atividades de extensão no âmbito das universidades. Com a edição dos decretos-leis 53 e 252, o terreno estava preparada para a chamada “reforma universitária”.

Na Universidade do Brasil já se discutia a reforma desde 1963, quando o Conselho Universitário recebeu propostas de mudanças inspiradas na UnB. Diante de resistências, tais discussões só seriam retomadas com a universidade já sob a denominação de Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1966, sob Muniz de Aragão no comando do MEC. Em 1967, o mesmo Muniz de Aragão assumiria a reitoria da UFRJ e buscaria a dinamizar ali a reforma universitária, com a criação dos primeiros institutos (MOTTA, 2014: 80).

A pesquisa não deixaria de existir com a unificação, pelo contrário, mas certamente a longo prazo esta medida inibiria possíveis iniciativas e a valorização de uma carreira de pesquisador, inclusive nas Ciências Sociais.

Porém, dentro das contradições do regime, ainda que este possuísse valores liberais, acabou por expandir bolsas de pesquisa e a desenvolver a pós-graduação no país. Se em 1963 o CNPq financiara 553 bolsas no país, chegaria a 777 em 1965 e a 1309 em 1967. Também bolsas de pós-graduação no exterior se expandiriam no órgão. Na CAPES, as bolsas foram de 334 em 1964 para 1493 em 1966. Ainda houve a criação do Fundo de Desenvolvimento Técnico e Científico (FUNTEC) vinculado ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), de inclinação desenvolvimentista, que permitia pagamentos aos professores e bolsistas e a compra de equipamentos e suprimentos, e que teria como primeira beneficiada a Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia (COPPE) da Universidade do Brasil, criada poucos meses após o golpe, a partir de um mestrado em Engenharia Química criado na Universidade do Brasil em 1963. Em 1969, este fundo se tornaria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, depois controlado pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), criada em 1967 (MOTTA, 2014: 81-82).

A FINEP e os fundos que ela controlaria financiariam várias pesquisas e programas de pós-graduação no país nas décadas de 1960 e 1970. A partir da segunda

metade da década de 1970, a FINEP começou a financiar projetos também na área de Ciências Sociais, “driblando” vigilância e vetos (MOTTA, 2014: 82).

Mas, com o entendimento de que as universidades eram antiquadas e obsoletas, que não formavam a mão-de-obra necessária nem atendiam a procura dos jovens por vagas, o regime militar iria promover uma reforma universitária ainda mais profunda, que gerou ainda mais efeitos para as Ciências Sociais da UFRJ, no bojo de uma mudança de rumos do regime, a partir de 1967, em que este deixou de ter como meta a estabilização da economia, para buscar a retomada do crescimento, ampliando gastos públicos com o ensino superior e as pós-graduações⁹¹ (MOTTA, 2014: 83-84).

O governo ainda passou a se preocupar, entre 1967 e 1968, com o retorno de professores e pesquisadores que tinham abandonado o país. Um deles, o físico Leite Lopes, que trabalhava na França após 1964, voltou ao país em 1967 e reassumiu seus cargos no CBPF e na UFRJ, passando a organizar e dirigir o Instituto de Física da universidade a convite de Muniz Aragão, criado a partir do curso de Física da FNFi, já no contexto da reforma Universitária. Mas Leite Lopes e outros, iriam novamente embora, pois

O AI-5 e a onda de aposentadorias compulsórias de 1969 desfizeram o trabalho dos que se empenharam pelo retorno dos emigrados, mais uma mostra das divergências internas nos círculos do poder. Negociações complicadas e promessas generosas para convencer os emigrados foram rompidas de uma só “penada”, gerando novas mágoas e ressentimentos. (MOTTA, 2014: 87)

Muitos dos punidos pelo AI-5 só voltariam após a anistia de 1979.

5.3.3. A Lei nº 5540 /1968

As manifestações de 1968, com a radicalização dos estudantes, fez com que o tema da reforma universitária adquirisse “ares de necessidade política urgente” (MOTTA, 2014: 95). Os alvos iniciais dos estudantes eram o *Relatório Acton* e o *Projeto Camelot*, mas passou a ser a Usaid a partir de 1967:

Em 1968, as manifestações estudantis se intensificaram. Com o aumento dos confrontos, a temática antiamericana foi substituída na pauta principal pela denúncia da violência repressiva, sobretudo depois da morte do estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto, em março, no Rio de Janeiro. Novas prisões e o aumento da violência policial alimentaram a radicalização dos estudantes, cujos líderes

⁹¹ Com isso, surgiram (i) o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), lançado em 1967, que originou o (ii) Plano de Desenvolvimento Científico e Tecnológico em 1968, e, na década de 1970, (iii) os planos nacionais de desenvolvimento – I e II – e as respectivas versões do Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

principais já estavam seduzidos pela ideia de luta armada contra a ditadura, embora divergissem quanto ao timing adequado ao começo das ações. O crescimento da audácia estudantil levou a episódios de ocupação de dependências universitárias para pressionar o governo ou protestar contra dirigentes universitários. (MOTTA, 2014: 96)

Nesse contexto, “em certas faculdades, os estudantes passaram a dar o tom dos debates, exigindo até influir na definição dos programas curriculares, às vezes sabotando as aulas dos professores conservadores” (MOTTA, 2014: 98):

Durante o ano de 1968, no Rio de Janeiro, em outra instituição influente, o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da UFRJ, antiga FNFi [parte da antiga FNFi, mas não ela], os estudantes de esquerda também se engajaram em batalha contra os acadêmicos conservadores. Entusiasmados com o clima das ruas, que parecia comprovar a força da esquerda, os líderes estudantis aumentaram a pressão sobre os professores de direita, que consideravam sustentáculos da ditadura dentro da universidade. O boicote às aulas e outros tipos de pressão levaram ao afastamento de alguns docentes conservadores, entre eles Vanda Torok [foi em 1965], uma das lideranças da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), que foi deslocada para atuar como assistente da reitoria. No caso dessa professora, que os estudantes consideravam incompetente, estava em jogo também a disputa por uma cátedra em concorrência com o professor Evaristo de Moraes Filho, que viria a ser aposentado pelo AI-5. No mesmo contexto, o professor de Filosofia e padre Weimar Penna pediu exoneração do cargo, em setembro de 1968, alegando não haver condições para continuar lecionando no IFCS, em decorrência das pressões estudantis. Os acontecimentos no IFCS foram devidamente anotados pelo aparato repressivo, que depois do AI-5 acertou as contas com professores considerados instigadores da atuação estudantil durante as mobilizações de 1968. (MOTTA, 2014: 100)

Assim, as universidades, entre as quais a UFRJ, especialmente pelo IFCS, foram sendo consideradas foco de atuação de marxistas e radicais contestadores, se tornando um “desafio político” para o comando militar (MOTTA, 2014: 102). Segundo Motta, o jornal *O Globo* entre abril e junho de 1968, em seus editoriais, abordava com frequência o tema da rebeldia estudantil, instigando o governo a fazer logo a reforma universitária. Além disso, foi criada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre a ebulição nas universidades, que funcionou de 1967 a 1968. Com isso, o governo militar prosseguiu com a reforma, combinando “sugestões modernizadoras (melhorar salários para professores, reestruturar a carreira docente) e autoritárias, à medida que criticava a liberdade de cátedra e defendia controle mais rígido sobre os dirigentes universitários” (MOTTA, 2014: 104), com o decreto 62937 de 1968.

Em 28 de novembro de 1968 era aprovada a Lei 5540 de 1968, sintetizando as normas anteriores, como os decretos-leis 53 e 252, que já criavam departamentos e previam a formação de institutos de pesquisa a partir das antigas faculdades, mas indo além delas: extinguindo as cátedras, prevendo fortalecimento das instituições centrais das

universidades, cujos órgãos teriam maior controle sobre as faculdades, e aumentando as verbas das reitorias, retirando a autossuficiência dos diretores das unidades de cada universidade. Com a reforma os reitores ainda seriam escolhidos a partir de listas sêxtuplas, facilitando ao regime militar a nomeação de reitores de preferência do governo, e determinando que a representação estudantil se reduzisse a apenas 1/5 em todos os colegiados, além da unificação dos vestibulares, que deixaram de ser exames e passaram a ser classificatórios, resolvendo o problema dos excedentes, sem o aumento de vagas sugerido pelo GTRU (Grupo de Trabalho para promover a Reforma Universitária) criado pelo Decreto 62937/1968. Para a carreira docente, a lei 5540/68 incluiu entre as atividades principais das universidades a pós-graduação, “concebida como um dos instrumentos para fomentar a pesquisa”. E o GTRU defendia mais professores em certas áreas (consideradas estratégicas) e tempo integral (MOTTA, 2014: 106).

O vestibular unificado, o tempo integral, a criação dos departamentos e o fim das cátedras interessaram aos meios universitários. “Do ponto de vista da esquerda, os pontos mais criticáveis eram o ‘economicismo’ e o ‘tecnicismo’ que fundamentavam certas medidas, assim como o risco de privatização embutido na possibilidade de adoção do regime jurídico de fundação” (MOTTA, 107). Segundo Motta, de fato, esteve no horizonte do regime a cobrança de mensalidades de estudantes de renda alta e a obtenção de recursos pelas próprias universidades, mas esta medida foi vetada pelos militares que temiam dar aos estudantes uma bandeira de mobilização (MOTTA, 107).

5.3.4 Sobre os Acordos MEC-Usaid⁹²

Como diz Motta, a importância deste tema se dá pela influência da Usaid, mas também pelo mito construído em torno desses acordos: “há algum tempo pesquisadores começaram a questionar a eficácia real da participação da Usaid na educação superior brasileira, mas as polêmicas persistem, e permanece em circulação uma imagem quase mítica dos acordos MEC-Usaid” (MOTTA, 2014: 146).

É importante a observação do autor de que a Usaid já estava presente no país antes do regime militar, por exemplo, embora o clima político daquele período tenha feito com que a percepção sobre tais acordos não refletisse exatamente seu significado político.

Apesar disso é importante reiterar-se que, de fato, naquele momento, após a Revolução Cubana (1959), os Estados Unidos lançaram um amplo programa chamado

⁹² Para mais informações sobre os Acordos MEC-Usaid e a influência norte-americana, cf. Motta (2014), que consultou documentação em arquivos norte-americanos e que traz interessante capítulo a respeito.

Aliança para o Progresso, no mandato do presidente Kennedy, implantado a partir de 1961, com o objetivo de “injetar recursos financeiros e técnicos na América Latina a fim de estimular o desenvolvimento e esvaziar o apelo revolucionário, de acordo com o figurino das teorias da modernização” (MOTTA, 2014: 112). Entre os objetivos dos Estados Unidos para o Brasil estavam a garantia da manutenção de uma “disposição amigável” do país com os Estados Unidos, a proteção e expansão dos investimentos provados e da posição comercial norte-americana no Brasil e a cooperação brasileira em ações militares e estratégicas. “O mais importante para o governo americano era garantir a manutenção do Brasil em sua área de influência, conservá-lo como aliado e longe do campo inimigo na Guerra Fria” (MOTTA, 2014: 113).

Nesse sentido, um dos objetivos dos EUA explicitados em relatórios do *Country Analysis and Strategy Paper* (CASP) do Departamento de Estado daquele país era o encorajamento e a formação de professores e estudantes “orientados para os Estados Unidos”. A meta claramente era ir contra a esquerda⁹³:

Para derrotar a influência cultural e ideológica da esquerda, era necessário ganhar a batalha para a formação dos valores dos estudantes, daí a importância estratégica de treinar professores nos Estados Unidos, enviar especialistas para cá, traduzir livros americanos para uso nas escolas, estabelecer convênios entre universidades dos dois países, etc. (MOTTA, 2014: 114)

No contexto da Guerra Fria, não só os Estados Unidos tinham o interesse de ampliar sua influência sobre o país, mas também a União Soviética, que durante o governo de João Goulart firmou acordos com o Brasil para brasileiros estudarem na URSS, além de mostras de cultura e ciência soviéticas aqui no país.

A Usaid na verdade entrou em operação no Brasil no lugar da ICA – *International Cooperation Administration*, que começou a financiar cursos superiores na área de administração pública e de empresas ainda em 1954, com projeto nesta década envolvendo a EBAP da FGV. Em 1963, por exemplo, um ano antes do golpe, a Usaid contribuiu com recursos para a criação do mestrado em Química da Universidade do Brasil, o embrião do COPPE. E os consultores da Usaid que faziam o relatório sobre o planejamento e a mudança do sistema universitário, por exemplo, chegaram ao Brasil, um pouco antes do golpe. Segundo Motta, “Eles queriam reformular a educação brasileira desde os níveis primários, para que ela não se voltasse tanto para preocupações teóricas

⁹³ Motta (2014) mostra ainda como o ISEB também era um problema para os EUA, que temiam a presença de esquerdistas e comunistas entre os professores daquele instituto, com risco de irradiação de suas ideias (MOTTA, 2014: 115).

e conteúdos clássico-humanistas, e se dirigisse mais para a solução de questões práticas” (MOTTA, 2014: 116). Logo as faculdades se tornaram estratégicas diante da mobilização política da esquerda e dos interesses anticomunistas dos norte-americanos no contexto da Aliança para o Progresso.

Com o golpe, a Usaid, que já atuava havia dez anos no país, ainda no governo de Castello Branco, firmaria sete acordos com o governo federal, sendo o que geraria mais polêmicas assinado em junho de 1965 com o propósito de “planejar mudanças a serem implantadas na educação superior nos cinco anos seguintes, visando à rápida expansão e à melhoria dos seus fundamentos” (MOTTA, 201: 120). Sobre os demais acordos, nos diz Motta

Outros dois acordos previam a realização de planejamento semelhante para a educação secundária e elementar, igualmente sob a coordenação de equipes mistas. Havia também projeto para melhoria dos cursos de licenciaturas oferecidos nas faculdades de filosofia, que tinham o papel estratégico de formar professores para o ensino básico, e outro para apoiar a educação industrial ou vocacional, dirigindo-se aos cursos técnicos dedicados a formar mão de obra para a indústria. Outro dos acordos previa a tradução e publicação de livros-texto a serem utilizados nos cursos universitários, cujos originais eram americanos, naturalmente. Havia ainda um acordo que se revelaria o mais bem-sucedido: um projeto para modernização da administração universitária, com a capacitação de técnicos para transformar as reitorias e órgãos auxiliares em máquinas eficientes de gestão. (MOTTA, 2014: 120)

Motta chama a atenção para como foi pouco notado na época, não integrando a lista dos sete acordos MEC-Usaid, as parcerias firmadas com as universidades brasileiras dedicadas à agricultura, com recursos para laboratórios e pessoal, que impulsionaram pesquisa e pós-graduação. O aperfeiçoamento técnico da nossa agricultura era um interesse político anticomunista dos EUA (MOTTA, 2014: 121).

Mas houve reações:

A denúncia da ingerência americana no setor universitário começou antes dos acordos com a AID, e um dos primeiros temas foi o Projeto Camelot. Programa abortado no nascedouro pelo escândalo que gerou, o Camelot foi financiado pelo Exército americano, com a finalidade de obter informações sobre problemas sociais e riscos de subversão nos países pobres. Otto Maria Carpeaux denunciou no *Correio da Manhã* a presença de agentes do Camelot em universidades brasileiras, na mesma época em que o projeto era cancelado nos Estados Unidos. Maior repercussão pública teve uma carta divulgada na *Folha de S. Paulo* por professores da USP, em maio de 1965. No texto, os signatários criticaram a notícia, então apenas um boato, de que o MEC iria contratar assessores estrangeiros para ajudar na reformulação das universidades brasileiras. (MOTTA: 2014, 125)

Devido a esse tipo de reação, sugere Motta, o MEC, em junho de 1965, ao firmar os acordos com a Usaid não divulgou sua assinatura. Mas em 1966, diante da denúncia dos acordos, este se tornou um tema de protestos de rua que contribuíram para o que Motta chama de uma “maré” de antiamericanismo com muitas bandeiras dos EUA queimadas nas ruas. Tais protestos foram aumentando em 1967 e o tema dos acordos se tornou tema central da UNE, que passou a tratar da “infiltração imperialista na educação”. Ao mesmo tempo, a repressão crescia, com policiais cada vez mais violentos e justamente treinados com recursos da Usaid (MOTTA, 2014: 128). Aliás, “as denúncias sobre tortura no Brasil causavam mal-estar, mormente porque centena de policiais e militares recebiam treinamento em programas americanos” (MOTTA, 2014: 134)

A partir de 1969, as operações da Usaid seriam bastante reduzidas no país, especialmente com a ascensão dos republicanos ao governo dos EUA, que tinham “menos entusiasmo pela ideia de ajuda técnica ou financeira como estratégia para evitar revoluções sociais”, o que levou a gestão de Nixon a abandonar o programa Aliança para o Progresso (MOTTA, 2014: 135).

Logo, seria a Fundação Ford que aumentaria sua participação no país, com muitos recursos e especialmente beneficiando as Ciências Sociais, montando grupos de pesquisa e cursos de pós-graduação, especialmente na área de Ciência Política, como o IUPERJ e o DCP-UFMG. Motta reitera que “não se pode dizer que as fundações norte-americanas eram instrumentos do governo de seu país, pois tinham autonomia de ação garantida por recursos próprios”, mas

De certo modo, a Ford atuou de maneira complementar a seu governo, ao financiar programas em setor (Ciências Sociais) não privilegiado pela AID, que investia mais em áreas como agricultura, química e administração. (...) Além disso, agradava ao governo dos Estados Unidos que as fundações privadas estivessem disseminando conceitos e perspectivas teóricas alternativas ao marxismo e levando mais intelectuais brasileiros aos Estados Unidos para conhecer sua sociedade e seus valores. De maneira também convergente com os órgãos oficiais, a partir de meados dos anos 1970, a Ford começou a reduzir os investimentos no Brasil, pela compreensão de que sua ajuda não era mais tão necessária. (MOTTA, 2014: 142)

Motta ainda pondera que, apesar de vários traços do modelo norte-americano terem sido incorporados nas reformas aqui implantadas, como a criação de departamentos e a adoção do sistema de créditos para as disciplinas, as universidades brasileiras não incorporaram este modelo inteiramente, pois continuaram vinculadas ao Estado, sem ligação com o sistema produtivo e sem cobrar taxas aos alunos.

O autor ainda chega a fazer uma abordagem mais detalhada dos efeitos da reforma universitária, analisando as mudanças na carreira dos docentes, o aumento de verbas destinadas à pesquisa, a expansão da pós-graduação, o crescimento de vagas para discentes, mudanças nos campi, mudanças no vestibular, o crescimento do ensino superior na rede privada e a situação específica das Ciências Sociais neste contexto, como veremos adiante.

E logo foi editado o Decreto-Lei 464, em fevereiro de 1969, estabelecendo um prazo de 9 dias para as universidades adaptarem seus estatutos à Lei 5540 de 1968, com Jarbas Passarinho à frente do MEC a partir do final de 1969, interessado em modernizar as universidades. Passarinho admitia professores que pensassem “filosoficamente de acordo com o comunismo, leninismo ou maoísmo”, desde que fossem excelentes professores, ou seja, “intelectuais de esquerda poderiam ser mantidos nos cargos ou contratados, contanto que fossem discretos e evitassem fazer proselitismo de suas ideias”, o que traria consequências para as universidades⁹⁴ (MOTTA, 2014: 244).

5.3.5. Reestruturação da carreira docente desde a Lei 4881/1965

Sobre a reestruturação da carreira docente, este foi um dos pontos mais importantes da Reforma Universitária, que além de extinguir o cargo de professor catedrático, melhorou os salários de professores e estabeleceu o regime de tempo integral. Desde 1965 havia mudanças na carreira docente:

O primeiro passo na mudança da carreira docente foi a Lei nº 4881-A de dezembro de 1965, chamada de Estatuto do Magistério Superior. Ela regulava as formas de ingresso e progressão, as classes (professor assistente, adjunto, catedrático) e as atividades que, na época, incluíam cargos de professor e de pesquisador. Uma das principais novidades introduzidas foi a previsão do regime de tempo integral (ou de Dedicção Exclusiva, DE) para os professores do sistema federal, algo que só existia na USP e no ITA. (...) Segundo a lei, no regime normal de trabalho o professor teria uma carga de dezoito horas e quando passasse à DE receberia gratificação de 100%. O professor com dedicação integral teria carga de trinta horas de trabalho semanal (entre

⁹⁴ Porque, segundo Motta, “em certas áreas acadêmicas, nos anos 1970, sobretudo nas Ciências Sociais e Humanas, era difícil encontrar profissionais sem algum tipo de registro politicamente comprometedor, fosse militância efetiva em grupos de esquerda, fosse participação em protestos e passeatas”, inclusive entre os intelectuais desta área mais talentosos e competentes (MOTTA, 269). Mais adiante, diz o autor que “a condenação e a criminalização recaíam sobre a propaganda de ideias revolucionárias, o proselitismo da luta de classes e a militância em organizações revolucionárias, mas sem que se proibisse a adesão ao marxismo como filosofia, em nome do respeito à liberdade de pensamento” (MOTTA, 2014: 278) Depois, diz que “os ex-esquerdistas contratados pelo governo em geral não esposavam mais ideias radicais, porém tampouco partilhavam os valores do regime militar. Para além de considerações político-ideológicas, da perspectiva de quem aceitava os cargos tratava-se de realizar trabalho em benefício do país” (MOTTA, 2014: 322)

aulas e atividades de pesquisa), com a proibição de manter outro vínculo empregatício (MOTTA, 2014: 245)

Além de haver também, de acordo com a Lei 4881 de 1965, “o professor auxiliar, que era a forma de ingresso para a maioria, sem concurso e com contratos de duração de dois anos” (MOTTA, 397).

Mas a Lei 4881 de 1965, uma vez que os recursos para implantação do regime de Dedicção Exclusiva deveriam vir das próprias universidades e que os salários eram baixos, não compensando sequer seu aumento em 100%, não surtiu tanto efeito quanto a nova regulamentação, a Lei nº 5539 de novembro de 1968.

A Lei 5539/68 extinguiu o cargo de catedrático e criava o cargo de professor titular com outras prerrogativas, acabava com a carreira de pesquisador universitário sob o princípio da indissociabilidade entre ensino e pesquisa, reenquadrando como professores os ocupantes de cargos de pesquisador e estabelecia regulamentação do regime de Dedicção Exclusiva em novo decreto, que viria a ser o Decreto 64.086 de fevereiro de 1969, que estabeleceria novos regimes de trabalho e uma gratificação de 380% do vencimento básico para a Dedicção Exclusiva (MOTTA, 2014: 245), com a inclusão, nos planos de desenvolvimento do regime, de uma meta de ampliação dos professores em regime de DE, que deveriam passar de 3.100 em 1974 para 5.700 em 1979 (MOTTA, 2014: 246).

No ano seguinte, sairia o Decreto 66.258 de 1970, com reajuste expressivo dos salários dos professores e novas faixas de regime de trabalho, com o governo investindo em publicidade para divulgar que sua reforma universitária correspondia a um aumento de vagas para estudantes e um aumento de salários para professores⁹⁵.

Ora, vemos que apenas aí em 1969 a carreira docente passou a ser atrativa em termos de salário. Além disso, surgiriam condições de pesquisa, com recursos para este fim e, o mais importante, a possibilidade da dedicação integral à vida acadêmica. Além disso, houve expansão do corpo docente, que passaria de 15 mil em 1968 para 38 mil em 1978 (MOTTA, 2014: 248) e, com o sistema de créditos, cada professor passou a atender um número maior de estudantes⁹⁶.

⁹⁵ “Estudo da Usaid com dados para 1971 apontou que o salário de um titular com DE passou para cerca de Cr\$4.800 (ou US\$900), enquanto um assistente com DE ganhava Cr\$3.700 (ou US\$700), valores expressivos para os padrões da época.”. O autor apresenta ainda para efeito de comparação, que os professores catedráticos ganhavam o equivalente a US\$219 em 1966 (MOTTA, 2014: 247).

⁹⁶ Considerando o ensino superior público e o privado, Motta apresenta o dado de que o país passou de 30 mil professores universitários em 1964 para 100 mil em 1979 (MOTTA, 2014: 283).

5.3.6. O Parecer Sucupira de 1965, a pesquisa e a pós-graduação

Conforme Motta

Os planos de desenvolvimento, sobretudo o I PND e o II PND, incluíam entre suas metas acelerar os investimentos científicos e tecnológicos, assim como expandir cursos e vagas de pós-graduação. (...) Essa foi uma fase muito tensa e intensa nos campi, quando as oportunidades de trabalho e pesquisa abriam-se em largos horizontes para algumas pessoas, enquanto outros viam suas carreiras destruídas ou obstadas por razões políticas. (MOTTA, 2014: 255)

Assim, se a primeira dissertação de mestrado havia sido defendida no Brasil em 1961 (MOTTA, 2014: 255), em 1965, um ano após o golpe de 1964, o MEC já solicitaria um estudo sobre o tema ao Conselho Federal de Educação (CFE), tendo surgido aí a resolução do CFE chamada de “Parecer Sucupira”:

Os fundamentos dessa normatização seriam aproveitados e consagrados pela Lei da Reforma Universitária (n. 5540), em 1968, e serviram de base ao sistema ainda hoje em vigor. Em essência, o parecer Sucupira instituiu a divisão da pós-graduação em *stricto sensu* e *lato sensu*, a primeira correspondendo aos cursos de mestrado e doutorado, que exigiam atividades de pesquisa e produção de conhecimento, a segunda se restringindo a atividades de aperfeiçoamento e especialização, dedicadas à preparação de profissionais para o mercado de trabalho. O parecer Sucupira propunha que o mestrado fosse menos exigente e que o doutorado demandasse a produção de tese com contribuição original ao respectivo campo de saber. O mestrado seria o primeiro nível da pós-graduação *stricto sensu*, etapa prévia antes do doutorado. Embora não se exigisse título de mestre aos candidatos ao doutorado, se consagrou o entendimento de que as universidades deveriam criar primeiro cursos de mestrado e depois os de doutorado. Ficou estabelecido também que os cursos de pós-graduação seriam submetidos à aprovação e ao controle das agências públicas para garantir a qualidade e o atendimento aos preceitos do CFE. (MOTTA, 2014: 256)

É possível verificarmos a expansão da pós-graduação naquele período: em 1961 havia 6 cursos deste tipo no país; em 1964 eram 23 e, em 1974, eram 403 cursos, sendo a maior parte cursos de mestrado e a menor parte cursos de doutorado (MOTTA, 2014: 255-256). “Cursos de pós-graduação na área de Ciências Sociais foram raros nos primeiros anos, como o de Antropologia no Museu Nacional (UFRJ) e o de Ciência Política na UFMG e no IUPERJ. Depois de 1971 aumentou o número de cursos na área de Ciências Humanas” (MOTTA, 2014: 256). Porém, “não obstante a menor oferta de cursos nas Ciências Humanas, Sociais e Letras, o número de alunos matriculados nessas áreas era proporcionalmente maior à quantidade de cursos existentes” (MOTTA, 260).

Além de uma normatização, com a resolução do CFE, o parecer Sucupira, passou a haver maiores incentivos financeiros à pós-graduação no país, com financiamento de bolsas de pós-graduação:

No caso da CAPES, em 1964 foram financiadas 334 bolsas no total. Dois anos depois, em 1966, o número tinha saltado para 1493, enquanto em 1976 a estimativa é de que foram custeadas cerca de 3.100 bolsas. No caso do CNPq, a expansão de recursos se deu em escala semelhante: em 1964, e considerando apenas auxílios no país, o órgão financiou 546 bolsas no total; em 1968, esse número aumentou para 1.627, enquanto em 1970 já eram 2.557; em 1976, foram custeadas 6.351 bolsas; e em 1979 atingiu-se o patamar de 9.122 bolsas. (MOTTA, 2014: 261)

E logo haveria uma nova fisionomia para a pós-graduação também: por exemplo, em 1975, com o Plano Nacional de Pós-Graduação, que objetivava formar 16.800 mestres e 1.400 doutores, seria enfatizada a formação de professores universitários, em vez de preparação de pesquisadores e cientistas (MOTTA, 2014: 258). Em 1978, teríamos 13.438 mestres e 1.166 doutores (MOTTA, 2014: 260).

Até aquele momento, as melhores universidades dispunham de apenas 10% do corpo docente com o título de doutorado, o que levou o regime a incentivar que professores universitários cursassem a pós-graduação. Em 1978 haveria 648 cursos de mestrado e 228 de doutorado no país, quase 90% nas universidades públicas. Tal *boom* levou a CAPES em 1976 a instituir o sistema de avaliação dos cursos de pós-graduação ainda existente no país (MOTTA, 2014: 259-260).

Com a demora do aumento de cursos de doutorado oferecidos no país, muitas pessoas passaram a fazer no exterior:

“Por outro lado, vale lembrar que às vezes mudar-se para o exterior tinha também motivação política, para afastar-se do clima de opressão, configurando assim uma espécie de exílio legal (e financiado). Nem sempre os órgãos de repressão conseguiam bloquear a saída do país de seus desafetos, fosse por deficiência dos serviços de informação, fosse porque alguns interessados conseguiam verbas e apoio de agências internacionais, ou mesmo graças a arranjos e negociações.” (MOTTA, 261)

Por fim, neste período também houve aumento de verbas para pesquisa científica. Mas, em um primeiro momento, “o campo das Ciências Humanas era secundário, inclusive em decorrência de restrições políticas, bem como o das ciências ‘puras’, cujo conhecimento não teria utilização econômica imediata” (MOTTA, 2014: 261). Assim, o orçamento federal privilegiou instituições “com vocação para o mercado”, como a Empresa Brasileira de Aeronáutica - Embraer (surgida em 1969) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa (surgida em 1973), além de outras empresas de interesse militar, afinal, “ao aumentar recursos para pesquisa, o interesse prioritário dos planejadores governamentais não era direcioná-los para as universidades, mas para centros desvinculados das instituições de ensino (...), [que] seriam menos capazes de acompanhar as demandas do mercado” (MOTTA, 2014: 262).

Mas logo as universidades seriam incluídas nesse processo, com áreas beneficiadas, como formação de engenheiros para a indústria, mas uma expansão de verbas que permitiria a disponibilidade de verbas para as Ciências Humanas e Sociais.

5.3.7. Mudanças para os discentes

No que diz respeito aos estudantes, estes passaram a contar com mais vagas no ensino superior, seja na rede pública ou na rede privada. A rede pública cresceu: antes de 1964 eram 21, em 1979 seriam 33 universidades federais. E as instituições que já existiam antes de 1964 foram ampliadas com novas faculdades ou institutos, novos cursos e mais vagas (MOTTA, 248). Com isso, o número de alunos nas universidades públicas cresceu exponencialmente (MOTTA, 2014: 249), ainda que a proporção de alunos de universidades públicas tenha diminuído em comparação com o crescimento dos alunos das universidades privadas, muitas das quais beneficiadas por incentivos públicos, como renúncia fiscal e crédito educativo (MOTTA, 250). Também já havia ocorrido um aumento significativo entre 1960 e 1964, sobretudo com o aumento de vagas em universidades públicas. No regime militar, contudo,

Enquanto as faculdades privadas experimentavam crescimento extensivo (muitos alunos, porém infraestrutura pobre), as públicas viveram crescimento intensivo, com reformas, investimento em laboratórios e equipamentos, ampliação dos campi, reestruturação da carreira docente e criação de sistema de pós-graduação. Durante o regime militar instalou-se o modelo ainda hoje em vigor: as universidades públicas oferecem melhores condições de formação aos estudantes, com boa infraestrutura de pesquisa, professores com dedicação integral e carga didática mais baixa, portanto com tempo para pesquisar e orientar os estudantes mais talentosos; enquanto as instituições privadas, na maioria, não fazem grande investimento em pesquisa e resumem a formação dos seus alunos às atividades em classe. (MOTTA, 2014: 251)

Motta não deixa de esclarecer que no mesmo período houve um crescimento populacional e urbano intenso, e que, dependendo das metodologias empregadas, há uma discussão sobre o aumento do investimento em educação superior no regime militar, se considerados gastos reais ou gastos nominais ou ainda as despesas brutas ou as despesas proporcionais ao PIB (MOTTA, 2014: 251). No entanto, houve de fato naquele período um aumento de alunos, professores, salários de professores, campi, cursos de pós-graduação, verbas para pesquisa, com financiamentos da CAPES, do CNPq e da FINEP, e até mesmo universidades no país.

Os exames de vestibular também foram modificados. Antes, muitos aprovados não conseguiam ser absorvidos por falta de vagas. Já a Lei 5540/68 estabeleceu a

unificação dos vestibulares por instituição, abolindo provas por faculdade ou área específica: “ficava oficializado assim o novo sistema, uma seleção universal baseada em provas de conhecimento sobre as disciplinas obrigatórias no ensino médio” (MOTTA, 253). Além disso, em vez de todos os candidatos com a nota mínima serem considerados aprovados, passaram a haver uma lógica classificatória e vestibulares comuns para universidades em uma mesma região, como a Cesgranrio, a partir de 1971, e a Fuvest, a partir de 1976. Com isso, “a partir de 1970, os vestibulares tornaram-se eventos massivos e de grande repercussão pública”, o que geraria muitos cursinhos pré-vestibulares (MOTTA, 2014: 254).

Quanto aos campi, conforme o autor, “um dos pilares da reestruturação das universidades nesse período foi a construção de campi e cidades universitárias” demandados pelo aumento de vagas para estudantes de graduação e de pós-graduação, criação de novos cursos e laboratórios de pesquisa, etc., pois “investir em obras de infraestrutura era imperativo para o sucesso da reforma universitária” (MOTTA, 2014: 263). Motta, aliás, coloca em dúvida a ideia de que o regime militar tenha investido em campi afastados dos centros por razões políticas, pois havia projetos de construção de cidades universitárias desde os anos de 1930 e 1940 (MOTTA, 2014: 263), como no caso da Universidade do Brasil, que já havia se tornado UFRJ quando foi beneficiada com a maior parte (US\$10 milhões) do montante de um empréstimo obtido em 1967 pelo MEC junto ao BID, no valor de US\$25 milhões, para reforma, construção e instalação de equipamentos nos campi universitários:

Tratava-se do maior projeto educacional financiado pelo BID até então, e a expectativa era de que as obras permitissem um aumento do número de alunos na ordem de 10% ao ano entre 1968 e 1976. O contrato estipulava que as áreas do conhecimento beneficiadas pelas obras deveriam ser tecnologias, ciências básicas e ciências agrícolas, prioridades afinadas com as metas econômicas do regime militar. (MOTTA, 265)

Segundo Motta (2014: 265), o campus do Fundão da UFRJ, na Ilha do Fundão, idealizado desde a década de 1940, foi o projeto que mais recebeu a atenção e os recursos do governo federal no início da década de 1970. Para o autor, além do interesse em modernizar a UFRJ, havia um cálculo político-propagandístico nesta decisão, pois

A retomada do projeto do Fundão simbolizava o compromisso dos militares com a ampliação da infraestrutura de ensino e pesquisa, e ao mesmo tempo demonstrava sua capacidade de concluir projeto abandonado por governos anteriores. Por outro lado, a UFRJ fora muito atingida pelos expurgos políticos. Assim, investir pesado em sua modernização poderia servir como “lenitivo” para os descontentes. (MOTTA, 2014: 266)

A própria entrega da cidade universitária para professores e estudantes, pelo presidente Médici e pelo ministro Jarbas Passarinho, ocorreria em 07 de setembro de 1972, ano do Sesquicentenário da Independência, utilizado em propagandas pelo regime militar. Contudo, além da reforma universitária, o regime militar acabaria atingindo as universidades públicas brasileiras de outra forma: com a edição do AI-5 e do Decreto-Lei 477/69, sobre os quais trataremos mais adiante, novamente apoiados por Motta (2014), depois de apresentarmos, com base na pesquisa de Miglievich-Ribeiro (2015), o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – o IFCS – da UFRJ.

5.4. O Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ

“Em 9 março de 1967, Marina São Paulo Vasconcellos comunicava a seus pares que, de acordo com o projeto de reforma universitária, seria criado o IFCS, havendo sido designado para o cargo de diretor pro tempore, nessa fase de organização, o professor Djacir Menezes” (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015: 193). E com o Decreto nº 60.455 de abril de 1967, que reestruturaria a UFRJ, seriam extintos “os institutos devotados unicamente à pesquisa e o cargo de pesquisador⁹⁷, embora o diretor Djacir Menezes, com o apoio dos professores, tenha optado por conservar as atividades do ICS enquanto o IFCS ainda estivesse sendo gestado (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015: 193):

Da mesma forma, em 1967, os cursos continuavam a ser ministrados na antiga FNFi. A transferência para a nova sede, na rua Marquês de Olinda, em Botafogo, dependeria, em primeiro lugar, da mudança da secretaria administrativa, a iniciar-se apenas com o fim do ano letivo. Em 21 de fevereiro de 1967, Marina foi eleita chefe do Departamento de Ciências Sociais, e em 15 de maio do mesmo ano, teve seu nome publicado no Quadro único de Pessoal da UFRJ. (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015: 193)

⁹⁷ Miglievich-Ribeiro destaca em nota que “a Constituição de 1966 e a sua forma posterior de 1967 apontavam em suas disposições que todo funcionário público que estava exercendo há mais de cinco anos a função correspondente a um cargo seria efetivado no cargo. Ao se extinguir a carreira de pesquisador nas universidades federais, tanto o pesquisador I quanto o auxiliar de pesquisa puderam se tornar igualmente professores assistentes – não mais assistentes do antigo catedrático, mas de um departamento. Nesse momento, dentre outros, tornaram-se quadro docente da UFRJ Alzira Abreu, Maria Luiza Proença e Maria Stella Amorim, que apenas dezessete anos depois fariam concurso para professor adjunto, quando foram abertas as primeiras três vagas para o cargo. Em compensação, a extinção do ICS levaria Mauricio Vinhas, Luciano Martins, José Antônio de Queiroz, Ivan Gonçalves de Freitas e Carlos Dório a novos destinos. Importa aqui enfatizar que, ao longo de mais de uma década, não houve no Departamento de Ciências Sociais do IFCS professores adjuntos, menos ainda titulares – a primeira vaga de titular viria a ser ocupada por Madel Therezinha Luz. Nesse sentido, estava o departamento longe do formato previsto no Regimento da UFRJ. Apesar da dificuldade para a abertura da vaga nas universidades federais, foi autorizado por lei que os auxiliares de ensino, se aprovados em uma única avaliação – no caso, a prova de aula –, fossem efetivados como professores assistentes, fato que beneficiou a geração dos jovens do Departamento de Ciências Sociais. (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015: 194)

Ao final de 1967, o IFCS, criado naquele ano, se mudaria do prédio da Casa D'Itália, na Avenida Antônio Carlos, no centro da cidade do Rio de Janeiro, para o terreno cedido para o ICS, na Marquês de Olinda, nº 64. Ali seriam construídas salas de aula e acomodações. E Marina São Paulo Vasconcellos sucederia a Djacir Menezes na direção do novo instituto.

Com o desmembramento da FNFi, as Ciências Sociais na UFRJ, ex-Universidade do Brasil, assim como Filosofia e História, passariam a ser oferecidas no IFCS, organizado por Djacir Menezes e que teve Marina São Paulo Vasconcellos como sua primeira diretora e primeira chefe do Departamento de Ciências Sociais. Ao lado de Marina, tornavam-se professores da primeira leva de docentes do IFCS: Evaristo de Moraes Filho (Sociologia), Eduardo Prado de Mendonça (Filosofia), dom Irineu Penna (Filosofia), Maria Yedda Linhares (História), Eulália Lahmeyer Lobo (História), Eremildo Luiz Vianna (História), Rosélia Perissé (Ciências Sociais), Moema Toscano (Ciências Sociais), entre outros, que ajudaram na organização do IFCS e se tornariam personagens de lutas políticas no interior do novo instituto, o que afetaria o desenvolvimento de suas Ciências Sociais e de sua Ciência Política nos anos seguintes, de regime militar, em que esta disciplina já não contaria com Victor Nunes Leal, que lecionou na FNFi entre 1943 e 1959, nem com Oswaldo Gusmão, que lecionou de 1960 a 1962, mas com a jovem Maria Stella Amorim.

Miglievich-Ribeiro consultou os arquivos do IFCS – compreendendo que ali se encontra “parte significativa das Ciências Sociais no Rio de Janeiro, tantas vezes omitida ou subestimada quando se fala do campo científico carioca” – e as atas de reuniões em 1967 em que se discutiu a constituição de um Departamento de Antropologia, de um Departamento de Sociologia, de um Departamento de Filosofia e de um Departamento de História. “Na oitava reunião da comissão, Romeu Rodrigues Silva relatou a proposta de criação do Departamento de Ciência Política” (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015: 199).

Na Revisão Final do Regimento do IFCS-UFRJ apresentado e aprovado pela comissão na sessão do dia 27 de novembro de 1967, conforme registro em ata, apareciam como disciplinas oferecidas no curso de Ciências Sociais, ao lado das disciplinas do Departamento de Antropologia e do Departamento de Sociologia, as seguintes disciplinas do Departamento de Ciência Política:

Disciplinas obrigatórias: Elementos Estruturais do Poder e Sistemas Econômicos; Evolução das Ideias Políticas; Evolução Política Brasileira; Introdução à Ciência Política; Métodos de Pesquisa em Política; Organização Política Brasileira; Política do Desenvolvimento; Política Internacional; Teorias Políticas Contemporâneas

Disciplinas optativas: Áreas Políticas Contemporâneas; Ciência Política e Ideológica; Estatística; Estudo Comparativo de Regiões Políticas Brasileiras; Instituições Políticas Comparadas; Política Administrativa; Processo de Decisão Política; Psicologia do Comportamento Político. (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015: 201)

Em 2 de fevereiro de 1968 Marina São Paulo de Vasconcellos seria indicada para a direção *pro tempore* do IFCS no lugar de Djacir Menezes.

Marina simbolizava uma figura acima das facções e contava com o apoio do reitor da UFRJ, Moniz de Aragão. Como seu nome não estava vinculado a manifestações contra ou a favor do regime ditatorial, desfrutava da confiança dos colegas, que receberam bem a sua indicação. Sua gestão caracterizou-se por um ambiente de debates candentes entre alunos e professores ou professores entre si, tendo que administrar um barril de pólvora, o que atraía a hostilidade de setores da repressão mais radicais, que ameaçavam o prédio do IFCS com bombas e invasões. A despeito das ameaças, Marina procurou manter um espaço acadêmico de liberdade, fazendo valer os princípios inscritos no regimento do IFCS. (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015: 203)

A partir da constituição do IFCS, seus diretores passariam a desempenhar um relevante papel nos anos seguintes, em meio ao regime militar, em que o IFCS esteve sob o que estamos chamando nesta tese de os (des)caminhos da política. A importância de Marina São Paulo de Vasconcellos se torna ainda maior diante da constatação daqueles que lhe seguiram neste cargo, especialmente a gestão do polêmico Eremildo Vianna, mas também a gestão de Eduardo Prado de Mendonça e de outros. Não só os professores de Ciência Política, mas os professores de diversas disciplinas estavam submetidos às injunções políticas que podiam decorrer em (ou de) cada gestão, fosse no nível político mais específico das questões referentes ao funcionamento do próprio IFCS, ou seja, à distribuição de poder no instituto, ou fosse no nível político amplo, de efeitos do regime militar sobre o corpo docente e discente, em um período marcado por cassações, perseguições, reforma universitária, novas contratações e necessidade de resistência por quem visasse autonomia intelectual e melhores condições de trabalho docente.

Segundo o depoimento de Maria Stella Amorim para Adélia Miglievich-Ribeiro, por exemplo, Marina Vasconcellos impedia a entrada de força policial no instituto, e ao mesmo tempo buscava apaziguar ânimos dos alunos. Aliás, em 1968, o curso de Ciências Sociais recebia 60 novos alunos (de um total de 176 inscritos), mostrando que o curso se mantinha com boa procura, mesmo em tempos de maior repressão (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015: 204-205). Ainda assim, com cassações (como a cassação de Florestan Fernandes, em São Paulo, em 1968), “a continuidade da rotina acadêmica via-se perenemente ameaçada pelo clima de tensão política da época” (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015: 205), ainda mais no IFCS, uma vez que “com o desmembramento da

FNFi, dentre os institutos que foram separados, o IFCS pareceu ser eleito como o novo locus de resistência ao regime autoritário”, ainda que, contudo, “o encanto e a euforia típicos da FNFi eram substituídos pelo medo e pela desconfiança acarretados pelas perdas já sofridas no meio dos professores e alunos” (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015: 206).

Comparando o curso de Ciências Sociais da PUC-Rio e da UFF ao da UFRJ, diz Miglievich-Ribeiro que

É inegável a fragilidade do então IFCS/UFRJ se compararmos ao novo curso de Sociologia e Política da PUC-Rio, que, apesar das arbitrariedades nele também cometidas, tinha na Igreja Católica, sua mantenedora, uma maior proteção. Por sua vez, o curso da Universidade Federal Fluminense, em Niterói, não tinha a evidência das lutas políticas travadas a partir do IFCS. Contudo, o instituto nunca paralisou completamente suas atividades acadêmicas, como julgam algumas análises. Até mesmo para evitar que se fechassem suas portas, a diretora, os professores, os pesquisadores e os estudantes criavam e recriavam cotidianamente condições para a continuidade dos cursos. (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015: 207)

5.5. A efervescência política do IFCS

Como vimos acima, Miglievich-Ribeiro (2015), Barros (2013) e Velho (2013) se referem ao episódio ocorrido em 1965, em relação à professora de Sociologia Wanda Torok, ainda na FNFi, que ecoaria em 1968 no IFCS. Em 1968, porém, outros conflitos se desencadeariam já no IFCS, semelhantes a aquele que ocorreu entre os alunos e esta professora em 1965. Os protagonistas desses novos conflitos seriam a professora de Geografia Humana Lucy Freire e o professor de Filosofia Dom Irineu Penna.

No caso da professora Lucy Freire, ao ser acusada pelos estudantes de Ciências Sociais de “ter contribuído para a cassação dos direitos políticos do professor Josué de Castro, catedrático da matéria”, se defendendo com o argumento de que Josué de Castro estava afastado da cátedra, atuando como embaixador no momento em que fora cassado (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015: 210), a professora passou a acusar os alunos de *terrorismo cultural*, em carta à congregação do IFCS com cópia endereçada à Divisão de Segurança e Informação do MEC, por ter sofrido ataques por parte dos alunos de Ciências Sociais, que entraram em sua sala de aula, como podemos ver neste fragmento do documento, transcrito por Miglievich-Ribeiro:

O estudante anunciou: “Viemos aqui para comunicar-lhe que, de hoje em diante, a sra. pode considerar-se expulsa deste instituto, pois achamos que não tem qualidade para continuar como nossa professora”. Estarrecida, ouvi de outro aluno: “É uma questão de política, estamos cansados de sua maneira de expor conceitos de acordo com os seus interesses norte-americanos.” (FREIRE, 1968 *apud* MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015: 210)

É importante observar que eram os alunos de Ciências Sociais que protagonizavam este episódio. Mas, diante de uma admoestação no MEC para que punisse os alunos, Marina São Paulo de Vasconcellos se negou a fazer isto, alegando que decisões seriam tomadas pela congregação de professores. Por isso, a diretora do IFCS foi obrigada a depor na Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados em Brasília, “diante de sucessivas denúncias contra o IFCS no ano de 1968” e ataques ao instituto, naquele ano, por parte do jornal *O Globo* (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015: 211). O caso do jornal *O Globo* acabou por envolver o professor Dom Irineu Penna: no jornal em 6 de setembro de 1968 saía a matéria *Dom Irineu acusa UFRJ: concessão à anarquia*. O monge beneditino pedira exoneração do IFCS⁹⁸. Com isso, *O Globo* publicou esta matéria e o *Jornal do Brasil* publicou uma entrevista com ele e outra com José Américo Motta Peçanha.

Tanto Lucy Freire quanto Dom Irineu estavam lidando com o repúdio de professores em assembleias de alunos, o que Dom Irineu chamou de “controle prático do instituto por grupos de alunos” (*apud* MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015: 213). Ao ler o documento de Dom Irineu, percebemos que de fato os alunos em suas assembleias se sentiam no direito de sugerir “reformas”, como a de que cada aluno tivesse seu “currículo” (“como se faz nos Estados Unidos”), etc. E que isso tensionava o ambiente do IFCS naquele início de 1968. De qualquer forma, com o jornal *O Globo* fazendo graves acusações ao IFCS, a partir do caso envolvendo Dom Irineu Penna, o IFCS foi sendo tratado como foco de subversão. Como diz Miglievich-Ribeiro

A matéria alertava que tal prática não era inédita. Levava o leitor a crer que Dom Irineu havia sido expulso da instituição como uma estratégia político-ideológica para deixar a universidade sob controle de determinada facção política de esquerda; estratégia esta que, segundo os redatores de *O Globo*, começara com a disputa da cátedra de Sociologia, em referência ao episódio em que a professora Wanda Torok foi atingida. Embora o caso continuasse na Justiça, a matéria revelava a disputa ideológica pelo controle da cadeira, evidenciando o caráter supostamente terrorista da ação. O texto também acusava os extremistas de focalizar a direção da própria FNFi, como na “campanha de difamação contra o diretor do estabelecimento, professor Eremildo Luiz Vianna”, na qual se incluíram até mesmo agitadores internacionais. (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015: 214)

Sob tais acusações, Marina Vasconcellos também escreveu uma carta⁹⁹ ao jornal *O Globo*, em que buscava defender-se dos detratores, explicando que

⁹⁸ A sua carta à congregação pode ser lida em Miglievich-Ribeiro (2015: 212-213).

⁹⁹ Esta carta pode ser lida em Miglievich-Ribeiro (2015: 214-216).

Alunos e professores, entendendo que deveria se fazer adaptação e experiência das formas que estabelecia o estatuto da universidade e o nosso regimento em aprovação para regular o processo didático-administrativo, evitando-se assumir toda a inovação de um só golpe, passaram a discutir a maneira de concretizar aqueles aspectos da reforma, cuja adoção progressiva não contrariaria dispositivos legais e regimentos em vigor. (VASCONCELLOS *apud* MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015: 215)

Tal procedimento, segundo a carta, se desenvolveria na esfera aluno-professor. Mas salientava que era absolutamente inverídico que a maior ou menor aceitação de professores por parte dos alunos se prendesse a motivos ideológicos, “sendo prova disso o acatamento de professores de diferentes filosofias pelo corpo discente” e que seria também inverídico que houvesse domínio sobre a direção por parte de alunos ou professores esquerdistas (VASCONCELLOS *apud* MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015: 216).

Miglievich-Ribeiro aponta que tais acusações levaram professores e alunos do IFCS a se mobilizarem em favor de Marina Vasconcellos. Os professores ainda assinaram uma moção em que negavam a existência de “terrorismo cultural” por parte de qualquer professor, especialmente aqueles que haviam sido acusados pela imprensa (José Américo Pessanha, Sérgio Fernandes e Alberto Coelho de Sousa) e até mesmo Eremildo Vianna, professor da cadeira de História da Antiguidade e da Idade Média, que viria a ser uma das figuras mais associadas ao reacionarismo no IFCS, se manifestou através de moção, assinada por ele e suas assistentes Neyde Ferreira da Rocha, Suely Romero da Costa e Marilda Correa Ciribelli, alegando que não sofriam nenhum tipo de coação na livre manifestação de pensamento, fosse na discussão do novo regimento do IFCS ou no estabelecimento de novos currículos (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015: 218). Na carta de solidariedade do professor Guy de Hollanda, de História da América, por exemplo, o mesmo aponta que *O Globo* deturpava os fatos “com o evidente propósito de provocar uma intervenção no instituto e desprestigiar a universidade” (HOLLANDA *apud* MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015: 219), ainda destacando que, quanto aos alunos, lhe parecia que “com o ardor, às vezes radical, da juventude, desejam realmente participar da renovação de ensino, nascendo eventuais atritos com professores, essencialmente de incompreensões recíprocas”. Além dessas manifestações, houve ainda um abaixo-assinado dos alunos, com 320 assinaturas, encaminhado ao reitor, a favor da direção e dos professores. Todo este episódio, note-se, ocorrendo em 1968: às vésperas do AI-5, e não depois de sua promulgação! Para Miglievich-Ribeiro,

Os casos de Wanda Torok, Lucy Freire e também Dom Irineu Penna servem para ilustrar a intransigência dos alunos ao não aceitarem que aulas tradicionais pudessem justificar-se no auge do movimento estudantil. Os professores mais sensíveis e habilidosos, compartilhando ou não do credo político da esquerda, diante do clima político, evitavam polêmicas desastrosas e abriam mão de medidas vistas pelos alunos como autoritárias, como o controle de frequência e falta. (...) Alunos e professores intransigentes tornavam a universidade cada vez mais ameaçada pelas forças ditatoriais. (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015: 220)

Vemos que desde o início da FNFi no final da década de 1930 até o recém-surgido IFCS deste final da década de 1960, em plena Guerra Fria, os (des)caminhos da Política afetavam muito os cursos ali oferecidos e a interação entre turmas e professores, sob atuações reacionárias do corpo docente ou atuações mais radicais do corpo discente. A política estava na ordem do dia, afetando os cursos e suas disciplinas. Não foi diferente com a Ciência Política, ora com seus professores (André Gros, Victor Nunes Leal, Oswaldo Gusmão) sendo requeridos pela política, para atuarem na política ou, em sentido *lato*, na esfera pública para além da atuação no magistério, ora sendo atingidos por efeitos do autoritarismo, como no caso das cassações (Victor Nunes Leal, Oswaldo Gusmão) e da urgência de um professor para a cadeira naquele clima autoritário (Romeu Rodrigues e Silva), cadeira esta que, enquanto se tornava uma *disciplina*, com a reforma universitária, precisou de jovens com vocação institucionalizadora (Maria Stella Amorim, Eurico Figueiredo) seguidos de jovens consolidadores da disciplina Ciência Política no IFCS da década de 1970 (Antônio Celso Alves Pereira, Aluizio Alves Filho, Manuel Augusto Pacheco Sanches) e início da década de 1980 (José de Britto Roque, Renato Lessa), todos estes jovens consolidadores sendo jovens interessados em política, fossem do grupo de jovens que discutiam política – ou militavam – na Praça Saens Pena (caso de Aluizio e de Roque) ou fossem do grupo de jovens egressos da FNFi que tinham atuado no movimento estudantil (caso de Manuel Sanches).

Entre 1967 e 1969, já como IFCS da UFRJ, em meio à reforma universitária, ao AI-5 e ao Decreto-Lei 477, o IFCS funcionou na Rua Marquês de Olinda, em Botafogo. Em 1969, justamente devido às mudanças políticas do AI-5, o IFCS foi transferido para o atual prédio em que hoje se encontra, no Largo de São Francisco de Paula, no Rio de Janeiro.

Antes disso, em 4 de outubro de 1968, houve uma reunião da congregação em que se informou ter havido um ataque terrorista sofrido pelo instituto no dia anterior – uma bomba no jardim do IFCS que explodiu, atingindo portas e janelas – e as providências a serem tomadas: “a presença da polícia técnica, a vigília cívica de professores e alunos e

a visita do magnífico reitor, que autorizou providências imediatas para a restauração de danos materiais” (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015: 220). Além disso, havia ameaças de a polícia invadir o instituto, o que Marina Vasconcellos não permitia. E mesmo assim, diante da atuação de Marina Vasconcellos, o IFCS não foi fechado. Sequer a diretora aceitou, sob pressão, entregar nomes de pessoas do IFCS que se opunham ao regime militar. Com isso, pelo contrário, o IFCS foi eleito símbolo da subversão pelo Comando de Caça aos Comunistas (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015: 222).

Miglievich-Ribeiro (2015) nos apresenta em seu trabalho que um documento do DOPS revela que, para o governo, havia um “crescente clima de subversão existente naquele instituto”. Miglievich-Ribeiro aponta ainda que o governo autoritário enxergava no IFCS um “foco subversivo” com “simpatizantes da doutrina marxista-leninista” (Miglievich-Ribeiro, 2015: 228).

A turma de 1965, por exemplo, teve de colar grau em dezembro de 1968 em um recinto fechado e em silêncio, no IFCS sob a direção de Marina Vasconcellos, poucos dias antes da instituição do AI-5, que se daria em 13 de dezembro daquele ano.

Já após a reforma universitária e o AI-5, em janeiro de 1969, Marina apresentaria seu pedido de dispensa do cargo de diretora, por motivo de saúde, deixando o cargo em fevereiro daquele ano, quando o professor de Filosofia Eduardo Prado de Mendonça assumiria o cargo de diretor do instituto, a convite do reitor Moniz de Aragão, e após a aceitação da congregação, a cuja apreciação Prado de Mendonça quis submeter o convite recebido.

Em 28 de abril deste mesmo ano, o nome de Marina, de Evaristo de Moraes Filho e outros seriam publicados no Diário Oficial da União, na (nova) lista de cassados, que atingiria a ela e a outros 24 professores da UFRJ, sendo, do IFCS, os seguintes professores: Marina São Paulo de Vasconcellos (Antropologia), Álvaro Vieira Pinto (Filosofia), Eulália Lahmeyer Lobo (História), Evaristo de Moraes Filho (Ciências Sociais), Guy José de Hollanda (História), Hugo Weiss (História), José Américo Pessanha (Filosofia), Manoel Maurício de Albuquerque (História), Maria Yedda Linhares (História), Míriam Limoeiro Cardoso (Ciências Sociais) e Moema Toscano (Ciências Sociais). (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015: 225)

Em 13 de junho de 1969, quando haveria a visita de Nelson Rockefeller ao Brasil, representando o presidente Nixon, alguns ex-professores do IFCS já cassados também seriam presos, pelo receio do governo de haver manifestações contrárias à missão: Evaristo de Moraes Filho, Maria Yedda Linhares, Eulália Lobo e Marina São Paulo

Vasconcellos. Segundo Gilberto Velho, “a vinda de Rockefeller aqui aparecia para os estudantes como um elemento muito concreto de projeto de imposição ideológica e cultural norte-americana. Naturalmente, haveria um protesto generalizado quanto a essa presença” (VELHO *apud* MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015: 226). E, segundo Miglievich-Ribeiro, “pairavam contra Marina São Paulo de Vasconcellos as denúncias fundamentadas na carta de Dom Irineu Penna e no depoimento à Justiça e Wanda Torok, atacando sua gestão à frente do IFCS e sua resistência em punir os estudantes e professores” que tinham se envolvido em atos políticos, além de outras atuações políticas da própria Marina, como sua participação, como aluna, no Diretório Estudantil da FNFi e até mesmo sua assinatura em um manifesto de 1949 a favor da paz! (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015: 227) Após um acidente sofrido por Marina de Vasconcellos, em fevereiro de 1973, com aneurisma cerebral, e uma cirurgia com um erro ocorrido na anestesia, ela viria a falecer.

Para Miglievich-Ribeiro, e tendemos a concordar com ela, após a leitura atenta de seu rigoroso trabalho, “não se pode entender o IFCS, em sua gênese, sem entender a trajetória de Marina São Paulo de Vasconcellos e as circunstâncias politicamente adversas por ela enfrentadas” (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015: 230). Eu parafrasearia a autora: não se pode entender nenhuma das disciplinas do curso de Ciências Sociais da UFRJ, ou talvez nenhuma disciplina dos cursos de Ciências Sociais das universidades localizadas no Rio de Janeiro ou em todo o país, sem conhecermos as trajetórias de seus professores e as circunstâncias políticas adversas que enfrentaram.

Tenho o mesmo entendimento de Miglievich-Ribeiro de que somos herdeiros, ao menos os alunos egressos do IFCS, da consolidação das Ciências Sociais surgidas no IFCS, originado da FNFi, instituição que precisa ter sua trajetória recuperada, uma vez que precipitadamente vem sendo “rotulada como malsucedida pela história oficial”, rótulo a que Miglievich-Ribeiro se opõe, “visto que toda história é feita de sucessos e insucessos, sempre relativos, sempre superpostos, o que nos desafia a ler com novas lentes o que, até então, entendíamos como a formação do campo das Ciências Sociais cariocas” (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015: 231).

Por isso, diz a autora interessar em sua análise “atentar para a face humana das instituições, não podendo ser feita uma história das instituições que negligencie as pessoas em suas relações cotidianas que efetivamente permitem que as primeiras existam e se reinventem” (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015: 231). E pelo mesmo motivo, ela critica as “abordagens que tendem a idealizar a formação de um campo de saber,

recusando as continuidades e descontinuidades que fazem parte do processo”, desconfiando “dos relatos que conduzem à ideia de instituições coesas e perfeitas”, preferindo voltar sua atenção para “os conflitos e alienças que garantem o cotidiano institucional”. (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 231)

Penso como a autora ao dizer que opta por “narrar minúsculos acontecimentos protagonizados por pessoas que nem sequer têm o status nas Ciências Sociais reconhecido”, emprestando, porém, “a estas e a suas ações o mesmo tratamento que hoje se dá aos nomes mais célebres da formação das Ciências Sociais no Brasil, que se tornaram célebres porque foram resgatados através de narrativas” (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2015: 232).

5.6. Efeitos do Ato Institucional nº 5

Em 13 de dezembro de 1968, pouco depois de aprovada a Reforma Universitária, com a Lei 5540 de 1968, sancionada quinze dias antes, viria o Ato Institucional nº 5, que representou o recrudescimento do regime militar. Segundo Motta (2014: 148), ele correspondia às demandas dos grupos radicais de direita para os quais a segurança nacional exigia novas medidas, diante da reorganização dos grupos de esquerda, que se tornavam mais contestadores.

O presidente Costa e Silva não desejava esta radicalização política, mas “os grupos de direita ficaram atemorizados sobretudo com a força demonstrada pela esquerda estudantil nas ruas, ocupando faculdades, fazendo passeatas, montando barricadas e atacando os setores universitários conservadores”, com o endurecimento do regime autoritário sendo uma resposta do governo, dentro do ambiente de extremo anticomunismo daquele momento (MOTTA, 2014: 149).

E em abril de 1969 haveria novos expurgos nas universidades, como vimos, depois daqueles havidos em 1964, com mais aposentadorias e demissões de professores. As universidades estavam sofrendo um duro golpe e submetidas a um clima muito desagradável:

No Rio de Janeiro, o ambiente na também muito visada UFRJ tornou-se igualmente desagradável, quase fúnebre, nas palavras de uma testemunha. Se desde 1964 havia espias e uma sensação de vigilância constante nas instituições universitárias, a partir de 1969 as coisas se agravaram bastante. O propósito de aterrorizar os contestadores nos meios acadêmicos, um dos objetivos do AI-5, foi alcançado, pelo menos nos primeiros tempos. (MOTTA, 2014: 151)

O AI-5 se deu justamente no momento em que se buscava trazer de volta ao país professores emigrados em 1964. E o AI-5, ao vedar a possibilidade de trabalharem no país, deixava a emigração como única alternativa (MOTTA, 2014: 153). Sobre o AI-5,

O texto do Ato Institucional n. 5 conferia ao presidente da República poderes praticamente ilimitados e, ao contrário de medidas autoritárias anteriores do próprio regime militar, sem prazo para expirar. Embora o primeiro artigo afiançasse a manutenção da Constituição de 1967 (que logo seria revista), nos artigos seguintes ficava evidente que os preceitos da Carta Magna passavam a submeter-se à vontade do Poder Executivo. O presidente poderia fechar as casas parlamentares, cassar mandatos e direitos políticos dos cidadãos, confiscar bens acumulados no exercício de cargos públicos e decretar estado de sítio. Além disso, o ato suspendia a garantia de habeas corpus para crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular. Para retomar o expurgo do serviço público iniciado em 1964, mais uma vez foi decretada a suspensão das garantias de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade. O governo poderia demitir, remover ou aposentar qualquer servidor público, sem necessidade de processo ou inquérito, embora o decreto preservasse o direito, “quando for o caso”, de vencimentos proporcionais ao tempo de serviço. Era uma espécie de reedição do primeiro Ato Institucional, só que mais autoritário e sem prazo de término. Se assim o desejassem, os militares no poder tinham instrumento “legal” para manter uma ditadura eterna. (MOTTA, 2014: 154)

Dias depois do AI-5, pelo decreto 359 de 17 de dezembro de 1968, foi reeditada a Comissão Geral de Investigações, com foco na corrupção e atos administrativos, e em 12 de fevereiro de 1969 saíria o Decreto-Lei 459 de 1969, criando a Comissão Geral de Inquérito Policial-Militar, para investigação de crimes políticos, sendo ainda criadas nesse contexto, também no início de 1969, comissões de investigação como a Comissão de Investigação Sumária do MEC, a CISMEC¹⁰⁰, que atuariam “nas ‘investigações’ em que se fundamentaram os expurgos de funcionários militares e civis das respectivas áreas” (MOTTA, 2014: 154). Assim, se em 1964 foram atingidos cerca de 100 professores, entre aposentados e demitidos, em 1969 seriam mais 120 professores universitários. Entre eles, alguns do IFCS da UFRJ, como vimos acima. E até mesmo professores da rede privada,

¹⁰⁰ Criada após o AI-5, pelo Ato Complementar n. 39, em janeiro de 1969: “No processo de expurgo dos docentes, a CISMEC foi agente fundamental. Criada logo depois do AI-5, em janeiro de 1969, a CISMEC, assim como órgãos congêneres em outros ministérios, teve a função de reunir dados [coligidos em órgãos como DOPs, SNI, etc, e reunidos em uma ficha] sobre professores e funcionários considerados subversivos. A criação desse órgão decorreu do Ato Complementar n. 39 e de decreto subsequente regulamentador [dec. 63.888 de 20-12-68], ambos estipulando o papel de ministros, governadores e prefeitos na apresentação ao presidente dos nomes de servidores a serem demitidos ou aposentados por força do AI-5. Caberia a tais autoridades nomear pessoas ou comissões para realizar investigações sumárias, cujos resultados seriam remetidos ao presidente para as devidas providências. As normas previam o direito de defesa dos acusados, em prazo de dez dias. Mas na área do MEC esse procedimento não parece ter sido aplicado, salvo excepcionalmente” (MOTTA, 2014: 176) O presidente da CISMEC, o professor Jorge Boaventura de Souza e Silva, antigo simpatizante de Plínio Salgado, entusiasta da causa de “limpar o país do comunismo”, recomendou diversas aposentadorias com argumentos anticomunistas. (MOTTA, 2014: 177)

como Bolívar Lamounier, que lecionava no IUPERJ, foram “aposentados”, ou pessoas que tinham apenas bolsa! (MOTTA, 2014: 168)

A primeira lista saiu no dia 28 de abril e tinha 41 nomes, quase todos vinculados a instituições cariocas. Vinte e três deles eram professores da UFRJ, enquanto os demais eram docentes do Colégio Pedro II, da UFF, da UFRRJ, da UERJ, de escolas estaduais ou de instituições privadas. A unidade mais afetada foi o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), que reunia os departamentos de Ciências Sociais, História e Filosofia da antiga FNFi. Foram aposentados os historiadores Maria Yedda Linhares, Eulália Lahmeyer Lobo, Manoel Maurício de Albuquerque, Hugo Weiss e Guy de Holanda, o filósofo José Américo da Mota Pessanha, a antropóloga (e diretora do IFCS) Marina São Paulo de Vasconcellos e as sociólogas Moema Toscano e Miriam Limoeiro Cardoso. (...) A lista seguinte, publicada dois dias depois, trazia mais 24 nomes, todos da área de São Paulo. A grande maioria era docente da USP. (MOTTA, 2014: 169)

Segundo Motta (2014: 168), UFRJ e USP representaram 50% dos expurgos, mas a essas listas se seguiram ao longo de 1969 outras listas, atingindo professores de outras universidades, como a UFRGS, a UFMG e muitas outras. “Em maio de 1969, o governo baixou o AI-10, para ‘esclarecer’ a situação das pessoas que perderam os direitos políticos e eram servidores do Estado. O AI-10 determinava a aposentadoria ou demissão” dos funcionários públicos com direitos políticos suspensos¹⁰¹ (MOTTA, 2014: 169).

As vagas dos professores cassados teriam de ser ocupadas por jovens egressos dos cursos, que ainda iriam cursar suas pós-graduações e que conheceriam por um período efêmero o aumento de verbas para pesquisa e de salários, corroídos pela inflação. Mas em algumas áreas, como “na área das Ciências Humanas, por exemplo, os departamentos de História da UFRJ, de Sociologia da USP e de Filosofia da UFRGS sofreram pesadas perdas, com consequências negativas duradouras” (MOTTA, 2014: 172).

Além disso, como aponta Motta, as aposentadorias trouxeram muitos danos à vida dos atingidos: “houve casos de casamentos desfeitos, famílias em dificuldades financeiras e filhos traumatizados” (MOTTA, 2014: 173). Diante da dificuldade de obter empregos, emigrar se tornou uma opção, mas não para todos, alguns dos quais se deprimiram e morreram. Oswaldo Gusmão foi atingido, pois havia retornado e acabaria atingido, como veremos adiante. E logo viria o Ato Complementar nº 75, de 21 de outubro de 1969:

Quando o governo baixou o Ato Complementar n. 75 (AC-75), a situação ficou ainda pior, pois a intenção era impedir a atividade profissional do grupo no Brasil. O texto do AC-75, editado em outubro de 1969, proibia que instituições públicas ou privadas que recebessem subvenções do Estado contratassem professores atingidos pelos atos institucionais. A intenção era evitar o que ocorreu em 1964, quando

¹⁰¹ Cf. Motta, 2014: 385 para ver uma listagem.

docentes demitidos retomaram suas carreiras em outras universidades. (MOTTA, 2014: 173)

Apesar de não haver muitos registros de professores universitários presos neste período, o clima era de muita insegurança: “confrontos armados entre agentes do Estado e grupos de esquerda tornaram-se frequentes – assim como era visível o aumento da violência policial e a generalização da tortura –, nada mais natural que os professores afastados temessem por sua integridade física” (MOTTA, 2014: 174).

Em julho de 1969, porém, quando se daria a visita de Nelson Rockefeller ao Brasil, sob o pretexto de se evitar protestos, como vimos acima, foram presos no Rio os professores da UFRJ Evaristo de Moraes Filho, Maria Yedda Linhares, Marina São Paulo Vasconcellos e Eulália Lahmeyer Lobo. E havia situações em que, mesmo não sendo presos, professores depunham e eram liberados sem explicações nem processos, além de docentes torturados, mortos ou desaparecidos (MOTTA, 174-175).

Motta busca ainda analisar motivações para os expurgos. No caso da UFRJ, destaca a atuação de Eremildo Vianna, mas também não endossa as teses que atribuem a este professor maior influência do que a que ele possuiu, inclusive por ter ele próprio respondido por corrupção e leniência com a “infiltração comunista” quando havia sido diretor da faculdade, na década de 1960 (MOTTA, 2014: 175). Para Motta, mesmo que disputas pessoais tenham exercido influência, como se costuma atribuir às cassações do IFCS à atuação de Eremildo, como se razões pessoais tivessem sido tão ou mais importantes que critérios ideológicos, com delatores tirando proveito desta situação, o motor do processo foi “o desejo dos militares de expurgar seus inimigos dos quadros universitários e impedir que eventos como os de 1968 se repetissem” (MOTTA, 2014: 179). Motta, assim, vê no critério ideológico o aspecto determinante dos expurgos, uma vez que muitos dos punidos tinham “perfil de esquerda”, já havendo militado na Ação Popular, no Partido Comunista ou tendo filiação marxista, mesmo que não tivessem vinculação partidária alguma, embora qualquer afinidade com ideias de esquerda pudesse render pecha de “comunista” contra os professores, por parte dos órgãos de repressão.

Por isso, apesar de dominante, o critério ideológico não serve para explicar todos os casos de expurgos, até por haver comunistas que continuaram em seus postos: em resumo, houve quem acabou sendo punido por enfrentar o regime militar, ou resistir a ele,

mesmo sem ser “de esquerda”, caso de Marina Vasconcellos, como cita o próprio autor¹⁰² (MOTTA, 2014: 179-180).

Por isso, Motta (2014: 182) diz que os professores expurgados foram escolhidos com base em “critérios políticos”, em suma, ainda que majoritariamente com base em critérios político-ideológicos, para que se afastasse os esquerdistas das universidades. Mas professores de diversas orientações ideológicas acabaram sendo punidos, por se oporem ao regime, por apoiarem os protestos dos estudantes, etc.

5.7. O Decreto-Lei 477 /69

O Ministro da Justiça, Gama e Silva, atuou ainda na elaboração de um dos símbolos da repressão do regime militar contra as universidades: o Decreto-Lei 477:

Promulgado em fevereiro de 1969, o 477 foi concebido para desmantelar o movimento estudantil, considerado perigoso adversário do governo no contexto dos eventos de 1968. A propósito, os textos que acompanharam o processo de elaboração do decreto são muito úteis para perceber os temores dos militares da área de segurança interna. Nós nos habituamos a pensar nos efeitos aterrorizadores das leis repressivas sobre seus alvos, porém esses documentos mostram que algumas autoridades no comando da repressão também tinham temores, principalmente em relação à capacidade de mobilização estudantil, e mesmo após a edição do AI-5. Por essa razão, decidiu-se, no âmbito do Conselho de Segurança Nacional, estabelecer legislação específica para coibir o ativismo dos estudantes. (MOTTA, 2014: 154)

Em 24 de janeiro de 1969 o secretário-geral do CSN enviou a Exposição de Motivos e a minuta do projeto, que se tornaria o Decreto-lei 477, ao presidente e aos ministros da Educação, Tarso Dutra, e da Justiça, Gama e Silva. Nesta Exposição de Motivos, traçou um cenário dramático dos acontecimentos de 1968: estudantes nas ruas, líderes subversivos e omissão das autoridades universitárias, faltando instrumento legal para punição de agitadores, punição esta que se queria ainda antes do início das aulas de 1969. Motta reitera, porém, que “é evidente que a gravidade da situação política foi exagerada, a fim de convencer setores recalcitrantes no próprio governo” (MOTTA, 2014: 155), mas que, de fato, conforme outros documentos analisados pelo autor, havia temor por novas manifestações estudantis.

¹⁰² “No caso da professora Marina de Vasconcellos, ela ficou visada pelos grupos direitistas por não coibir os estudantes de sua faculdade. No IFCS/UFRJ, em 1967 e 1968, ocorreram protestos estudantis contra professores simpáticos aos valores do regime, alguns dos quais se afastaram, o que foi chamado de “terrorismo cultural de esquerda”. Inquéritos abertos pela diretora não culminaram em punições para os estudantes, por isso, na ótica governista e de alguns órgãos da imprensa, ela era culpada pela agitação estudantil. No pedido de sua aposentadoria, a CISMEC responsabilizava Marina de Vasconcellos pelo “terrorismo intelectual” na faculdade e pelo afastamento de uma das professores do grupo conservador” (MOTTA, 2014: 181)

O ministro da Educação sinalizou estar de acordo com o decreto e o ministro da Justiça propôs substitutivo ao projeto, “em que sugeria adequar melhor o texto a outros instrumentos legais em vigor no país”, tendo sido o decreto promulgado com o texto do substitutivo do ministro Gama e Silva.

O Decreto-lei n. 477 foi um dos instrumentos repressivos mais draconianos produzidos pelo regime militar e, por isso, gerou inúmeros protestos e críticas, inclusive entre os apoiadores do governo. Ele tornou-se um símbolo da ditadura, sempre lembrado em manifestações que reivindicavam o retorno à democracia. O repúdio gerado pelo Decreto 477 devia-se à amplitude e à generalidade das “infrações” nele previstas, bem como ao caráter sumário do processo de inquérito. (MOTTA, 2014: 156)

Apesar da possibilidade de professores e funcionários serem punidos de acordo com o Decreto-lei 477, este era um instrumento concebido para ser utilizado contra os estudantes, não tendo sido o único instrumento com este fim naquele período¹⁰³, que seriam os maiores punidos com este decreto. “Além de desligados das faculdades, os estudantes punidos ficavam três anos proibidos de se matricular em outra instituição de ensino superior” (MOTTA, 2014: 156). E, a partir do AI-5 e do Decreto-lei 477, ex-estudantes “subversivos” encontrariam mais dificuldades para se empregarem como professores. Com tais instrumentos

Foram excluídas centenas de estudantes das universidades nos primeiros meses de 1969, em proporção bastante superior ao expurgo de 1964. A explicação é o medo dos órgãos de repressão diante do poder de mobilização demonstrado em 1968, assim como o prestígio adquirido naquele contexto pelas lideranças de esquerda. Tratava-se de eliminar drasticamente a capacidade que essas lideranças tinham de continuar mobilizando as massas estudantis, e de criar um clima de terror que desestimulasse o surgimento de novos líderes. (...) No imediato pós-AI-5 e pós-477, instalou-se entre os estudantes o medo de protestar contra o governo militar, pois a sensação era de que dificilmente se escaparia das punições. (MOTTA, 2014: 159)

Motta constata que 245 estudantes foram punidos com base no Decreto-Lei 477, a maioria entre 1969 e 1970, período em que os generais Costa e Silva e Médici exerceram a presidência da República, e nenhum caso depois de 1974, recordando o autor que em 1969 havia cerca de 350 mil estudantes e em 1973 havia cerca de 700 mil, e que cerca de 1000 estudantes foram excluídos das universidades entre 1969 e 1979, também sob a aplicação dos regimentos das universidades e outros “subterfúgios”. Ou seja, apenas 25% dos expurgos de estudantes se deram com a utilização do 477. Desses casos, no entanto, 71 ocorreram na UFRJ, onde houve a maioria de punições. Com isso, diz Motta que,

¹⁰³ Motta também se refere às intervenções nas entidades estudantis, como Das e DCEs e a destituição e prisão de líderes estudantis. (MOTTA, 2014: 157)

“embora o Decreto 477 tenha sido responsável pela minoria das expulsões, ele tornou-se símbolo de terror nas universidades” (MOTTA, 2014: 160), com fracassadas todas as iniciativas que surgiram para extingui-lo, como um projeto de lei de 1971 da bancada do MDB sob liderança de Nelson Carneiro.

Até mesmo uma disciplina foi introduzida pelo regime nas grades curriculares dos cursos das universidades: a partir do decreto 869 de setembro de 1969, a Educação Moral e Cívica deveria ser lecionada nas escolas de todos os graus! Nos cursos de graduação e de pós-graduação, tal disciplina surgiu denominada Estudos de Problemas Brasileiros, com uma Comissão Nacional de Moral e Civismo voltada para este projeto de socialização político-ideológica, cujo funcionamento o decreto 68.065 de 1971 regulamentaria, com funcionários e recursos próprios e especial atenção aos cursos de formação de professores, nas universidades, que lecionariam Educação Moral e Cívica nas escolas de educação básica¹⁰⁴. Sobre a Educação Moral e Cívica nas universidades, como diz Motta, porém, que

No caso das universidades, o mais provável é que tenham tido alcance limitado, graças à impopularidade do regime militar e à força de atração dos valores de esquerda, que seguiu marcante até os anos 1980. Basta dizer que em 1977 eclodiram várias manifestações estudantis contrárias ao governo, sugerindo que a escassez de protestos entre 1969 e 1977 pode ser atribuída mais ao temor da repressão do que à adesão ao regime. (MOTTA, 2014: 192)

5.8. As Assessorias Especiais de Segurança e Informações

Motta ainda analisa a criação dos órgãos de informação dentro das universidades, a partir do AI-5, com as Assessorias Especiais de Segurança e Informações (ASIs), representando uma vigilância contra o “retorno” das ameaças, estudantes e professores expurgados (MOTTA, 2014: 193), que surgiu com o caminho que estava aberto desde junho de 1964, quando surgiu o SNI, Serviço Nacional de Informações:

As ASIs representaram um dos traços mais marcantes do autoritarismo imbricado no projeto de modernização conservadora das universidades. Por isso, sua extinção tornou-se uma das principais bandeiras dos movimentos docente e estudantil que entraram em ação no final dos anos 1970, além de condição para efetiva democratização das instituições de ensino superior. (MOTTA, 2014: 241)

Uma ASI passou a existir também na UFRJ, onde se acreditava que havia até faxineiros espíãs (MOTTA, 204), como a “tia” Irene, a respeito de quem sabemos

¹⁰⁴ Até haver tais professores formados, porém, seriam egressos de cursos como História, Geografia e Ciências Sociais que a ministrariam a disciplina. E a CNMC seria extinta em 1986, com a Educação Moral e Cívica extinta dos programas escolares a partir de 1993.

melhor ao discutir as trajetórias dos professores de Ciência Política do IFCS. Cerimônias de colação de grau eram vigiadas – ainda mais porque era recorrente a escolha de homenageados entre pessoas punidas pelo regime – e, de acordo com Motta, “a turma de formandos de Ciências Sociais da FNFi, no fim de 1965, teve sua cerimônia de colação de grau proibida pela direção da faculdade, por isso fizeram cerimônia informal em uma quadra de escola de samba” (MOTTA, 2014: 218).

E “a vigilância sobre os meios acadêmicos mirava também uma das atividades-fim das universidades, a pesquisa. Em várias ocasiões, o pessoal das ASIs foi mobilizado para obter dados sobre pesquisas em andamento” (MOTTA, 2014: 221). O DSI-MEC não tinha poder para censurar publicações ou eventos, mas enviava informes para as ASIs sobre editoras que publicavam obras marxistas ou enviava para as ASIs lista com livros proibidos pelo Ministério da Justiça, com significativo número de livros de autores de esquerda, muitos deles marxistas, embora Marx não estivesse arrolado. Ademais, passou a haver uma triagem ideológica:

A preocupação de evitar que inimigos do regime participassem de eventos ou estudassem no exterior gerou outra determinação secreta no âmbito do MEC. No início de 1973, os reitores foram informados da existência de novo procedimento para autorizar pedidos de afastamento do país, embora a prática talvez tenha começado antes disso. Os pedidos deveriam ser encaminhados com sessenta dias de antecedência à DSI/MEC, com os formulários devidamente preenchidos, em especial a ficha de qualificação, que, além dos dados pessoais solicitava o registro das “ligações políticas” dos interessados. Essas fichas eram encaminhadas às respectivas ASIs, que as enviavam à DSI/MEC. Alguns órgãos usavam também a ficha de Levantamento de Dados Biográficos (LDB), que tinha perguntas do tipo: posição ideológica (democrata, comunista, esquerdista), atitudes em relação à “Revolução de 31 de março” (integrado, adesista, contrário, contrarrevolucionário) e avaliação sobre probidade administrativa. (MOTTA, 2014: 225)

Isto exemplifica o nível de controle que o regime militar alcançou no Brasil sobre a vida dos professores universitários. Outro exemplo:

A professora Maria Hermínia Tavares de Almeida foi convidada a trabalhar no Departamento de Ciência Política da USP no início de 1973, e tudo parecia certo, pois já tinha até nome afixado à porta do gabinete. Entretanto, ficou sabendo da existência de um “terceiro estágio” no processo, e que seu nome tinha sido barrado por razões políticas, sem maiores detalhes. A razão do veto, segundo os registros da Aesi/USP, é que ela participara de grupo revolucionário nos anos 1960 e, embora tivesse se afastado da militância, não fora “perdoada”. Paradoxalmente, foi contratada pela Unicamp no ano seguinte, sem qualquer restrição. (MOTTA, 2014: 229)

Assim, sob o AI-5, professores eram constantemente submetidos a um controle, sendo vetadas a contratação de ex-militantes de organizações como partidos, a Ação

Popular, a POLOP – Organização Revolucionária Marxista Política Operária, etc. No Rio de Janeiro, por exemplo, “na UFF, em 1976, segundo registro da ASI/DR-3/MEC, o reitor rescindiu contratos de alguns professores considerados de esquerda, um dos quais já havia sido preso por órgão de segurança”! (MOTTA, 2014: 230)

5.9. As Ciências Sociais sob o regime militar

Um dos pontos interessantes do trabalho de Motta (2014) é sua análise sobre as Ciências Sociais no período do regime militar. O autor aponta que nos regimes militares do Chile e da Argentina, houve o desmonte de disciplinas dos cursos de Ciências Sociais e de centros de pesquisa desta área, mas que no Brasil não houve interdição oficial de disciplinas, cursos ou correntes, porém, pelo contrário, “de modo paradoxal chegou a ocorrer certo florescimento das pesquisas em Ciências Sociais no Brasil, ainda que parte expressiva desse trabalho tenha sido realizada fora das instituições oficiais e por intelectuais perseguidos pelo Estado” (MOTTA, 2014: 273).

Segundo Motta (2014: 274), professores da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil estavam entre os líderes da institucionalização das Ciências Sociais no Brasil na década de 1960, ao lado de professores da Faculdade de Filosofia da USP e da Faculdade de Ciências Econômicas da UMG, que formariam os principais cientistas sociais que atuariam no país nos anos seguintes. Contudo, nas décadas de 1960 e 1970, as Ciências Sociais se tornariam um “campo de batalha da Guerra Fria”:

De um lado, as ideias e os valores marxistas constituíam forte polo de atração sobretudo para os jovens que ingressavam em massa nas universidades e eram atraídos pelas utopias revolucionárias. Na outra ponta, as Ciências Sociais ao estilo norte-americano ofereciam caminho alternativo que, embora apontasse também os problemas sociais, lhes oferecia respostas não revolucionárias. (MOTTA, 2014: 274)

Nesse contexto, o governo norte-americano e fundações privadas norte-americanas financiavam centenas de bolsistas naquele país, especialmente a Fundação Ford, que também financiou pesquisas no campo das Ciências Sociais:

Na área das Ciências Sociais, a Fundação Ford teve notável atuação no Brasil dos anos 1960 e 1970. A entidade gastou alguns milhões de dólares financiando pesquisas em várias áreas, com destaque para as Ciências Sociais. Há muitas polêmicas envolvendo o tema da autonomia ou subordinação indireta da Fundação Ford ao governo dos Estados Unidos, inclusive evidências de que serviu como canal para legalizar operações secretas da CIA. O fato é que o financiamento da Fundação Ford a grupos de pesquisa brasileiros interessava aos Estados Unidos, pois era uma forma de atrair os pesquisadores para perto dos valores americanos. Por outro lado, o projeto modernizador demandava a constituição de centros de pesquisa em Ciências Sociais a fim de

estudar os fenômenos sociológicos e políticos produzidos pelas mudanças. (MOTTA, 2014: 275)

Com isso, entre as décadas de 1960 e 1970 se ampliaram a influência das Ciências Sociais norte-americanas no Brasil e também o marxismo, com polêmicas no meio acadêmico “pontuadas por críticas de subserviência ao ‘imperialismo’ e às metodologias empiristas da Sociologia e da Ciência Política americanas, todas respondidas com ataques ao ‘marxismo vulgar’ e ao ‘stalinismo’.” (MOTTA, 2014: 275)

Contudo, Motta aponta a importância da experiência desses estudantes brasileiros que estudaram nos Estados Unidos, pois não apenas aprendiam métodos e conceitos das Ciências Sociais norte-americanas, mas entravam em contato com um país em um período de profundas transformações sociais, no bojo de agitações e lutas por direitos civis. Assim, acabavam ampliando suas perspectivas, além de conhecerem diferentes metodologias de pesquisa (quantitativas, por exemplo) alternativas ao “ensaísmo brasileiro” (MOTTA, 2014: 275).

Motta ainda destaca que pessoas visadas pelo regime militar atuaram no CEBRAP (em que a Ford financiava um grupo com muitos intelectuais marxistas) e no IUPERJ, em pesquisas com recursos da Fundação Ford (no caso do IUPERJ, Wanderley Guilherme dos Santos, Carlos Estevam Martins, Bolívar Lamounier, Simon Schwartzman e Luiz Werneck Vianna). Por isso, ele diz:

A complexidade da inserção política das entidades americanas no Brasil se revela no apoio da Fundação Ford ao IUPERJ e ao CEBRAP. Os dois centros de pesquisa reuniam intelectuais considerados inimigos pelo regime militar, e sua formação e sobrevivência inicial dificilmente seriam possíveis sem os recursos americanos. (MOTTA, 2014: 276)

O CEBRAP, inclusive, colocava em xeque o discurso oficial do regime militar, com os resultados de suas pesquisas, tendo sido investigado e submetido a ações terroristas e prisões de seus membros. (MOTTA, 2014: 277)

Com o começo da abertura, na segunda metade da década de 1970, e a diminuição dos riscos políticos, a adoção de conceitos marxistas se tornaria ainda mais frequente. E havia, também, em contrapartida, “intelectuais com ideias mais palatáveis ao regime e que poderiam lhe oferecer suporte ideológico” (MOTTA, 2014: 280). Por exemplo, “na UnB, o reitor Azevedo esforçou-se para transformar a editora da universidade em portavoz intelectual da ala liberal do regime militar, a fim de servir de contraponto à maré montante do marxismo” (MOTTA, 2014: 280).

Na segunda metade da década de 1970, as Ciências Sociais passariam a ser mais beneficiadas com recursos federais, vindos da FINEP, a partir de 1976, por iniciativa de

José Pelúcio Ferreira, “presidente do órgão e técnico com trânsito entre intelectuais desenvolvimentistas e nacionalistas de esquerda” (MOTTA, 280), e a criação de um fundo para projetos em Ciências Sociais que representavam apenas 2% dos recursos da FINEP, mas que “significava uma pequena fortuna para área com poucas demandas e fraca tradição de pesquisa, e que, além disso, tinha projetos de baixo custo em comparação com as ciências naturais e as áreas tecnológicas” (MOTTA, 2014: 281). Logo, instituições do Rio de Janeiro, como o IUPERJ, o PPGAS-UFRJ, o CPDOC-FGV, e outras de todo o país, passariam a contar com esses recursos, que teriam impacto significativo na área¹⁰⁵.

Motta sugere algumas possíveis explicações para um órgão oficial do regime militar financiar o desenvolvimento das Ciências Sociais: setores moderados do Estado desejariam atrair apoio dos intelectuais, militares nacionalistas poderiam estar interessados em contrabalançar a influência americana na área ou, a explicação mais simples, esta pode ter sido uma decisão de lideranças da área do planejamento, como Pelúcio Ferreira da FINEP. O fato é que no regime militar o Estado financiou projetos, grupos de pesquisa e cursos de pós-graduação em Ciências Sociais no país, contribuindo para sua institucionalização (MOTTA, 2014: 282). Porém, logo os recursos para pesquisa e para as universidades diminuiriam diante da inflação e, por isso, Motta diz que “os tempos de bonança foram intensos, mas efêmeros” (MOTTA, 2014: 287).

5.10. A anistia e o retorno

Em 1974, o general Ernesto Geisel se tornara presidente do Brasil, iniciando o que foi chamada de “distensão lenta e gradual”, em que Geisel não deixaria de se valer do AI-5 “ao cassar vários parlamentares e fechar o Congresso Nacional temporariamente, em 1977, para editar um pacote de medidas legislativas de seu interesse” (MOTTA, 2014: 328). Porém, a distensão e a abertura “serviram de laboratório para as experiências redemocratizadoras” (MOTTA, 2014: 325). Para o MEC, por exemplo, Geisel escolheria Ney Braga, que fortaleceria a “agenda distensionista”, com indicações de reitores mais conciliadores e não se valendo do Decreto-lei 477.

Mas no contexto da “distensão”, houve resistência por parte de segmentos conservadores, que buscaram sabotá-la, e uma intensificação da violência contra

¹⁰⁵ A título de exemplo, Motta nos apresenta um dado: entre 1979 e 1980 a FINEP destinou Cr\$100 milhões para financiamento das Ciências Sociais, cujos projetos a esta altura já não contavam com recursos da Fundação Ford (MOTTA, 2014: 281).

esquerdistas naquele momento, com mortes e desaparecimentos de líderes de esquerda neste período, e a emblemática morte de Vladimir Herzog em 1975. (MOTTA, 2014: 328)

Em 1974, o partido de oposição (MDB) obteve importantes conquistas nas eleições legislativas e a esquerda passou a “investir na organização e participação popular, inclusive utilizando espaços institucionais propiciados pelo Estado” (MOTTA, 2014: 329) E, em maio de 1977, ocorreria o III ENE (Encontro Nacional de Estudantes), na PUC-SP, além de estudantes voltarem, naquele ano, a protestar nas ruas, como não se via desde 1968, ainda que sem o teor antiamericanista de antes:

Nas ruas, os estudantes questionavam a ditadura e clamavam por “liberdades democráticas”, colocando também na ordem do dia novas demandas, como anistia e Constituinte. A partir do ano seguinte, os trabalhadores fabris ocupavam a cena principal, com a retomada das greves e o surgimento de lideranças sindicais competentes e carismáticas. (MOTTA, 2014: 331)

Ainda em 1977, um pouco depois, a PUC-SP, em 22 de setembro de 1977, sofreu, porém, “o episódio de maior violência nas universidades desde 1968”, do qual “participaram centenas de policiais que, além de espancar os estudantes, depredaram as instalações da PUC. Dezenas de pessoas foram presas e algumas se queimaram gravemente por efeito das bombas de gás, sendo internadas em hospitais” (MOTTA, 2014: 331) Mas em 1979 a UNE seria reorganizada, com os estudantes lutando, entre outras pautas, contra o Decreto-Lei 477.

Em fevereiro 1979 ocorreria também o I Encontro Nacional de Associações Docentes, em São Paulo, com pontos de pauta como a democratização e o fim do “controle ideológico” nas universidades. Em 1981, seria organizada uma entidade nacional dos docentes do ensino superior, a ANDES, pois os professores também lutavam contra o autoritarismo, contra as “cassações brancas”, contra a triagem ideológica nas universidades e a favor tanto do fechamento dos órgãos de informações nas universidades quanto da democratização das instâncias decisórias das universidades, como a escolha de reitores e diretores (MOTTA, 2014: 333). Nesse “clima”, as manifestações de estudantes e professores pedindo a extinção das ASIs surgiram simultaneamente e o AI-5 seria extinto por Geisel através de emenda constitucional.

Enfim, é perceptível qual era o “clima”, como dissemos, em 1979, ano em que assumiu o governo o general João Batista de Figueiredo, comprometido com a continuidade da “distensão”, que passou a ser chamada de “abertura”. Para o MEC, seria escolhido ministro Eduardo Portella, que “tentou manter o clima de abertura nas universidades, ao conseguir, por exemplo, a extinção dos Decretos 477 e 228” (MOTTA,

2014: 335), apesar de não conseguir acabar com as ASISs e a DSI-MEC. Mas em maio de 1979, o DSI-MEC “enviou ofício aos reitores informando que, ‘por determinação superior’, as ASIs universitárias estavam extintas” (MOTTA, 2014: 335), depois sendo informado, em 1981, que estavam desativadas e não extintas, o que só ocorreria finalmente em 1986, depois do fim do regime militar, com a portaria nº 576 de agosto de 1986 do MEC.

Ainda em 1979, no entanto, a Lei 6683 de agosto de 1979 seria aprovada pelo Congresso, conciliando interesses de diferentes setores da sociedade (pois os agentes do Estado também foram anistiados) e com a chamada Lei da Anistia,

Seguiu-se o retorno ao país de centenas de exilados, recebidos com festa nos aeroportos e com alegria por seus familiares e amigos. Muitos presos políticos foram libertados de imediato, exceto um grupo que permaneceu nos cárceres por mais alguns meses. (...) Entretanto, a maioria deles se viu livre em poucos meses, beneficiada por indulto presidencial ou pela iniciativa do Poder Judiciário de rever as penas. (MOTTA, 2014: 340)

Servidores públicos demitidos ou aposentados¹⁰⁶ pelo regime militar (“punidos com fundamento em atos institucionais e complementares”) teriam 120 dias para requererem retorno ou reversão aos cargos, com comissões em cada órgão, que examinariam os pedidos e poderiam deferir ou não a cada um deles, o que causou desagrado entre os professores expurgados. Por essa razão, dirigentes universitários criaram uma estratégia: enviavam convites de retorno aos professores e, caso respondidos positivamente, eram utilizados em vez do requerimento. Dependendo da instituição, a recepção aos anistiados foi diferente, com muitos casos de homenagens e votos de bom retorno, mas também alguns casos em que houve falta de receptividade. E alguns professores, como, no caso de um professor da UFRJ cassado, Evaristo de Moraes Filho, ou Florestan Fernandes, em São Paulo, preferiram não voltar, mesmo diante de convites. (MOTTA, 2014: 341)

Segundo Motta, foram 213 servidores do MEC solicitando reingresso, 144 dos quais docentes, 25 deles da UFRJ, a instituição com maior número de pedidos. Dos 128 pedidos deferidos, excetuando-se aqueles que desejavam apenas rever suas

¹⁰⁶ No caso dos aposentados, segundo Motta, “quem tivesse o pedido de retorno indeferido ou não manifestasse interesse em voltar seria aposentado, inclusive com a contagem do tempo de afastamento do cargo em decorrência da punição política. Se os aposentados não voltassem aos cargos teriam seus benefícios aumentados com a soma de mais dez anos de serviço aos proventos recebidos do Estado” (MOTTA, 2014: 340)

aposentadorias, 100 professores voltaram às universidades federais. E outra questão é colocada pelo autor:

Questão importante se impõe quando se analisa o processo de anistia e retorno dos expurgados: como ficou a situação dos apoiadores do regime militar nas universidades? Com as mudanças no quadro político, teriam eles sofrido algum constrangimento ou revanche por parte dos ex-perseguidos? De maneira geral, pode-se responder a essa pergunta com uma negativa. Na grande maioria dos casos, as lideranças acadêmicas identificadas com o regime militar terminaram tranquilamente suas carreiras, sem sofrer represálias. Não houve situações dramáticas de conflitos, salvo algumas escaramuças. Mesmo no caso de Eremildo Vianna, da UFRJ, cuja imagem ficou muito comprometida pelo apoio aos expurgos, ele continuou no cargo até a aposentadoria, sem maiores problemas. É verdade que se tornou figura execrada, inclusive publicamente, pois seu nome foi estampado várias vezes na imprensa como responsável pelos expurgos em sua universidade, e acabou virando objeto de chacota. Além disso, ele também perdeu seu espaço de poder na Faculdade e no Departamento de História, tendo se tornado figura apagada na instituição, quase um fantasma. No entanto, não sofreu punições ou qualquer tipo de restrição. (MOTTA, 2014: 343)

Portella sairia do MEC e seria substituído pelo general Rubem Ludwig durante a primeira greve de professores universitários, ocorrida em 1980, que enfrentavam falta de recursos nas universidades e desvalorização salarial, sem reajustes que repusessem a inflação galopante do período. Ludwig obteve recursos e negociou o fim da paralisação, que durou 35 dias, tendo sido uma greve sem episódios repressivos, apesar da vigilância constante, mas negociação por parte do governo. Haveria ainda greves em 1981, 1982 e 1984 pelos motivos semelhantes. “A categoria de professores federais agora significava grupo numeroso, com mais de 40 mil membros que lecionavam para cerca de 400 mil estudantes, o que transformava as greves em acontecimentos de grande repercussão.” (MOTTA, 2014: 347)

Nessas greves, surgiram ainda reivindicações de que se democratizasse a escolha de diretores das faculdades. Ainda que a decisão final ainda coubesse ao MEC e ao presidente da República, foi obtida a possibilidade de consulta aos três segmentos das universidades, professores, alunos e funcionários, com a expectativa de que essas eleições informais seriam confirmadas pelos órgãos colegiados e acatadas pelo MEC e pelo presidente. Esse procedimento, que passou a ser adotado, “tornou a norma oficial para a escolha de dirigentes universitários praticamente letra morta” (MOTTA, 2014: 349), sem que tenha sido revogada, naquele momento, a lei que estabelecia colegiados universitários indicando listas sêxtuplas, mas sendo a mesma contornada até a nova lei que regulamentaria a escolha de dirigentes universitários, a Lei 9192 de 1995.

O regime militar terminaria em 1985, com a eleição indireta de Tancredo Neves e sua morte antes de assumir o mandato, que foi assumido pelo vice, José Sarney. Os mais de vinte anos de duração deste regime, porém, significaram inúmeros percalços enfrentados pelas universidades neste período, com efeitos sobre seus docentes e discentes. A universidade foi modernizada, mas reprimida. Tal repressão atingiria ainda áreas mais sensíveis, como a Ciência Política, especialmente a Ciência Política de matriz alternativa, como era a Ciência Política da FNF i e do IFCS, conforme veremos ao analisar as trajetórias de seus professores.

III. Professores de Ciência Política sob os (des)caminhos da Política

6. A Ciência Política na FNFi e no IFCS: as trajetórias de seus professores

Nesta terceira parte da tese, iniciada com este sexto capítulo, veremos as trajetórias de vida (e suas trajetórias como professores da Cátedra de Política da FNFi ou de Ciência Política do IFCS) de professores como André Gros, Victor Nunes Leal, Oswaldo Gusmão, Romeu Rodrigues da Silva, Maria Stella Amorim, Eurico de Lima Figueiredo, Antônio Celso Alves Pereira, Aluizio Alves Filho, Valter Duarte, José de Britto Roque e Manuel Sanches.

Poderá, no entanto, contribuir com a investigação desta parte desta tese, em que abordaremos trajetórias de vida de professores de Ciência Política da FNFi e do IFCS com base em bibliografia e em entrevistas feitas diretamente com alguns deles, discutirmos inicialmente um conjunto de textos nos quais seus autores discutem relações entre *trajetória, biografia, memória e subjetividade*¹⁰⁷, uma vez que tais textos podem nos proporcionar reflexões voltadas para possíveis abordagens do tema, alicerçadas nas observações críticas que seus autores fazem, a que tivemos acesso antes da realização das referidas entrevistas.

Antes, porém, apresentaremos, apoiados em *Nem Cardeal nem Samurai (sobre a lógica de acumulação dos currículos em Ciências Sociais)* uma reflexão sobre o lugar da disciplina *Política* e a disciplina *Ciência Política* nos currículos de Ciências Sociais da FNFi e do IFCS, o que faremos na seção a seguir.

6.1. *Política e Ciência Política* no curso de Ciências Sociais da FNFi e do IFCS

Podemos aproveitar o excelente exame dos currículos de Ciências Sociais da FNFi e do IFCS feito por Gláucia Villas Boas (1995) para examinar brevemente também o lugar da *Política* e da *Ciência Política* neste curso, que adotou cinco diferentes currículos entre 1939 e 1988, passando a um sexto currículo em 1989, hoje também já substituído.

107 Refiro-me aos seguintes textos: *A Ilusão Biográfica* de Pierre Bourdieu (2006), *Usos da Biografia* de Giovanni Levi (2006), *Mozart: Sociologia de um Gênio* de Norbert Elias (1995), *Memória, Esquecimento, Silêncio* de Michael Pollak (1989), *A Retórica Testemunhal*, capítulo do excelente livro *Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva* de Beatriz Sarlo (2007) e *Narrar o Trauma – a questão dos testemunhos de catástrofes históricas* de Márcio Sellingmann-Silva (2008). Meu contato com todos esses textos se deu no curso *História e Histórias de Vida: Trajetórias, Biografias e Autobiografias na Narrativa Historiográfica* ministrado no primeiro semestre de 2015, como disciplina do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ, pela Profª. Dra. Maria Paula Araújo, cujas aulas frequentei como aluno externo, e a quem sou muitíssimo grato por tais indicações de leitura e pelas aulas, com as quais pude pensar em meu objeto de pesquisa a partir das reflexões do campo da História Oral.

Villas Boas, em *Nem Cardeal nem Samurai (sobre a lógica de acumulação dos currículos em Ciências Sociais)*, discute a disputa entre uma concepção humanista e uma concepção pragmática em relação à formação do cientista social, analisa os seis currículos adotados pelo curso de Ciências Sociais da UFRJ até então e chega a discutir o currículo que estava vigente no momento de publicação de seu trabalho.

A autora nos mostra que o primeiro currículo do curso de Ciências Sociais da FNFfi, vigente entre 1939 e 1946, oferecia 13 disciplinas ao longo de três anos, ao final dos quais o estudante obtia o título de bacharel em Ciências Sociais, sendo necessário mais um ano de Didática para obtenção também do título de licenciado em Ciências Sociais, no sistema conhecido como “três mais um”: na 1ª série, o estudante tinha de cursar Complementos de Matemática, Sociologia, Economia Política e História da Filosofia; na 2ª série, Estatística Geral, Sociologia, Economia Política e Ética e, finalmente, na 3ª série, Sociologia, História das Doutrinas Econômicas, Antropologia e etnografia, Estatística Aplicada e Política.

Com concentração em disciplinas de Sociologia, Economia e Estatística¹⁰⁸, presentes nos três anos, e com disciplinas de Filosofia oferecidas em dois deles, a Antropologia e a Política só estavam presentes no terceiro e último ano do curso de bacharelado.

Entre 1947 e 1955, um novo currículo passou a estar vigente, com 17 disciplinas obrigatórias e 4 eletivas, três delas voltadas para metodologia de pesquisa. Ainda que também privilegiasse a Sociologia e a Economia, novas disciplinas foram introduzidas (História Social e Geografia Humana), a disciplina Antropologia e etnografia foi desdobrada em duas disciplinas (Antropologia, na 2ª série, e Etnografia, na 3ª série), com duas das eletivas vinculadas à Antropologia (Etnografia do Brasil e Metodologia e pesquisas antropológicas), e Política passou a ser oferecida não apenas na 3ª série, mas também na 4ª série¹⁰⁹.

Com essas alterações, passaram a ser obrigatórias na 1ª série Complementos de Matemática, Sociologia, Economia Política, História Social e Geografia Humana; na 2ª série, Estatística Geral, Sociologia, Economia Política, Antropologia e História da

¹⁰⁸ Um dos motivos desta concentração, segundo Villas Boas, pode ser o fato de que, até a criação da Faculdade Nacional de Economia, em 1945, os economistas também se formavam no curso de Ciências Sociais. Contudo, mesmo após esta criação, tal concentração seria mantida.

¹⁰⁹ Apesar de Villas Boas dizer que a Política continuou sendo oferecida em apenas um ano, trata-se de um lapso da autora, pois a própria tabela que a autora apresenta confirma a presença de Política na 3ª e na 4ª séries no currículo vigente entre 1947 e 1955 (Cf. VILLAS BOAS, 1995: 166).

Filosofia; na 3ª série, Sociologia, História das Doutrinas Econômicas, Política, Etnografia e Estatística Aplicada e na 4ª série, apenas Política e Ética. As disciplinas eletivas disponíveis eram Etnografia do Brasil, Metodologia e pesquisas antropológicas, Metodologia e pesquisas sociológicas e Metodologia e pesquisas econômicas.

Entre 1956 e 1966, um terceiro currículo do curso de Ciências Sociais passou a estar vigente, com 15 disciplinas obrigatórias, 5 complementares e 3 optativas. Este novo currículo, inovador, continha 8 disciplinas na fase básica (Sociologia I, Antropologia I, Política I, Economia I, Sociologia II, Antropologia II, Política II e Economia II), 7 disciplinas na fase de formação (Sociologia III, Antropologia III, Política III, Sociologia IV, Antropologia IV, Política IV, Metodologia e Técnicas de Pesquisa em Sociologia, Antropologia e Política), 5 disciplinas complementares (Complementos de Matemática, Estatística, Geografia Humana e Econômica e História Econômica, Social e Política Geral, História do Brasil) e 3 disciplinas optativas (Psicologia Social, Etnografia do Brasil e Língua Tupi). Economia ainda se mantinha presente na fase básica, mas excluía-se a Filosofia, e agora, entre as novas optativas, surgia a Psicologia Social.

Como diz Villas Boas, a oferta nos campos de Sociologia, Antropologia e Política se tornou mais equilibrada, com as Ciências Sociais sendo delimitadas como um conjunto formado pelas disciplinas de Antropologia, de Sociologia e de Ciência Política, compreendidas a partir de então como um núcleo a que se poderiam agregar outras disciplinas afins (como Economia, História, Geografia, Psicologia, etc.). Porém, segundo a autora, “o aluno podia escolher duas disciplinas – dentre o conjunto Antropologia, Sociologia e Política –, devendo submeter-se aos cursos de Metodologia e Técnicas de Pesquisa correspondentes às áreas de sua escolha” (VILLAS BOAS, 1995: 167). Talvez esta possibilidade de escolha tenha se refletido na época em um distanciamento da Política daqueles que tinham interesse em escolher a ênfase em Antropologia e Sociologia.

De qualquer forma, foi sob este currículo que Victor Nunes Leal, Oswaldo Herbster Gusmão e Romeu Rodrigues e Silva lecionaram no IFCS, que Maria Stella Amorim se formou e chegou a lecionar antes da Reforma Universitária e de acordo com o qual estudaram os alunos da FNFi ingressantes até 1966, entre os quais os futuros professores de Ciência Política do IFCS Eurico de Lima Figueiredo e Manuel Sanches.

Um novo currículo vigorou, porém, entre 1967 e 1981, quando estes referidos professores – e os demais cujas trajetórias são objeto desta tese – lecionaram no IFCS. Como diz Villas Boas,

O quarto currículo entrou em vigor em um período marcado por grande

expectativa de mudança na universidade brasileira, como consequência da implantação da Reforma Universitária de 1968. Com a Reforma, extinguiu-se não só o regime de cátedra, mas também a antiga Faculdade Nacional de Filosofia, passando o curso de Ciências Sociais a ser ministrado pelo Departamento de Ciências Sociais no recém-criado Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. O novo currículo introduzia modificações previstas na Reforma Universitária, como a substituição do sistema seriado pelo sistema de créditos e a ordenação de disciplinas em ciclo básico, ciclo profissional e disciplinas complementares. A divisão das disciplinas em obrigatória e optativas, segundo critério de generalidade/especificidade, não distinguia sobremaneira o novo currículo do anterior, que já continha divisões e subdivisões, seguindo a mesma orientação. Mas, do ponto de vista do ensino das Ciências Sociais, a diferença deste currículo estava, realmente, no acréscimo de novas matérias às áreas de conhecimento que já vinham sendo ministradas, obrigando o estudante a obter mais créditos em Economia, mais créditos em Metodologia e Técnica de Pesquisa e assim por diante. Com a volta da Filosofia como matéria obrigatória aumentava também o número de disciplinas. A par disto, o desdobramento do conjunto de disciplinas optativas, se, de um lado, mostrava que os campos da Antropologia, da Sociologia e da Ciência Política se expandiam no país, de outro lado, levava o estudante, obrigatoriamente, a escolher um número ainda maior de disciplinas complementares. (VILLAS BOAS, 1995: 169-170)

Foi este quarto currículo que demandou um significativo aumento no quadro de professores do Departamento de Ciências Sociais do recém-criado Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, como a Universidade do Brasil passou a se chamar desde 1965. O curso de Ciências Sociais passou a ter 34 disciplinas obrigatórias, agora a serem ministradas cada uma por um semestre, e não mais um conjunto menor de disciplinas que seriam ministradas durante um ano letivo inteiro, ou seja, uma série.

No quarto currículo, no ciclo básico, eram obrigatórias Filosofia I e II, Sociologia Geral, Filosofia Social, Metodologia da História, Psicologia I, Antropologia Cultural, Iniciação Universitária, Economia, Educação Física I e II, Estudos dos Problemas Brasileiros I e II, Ciência Política e Economia Política I.

Já no ciclo profissional, neste mesmo currículo, eram obrigatórias Sociologia I e II, Antropologia Cultural I e II, Economia Política II e III, Metodologia I, II e III, Técnicas de Pesquisa I e II, História Econômica Social e Política Geral, História Econômica, Social e Política do Brasil, Matemática Complementar I e II, Estatística I e II e Ciência Política I e II.

Entre as disciplinas optativas, estavam disciplinas divididas em quatro grupos, A, B, C e D. No grupo A, 8 disciplinas de Sociologia (Sociologia III e IV, Psicologia Social, Demografia, Sociologia do Conhecimento I e II, Sociologia do Desenvolvimento e Sociologia Industrial e do Trabalho); no grupo B, 8 disciplinas de Antropologia

(Antropologia Cultural III e IV, Introdução à Antropologia Brasileira, Antropologia Brasileira I, História do Pensamento Antropológico I e II e Antropologia Biológica I e II); no grupo C, 9 disciplinas de Ciência Política (Organização Política Brasileira I e II, Estruturas Políticas Comparadas, Teoria Política I e II, Política Internacional I e II, Comportamento Político e Desenvolvimento Político) e no grupo D, disciplinas de Economia (Desenvolvimento Econômico e Social I e História do Pensamento Econômico I e II).

É inegável que, com o acréscimo de novas optativas nesta área, a Ciência Política se ampliou no IFCS a partir de 1967, com a demanda de novos professores, que foram sendo recrutados neste período. E em 1982, quando um novo currículo passou a vigorar, com menos disciplinas obrigatórias, a Ciência Política já se encontrava consolidada no currículo e continuou com três disciplinas obrigatórias (Introdução à Ciência Política no ciclo básico e Ciência Política I e II no ciclo profissional), passando a haver, ainda, na área de Ciência Política, 16 disciplinas entre as chamadas disciplinas complementares: Teoria Política Contemporânea; Teorias do Estado; Teoria Política de Karl Marx; Teoria Política de Max Weber; Problemas e perspectivas da Democracia e do Socialismo; Análise de Políticas Públicas; Movimentos Sociais no Campo e Desenvolvimento Agrícola; Partidos Políticos, Organizações e Representações; Pensamento Político Brasileiro na República; Instituições Políticas Brasileiras; Política Brasileira Contemporânea; Política Internacional I e II; Política na América Latina e Tópicos Especiais de Ciência Política I e II. A Sociologia passaria a oferecer 17 disciplinas complementares e a Antropologia também 16¹¹⁰.

Conforme aponta Gláucia Villas Boas, as modificações de 1982 não alteraram a estrutura curricular. Esta se manteve com disciplinas obrigatórias do ciclo básico, disciplinas obrigatórias do ciclo profissional e disciplinas complementares divididas em 4 grupos. Mas tais grupos passaram a corresponder a (A) Sociologia, (B) Antropologia, (C) Ciência Política e (D) Metodologia e Pesquisa Social em vez de disciplinas de Economia, que foi inibida depois de décadas privilegiada no currículo. Na área de Metodologia e Pesquisa Social, aliás, passou a também ser oferecida a disciplina Métodos em Ciência Política, ao lado de outras disciplinas de Métodos. Além disso, Metodologia da História foi substituída por Metodologia das Ciências Sociais e as disciplinas de Matemática e Estatística deixaram de ser obrigatórias, com a introdução de Métodos

¹¹⁰Cf. VILLAS BOAS, 1995: 170-171.

Quantitativos entre as obrigatórias e a disciplina Matemática Complementar I sendo oferecida como disciplina complementar também na área de Metodologia e Pesquisa Social¹¹¹.

Em 1989 um sexto currículo passaria a vigorar, com o aumento de disciplinas obrigatórias nos três campos – Sociologia, Antropologia e Ciência Política – e mais disciplinas optativas: entre as obrigatórias, Ciência Política passaria a possuir 4 disciplinas, uma a mais do que possuía no currículo anterior, assim como Sociologia e Antropologia, para que esta disciplina a mais servisse para tratar da produção científica brasileira; e entre as optativas, Ciência Política passaria a oferecer 8 disciplinas a mais, totalizando 24 disciplinas optativas que podiam ser oferecidas na área de Ciência Política para estudantes de Ciências Sociais do IFCS. Foi a área com maior número de acréscimo de optativas neste currículo, pois a Sociologia passou a oferecer 20 disciplinas (3 a mais do que oferecia no currículo anterior) e a Antropologia, 22 disciplinas (6 a mais). As novas optativas de Ciência Política foram: Análise Comparada das Ilustrações; A Tradição Social Democrata; Teoria Democrática Contemporânea; Teoria Política e Ceticismo; Crises da Realidade Brasileira; Análise Política Marxista e Tópicos Especiais de Ciência Política I, II, III e IV.

Sobre as reformas curriculares, assinala ainda a autora que, ao lado dos interesses de grupos e gerações que participaram dessas mudanças curriculares,

As reformas curriculares coincidem com marcos importantes da vida política e econômica do país. Veja-se que a primeira alteração do currículo do curso tem lugar em 1947, no contexto do pós-guerra e da redemocratização do país; logo, as mudanças sociais e ideológicas de meados dos anos 50 parecem ter motivado a formulação de novo currículo, que permanece até as alterações introduzidas em 1967, com a reforma universitária assinalando outra configuração social, política e ideológica. O período mais longo entre uma reforma e outra, de 15 anos, ocorre justamente durante o governo de regime militar. Somente em 1982, quando os efeitos da recessão econômica se fazem sentir, e, paralelamente, crescem os movimentos pela redemocratização do país, o currículo de Ciências Sociais volta a ser revisto e modificado. (VILLAS BOAS, 1995: 174)

Porém, a autora critica ainda o que chama de “lógica da acumulação”, que leva a um aumento do número de disciplinas no curso de Ciências Sociais, que acompanha o crescimento deste campo, sua expansão e sua diferenciação. “A cada mudança curricular aumentou-se a quantidade de disciplinas no ciclo básico e obrigatório, no ciclo

¹¹¹Como aponta Villas Boas, “o ensino de metodologia nunca teve paradeiro certo. Como uma espécie de curinga, foi o que mais mudou de lugar e conteúdo: matéria ora optativa, ora obrigatória, relacionada ou não às áreas de saber de escolha do aluno, incluiu Matemática e Estatística, recentemente substituídas por métodos quantitativos e métodos qualitativos.” (VILLAS BOAS, 1995: 175)

profissional e obrigatório, e, ainda, no conjunto das optativas” (VILLAS BOAS, 1995: 176).

Tal lógica da acumulação levou o currículo a ter registradas 66 disciplinas optativas apenas nas áreas de Antropologia, Sociologia e Ciência Política, embora na prática muitas vezes se repetissem as mesmas optativas oferecidas a cada semestre, não significando que um número maior de optativas registradas no currículo correspondesse a um número maior de optativas de cada área oferecidas aos alunos a cada semestre.

Com isso, em vez de o currículo do curso de Ciências Sociais ter se submetido a uma perspectiva mais humanista ou a uma perspectiva mais pragmática, Villas Boas aponta que ele se sujeitou a um “dever cumulativo que reduz a formação do cientista social a aquisição de maior número de conhecimentos em menor tempo possível” (VILLAS BOAS, 1995: 176) e que o exame dos currículos sugere que o debate sobre a formação do cientista social não se apóie na controvérsia humanismo *versus* pragmatismo, mas indague o significado desta lógica da acumulação.

6.2. Trajetórias, biografias, memória e subjetividade

Um dos textos a que nos referimos na introdução deste capítulo e cuja leitura julgo ter sido da maior importância, foi o de Bourdieu (2006), *A Ilusão Biográfica*. Especialmente pelo cuidado com que discute a propensão de investigados se tornarem “ideólogos de sua própria vida, selecionando, em função de uma intenção global, certos acontecimentos significativos e estabelecendo entre eles conexões para lhes dar coerência” (BOURDIEU, 2006: 184-185), ao mesmo tempo em que destaca o quanto o investigador vai sendo levado a “aceitar essa criação artificial de sentido”.

Sua citação de Allain Robbe-Grillet, de que o romance moderno descobriu que “o real é descontínuo, formado de elementos justapostos sem razão, todos eles únicos e tanto mais difíceis de serem apreendidos porque surgem de modo incessantemente imprevisto, fora de propósito, aleatório” (ROBBE-GRILLET *apud* BOURDIEU, 2006: 185) exige que se leve tal constatação em consideração.

Ora, efetivamente as *trajetórias* investigadas nesta tese serão tratadas a partir de uma seleção de certos acontecimentos significativos com conexões estabelecidas entre si, para obterem coerência, ainda que compreendamos que, evidentemente, tais “trajetórias” não se deram de modo tão coerente, mas como produto de acontecimentos sobrepostos e não raras vezes ocorridos aleatoriamente.

Diante desta reflexão, tive de buscar analisar da melhor forma os processos sociais que atuaram na construção dessas *trajetórias*, aqui compreendidas, de acordo com Bourdieu, “como séries de *posições* sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações” (BOURDIEU, 2006: 189). A analogia de Bourdieu cai bem:

Tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um ‘sujeito’ cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações. (BOURDIEU, 1989: 189-190)

Para Bourdieu, não podemos compreender uma trajetória

sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo na qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniu o agente considerado – pelo menos em certo número de estados pertinentes – ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontarmos com o mesmo espaço dos possíveis. (BOURDIEU, 1989: 190).

Um exemplo da realização de um trabalho biográfico que, a meu ver, não está desprovido de uma preocupação com “a ilusão biográfica” é o *Mozart – Sociologia de um Gênio* de Norbert Elias, que se tornou uma verdadeira inspiração para o trabalho que realizamos. Elias, para escrever sobre Mozart, partiu de reflexões *sociológicas* sobre este compositor do Século XVIII, interpretando sua existência dentro do contexto social em que viveu, em um determinado quadro sociológico, marcado por transições na Arte e mudanças sociais. Elias discute ainda os motivos dessas transições e mudanças por ele apontadas e demonstra uma maneira de se abordar uma trajetória.

Também estabeleci um conjunto de perguntas que pretendia responder com a pesquisa para a tese, especialmente como os professores de Ciência Política do IFCS lidaram com transformações de vários tipos que os atingiram, como o Regime Militar e seus efeitos sobre a universidade. Da mesma forma que Mozart exemplifica o artista burguês na sociedade de corte, penso que os professores de Ciência Política do IFCS exemplifiquem os efeitos sobre os indivíduos em posição semelhantes a eles no mesmo contexto.

Outro texto que certamente contribuiu muito com minha reflexão acerca de *trajetórias* foi o de Levi (2006), no qual o autor aponta que vivemos uma fase intermediária entre outras épocas, uma em que “se podia narrar a vida de um homem abstraindo-se de qualquer fato histórico” e outra “em que era possível relatar um fato

histórico abstraindo-se de qualquer destino individual.” (LEVI, 2006: 167). Para Levi, contudo, o entusiasmo dos historiadores pela biografia e pela autobiografia merece observações. Levi ressalta a importância do ensaio *A Ilusão Biográfica* de Bourdieu, em que o sociólogo considerou ser indispensável, como vimos acima, a reconstrução do contexto, da “superfície social” em que agem os indivíduos a cada instante, em variados campos. (LEVI, 2006: 169). O autor então defende a questão, colocada pelos historiadores: como indivíduos se definem (conscientemente ou não) em relação ao grupo ou classe a que pertencem, conforme estruturas sociais (entendidas como redes de relações, menos mecânica e esquemática) se desfazem e se fazem, bem como suas análises?

Levi aponta que os historiadores passaram a abordar o problema biográfico de diversos modos. O autor se propõe a formular uma tipologia dessas abordagens e apresenta os seguintes tipos de abordagem: (i) prosopografia e biografia modal; (ii) biografia e contexto; (iii) biografia e casos extremos; (iv) biografia e hermenêutica¹¹².

Pretendi ter uma perspectiva em minha pesquisa mais próxima àquela que Levi abordou ao tratar da abordagem que chamou de *biografia e contexto*, buscando, porém, diante da objeção do próprio autor quanto a esta abordagem¹¹³, não tratar o contexto de modo rígido, coerente e nem como pano de fundo imóvel: aqui, as trajetórias individuais se *relacionarão* com o contexto, cabendo que identifiquemos de que maneira esses professores puderam atuar sobre este contexto.

112 (i) *prosopografia e biografia modal*: em que “biografias individuais só servem para ilustrar formas típicas do comportamento opo status” com “muitas analogias com a prosopografia” (LEVI, p. 175) em que a biografia concentra as características de um grupo; (ii) *biografia e contexto*: quando “a época, o meio e a ambiência também são muito valorizados como fatores capazes de caracterizar uma atmosfera que explicaria a singularidade das trajetórias” (LEVI, p. 175), contudo não se tratando de “reduzir as condutas a comportamentos-tipos, mas de interpretar as vicissitudes biográficas à luz de um contexto que os torne possíveis.” (LEVI, p. 176); (iii) *biografia e casos extremos*: em que biografias são usadas para esclarecer o contexto, em estudos de caso, mas biografias que são um caso extremo, e não um caso modal, podendo o extremo ser representativo sob vários aspectos, inclusive por apontar o que não foi maioria ou a possibilidade para alguém e, finalmente, (iv) *biografia e hermenêutica*: perspectiva na qual o material biográfico se torna discursivo e o que se torna significativo é o próprio ato interpretativo. Para o autor, tal tipologia não pretende esgotar todas as possibilidades ou práticas, mas apenas representar sucintamente os principais caminhos trilhados pelos pesquisadores que procuram utilizar a biografia como instrumento de conhecimento histórico e substituir a tradicional biografia linear e factual (LEVI, p. 179). Contudo, diz o autor, “as quatro orientações mencionadas têm em comum o fato de passar em silêncio por questões fundamentais” que “dizem respeito sobretudo ao papel das incoerências entre as próprias normas de cada sistema social, ao tipo de racionalidade atribuída aos atores e à relação entre um grupo e os indivíduos que o compõem.

113 De que, quanto a esta abordagem, “pode-se alegar, no entanto, que o contexto é frequentemente apresentado como algo rígido, coerente, e que ele serve de pano de fundo imóvel para explicar a biografia”. (LEVI, 2006: 176)

Para Levi, há uma relação permanente e recíproca entre biografia e contexto, mas cabendo mostrar “que a repartição desigual do poder, por maior e mais coercitiva que seja, sempre deixa alguma margem de manobra para os dominados; estes podem então impor aos dominantes mudanças nada desprezíveis.” (LEVI, 2006: 180)

“Alertado” por Levi, pretendi levar em consideração que indivíduos possuem distintas disposições, obedecem a distintos modos de decisão e agem não apenas em função de cálculos de ganhos e perdas. Estudei a cooperação e os conflitos, as redes e as tensões, entre os professores de Ciência Política do IFCS e a própria universidade, seus departamentos, as disputas no interior das Ciências Sociais, como campo científico¹¹⁴, etc. Não pressupus uma coesão do grupo, pois há diferenças individuais numerosas e, conforme Levi, impossíveis de serem interpretadas, ainda mais nas relações entre indivíduos e grupos, entre indivíduos e instituições e entre grupos e instituições.

E não só reflexões sobre trajetórias e biografias foram relevantes para minha investigação. Outra questão que se colocou em minha abordagem foi a da relação entre memória e subjetividade. Nesse sentido, um dos textos mais estimulantes foi o de Pollak (1989), *Memória, Esquecimento, Silêncio*, em que o autor, apoiado inclusive em Halbwachs, demonstra o quanto há de propriamente político na disputa pela memória, sendo *aquilo que se quer lembrar ou esquecer* um espaço de enquadramento de visões-versões sobre outras memórias, memórias subterrâneas; havendo uma dimensão conflitiva da memória, objeto de negociações entre lembrança e esquecimento.

Foi fundamental para mim compreender o quanto há razões políticas e pessoais para o esquecimento, de acordo com Pollak, que ainda destaca a vivacidade das lembranças individuais e de grupos durante dezenas de anos e até mesmo séculos. Tal vivacidade está presente no grupo que aqui enfoco.

Pollak aponta que “a fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável” separa “uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor.” Conforme as circunstâncias, segundo Pollak, “ocorre a emergência de certas lembranças, a ênfase é dada a um ou outro aspecto. Sobretudo a lembrança de guerras ou de grandes convulsões internas remete sempre ao presente, deformando e reinterpretando o passado.” (POLLAK, 1989: 8) E mais à frente, ao se referir ao enquadramento da memória, diz:

114 A partir, por exemplo, das reflexões de Bourdieu sobre o campo científico.

A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis. (POLLAK, 1989: 9)

Proponho nesta tese, assim, um trabalho de (re)enquadramento da memória. E, a partir dessa noção de “enquadramento da memória”, talvez eu tenha compreendido melhor o referido projeto da ABCP, em que se propôs uma espécie de um controle da memória, realizado, parafraseando Pollak, na “escolha de testemunhas autorizadas”, testemunhas “sóbrias e confiáveis”, em um “trabalho de enquadramento”.

Foi, portanto, com uma crítica a este enquadramento que esta tese se realizou, a partir de uma pesquisa sobre a memória coletiva de professores de Ciência Política no Rio de Janeiro, com outro enquadramento, ciente de que aqueles que buscaram resgatar a memória da Ciência Política no Rio de Janeiro sem ouvi-los estiveram a erguer um mito, ainda que não se ancorasse na realidade política, mas alimentado por referências outras. Como diz Pollak, sobre enquadramento e memórias coletivas,

Se a análise do trabalho de enquadramento de seus agentes e seus traços materiais é uma chave para estudar, de cima para baixo, como as memórias coletivas são construídas, desconstruídas e reconstruídas, o procedimento inverso, aquele que, com os instrumentos da história oral, parte das memórias individuais, faz aparecerem os limites desse trabalho de enquadramento e, ao mesmo tempo, revela um trabalho psicológico do indivíduo que tende a controlar as feridas, as tensões e contradições entre a imagem oficial do passado e suas lembranças pessoais (...). Em todas as entrevistas sucessivas - no caso de histórias de vida de longa duração - em que a mesma pessoa volta várias vezes a um número restrito de acontecimentos (seja por sua própria iniciativa, seja provocada pelo entrevistador), esse fenômeno pode ser constatado até na entonação. A despeito de variações importantes, encontra-se um núcleo resistente, um fio condutor, uma espécie de *leit-motiv* em cada história de vida. Essas características de todas as histórias de vida sugerem que estas últimas devem ser consideradas como instrumentos de reconstrução da identidade, e não apenas como relatos factuais. Por definição reconstrução a posteriori, a história de vida ordena acontecimentos que balizaram uma existência. Além disso, ao contarmos nossa vida, em geral tentamos estabelecer uma certa coerência por meio de laços lógicos entre acontecimentos-chaves (que aparecem então de uma forma cada vez mais solidificada e estereotipada), e de uma continuidade, resultante da ordenação cronológica. Através desse trabalho de reconstrução de si mesmo o indivíduo tende a definir seu lugar social e suas relações com os outros. (POLLAK: 1989, 12-13)

A crítica aos documentários como instrumento de rearranjo da memória coletiva realizada pelo autor também foi importante, pois exemplifica uma situação também discutida por Beatriz Sarlo (2007) em *Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Como estive pesquisando trajetórias marcadas por rupturas, traumatismos e tensões, percebi que precisaria estar atento a isto.

Aliás, Sarlo (2007) traça no terceiro capítulo desse seu livro, *A Retórica Testemunhal*, um ponto em comum nos processos que se deram com o fim das ditaduras latino-americanas e a escrita na década de 1980 de novos capítulos sobre o holocausto: a tomada da palavra pelas vítimas e seus representantes (seus narradores, antropólogos, jornalistas) e o ato de *lembrar* passando a ser a atividade de restauração de laços perdidos pelo exílio ou pela violência.

Com isso, de acordo com Sarlo – para quem a memória é um bem comum, um dever, uma necessidade de ordem jurídica, política e moral – novas esferas de debate foram produzidas, floresceram discursos testemunhais, indispensáveis para a restauração de uma esfera pública de direitos.

Mas a autora aponta para a ilusão – observação fundamental – de *não se esquecer nada*, uma “utopia”. Os relatos testemunhais são discurso (possuem um narrador implicado nos fatos, que não persegue uma verdade externa ao momento em que foi enunciada), sendo inevitável que a marca do presente no ato de narrar o passado, se dê. E o passado se distorce para introduzir-se coerência. Assim, uma hegemonia do presente sobre o passado no discurso se apóia na memória e na subjetividade. No limite está a utopia de um relato “completo” e a tendência, nas palavras da autora, ao detalhe e acúmulo de precisão cria a ilusão de que o concreto da experiência passada ficou capturado no discurso. O discurso da memória transformado em testemunho tem a ambição da autodefesa, quer persuadir o interlocutor presente e assegurar-se uma posição no futuro. Justamente por isso é atribuído a ele um efeito reparador de subjetividade.

Mas a disciplina histórica deve se localizar exatamente longe dessa utopia de que sua narração possa incluir tudo. Assim, Sarlo citando Susan Sontag, indica sua crítica central: “o relato individual e a opinião pessoal ocupam muitas vezes o lugar da análise”. E a memória não é invariavelmente espontânea. A intervenção, como recurso usado por exemplo, por Lanzmann em seu fazer artístico como diretor de cinema, é um jeito de forçar a memória e sua codificação numa narração convencional, sobre a qual se exerce a pressão de um conhecimento construído no presente, e é não preciso recorrer sequer à ideia de manipulação para mencionar tal argumento. Sarlo critica igualmente o fetichismo documental da história científica do século XX, afirmando, porém, que documentos, manifestos, cartas, jornais, são fontes ricas e que seria insensato deixá-las de lado, uma vez que frequentemente dizem muito mais que as lembranças dos protagonistas, afinal, mais do que se limitar às lembranças que eles têm agora de como eram e agiam, saber

como pensavam pode ser alcançado nestas fontes, sem a pretensão reificante da subjetividade nem o interesse de expulsá-la da História.

Conhecer as críticas deste terceiro capítulo do livro de Sarlo foi crucial para minha pesquisa. Especialmente por ela aí se colocar contra um *Mito da Memória*, questionando o quanto o peso da reverberação das ideias restou nas narrações testemunhais e o quanto subsiste de um determinado teor ideológico da vida política nas narrações testemunhais: “quando uma narração memorialística concorre com a História e se apóia sua exigência nos privilégios de uma subjetividade que seria sua garantia (...), ela se coloca, pelo exercício de uma imaginária autenticidade testemunhal, numa espécie de limbo interpretativo.” (Sarlo, 2007: 67-68)

Finalmente, a abordagem de Sellingmann- Silva, em *Narrar o Trauma – a questão dos testemunhos de catástrofes históricas* também foi da maior importância ter sido conhecida por mim neste momento, pois seu autor relaciona de modo muito interessante memória, subjetividade e até mesmo imaginação, como mecanismo para enfrentamento da “irrealidade” de testemunhos, (SELLINGMANN-SILVA, 2008: 69), destacando o papel dos depoimentos, através dos quais se constrói representações, e o quanto os testemunhos nos fazem compreender o trauma, através da sua narrativa.

Não tive depoentes em minha pesquisa tendo de narrar o “inenarrável”, mas sem dúvida o papel exercido sobre os meus depoentes pelo Golpe de 1964 e pelo regime que o sucedeu, seus efeitos para sua geração, muitos dos quais sendo jovens de esquerda que buscavam na Ciência Política compreender melhor o que viviam, e o olhar que tiveram de ter sobre o vivido, nas entrevistas que realizei, os colocaram em contato com um “trauma”.

O que ficou destas leituras foi a necessidade, portanto, da *sensibilidade* na busca dos “fatos antes enterrados”, seja ante a “negacionismos”, a incômodos, ao desagradável e ao doloroso. Além da importância de se entender a memória como uma construção-versão, isto é, uma representação socialmente construída sobre o passado, compreendendo que a memória não é a narrativa do que houve, mas o modo como se optou por representar um passado.

Essas reflexões todas me permitiram buscar compreender melhor as representações que se criou a respeito do tema que aqui pesquisamos –parafraçando Sellingmann-Silva, os hieróglifos da memória da Ciência Política no Rio de Janeiro – e a pesquisá-lo atento a algumas das armadilhas ao se trabalhar com trajetórias, biografias, memória e subjetividades em uma pesquisa como esta.

7. André Gros, o primeiro professor de Política da FNFi

*Le colonel était de l'Action française,
Le commandant était un modéré,
Le capitaine était pour le diocèse,
Et le lieutenant bouloottait du curé.
Le juteux était un fervent extrémiste,
Le sergent un socialiste convaincu,
Le caporal, inscrit sur toutes les listes,
Et le 2e classe au PMU!
Et tout ça, ça fait
D'excellents Français,
D'excellents soldats,
Qui marchent au pas.
En pensant que la République,
C'est encore le meilleur régime ici bas.
Et tous ces gaillards,
Qui pour la plupart,
N'étaient pas du même avis en politique,
Les v'là tous d'accord,
Quel que soit leur sort,
Ils désirent tous désormais,
Qu'on nous foute une bonne fois la paix!*

Ça fait d'excellents Français
(Jean Boyer / George Van Parys)

Canção gravada por Maurice Chevalier em 1939

*O Brasil samba que dá
Bamboleio que faz gingar
O Brasil do meu amor
Terra de Nosso Senhor
Brasil, pra mim,
Pra mim, pra mim!*

Aquarela do Brasil
(Ary Barroso)

Samba gravado por Francisco Alves em 1939

Foi em 1939 – ano em que Maurice Chevalier gravou *Ça fait d'excellents Français* e Francisco Alves gravou *Aquarela do Brasil*, ambas acabando por representar a imagem de seus respectivos países naquele momento – que o professor André Gros chegou ao Brasil, vindo da França. Primeiro professor da Cátedra de Política da Faculdade Nacional de Filosofia, Gros tem sua trajetória ainda pouco conhecida entre nós, não possuindo sequer um artigo inteiramente a seu respeito em língua portuguesa, apesar da importância de sua biografia no Direito Internacional, na própria política internacional¹¹⁵ e da relação de seus descendentes com o país¹¹⁶.

¹¹⁵ Agraciado com o *Commandeur de la Légion d'honneur* e a *Croix de guerre*.

¹¹⁶ O filho de André Gros com sua esposa, a brasileira Dulce Simões Correa, com quem casou em 1940, Francisco Gros, nascido em 1942 e formado em Economia nos Estados Unidos, foi presidente do Banco Central do Brasil (1987), do BNDES (2000-2001) e da Petrobrás.

Apesar disso, André Gros é um dos protagonistas da trama que corresponde ao itinerário da Cátedra de Política na FNFi e conhecermos sua trajetória já nos evidencia o quanto tal itinerário esteve submetido ao que chamarei nesta tese de (des)caminhos da Política: foram interesses políticos que levaram a França e o Brasil a estabelecerem uma cooperação para a vinda de professores franceses ao país, entre os quais Gros, foram interesses políticos que levaram o governo brasileiro de Getúlio Vargas a preferir professores com determinado perfil e acabaram sendo motivos políticos que levaram Gros a sair do país, rumo a Londres, para participar da França Livre, durante a II Guerra Mundial. De certo modo sob o signo da trajetória deste primeiro professor, também estarão sob os (des)caminhos da Política os seus sucessores de cujas trajetórias trataremos neste trabalho, como veremos adiante.

7.1. A trajetória de André Gros

Apesar de não conseguirmos obter muitos dados sobre a infância e a juventude de André Gros, foi possível conhecermos sua trajetória em linhas gerais, especialmente através do verbete sobre o professor escrito por Raphaël Maurel (2017) para a página da *La Société française pour le droit international*¹¹⁷ e dos artigos citados neste capítulo.

André Paul Adolphe Gros nasceu em 19 de maio de 1908 em Douai, no Norte da França. Era filho do Procurador-Geral Maurice Gros e de sua esposa, Adèle Gros, e estudou no Lycée de Bourges. Estudou Direito na Universidade de Lyon e na Universidade de Paris, onde se tornou professor assistente da Faculdade de Direito em 1931, defendendo sua tese *Survivance de la raison d'État*¹¹⁸ em 1932, sobre atos de governo e limites do controle jurídico sobre a atividade estatal, junto a uma banca formada por Doyen Henri Berthélémy, Achille Mestre e Julien Laferrière.

Segundo Maurel (2017), o método que Gros emprega revela suas aspirações internacionalistas, com parte de sua tese voltada para o estudo dos sistemas alemão, britânico e norte-americano. Além disso, Gros já se voltava para o direito dos indivíduos e não para o direito dos Estados.

Gros atuou nas universidades de Nancy em 1935 e de Toulouse em 1937 e, tendo obtido sua Agrégation em 1938, foi nomeado para a Universidade do Brasil em 1939, para a Cátedra de Política, sob crítica recebida pelo Ministro Capanema por contratar um

¹¹⁷ Disponível em <<http://www.sfdi.org/internationalistes/gros/>> Acesso em 20 de junho de 2017.

¹¹⁸ Segundo o referido verbete de Raphaël Maurel, se trata de uma tese que ainda é uma referência nos dias de hoje.

francês para esta cátedra durante o Estado Novo, conforme aponta Fávero (2003), que traz um trecho de uma carta para o ministro em que seu remetente, que defendia a escolha de um ex-catedrático da Faculdade de Direito do Espírito Santo, questiona:

Ouvi dizer que se pensou em mandar vir da Sorbonne um professor para a cadeira [de Política]. Não julguei que fosse fundada a notícia. A todos os respeito, se o eminente amigo me permite, a importação de um professor estrangeiro para a regência efetiva da cadeira seria um contra-senso com a ordem das coisas instituídas no país em 1937. (NEVES *apud* FÁVERO, 2003: 124)

Ao chegar, Gros recebeu, porém, ao lado de outros professores franceses, a seguinte saudação de Alceu Amoroso Lima, quase que representando o aval dos católicos à escolha:

E para mim, velho amigo e discípulo da cultura francesa, uma grata alegria ver que, na data em que se inauguram oficialmente estes cursos, já contamos no corpo docente com três colegas que são três mestres de todos nós – os professores Strowski, Bom e Gros¹¹⁹. Cada um na sua especialidade – as letras, a história, o direito político, são três luminas da velha cultura imortal da França, representantes de três gerações sucessivas, que são bem a imagem dessa memorável tradição universitária francesa cujo louvor é supérfluo fazer. (ALCEU AMOROSO LIMA in FÁVERO, 1989a: 99)

Paula (2002), ao tratar da influência das concepções alemã e francesa nas fundações da USP e da Universidade do Brasil, que se tornaria a UFRJ, sugere a ligação de Gros à corrente católica, ao citá-lo ao lado de outros professores franceses contratados com apoio da Igreja para atuar no ensino superior no Rio de Janeiro, além de observar que esta incorporação de intelectuais com apoio católico representou a presença da Igreja Católica também neste nível de ensino¹²⁰:

¹¹⁹ Referência a Forlunat Slrowski, Antoine Bom e André Gros, que ao lado de Jacques Lambert, André Ombredane, Maurice Byé, René Poirier e Victor L. Tapié foram franceses que vieram lecionar no Rio de Janeiro enquanto Paul Arbousse-Bastide, Roger Bastide, Paul Alfred Bonzon, Jenn Gagé, Paul Hugon, Jean Maugué e Pierre Monbeig foram para a Universidade de São Paulo. (Cf. SUPPO, 1995: 76).

¹²⁰ Schwartzmann et al (2000: 232) também sugere esta ligação de Gros com a Igreja Católica, depois referida por Massi (1989) e Maio (1997). Não sei, porém, se ele era um intelectual católico ou com apoio católico, como preferi dizer, pois encontrei a seguinte passagem em livro de memórias de Maurice Bardèche, creio que se referindo ao mesmo André Gros de que trata este trabalho, segundo ele, judeu: *Celui qui me montra le plus d'attention et d'affection était un jeune Juif qui s'appelait André Gros. Son nom est connu de tous ceux qui sont familiers avec le milieu judiciaire : il fit une brillante carrière de professeur de droit, fut jurisconsulte du ministère des Affaires étrangères et représentant de la France au tribunal international de La Haye. C'était, à cette époque, un joli petit garçon blond, dont le père était procureur général auprès de la cour d'appel. Dans mon ignorance, ce titre m'était aussi inconnu que la qualité de juif, adjectif qu'on n'avait jamais prononcé devant moi. J'eus donc pendant quelques semaines le procureur général pour correspondant. Je ne m'en étonnais pas. Cela ne me surprend pas davantage aujourd'hui. Car j'ai eu ensuite plus d'une fois l'occasion de remarquer que les familles juives sont promptes à accueillir. Elles ont une convivialité plus spontanée que les familles installées depuis longtemps : comme s'il leur restait quelque chose de cette liberté des pionniers par laquelle commence toute race migrante.*” (BARDECHE, 2007)

No Rio de Janeiro, todos os professores franceses contratados eram da área de ciências humanas e ligados à corrente católica, tais como: René Lucien Poirier (Filosofia), André Ombredonne (Psicologia), Jacques Lambert (Sociologia), André Gros (Ciência Política), Charles Antoine História da Antigüidade e da Idade Média), Maurice Byé (Economia Política), Victor Marie Lucien Tapié (história moderna). A estada dos professores franceses na Faculdade Nacional de Filosofia foi, em geral, curta. Ainda no ano de 1943, Victor Nunes Leal foi indicado para ocupar a cátedra de André Gros e Luiz Aguiar da Costa Pinto, formado na primeira turma de ciências sociais, substituiu Jacques Lambert na cátedra de sociologia. (PAULA, 2002: 149)

E mais adiante

Apesar do regime Vargas ter recrutado intelectuais de diversas tendências político-ideológicas, encontramos nos seus quadros uma predominância de membros provenientes do movimento integralista e da reação católica, identificados com uma ideologia mais conservadora. A incorporação de intelectuais católicos alcançou dimensões significativamente grandes, fazendo valer a presença da Igreja em todos os setores políticos e culturais do serviço público, particularmente nas áreas próximas dos núcleos executivos (cf. Miceli, 1979). Merece destaque a presença marcante de Alceu Amoroso Lima junto ao Ministério da Educação e Saúde Pública, influenciando sobremaneira os Ministros Francisco Campos e Gustavo Capanema nas nomeações e contratações de reitores, diretores e professores da Universidade do Rio de Janeiro, depois transformada em Universidade do Brasil, e reivindicando maior participação da Igreja nos diversos níveis de ensino. (PAULA, 2002: 158-159)

Sobre a incorporação de intelectuais franceses para atuar no ensino superior no Brasil, é importante também destacarmos o quanto tal realização satisfazia a um só tempo interesses políticos do Brasil e da França. Sobre os interesses do Brasil, Denis Rolland (2003) nos esclarece que

Para o Brasil do Estado Novo, a relação com a França é útil. Oferece um pouco de latitude e torna possível algumas nuances no que diz respeito ao alinhamento político com Washington. Proporciona a afirmação hemisférica buscada e participa da prioridade dada ao desenvolvimento econômico: uma constante empírica na política externa brasileira da época. Além dos tradicionais sinais de amizade, entre a França e o Brasil, e de modestas variações em função dos responsáveis ministeriais, a referência à França pode constituir um argumento útil, numa diplomacia brasileira pragmática e na gestão da sua opinião pública.

O Brasil pode, então, antes de tudo *utilizar a França como argumento concorrencial*. A referência à França e às relações com ela são, de fato, utilizadas pelo Brasil como argumentos destinados a diversificar as relações exteriores do país. Washington e a França de Londres não se equivocam. (ROLLAND, 2003: 240)

Em *Intelectuais e artistas nas estratégias francesas de "propaganda cultural" no Brasil*, Hugo Suppo (1995) esclarece que o envio das chamadas *missões* de docentes franceses ao Brasil remonta ao início do Século XX, com uma intensificação do

movimento na década de 1930, especialmente após a criação da USP e da Universidade do Brasil¹²¹, atendendo “aos anseios de uma certa elite brasileira cujos projetos e ambições, por várias razões, passavam pelo âmbito cultural francês” (SUPPO, 1995: 76) e organizadas pelo *Service des Oeuvres Françaises à l'Etranger*, tenho entre seus objetivos uma propaganda da França no Brasil, com os professores sendo orientados a servirem de símbolos da cultura francesa no país, conscientes deste papel. (SUPPO, 1995: 76-77)

Mesmo com a França de Vichy e Petáin na presidência daquele país, segundo Suppo (1995), o regime pétainista quis manter tais professores em seus postos, buscando que renovassem seus contratos com as universidades brasileiras, porém

A situação era delicada: os professores dependiam economicamente de dois governos autoritários e solidários no plano ideológico. Até a Conferência do Rio de Janeiro [em janeiro] de 1942 e a entrada na guerra dos Estados Unidos [dezembro de 1941], o governo brasileiro reprimiu toda atividade contra o governo vichysta. Seria difícil generalizar o comportamento dos professores; podemos simplesmente balizar aqui e ali o trajeto de alguns dentre eles para mostrar que, se por um lado, e apesar de algumas exceções, todos foram contra Vichy, por outro lado, e paradoxalmente, a ação "cultural" dos mesmos se integrava à política cultural do governo francês. (SUPPO, 1995: 77)

Com a ruptura das relações diplomáticas entre Vichy e os Estados Unidos, Suppo nos conta que o embaixador da França no Brasil, Saint Quentin, sob ordem de retornar à França ou ir para Buenos Aires, “preferiu ficar e aderir ao governo do general Giraud, constituído no Norte da África. ” (SUPPO, 1995: 80) Na ocasião, em carta enviada a Giraud em março de 1943, o embaixador já informaria o quanto os professores franceses eram “instigados” pelas organizações *France Libre* ou *Combattante* com promessas e ameaças, com dois desses professores já tendo cedido, Maurice Byé tendo partido para para o Levante e André Gros para Londres¹²², e interesse de outros em partir¹²³, com alguns dos quais interessados em seguir para a África do Norte.

¹²¹ Suppo se refere literalmente à “Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro”, mas ao apontar sua fundação em 1935, creio que possa estar se referindo à Universidade do Distrito Federal, esta sim fundada neste ano, uma vez que a Universidade do Brasil, que viria a incorporar a UDF, extinta na ocasião, foi fundada apenas em 1937.

¹²² Para Saint Quentin, porém, nenhum dos dois seria um militante da *France Combattante*.

¹²³ Segundo Suppo (1995) o embaixador ainda propôs uma estratégia para manter os professores franceses no Brasil sob sua influência, com um aumento salarial de 50% a partir de fevereiro de 1943, com a independência das embaixadas e consulados em relação ao orçamento do Estado francês. Em junho de 1943 seria, porém, criado o *Comité Français de Liberation Nationale* (CFLN), controlado pelo general De Gaulle a partir do mês seguinte, e, com isso, seria enviado ao Brasil um novo representante da França, Jules-François Blondel, Delegado do Governo Provisório da República Francesa no Brasil com status de embaixador.

Byé foi o primeiro a aderir ao movimento gaullista, em 1942, ano em que, em um relatório, citou o Brasil como um país em que a posição da cultura francesa se encontrava fortalecida (SUPPO, 1995: 82), com a adesão de Gros às forças gaullistas em seguida. Também em um relatório sobre o Brasil, André Gros escreveu que

Esta posição francesa clássica pode se definir por uma velha amizade tradicional, as invocações à França, defensora da liberdade dos povos e país dos grandes gestos heróicos e desinteressados. É por este lado sentimental que nós temos sempre atingido os meios dirigentes do Brasil; isto nos aproxima, com efeito, da tradição "fidalgo" dos primeiros conquistadores portugueses.

Os elementos sensíveis à cultura francesa estão a favor da "France Libre"; a elite (2000 pessoas aproximadamente) não quer prejudicar nenhum francês, porque não se critica um amigo e todo francês é, só pela sua nacionalidade, um amigo. [...] Em consequência, não se pode esperar dos dirigentes uma tomada de posição; além do que, Washington os impediria. Em compensação, todas as questões de ordem individual são resolvidas com o maior desejo de facilitar as coisas e o de prestar serviço ... [...] O perigo de um enfraquecimento da posição francesa vem, de uma parte, da decepção de certos intelectuais em relação à França que os têm frustrado e, de outra, da atração dos jovens pelos Estados Unidos, que fazem tudo para os atrair (bolsas de estudo - propaganda pelo cinema). A situação desesperada do livro e do teatro francês é um perigo suplementar. Foi necessária a intervenção de três professores franceses do Rio junto ao Ministro da Educação para conseguir manter o francês como língua obrigatória no ensino secundário, à época da reforma de julho de 1942. Me parece possível desenvolver os elementos favoráveis de influência francesa no Brasil. A sociedade desempenha um papel essencial num país de governo quase colonial, onde as grandes famílias conservam ainda um poder pessoal. É ainda fácil manter o prestígio francês pelas relações pessoais com essas famílias.” (GROS *apud* SUPPO, 1995: 82-83)

E André Gros ainda indicaria como futuros pontos de união entre França e Brasil “o abastecimento da França logo após a liberação e a resistência à dominação norte-americana” (SUPPO, 1995: 83). Segundo Gros,

Toda a força de nossa posição no Brasil repousa agora no elemento de equilíbrio que representamos no futuro para contrabalançar a influência dos Estados Unidos. Numerosos dirigentes brasileiros temem ver o Brasil se transformar num Egito da América do Sul. Na medida que, mantendo elementos culturais e tendo uma política de entendimento amistosa, será possível dar a impressão de que o Brasil terá na França apoio aos ajustes do pós-guerra, entendimento que parece fácil de ser alcançado. A maneira anterior, um pouco protetora de nossa atitude para com o Brasil, deve ser totalmente esquecida [André Gros. Relatório ao Comissário Nacional da Instrução Pública, Londres, 1943]. (GROS *apud* ROLLAND, 2003: 240)

Em 1943, André Gros se tornou consultor jurídico do comitê nacional francês, se tornando em seguida delegado do *Comité Français de Libération Nationale* na comissão sobre o futuro da Corte Permanente de Justiça Internacional, que seria extinta, dando

origem à Corte Internacional de Justiça, em que o próprio Gros atuaria o futuro. Em 1945, Gros atuou na delegação francesa da Conferência de Londres que elaborou o estatuto do Tribunal de Nuremberg, tendo sido também ele que traduziu em grande parte a constituição do tribunal e seu estatuto para a língua francesa.

Voltando ao magistério na *École Nationale d'Administration* em 1947, Gros se tornaria no ano seguinte chefe do Departamento de Assuntos Jurídicos e consultor jurídico do *ministère des Affaires étrangères* da França, onde se manteria até sua eleição para a Corte Internacional de Justiça, onde participou de diversas comissões de arbitragem, especialmente como agente da França em seis casos perante aquela Corte.

Em outubro de 1950, Gros seria designado para fazer parte da Corte Permanente de Arbitragem da CIJ com Georges Scelle e, em 1963, seria eleito juiz da Corte Internacional de Justiça, tomando posse em 1964, sucedendo Jules Basdevant como juiz francês daquela Corte, sendo reeleito em 1973 e atuando até 1986. Para Maurel (2017), lendo os trabalhos de Gros, se revelam suas quatro áreas de interesse: a situação legal de Estados vizinhos ou próximos, o Direito do Mar, a função de jurisconsulto no *ministère des Affaires étrangères* da França e o funcionamento da Justiça Internacional em geral¹²⁴.

André Gros faleceu em 22 de abril de 2004, aos 96 anos. Seu pensamento está contido em suas obras: *Survivance de la raison d'État*, sua tese publicada em livro em 1932, e *Barbares ou Humains: essais sur la paix future*¹²⁵, publicado no Rio de Janeiro em 1942 e republicado em Londres em 1943, sob o título de *Les problèmes politiques de l'Europe*, além de diversos artigos¹²⁶, desde *Le Statut international de l'Égypte* publicado na *Revue de Droit International* em 1937, e do que produziu no âmbito da Corte Internacional de Justiça, especialmente suas opiniões individuais, opiniões dissidentes e declarações destacados por Maurel (2017).

¹²⁴ O verbete de Maurel apresenta mais detalhadamente alguns aspectos da atuação de André Gros na Corte Internacional de Justiça, especialmente suas posições de divergência. E encontrei uma reflexão do próprio André Gros sob o título de *La Cour Internationale de Justice 1946-1986: Les reflexions d'un juge* publicado em Dinstein & Tabora (1989). Há também um verbete sobre André Gros no capítulo *Les Juges* em Eyffinger (1996).

¹²⁵ Um livro em que André Gros discorre sobre a paz internacional discutindo temas como democracia, fronteiras, nações, Estado e governo, seguridade, desarmamento, pacifismo, unificação da Europa, objetivos de guerra, o imperialismo alemão, a Inglaterra e os Estados Unidos, tendo como último capítulo um “ensaio sobre a paz futura.”

¹²⁶ É interessante observar que Gros possuiu várias reflexões sobre sua prática publicadas em artigos, como *Origines et traditions de la fonction de jurisconsulte du département des Affaires étrangères, Quelques remarques sur la pratique du droit international, La recherche du consensus des décisions de la CIJ.*

7.2. André Gros na FNFi

Encontrei algumas publicações que se referem a André Gros nas páginas do Diário Oficial, que vão desde a primeira publicação que consegui encontrar, de agosto de 1939, onde é mencionado professor regente de Política na Relação Nominal do pessoal extranumerário-tarefeiro, admitidos como professores-auxiliares da FNFi a partir daquele mês¹²⁷ e o Termo de Contrato entre o governo brasileiro e Gros para o desempenho da função de professor regente da cadeira de Política da Faculdade Nacional de Filosofia, em novembro de 1941, até uma solicitação, aprovada por Vargas em janeiro de 1942, de autorização para se efetuar o pagamento de seus salários de 1941¹²⁸, o que pode dar a entender que trabalhou durante 1941 sem receber salário do governo brasileiro, e um registro, na Biblioteca Nacional, sob o número 6.558¹²⁹, de seu livro *Barbares ou Humains: Essai sur la paix future*, também em 1942.

O Termo de Contrato possui o seguinte conteúdo:

TERMOS DE CONTRATO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE
Divisão do Pessoal

Termo de contrato celebrado entre o Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e o senhor André Gros, para o desempenho da função de professor regente da cadeira de “Política” da Faculdade Nacional de

¹²⁷“Cujas despesas correrá por conta do destaque autorizado pelo decreto-lei n. 1.462, de 29 de julho último, mediante as seguintes condições: a) prazo - de 1 de agosto a 31 de dezembro de 1939; b) remuneração – 250\$000 por hora de aula, exceto para os professores de 'Língua e Literatura Inglesa e Anglo-Americana' e 'Língua e Literatura Grega', que perceberão 191\$000 por hora de aula; e para o de 'Língua e Literatura Italiana', que perceberão 150\$000 por hora de aula; c) produção mínima - 18 tarefas mensais, exceto os professores de 'Língua e Literatura Inglesa e Anglo-americana', de 'Língua e Literatura Grega' e de 'Língua e Literatura Italiana', que darão a produção mínima de 12 tarefas mensais; d) observância dos programas em vigor; e) pagamento mensal em folha.” (Diário Oficial, Seccção I, 17 de agosto de 1939, p. 19770) Os professores sob essas condições, além de André Gros (Política) eram André Gilbert (Geografia Humana), André Ombredane (Psicologia), Antoine Bon (História da Antiguidade e da Idade Média), Fortunat Strowski Robkowa (Língua e Literatura Francesa), Karl Arens (Botânica), Maurílio Leite Penido (Filosofia), Melissa Atodart Hull (Língua e Literatura Inglesa e Anglo-Americana), Paul Madlung (Língua e Literatura Grega), René Lucien Poirier (História da Filosofia) e Vincenzo Spinelli (Língua e Literatura Italiana).

¹²⁸ “Em 17 de janeiro de 1942. Excelentíssimo Senhor Presidente da República. Submeteu Vossa Excelência à apreciação deste Departamento o incluso processo em que o Ministério da Educação e Saúde, em face da demora verificada no processamento do Registro do Contrato celebrado com o professor André Gros para a Faculdade Nacional de Filosofia, solicita autorização para efetuar o pagamento dos salários contratuais, a partir da 1 de janeiro do ano findo. 2 - Conforme se verifica no processo, trata-se de um professor estrangeiro que veio a convite do Governo Brasileiro para ministrar o ensino na cadeira de Política, da Faculdade já referida, e que não iniciou as suas atividades em janeiro de 1941, em virtude de providências de ordem administrativa independentes de sua vontade. 3 - Em face dessa circunstância de haver o interessado permanecido à disposição do Governo sem que pudesse exercer outras atividades remuneradas, este Departamento entende que pode ser, excepcionalmente, feito o pagamento referente a todo o exercício financeiro, na forma do destaque de dotação já autorizada por Vossa Excelência. 4 - Com estes esclarecimentos, este Departamento tem a honra de restituir a Vossa Excelência o processo em apreço. Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito. — Luiz Simões Lopes, presidente. Aprovado. Em 19-1-42 —G. VARGAS.” (Diário Oficial, Seccção I, 23 de janeiro de 1942)

¹²⁹ Diário Oficial, Seccção I, de 5 de outubro de 1942, p. 14874.

Filosofia da Universidade do Brasil.

Aos dezanove dias do mês do novembro de mil novecentos e quarenta e um, presente no Gabinete do diretor do Pessoal do Departamento de Administração do Ministério da Educação e Saúde, o respectivo diretor doutor Alvaro Pereira e o senhor André Gros, foi firmado o contrato cujas cláusulas se seguem:

Cláusula primeira – O diretor do Pessoal do Ministério da Educação e Saúde, usando da atribuição que lhe confere o parágrafo primeiro do artigo dez do decreto-lei número mil novecentos e nove, de vinte e seis de dezembro de mil novecentos e trinta e nove, e de acordo com a autorização do Senhor Presidente da República, exarada na exposição de motivos número três mil, de sete de novembro de mil novecentos e quarenta e um, do Departamento Administrativo do Serviço Público, publicada no Diário Oficial de dezessete dos mesmos mês e ano, contrata o senhor André Gros, para desempenhar as funções de professor regente da cadeira de “Política” da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil.

Cláusula segunda — O senhor André Gros, daqui por diante denominado apenas “contratado”, perceberá, como remuneração dos seus serviços, o salário mensal de 4:000\$0 (quatro contos de réis), correndo a despesa correspondente, que ficou devidamente empenhada fias escrituração da Divisão do Pessoal do Departamento de Administração do Ministério da Educação e Saúde, no corrente ano, à conta da parcela de noventa e seis contos de réis, Verba Um, Pessoal, Consignação dois--Pessoal extranumerário – Subconsignação zero quatro – Item quarenta e quatro, de que trata o decreto-lei número três mil quinhentos e quatro, de que trata o decreto-lei número três mil quinhentos e sessenta e três, de vinte e oito de agosto de mil novecentos e quarenta e um.

Cláusula terceira — O presente contrato terá vigência a partir de primeiro de janeiro até trinta e um de dezembro do corrente ano, não se responsabilizando o Governo por indenização alguma se o Tribunal de Contas denegar o registro.

Cláusula quarta — Durante a vigência deste contrato o contratado não poderá exercer outra atividade pública, sob pena de ser este instrumento rescindido automaticamente.

Cláusula quinta — O presente contrato poderá ser prorrogado, renovado ou rescindido em qualquer tempo, por iniciativa do Governo, sem que caiba ao contratado direito de qualquer indenização ou reclamação judicial.

Cláusula sexta — O contratado se regerá exclusivamente pela legislação relativa ao pessoal extranumerário da União. O presente termo, lavrado por mim Edith Monteiro de Barros, oficial administrativa da classe H, do Ministério da Educação e Saúde, folhas vinte e cinco e verso e vinte e seis do livro próprio, para firmeza e validade do que fica estabelecido em suas cláusulas, é, depois de lido e achado conforme, assinado pelas partes contratantes já referidas, pelas testemunhas abaixo declaradas e por mim, estando isento de selo proporcional e cabendo, apenas, ao contratado, o pagamento da taxa de duzentos réis por linha, na forma da legislação vigente. Achavam-se coladas seis estampilhas federais no valor total do 18\$6 e um Selo de Educação e Saúde, assim inutilizados: Rio de Janeiro, 19 do novembro de 1941. — Alvaro Pereira. — André Gros. — Edith Monteiro de Barros. Testemunhas: Helena Rarnos. — Edmundo Galvão da Silva. Aprovo. 19-11-941. - Joaquim Bittencourt de Sá.

(Diário Oficial, Secção I, 26 de novembro de 1941, p. 21909)

Antes de seu contrato, contudo, em agosto de 1941, o DASP solicitou recursos para atender ao contrato de dois professores estrangeiros para a Faculdade Nacional de

Filosofia, sendo um deles para a cadeira de Política:

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO
EXPOSIÇÕES DE MOTIVOS

N. 2115 – Em 26 de agosto de 1941 – Excelentíssimo Senhor Presidente da República –O Ministério da Educação e Saúde propõe, no processo incluso, a abertura de um crédito suplementar na importância de 579:700\$0, sendo 512:200\$0 destinados a pessoal extranumerário e 67:500\$0 a material.

2. A discriminação proposta para extranumerários é a seguinte:

a) 96:000\$0, destinados a atender aos contratos de dois professores estrangeiros para a Faculdade Nacional de Filosofia, sendo um para a cadeira de “Política” e o outro para a de “História Moderna”, ambos de nacionalidade francesa.

(...)

(Diário Oficial, Secção I, 30 de agosto de 1941, p. 17043)

8. Victor Nunes Leal

*Teus ombros suportam o mundo
e ele não pesa mais que a mão de uma criança.
As guerras, as fomes, as discussões dentro dos edifícios
provam apenas que a vida prossegue
e nem todos se libertaram ainda.
Alguns, achando bárbaro o espetáculo,
prefeririam (os delicados) morrer.
Chegou um tempo em que não adianta morrer.
Chegou um tempo em que a vida é uma ordem.
A vida apenas, sem mistificação.*

Carlos Drummond de Andrade
em *Os Ombros Suportam o Mundo*
do livro *Sentimento do Mundo* (1940)

Parafrazeando Drummond, como quando chega um tempo em que a vida apenas, sem mistificação, é uma ordem, logo após a ida de André Gros para a França, em 1943, em plena Segunda Guerra Mundial, foi o mineiro Victor Nunes Leal quem assumiu a cátedra de Política na Faculdade Nacional de Filosofia, durante o Estado Novo.

Para buscarmos reconstituir, de certa forma, sua trajetória, e conhecermos de que forma ela também foi marcada pelos (des)caminhos da política, utilizaremos algumas possíveis fontes, apesar de Nunes Leal não ter deixado muitos escritos autobiográficos e de não haver ainda biografia publicada a seu respeito¹³⁰.

Entre essas fontes, estão os prefácios escritos para a segunda, a terceira e a sétima edição de *Coronelismo, Enxada e Voto*, a sua obra prima, respectivamente por Barbosa Lima Sobrinho, Alberto Venâncio Filho e José Murilo de Carvalho, além dos materiais disponíveis na página virtual do Instituto Victor Nunes Leal¹³¹, em especial uma entrevista a seu respeito com seu irmão Sylvio Nunes Leal e o discurso do próprio Victor Nunes Leal por ocasião da entrega a ele do título de Professor Emérito da Universidade de Brasília, permeado por reminiscências biográficas.

¹³⁰ Apesar da interessante obra coletiva *A contemporaneidade do pensamento de Victor Nunes Leal* (INSTITUTO VICTOR NUNES LEAL, 2013), a mesma não corresponde a uma biografia a seu respeito, mas a um conjunto de artigos em homenagem à sua vida e à sua obra.

¹³¹ Disponível em <http://ivnl.com.br/> <Último acesso em 11 de abril de 2018> Além de dados biográficos sobre Nunes Leal, e listas de artigos de sua autoria ou escritos em sua homenagem, nesta página é possível acessarmos, em arquivos em PDF, algumas de suas produções (artigos, discursos, palestras, súmulas), e fotografias suas e de documentos referentes a ele, como suas certidões de nascimento e de casamentos, seu histórico escolar do bacharelado em Direito, e de algumas das cartas que recebeu, como carta de Themistocles Brandão Cavalcanti informando sobre sua nomeação para o Conselho Diretor do Instituto de Direito Público e Ciência Política da Fundação Getúlio Vargas, etc.

8.1. De Minas Gerais para o Rio de Janeiro e o contato com Capanema

Filho de Nascimento Nunes Leal e de Angelina de Oliveira Leal, Victor Nunes Leal nasceu em 11 de novembro de 1914, em Carangola, Minas Gerais. Segundo seu irmão, Sylvio Nunes Leal¹³², o pai deles era influente na cidade, com muitas relações, ainda sendo, de acordo com José Murilo de Carvalho, um misto de fazendeiro e comerciante, que se envolvia nas disputas políticas locais (CARVALHO, 2012: 16).¹³³

Em Carangola, Victor Nunes Leal realizou seus estudos secundários, período em que fundou a revista *O Estudantil*, e seu pai, Nascimento Nunes Leal, foi compadre por duas vezes do advogado também carangolense Pedro Batista Martins, que abrigaria Victor quando este veio, devido a dificuldades paternas, para o Rio de Janeiro para estudar na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, que se tornaria a Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil pouco depois de sua formatura, que ocorreu em 1936.

Como um estudioso¹³⁴ aluno daquela Faculdade de Direito, a partir de 1932, Nunes Leal passou a trabalhar com o próprio Pedro Batista Martins, autor do projeto do Código de Processo Civil, a quem auxiliava no exame de sugestões ao anteprojeto deste código. Sobre esta experiência, que Nunes Leal chamou de seu noviciado, disse:

Fiz meu noviciado, desde o primeiro ano de Direito, como *office-boy* e, a seguir, datilógrafo do escritório de Pedro Martins, mineiro do meu município, Carangola, e duas vezes compadre de meu pai. Esta a razão porque eu pude estudar no Rio, morando de favor na casa de Pedro Martins. Ali também residia, enquanto solteiro, seu cunhado e companheiro de escritório Carlos Medeiros Silva que depois me introduziu na *Revista Forense* e na *Revista de Direito Administrativo* e veio a ser meu colega no Supremo Tribunal [Federal], de onde saiu para Ministério da Justiça do presidente Castelo Branco. (...)

Muito lucrei com os conselhos e lições de Pedro Martins e pela leitura, que eu fazia atentamente, ao datilografar seus trabalhos profissionais. E também, às vezes, ele me incumbia de pesquisa jurídica e de revisão de provas, sem falar no co-patrocínio de algumas causas. Foi também importante a circunstância de Pedro Martins ter realizado dois concursos para o magistério superior, um de Introdução à Ciência do Direito, outro de Direito Civil. Eram novas oportunidades para aqueles meus serviços de nenhum mérito, mas altamente estimulantes. O mesmo aconteceu quando ele teve de rever as quase 3 mil sugestões apresentadas ao seu anteprojeto de Código de Processo Civil. Fui

¹³²Em entrevista concedida ao Instituto Victor Nunes Leal, disponível em <http://ivnl.com.br/homenagens/entrevista-com-o-sr-sylvio-nunes-leal-sobre-a-vida-do-sr-ministro-victor-nunes-leal/> <Último acesso em 11 de abril de 2018>

¹³³Venâncio Filho indica que o pai de Victor Nunes Leal foi um “agricultor tornado comerciante com ascendência na comuna [cooperativas agrícolas]”, o que, segundo este autor, pode ter feito com que episódios da infância de Victor tenham o motivado a estudar o fenômeno do coronelismo. (VENÂNCIO FILHO, 2012: 22)

¹³⁴Segundo a entrevista de seu irmão, foi o melhor aluno do curso, ainda que tenha tido de trabalhar durante todo o bacharelado, mas sempre lendo e escrevendo muito. Desde a infância, ainda segundo Sylvio Nunes Leal, seu pai os estimulava a estudar e a ler os principais livros de literatura portuguesa e brasileira.

incumbido de catalogar todas elas e de fazer sua leitura, artigo por artigo, para o julgamento final de Pedro Martins. Carlos Medeiros Silva, experiente advogado, costumava participar desse exame crítico. (NUNES LEAL, 1984: 4)

De acordo com José Murilo de Carvalho, muito provavelmente o ambiente de tal Faculdade de Direito o tenha influenciado, embora não tenha deixado nada escrito a este respeito:

Embora exercendo simultaneamente, por necessidade financeira, trabalho jornalístico, não pode não ter sido influenciado pela forte presença na faculdade de professores de esquerda, como Leônidas de Resende, contratado em 1932, depois de derrotar em concurso Alceu Amoroso Lima; Hermes Lima, que impôs em 1933 outra derrota ao líder católico; e Edgardo de Castro Rebelo, de geração mais antiga. Hermes Lima tem quatro textos citados em *Coronelismo*, e foi posteriormente colega de Victor Nunes no Supremo Tribunal Federal, tendo sido, com este e Evandro Lins e Silva, aposentado compulsoriamente em 1969. Edgardo de Castro Rebelo também é citado na tese. Na Faculdade de Direito, segundo depoimento de Evaristo de Moraes Filho, todos os estudantes eram “mordidos” pelo marxismo. (CARVALHO, 2012: 14-15)

Além da atuação junto a Pedro Batista Martins, durante seu bacharelado Nunes Leal trabalhou ainda na imprensa, a partir de 1933, no *O Jornal* de Assis Chateaubriand, sob a direção do mineiro Dario de Almeida Magalhães, por intermédio do próprio Dario, que atendera a um pedido de Pedro Martins, a quem havia substituído e sucedido no cargo de advogado geral do Estado de Minas Gerais.

No *O Jornal*, Nunes Leal foi inicialmente encarregado do noticiário da Corte de Apelação, sendo em seguida aproveitado na redação, onde aprendeu a escrever objetivamente, sem rebuscamento e sem opiniões pessoais, passando a redigir notícias, entrevistas, tópicos, etc., mas não reportagens assinadas, que, segundo ele, eram privilégio de poucos jornalistas. Depois, Nunes Leal foi trabalhar simultaneamente no *Diário da Noite*, também de Chateaubriand, e no *Diário de Notícias*, de Orlando Dantas. (NUNES LEAL, 1984)

Bacharel em 1936, Nunes Leal trabalharia na redação da *Revista Forense* e faria parte da equipe que fundaria a *Revista de Direito Administrativo*, como vimos no trecho destacado acima de seu discurso, além de pertencer ao Conselho Consultivo da *Revista Brasileira de Estudos Políticos* da Universidade de Minas Gerais.

Mas foi na seção jurídica de *Observador Econômico e Financeiro*, revista mensal¹³⁵ dirigida por Olympio Guilherme, que este o aproximou do também mineiro

¹³⁵Para mais informações sobre a publicação, cf. *Um estudo sobre o debate desenvolvimentista nas páginas de O Observador Econômico e Financeiro (1936-1954)* (CORRÊA, 2011).

Gustavo Capanema, então ministro da Educação, para uma pesquisa de assuntos da pasta. No Ministério da Educação, Nunes Leal conheceria assessores e oficiais de gabinete, o chefe de gabinete Carlos Drummond de Andrade, e faria com eles, em suas palavras, “boa camaradagem”. Logo, ele mesmo se tornaria oficial de gabinete, se tornando em seguida diretor do Serviço de Documentação, que inauguraria e implantaria.

E seria Capanema, em 1943, que Nunes Leal conheceria por intermédio de sua atuação na imprensa, quem o levaria para o magistério em Política na FNFi, sem haver algum registro sobre a motivação do convite: “o ministro Capanema me ofereceu um lugar de professor interino de Política, na Faculdade Nacional de Filosofia, então dirigida pelo saudoso San Tiago Dantas. Isso abria novo capítulo em minhas atividades.” (NUNES LEAL, 1984: 9)

A nomeação de Victor Nunes Leal está publicada no Diário Oficial, Seção I, do dia 04 de maio de 1943:

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

DECRETOS DE 30 DE ABRIL DE 1943

O Presidente da República resolve nomear

(...)

De acordo com o art. 17 do decreto-lei número 1.713, de 28 de outubro de 1939:

(...)

Victor Nunes Leal, ocupante do cargo, em comissão, de Diretor, padrão N, do Serviço de Documentação, do Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, para exercer, interinamente, o cargo de Professor Catedrático, padrão M, da cadeira de Política da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil do mesmo Quadro e Ministério, vago conforme consta da relação nominal organizada de acordo com o art. 5º do decreto-lei n. 3.422, de 12 de julho de 1941.

8.2. A Cátedra de Política da FNFi

Indicado por Capanema, Nunes Leal seria contratado pela Faculdade Nacional de Filosofia, criada em 1939, para substituir o professor André Gros, que retornara à França para lutar pela França Livre, como vimos acima, e, com isso, se tornou o primeiro professor brasileiro de Política da FNFi, em vez de Guerreiro Ramos, que desejava ocupar a vaga deixada por Gros¹³⁶. Se há um pioneiro da Ciência Política no Brasil, portanto,

¹³⁶Alberto Guerreiro Ramos (1915-1982) foi um dos mais brilhantes sociólogos brasileiros, e agradeço ao amigo Márcio Nuno Rabat por ter me apresentado o pensamento deste autor em 2015, nosso primeiro ano do doutorado em Ciência Política no PPGCP da UFF e ano de centenário do nascimento do autor. Segundo Lucia Lippi Oliveira, “em seu caminho houve um momento-chave que definiu seu destino futuro: tendo vindo [da Bahia, onde nasceu e onde viveu até então] para o Rio de Janeiro fazer o curso de Ciências Sociais na então Universidade do Brasil, onde se formou em 1942, Guerreiro não foi nomeado professor dessa universidade, como desejava. Perdeu a cadeira de Sociologia para Luís Costa Pinto e a de Ciência Política para Vítor Nunes Leal. Esse episódio, narrado por ele próprio na entrevista ao fim deste volume, é indicativo de um outro caminho igualmente possível que, entretanto, não aconteceu. Seu lado mais acadêmico, o

cremos que ele seja Victor Nunes Leal, não só por este cargo, mas pela sua atuação à frente desta cátedra, como veremos a seguir.

Pouco, porém, foi dito ou escrito pelo próprio Victor Nunes sobre sua atuação no magistério, mas podemos encontrar algumas pistas a esse respeito especialmente no discurso que proferiu em 28 de junho de 1984, ao receber o título de Professor Emérito da Universidade de Brasília, em 1984. Em primeira pessoa, com sua conhecida modéstia, disse, sobre sua atuação como professor:

Nunca passei de um professor dedicado e sério, mas discreto e sem pretensões, pela minha própria condição de autodidata, pela pouquíssima familiaridade com as línguas estrangeiras, pela carência de bibliografia e pela nenhuma frequência a cursos de pós-graduação, seja no exterior, seja no Brasil. (NUNES LEAL, 1984: 15)

Além disso, como Nunes Leal assumiu o cargo em 1943 como professor catedrático interino, e como desejava se tornar titular da Cátedra de Política, elaborou uma tese para seu concurso à titularidade da cátedra. A respeito do período desta preparação, nos diz Nunes Leal, se referindo à passagem acima transcrita:

Por todas estas razões, evitei na minha tese de concurso temas teóricos, procurando compreender com o máximo de objetividade as características de um fenômeno da nossa realidade política - o coronelismo - em suas conexões com o funcionamento da federação brasileira, com ênfase especial no relacionamento dos municípios com os estados. Com esse enfoque, o trabalho, escrito em 1948, se apresentava como pioneiro, tendo sido recebido com benevolência aqui

desempenho de homem de estudo, teve que ser desenvolvido conquistando espaços ao funcionário, como quando escreveu artigos sobre Weber para a *Revista do Servidor Público* (...). Em sua entrevista podemos notar uma oscilação entre uma certa amargura pelo que ‘poderia ter sido e não foi’ e uma alegria pelo que conseguiu construir ao longo da vida” (OLIVEIRA, 1995: 14). Sugerimos a leitura do trecho da referida entrevista (GUERREIRO RAMOS, 1995) em que o próprio Guerreiro Ramos explica que foi indicado para suceder a André Gros (Política) ou a Jacques Lambert (Sociologia) e que, por suas ligações na Bahia com políticos integralistas, foi acusado, segundo ele, pelos comunistas, deixando San Tiago Dantas, diretor da FNFi e também identificado com os integralistas, com medo de nomeá-lo. Diz Guerreiro Ramos: “San Tiago ficou com medo. Veja você: indicado por dois professores, e não consegui ser nomeado. Para Ciência Política foi nomeado o Vitor Nunes Leal, e para Sociologia foi nomeado Costa Pinto. Eu não tenho nenhuma mágoa disso, mas foi difícil aquele ano de 1943. Os comunistas fizeram o negócio contra mim, levantando a minha ficha de integralista, ligado às forças do Landulfo Alves... Sei lá o que disseram. Então o San Tiago, que também era integralista, ficou com medo e me arranhou um curso no Departamento Nacional da Criança (...). Ao final de 1943 fui nomeado técnico de administração do DASP. Um amigo meu, que era professor no curso do Departamento Nacional da Criança e também era técnico de administração, ouvia falar de mim como uma revelação. Eu sou um bom professor.” (GUERREIRO RAMOS, 1995: 140-143) A importância do DASP naquele período é apontada por Bariani Junior (Cf. BARIANI JUNIOR, 2008, em especial a seção “DASP, administração, política e modernização” no primeiro capítulo). A história não é contrafactual, então não podemos inferir como seria Guerreiro Ramos como catedrático de Política, mas tudo leva a crer que teria sido competente professor, pelas suas produções ainda da década de 1940 (Cf. GUERREIRO RAMOS, 1946a, 1946b, 1947, 1950), pelas publicações nos anos seguintes (em especial, GUERREIRO RAMOS, 1954; 1957; 1958; 1961), e por sua trajetória como um todo (Cf. OLIVEIRA, 1995). Além disso, teria sido o primeiro professor de Política bacharelado em Ciências Sociais na FNFi, o que só ocorreria na década de 1960 com Stela Amorim lecionando junto à cátedra, em vez de um professor bacharelado em Direito, ainda que Guerreiro Ramos fosse *também* bacharelado em Direito.

e no estrangeiro. *Coronelismo, enxada e voto* foi o título da obra lançada ao público, hoje em quarta edição, mais uma tradução inglesa prefaciada pelo Prof. Alberto Venâncio Filho. (NUNES LEAL, 1984: 15)

Ainda antes de assumir interinamente a Cátedra de Política da Faculdade Nacional de Filosofia, Nunes Leal passou do escritório de Pedro Batista Martins para o escritório de Dario de Almeida Magalhães, com quem trabalhara em *O Jornal*. Segundo Nunes Leal, foi uma longa colaboração, muito útil para ele, mas que sofreu uma interrupção quase total, durante alguns anos, para que ele pudesse dar conta da sua atividade docente na Faculdade Nacional de Filosofia. (NUNES LEAL, 1984: 5)

Assim, “consta que, inicialmente, os alunos o receberam com certa reserva; mas logo ele venceu essa resistência, dedicando-se ao estudo da disciplina e preparando a tese de concurso” (VENÂNCIO FILHO, 2012: 24) E a FNFi ainda é referida em outra passagem de seu discurso, também citada por Venâncio Filho, em que reitera os seus sacrifícios em relação à advocacia tanto no período de seu início no magistério na FNFi, para se dedicar ao preparo das aulas e dos trabalhos escolares, quanto no período da elaboração da tese do concurso, que lhe consumiu três anos e mais seis meses após a publicação do edital:

Ocasionalmente, lecionei no DASP, na Escola de Estado-Maior do Exército e no Centro de Ensino Unificado de Brasília, mas foi na antiga Faculdade Nacional de Filosofia, onde fiz concurso, e na Universidade de Brasília, para cuja fundação e implantação tive a honra de colaborar, que mais demorada e metodicamente me dediquei ao magistério. Para iniciar meu curso na Faculdade Nacional de Filosofia tive de abandonar a advocacia: urgia dar tempo integral ao preparo das aulas e dos trabalhos escolares. Foi um período de angústia verdadeira que só à força de tenacidade eu pude transpor.

Outra fase de esforço mais intenso, em que a advocacia foi sacrificada, veio com os estudos para a elaboração da tese de concurso. Eles me consumiram três anos, acrescidos de seis meses, a contar do edital de concurso, para a redação, revisão e impressão do livro. (NUNES LEAL, 1984: 15-16)

E Victor Nunes Leal esclarece que sequer ao servir na Casa Civil da Presidência da República, o que ocorreu entre 1956 e 1959, deixou o magistério na FNFi:

Outro penoso sacrifício foi o de continuar na regência da cátedra, enquanto servi na Casa Civil da Presidência da República: eu precisava reunir os dois salários para cobrir minhas despesas acrescidas, já que a mordomia da época se limitava ao carro oficial, com motorista e gasolina. Consegui, na Faculdade, o primeiro horário, bem cedo, mas, assim mesmo ao sair da classe, frequentemente encontrava recados do infatigável madrugador, que era o Presidente Juscelino. (NUNES LEAL, 1984: 16)

Aliás, é neste período que atua intensamente a favor da FNFi e da criação do Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade do Brasil, instituto que chega a

presidir, antes de ser requisitado, em 1960, da Universidade do Brasil para servir na Universidade de Brasília, cuja criação também contou com seu empenho junto ao presidente Juscelino Kubitschek¹³⁷.

Mais adiante, com a capital já em Brasília e não mais no Rio de Janeiro, e Nunes Leal como professor da Universidade de Brasília e ministro do Supremo Tribunal Federal, entre 1960 e 1969 (até ser cassado pelo AI-5 durante o regime militar), continuaria conciliando o magistério com sua outra atividade, agora a magistratura:

Na Universidade de Brasília, onde lecionei introdução à ciência política e, depois, direito constitucional, também acumulei o exercício da magistratura com as tarefas do magistério. E estas incluíam o encargo de coordenar o curso-tronco de direito, economia e administração. Essa função administrativa é que veio a ser considerada embrião da atual Faculdade de Estudos Sociais Aplicados, para o efeito de me ser atribuído o título de professor emérito. Como se vê, excesso de bondade, que eu nunca pediria, mas que não posso recusar. (NUNES LEAL, 1984: 16)

Do período em que atuou preponderantemente como professor de Política na FNF, duas dimensões merecem, a nosso ver, maior ênfase: (a) sua tese para a titularidade da cátedra, publicada comercialmente com o título de *Coronelismo, Enxada e Voto*, hoje um clássico da Ciência Política brasileira e (b) o *programa* da Cátedra de Política sob a sua titularidade, que nos revela a qualidade e a seriedade com que Nunes Leal conduziu a disciplina na FNF no período em que foi catedrático junto à mesma (1943-1960) e, finalmente.

A seguir nos ateremos a cada uma dessas duas dimensões, passando a discutir, em seguida, a trajetória de Victor Nunes Leal em relação ao Direito e aos (des)caminhos da política.

¹³⁷No discurso de 1984, Victor Nunes Leal nos conta que sua vinculação com a Universidade de Brasília se iniciou antes de sua fundação, quando Darcy Ribeiro, convidado pelo então sub-chefe da Casa Civil Cyro dos Anjos, se empenhava pela criação desta universidade. Por sugestão de Oswaldo Trigueiro, Nunes Leal foi incumbido de levar a Juscelino Kubitschek a informação de que o epitáfio de Thomas Jefferson, escrito pelo próprio, omitia até mesmo o fato deste ter sido presidente dos Estados Unidos, mas destacava que ele fundara a Universidade de Virgínia, além de sua participação na declaração de independência dos EUA e na lei da liberdade religiosa em seu Estado. Esta informação de fato parece ter sido um estímulo decisivo para que JK apoiasse o projeto da Universidade de Brasília, cujo primeiro reitor seria Darcy Ribeiro, que no governo de João Goulart, poucos anos depois, seria ainda ministro da Educação e chefe da Casa Civil deste governo. Quando, após o golpe de 1964, ocorreram os primeiros expurgos de professores, em 1965, 200 professores saíam desta universidade em solidariedade aos expurgados, mas continuaram ali lecionando Victor Nunes Leal e Cyro dos Anjos, co-fundadores da universidade e que lutavam pela sobrevivência da mesma. Segundo Nunes Leal, ele julgava necessário preservar também sua condição de ministro do Supremo Tribunal Federal “sobretudo em face de uma situação dominada por considerações políticas”. No período do reitor Caio Benjamin Dias (1967-1971), Nunes Leal e Cyro dos Anjos chegaram a colaborar, a pedido do próprio Dias, na redação do Estatuto e do Regimento da Universidade. (NUNES LEAL, 1984)

8.3. O Concurso

Encontra-se publicado no Diário Oficial, Seção 1, de 14 de maio de 1948, p. 7399, o edital de abertura do concurso para provimento do cargo de professor catedrático da Cadeira de Política da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil:

UNIVERSIDADE DO BRASIL

Faculdade Nacional de Filosofia

Abertura de concurso para provimento do cargo de Professor Catedrático da Cadeira de Política

O Dr. Antônio Carneiro Leão, Diretor da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, faz saber aos interessados que, pelo prazo de seis meses, a partir da presente data, estão abertas, na Secretaria da Faculdade, à Avenida Presidente Antônio Carlos nº. 40, 4º andar, as inscrições de candidatos ao concurso de títulos e provas para provimento do cargo de Professor Catedrático, padrão M, da Cadeira de Política, as quais poderão ser realizadas diariamente, perante o Secretário, nas horas do expediente da repartição.

1º) Poderão inscrever-se no referido concurso:

- a) os professores adjuntos da cadeira;
- b) os docentes livres da mesma cadeira há mais de três anos;
- c) os professores catedráticos da mesma cadeira admitidos por concurso de títulos e provas em outro estabelecimento de ensino superior;
- d) pessoa de notório saber na respectiva especialidade;
- e) o catedrático interino da cadeira com exercício na mesma por mais de dois anos (Decreto nº 3.195 de 20 de novembro de 1945).

Serão condições indispensáveis a qualquer candidato em obediência ao art. 51 do Decreto-lei nº 19.851, de 11 de abril de 1931, e a legislação geral sob concurso para o funcionalismo público:

I – Apresentar diploma de graduação em curso de ensino superior, cujo currículo contém disciplina ou disciplinas correspondentes a cadeira a cujo concurso se propõe;

II – Provar que é brasileiro nato ou naturalidade;

III – Apresentar prova de sanidade e idoneidade moral;

IV – Apresentar documentação de atividade profissional científica, filosófica ou literária relativa à disciplina ou disciplinas da cadeira a cujo concurso se propõe;

VI – Recibo de pagamento da taxa de inscrição.

§ 1º. O exercício como catedrático interino, por dois anos consecutivos, na própria Faculdade, poderá suprir a exigência da alínea I deste edital (Decreto-lei nº 8.195 de 20 de novembro de 1945).

2º) O candidato deverá apresentar todos os documentos devidamente autenticados.

3º) Além dos documentos acima referidos, os candidatos deverão apresentar até a data do encerramento da inscrição:

a) 50 exemplares de tese original e inédita, de sua autoria, escrita sobre assunto compreendido na cadeira em concurso (art. 3º § 1º do Decreto-lei nº 271, de 12 de fevereiro de 1938; art. 6º, parágrafo único da Lei número 444, de 4 de junho de 1937);

b) títulos científicos comprobatórios do mérito do candidato, tais como:
I – Estudos e trabalhos científicos, filosóficos ou literários, especialmente daqueles que assinalem pesquisas originais ou revelem conceitos doutrinários pessoais de real valor;

II – Diplomas e quaisquer dignidades universitárias e acadêmicas;

III – Comprovação de atividades didáticas do candidato;

IV – Realizações práticas de natureza técnica ou profissional, particularmente as de interesse coletivo (art. 52 do Decreto-lei nº 19.851, de 11 de abril de 1931).

4º) O concurso obedecerá às normas da legislação de ensino em vigor,

especialmente do Decreto-lei número 19.851, de 11 de abril de 1931, da lei nº 444 de 4 de julho de 1937, do Decreto-Lei nº 271, de 12 de fevereiro de 1938, do Decreto-lei nº 1.100, de 4 de abril de 1939, do Decreto-lei número 5.125, de 22 de dezembro de 1942, do Decreto-lei nº 3.195 de 20 de novembro de 1945, e do Regimento da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, e constará, além do julgamento dos títulos, das seguintes provas:

Prova didática

Defesa de tese

O ponto a ser sorteado para a prova versará sobre o programa oficial em vigor.

5º) As inscrições permanecerão abertas a partir da presente data e serão encerradas, em ato público, pelo Diretor da Faculdade, às 16 horas do dia 30 de outubro de 1948, cancelando-se as inscrições dos candidatos que, até aquele momento, não hajam apresentado os exemplares da tese e os títulos científicos com que concorram.

6º) A Secretaria dará quaisquer esclarecimentos suplementares aos interessados, diariamente, entre 14 e 16 horas.

Secretaria da Faculdade, em 30 de abril de 1947. – Ignez e Miranda Paryse, Secretário Substituto

Visto – Antonio Carneiro Leão, Diretor

(Diário Oficial, Seção 1, de 14 de maio de 1948, p. 7399)

Antes, contendo o item “V – prova de quitação do serviço militar”, esta abertura já havia sido publicada no Diário Oficial, Seção I, de 28 de abril de 1948, p. sem indicar, porém, precisamente o dia e o mês de encerramento das inscrições, que estavam abertas a partir de 20 de abril, segundo esta outra publicação, assinada pelo secretário Heitor Silva Correia, com o visto de Antonio Carneiro Leão. Possivelmente, ao publicarem o edital novamente com essas informações da data do encerramento, acabaram suprimindo o item V, que exigia a prova de quitação do serviço militar. Em 6 de agosto de 1948, uma nova publicação no Diário Oficial informava que

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

Faculdade Nacional de Filosofia

De ordem do Sr. Vice-Diretor em exercício, faço público a quem interessar possa, que o prazo para o encerramento da inscrição do concurso para provimento do cargo de professor catedrático da cadeira de Política desta Faculdade, será de seis meses contidos da data do respectivo edital publicado no Diário Oficial de 14 de maio do corrente ano à página número 7.399, visto ter saído com incorreções e publicado no Diário Oficial de 28-4-48.

Secretaria da Faculdade Nacional de Filosofia, em 3 de agosto de 1948 – Heitor Silva Correia, Secretário. Visto – Ernesto de Faria Junior, Vice-Diretor em exercício.

(Diário Oficial, Seção I, 6 de agosto de 1948, p. 11391)

O programa da cadeira de Política, a que se refere o edital do concurso de 1948, foi publicado em 11 de julho de 1949, no Diário Oficial, entre as páginas 9966 e 9967:

O Diretor da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade ao Brasil, em aditamento aos editais publicados nos Diários Oficiais de 14

de maio de 1948 e 6 de agosto de 1948, de inscrição ao concurso para provimento do cargo de professor catedrático da cadeira de Política, faz saber, a quem interessar possa, que é o seguinte o programa da referida cadeira:

- 1) Idéia sumária da política, para justificação do programa. Caracterização dos fenômenos políticos. Natureza dos estudos políticos.
- 2) Conceito descritivo do poder político, Suas prováveis origens. Funções dos órgãos que exercem o poder político: normativa, executiva, jurisdicional.
- 3) Necessidade da disciplina social. A tese anarquista da negação do poder político. A tese comunista do futuro desaparecimento do Estado.
- 4) Conquista do poder político: as formas pacíficas e as formas violentas. Vantagens da adoção constitucional de um processo pacífico de conquista do poder.
- 5) Os indivíduos em face do poder político. Poder absoluto e poder limitado. Direitos individuais.
- 6) Conceitos de constituição. Finalidades da constituição. Classificação das constituições: rígidas e flexíveis; escritas e não escritas.
- 7) Função e órgão. Divisão de poderes: conceito, finalidade, crítica. Cumulação e delegação de funções.
- 8) Justificação do poder (I). As explicações teológicas. Os contratualistas: estudo comparativo de Hobbes, Locke, Rousseau e Kant.
- 9) Justificação do poder (II). Soberania nacional. O objetivismo de Duguit. Justificação do poder pelo conteúdo e resultado de sua atuação. Consentimento político.
- 10) Fim do Estado. principais teorias. O bem do indivíduo. O bem da coletividade.
- 11) A opinião pública. Sua expressão e formação. A propaganda e seus principais instrumentos. Liberdade e controle da propaganda política.
- 12) A propriedade. Importância política das modernas formas de concentração da propriedade. Limitações ao direito de propriedade.
- 13) O trabalho (I). A liberdade de contratar e suas consequências. Regulamentação do trabalho. Greve e "lock-out".
- 14) O trabalho (II). Sindicatos. Convenções coletivas de trabalho. Justiça do trabalho. Previdência social.
- 15) A Igreja e o Estado. Suas relações: os vários sistemas. Recordação das lutas entre o papado e a realeza. Ensino Religioso.
- 16) Caracterização do Estado e de seus elementos. Território, população, governo. Soberania.
- 17) Aparecimento e desaparecimento de Estados. Modalidades do fenômeno. Explicação.
- 18) Monarquia e república. Classificação de Aristoteles. Governo não representativo, pseudo-representativo e representativo.
- 19) Conceito de representação. Modalidades: majoritária, proporcional. Modalidades de sufrágio. Plebiscito.
- 20) Representação e partidos. Sistema de dois partidos. Pluripartidarismo. Partido único.
- 21) As monarquias absolutas. As monarquias pseudo-representativas. As antigas ditaduras temporárias, sentido das ditaduras modernas.
- 22) Monarquia representativa. Mecanismo atual da Constituição britânica. Principais aspectos da evolução do mecanismo constitucional da Inglaterra.
- 23) Repúblicas parlamentares. A Constituição francesa de 1875. O parlamentarismo em outras repúblicas européias. O governo diretorial da Suíça.
- 24) República presidencial. Os Estados Unidos da América do Norte. Relações entre o Presidente o Congresso. O papel político da Corte suprema.

- 25) Mecanismo do governo fascista. O rei, o Duce, o Grande Conselho Fascista, o Senado,. A Câmara dos Deputados e suas candidaturas. A Câmara das Corporações. O partido.
- 26) Mecanismo do governo nazista. O Führer e o povo alemão. O Reichstag. O partido e suas corporações armadas.
- 27) Outros governos autoritários da Europa. Sentido comum do governo autoritário: reação exagerada contra a hipertrofia das assembleias.
- 28) Mecanismo do governo soviético. O Conselho dos Comissários do Povo. O Partido. O direito de sufrágio e as candidaturas.
- 29) Estado unitário. Uniões. Confederação. As confederações mais importantes.
- 30) Federação. Confronto com a confederação e com o Estado unitário. As federações mais importantes.
- 31) O Império Britânico. Relações entre os vários membros da Commonwealth: a Conferência Imperial de 1926 e o Estatuto de Westminster. A Índia.
- 32) A Sociedade das Nações. Suas origens. Organização e funcionamento. Exame de sua atuação. Perspectiva.
- 33) Da Independência à Constituição de 1824. Organização política do Império. O movimento descentralizador, o Ato Adicional e a reação centralizadora. A unidade nacional.
- 34) Acontecimentos e ideias que conduziram à República. Análise do parlamentarismo brasileiro. A abolição. As ideias federalistas. As ideias republicanas. As ideias positivistas. As questões militares.
- 35) Constituição de 1891. Organização do governo federal. Os Estados. Influência norte-americana. O meio nacional. Reforma constitucional de 1926.
- 36) Constituição de 1934. Enfraquecimento do executivo. Ordem econômica. Representação profissional. Defesa das instituições.
- 37) Constituição de 1937. Fortalecimento do executivo. Tendência centralizadora. Constitucionalidade das leis. Representação profissional em princípio consultiva.
- 38) O município. No Império e nas duas primeiras constituições republicanas. Abolição da Justiça Federal, Justiça especial.
- 40) Principais aspectos da política internacional do Brasil. Arbitragem. Pan-americano.
- 41) Liberalismo.
- 42) Socialismo.
- 43) Corporativismo.
- 44) Doutrina política da Igreja Católica.
- 45) Democracia.
- 46) Organização da paz.
- 47) Natureza, objeto e método dos estudos políticos.
- Secretaria da Faculdade, em 20 de junho de 1949. - Heitor Silva Correia. Secretario. Visto. - Antônio Carneiro Leão. Diretor.
(Diário Oficial, Seção I, 11 de julho de 1949, pp. 9966-9967)

Após o término concurso, a nomeação de Victor Nunes como catedrático de Política se deu no Diário Oficial de 29 de setembro de 1950:

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE
DECRETOS DE 27 DE SETEMBRO DE 1950
O Presidente da República resolve:

Nomear:

(...)

De acordo com o art. 14, item I, do Decreto-lei nº 1713, de 26 de outubro de 1939.

(...)

Victor Nunes Leal para exercer o cargo de Professor Catedrático (F.N.F. - U.B.), padrão O, da Cadeira de Política da Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil, do Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, que ocupa interinamente. (Diário Oficial, Seção I, 29 de setembro de 1950, p. 14182)

8.4. *Coronelismo, Enxada e Voto*

Em 1948, Nunes Leal defenderia a tese para a cátedra de Política da Faculdade Nacional de Filosofia, com o título de *O Município e o regime representativo no Brasil: contribuição ao estudo do coronelismo*, perante uma banca composta por Djacir Menezes, professor de Economia Política da FNFfi, Josué de Castro, professor de Geografia Humana também da FNFfi, e três professores externos, do Direito: Pedro Calmon, Bilac Pinto e Oscar Tenório (VENÂNCIO FILHO, 2012: 25).

Em carta dirigida a Alberto Venâncio Filho, ao receber deste um volume de *Coronelismo, Enxada e Voto* com anotações de Oscar Tenório, Nunes Leal faria um breve comentário sobre esta defesa, para a qual também estudou assistindo a outros concursos para estudar a tática dos arguidores¹³⁸:

O seu achado me repõe, como numa fotografia esmaecida, no salão da velha Faculdade Nacional de Filosofia, com livros enfileirados à minha frente e ao lado uma ampla mala cheia de outros que então nem cheguei a consultar. Voltam-me os calafrios das críticas mais contundentes ou mais difíceis de responder.

Ouçõ de novo as palavras iniciais de Pedro Calmon: “Disse Capistrano de Abreu de Pereira da Silva que ninguém poderia ignorar completamente a história do Brasil sem ter lido sua obra. Também lhe digo, professor Victor Nunes Leal, que ninguém poderá ignorar completamente o que seja o coronelismo sem ter lido sua tese”.

¹³⁸José Murilo de Carvalho nos conta que “ao assistir às defesas, confessou ele, testemunhou o espetáculo de trucidamento dos candidatos pelas bancas examinadoras. Notou que a tática preferida dos examinadores para destruir os candidatos era recorrer a generalidades, nas quais, em geral, eram ‘especialistas’. Imaginou evitar esse tipo de ataque escolhendo um tema restrito que, em sua expressão, lhe permitisse enveredar pelos estreitos e sinuosos igarapés, longe do mar alto e fora do alcance dos couraçados dos examinadores. Esse tema foi o município e, dentro dele, o coronelismo. Seguramente, a escolha não se deveu apenas a uma tática de defesa. Imagino duas outras razões para ela. A primeira era a própria experiência de vida em sua terra natal, Carangola, localizada na Zona da Mata mineira, junto aos limites com Rio de Janeiro e Espírito Santo. Observando as disputas políticas em que o pai, misto de fazendeiro e comerciante, se envolvia, pôde sem dúvida entender como funcionava a política local. Estudar o município era, assim, de certo modo, estudar sua própria terra, quase um exercício autobiográfico. A segunda razão é que já existia um bom número de estudos sobre municípios. Em Minas, havia o trabalho de Basílio de Magalhães, de 1924. Desse autor Victor Nunes incluiu no livro longa nota sobre a origem do termo coronelismo. Havia, sobretudo, os trabalhos escritos por Orlando M. Carvalho, o primeiro dos quais, *Problemas fundamentais do município*, saíra em 1937 pela Cia. Editora Nacional.” (CARVALHO, 2012: 16) Venâncio Filho também interpreta, apoiado em Raul Machado Horta, que episódios da infância devem ter sido um dos motivos da escolha do tema e nos informa que, em relação às bancas dos concursos de então, estas possuíam o “velho estilo coimbrão, em que o examinador procurava destruir a tese para afinal lhe dar nota máxima” (VENÂNCIO FILHO, 2012: 22-25).

Quase afundei com a risada que sacudiu o auditório, mas, pronto, me preparei para pagar na mesma moeda, quando me coube responder: “Ilustríssimo Professor Pedro Calmon. A admiração e o respeito de que é merecedor não me impedem de lhe devolver, com a devida vênia, o dito de Capistrano de Abreu. Ninguém poderá ignorar completamente o que seja a minha tese sem ter ouvido a arguição que V. Exa. acaba de fazer”. Os risos da assistência compensaram meu desalento inicial, mas a chamada de cada um dos examinadores reabria minha ansiedade. (NUNES LEAL *apud* VENÂNCIO FILHO, 2012: 25-26)

Mas esta tese acabaria sendo considerada muito mais do que uma tese para obtenção da titularidade de uma cátedra, tendo se tornado uma obra-prima da Ciência Política brasileira, publicada em 1949 pela *Revista Forense* com o título comercial de *Coronelismo, Enxada e Voto* por sugestão do seu ex-colega de redação no *O Jornal*, Emil Farhat, e logo elogiada por intelectuais como Francisco Iglesias, Basílio de Magalhães, Fernando de Azevedo e outros¹³⁹. Como escreveu Barbosa Lima Sobrinho:

O livro de Victor Nunes Leal, desde o seu aparecimento, passou a valer como um clássico de nossa literatura política. Não é um aglomerado de impressões pessoais, mas uma análise profunda de realidades que aprofundaram suas raízes na organização agrária como produto espontâneo do latifúndio. Seu estudo levou em conta a presença do município, assim como o relacionamento com os demais poderes públicos do país, o estadual e o federal. (LIMA SOBRINHO, 2012: 39)

O próprio Victor Nunes Leal comentou seu livro, em discurso proferido em solenidade em sua homenagem no IUPERJ, em 10 de março de 1980, por ocasião da inauguração do “primeiro programa de doutorado em Sociologia e Política organizado no Brasil nos moldes do nosso sistema de pós-graduação implantado ao final da década de 1960” (CARVALHO, 2012: 10). Segundo José Murilo de Carvalho, foi a primeira e última vez que Nunes Leal voltou a este tema¹⁴⁰, ocasião em que se considerou “um exilado dos estudos políticos”.

Nunes Leal, neste evento do IUPERJ, ressaltou as dificuldades que enfrentou para escrever esta tese, pela carência de documentação e bibliografia, e destacou que quis restringir este estudo tanto quanto fosse possível ao âmbito local, por ser o coronelismo

¹³⁹Cf. VENÂNCIO FILHO, 2012: 26-28. Venâncio Filho ainda destaca que o livro representou um divisor de águas nos cursos de Ciências Sociais, representando o início da fase universitária da Ciência Política no Brasil. Interessante notar que tais cursos de Ciências Sociais datavam então pouco mais de uma década ou até menos do que isso, como era o caso do curso de Ciências Sociais da FNF, que completava 10 anos exatamente em 1949, ano da publicação comercial de *Coronelismo, Enxada e Voto*.

¹⁴⁰Existe uma transcrição desse discurso na página do Instituto Victor Nunes Leal, mas infelizmente sem uma das páginas que a integraria. É interessante a manifestação do autor a então jovens cientistas políticos, como Wanderley Guilherme dos Santos, José Murilo de Carvalho, Simon Schwartzman, César Guimarães, Bolívar Lamounier e Fernando Henrique Cardoso e seu elogio ao “fabuloso Prof. Cândido Mendes (que alia à capacidade de realização toda a potencialidade do seu pensamento teórico e da sua expressão didática)” Disponível em http://ivnl.com.br/wp-content/uploads/2017/03/discurso_candido_mendes_1980.pdf <Último acesso em 11 de abril de 2018>

um aspecto local da dominação política, das lutas e dos entendimentos políticos, que acabou por dar uma tonalidade própria a toda a vida política do país.

Segundo ele, o que mais o preocupava era o sistema, a estrutura e a maneira pelas quais as relações de poder se desenvolviam na Primeira República, a partir do município, divergindo da noção vulgar de coronelismo, que enfatizava o mandonismo, apresentando o coronel como um desafiador da autoridade pública. Diz Nunes Leal:

O que procurei acentuar, como característica dominante na Primeira República, foi, ao contrário, a decadência sócio-econômica dos senhores rurais – montados numa agricultura decadente, numa agricultura depredadora –, incapazes, portanto, de solucionar os próprios problemas que a agricultura colocava para eles. Esse personagem da vida local, o que me pareceu sobretudo foi o homem mais fraco do que forte, precisando, por isso, do apoio do Governo do Estado para fortalecer sua posição, para afirmar sua hegemonia. (NUNES LEAL, 1980: 4)

A despeito desta perspectiva do próprio Nunes Leal, “a maioria dos autores que empregaram o conceito usado por ele, sem distinção entre críticos e admiradores, identificava coronelismo com mandonismo local”, com dificuldade para compreender a novidade que o livro trazia, exposta, segundo Carvalho, com “clareza meridiana” (CARVALHO, 2012: 10-11). Mas Nunes Leal

Contra a incompreensão, reafirmou, na resposta mencionada, que para ele o conceito de coronelismo incorporava, sim, traços de mandonismo local, mas era mais que isso, fazia parte de um sistema, de uma trama que ligava coronéis (mandões), governadores e presidente da República. Insistiu no ponto: era a ideia de sistema que distinguia seu conceito e lhe conferia originalidade. (CARVALHO, 2012: 10)

José Murilo de Carvalho, que o próprio Nunes Leal considerou ter uma interpretação correta sobre o livro, aponta ser uma novidade trazida em *Coronelismo, Enxada e Voto* não só o enfoque do coronelismo como sistema¹⁴¹, caracterizando a rede de poder – que conectava município, Estado e União, coronéis, governadores e presidente, em um “jogo de coerção e cooptação exercido nacionalmente” – desenvolvida em nossa primeira experiência de federalismo, na nossa Primeira República, mas também a superação de determinismos¹⁴² e a ruptura com um estilo dicotômico de analisar a política

¹⁴¹Para José Murilo, aliás, pode ter sido a “mordida marxista” na Faculdade de Direito que inoculou em Nunes Leal “um gostinho por grandes esquemas interpretativos” (CARVALHO, 2012: 15)

¹⁴²Como exemplos de determinismos que ainda povoam nosso pensamento social, Carvalho cita os jurisdicimos (Alberto Torres), os economicismos (Caio Prado), os culturalismos (Gilberto Freyre), os racismos (Oliveira Viana) e os psicologismos (Paulo Prado). Victor Nunes não buscou atribuir a apenas uma variável um caráter explicativo exclusivo e excludente, interpretando fatores políticos, sociais, econômicos, históricos, jurídicos, etc., sem uma análise genérica sobre o país, mas analisando um sistema restrito a um momento específico da vida política do país. (CARVALHO, 2012: 13).

e a sociedade brasileiras¹⁴³, ainda que não tenha polemizado com ninguém em sua tese:

Victor Nunes não ignorava nem negava as tensões envolvidas nas polarizações, mas buscou entendê-las como relações quase diria dialéticas. O coronel e o governador obedeciam a dinâmicas distintas, mas interagiam, imbricavam-se, invadiam reciprocamente seus territórios, corroendo e alterando no processo a própria natureza do público e do privado. Está aí, parece-me, uma proposta de interpretação do poder explicativo muito maior do que o das dicotomias, em que pese a atração analítica exercida por elas. (CARVALHO, 2012: 12-13)

Além disso, José Murilo de Carvalho vê na obra um traço metodológico moderno, que surgiu depois da introdução das Ciências Sociais em nosso sistema universitário, que “pode ser definido como combinação do tratamento teórico e conceitual com cuidadosa pesquisa empírica”. (CARVALHO, 2012: 13):

Em Coronelismo, a preocupação com a precisão conceitual e o esboço de uma teoria que poderíamos chamar de médio alcance (o sistema coronelista), combinam-se com o recurso aos dados quantitativos do IBGE, disponíveis no censo de 1940 e nos anuários, aos Anais e Diário do Congresso, e aos jornais da época e às pesquisas sociológicas e antropológicas que começavam a ser produzidas. Educado na tradição bacharelesca, propensa ao juridicismo e ao ensaísmo, sem treinamento ou estada no exterior de que se beneficiaram, por exemplo, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque, sem recorrer a autores estrangeiros, cujas línguas aparentemente não dominava, “o rapazinho caipira de Carangola”, como certa vez se definiu, no esforço de se tornar titular da cátedra de Ciência Política da FNF, produziu o primeiro trabalho moderno de ciência política em nosso país. (CARVALHO, 2012: 14)

Assim, sem recorrer a autores estrangeiros, a argumentos de autoridade e a determinadas especulações filosóficas, com dedicação e competência, Victor Nunes Leal produziu *Coronelismo, Enxada e Voto* em um momento político imediatamente posterior ao Estado Novo, que o deixava, de acordo com José Murilo de Carvalho, otimista sobre o futuro da democracia, se distanciando dos pensadores da década anterior que eram céticos a seu respeito ou mesmo que não acreditavam nela. (CARVALHO, 2012: 18)

8.5. Os Apontamentos de Política de Nunes Leal e o Programa de Política

Quando Célio Borja concedeu entrevista para Fernando de Castro Fontainha, Angela Moreira Domingues Silva e Fabrícia Corrêa Guimarães, mencionou a sua passagem pelo IFCS da UFRJ, em substituição a Victor Nunes Leal, como o fizera também anos antes em entrevistas para pesquisadores do CPDOC¹⁴⁴, mas aqui com mais

¹⁴³Como exemplos desse estilo dicotômico, Carvalho cita as polarizações entre a Casa-Grande e o Estado para Gilberto Freyre, entre o feudalismo e o capitalismo para o Partido Comunista, o litoral e o sertão para Euclides da Cunha e entre o público e o privado para Nestor Duarte e Sérgio Buarque de Holanda. (CARVALHO, 2012: 12)

¹⁴⁴Publicadas em MOTTA, Marly Silva da. *Célio Borja*. Rio de Janeiro: Editora FGV/ALERJ, 1999. Ao ser questionado sobre o ambiente conturbado no IFCS, disse: “Cheguei a presenciar isso no período de um ano

detalhes:

[FF] — O senhor chegou a ter uma experiência no que hoje a gente conhece por Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, o IFCS?

[CB] — Foi. Isso foi o seguinte. O diretor do IFCS era, então, um colega meu de vida universitária, professor de filosofia, Eduardo Prado de Mendonça. Em 1966 cassaram o Professor Victor Nunes Leal, que era o professor da cadeira de política, e o Eduardo se viu em situação difícil, porque o que queriam era acabar com a cadeira, não era só aposentar na cadeira o seu titular, era acabar com a cadeira. Era aquela velha história dos militares de que tudo era comunismo, vai por aí. O Eduardo me telefona e diz: “Eu queria que você assumisse a cadeira. Porque afinal você é professor de Direito Público e há uma certa afinidade entre as disciplinas”. “A você eles vão respeitar, porque senão eles acabam com a cadeira”. Não sei se vocês lembram, mas há um personagem da vida acadêmica carioca, e nem vale a pena lembrar, que era a alma negra da universidade, era quem jogava militares contra os professores, e ao mesmo tempo os professores contra os militares também, criando um clima que ajudava os militares a forçarem a mão, de verdade. Eu aceitei para salvar a cadeira. Nesse tempo eu nem conhecia o Victor, de quem depois fui sócio na advocacia, amigo, grande amigo. Mas aceitei a cadeira, um ano, havia um jovem aluno terminando a graduação, e preparei-o para me suceder, pois não tinha mais tempo, e nem era aquele tipo de ciência, a ciência do ser, não era e nem é a minha preferência; a minha ciência é a do dever ser. O fato é que quando terminou o ano letivo, eu o considerei preparado, passei-lhe a cadeira e fui à vida.

[AM] — Qual era o programa da disciplina?

[CB] — Não tinha programa.

[AM] — O senhor trabalhava com que obras?

[CB] — Na verdade, era uma cadeira feita à imagem e semelhança do Victor, a obra clássica dele é *Coronelismo, enxada e voto*. Se você perguntasse, qual é o programa da cadeira? É o livro.

[AM] — E o senhor adotou esse livro?

[CB] — Não, não. Eu usei o livro onde me parecia que era o caso, mas fiz um programa *ad hoc*.

(FONTAINHA, SILVA & GUIMARÃES, 2015: 57-58)

É interessante a exposição de Célio Borja para que possamos conhecer sua passagem pelo IFCS, mas provavelmente ele quis se referir a 1969 em vez de 1966, uma vez que Victor Nunes Leal foi aposentado compulsoriamente como ministro do STF, através de um decreto de 1969. Neste ano, porém, Nunes Leal já estava em Brasília, já não atuando no IFCS¹⁴⁵, e era Eduardo Prado de Mendonça o diretor do IFCS. Nesta

em que lá ensinei em substituição a Vitor Nunes Leal, que havia sido cassado. O clima era muito tenso! O ódio era tamanho que não só cassaram o Vitor, como havia o risco de extinguirem a cadeira de Política, da qual ele era titular. Eduardo Prado de Mendonça me pediu para ocupá-la como professor contratado, para evitar que isso ocorresse. Fui chamado exatamente para impedir isso.” (BORJA, 1999: 52)

¹⁴⁵ O memorial de Eurico Figueiredo (2009) confirma, aliás, que esta passagem ocorreu em 1969.

ocasião, já lecionavam outros jovens professores no IFCS, já tendo passado pela cadeira, desde o afastamento (devido à ida para Brasília) de Nunes Leal, Oswaldo Herbster de Gusmão, Romeu Rodrigues e Silva, Maria Stella Amorim, Francisco Ferraz e Eurico de Lima Figueiredo.

De qualquer forma, diante das afirmações de Célio Borja de que a cadeira não tinha programa ou de que o livro *Coronelismo, Enxada e Voto* era seu programa, foi com surpresa que, em uma ida à Biblioteca Marina São Paulo de Vasconcellos, encontramos cinco volumes sob o título de *Apontamentos de Política*, do nº 6 ao nº 10¹⁴⁶, indicando Victor Nunes Leal como autor, identificado, sob o nome, como advogado:

VICTOR NUNES LEAL
advogado

Cada um dos volumes traz um tema central e todos trazem a inscrição, logo na folha de rosto:

FACULDADE NACIONAL DE FILOSOFIA
3ª Série de Ciências Sociais

Este volume não pode ser retirado da Biblioteca
(NUNES LEAL, 1955)

O volume nº 6 é referente aos temas *Partidos Políticos e Os Partidos no Brasil*, o volume nº 7 é referente aos temas *Modalidades de Sufrágio e Sistemas Eleitorais*, o volume nº 8 é referente ao tema *Eleições no Brasil*, o volume nº 9 é referente aos temas *Constitucionalismo e Direitos Individuais* e o volume nº 10 é referente aos temas *Divisão de Poderes e Tendências Atuais*. E cada um dos volumes traz a mesma advertência, logo após um índice que segue à folha de rosto:

Estes *Apontamentos de Política* não se destinam à publicidade. Foram preparados para uso exclusivo dos alunos do Curso de Ciências Sociais da Faculdade Nacional de Filosofia. Também não podem ser considerados, em seu conjunto, como um livro. A matéria não está completa, sua distribuição não é proporcionada à importância dos assuntos e a redação não é definitiva. Além disso, são utilizados, sem a conveniente adaptação, trabalhos escritos em outras circunstâncias e para fins diversos, e excertos de outros autores, em volume e proporções não adequados a um livro. Trata-se, pois, de simples material complementar das aulas ministradas. Com este objetivo, espero que sejam de alguma utilidade; mas não se procure, nestes *Apontamentos*, qualquer outro mérito.

¹⁴⁶Infelizmente, não encontramos do volume nº1 ao volume nº5, que supomos terem também existido, tenham ou não sido depositados nesta mesma biblioteca.

Rio, março de 1955
V.N.L.
(NUNES LEAL, 1955)

Em seguida, cada volume traz o *Programa de Política* do Curso de Ciências Sociais, com a data de 1952, e a indicação de que o professor catedrático era Victor Nunes Leal:

CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE POLÍTICA
(1952)

Professor Catedrático
VICTOR NUNES LEAL

Terceira série

1. Fenômenos políticos. Conceito de ciência política.
2. Conceito do poder político. Suas prováveis origens.
3. Caracterização do estado moderno e de seus elementos integrantes.
4. Funções do estado. O estado liberal e as tendências ulteriores.
5. Governo representativo. Representação política e profissional.
6. Partidos políticos. Os partidos no Brasil.
7. Modalidades de sufrágio. Sistemas eleitorais.
8. As eleições no Brasil.
9. Constitucionalismo. Direitos Individuais.
10. Divisão de poderes. Tendências atuais.
11. Monarquia parlamentar. O modelo britânico.
12. A Monarquia no Brasil.
13. República Parlamentar.
14. Outros governos parlamentaristas.
15. Organização política da Suíça e do Uruguai.
16. República presidencial. O modelo norte-americano.
17. A República no Brasil: regime de 1891, 1934 e 1946.
18. Organização política da União Soviética.
19. As chamadas “democracias populares”.
20. Regime fascista. O modelo italiano.
21. Regime nazista. O modelo alemão.
22. Outros governos autoritários. O regime brasileiro de 1937.
23. Estado unitário. União de Estados. Confederação.
24. Federação. O modelo norte-americano. Outras federações.
25. A federação brasileira. Discriminação de competências.
26. O município no Brasil.
27. O governo local em outros países.
28. Organização internacional.
29. Aparecimento e desaparecimento de estados.
30. Principais tipos históricos de organização política.

Quarta série
(1ª parte)

1. Opinião pública. Sua formação e influência.
2. Propaganda política. Seu desenvolvimento. Efeitos.
3. Concentração econômica. Consequências políticas.
4. Limitações ao direito de propriedade.
5. Regulamentação do trabalho. Greve e lock-out.
6. Sindicatos. Convenções coletivas. Justiça do Trabalho.
7. Corporações. As experiências modernas.
8. Descentralização da atividade administrativa do estado.
9. Elaboração das leis. Delegações legislativas.

10. Controle da constitucionalidade das leis.

(2ª parte)

11. Platão. Aristóteles.

12. Cícero. Sêneca.

13. Santo Agostinho. São Tomás.

14. Maquiavel. Hobbes. Lutero.

15. Locke. Rousseau. Montesquieu.

16. O liberalismo.

17. O socialismo revolucionário.

18. O socialismo evolutivo.

19. A doutrina política da Igreja Católica.

20. Relações entre a estrutura social, a organização política e as doutrinas sociais.

(NUNES LEAL, 1955. Grifos no original)

Como já apontamos em um dos capítulos anteriores, entre 1947 e 1955, ano indicado nos *Apontamentos de Política* de Nunes Leal, a Política estava presente na 3ª e na 4ª séries do curso de Ciências Sociais. Supondo que era Nunes Leal que ministrava Política para essas séries, sem notícia a respeito de algum assistente que lecionasse com ele (como Marina São Paulo Vasconcellos lecionava com Arthur Ramos, no caso das disciplinas de Antropologia, por exemplo), podemos inferir que este programa para Política na 3ª e na 4ª séries tenha sido de fato o programa dado por Nunes Leal¹⁴⁷, demonstrando variedade dos temas e conceitos abordados na 3ª série, especialmente referentes a uma perspectiva de estudos políticos voltada para questões relativas a Estados, Representação, Partidos Eleições, sistemas políticos comparados, etc, que ainda hoje soam como temas de um moderno curso de Ciência Política, com a bibliografia atualizada ao seu tempo. Já na 4ª série, o curso se dividia entre uma discussão sobre mídia, corporações e Estado e uma abordagem de teorias políticas desde a Antiguidade até a Modernidade.

Cada um dos volumes que encontramos sob o título de *Apontamentos de Política* traz ainda um índice, sempre dividido em três partes: I – Programa e Bibliografia, II – Notas e Trabalhos do Professor e III – Transcrições e Comentários.

Na parte referente à Bibliografia de cada volume, a bibliografia correspondente a aquele ponto; na parte referente às notas e trabalhos do professor, sempre alguma produção de Nunes Leal e na última parte, com transcrições e comentários, sempre um

¹⁴⁷Infelizmente não localizei nenhum ex-aluno que tenha ingressado no curso de Ciências Sociais até 1955, último ano da terceira versão do currículo, a que este programa de Nunes Leal corresponde. A ex-aluna mais antiga com quem conversei foi Maria Stella Faria de Amorim, que estudou Ciências Sociais na FNFfi entre 1958 e 1961, portanto já durante a quarta versão.

conjunto de textos de outros autores que sejam referentes a aquele ponto. Assim, tais volumes de *Apontamentos de Política* servem como uma espécie de “apostila” do curso de Política de Nunes Leal. Se ele chegou a produzir um volume desses para cada um dos 30 pontos da 3ª série do curso de Política e para cada um dos 20 pontos da 4ª série do curso, hoje teríamos acesso a 50 volumes de valor inestimável para compreendermos a importância e a qualidade do curso de Política de Nunes Leal à frente da cátedra de Política na FNFi.

Contudo, possuindo acesso a apenas estes seis volumes, disponíveis para consulta na Biblioteca Marina São Paulo de Vasconcellos, do IFCS da UFRJ, podemos a partir deste conjunto de volumes deduzir tal importância e qualidade, observando os próprios trabalhos de Nunes Leal ali reunidos, bem como os trabalhos dos demais autores. Vejamos:

Os textos do volume nº 6: Partidos Políticos. Os Partidos no Brasil.

No sexto volume, entre as notas e trabalhos do próprio Nunes Leal, encontramos textos datilografados, de sua autoria, sob o título de (1) *Função e Organização dos Partidos. Sistemas Partidários. Vida Partidária no Brasil* (que é indicado como uma palestra proferida na Escola de Estado Maior do Exército) e (2) *Notas sobre partidos*, que correspondem mesmo apenas a notas de Nunes Leal sobre o tema.

Na terceira parte, encontramos (1) o *Código Eleitoral* (lei nº1.164 de 24 de julho de 1950) também datilografado em papel timbrado da Universidade do Brasil; (2) *Partido, Povo e Consciência Política*, um extrato de *Notas à Vida Brasileira* de Hermes Lima; (3) *Folclore Partidário*, um excerto de um artigo de Basílio de Magalhães publicado em O Estado de São Paulo em 1948 sob o título de *Política e Folclore Partidário*; (4) um texto datilografado em português com o título de *Droit Constitutionnel et Institutions Politiques* de Maurice Duverger; (5) um texto datilografado em português com o título de *Partis Politiques et réalités sociales* de G. E. Lavau; (6) um texto datilografado que parece ser um fichamento de *Ensaio de Sociologia Eleitoral* de Orlando M. Carvalho, de 1958¹⁴⁸, indicado no título; e (7) *Os Partidos e o Presidencialismo*, artigo de Hermes Lima publicado em 1957 no Jornal do Comércio.

Além desses textos, na bibliografia trazida neste volume, sob o título de *Bibliografia do Ponto 6*, são listadas 20 referências bibliográficas, o que também se dá

¹⁴⁸A presença de textos de 1957 ou 1958 dá a entender que Nunes Leal ia atualizando o curso com artigos recentes, apesar de *Apontamentos de Política* trazer a data de 1955 em sua capa e folha de rosto.

em cada um dos outros volumes, que podemos supor tratar-se não apenas de bibliografia utilizada por Nunes Leal para preparar o curso, mas de bibliografia complementar sobre cada ponto, sugerida para os alunos.

Estas referências são as seguintes, tal como estão referidas, na maior parte das vezes sem indicação precisa de quando e onde foram publicadas: (1) *Political Parties. Encyclopaedia of Social Sciences*; (2) Jesse Macy. *Party Organization and Machinery*; (3) Maurice Duverger. *Les Partis Politiques*, 1951; (4) Robert Michels. *Les Partis Politiques: essai sur les tendances oligarquiques des Démocraties*, 1914; (5) Giuseppe D. Ferri. *Studi sui Partiti Politici*, 1950; (6) Georges Burdeau. *Traité de Science Politique* (Vol. I); (7) Mihail Manoilescu. *Le Parti Unique*; (8) Orlando M. Carvalho. *A Crise dos Partidos Nacionais*, 1950; (9) _____. *Estudos de Sociologia Eleitoral*, 1958; (10) _____. *O Mecanismo do Governo Britânico*, 1943; (11) Gilberto Amado. *Eleição e Representação*, 1931; (12) J. A. Pinto do Carmo. *Diretrizes Partidárias*, 1948; (13) Oswaldo Trigueiro. *O regime dos Estados na União Americana*, 1942; (14) Alberto Salles. *Disciplina e Organização Partidária*; (15) Harold Laski. *El Estado Moderno*, Vol. II, Cap. VIII; (16) Victor Nunes Leal. *Algumas reflexões sobre a atualidade política brasileira*. Aula inaugural em 1952; (17) Hermes Lima. *Os partidos e o presidencialismo*. *Jornal do Comércio*, 23/06/1957; (18) Afonso Arinos de Melo Franco. *História e Teoria do Partido Político no Direito Constitucional Brasileiro*; (19) _____. *Os Partidos Políticos Nacionais*. Tese apresentada ao VI Congresso Nacional de Juristas; (20) *Sistemas Eleitorais e Partidos Políticos*. Publicação do Instituto de Direito Público e Ciência Política.

Os textos do volume nº 7: Modalidades de Sufrágio e Sistemas Eleitorais

No sétimo volume, na seção para as “notas e trabalhos do professor”, encontramos apenas um breve texto datilografado, de sua autoria, com o título de *Modalidades de sufrágio*, sem indicação de que tenha sido publicado.

Na seção *Transcrições Diversas*, para textos de outros autores, encontramos datilografados os textos (1) *Democracia Representativa* de Assis Brasil; (2) *Eleição e Representação* de Gilberto Amado; (3) um longo extrato, também datilografado e em português, de *Droit Constitutionnel et Institutions Politiques* de Maurice Duverger sobre escolha de governantes; (4) *Sistemas eleitorais do ponto de vista da Representação proporcional das minorias* do ponto de João C. da Rocha Cabral e (5) *Presidencialismo e Representação Proporcional*, entrevista concedida pelo deputado Tancredo Neves em

1954, sem indicação de onde tenha sido publicada.

Além desses textos, na bibliografia trazida neste volume, sob o título de *Bibliografia do Ponto 7*, são listadas 16 referências bibliográficas, da seguinte forma: (1) Jesse Macy. *Party Organization and Machinery*; (2) Maurice Duverger. *Droit Constitutionnel et Institutions Politiques*; (3) Giuseppe D. Ferri. *Studi sui Partiti Politici*, 1950; (4) Pietro Virga. *Il Partito Politico nell'Ordinamento Giuridico*, 1948; (5) Pascal Arrighi. *Le Statut des Partis Politiques*, 1948; (6) Paul Marabuto. *Les Partis Politiques et les Meuvement Sociaux sous da IVe. République*, 1948; (7) Georges Burdeau. *Traité de Science Politique*; (8) Orlando M. Carvalho. *Ensaio de Sociologia Eleitoral*, 1958; (9) Orlando M. Carvalho. *A Crise dos Partidos Nacionais*, 1950; (10) Osvaldo Trigueiro. *O regime dos Estados na União Americana*, 1942; (11) R. M. Mac Iver. *O Estado*, 1945; (12) *Sistemas Eleitorais e Partidos Políticos*. Publicação do Instituto de Direito Público e Ciência Política; (13) Gilberto Amado. *Eleição e Representação*, 1931; (14) J. F. Assis Brasil. *Democracia Representativa*, 1893; (15) João C. da Rocha Cabral. *Sistemas eleitorais do ponto de vista da Representação proporcional das minorias*, 1929 e (16) Domingos Velasco. *Direito Eleitoral*, 1935.

Os textos do volume nº 8: Eleições no Brasil

No oitavo volume dos *Apontamentos de Política*, encontramos nas “notas e trabalhos do professor” os textos datilografados (1) *O regime representativo e a legislação eleitoral no Brasil*; o (2) *Capítulo VI* e as *Considerações Finais* (também datilografados, mas sem as transcrições das notas) de *Coronelismo, Enxada e Voto* e (3) *A Estruturação econômico-social do Brasil e o regime representativo. Patriarcalismo. Coronelismo. Populismo*, indicado como sendo uma palestra na Escola do Estado Maior do Exército em 1955.

Na parte seguinte, das “transcrições e comentários” de outros autores, encontramos datilografados (1) um trecho da Lei Eleitoral, a Lei nº 1.164 de 24/07/1950 (Título I); (2) *O Direito Eleitoral e a Constituição de 1946* de Barbosa Lima Sobrinho, conferência de 1952 deste autor, no Instituto de Direito Público e Ciências Políticas da FGV; (3) *O Sistema Eleitoral*, excerto do livro *Lições da Crise* de Hermes Lima, de 1954; (4) *Eleições e Dinheiro* de Hermes Lima, artigo publicado no Diário de Notícias em 23/05/1951; (5) *Regime Representativo e Sistema Eleitoral* também de Hermes Lima e também publicado na imprensa, no Jornal do Commercio de 16 de junho de 1957 e, por fim, (6) *O Voto operário em São Paulo* de Aziz Simão, transcrito da mineira *Revista*

Brasileira de Estudos Políticos.

Na bibliografia trazida deste volume, sob o título de *Bibliografia do Ponto 8*, são listadas 16 referências bibliográficas, da seguinte forma: (1) J. F. De Assis Brasil. *Democracia Representativa*. Rio, 1893; (2) José Maria Belo. *História da República*. Rio, 1940; (3) J. P. Calógeras. *Estudos Históricos e Políticos*. 2 ed. São Paulo, 1936; (4) Francisco Campos. *O Estado Nacional*. 3ª ed. Rio, 1941; (5) Orlando M. Carvalho. *Ensaio de Sociologia Eleitoral*; (6) L. A. Costa Pinto. *Lutas de Famílias no Brasil*. Revista do Arquivo Municipal. São Paulo, 1943 (Vol. 88); (7) Gilberto Freire. *Casa Grande e Senzala*. 5ª ed. Rio, 1946; _____. *Sobrados e Mucambos*. São Paulo, 1936; (8) Hermes Lima. *Notas à Vida Brasileira*. São paulo, 1945; (9) Afonso Arinos Melo Franco. *História e Teoria do Partido político no Direito Constitucional Brasileiro*. Rio, 1948; (10) Oliveira Viana. *Evolução do Povo Brasileiro*. São Paulo, 1947; _____. *O Ocaso do Império*, 2ª ed. São Paulo, 1933; (11) Caio Prado Junior. *Evolução Política do Brasil*. São Paulo, 1947; (12) Francisco Belisário Soares de Souza. *O Sistema Eleitoral no Brasil*. Rio, 1872; (13) Barão de Paranapiacaba. “Eleições”, em *A Década Republicana*, Vol. III, Rio, 1900; (14) Tavares de Lira. “Regime Eleitoral” no *Dicionário Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil*, 1º vol. Rio, 1922; (15) Colares Moreira. “A Câmara e o Regime Eleitoral no Império e na república” no *Livro do Centenário da Câmara dos Deputados*. Rio, 1926 e (16) Domingos Velasco. *Direito Eleitoral*. Rio, 1935.

Os textos do volume nº 9: Constitucionalismo e Direitos Individuais

No volume nº 9 dos *Apontamentos de Política*, encontramos nas “notas e trabalhos do professor” três textos datilografados de Nunes Leal: (1) *Classes Sociais. Ascensão da Burguesia. Suas principais ideias e realizações políticas. Perspectivas*, que também parece ter sido proferida na Escola do Estado Maior do Exército em 1955; (2) *Poder Constituinte*, transcrição datilografada de artigo de Nunes Leal publicado em 1946 na Revista Forense e (3) *Conceito de Constituição. Classificação das Constituições. Defesa da Constituição. Hierarquia de normas: Constituição, lei, regulamento*, transcrição datilografada de palestra que Nunes Leal proferiu em 1948 no curso de Noções de Direito Público e Teoria Geral do Estado do Departamento de Administração do Serviço Público (DASP).

Nas “transcrições e comentários”, 4 textos: (1) o segundo capítulo da Constituição dos Estados Unidos do Brasil (*Dos Direitos e Das Garantias Individuais*); (2) uma fotocópia de projeto apresentado na Câmara dos Deputados que dispõe sobre a criação do

Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, de autoria do deputado Bilac Pinto; (3) uma fotocópia da *Declaração Universal dos Direitos do Homem* e (4) *O Sistema das Constituições Escritas* de Maurice Duverger, mais um trecho datilografado em português do livro *Droit Constitutionnel et institutions Politiques*, com tradução creditada a Gilda Tibau.

Na bibliografia trazida neste volume, sob o título de *Bibliografia do Ponto 9*, são também listadas 16 referências bibliográficas, da seguinte forma: (1) Rousseau. *Du Contrat Social ou Principes de Droit Politique*; (2) Jean-Jacques Chevalier. *Les Grands Oeuvres Politiques, de Maquiavel à nos jours* (1950), 2ª parte (*L'assaut contre l'absolutism*); (3) George H. Sabine. *Historia de La Teoria Politica*. Trad. F. C. E. (1945), cap. XXXI (*El Liberalismo*); (4) Hermann Heller. *Las Ideas Politicas Contemporaneas* (1930). Caps. IV e V; (5) Harold J. Laski. *El Estado Moderno*. Trad, tomo I (1932), caps. III e IV; (6) J. M. Bury. *La Libertad de Pensamiento*, trad. México, 1941; (7) Jacques Maritain. *L'Homme et l'Etat* (Paris, 1953); (8) Arturo Enrique Sampay. *La Crisis del Estado de Derecho Liberal-Burgues*. Buenos Aires, 1942.; (9) F. Ayala. *Historia de La Libertad*. B. Aires, 1943; _____. *El Problema del Liberalismo*; (10) Robert E. Cushman. *Civil Liberties*, na *Encyclopaedia of the Social Sciences*; (11); (11) John Dickinson. *Civil rights*. Ibidem; (12) Walton H. Hamilton. *Constitutionalism*. Ibidem; (13) C. H. McIlwain. *Bills of rights*. Ibidem; (14) Bernard Swartz. *The Supreme Court* (N. York, 1957), cap. 7; (15) Leda Boechat Rodrigues. *A Corte Suprema e o Direito Constitucional Americano*, 1948 e (16) Victor Nunes Leal. *Trabalhos transcritos neste caderno*.

Os textos do volume nº 10: Divisão de Poderes e Tendências Atuais.

O décimo e último dos volumes dos *Apointamentos de Política* que encontramos na Biblioteca Marina São Paulo de Vasconcellos traz quatro textos na seção correspondente a notas e trabalhos de Nunes Leal: (1) uma fotocópia de *A Divisão de Poderes no Quadro Político da Burguesia*, transcrição de sua palestra pronunciada no Instituto de Direito Público e Ciência Política em 23 de agosto de 1954, publicada no livro *Cinco Estudos* organizado por Themistocles Cavalcanti, Carlos Medeiros Silva e Victor Nunes Leal (1955); (2) uma transcrição datilografada do artigo *A Divisão dos Poderes no Direito Constitucional Brasileiro*, publicado na Revista de Direito Administrativo em abril de 1946; (3) uma fotocópia do artigo *Lei e Regulamento*, publicado na Revista de Direito Administrativo em janeiro de 1945 e (4) uma transcrição datilografada de *Delegações Legislativas*, artigo de Nunes Leal também publicado na

Revista de Direito Administrativo, em julho de 1946.

Na seção de “transcrições e comentários” de outros autores, traz cinco textos datilografados: (1) *As Delegações Legislativas na França, no Regime de 1946*, que corresponde a trechos do livro *Droit Constitutionnel et Institutions Politiques* de Maurice Duverger; (2) *Poder regulamentar e jurisdicional da administração*, trecho datilografado em português do livro *Government in the United States* de Claudius O. Johnson; (3) *Sugestão para Reforma do Processo Legislativo no Brasil*, prefácio de Oswaldo Trigueiro ao livro *O Processo Legislativo na Europa Central* de Georges Langrod, de 1954; (4) *O Processo Legislativo na Itália*, excerto do próprio *O Processo Legislativo na Europa Central* de Georges Langrod e (5) *Divisão de Poderes* de Carl Joachim Friedrich, tradução creditada a Gilda Tibau do verbete *Separation of Powers* da *Encyclopaedia of the Social Sciences*.

Por fim, a Bibliografia do Ponto nº 10 traz as seguintes referências: (1) John Locke. *Ensayo sobre el Gobierno Civil*, trad. F. C. E., México, 1941, cap. XII; (2) Montesquieu. *De l'Esprit des lois*, liv.XI, cap. VI; (3) Sieyès. *Qu'est-ce que le Tiers Etat?*; (4) Esmein. *Éléments de Droit Constitutionnel Français et Comparé*; (5) Carl Joachim Friedrich. *Separation of Powers*, neste caderno; (6) Georges Burdeau. *Traité de Science Politique*, Tomo V (1953), §§ 287 e seguintes; _____. *Droit Constitutionnel et Institution Politiques* (Paris, 1957), 7ª ed., cap. III, sec. II; (7) Harold Laski. *El Sistema Presidencial Norteamericano*, trad. B. Aires, 1948, pags. 20, 115, 118 e segs., 162, 178, 179, 181; (8) Annibal Freire da Fonseca. *Do Poder Executivo na República Brasileira*. Rio, 1916, cap. I; (9) Pedro Calmon. *Curso de Direito Público*, 2ª ed. 1942, cap. XV; (10) Leda Boechat Rodrigues. *A Corte Suprema e o Direito Constitucional Americano* (Rio, 1958), pags. 35 e segs, 90 e segs, 97 segs, 136 segs, 222 segs.; (11) Temistocles Cavalcanti. *O Princípio da Separação de Poderes e suas Modernas Aplicações*, em *Cinco Estudos*, ed. FGV, Rio, 1955 e (12) Victor Nunes Leal. *A Divisão de Poderes no Quadro Político da Burguesia*, neste caderno; _____. *A Divisão de Poderes no Direito Constitucional Brasileiro*, neste caderno.

Após conhecermos este material, restam algumas dúvidas: havia mais volumes como este, à guisa de apostilas, para cada série do curso de Política que Nunes Leal ministrava na FNF? Outros professores que assumiram a cátedra em sua substituição, utilizaram esse material também em suas aulas? Como era a dinâmica de suas aulas, da mediação das leituras e como era a sua avaliação? Quantas aulas eram dedicadas a cada

um dos pontos do *Programa de Política* indicado nesses volumes? Essas questões ficam sem resposta por enquanto, até que encontremos alguém ou algum documento que possa nos dar alguma pista para que busquemos respondê-las.

Contudo, o mais importante é que, com o acesso a este material, e sua descrição nesta tese, acreditamos que estamos descortinando um momento especial da afirmação da Ciência Política universitária em nosso país, protagonizada por Victor Nunes Leal não apenas por sua contribuição para a formação deste campo no Brasil, com a publicação de *Coronelismo, Enxada e Voto*, mas na sua dedicação ao magistério e ao planejamento do curso de Política da FNFfi, com a sistematização dos “recursos didáticos”, isto é, da bibliografia do curso.

E há outras publicações oficiais que nos permitem notar o envolvimento de Nunes Leal com a FNFfi. Por exemplo, poucos meses depois de publicada sua nomeação, pela Portaria nº 8 de 8 de janeiro de 1951, Nunes Leal foi designado chefe do Departamento de Ciências Sociais durante o impedimento do chefe (Diário Oficial, Seção I, 17 de janeiro de 1951, p. 885); em outubro de 1952, esteve ao lado de Djacir Menezes, Jorge Kingston, Luís Dodsworth Martins e Manuel Diegues Junior em banca de concurso de habilitação ao título de docente livre da cadeira de Sociologia da FNFfi (Diário Oficial, Seção I, 18 de outubro de 1952, p. 16270); e, em novembro de 1953, ao lado de Carlos Delgado de Carvalho, Eremildo Luiz Vianna, Roberto Bandeira Accioli e Jaime Coelho em banca de prova de habilitação ao título de docente livre da cadeira de História Moderna e Contemporânea da FNFfi (Diário Oficial, Seção I, 13 de novembro de 1953, p. 19380).

Mesmo quando se tornou chefe do Gabinete Civil de Juscelino Kubitschek, em novembro de 1956¹⁴⁹, manteve-se como professor da FNFfi, solicitando a acumulação dos cargos de Chefe do Gabinete Civil com o de Professor Catedrático de Política da FNFfi, através do Processo nº 9.721-56, que foi julgada lícita e aprovada pelo diretor do DASP, conforme publicado no Diário Oficial, Seção I, de 3 de dezembro de 1956¹⁵⁰.

8.6. Victor Nunes Leal, o Direito e os (des)caminhos da Política

¹⁴⁹ No Diário Oficial, Seção I, de 6 de novembro de 1956, p. 21025, há uma breve descrição da solenidade realizada no Palácio do Catete no dia anterior, na qual Nunes Leal tomou posse como Chefe do gabinete Civil da Presidência da República, aliás, identificado como “Professor Victor Nunes Leal” (Diário Oficial, Seção I, 6 de novembro de 1956, p. 21025)

¹⁵⁰ O parecer da Comissão de Acumulação de Cargos está entre as páginas 22884 e 22885 desta edição do Diário Oficial. Trata-se de interessante documento, pois descreve o programa da cátedra de Política, as funções de chefe do gabinete civil e relaciona as atribuições.

Em 1956, Nunes Leal interrompeu sua atividade como advogado, nomeado Procurador Geral da Justiça do Distrito Federal, que ainda ficava no Rio de Janeiro, se tornando, oito meses depois, em novembro do mesmo ano, chefe da Casa Civil da Presidência da República no governo de Juscelino Kubitschek, o JK, que ele ainda não conhecia pessoalmente, tendo seu nome indicado ao presidente pelo também advogado Sobral Pinto (NUNES LEAL, 1984: 5)

Como ele mesmo disse, a Casa Civil foi um turbilhão em sua vida, “a começar pela falta de rotina do presidente, que às seis horas, frequentemente, já estava trabalhando e chamava seus auxiliares imediatos a qualquer momento do dia ou da noite.” (NUNES LEAL, 1984: 11) Entre suas atribuições, estava o controle das nomeações para o funcionalismo, inclusive para as autarquias e empresas do setor público que respondessem à Casa Civil, o que rendia tensões e dificuldades em um governo multipartidário, como ele mesmo diria no referido discurso de 1984.

O partido do presidente (PSD) pressionava por nomeações nas áreas de ministros ou diretores de outros partidos, especialmente do PTB, e Nunes Leal tinha que caminhar, em suas palavras, como equilibrista em meio a essas disputas e à Casa Civil “abarrota de pretendentes e padrinhos, principalmente deputados e senadores” (NUNES LEAL, 1984: 11)

Em agosto de 1959, sem conversarem sobre os motivos da decisão, que Nunes Leal passaria a supor terem sido as nomeações, que geravam descontentamento inclusive por parte do vice-presidente João Goulart (PTB), Juscelino Kubitschek disse a Nunes Leal precisar do cargo e o exonerou, lhe oferecendo uma embaixada, que Leal não quis assumir, visando voltar para a advocacia. JK então o designou para uma curta missão diplomática no Chile e, após seu regresso, lhe ofereceu uma vaga no Supremo Tribunal Federal, para a qual foi nomeado em dezembro de 1960, após meses servindo como procurador junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Como ministro do STF, Nunes Leal também se destacou, fazendo parte de sua Comissão de Jurisprudência. Sobre esta fase, é interessante destacar o trecho da entrevista de seu irmão, Sylvio Nunes Leal, em que ele nos conta que

Quando o Victor foi nomeado Ministro, nas reuniões, nas sessões do Tribunal, ele levava uns cadernos. Todo acórdão ele anotava, anotava tudo direitinho, porque, antes, uma causa hoje é decidida de um modo; amanhã, é decidida de outro. Chegou a um ponto, um dia o Victor estava em casa, a filha de um ministro, cujo nome não me recordo, chegou e disse: Dr. Victor, meu pai mandou saber sobre esse caso assim, assim, se já tem aí algum acórdão, alguma coisa sobre ele. Aí, ele esperou um pouquinho e disse: não sei, deixe-me consultar aqui os meus livros.

Acho que foi seu pai o relator de um caso igual a esse. Aí, foi lá e pegou. O pai dela, em uma decisão anterior, tinha decidido um caso igualzinho àquele. Ele nem lembrava mais. Ele disse: tem aqui, foi seu pai que decidiu. O resultado foi esse assim, assim. A súmula – porque eles fazem a súmula depois – está aqui. O próprio ministro decidiu de um modo, mas aí ele decidiu de modo contrário. (NUNES LEAL, Sylvio)

Em 16 de janeiro de 1969, porém, no auge do regime militar, após o AI-5, Victor Nunes Leal e os ministros Evandro Lins e Silva e Hermes Lima foram todos afastados do STF pelo regime, aposentados compulsoriamente por decreto do presidente Costa e Silva. Então os ministros Antônio Gonçalves de Oliveira e Lafayette de Andrada também se aposentariam em solidariedade a eles e o regime, que havia ampliado o número de ministros do STF para 16 ministros anos antes, suprimiu as cinco vagas e o STF passou a possuir novamente 11 juízes. Por motivos políticos¹⁵¹, Nunes Leal não contaria com a vitaliciedade daquela toga. Logo ele, que tantas vezes dera resposta negativa a JK quando este lhe perguntava se queria fazer política (NUNES LEAL, 1984: 13)

Então, não hesitou em pedir também sua exoneração da Universidade Federal do Rio de Janeiro, da qual se achava requisitado desde 1960 para servir na Universidade de Brasília. Afastado do serviço público, voltaria a advogar em Brasília, no Rio de Janeiro, em Minas Gerais e em São Paulo. Assim, encararia a advocacia como o abrigo a que sempre retornaria nos desencontros da vida (NUNES LEAL, 1984: 6).

Durante o regime militar, já afastado do STF e ainda dedicado apenas à advocacia, como advogado, Nunes Leal ainda atuaria na defesa de Juscelino Kubitschek, nem sempre assinando as peças, por ser um proscrito. Pouco depois, o próprio JK lhe levaria para atuar

¹⁵¹O recente livro de Recondo (2018) joga luz sobre as cassações de ministros do STF em 1969. Segundo o autor, a exposição de motivos nº 38 de 16 de janeiro de 1938 atribuiu a Nunes Leal um passado de atividades antirrevolucionárias e uma atuação no STF em favor de elementos subversivos e contra os “ideais da revolução de 1964”. Os relatórios de órgãos de inteligência o apontavam como alguém com formação comunista e ativa ligação com elementos e atividades subversivas, tendo como indício de sua ligação com os comunistas até mesmo seu casamento com a filha de Júlio Torres, fundador da Aliança Libertadora Nacional de Juiz de Fora (MG), e sua sociedade em um escritório de advocacia, em 1942, com Aydano Couto Ferraz, vinculado ao Partido Comunista Brasileiro. Além disso, o Serviço Nacional de Informação (SNI) destacava que Nunes Leal havia sido advogado em 1955 do Comandante Cândido Aragão, oficial socialista reformado em 1949 por indisciplina e que voltaria ao serviço devido a uma ordem judicial obtida por Nunes Leal como seu advogado. O Comandante Aragão depois seria um dos símbolos da resistência ao golpe de 1964, como demonstra o também recente livro de Anderson da Silva Almeida (2017). Ainda segundo Recondo (2018), Nunes Leal dizia a amigos que os militares nunca o perdoaram por ter advogado em favor de Cândido Aragão. Ademais, os relatórios consideravam que Nunes Leal, como chefe da Casa Civil de Juscelino Kubitschek, teria favorecido a infiltração comunista no governo e agia ostensiva e desassombradamente contra o regime militar, por exemplo, votando a favor daqueles que eram considerados “subversivos”, como Miguel Arraes, Francisco Julião e Vladimir Palmeira. Recondo analisa que, não obstante terem sido esses os motivos alegados pelo Conselho de Segurança Nacional para sugerir a aposentadoria de Nunes Leal e a cassação de seus direitos políticos por dez anos, muitas das alegações estão no campo das conjecturas e que, mesmo nos julgamentos do STF, Nunes Leal estava acompanhado por todos os ministros da corte.

como consultor jurídico e membro do Conselho Diretor do Banco Denasa de Investimento.

Com a anistia, em 1979, nem ele nem Evandro Lins e Silva requereram retorno ao STF, segundo ele, porque lhe parecia que “para uma só existência, bastaria a honra inexcusável de já ter exercido a judicatura suprema” (NUNES LEAL, 1984: 14)

Pouco tempo depois da homenagem recebida no IUPERJ em 1980 e da concessão a ele do título de Professor Emérito da Universidade de Brasília em 1984, Victor Nunes Leal faleceu no Rio de Janeiro, em 17 de maio de 1985.

8.7. De Nunes Leal a Oswaldo Gusmão

Como vimos, Victor Nunes Leal era o professor catedrático de Política da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, inclusive quando foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal através de decreto de 26 de novembro de 1960 do presidente Juscelino Kubitschek, tomando posse em 7 de dezembro daquele ano. A esta altura, o STF já se encontrava em Brasília, desde 21 de abril de 1960, quando a capital federal foi transferida para lá por JK.

Talvez tenha sido este o motivo formal de Victor Nunes Leal ter se licenciado do cargo de professor de Política da FNFi ao final de 1960, e não seu envolvimento com a Universidade de Brasília, para onde se transferiria, o que, contudo, pode ter sido um dos motivos subjetivos da licença, pois o projeto da UnB já estava concluído antes da mudança da capital, e Nunes Leal era um dos encarregados da montagem do curso de Direito desta nova universidade, que passava a ter um currículo inovador¹⁵². Mas somente em 15 de dezembro de 1961 seria sancionada a Lei 3.998, pelo já então presidente João Goulart, que autorizada a criação da Universidade de Brasília.

No Diário Oficial (Seção I – Parte II) de 3 de janeiro de 1961, na página 14, podemos encontrar uma referência a quem substituiria Nunes Leal para lecionar Política na Universidade do Brasil:

Apostilas

(...)

Na portaria nº 96-60, do Diretor da Faculdade Nacional de Filosofia, designando o Professor Oswaldo Herbster de Gusmão, para lecionar Política.

O Diretor da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do

¹⁵² Na UnB, os alunos cursavam dois anos de uma formação básica e, depois disso, prosseguiam nos institutos e faculdades. O Direito fazia parte do curso-tronco que era composto também por Economia e Administração, identificadas como Ciências Sociais aplicadas.

Brasil, no uso de suas atribuições, resolve declarar que o professor, a que se refere a presente portaria, foi designado para dar, nos cursos de Jornalismo e de Ciências Sociais, 24 (vinte e quatro) aulas teóricas, mensais, de Política, a Cr\$ 600,00 (seiscentos cruzeiros) durante o período de 10 (dez) meses, a partir de 1 de março do corrente ano, e não como consta da mesma.

(DO, Seção I, Parte II, 3 de janeiro de 1961, p. 14)

No Conselho do ICS, o Instituto de Ciências Sociais, será Hildebrando Leal, professor catedrático interino de Sociologia da FNFfi, quem substituirá Nunes Leal, como vemos também em uma publicação do Diário Oficial, de 1962, que ainda atesta que Nunes Leal se encontrava “em gozo de licença especial”:

PORTARIA DE 22 DE NOVEMBRO DE 1961

Nº 1.833 – Tendo em vista o que consta do processo nº 22.434-61 – U. B. e o disposto no art. 3º da Resolução 12-52, do Conselho Universitário, expedir a presente portaria declaratória ao Professor Hildebrando Leal, Catedrático, EC-501, do Quadro de Pessoal do Ministério da Educação e Cultura, para suplente do Professor Victor Nunes Leal junto ao Conselho do Instituto de Ciências Sociais desta Universidade, que se encontra em gozo de licença especial.

(Diário Oficial, Seção I, Parte II, 16 de fevereiro de 1962, p. 551)

Em um decreto de 5 de julho de 1963, porém, Oswaldo Herbster de Gusmão seria designado para exercer a função de subchefe do Gabinete Civil da Presidência da República pelo presidente João Goulart, conforme publicado no Diário Oficial, Seção I, Parte I, de 8 de julho de 1963 e seria substituído, como professor de Política da FNFfi, pelo professor Romeu Rodrigues e Silva, conforme a Portaria nº 63 de 13 de agosto de 1963:

FACULDADE NACIONAL DE FILOSOFIA

PORTARIA Nº 03 DE 13 DE AGOSTO DE 1963

O Diretor da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, no uso de suas atribuições, resolve designar o senhor Professor Adjunto Romeu Rodrigues Silva para responder pela cadeira de Política, a partir de 1º de agosto corrente e enquanto perdurar o impedimento do respectivo titular, Professor Victor Nunes Leal e de seu substituto, Professor Oswaldo Herbster Gusmão. - Eremildo Luiz Vianna – Diretor.

(Diário Oficial, Seção I, Parte II, de 30 de outubro de 1963, p. 2907)

Estes atos institucionais que dizem respeito a Victor Nunes Leal, Oswaldo Herbster de Gusmão e Romeu Rodrigues e Silva como professores de Política da FNFfi nos permitem compreender em parte de que modo a cadeira passou de Victor Nunes Leal a Romeu Rodrigues e Silva, e a breve passagem de Oswaldo Herbster de Gusmão como professor desta cadeira.

Como subchefe da Casa Civil de João Goulart, Gusmão foi dispensado em 6 de

abril de 1964, conforme publicado no Diário Oficial, Seção I, Parte I, de 6 de abril de 1964, página 3091, menos de uma semana depois do golpe de Estado de 31 de março de 1964. No sábado 11 de abril de 1964, também no Diário Oficial foi publicada a portaria nº 152 de 13 de abril de 1964 com o seguinte teor:

PORTARIA Nº 152 DE 13 DE ABRIL DE 1964

O Chefe da Casa Civil da Presidência da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 26, alínea “b”, combinada com a alínea “J” do Regimento dos Órgãos da Presidência da República, resolve excluir a pedido, da lotação do Gabinete Civil da Presidência da República, Oswaldo Herbster de Gusmão, Professor da Faculdade Nacional de Filosofia, Assistente Técnico da Companhia Siderúrgica Nacional e Assessor Jurídico do Ministério do Trabalho e Previdência Social, a partir da presente data. - Getúlio Barbosa de Moura, Ministro Extraordinário para Assuntos do Gabinete Civil.

(Diário Oficial, Seção I, Parte I, 11 de abril de 1964, página 3264)

Segundo Motta, Oswaldo Gusmão não reassume imediatamente seu cargo como professor de Política da FNFi, por ter sido afastado. Por este motivo, é considerado um dos expurgados de primeira hora. (MOTTA, 2014: 59) E a ausência de documento que ateste o afastamento da Universidade do Brasil, como vemos também em Motta, tem relação com o que se viveu naquele período: muitos afastados na prática somente seriam afastados formalmente do serviço público anos depois, alguns até mesmo com o argumento de que teriam abandonado o cargo (MOTTA, 2014: 59-60).

Por motivo diferente, Romeu Rodrigues e Silva também seria exonerado em maio de 1969, mas a pedido, para assumir o cargo de desembargador. Seria sob a sua regência da cátedra de Política que jovens ex-alunos do curso de Ciências Sociais – Maria Stella Amorim e Eurico Lima Figueiredo – se tornariam professores de Ciência Política da FNFi (até 1966) e do IFCS (após a criação deste, através do artigo 20 do Decreto-Lei 60.455, de 13 de março de 1967, com Djacir Menezes como seu primeiro diretor *pro tempore*), e também o jovem Francisco Ferraz. Encontramos a portaria que concede a exoneração de Romeu Rodrigues e Silva da já então UFRJ também publicada no Diário Oficial:

PORTARIA Nº392 DE 26 DE OUTUBRO DE 1971

O Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Conceder exoneração a partir de 16 de maio de 1969, a Romeu Rodrigues Silva do cargo de Professor Adjunto EC-502.22 da Parte Permanente do Quadro Único de Pessoal dessa Universidade.

(Diário Oficial, Seção I, Parte II, de 12 de novembro de 1971, p. 3520)

Talvez tenha sido no momento de saída de Romeu Rodrigues e Silva do cargo de professor adjunto de Ciência Política e de pedido de exoneração de Nunes Leal da UFRJ, após sua exoneração do STF, no início de 1969, e após a Reforma Universitária, o que

tenha levado a universidade a quase perder esta disciplina segundo Célio Borja, quando Eduardo Prado de Mendonça, a esta altura já diretor do IFCS no lugar de Marina São Paulo de Vasconcellos, convida a Borja para dar aulas desta disciplina. Talvez o jovem a que Borja se refira seja o professor Francisco José dos Santos Ferraz¹⁵³, sobre o qual encontramos o interessante parecer, deste mesmo período, assinado por Eremildo Luiz Vianna, Celso Lemos e Creusa Capalbo:

PARECER

No Processo 30.885-69 é solicitada a designação do Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais Francisco José dos Santos Ferraz para o exercício das funções de Auxiliar de Ensino da Disciplina Política, lecionada no Curso de Ciências Sociais. O referido Bacharel já leciona a mesma disciplina no Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, como se vê dos docs. de fls. 17 e 21. Preliminarmente, deverá ficar bem caracterizado que o Bacharel em Direito, ou como se diz eufêmica e indevidamente “Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais”, e falo com pleno conhecimento porque sou Bacharel nas ditadas “Ciências Jurídicas e Sociais”, não teria condição absoluta para lecionar Ciência Política. Como tal disciplina envolve, porém, teoria do Estado e Direito Constitucional, tem sido permitido o ensino da disciplina pelos bacharéis em Direito. A disciplina Política não é simples extensão da teoria do Estado nem somente Direito Constitucional. Ela envolve outros elementos de ordem histórica e sociológica.

No caso em tela, não se trata também de um simples Bacharel em Direito, mas de candidato treinado em Ciências Sociais, conforme se verifica do seu *curriculum vitae*, porque o professor de Ciência Política deveria a rigor ter curso de Direito e estudo de disciplinas básicas do curso de Ciências Sociais ou, contrariamente, poderia ser um Bacharel em Ciências Sociais com pós-graduação em Direito Público.

O candidato ora proposto preenche, sob o aspecto da correlação de matérias, o requisito constitucional.

Os horários são abaixo indicados.

2^{as}. feiras das 7 às 9 horas e das 10 às 12 horas; 4^{as}. feiras das 7 às 12 horas e 5^{as}. feiras das 8 às 11 horas, no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. E 2^{as}., 4^{as}. e 6^{as}. feiras das 18 às 22 horas, no Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense.

Conclui-se que são compatíveis. Sob o ponto de vista da acumulação não há impedimento para a designação.

Rio de Janeiro, 17 de julho de 1970. – Eremildo Luiz Vianna – Celso Lemos – Creusa Capalbo.

(Diário Oficial, 2 de setembro de 1970, Seção I, Parte II, p. 2358)

Ainda que não tenhamos como apresentar a trajetória de Francisco Ferraz (o que enriqueceria este trabalho), por motivos que fogem de nosso alcance, nos capítulos a seguir conheceremos aspectos das trajetórias de Oswaldo Herbster de Gusmão, Romeu Rodrigues e Silva, Maria Stella Amorim e Eurico Lima Figueiredo, os protagonistas de

¹⁵³ Realizei contato telefônico com o professor Ferraz, que infelizmente não pode nos conceder entrevista para esta pesquisa. Seria importante, para reconstituirmos sua importância no processo de institucionalização da Ciência Política no IFCS, mas compreendemos os motivos apontados pelo professor.

um momento delicado da institucionalização da Ciência Política na FNFi e no IFCS, que estamos enfocando no presente trabalho.

Afinal, Nunes Leal não buscou se reenquadrar na universidade com a anistia de 1979, mas Gusmão foi anistiado e reenquadrado, assumindo o cargo de Professor Titular de Ciência Política do IFCS da UFRJ, onde atuaria por toda a década de 1980, até sua aposentadoria na década de 1990, tendo sido o único professor de Ciência Política da UFRJ a ser anistiado e reenquadrado:

PORTARIA Nº 559 de 28 de maio de 1980

O Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o despacho do Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação e Cultura no processo nº 256297/79-MEC,

Resolve nos termos do Decreto nº 84.143, de 31-10-79, fazer retornar ao cargo de Professor Titular, EC-SIII, Oswaldo Herbster de Gusmão.
– Luiz Renato Caldas, Reitor.

(Diário Oficial, Seção II, 6 de junho de 1980, p. 4321)

9. A trajetória de Oswaldo Herbster de Gusmão¹⁵⁴

*Mas que coisa é o homem,
que há sob o nome:
uma geografia?*

*um ser metafísico?
uma fábula sem
signo que a desmonte?*

*Como pode o homem
sentir-se a si mesmo,
quando o mundo some?*

*Como vai o homem
junto de outro homem,
sem perder o nome?
(...)*

Carlos Drummond de Andrade
Especulações em torno da palavra homem
Em *A Vida Passada a Limpo* [1959]

9.1. Mais um mineiro que a política leva de Minas ao Rio e do Rio à Brasília

Oswaldo Herbster de Gusmão nasceu em 06 de junho de 1922, em Minas Gerais. Era filho do médico Rivadávia Versiani Murta de Gusmão, de Itinga, também em Minas Gerais, na região do Vale do Jequitinhonha, mas que vivia com sua família em Belo Horizonte, onde, além de exercer a medicina, era professor catedrático de Técnica Operatória e Cirurgia Experimental da Faculdade de Medicina de Belo Horizonte, tendo sido homenageado pela turma de médicos diplomados em 1930, da qual fazia parte o jovem formando João Guimarães Rosa. Consta que Rivadávia tratava seus alunos e alunas sem discriminação de gênero, dizendo que “estudantes de Medicina não tem sexo”¹⁵⁵.

O tio de Oswaldo Gusmão, Prescilo Versiani Murta de Gusmão, por sua vez, foi o primeiro prefeito de Itinga, e um representante do poder político local (BERSANI, 2014: 53). O filho de Prescilo, primo de Oswaldo de quem foi muito próximo até sua

¹⁵⁴ Para obter informações sobre o Prof. Oswaldo Herbster de Gusmão, a fim de escrever esta seção, estive com seu filho, Paulo Camillo Pinto Gusmão, em 17 de agosto de 2017, em sua residência em Niterói (RJ), que me recebeu muito gentilmente e me permitiu gravar uma entrevista com ele a respeito de seu pai. Esta entrevista, porém, foi revisada pelo próprio Paulo, tendo sido retirados da versão revisada os trechos citados neste capítulo. Devo um agradecimento, portanto, ao Sr. Paulo e a quem me passou o seu contato, o Sr. Devanir da Silva, da ABRAPP – Associação Brasileira de Entidades Fechadas de Previdência Complementar. Ao Sr. Devanir, devo agradecer ainda por um currículo resumido que me enviou com algumas informações sobre a trajetória de vida do Prof. Oswaldo Gusmão e pelo exemplar do livro de sua autoria *Fundos de Pensão e ABRAPP: história de lutas e vitórias – A Construção da Previdência Complementar no Brasil* (SILVA, 2014), que me enviou também muito gentilmente, através do qual pude compreender um pouco melhor, assim como através da entrevista com o Sr. Paulo Camillo, a importância do Prof. Oswaldo Gusmão para a história da previdência complementar no Brasil.

¹⁵⁵ As informações sobre Rivadávia Gusmão foram obtidas na página da Academia Mineira de Medicina. Disponível em <http://www.acadmedmg.org.br/ocupante/cadeira-32-patrono-rivadavia-versiani-murta-de-gusmao/> <Acesso em 19 de maio de 2018>

juventude¹⁵⁶, Roberto Herbster de Gusmão¹⁵⁷, também nascido em Belo Horizonte, chegou a ser presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1947, e era filiado ao PSB. Foi na gestão de Roberto Gusmão na UNE que a entidade entrou oficialmente na campanha nacionalista do petróleo e as facções de esquerda formaram uma frente conhecida como “grupão”. Roberto deixaria a UNE, se formaria em Direito, mas seguiria ligado à política, a partir do PTB em 1954, se dedicando também ao magistério, tendo sido um dos fundadores da EAESP da FGV, onde se tornou chefe do departamento de Ciências Sociais em 1956.

Provavelmente, Oswaldo e Roberto militaram juntos no movimento estudantil na década de 1940, nos últimos anos do Estado Novo. Esta também é a suposição de Paulo Gusmão, que me respondeu crer que sim, quando lhe perguntei a respeito:

Acredito que sim, no tempo do Getúlio. Ele começou, não sei ao certo, ainda na adolescência dele ou na sua juventude, como estudante universitário, sua atuação política na resistência contra a ditadura de Getúlio. Ele disse algumas vezes, mas sem entrar em detalhes, que participou da resistência contra a ditadura do Getúlio Vargas, e contra o governo Dutra também. Ele contou certa vez que participou da Juventude Democrática da UDN, ou Esquerda Juventude Democrática. Foi logo depois de 1945, fim da ditadura varguista, fim da Guerra, eleição do Dutra. Também participou da campanha “O Petróleo é Nosso” e da defesa da soberania nacional. Sempre foi um democrata, mas antes de tudo um socialista, preocupado com a questão social, fundamentalmente com os trabalhadores. (GUSMÃO, 2017)

Oswaldo Gusmão se formou em Direito pela Universidade de Minas Gerais na década de 1940¹⁵⁸, tendo sido colega de curso também do primo Roberto. Segundo Paulo Gusmão, Oswaldo sempre se identificou com o Direito, não tendo desejado seguir a profissão de seu pai. Após se formar, chegou a se interessar por Direito Penal, publicando em 1952 uma tese de livre-docência *Das Penas Acessórias e sua Imposição* (GUSMÃO, 1952), mas logo passou a se dedicar a estudos sobre o Estado, enquanto também ampliava sua atuação política, chegando a ser candidato à prefeitura de Belo Horizonte¹⁵⁹:

¹⁵⁶ Segundo Paulo Gusmão, na entrevista que me concedeu, Roberto Gusmão e Oswaldo Gusmão eram os primos mais próximos em termos de idade, dentre os demais primos, e “eram muito amigos. Viveram muita coisa juntos na vida, principalmente até a juventude, nos tempos de faculdade. Depois em um determinado momento, com a carreira profissional, se separaram, mas sempre mantiveram um contato muito estreito.” (GUSMÃO, 2017)

¹⁵⁷ As informações sobre Roberto Herbster de Gusmão foram obtidas na página do CPDOC-FGV, onde consta um verbete a seu respeito escrito por Marcelo Costa. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/roberto-herbster-gusmao> <Acesso em 19 de maio de 2018>

¹⁵⁸ Infelizmente, não obtive a data de sua colação de grau na UMG.

¹⁵⁹ Infelizmente, não consegui encontrar precisamente informações sobre sua candidatura, que suponho ter se dado nas eleições de 1954 ou de 1958, acreditando ter sido nesta última, pois foi nesta que o candidato vitorioso foi do PSD (na de 1954 foi um udenista) e porque em carta endereçada pelo mineiro Otto de Lara Resende ao também mineiro Fernando Sabino, datada de 1958, há a pergunta “O Oswaldo Gusmão foi

Ele foi do Partido Socialista Brasileiro de Minas Gerais e chegou a disputar a eleição como candidato a prefeito do PSB de Minas, a prefeito de Belo Horizonte. Ele nasceu em Belo Horizonte, disputou a candidatura lá. Ele perdeu a eleição, porque o PSB era um partido fraco frente à UDN e ao PSD. Em Minas, quem que mandava era principalmente o PSD. O PSB sempre foi um partido relativamente fraco, que acabou sendo extinto com o golpe [de 1964]. (GUSMÃO, 2017)

Na segunda metade da década de 1950, Oswaldo Gusmão era o professor de Política da FACE – Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais (CASTRO, 2016; REIS, 2015, 2016). Como vimos no segundo capítulo desta tese, na FACE da UMG, com o objetivo de formar uma liderança política e intelectual, se criou um curso de Sociologia e Política distinto dos cursos de Ciências Sociais oferecidos pelas faculdades de Filosofia, com disciplinas inclusive de Economia e Direito, e ao final do qual o aluno podia sair com os títulos de bacharel de Sociologia e Política e de bacharel em Administração Pública (CASTRO, 2016: 31).

Os catedráticos fundadores vinham em sua maior parte do Direito, da Contabilidade e da Administração. Logo nesta primeira fase, Castro (2016) e Reis (2015, 2016) destacam que Oswaldo Gusmão era o professor de Política, ressaltando uma de suas características, que era ler autores americanos, franceses e alemães (CASTRO, 2016: 31). Segundo Fábio Wanderley Reis, havia apenas “*uma* disciplina de política mesmo, que era dada por Oswaldo Herbster de Gusmão, que depois se mudou para São Paulo e teve alguma ligação com o Cebrap” (REIS, 2015: 13 *italico no original*). E ainda segundo Reis, Gusmão era crítico do reacionarismo dos autores norte-americanos:

Relativamente à área de Política, mencionemos que o professor a ser destacado, Oswaldo Gusmão, que se ocupava da única disciplina especificamente de Política do currículo, era também bacharel em Direito – e, quanto a influências e orientações, merece ser lembrado por permitir ilustrar “graficamente”, em sentido bem literal, a disposição negativa da atmosfera geral do curso quanto ao que se produzia nos Estados Unidos: lembro que nós, seus alunos, ao utilizar por empréstimo livros americanos de Sociologia ou Ciência Política pertencentes a ele (que de todo modo, note-se, ele usava e citava), desfrutávamos com gosto as anotações nas margens, com frequência recheadas de diatribes contra o reacionarismo que caracterizaria a perspectiva dos autores. (REIS, 2016: 16)

Em 1960, Oswaldo Gusmão se muda para o Rio de Janeiro, onde trabalharia na Companhia Siderúrgica Nacional. No Rio, se tornaria professor de Política da FNF, substituindo Victor Nunes Leal, e participaria ativamente do ISEB, ao lado de Júlio Barbosa: ambos deram 58 aulas e 29 seminários no ISEB em 1960, na cadeira de

candidato a quê? Não sei de nada, venha me explicar” (RESENDE, 2011).

Sociologia, no auditório da sede própria do instituto (MENDONÇA, 2006: 249)¹⁶⁰. Podemos, por isso, supor que Oswaldo Gusmão pode ter tido alguma afinidade com Júlio Barbosa. Segundo Claudio de Moura Castro,

Sem dúvida, o professor de maior liderança [da Face] era Júlio Barbosa, com sua personalidade esfuziante. Tinha uma excelente biblioteca particular, localizada em uma sala da Face e à qual os bolsistas tinham livre acesso. Aparentemente, era o que melhor conhecia os autores americanos e ingleses. Dizia-se também que lia Marx e Weber no original. Comparado com os demais, era quem tinha a formação mais moderna. (CASTRO, 2016: 31)

Ainda de acordo com Castro, Júlio Barbosa, que era diretor do programa de Ciência Política da FACE, era sagaz, bem informado sobre a bibliografia internacional e atuava com flexibilidade, mais encorajando do que impondo. (CASTRO, 2016: 49-50)

Outra pista que me leva a pensar na afinidade entre os dois: Maria Stella Amorim, na entrevista que me concedeu, conta que o cargo de professor de Política da FNFfi estava vago desde a saída de Nunes Leal para o STF, no final de 1960, e após o abandono de uma professora que o substituíra. Com isso, convidam para assumir a cátedra justamente ao Júlio Barbosa, que, segundo ela, estava no Rio, fazendo as conferências do ISEB. Como Barbosa era catedrático de Sociologia na UMG, ele indica Oswaldo Gusmão: “então ele [Julio Barbosa] indicou o Oswaldo Gusmão pra lá e o Oswaldo Gusmão se tornou uma pessoa muito simpática, dando aula assim de uma maneira completamente diferente” (AMORIM, 2017)

Gusmão foi, segundo Amorim, um professor que fez sucesso entre os alunos, um professor querido, não só por ser simpático, mas por ter “posições políticas que as pessoas daquela época, e aí já era o governo Jango, tinham simpatia, vamos dizer assim, pelo

¹⁶⁰ Quando o ISEB surgiu, em 1955, Guerreiro Ramos respondia pela Sociologia e Hélio Jaguaribe pela Ciência Política, no instituto. Após desentendimentos entre os dois, a partir de 1958, último ano em que dão aulas e seminários nessas disciplinas, ambos saíram do ISEB em 1959, quando não há aulas ou seminários de Ciência Política e Júlio Barbosa ministra as aulas e seminários de Sociologia. Em 1960, Cândido Mendes, que respondia pela História no ISEB, passa a ministrar aulas e seminários de Política e Júlio Barbosa continua ministrando aulas e seminários de Sociologia, mas também passa a ministrá-las o também mineiro Oswaldo Gusmão, talvez a seu convite. (Cf. Relação de aulas e seminários do ISEB em MENDONÇA, 2006: 247-249). Nos cursos extraordinários oferecidos pelo ISEB em 1959, fora do Rio de Janeiro, Oswaldo Gusmão ministrou algumas vezes a aula “Reforma Agrária e Desenvolvimento” (MENDONÇA, 220-221). Oswaldo Gusmão como professor do ISEB também é referido brevemente em algumas passagens do depoimento de Wanderley Guilherme dos Santos ao CPDOC-FGV. Interessante notar que Cândido Mendes poderia ter pensando que quem impedira sua volta ao ISEB fora Gusmão, quando na verdade havia sido o próprio Wanderley (SANTOS, 2011). Durante a pesquisa, encontrei ainda o curioso anúncio, na página 8 do Correio da Manhã de 19 de abril de 1962: “CURSO REGULAR do ISEB – Serão encerradas, no dia 23 do corrente, as inscrições para o curso de pós-graduação mantido pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros. A aula inaugural, a cargo do Prof. Oswaldo Gusmão, será proferida no auditório do Instituto, às 21h de terça-feira 24 do corrente. Informações mais detalhadas pelos tels. 26-5829 e 26-2197.”

Jango” (AMORIM, 2017) Segundo Paulo Gusmão (2017), Oswaldo Gusmão havia feito inclusive campanha para a chapa Jânio Quadros-João Goulart, ainda em Belo Horizonte.

Maria Stella se recorda que Gusmão foi morar em Copacabana, no mesmo prédio do Darcy Ribeiro, também mineiro e professor da FNF*i*, e que ele convidava os alunos para ir à sua casa, sempre muito simpáticos ele e Maria Luiza, sua esposa, com ele muito prestativo em relação aos alunos. Além disso, frequentemente também estavam por lá o próprio Darcy e sua esposa, Bertha, o que mostra o grau de amizade entre os casais e entre Gusmão e Darcy.

Com a renúncia de Jânio Quadros¹⁶¹, João Goulart assume a presidência em 8 de setembro de 1961 e Darcy Ribeiro – que havia sido diretor de Estudos Sociais do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais do MEC entre 1957 e 1961, e reitor da Universidade de Brasília entre 5 de janeiro de 1962 e 19 de setembro de 1962 e, em segundo mandato, entre 24 de janeiro de 1963 a 19 de junho de 1963 – é convidado para ser chefe da Casa Civil da presidência da República por Jango, ocupando este cargo de 18 de junho de 1963 a 31 de março de 1964. Darcy, por sua vez, convida Oswaldo Gusmão para ser sub-chefe da Casa Civil. E Gusmão precisa se licenciar da FNF*i*, onde será substituído por Romeu Rodrigues e Silva, sobre quem trataremos mais adiante, e do Ministério do Trabalho, onde também atuava.

9.2. Novos caminhos sob os (des)caminhos da política

Há poucos registros sobre a atuação de Oswaldo Gusmão na subchefia da Casa Civil da presidência da República durante o mandato de João Goulart¹⁶², violentamente interrompido com o golpe de 31 de março de 1964. Com esta interrupção, contudo, se encerra sua atuação não apenas na subchefia da Casa Civil, mas também na CSN, no ministério do trabalho e na FNF*i*, cujos cargos são referidos na portaria da sua exoneração da Casa Civil, onde é identificado como “professor da Faculdade Nacional de Filosofia,

¹⁶¹ Em cujo governo, em 1961, Roberto Herbster de Gusmão, primo de Oswaldo Gusmão, “foi encarregado pelo presidente Jânio Quadros de elaborar um projeto, depois arquivado, de instalação de universidades populares no país”, conforme consta em verbete a seu respeito na página do CPDOC.

¹⁶² O jornalista Sebastião Nery (2014) possui um relato da madrugada de 30 de março de 1964 que menciona Gusmão: “Outra madrugada, de 30 de março. No Automóvel Clube, o ministro da Justiça Abelardo Jurema, os sargentos Antonio Prestes e Garcia e o cabo Anselmo. O presidente João Goulart jogou a última lauda do discurso sobre a mesa e de improviso jurou para o auditório emocionado que a política de conciliação chegara ao fim e as reformas seriam conquistadas nas ruas. Lá atrás, tenso, Oswaldo Gusmão, assessor de Jango, redator do discurso, me contou que, antes de sair de Laranjeiras para o Automóvel Clube, o Presidente se havia trancado com Tancredo Neves, do PSD: --Presidente, não vá, se o senhor for, o senhor cai. Jango foi. Jango caiu.” (NERY, 2014)

Assistente Técnico da Companhia Siderúrgica Nacional e Assessor Jurídico do Ministério do Trabalho e Previdência Social”.

Com o Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, o primo de Oswaldo, Roberto Gusmão, também foi cassado de seu cargo de procurador de Justiça do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho em São Paulo, teve seus direitos políticos suspensos e foi proibido de lecionar no país. Assim, Roberto também se veria obrigado a se afastar da política, ainda que, em março de 1966, ainda tenha sido um dos fundadores do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), passando a se dedicar a uma pequena fábrica de cervejas de Ribeirão Preto (SP), que seria posteriormente vendida para o grupo Antártica.

Sem perspectivas, após responder a IPMs (inquéritos policiais militares)¹⁶³, Oswaldo Gusmão vai em 1965 para o Chile, e sua família, que vivia no Rio de Janeiro, volta para Belo Horizonte, esperando que ele se estabeleça para poderem lhe reencontrar. Naquele país, morando junto com Francisco Weffort, e convivendo com intelectuais como Paulo Freire, lecionou na Universidade Nacional do Chile. Ainda em 1965, seu nome aparece no primeiro número da Revista Civilização Brasileira, como membro do conselho de redação. Naquele país, fica entre dezembro de 1965, quando saiu do Brasil, até abril de 1966, quando vai ser consultor técnico da Organização das Nações Unidas (ONU) no United Nations Development Program, atuando junto ao Instituto CentroAmericano de Administração Pública (ICAP), que então ainda se chamava Escola Superior de Administração Pública da América Central, sediado em San José, Costa Rica.

No ICAP, em Costa Rica, Gusmão atua na capacitação de gestores públicos dos países da América Central, viajando pelos países da região, mas sediado neste país. Sobre a experiência desta experiência para seu pai, Paulo Gusmão nos conta que

A sede do ICAP era em Costa Rica, em sua capital, San José. Havia *experts* ou *consultores*, que chamavam de *espertos*, palavra em castelhano, especializados nas diversas áreas da gestão pública mencionadas que ministravam cursos de formação aos profissionais dos Governos da América Central. Como disse antes, a área de atuação do meu pai era em Direito Público, Teoria do Estado, e o papel do Estado na promoção do Desenvolvimento. Essa experiência, em minha opinião pessoal, em muito contribuiu para ele desenvolver e aprofundar seus conhecimentos e suas convicções sobre a importância fundamental do Estado e seu papel no fomento ao desenvolvimento, em particular na América Latina, mas também em termos gerais. Essa experiência, creio

¹⁶³ Na página do Arquivo Público Mineiro, por exemplo, onde podemos acessar os Arquivos da Polícia Política de Minas Gerais (1927-1982), há muitos documentos produzidos sobre Oswaldo Herbster de Gusmão, com as mais variadas combinações entre diferentes grafias de seu sobrenome materno (Herbster) e variações entre Oswaldo e Osvaldo. Reuniões em sindicatos, participação em manifestações e quaisquer atividades políticas eram documentadas e podiam servir para abertura de inquéritos com vagas acusações contra cidadãos que fossem identificados com o que o regime considerava subversão, etc. Disponível em <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br> <Acesso em 19 de maio de 2018>

eu, foi fundamental para ampliar e consolidar seu amor e seu compromisso com a América Latina. Sentimentos que absorvi dele. Ele leu muito, e introduziu em nós o gosto pela literatura latinoamericana, em especial Garcia Marquez, Mario Vargas Llosa, Castañeda, Julio Cortázar, Manuel Puig, Juan Rulfo, um conjunto de autores que conformavam uma nova visão da América Latina. Ele sempre leu muito, tanto literatura como livros e estudos teóricos e técnicos e os considerou muito em todos os seus estudos, e em particular em sua atividade acadêmica. Ele tinha uma especial consideração pelos estudiosos da CEPAL – Comissão Para a América Latina e o Caribe, que era composto por um conjunto de estudiosos latino-americanos que refletiam sobre a realidade da América Latina. Entre eles Raúl Prebisch, Celso Furtado, Aníbal Pinto, José “Pepe” Num, Oswaldo Sunkel, Maria da Conceição Tavares, entre outros importantes pensadores, que construíram um corpo teórico próprio para a interpretação da realidade latino-americana e proposição de solução para os dilemas da região, tanto econômicos quanto sociais, que pensavam e formulavam teorias sobre a América Central com um olhar latinoamericano. (GUSMÃO, 2017)

Com essa experiência na América Central, portanto, Oswaldo Gusmão encontra um novo caminho em sua trajetória, sob os (des)caminhos da política. Sua esposa, suas duas filhas e seus dois filhos vão para Costa Rica viver com ele em 1966 e ele segue atuando junto ao ICAP até 1967, quando ele acaba retornando ao Brasil, com um convite para lecionar na Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo, e acreditando que havia uma perspectiva de democracia no país.

Em 1968, o regime militar se recrudescer, como vimos nesta tese, culminando na edição do Ato Institucional nº 5 em dezembro daquele ano e no Decreto-lei nº 477 em fevereiro de 1969, sobre os quais já tratamos no presente trabalho. Paulo Gusmão nos conta sobre a reação de seu pai ao ouvir a leitura do AI-5:

Lembro perfeitamente do dia 13 de dezembro de 1968, que me marcou. Estávamos voltando da casa do meu tio [Roberto Gusmão], creio que uma sexta-feira 13. Meu pai estava de férias na época, era professor, estava voltando da casa do meu tio, e ouviu na *Hora do Brasil* o Lira Tavares, ministro do Exército na ocasião, lendo o AI-5. Meu pai ficou meio passado, eu lembro mais ou menos da expressão da cara dele. (...) Estava a família toda no carro. Logo depois, não sei se por um ato específico, foi determinado que quem já tinha sido punido em decorrência de um Ato Institucional ou ato ou decreto dele derivado, estava proibido de lecionar em qualquer estabelecimento de ensino. Essa determinação estava alinhada ao que já dispunha o Decreto[-lei] 477. Em decorrência disso, teve que ser desligado da Fundação Getúlio Vargas. No período de seu retorno ao Brasil, muita gente passou de uma certa euforia democrática a uma falsa euforia, que não se revelou, uma falsa esperança que não se concretizou. Pelo contrário, ficou pior. Meu pai não chegou a ser preso, mas teve que arranjar outras saídas para sobrevivência. Foi nesse momento que foi para a iniciativa privada, como advogado. (GUSMÃO, 2017)

Mais uma vez sem perspectivas depois da euforia democrática que havia trazido exilados de volta ao país entre 1967 e 1968, Gusmão teve que encontrar outros caminhos

sob novos (des)caminhos da política. Tornou-se assessor jurídico de empresas da iniciativa privada e acabou indo trabalhar, no início da década de 1970, na Promon Engenharia, que marcaria, segundo seu filho Paulo, o terceiro dos grandes ciclos em sua vida, tendo sido o primeiro ciclo aquele que vai de sua atuação como professor em Minas até a subchefia da Casa Civil e o segundo ciclo, a vida na América Central.

Na Promon Engenharia, Gusmão recebe a função de estruturar uma entidade de um plano de previdência privada para a empresa. Já havia outras entidades do tipo – como a Previ, a Petrus, etc. – e outras estavam surgindo, como alternativa para dar estabilidade aos funcionários de empresas de setores de ponta, com o fim da estabilidade propriamente dita e a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Além disso, esse tipo de entidade poderia reter a mão de obra qualificada. E Gusmão passa a se dedicar inteiramente à tarefa:

No processo de estruturação da Fundação Promon e seu Plano de Benefícios, meu pai teve que se envolver além do Direito, que ele dominava, com outras duas áreas de conhecimento estranhas às suas atividades. Uma era a área de Ciências Econômicas, que ele conhecia mais a nível macroeconômico, mas ali o que era preciso era a visão mais micro, principalmente associada aos investimentos e ao mercado de capitais. Mas o desafio mais sério foi lidar com o conhecimento que era central para a constituição e o equilíbrio do plano: o cálculo atuarial, que é bem complexo, ainda mais nos anos 1970. Para essa tarefa, ele contou com o apoio do Professor Rio Nogueira, considerado o principal atuário e que foi o principal estruturador dos Planos de Benefício Complementar fechados, em especial na sua construção atuarial. Meu pai trabalhou com o Professor Rio Nogueira na formatação do Plano de Benefícios da Fundação Promon, cada um nas suas áreas de especialização. No plano elaborado a questão central era a garantia aos trabalhadores da Promon um plano de benefícios que lhes proporcionasse uma perspectiva de segurança favorável quando de sua aposentadoria. (...) . A remuneração complementar é um belo suporte para garantir essas despesas e ainda proporcionar melhores condições de vida ao aposentado e sua esposa. O trabalho do meu pai na estruturação dos planos de benefício complementar fechados com essas características tinha por princípio essa visão. O que mostra seu comprometimento, sua visão com os trabalhadores e com a questão social, prevalecendo sobre considerações econômicas e empresariais. (GUSMÃO, 2017)

Ainda na década de 1970, começa a haver um processo de regulamentação do segmento de previdência privada como um todo, que estava dividido entre entidades de previdência privada aberta, vinculadas a bancos e ao sistema financeiro, e entidades de fechadas de previdência, que eram voltadas para um público interno, os trabalhadores de uma empresa.

Neste momento, Oswaldo Gusmão tem uma importância política muito grande, como articulador, com sua visão social e seu conhecimento sobre o Estado e sobre a

política propriamente dita: a lei 6.435 de julho de 1977, amplamente discutida no Congresso Nacional, acabou possuindo a necessária adequação da ação das entidades a interesses sociais, assegurando a proteção aos interesses dos participantes, definição explícita de responsabilidades, garantia da segurança das operações e previsão de instrumentos adequados de fiscalização (SILVA, 2014).

No ano seguinte, em 1978, surge então a ABRAPP, Associação Brasileira de Entidades fechadas de Previdência Privada, da qual Oswaldo Gusmão é um dos principais criadores e líderes, tendo sido seu primeiro presidente, por dois mandatos consecutivos, atuando especialmente no incentivo à capacitação dos dirigentes e profissionais das entidades fechadas de previdência complementar, passando depois a fazer parte do conselho da associação¹⁶⁴, sempre com uma visão da previdência complementar como uma ferramenta de proteção social.

É neste momento que passa a haver também as movimentações que resultarão na lei nº 6683 de agosto de 1979, a chamada Lei da Anistia. Com essa lei, Oswaldo Gusmão poderá retornar aos cargos dos quais foi afastado pelo regime militar e será o único professor de Ciência Política da UFRJ a retornar, em 1980, sem o interesse de Victor Nunes Leal neste retorno. Assim, Gusmão assume o cargo de professor titular do IFCS da UFRJ, um cargo no Ministério do Trabalho e volta a lecionar na Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo.¹⁶⁵

9.3. A “volta” ao IFCS

Quando Gusmão deu aulas pela última vez na FNFi da Universidade do Brasil, esta se tratava de uma faculdade com mais cursos do que o IFCS da UFRJ possuía em 1980, em outro endereço, e com outros docentes e discentes. Por isso, ele não “volta” propriamente, mas assume um cargo de magistério em uma instituição completamente

¹⁶⁴ Para melhor análise sobre a ABRAPP e sobre a importância de Oswaldo Gusmão na associação e nas movimentações que resultaram na Lei nº 6435 de 1977, cf. SILVA, 2014.

¹⁶⁵ Com a anistia em 1979 e a extinção do bipartidarismo, também em 1979, o primo de Oswaldo Gusmão, Roberto Gusmão retorna à política, se filia ao Partido Popular (PP), liderado por Tancredo Neves, depois incorporado ao PMDB. Em março de 1983, assumiria a presidência do Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo (Badesp), nomeado pelo governador Franco Montoro, também do PMDB, e no ano seguinte se tornou chefe do Gabinete Civil do governo de São Paulo. Roberto Gusmão foi ainda um dos principais articuladores da candidatura presidencial vitoriosa de Tancredo Neves. E, em 1985, assumiu o Ministério da Indústria e do Comércio (MIC), cargo que deixaria no ano seguinte, quando também sairia do PMDB por ter recebido moção de repúdio contra ele pelo apoio dado à candidatura do PTB para o governo do estado de São Paulo. Filiado ao PTB em 1986, se tornaria seu presidente nacional, se retirando da vida pública em 1987, quando passa a se dedicar apenas à direção da Cervejaria Antártica Niger S.A.

diferente da instituição em que ele havia lecionado no início da década de 1960.

Ao mesmo tempo, Gusmão não deixara de estar no círculo das Ciências Sociais, e estará entre os fundadores do CEBRAP de São Paulo, ao lado de Fernando Henrique Cardoso, Francisco Weffort, Francisco de Oliveira e outros sociólogos paulistas. Tampouco, Gusmão esteve afastado da política, uma vez que participou ativamente de todas as movimentações pela lei 6435 de 1977, na Brasília em que menos de quinze anos antes fora subchefe da Casa Civil. E ainda participava de discussões em torno da formação de um partido popular, de um partido de esquerda no Brasil, quando já se começava a configurar o final do regime militar, ainda que não tenha se filiado a nenhum dos partidos que surgiram naquele momento, desagradado com o PMDB e sem identidade com o PT.

Porém, como professor do IFCS – alocado especialmente nas turmas de pós-graduação, para as quais vinha lecionar toda semana, de São Paulo, onde vivia e onde atuava na ABRAPP e no Ministério do Trabalho –, podia conjugar sua perspectiva sociológica e sua perspectiva política nos cursos que ministrava, especialmente em torno de teorias do Estado e do Desenvolvimento, com perspectiva muito afim à perspectiva da CEPAL e das teorias desenvolvimentistas:

Ele dava aula sobre duas matérias, uma em cada semestre, que eu saiba, *Teorias do Estado* e *Estado e Desenvolvimento*. E ele tinha um conhecimento profundo. Ele lia muito, tanto literatura como isso, esses clássicos de Estado e, como eu te disse, o pessoal da Cepal, que tem um grande trabalho sobre isso e com uma ótica específica, própria para a América Latina. Os dois principais teóricos da CEPAL eram o Raúl Prebisch e o Celso Furtado. Celso Furtado, um de seus principais pensadores. Ele conhecia bem também o pensamento sobre Teoria do Estado em outros níveis, as concepções do Estado dentro do pensamento marxista, em suas diferentes variações, e mesmo dentro de outras vertentes de pensamento (...) Eu acredito que fosse mais eclético, mas predominavam no pensamento dele as concepções socialistas, em diferentes matizes, e as concepções cepalinas sobre o Estado e o desenvolvimento latinoamericano. Apesar de todo subdesenvolvimento da Itália, não se compara ao que é a América Latina. Quem passou a olhar a América Latina como América Latina foi a Cepal, por intelectuais como Prebisch, José Nun, Osvaldo Sunkel, Aníbal Pinto, Fernando Henrique, Maria da Conceição Tavares e, em especial, o Celso Furtado que é uma figura muito central nesse processo. E esse pessoal é que passa a ter um olhar e passa a formular uma teoria e com essa crítica, “olha, não dá pra pensar a América Latina com um olhar deles” (...) Em uma linha desenvolvimentista. De uma necessidade de desenvolvimento para superar os entraves, os obstáculos da América Latina, até por conta de uma das questões centrais, que é a questão fundiária, a própria questão de dependência dos nossos pagamentos, quer dizer, o negócio de ser agrário-exportador, o negócio de termos de troca... Mas a visão dele estava muito adiante, na verdade ele acaba tendo que construir, principalmente, *Estado e desenvolvimento*... aí tinha que se pensar o desenvolvimento para a América Latina, particularmente o Brasil. Aí você tem coisas com certeza do Gramsci, do próprio Marx e de outros e que contribuem muito, do próprio Poulantzas, do Lenin... Na CEPAL, vários de seus

principais pensadores não são marxistas. Raul Prebisch é um keynesiano, e o Furtado pode ser considerado um pensador eclético. Ele tem fundamento em muitas teorias, uma capacidade de síntese fantástica, e de formulação teórica nova, em diferentes áreas do pensamento. A teoria do desenvolvimento do Furtado tem cerca de meio século, e é absolutamente nova, e é pouco explorada até hoje. Esses livros, ele [Oswaldo Gusmão] guardava, era coisa que ele lia, que ele usava. (GUSMÃO, 2017)

Com sua chegada aos 70 anos e sua aposentadoria compulsória, em 1992, Gusmão terá de se aposentar do Ministério do Trabalho e do IFCS, depois de 12 anos de magistério em Ciência Política na UFRJ após a anistia. Passa a se dedicar à literatura e, lendo e relendo muitas obras, escreve dois livros, *Festa das Almas*, de 1992, e *Barra do Poté*, de 1998.

Em 05 de agosto de 2015, quando esta tese já estava sendo escrita, Oswaldo Gusmão faleceu, dois meses depois de completar 93 anos de idade, recebendo homenagens na ABRAPP, mas sem receber uma nota do IFCS ou da UFRJ em razão de seu falecimento. Mas, como diz seu filho, Paulo Gusmão:

Ele transmitiu isso muito em aula. Só o fato dele dar essas duas disciplinas, *Teoria do Estado* e *Estado e Desenvolvimento*, em dois semestres separados, e provavelmente pegando a mesma turma, em um semestre e no outro, imagino eu, provavelmente deu uma contribuição grande para uma discussão e em um momento que foi de uma certa efervescência grande política, nos anos 1980, e teve essa discussão. Teve essa participação no início dos anos 1960, foi cortado, mas depois ele teve uma discussão dessas, mais aí voltado muito para um grupo de estudantes. (GUSMÃO, 2017)

Oswaldo Gusmão foi um dos professores de Ciência Política da FNFi e do IFCS que mais sofreu com os (des)caminhos da política. O único que chegou a deixar o Brasil e o único que chega a retornar à universidade. Recuperar sua memória é obrigação não apenas ao discutirmos a Ciência Política no país, mas ao discutirmos a própria política nacional, assim como de todos os demais cidadãos que tiveram suas vidas atingidas tão violentamente pelo regime militar.

10. De Romeu Silva a Maria Stella Amorim e Eurico Figueiredo

*Ave Maris Stella
Dei mater alma
atque semper Virgo
felix caeli porta*

*Sumens illud Ave
Gabrielis ore
Funda nos in pace
Mutans nomen Evae¹⁶⁶*

Quando Oswaldo Gusmão foi designado subchefe do Gabinete Civil da Presidência da República, em decreto de 5 de julho de 1963¹⁶⁷, quem o substituiu, como professor de Política da FNFi, foi o professor Romeu Rodrigues e Silva, conforme a Portaria nº 63 de 13 de agosto de 1963:

FACULDADE NACIONAL DE FILOSOFIA
PORTARIA Nº 03 DE 13 DE AGOSTO DE 1963
O Diretor da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, no uso de suas atribuições, resolve designar o senhor Professor Adjunto Romeu Rodrigues Silva para responder pela cadeira de Política, a partir de 1º de agosto corrente e enquanto perdurar o impedimento do respectivo titular, Professor Victor Nunes Leal e de seu substituto, Professor Oswaldo Herbster Gusmão. - Eremildo Luiz Vianna – Diretor.
(Diário Oficial, Seção I, Parte II, de 30 de outubro de 1963, p. 2907)

Conforme alguns entrevistados e Adélia Miglievich-Ribeiro (2015: 173-174), Romeu Rodrigues e Silva já era professor da FNFi, assistente do Prof. Djacir de Menezes na cátedra de Economia Política.

Contudo, em Fávero (1989a: 37), consta o nome de Romeu Rodrigues e Silva já como professor assistente de Política na Universidade do Brasil, em lista do corpo docente da FNFi datada de 5 de julho de 1941, com a informação de que a cátedra estava vaga desde 14 de novembro de 1939¹⁶⁸.

Em uma relação de professores catedráticos interinos contratados para a FNFi no ano de 1943, porém, consta o nome de André Gros na cátedra de Política, com a seguinte informação: “o Prof. Gros ausentou-se do país em maio de 1942. Foi substituído pelo Prof. Victor Nunes Leal, nomeado em abril de 1943” (FÁVERO, 1989a: 41). Assim,

¹⁶⁶ Trecho de *Ave Maris Stella*, hino mariano conhecido desde o Século IX, cantado na *Liturgia das Horas* da Igreja Católica nas festas marianas. Esta epígrafe está nesta seção para sugerir o catolicismo de Romeu Rodrigues e Silva e, como veremos adiante, em homenagem à professora Maria Stella Amorim, cujo nome foi escolhido por sua mãe, católica, devido a este hino.

¹⁶⁷ Conforme publicado no Diário Oficial, Seção I, Parte I, de 8 de julho de 1963.

¹⁶⁸ Fávero (1989a: 41) refere como fonte o Ofício nº 3.277 de 1941, do reitor da Universidade do Brasil dirigido ao ministro da Educação e Saúde Pública, que consta do arquivo da Faculdade de Educação da UFRJ.

podemos supor que Romeu Rodrigues e Silva já fosse designado como professor interino de Política em situações eventuais desde antes da chegada de Victor Nunes Leal. E na entrevista que me concedeu, a professora Maria Stella Amorim nos explica o seguinte:

O Djacir Menezes, também do grupo de intelectuais católicos, ele era titular de Economia Política, então por causa desse nome, *Economia Política*, botaram ele como principal responsável pela reorganização dessa cátedra de Ciência Política com a saída do Victor [Nunes Leal] e depois da assistente dele. (AMORIM, 2017)

Romeu Rodrigues e Silva era, além de declaradamente católico, parte deste grupo de intelectuais católicos que lecionava na FNFi. Essa é uma das poucas informações que obtivemos a seu respeito e, embora ele pareça ter uma importância na institucionalização da Ciência Política na Faculdade Nacional de Filosofia, especialmente após a ida de Victor Nunes Leal e de Oswaldo Herbster de Gusmão para Brasília, tendo inclusive sido Romeu o relator, nas discussões em torno da Reforma Universitária, de uma proposta de criação de um Departamento de Ciência Política da FNFi (MIGLIEVITCH-RIBEIRO, 2015: 199), infelizmente encontrei poucas fontes com informações a seu respeito.

Apresentarei, contudo, na seção a seguir, um conjunto de informações que consegui obter a respeito de Romeu Rodrigues e Silva, na bibliografia e na documentação consultada, e de como ele foi o responsável pelo recrutamento de dois jovens egressos do curso de Ciências Sociais, que se tornariam professores de Ciência Política da FNFi (caso de Maria Stella Amorim) e do IFCS (caso de Eurico de Lima Figueiredo), com base nas informações dadas pelos próprios.

10.1. Pistas sobre a trajetória de Romeu Rodrigues e Silva

Em listagens de professores a serem contratados para a FNFi, do Arquivo Gustavo Capanema do CPDOC da FGV, Romeu Rodrigues e Silva aparece como professor indicado para a cadeira de Economia Política por Alceu Amoroso Lima, assim como Hildebrando Leal aparece indicado por Alceu para a cadeira de Sociologia e Ildefonso Mascarenhas para a cadeira de Política. Nas mesmas listagens, com a grafia de “Romeu Rodrigo Silva”, há a indicação de que Romeu era professor de Economia Política da UDF, com “Armando Fontes”¹⁶⁹, assim grafado, como professor de Política daquela universidade (FÁVERO, 1989b: 78-83).

¹⁶⁹ Provavelmente referência a Amando Fontes, o célebre autor de *Os Corumbás* (1933), deputado federal por Sergipe entre 1934 e 1937, que pertencia ao círculo de amigos do católico Jackson de Figueiredo.

No Ofício nº 1739 de 08 de setembro de 1942, do diretor da FNFi San Tiago Dantas ao diretor da Divisão de Pessoal do Ministério da Educação e Saúde, encaminhando a relação de todas as cadeiras com os respectivos professores e assistentes da FNFi, Romeu Rodrigues e Silva é referido na cadeira de Economia Política e História das Doutrinas Econômicas, ainda que logo abaixo, no documento, conste a informação de que esta cadeira não está provida, pois Maurice Byé teria tido seu contrato rescindido pelo T.C., em possível referência a uma rescisão pelo Tribunal de Contas (FÁVERO, 1989b: 87). A cadeira de Política não é referida neste ofício.

Na listagem de professores da FNFi referente ao ano de 1950, porém, é Djacir Menezes que é referido como professor catedrático efetivo de Economia Política e História das Doutrinas Econômicas¹⁷⁰ – com Victor Nunes Leal referido como professor interino da cadeira de Política, já aprovado em concurso público, aguardando decreto de nomeação efetiva – e Romeu Rodrigues e Silva como professor assistente de Economia Política e História das Doutrinas Econômicas, mesma situação em que aparecem em Sociologia, por exemplo, Luiz Aguiar Costa Pinto e Wanda Torok (FÁVERO, 1989b: 124-127). E na listagem de professores da FNFi referente ao ano de 1966, são referidos como catedráticos Djacir Menezes (Economia Política e História das Doutrinas Econômicas), Victor Nunes Leal (Política) e, na relação de adjuntos e assistentes, Romeu Rodrigues e Silva (Economia Política e História das Doutrinas Econômicas), seguida, na mesma cadeira, por Rosélia Perissé da Silva Piquet (FÁVERO, 1989b: 128-136)¹⁷¹.

Romeu Rodrigues e Silva ainda é referido em algumas publicações no Diário Oficial desde a década de 1930. Por exemplo, Romeu é referido como aluno de Filosofia

¹⁷⁰ No depoimento de Djacir de Menezes publicado em Fávero (1992: 115-126), ele explica que, sendo getulista, havia sido nomeado pelo presidente da República professor interino da FNFi, em 1942 ou 1943, quando era catedrático da Faculdade de Direito do Ceará. E que pediu que houvesse, na FNFi, concurso para a cátedra que ocupava interinamente, Economia Política e História das Doutrinas Econômicas, sendo aprovado neste concurso e se tornando catedrático. Menezes diz ainda que lecionava no primeiro e no último ano do curso de Ciências Sociais, que tinha disciplinas de Economia Política em todos os anos, ainda no regime seriado. Nos demais anos, “entregava à Rosélia Perissé da Silva Piquet a parte de Economia Internacional e câmbios e ao Aluísio Peixoto a outra parte sobre Economia Bancária” (Fávero, 1992: 116-117). Menezes não faz nenhuma menção a Romeu Rodrigues e Silva. Por fim, Djacir de Menezes foi ainda diretor *pro tempore* do IFCS e reitor da UFRJ entre 1969 e 1973, depois disso se transferindo para a Faculdade Nacional de Direito da UFRJ.

¹⁷¹ Conforme apontamos em capítulo acima, e apontado por Fávero (1989d: 70), que traz a distribuição de disciplinas no curso de Ciências Sociais entre 1939 e 1966, podemos ver a presença de Economia Política e História das Doutrinas Econômicas no curso de Ciências Sociais entre 1939 e 1946, ao longo de seus três anos letivos, bem maior que a presença de Política, presente apenas na 3ª série. Entre 1947 e 1955, a situação se altera um pouco com a previsão de Política não só na 3ª série, mas na 4ª série de Ciências Sociais, que passa a contar com previsão de disciplinas oferecidas ao longo de 4 anos letivos. Entre 1956 e 1966, passam a ser obrigatórias Política I, Política II, Política III e Política IV, com duas obrigatórias de Economia passando a apenas Economia I e Economia II.

da Universidade do Distrito Federal em 1938¹⁷², como candidato inscrito no concurso de títulos para o contrato de professor do Colégio Universitário da Universidade do Brasil neste mesmo ano¹⁷³ e como membro de banca de Sociologia para exames do Concurso de Habilitação aos cursos da Universidade do Distrito Federal em março de 1939¹⁷⁴, ao lado de Hildebrando Leal e sob a presidência de Edmundo da Luz Pinto.

Como professor da Faculdade Nacional de Filosofia, é referido em publicação no Diário Oficial de 9 de setembro de 1939, em uma relação do pessoal docente admitido como extranumerário-tarefeiro, como professor assistente de Didática Geral e Especial¹⁷⁵. No ano seguinte, em junho de 1940, seria publicado um termo de contrato de Romeu para desempenhar as funções de assistente da cadeira de Didática Geral e Especial da FNFi¹⁷⁶.

¹⁷² Cf. Diário Oficial, Seção II, de 19 de maio de 1938, p. 3290.

¹⁷³ Cf. Diário Oficial, Seção I, de 10 de maio de 1938, p. 9269. A banca examinadora era composta por Joaquim Pimenta, Roberto Lira e Raja Gabaglia e, entre os candidatos, também consta Sérgio Buarque de Holanda (2º lugar). Romeu Rodrigues e Silva consta na 7ª colocação.

¹⁷⁴ Cf. Diário Oficial, Seção II, de 9 de março de 1939, p. 1853.

¹⁷⁵ Cf. Diário Oficial, Seção I, de 9 de setembro de 1939, p. 21631. Consta nesta publicação a relação nominal-suplementar do pessoal docente admitido como extranumerário-tarefeiro, “nos termos do art. 35 do Decreto-lei número 240, de 4 de fevereiro de 1938, a partir de 2 do corrente, data da autorização do Sr. Ministro, e cuja despesa correrá por conta do destaque autorizado pelo Decreto-lei nº 4462 de 19 de julho último, mediante as seguintes condições: a) prazo de 2 de setembro a 31 de dezembro de 1939; b) remuneração, 11\$0 por hora de aula; c) produção mínima, 25 tarefas mensais; d) observância dos programas em vigor; e) pagamento mensal em folha.”

¹⁷⁶ Cf. Diário Oficial, Seção I, de 10 de junho de 1940, p. 11053, em que consta a seguinte publicação: “Divisão do Pessoal// Termo de contrato celebrado no Ministério da Educação e Saúde, entre o Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e o senhor Romeu Rodrigues Silva para o desempenho das funções de professor assistente de “didática geral e especial”, da Faculdade Nacional de Filosofia. // Aos vinte e dois dias do mês de maio de mil novecentos e quarenta, presentes no Gabinete da Divisão do Pessoal do Ministério da Educação e Saúde o respectivo diretor e o professor Romeu Rodrigues Silva, brasileiro, domiciliado em Niterói, à Rua Tavares de Macedo, duzentos e três, acordaram o seguinte: // Cláusula primeira — O Governo da República dos Estados Unidos do Brasil, tendo em vista o disposto no artigo terceiro do Decreto-lei número mil novecentos e trinta e seis, de trinta de dezembro de mil novecentos e trinta e nove, Verba 1 — Pessoal — Consignação II — Pessoal Extranumerário – Sub-consignação 10 — item 01) Contratados, resolve contratar, de acordo com os artigos dez e onze do Decreto-lei número duzentos e quarenta, de quatro de fevereiro de mil novecentos e trinta e oito, o senhor Romeu Rodrigues Silva, aqui por denominado contratado, para exercer as funções de assistente da cadeira de didática geral e especial, da Faculdade Nacional de Filosofia. // Cláusula segunda — O contratado elege o Distrito Federal para seu domicílio legal; cujo foro será o competente para dirimir as questões que se suscitarem na execução deste contrato. // Cláusula terceira — Como remuneração dos seus serviços o contratado receberá o salário mensal de 1:100\$0 (um conto e cem mil réis) com obrigatoriedade de doze horas de aula, no máximo, por semana. // Cláusula quarta — O presente contrato vigorará pelo prazo de oito meses, a partir de primeiro de janeiro de mil novecentos e quarenta até trinta e um de agosto do mesmo ano, devendo ser submetido a registro pelo Tribunal de Contas, não se responsabilizando o Governo por indenização alguma se aquele Instituto denegar o referido registro. // Cláusula quinta — A despesa com o pagamento do salário previsto na cláusula terceira, correrá por conta da Verba consignação e sub-consignação indicadas na cláusula primeira, em cujo crédito fica empenhada a necessária importância na escrituração da Divisão do Pessoal do Departamento de Administração do Ministério da Educação e Saúde. // Cláusula sexta — O presente contrato, que foi autorizado pelo Exmo. Sr. Presidente da República na Exposição de Motivos número quinhentos e setenta e dois, de dez de maio de mil novecentos e quarenta, do Departamento Administrativo do Serviço Público, poderá ser prorrogado, sucessivamente, até trinta e um de dezembro de mil novecentos e quarenta e três, se as partes contratantes assim o acordarem e se, para tanto, conceder o Governo os necessários créditos, e rescindido, em qualquer tempo, por iniciativa do Governo, uma vez deixando o

Dez anos depois, em janeiro de 1949, Romeu Rodrigues e Silva foi designado pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) para estar ao lado de Victor Nunes Leal, Lauro Sodré Viveiros de Castro e outros, em banca examinadora da prova de Princípios Gerais de Administração e Noções de Economia, em concurso para técnico de Administração do DASP¹⁷⁷.

10.2. Fatores globais e transformações do Estado Moderno

Em 1962, Romeu Rodrigues Silva publicou ainda o trabalho *Fatores Globais e Transformações do Estado Moderno*, sem informações na folha de rosto nem introdução ou agradecimentos que nos permitam compreender do que se trata esta obra. À guisa de uma tese (para uma cátedra? para um título acadêmico?), o “livro” está dividido em quatro partes: *I – Da Liberdade à Autoridade; II – Da Autoridade à Liberdade; III – Conclusões e IV – Keynes (Notas Finais sobre a Filosofia Social a que pode levar a Teoria Geral*, além de uma quinta parte contendo notas, entre as páginas 151 e 323.

Na primeira parte, Romeu começa tratando da separação dos poderes na Constituição de 1891, passa a discutir o que chama de “debilitamento do Poder Executivo” e o surgimento de uma nova ordem mundial entre as duas Guerras, apresenta diretrizes macroeconômicas, especialmente as de Keynes e sua oposição à teoria clássica – porque “imenso é o elenco dos grandes economistas que de uma forma ou de outra trouxeram a sua pedra à construção do amplo e moderno edifício. Nenhum deles contudo exerceu influência tão extensa e tão profunda quanto a de Keynes” (SILVA, 1962: 32) –, discute as relações entre o Executivo e o Legislativo e de uma dinâmica democrática “em face de uma política global”, passando a tratar dos efeitos dessa “política global” na

contratado de corresponder aos deveres decorrentes de suas funções ou porque não mais sejam julgados necessários os seus serviços; e, por iniciativa do contratado, se lhe convier, devendo em qualquer caso, a parte que resolver a rescisão notificar a outra com antecedência de trinta dias, findos os quais será considerado rescindido o contrato. sem que caiba qualquer pedido de indenização ou reclamação judicial ou extrajudicial. // Cláusula sétima — Durante a vigência deste contrato, não poderá o contratado exercer qualquer função pública. sob pena de ser o contrato automaticamente rescindido. // Cláusula oitava — No caso de dúvida na execução do presente, será ela dirimiria por arbitragem, elegendo cada parte contratante dois árbitros. Se estes não chegarem a um acordo, cada parte indicará mais dois nomes, e a sorte designará, entre os quatro, o desempatador. // O presente termo está isento do pagamento de selo proporcional, cobrando-se a taxa de duzentos réis por linha, na forma da legislação em vigor, e, para firmeza e validade do que fica estabelecido, lavrou-se o presente termo que, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes já mencionadas, pelas testemunhas abaixo e por mim, Edite Monteiro de Barros, oficial administrativo da classe “II” do Quadro Um do Ministério da Educação e Saúde, que o lavrei a folhas número oito, verso, e nove e verso. Achavam-se coladas três estampilhas federais no valor total de 20\$8 e um selo de Educação e Saúde, assim inutilizados: Rio de Janeiro, 22 de maio de 1940. – Orlando Gomez Calaza. – Romeu Rodrigues e Silva. – Edith Monteiro de Barros. – Testemunhas: Mario de Almeida Borges. – Oscar de Souza Ribeiro. – Aprovo. – Capanema.

¹⁷⁷ Cf. Diário Oficial, Seção I, de 4 de janeiro de 1949, p. 66.

Filosofia da Igreja – discutindo o pensamento político e social da Igreja, que “coloca diante do Estado outros grupos sociais ou comunidades menores e inferiores, para as quais reivindica, não apenas individualidade institucional, senão também, como células vivas ou meios dentro dos quais vive o homem real” (SILVA, 1962: 55), estando justificada, porém, para a Igreja, a intervenção do Estado como instrumento “de uma época a serviço da pessoa humana” (SILVA, 1962: 57) – e na política dos “povos subdesenvolvidos”, concluindo que

O Estado evoluiu de uma posição de indiferença ou ociosidade para a de uma contínua e irreversível expansão de suas atribuições. (...) A partir porém da revolução operada entre as duas guerras nos métodos de pesquisa, análise e sistematização dos fenômenos econômicos, principalmente depois de Keynes, a ação do Estado passa a ser colocada em termos que se podem considerar de natureza científica. A política global ou macrodimensional a que, nos dias que correm, se devem submeter necessariamente os povos, sejam altamente desenvolvidos, sejam subdesenvolvidos, não suscita unicamente mudanças da atitude do Estado no plano econômico e social, mas devem também produzir, como corolário lógico, profundas transformações na estrutura do próprio Estado. (silva, 1962: 61-62)

Na segunda parte, intitulada *Da Autoridade à Liberdade*, Romeu começa discutindo o materialismo histórico, o Estado como expressão do domínio de uma classe, a “política global do desenvolvimento” como “nova dimensão da ditadura do proletariado”, a visão “global e dinâmica” de Marx sobre a Economia, o caráter global de uma Economia socialista, a institucionalização do plano no Estado soviético, discute as relações entre os pensamentos de Rousseau e Marx e entre o Direito e o Materialismo Histórico, concluindo que

O *Estado de Direito* assenta a sua concepção de ordem jurídica e política do princípio da separação de poderes e no da intangibilidade da norma suprema, que é a constituição, e o *Estado ideológico* considera a constituição um meio a serviço da classe revolucionária e se ergue sobre o princípio da unidade ideológica, jurídica e política do poder. (SILVA, 1962: 117 grifos no original)

O Estado de Direito, para o autor, limitaria o Poder visando preservar o indivíduo, com seus direitos, do arbítrio e dos abusos dos governantes, com “a arma” do Habeas Corpus, enquanto o Estado que chama de “ideológico” seguiria o caminho “do Poder sem limites de qualquer natureza” (SILVA, 1962: 117-118). E completa:

O primeiro [Estado de Direito] parte de uma Weltanschauung idealista espiritualista e considera a liberdade um caminho e um objetivo em si (...) ao passo que o segundo [Estado “ideológico”] parte de uma concepção materialista e para ela a liberdade encontra-se necessariamente ao cabo de um processo total da história e só será alcançada em toda a sua plenitude no dia em que o processo estiver integralmente consumado. (SILVA, 1962: 118)

Por isso, decorreriam dessa oposição duas concepções opostas de Democracia e de sistemas econômicos: “propriedade privada e liberdade de iniciativa, o enriquecimento individual como móvel, o mercado, de um lado; a propriedade coletiva e integral iniciativa e a direção do Estado, a segurança como móvel, a economia planificada, de outro.” (SILVA, 1962: 121).

Romeu então demonstra sua perspectiva liberal no sentido econômico e católica no sentido religioso, ao criticar o desenvolvimento planificado, que levaria, para ele, a uma “remedievalização” do Estado, com dimensões ecumênicas, enquanto no Estado de Direito levaria a uma “revalorização política de uma das mais fecundas premissas do cristianismo – para o que podemos chamar unidade hipostática *pessoa-comunidade*, reassumindo assim o Estado o seu lugar de artífice supremo do bem comum” (SILVA, 1962: 122 grifos no original), caminho contrário ao do Estado “ideológico”, que corresponderia ao Estado soviético neste seu trabalho. Por fim, diz Romeu

A técnica, a ciência, a inteligência, a ideia, o espírito, que caminha sobre as ondas e percorre os espaços siderais, poderá dentro de algumas décadas – *acima ou além dos sistemas, ou na harmonia destes* – alterar radicalmente a face do mundo e extinguir a miséria proporcionando a todos os homens e a todos os povos, em substância, o mesmo grau de bem-estar e de segurança. É do Eclesiastes (3.11): “todas as coisas que Deus fez são boas, a seu tempo. Ele pôs, além disso, no seu coração a duração inteira, sem que ninguém possa compreender a obra divina de um extremo a outro”. (SILVA, 1962: 128-129)

Por fim, antes das notas, há uma última parte do trabalho intitulada Keynes – notas finais sobre a Filosofia Social a que pode levar a Teoria Geral, em que o autor parece basicamente apresentar ideias de A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda de Keynes (1936).

10.3. Mais pistas sobre a trajetória de Romeu Rodrigues e Silva

Ainda em 1962, ano de publicação de *Fatores Globais e Transformações do Estado Moderno*, um enorme anúncio publicado à página 7 do Segundo Caderno do jornal *Correio da Manhã* de 25 de março de 1962, um domingo, traz o nome de Romeu Rodrigues e Silva, como professor doutor¹⁷⁸, no quadro de professores do Curso de

¹⁷⁸ Não encontrei a informação da obtenção do título de doutor por Romeu Rodrigues e Silva. Mas vale lembrar que o título de doutor da própria Faculdade Nacional de Filosofia era concedido de modo bastante diferente de como ocorre hoje, após a regulamentação da pós-graduação durante o regime militar. Consta, por exemplo, no Capítulo IV do Regimento Interno da FNFi de 1946, entre os artigos 68 e 79, os critérios segundo os quais a Faculdade Nacional de Filosofia concederia o título de Doutor: admitia-se como candidatos ao título de doutor os diplomados por faculdades ou escolas de ensino superior, sem exigência de que fossem mestres, e poderiam inclusive ser dispensados de possuírem diploma de ensino superior “os indivíduos cujos curriculum vitae demonstrar terem eles realizado trabalhos de pesquisa se reconhecido

Doutorado da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, a PUC-Rio, lecionando História das Doutrinas Econômicas no 1º ano do curso¹⁷⁹.

Em 1966, ao ser nomeado professor catedrático de Teoria Geral do Estado da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, atual Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense, Romeu Rodrigues e Silva foi referido como “ocupante do cargo de Professor Adjunto da Faculdade Nacional de Filosofia (curso de Política)”¹⁸⁰.

Também em 1966, no jornal *Correio da Manhã* de 25 de outubro daquele ano, se noticiava na capa o julgamento pelos desembargadores, entre os quais estava Romeu Rodrigues e Silva, de cassações a candidaturas da ARENA, que tinham sido impugnadas pelo procurador da República com base em dados fornecidos pelo DOPS fluminense e pelo SNI. A manchete diz: “segurança aprova novas cassações”, trazendo no corpo da matéria, a informação de que “o juiz Romeu Rodrigues Silva votou contra todos os candidatos, defendendo a tese de que ‘põe acima da Justiça a segurança nacional’.” Dias depois, ainda no *Correio da Manhã*, na página 6 do Primeiro Caderno de 27 de outubro de 1966, vinha a seguinte nota a este respeito¹⁸¹:

valor na especialidade em que se pretendam doutorar. Os candidatos ao título de doutor na FNFi passavam pelas seguintes provas: a) demonstração de capacidade para traduzir línguas, b) exame geral sobre matérias dos cursos de formação e de pós-graduação e c) defesa de uma tese considerada como trabalho de pesquisa original, analisada por uma comissão de dois especialistas escolhidos pelo departamento e submetida à defesa perante uma comissão examinadora constituída por três especialistas, com o ato da defesa da tese sendo público e no qual dois examinadores arguiriam o candidato, que teria uma hora para fazer uso da palavra. (FÁVERO, 1989d: 56-59). Isso também se dava, geralmente, nas faculdades de Direito, inclusive sendo estabelecido na Reforma Francisco Campos, com o artigo 90 do Decreto 19851 de 1931, apenas basicamente que “além dos diplomas e certificados referidos nos artigos e parágrafos anteriores, os institutos universitários de que trata o art. 5º, item I, expedirão diplomas de doutor quando, após a conclusão dos cursos normais, técnicos ou científicos, e atendidas outras exigências regulamentares dos respectivos Institutos, o candidato defender uma tese de sua autoria. § 1º A tese de que trata este artigo, para que seja aceita pelo respectivo instituto, deverá constituir publicação de real valor sobre assumpto de natureza técnica ou puramente científica. § 2º A defesa de tese será feita perante uma comissão examinadora, cujos membros deverão possuir conhecimentos especializados da matéria.”

¹⁷⁹ Cf. *Correio da Manhã*, Segundo Caderno, 25 de março de 1962, p. 7. Na sexta-feira seguinte, 30 de março, no *Correio da Manhã*, Segundo Caderno, página 6, saíria ainda a seguinte nota sobre o curso: “Curso de Doutorado – Será instalado no corrente ano o Curso de Doutorado da Faculdade de Direito da Universidade Católica, conquista do Centro Acadêmico Eduardo Lustosa, graças à compreensão do diretor da escola, professor Luiz do Rêgo Monteiro e à aprovação do Conselho Universitário. O primeiro ano constará das sessões de Direito Público, Direito Privado e Direito Penal, compreendendo: História das Doutrinas Econômicas (professor Romeu Rodrigues e Silva); História das Ideias Políticas (Celestino Sá Freire Basílio); Direito Privado Comparado (Haroldo Valladão); Direito Processual Comparado (Luiz Antônio Costa Carvalho); Direito Romano Especializado (José Carlos Moreira Alves); Criminologia (Sobral Pinto); Direito Penal Comparado (Murta Ribeiro); Sistemas Penais (Francisco Barreto Campelo). As inscrições estão abertas até dia 31 do corrente, na Secretaria FDUC, Rua Marquês de São Vicente, n. 209, Gávea”

¹⁸⁰ Cf. Diário Oficial, Seção I, Parte II, de 16 de março de 1966, p. 803.

¹⁸¹ O voto de Romeu Rodrigues e Silva pode ser lido no Acórdão nº 4022 ao Recurso nº 2949, publicado entre as páginas 392 e 423 (o voto se encontra especificamente entre as páginas 394 e 395) do Boletim

CASSAÇÃO – À lista de cassações preparada pelo Governo acrescentou-se o nome do Sr. Romeu Rodrigues Silva, juiz em Niterói, membro do Tribunal Regional Eleitoral fluminense. Defendendo a inelegibilidade de todos os candidatos impugnados e lembrado que o fez sem provas suficientes, o juiz exclamou: “Coloco acima da Justiça a Segurança Nacional.” Autocassou-se. (Correio da Manhã, 1º Caderno, 27 de outubro de 1966, p. 6)

E em publicação oficial de 1971, encontramos a portaria que concede a exoneração de Romeu Rodrigues e Silva da já então UFRJ, a partir de 1969:

PORTARIA Nº392 DE 26 DE OUTUBRO DE 1971
O Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais, resolve:
Conceder exoneração a partir de 16 de maio de 1969, a Romeu Rodrigues Silva do cargo de Professor Adjunto EC-502.22 da Parte Permanente do Quadro Único de Pessoal dessa Universidade.
(Diário Oficial, Seção I, Parte II, de 12 de novembro de 1971, p. 3520)

Por fim, outra publicação que permite conhecermos melhor sua trajetória é a Ata da 1ª Sessão de 1983 do Conselho Administrativo de Defesa Econômica do Ministério da Justiça, ocorrida em 3 de fevereiro de 1983, no Centro do Rio de Janeiro e publicada no Diário Oficial, Seção I, de 18 de fevereiro de 1983.

Nesta sessão, o conselheiro-presidente Paulo Cesar Portugal Muniz tomou a palavra para comunicar ao “egrégio plenário” o falecimento do conselheiro Romeu Rodrigues e Silva em 31 de janeiro, dias antes da sessão. Romeu foi definido por Portugal Muniz como profundo conhecedor da Lei, tendo sido desembargador no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, e uma “figura notável pela inteireza de caráter e amabilidade do trato”. Em seguida, o conselheiro João Lopes Esteves leu uma matéria a respeito de Romeu publicado no jornal *O Fluminense*, com as seguintes informações:

“Fluminense dos mais ilustres e eminentes, foi sepultado, às 16 horas de domingo, no Cemitério Parque da Colina, o Desembargador aposentado Romeu Rodrigues Silva, natural de Sto. Antônio de Pádua, onde nasceu em 17 de setembro de 1908 e, há muito, radicado em Niterói. Formado pela Faculdade Nacional de Direito, exerceu a advocacia com intensidade, competência e brilho perante os juízes e tribunais, conquistando a titularidade como professor das Faculdades de Direito da PUC e da UFF, além de haver lecionado na Faculdade de Filosofia. Mais tarde, pelo quinto constitucional destinado aos advogados ingressou no Tribunal de Justiça do Estado, ali ainda mais engrandecendo o seu nome através de seus votos, que mais projeção lhe deram nos meios jurídicos e nos círculos do Poder Judiciário. Autor de trabalhos de Direito e literários, era membro da Academia Fluminense de Letras e pertenceu à Ordem e ao Instituto dos Advogados. Publicou, recentemente, um ensaio no qual sustentava a santificação de José Anchieta. Dirigiu o Projeto Rondon e, por ocasião do Sesquicentenário

Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral, Ano XVI, nº 187, Brasília, fevereiro de 1967, disponível em http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/2202/1967_boletim_eleitoral_a16_n187.pdf?sequence=1&isAllowed=y <Acesso em 20 de maio de 2018>. Contudo, não encontrei transcrição da fala a ele atribuída neste julgamento, de que colocaria a Segurança Nacional acima da Justiça.

da Independência, presidiu a comissão que coordenou as solenidades realizadas no território fluminense. Era casado, em segundas núpcias, com a Sra. Mariana Simões Corrêa Silva. Dois são os filhos do primeiro casamento. Seis, os netos.” (Diário Oficial, Seção I, 18 de fevereiro de 1983, p. 2747)

Além de seu casamento com Mariana Simões Correia, cujo sobrenome é o mesmo de Dulce Simões Correia, esposa de André Gros, sobre quem já tratamos neste trabalho, embora não tenhamos encontrado informação sobre parentesco entre as duas, outras duas informações são interessantes: a de que Romeu foi um dos diretores do Projeto Rondon e a de que presidiu a comissão que coordenou as solenidades dos festejos do Sesquicentenário da Independência no Rio de Janeiro, pois tais atuações podem nos sugerir o posicionamento conservador de Romeu Rodrigues e Silva, para além do que já pudemos observar de seu liberalismo e catolicismo presentes em sua obra de 1962.

O Projeto Rondon, criado pelo Decreto nº 62927 de junho de 1968, transformado em órgão pelo Decreto nº 67505 de novembro de 1970 e em fundação pela Lei nº 6310 de dezembro de 1975¹⁸², tinha como principal objetivo “desmobilizar o radicalismo dos estudantes, atraindo alguns líderes para os valores do regime militar (...) apelando para o idealismo e o patriotismo, em benefício das metas nacionalistas dos militares” (MOTTA, 2014: 88), objetivo também visado pelos festejos do Sesquicentenário da Independência, ocorridos em 1972, sob a presidência do General Médici.

Sobre a participação de Romeu como presidente da comissão encarregada dos festejos do sesquicentenário da Independência, encontramos no trabalho de Adjovanes Almeida (2009), que nos diz que tais festejos foram apresentados “como um momento de união, de comunhão cívica ao redor dos governantes [militares] e, assim irmanados em uma corrente positiva, combater quaisquer elementos dissonantes” (ALMEIDA, 2009: 196), a seguinte citação de um comentário de Romeu Rodrigues e Silva publicado no jornal *O Fluminense*, de Niterói (RJ), em 21 de março de 1972:

É indiscutivelmente um audacioso desafio convocar a Nação para se ver, como totalidade orgânica, à luz de um intenso enfoque evocativo e sentimental, numa hora em que uma orgulhosa ótica científica, sociológica, cultural e principalmente ideológica, pretende analisar, com certo desdém e até com simulado desconhecimento daquela perspectiva, a vida das comunidades políticas através de ângulos pretensiosamente objetivos. Mas nunca, em nenhuma época, se apelou tanto e tão fortemente para essa poderosa fonte de energia coletiva que é a visão sentimental da comunidade. A lógica do coração, antes de qualquer outra lógica. (SILVA *apud* ALMEIDA, 2009: 196)

¹⁸² Sua extinção apenas ocorreria com a Lei 7732 de fevereiro de 1989.

Com isso, podemos observar que Romeu Rodrigues e Silva se tratava de um advogado que se tornou professor de Política da FNFfi por ser professor assistente de Economia Política e História das Doutrinas Econômicas daquela universidade, onde já lecionara Didática Geral e Especial desde 1939. Ligado ao grupo católico de Alceu Amoroso Lima, tinha algumas concepções conservadoras, o que verificamos no seu comentário como presidente da comissão estadual encarregada dos festejos do Sesquicentenário da Independência, no voto que deu no Tribunal Regional Eleitoral em 1966 e no trabalho *Fatores Globais e Transformações do Estado Moderno*.

Talvez essas suas características expliquem que tenha escolhido para a cadeira de Política da FNFfi dois jovens egressos de Ciências Sociais que eram filhos de militares e que não tinham uma identificação partidária com a esquerda, embora não fossem jovens conservadores e muito menos reacionários, Maria Stella Amorim e Eurico de Lima Figueiredo, que, contudo, não tinham uma vinculação partidária com a esquerda, o que Romeu Rodrigues e Silva decerto reprovava.

Para compreendermos de que modo Romeu Rodrigues e Silva acaba passando a cadeira de Política, da qual se tornara regente, para Maria Stella Amorim e, depois, para Eurico de Lima Figueiredo, vejamos as trajetórias de ambos nas seções a seguir.

10.4. A Trajetória de Maria Stella Amorim¹⁸³

Maria Stella Amorim nasceu em 1936, em Niterói, em uma família de classe média. Sua mãe era portuguesa, do Norte de Portugal, vinda para o Brasil em 1918, aos 10 anos de idade. Seu pai era militar da reserva, revolucionário de 1930, trabalhando na burocracia das Forças Armadas. Foi a religiosidade de sua mãe, católica, que lhe fez receber o nome de Maria Stella, em homenagem à Nossa Senhora, por ter nascido com uma forte icterícia, e por haver uma igreja em frente à casa em que vivia sua família, onde

¹⁸³ Para tratar da trajetória da professora Maria Stella Amorim, me servi sobretudo da transcrição da entrevista que ela muito gentilmente me concedeu em sua residência, em 18 de agosto de 2017, que gravei. Três anos antes, ainda por ocasião da elaboração do projeto desta pesquisa, que apresentei no processo seletivo de ingresso no doutorado do PPGCP/UFF, também estive em sua residência, em outubro de 2014, conversando a respeito da Faculdade Nacional de Filosofia, mas sem gravação. Um mês antes, pude ouvi-la ainda em palestra sobre o Prof. Evaristo de Moraes Filho realizada no Colégio Brasileiro de Altos Estudos da UFRJ, em 16 de setembro de 2014, em homenagem ao centenário deste professor, falecido aos 102 anos, em julho de 2016, durante a elaboração desta tese. Agradeço imensamente à professora Maria Stella Amorim por todas as oportunidades de ouvi-la, e especialmente pelas vezes em que me recebeu muito gentilmente em sua residência. Além dessas fontes, recorri ao seu Currículo Lattes e ao depoimento gravado que deu ao PPGAS do Museu Nacional em 2014, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=JXCnOu2WQDo> <Acesso em 26 de maio de 2018>

havia uma imagem da santa e onde, durante o mês de maio, se cantava o hino mariano *Ave Maris Stella*.

Após concluir o Curso Normal no Instituto de Educação de Niterói, Maria Stella quis continuar seus estudos em um curso superior e, após ser vencida a resistência de seu pai, prestou o vestibular para o curso de Ciências Sociais da Faculdade Nacional de Filosofia, no qual ingressou em 1958, que ficava no prédio da Casa de Itália, na Avenida Antônio Carlos, no Centro do Rio de Janeiro¹⁸⁴.

Ali, seria aluna de importantes intelectuais, como Darcy Ribeiro, que a marcou profundamente, Anísio Teixeira e Alceu Amoroso Lima, entre outros, muitas vezes tendo de ler obras em inglês ou francês, devido à escassez de traduções até aquele período. Durante o curso, porém, não nutria esperança em se tornar professora da Faculdade Nacional de Filosofia, devido à falta de concursos para as cátedras. Segundo ela,

Era tudo cátedra quando eu entrei. Você sabe que as cátedras não tinham assim uma vaga, concursos eram muito raros, tanto que muitos deles [professores antigos] eram designados para ocupar a cátedra e acabavam ficando ali. Devido a essa falta de concurso, o serviço público em geral entrava muito em colapso, então tinham muitos decretos que resolviam institucionalizar a pessoa na função, no cargo que ela estava exercendo, porque a administração entraria em colapso. Então cada cargo, por exemplo, daquela época e depois também, na minha época, quando eu comecei a trabalhar, cada cargo tinha que ter uma vaga. O cargo, vamos dizer assim, de magistério superior era seccionado, não era inteiro, você tinha o professor assistente, o professor adjunto e o professor titular. Você tinha que fazer um concurso para cada. Você não progredia nunca, tinha gente que morria como professor assistente trabalhando trinta e tantos anos, porque não tinha vaga. E também as vagas lamentavelmente costumavam ser muitas vezes por política, por criação de influências políticas, então criava-se uma vaga em tal lugar, assim, mas aquela vaga era para o senhor fulano, dona beltrana, e assim e assado. Se outra pessoa se candidatasse e se ele visse que não tinha condição de passar, a vaga sumia, não ia ter concurso nunca, ficava eterno inscrito. Então isso significava sim uma barreira bastante grande, eu estou me referindo aqui ao final dos anos 1950 e início dos 1960, quer dizer, eu já encontrei essa carreira, eu quando entrei para a universidade, eu já encontrei essa carreira assim (...). Então, eu fiz o curso todo e eu não tinha muita esperança, devido a essas limitações que tinham nessa profissão. (AMORIM, 2017)

Quando se formou, Maria Stella prestou concurso para o magistério estadual, para atuar em escolas secundárias, e foi aprovada, junto a alguns outros colegas, assumindo a vaga e lecionando em um colégio estadual em Ramos, na Zona Norte do Rio de Janeiro,

¹⁸⁴ O prédio tinha sido tomado durante lutas antifascistas por estudantes brasileiros. A FNFi funcionara antes no bairro do Catete, no Rio de Janeiro, de 1939 a 1942, no prédio em que hoje se encontra o Colégio Estadual Amaro Cavalcante. No arquivo Gustavo Capanema do CPDOC da FGV, podemos ver fotografias das instalações da FNFi no prédio da Casa de Itália, na Avenida Antônio Carlos, sob o título de “Aspectos de instalações e atividades da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil”. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/GC/audiovisual/aspectos-de-instalacoes-e-atividades-da-faculdade-nacional-de-filosofia-da-universidade-do-brasil> <Acesso em 20 de maio de 2018>

em um período em que era um dos objetivos da FNFi a formação de professores para a educação básica.

Além disso, durante a graduação, Maria Stella Amorim começou a fazer pesquisa pelo ICS, criado em 1958¹⁸⁵, estudando, sob a orientação de Darcy Ribeiro, os contatos interétnicos entre índios e brancos nos séculos XVI e XVII:

A primeira bolsa que eu tive na minha vida me foi concedida pelo Darcy Ribeiro, e eu fazia um estudo que era dos conflitos entre índios e brancos no Século XVI, então tive que aprender aquela linguagem camoniana, esses cronistas escreviam tudo em linguagem camoniana no Século XVI, a não ser evidentemente [André] Thévet, que era francês, mas os que escreviam em português, era uma coisa bastante difícil para a gente ler com o português atual, mas eu fiz esse trabalho todo lá e tal. (AMORIM, 2017)

A partir de 1963, já depois de formada, e após cursar uma especialização em Antropologia Social no Museu Nacional da Universidade do Brasil entre 1962 e 1963, sob orientação do professor Roberto Cardoso de Oliveira¹⁸⁶, sobre os Maxakali, como bolsista do ICS, Maria Stella Amorim iniciou sua carreira como pesquisadora do próprio

¹⁸⁵ O Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade do Brasil foi criado em 1958. Podemos ver a Resolução nº 13 de 1958, de sua criação, no Diário Oficial, Seção I, de 20 de novembro de 1958, p. 24777. Até o ICS, a FNFi não havia criado uma estrutura que permitisse a institucionalização da pesquisa, com a maioria de seus professores acumulando o magistério com outra atividade. “A pesquisa, quando realizada, era individual e autodidata” (AMORIM, 1999: 32). “O ICS instituiu nessa época o tempo integral para atividade de pesquisa, concedeu bolsas para graduandos realizarem pesquisa como auxiliares de seus professores na FNFi e patrocinou os primeiros cursos de pós-graduação *lato sensu* em Antropologia Social do Museu Nacional, dirigidos por Roberto Cardoso de Oliveira”, ainda recebendo estagiários-bolsistas e editando a *Revista do Instituto de Ciências Sociais*. (AMORIM, 1999: 36) “O ICS possuía um pequeno quadro inicial de pesquisadores cujos integrantes tinham contrato de trabalho e recebiam salários, situações que os Conselheiros sempre resguardaram. Pouco tempo depois, entretanto, passaram a integrar o quadro de pesquisadores da UB [Universidade do Brasil]. (...) O quadro de pesquisadores foi se formando a partir de 1961 e, de 1963 em diante, manteve-se estável até a extinção do ICS, em 1968. Os pesquisadores eram Maurício Vinhas de Queiroz, Luciano Martins, José Antônio Pessoa de Queirós, Ivan Gonçalves de Freitas, Carlos Dório Soares, Rosélia Perissé Piquet e a autora deste texto [Maria Stella Amorim]. A esse grupo juntaram-se, depois de 1964, Maria Luiza Carvalho e Alzira Alves Abreu, antes pesquisadoras do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, órgão criado por Anísio Teixeira e por Darcy Ribeiro – e agora poderíamos dizer – que o aparelho de Estado policial instalado com o golpe de 64 encarregou-se de abolir, juntamente com outras instituições de pesquisa em ciências sociais no Rio de Janeiro” (AMORIM, 2005: 280-281). Os trabalhos de Amorim (1999, 2005) são excelentes para reconstituirmos a trajetória do ICS.

¹⁸⁶ Maria Stella Amorim possui, aliás, um livro sobre Roberto Cardoso de Oliveira (cf. AMORIM, 2001). O curso de especialização do Museu Nacional nessa época, que foi também cursado por antropólogos como Roberto DaMatta e Roque de Barros Laraia, era um curso muito importante. Vale lembrar que o Museu Nacional ainda não dispunha de curso de mestrado, que surgiu em 1969, nem de doutorado, que surgiu ainda depois do mestrado. Há um depoimento em vídeo de Maria Stella Amorim sobre seu período como aluna do curso de especialização do Museu Nacional disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=JXCnOu2WQDo> <Acesso em 26 de maio de 2018> E Maria Stella Amorim tem também trabalhos sobre os professores Luiz Aguiar de Costa Ponto (AMORIM, 1999) e Evaristo de Moraes Filho (AMORIM, 2005), através dos quais podemos também conhecer muitas informações sobre a Faculdade Nacional de Filosofia e a trajetória de seus professores.

Instituto de Ciências Sociais, em pesquisa sobre grupos econômicos multimilionários no Brasil coordenada por Maurício Vinhas de Queirós¹⁸⁷.

Mas foi apenas como ex-aluna do curso de Ciências Sociais da FNFi, que Maria Stella – ex-aluna de Victor Nunes Leal e Oswaldo Herbster de Gusmão – foi convidada por Romeu Rodrigues e Silva, que respondia pela cadeira, para lecionar na cátedra de Política, pouco antes de se tornar pesquisadora do ICS:

Era o seguinte, eu morava na Lagoa Rodrigues de Freitas e do lado da minha casa morava um senhor que se chamava Romeu Rodrigues e Silva e aí ele tinha um filho e uma filha e nós nos tornamos amigos (...). Então, quer dizer, a minha ligação não era tanto com o Romeu, que era o professor que dava aula, estava lá distante, mas ele me conhecia e aquela corriola toda de pessoas mais jovens e tal, aquela coisa toda (...). Mas tinha essa ligação minha lá indireta, que nem era muito íntima, com Romeu Rodrigues e Silva, de vizinhança, era íntima com os filhos dele, mas não com ele, mas ele me via na casa dele, assim como na minha casa também eu via essas pessoas, filhos enteadas e etc. E aí aconteceu o seguinte, ele veio me perguntar dizendo assim: “olha só, eu estou com uma pressão muito grande para indicar ao Djacir Menezes o nome de Luciano Coutinho, mas eu não quero porque acho que ele é muito de esquerda”, falando para mim, “e você, eu gosto muito de você, você foi minha aluna, você é uma pessoa conhecida aqui e tal, porque na verdade eu é que vou ser responsável por essa disciplina, que o Djacir colocou lá na Faculdade de Filosofia, eu que tenho que organizar aquilo, e aí eu queria saber se você aceitava”... (...) Romeu, na casa dele, me chamou na casa dele para falar isso. Ele morava em um prédio do lado do Bar Lagoa e eu morava no outro. Por isso que surgiu essa coisa, porque a gente só descia, porque a Lagoa não tinha esse movimento que tem hoje, a Lagoa tinha uma pista só, não tinha duas, então a gente sempre conversava lá embaixo, sempre teve aquele calçadão dos prédios, sempre teve, mas uma pista só. (...) Aí eu falei para ele: “olha professor, a gente pode experimentar, porque se o senhor está precisando e tal, eu vou ajudar e tal, eu converso com o senhor”. Então as primeiras vezes eu falava para ele “vou dar aula assim, assim, assado”. Aliás, acho que foi dando aula dessa Ciência Política, que eu dei aula para Yvonne [Maggie], Gilberto [Velho], Luitgarde [Barros]...

De fato, Gilberto Velho se refere à Ciência Política ministrada por Maria Stella como algo memorável de sua formação na Faculdade Nacional de Filosofia, pela formação dela no Museu Nacional, pela interdisciplinaridade com que lecionava e pelo convite que dela ele recebeu para atuar como auxiliar de pesquisa no ICS:

Mas ocorreu uma outra coisa boa ainda no primeiro ano. Foi a cadeira de ciência política, que era dada pela professora Maria Stela Farias de Amorim, que tinha uma formação muito interessante, tinha feito um curso de antropologia com Roberto Cardoso de Oliveira no Museu Nacional, antes da criação do mestrado. Era um curso de especialização no qual, inclusive, ela tinha feito pesquisa com grupos indígenas, com os Maxacali de Minas Gerais. Além de nos dar aula, ela trabalhava no Instituto de Ciências Sociais, que era uma outra unidade da

¹⁸⁷ Maria Stella Amorim seria enquadrada como professora da UFRJ após a Reforma Universitária, através do Decreto nº 65.681 de outubro de 1969, ao lado de Maurício Vinhas de Queiroz e de outros pesquisadores da universidade.

universidade. O curso da Stela foi um curso bem melhor, porque fazia sentido, ela dava cientistas políticos, dava um pouco de história também, tinha algo a ver com a minha experiência anterior [no colégio]. Era uma pessoa muito dedicada, muito idealista, me interessei e estudamos bastante. E quando terminou o primeiro ano, ela me convidou para trabalhar no Instituto de Ciências Sociais como auxiliar de pesquisa no projeto coordenado pelo Maurício Vinhas de Queirós, Estrutura e função dos grupos econômicos no Brasil. A experiência do instituto foi muito importante. Evaristo era o diretor, eu trabalhava com o Maurício e a Stela, mas tinha contatos com Luciano Martins e outros, como Pessoa de Queirós, Rosélia Perissé, enfim, um grupo bastante interessante. Convivia também com colegas como Alzira Abreu e Maria Luísa Proença. Era um lugar muito agradável, bonito, com uma biblioteca boa, e havia um ambiente - que me influenciou bastante - eminentemente interdisciplinar. (VELHO, 2013: 153-154)

Com isso, vemos como Maria Stella Amorim acabou se tornando não apenas uma professora de Política na FNFi, a partir de 1963, mas uma professora dedicada, além de ter sido a primeira mulher a lecionar nesta disciplina na FNFi e a primeira egressa de Ciências Sociais, uma vez que os professores anteriores, Victor Nunes Leal, Oswaldo Gusmão e Romeu Rodrigues e Silva eram formados em Direito. Além disso, Maria Stella era uma pesquisadora de fato, realizando pesquisas no Instituto de Ciências Sociais, e dedicada à sua formação como cientista social, inclusive frequentando centros de pesquisa como o CLAPCS e o ISEB, o que se refletia em suas aulas. Sobre o CLAPCS, nos diz, por exemplo:

Eles [seus alunos] ficavam felicíssimos que eu dava um texto para eles, assim, *Sete Teses Equivocadas sobre América Latina* do [Rodolfo] Stavenhagen, que eu conheci pessoalmente, que eu frequentei quando era estudante muito o Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais [CLAPCS], aquele que foi fechado, Costa Pinto foi diretor também, depois foi o [Manuel] Diegues, que tinha sede na Rua Dona Mariana. Então o Stavenhagen foi passar um período lá. Depois foi um outro antropólogo também [Herbert Blumer], que é um cara muito interessante, que eu fiquei muito ligada, comecei a ler os livros dele. Ele era americano e a literatura dele era toda em inglês, mas o livro era muito fácil de se ler. Um autor conhecido de antropologia, vinculado à Escola de Chicago, então era um cara, assim, tido como um sujeito que via as coisas não em uma escala muito grande, mas muito bem aperfeiçoadas em uma escala menor, que também veio para o CLAPCS. Eu adorava esse cara e os livros dele, eu era fã. (AMORIM, 2017)

Já com relação ao ISEB, Maria Stella ainda tinha uma influência que a estimulava a frequentar o instituto: seu tio, o militar Alberto Latorre de Faria era diretor de cursos e conferências do ISEB e, segundo ela, “uma influência que me chamou muito a atenção para o lado político, para as Ciências Humanas, para a Sociologia, e tudo isso.” (AMORIM, 2017). Latorre de Faria era inclusive um militar ligado à esquerda isebiana.

Maria Stella Amorim era justamente quem lecionava Política na FNFi quando houve o golpe de 1964, uma vez que lecionava na cadeira desde meados de 1963:

Depois que a Faculdade de Filosofia foi ocupada, quer dizer, foi em 1964, invadiu a polícia e não sei o quê, eu cheguei para dar aula em março de 1964 e eu não pude entrar na faculdade, porque eu já tinha entrado no meio do semestre anterior, as turmas estavam sem aulas e aí eu entrei... (...) E aí quando eu voltei em 1964, eu sei que tem pessoas que dizem que eu entrei lá posta pela Ditadura porque, sei lá, eu não vou discutir com essas pessoas, não existe, eu não fui nada disso. Mas eu entrei lá sim e depois dava aula e tal. Sabe o que eu e outras pessoas fazíamos, que eram também da mesma situação, davam aula lá para o professor e tal, tinha que receber uns caraminguazinhos lá e eles nunca pagavam? A gente só dava nota depois que eles pagavam a gente! (...) E aí então foi assim que foi a minha entrada no magistério superior. Mas só que, concomitantemente, eu estava entrando no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais recém-criado. Eles criaram o primeiro quadro, mas quando eu entrei para lá, eu tive que fazer uma prova. Os pesquisadores mais antigos, inclusive Maurício, que já estava lá dentro, Ivan, que foi da minha turma também, foram os caras e não sei mais quem do Conselho Diretor, que fizeram entrevista comigo, para avaliar se eu podia ou não ser [aprovada]. (AMORIM, 2017)

Apesar de não ser filiada a nenhum partido ou associação, como a Ação Popular, Maria Stella era também politizada, fazia parte do departamento cultural do Diretório Acadêmico da FNFi, chegou a representar o Diretório Acadêmico na UNE, era próxima do grupo dos professores Darcy Ribeiro, Evaristo de Moraes Filho e Marina São Paulo de Vasconcellos dentro da FNFi, grupo geralmente identificado com a esquerda na faculdade, em oposição ao grupo identificado com a direita, especialmente marcada pelos professores ligados ao grupo católico encabeçado por Alceu Amoroso Lima, como Hildebrando Leal, Eduardo Prado de Mendonça e Eremildo Luiz Vianna, além do próprio Romeu Rodrigues e Silva, que, entretanto, convidara à Maria Stella para atuar na cadeira de Política, mais pela relação que possuíam como vizinhos, além de Maria Stella não ser uma militante radical de esquerda, recebendo dele toda liberdade para ministrar suas aulas:

Eu não sabia nada, eu não tinha orientação nenhuma do professor, então eu mostrava para ele, porque quando ele dizia que estava ótimo, que estava muito bom, ele me dava segurança, mas não porque ele mesmo quisesse ver, porque eu parei de dizer aquilo porque eu vi que eu estava enchendo o saco dele com aquela coisa que não estava interessando para ele. E aí então que eu dei essas aulas na Faculdade de Filosofia, sei lá, como professora não sei o quê, que não recebia nunca, não era quadro [efetivo], era uma coisa assim esporádica, não tinha um vínculo, aliás... (AMORIM, 2017)

Depois de alguns anos lecionando Política, Maria Stella passou a lecionar disciplinas de Antropologia e Sociologia. Em 1969, os professores de Ciência Política já

seriam Eurico de Lima Figueiredo e Francisco Ferraz, possivelmente ao lado de mais alguém, que não conseguimos identificar.

10.5. Maria Stella Amorim sob os (des)caminhos da política

Mesmo não atuando à frente de Política, naqueles anos de regime militar, Maria Stella viria a sofrer com os (des)caminhos da política. Em primeiro lugar, porque teve sua carreira de pesquisadora interrompida com a extinção do cargo de pesquisador, sendo enquadrada como professora assistente em 1969. Em segundo lugar, porque sofreu com perseguições dentro do recém-criado IFCS, por parte de seus diretores geralmente identificados com a direita naquele instituto, Eremildo Vianna e Eduardo Prado de Mendonça. Uma das situações em que foi ameaçada nesse sentido é contada por ela no depoimento que deu ao PPGAS por ocasião dos 50 anos do golpe de 1964:

Lá no ICS, Instituto de Ciências Sociais, tinha um jornalista chamado Nelson, que ele começou a ser perseguido pela polícia e então, ele um dia telefonou para lá para dizer que a polícia ia lá. Era normal a polícia vivia indo lá toda hora (...). Você via o aluno nosso sendo arrastado pela polícia, no chão, sem querer ver, três metralhadoras na frente (...). “— Mas e aí? —E aí que eu não me lembro os livros que eu tenho nas minhas gavetas.” Poxa, aí não deu jeito. Eu tentei arrombar a gaveta dele, mas não consegui e tive de chamar um cara que era vigia do prédio, e o vigia me ajudou. Sabe o que tinha? O livro *China Sem Muralhas*, larguei o livro, fiquei decepcionada e tal (risos), fechei a gaveta. Só que esse empregado, que chamava Tolentino, que tomava conta do casarão [na Rua Marquês de Olinda, onde funcionava o ICS da Universidade do Brasil e depois funcionou o IFCS em seus primeiros meses], resolveu contar isso para o Prado de Mendonça, para o Eremildo e tal. “A senhora ficou comprometida” e eu vivia sob ameaça ali dentro, o tempo todo. (...) Fiquei muito ameaçada o tempo todo, tanto pelo Prado tanto pelo Eremildo. (...) Fui para a Segurança do MEC, porque chegou uma hora em que eu não aguentei mais ficar com essa besteira de que eu tinha arrombado gaveta e não tinha nada dentro da gaveta. (...) E aí então: “não, não tem nada aqui contra a senhora, a senhora toma cuidado com esse diretor seu, aliás, nós, do serviço secreto do MEC somos ameaçados, porque estão usando a gente para ameaçar pessoas, como a senhora, que está sendo ameaçada sem motivo nenhum.” Ah, cara, isso aí lavou minha alma, porque a primeira vez que o Prado abriu a boca para dizer, eu disse: “É mentira! Eu fui aos órgãos de segurança, não tenho isso, não fale nunca mais para mim isso!” (AMORIM, 2014)

Outra situação de perseguição vivenciada, desta vez com Eremildo Vianna, foi relatada por Maria Stella Amorim na entrevista que me concedeu:

Eremildo [Vianna] perseguiu um conjunto de pessoas lá [na FNFi], inclusive a mim, que fui muito mal criada com ele, em um incidente muito brabo que houve entre eu e o Eremildo, e ele recuou porque ele estava errado. O Prado de Mendonça, que era o diretor, pediu afastamento, saiu do cargo para uma licença, não sei o quê, e ele [Eremildo Vianna] assumiu, e aí nesse período que ele está exercendo lá no IFCS a direção do Instituto, mudaram o ponto. Você tinha ponto, então mudaram o ponto do lugar habitual do ponto e eu fiquei atrás do

ponto, e ninguém sabia onde que estava o ponto, e estava começando a hora da minha aula, eu dava uma aula de 8h às 10h e depois outra de 10h ao meio-dia. Eu fui para a sala de aula, eu dei as duas aulas e fui lá pra assinar o ponto e o meu ponto estava cortado. Aí eu perguntei “— Mas quem cortou o meu ponto, eu estou aqui desde de cedo? – Ah foi o Erenildo”. Aí me veio um impulso, eu peguei o livro do ponto e comecei a escrever assim “declaro que compareci a esse instituto para dar aula na turma tal, atividade pública, constatado por todos os alunos e registrado no diário de classe”, de propósito, no lugar em que as pessoas assinavam, eu escrevi no livro de ponto, de raiva que eu estava. (...)Aí eu fui, escrevi aquilo ali e os meus colegas que iam depois pra assinar, diziam “— Stella, que loucura é essa? Ele vai te demitir! – Dane-se, está entendendo? Ele não tem o direito de esconder o ponto e depois vir cortar ponto escondido”. Aí ele mandou me chamar, fui lá para falar com ele, aí ele disse para mim: “o que a senhora fez no ponto professores?”. Eu falei: “olha, o senhor me desculpe, que isso aqui não está muito certo, mas eu cheguei aqui nesse instituto antes de oito horas da manhã, porque a minha aula começa às 8h, procurei esse ponto em todos os lugares, não estava no lugar habitual entende?”. “Ah eu já perguntei aqui à dona Ruth”, que era secretária, “a dona Ruth disse que ela tirou o ponto e botou em outro lugar”. “Pois é, mas sem avisar, você com a hora da aula correndo”. “Ah, mas a senhora não devia, devia vir falar comigo antes que eu mandava a senhora assinar ou então eu limpava”. “Ah, não, eu não ia assinar ponto rasurado, que o senhor lá cortou o meu ponto, não é?” E você sabe que eu me aposentei com esse ponto cortado, e é um ano que tira da sua aposentadoria, porque eu fiz tudo, provei na universidade e tal. Ele nunca tirou! (AMORIM, 2017)

Com dificuldades para prosseguir com suas pós-graduações no bojo da regulamentação da pós-graduação que atingiu a universidades como a USP, ela se tornou Livre Docente¹⁸⁸ em Sociologia pelo ICHF da UFF em 1975, com a tese *Homens Burocráticos: sociologia das organizações públicas do nordeste brasileiro*, tendo de abrir mão de dar continuidade a um mestrado no Museu Nacional, em 1971, em que pesquisava sobre os Tukuna sob orientação de Roberto Cardoso de Oliveira, chegando a ser *visiting scholar* em Harvard, e de prosseguir com seu doutorado na USP, para a qual já tinha até se matriculado, quando houve as mudanças no curso de doutorado daquela universidade, por exigências da CAPES, em 1972:

Eu me matriculei na USP para fazer o meu doutorado, eu era orientanda do Fernando Henrique Cardoso, mas ele foi cassado. Eu ia para lá e tinha um bolo de gente que ficou sendo chamada de “a safra de 1972”, que é horrorosa, porque um cara que depois acabou ficando doente era orientador de cento e tantas pessoas. Porque houve um atrito muito sério com a USP. A USP não queria acabar com aquela pós-graduação antiga dela e adotar a da Capes, que era baseada no Parecer Sucupira, não queria de forma alguma e aí então resistiu. Quando chegou em 1972, o MEC disse assim: “olha só, vocês podem fazer o que vocês quiserem, mas o Sistema Nacional de Pós-Graduação não reconhecerá nenhum diploma de vocês”, aí eles ficaram ameaçados, porque o diploma deles poderia ser reconhecido, e eles tentaram isso, no Estado de São Paulo, mas mesmo sendo reconhecido no Estado de São Paulo, não era nacional, e eles iam ficar fora em toda política que estava começando a

¹⁸⁸ Com base nas leis federais 5.802/1972 e 6.096/1974.

se instalar aí já nos anos 1970, uma revitalização do CNPQ muito grande (...). E eu me inscrevi então para fazer uma livre docência, porque saíram duas leis dizendo que as pessoas poderiam fazer a livre de docência. (AMORIM, 2017)¹⁸⁹

Em 1982, Maria Stella de Amorim foi posicionada na classe de Professor Titular da UFRJ¹⁹⁰, na qual se aposentaria dez anos depois, passando a se dedicar à célebre pós-graduação *stricto sensu* em Direito da Universidade Gama Filho. Ainda hoje, após o descredenciamento desta universidade, Maria Stella se dedica à pós-graduação *stricto sensu* em Direito na Universidade Veiga de Almeida, tendo sido quem elaborou seu APCN¹⁹¹, em uma espécie de transferência do curso da Universidade Gama Filho para a Universidade Veiga de Almeida.

Sua trajetória também foi marcada pelos (des)caminhos da política, mas ela sem dúvida foi uma das institucionalizadoras da Ciência Política, entre o fim da FNFi e o surgimento do IFCS, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, assumindo a cadeira em um momento político muito delicado, e a conduzindo desde antes do golpe de 1964 até os primeiros anos do regime militar, com entusiasmo e interdisciplinaridade, que marcou os alunos que teve naquele período, entre os quais estariam dois futuros professores de Ciência Política do IFCS, Eurico de Lima Figueiredo e Manuel Sanches, sobre quem trataremos mais adiante.

10.6. A Trajetória de Eurico de Lima Figueiredo¹⁹²

O segundo professor, digamos, recrutado por Romeu Rodrigues e Silva foi Eurico de Lima Figueiredo, hoje professor emérito da Universidade Federal Fluminense, que é sem dúvida um dos protagonistas do processo de institucionalização da Ciência Política no IFCS da UFRJ, desde o surgimento do instituto, também tendo sofrido efeitos

¹⁸⁹ No Seu depoimento ao PPGAS em 2014, Maria Stella Amorim explica: “Eu pedi afastamento de 30 dias para terminar a tese de Livre Docência, porque eu não tinha condição de fazer doutorado, aliás, eu estava fazendo doutorado na USP, já tinha defendido as duas teses subsidiárias, e o Fernando Henrique que era meu orientador foi cassado, e eu tinha um filho pequeno, ia para São Paulo, chegava lá e tinha uma chamada ‘safra de 1972’, que tinham cem pessoas com um professor doente para atendê-los. Aí eu nunca mais voltei lá.” (AMORIM, 2014)

¹⁹⁰ Através da Portaria nº 367 de abril de 1982. Cf. Diário Oficial, Seção II, de 29 de setembro de 1982, p. 8485.

¹⁹¹ Aplicativo de Proposta de Curso Novo da CAPES.

¹⁹² Para escrevermos sobre a trajetória de Eurico de Lima Figueiredo, recorremos ao depoimento que ele concedeu ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV) em outubro de 2013 (FIGUEIREDO, 2014) e ao seu Memorial apresentado para concurso para ingresso na categoria funcional de professor titular da Universidade Federal Fluminense, de 2009. Agradeço ao professor Eurico por ter me recebido em 21 de agosto de 2017 em sua residência, quando conversamos sobre sua trajetória e quando me emprestou um exemplar deste seu Memorial. Além disso, agradeço pelo estímulo dado à pesquisa.

devastadores sob os (des)caminhos da política, sendo exonerado desta universidade no auge da repressão durante o regime militar, em 1974. Também um ex-aluno de Ciências Sociais da FNFfi, conhecermos sua trajetória nos permite caracterizarmos diferentes aspectos desse processo de institucionalização e conhecermos uma trajetória exemplar.

Filho temporão, o último dos dez filhos, do oficial José de Lima Figueiredo, que era tenente-coronel na ocasião de seu nascimento, em 1941, e que chegou a general-de-divisão em 1951, quando Eurico tinha 10 anos de idade, ficou órfão de pai aos 15 anos, quando o general Lima Figueiredo faleceu com apenas 54 anos de idade, em 1956, após a publicação de muitos livros e uma atuação como deputado federal entre 1951 e 1955, pelo Partido Social Democrático (PSD)¹⁹³.

Seu padrinho de nascimento foi o então ministro da Guerra, Eurico de Gaspar Dutra, que se tornaria presidente da República entre 1946 e 1951, e Eurico de Lima Figueiredo, após a morte do pai, foi estudar no Colégio Militar, no Rio de Janeiro, onde, já no nível secundário (o chamado curso “científico”), se interessou por Marx, Sartre e Freud, e onde teve como colega de geração o futuro antropólogo Otávio Velho. Com o capital cultural ali obtido, ao final do colégio, interessado no jornalismo, trabalhou em veículos da imprensa como o *Jornal do Brasil*, a revista *O Cruzeiro* e o jornal *Correio da Manhã*, entre outros (FIGUEIREDO, 2009: 177-178; 2014: 5).

No início da década de 1960, chegou a entrar nos cursos de Filosofia da FNFfi e de Psicologia do Instituto de Psicologia também da Universidade do Brasil, antes de se

¹⁹³ Há um verbete sobre o general Lima Figueiredo na página do CPDOC-FGV. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-de-lima-figueiredo> <Acesso em 26 de maio de 2018>. Em seu mandato como deputado consta importante atuação na elaboração e na aprovação da Lei nº 2.004 de outubro de 1953, que assegurou o monopólio da União sobre a pesquisa, a lavra, a refinação e o transporte de petróleo no Brasil. Assim, Eurico de Lima Figueiredo se referiu aos seus pais, em 30 de janeiro de 2004, em seu discurso na cerimônia de concessão do título de Notório Saber a ele: “Fonte. Tive a sorte de ser filho de meus pais. Ele, José de Lima Figueiredo, general do exército brasileiro, engenheiro, homem de letras com 15 livros publicados, jornalista, *ghost writer* do Presidente da República, jornalista, deputado federal e que, nessa função, foi o autor do parecer que fundamentou a criação da Petrobrás. Ela, D. Tercília, a incrível D. Pequenina, como a chamavam ternamente seus parentes e amigos mais próximos. Seu carinhoso apelido era o antônimo de sua fascinante personalidade. Meu pai, possivelmente, legou-me a genética de seu temperamento mas pouco pude desfrutar de sua convivência, já que ele se foi quando eu tinha apenas 15 anos. Fez-me muita falta, e a saudade que dele sinto me acompanhará sempre. No entanto, devo a minha mãe a formação do caráter. Foi ela a minha mais importante professora. Com ela aprendi a valorizar as amizades sem preconceitos, a persistir na insistência dos afetos conquistados, perseverar no zelo dedicado às amizades.” Disponível em http://www.achegas.net/numero/quinze/discurso_eurico_15.htm <Acesso em 26 de maio de 2018> Em seu depoimento ao CPDOC, Eurico, porém, explica que entre 5 e 12 anos de idade, teve menos contato com seu pai, por ocasião da separação de seus pais, o que, no entanto, serviu para que sua mãe fortalecesse a figura de seu pai em seu imaginário. Sobre isso, ele diz: “Talvez grande parte dos meus interesses que despertaram mais tarde sobre o que eu chamo de estudos estratégicos, a compreensão das Forças Armadas na sua atuação profissional e política, em grande parte se deve talvez a busca de um pai que eu sempre quis ter, e não pude ter como eu queria, a esse dado afetivo em mim.” (FIGUEIREDO, 2014: 2).

decidir por Ciências Sociais. E chegaria a ingressar, em 1967, no curso de Economia da PUC-Rio, onde teve aulas com o professor José Nilo Tavares, que o marcou e a toda uma geração de estudantes cariocas, mas desistiu de ambos os cursos e resolveu se dedicar apenas às Ciências Sociais, influenciado pelos amigos de adolescência, entre os quais estavam Otávio Velho e Luiz Antônio Machado, que estudavam Ciências Sociais, e pelo interesse em política que lhe despertaram as aulas de Ciência Política de José Nilo:

Mas aí eu resolvi fazer Ciências Sociais em função desse professor que me deu uma aula de Ciência Política e ali eu vi a questão do poder, sabe? A questão do poder me apaixonou, a questão do choque entre governantes e governados, a questão do confronto de vontades entre os que têm e os que não têm. Aquela abordagem dele do poder me despertou para uma série de coisas e a partir dali eu resolvi que iria fazer Ciência Política. (FIGUEIREDO, 2014: 7)¹⁹⁴

10.7. Eurico de Lima Figueiredo, aluno da FNFi

Eurico de Lima Figueiredo então ingressa em Ciências Sociais na FNFi da Universidade do Brasil, em 1965, que naquele ano viria a se chamar Universidade Federal do Rio de Janeiro, tendo como colegas pessoas que marcariam as Ciências Sociais no Rio de Janeiro, como Gilberto Velho, Yvonne Maggie, Jether Pereira Ramalho, Luitgarde Cavalcanti Barros, Liana Cardoso, Manuel Sanches, Ronaldo Aguiar, entre outros. Foi esta a turma que se indispôs com a professora reacionária Wanda Torok, e se afeioou muito ao professor Evaristo de Moraes Filho, que seria cassado pelo regime militar em 1969. Afinal,

As projeções das expectativas mundiais, irradiadas do centro, alcançavam um país periférico como o Brasil, incitando a busca da novidade e a identificação com os novos valores de um outro tempo. Nessa década e na seguinte, muitos moços, dotados de sensibilidade social e política, tornaram concorridos os cursos de Ciências Humanas e Filosofia, como nunca acontecera antes (...). Em 1965, estudar Ciências Sociais – uma das “modas” da minha geração – parecia-me um projeto de vida não só excitante, mas também marcado pelo que eu

¹⁹⁴ A perspectiva do professor e pesquisador mineiro José Nilo Tavares sobre a Ciência Política pode ser conhecida em seu texto *A Viabilidade da Ciência Política* (TAVARES, 2003), além de outras obras de sua autoria. Ainda há o livro *A Coluna: textos em homenagem a José Nilo Tavares*, organizado pelo próprio Eurico de Lima Figueiredo (2000), como uma referência obrigatória para quem estiver interessado em conhecer melhor a trajetória e o pensamento deste professor de Ciência Política que marcou época no Rio de Janeiro. Tratava-se de um professor de Ciência Política identificado com a esquerda e com uma perspectiva crítica muito acurada. Sobre ele, diz Eurico em seu *Memorial*: “O professor que mais me influenciou no sentido de me decidir pela escolha de minha vocação, encontrei-o fora de meu *habitat* de estudos [a FNFi]. No início de 1967, em mais uma crise de coquetismo intelectual (porém a última!), resolvi prestar concurso para Economia da PUC-RJ, curso oferecido à tarde. Bem-sucedido, frequentei o curso do professor José Nilo Tavares, Política I, durante apenas um semestre. Logo na primeira aula, fiquei fascinado pela maestria com que ele desenvolvia suas exposições, mostrando brilhante domínio dos temas abordados, tanto em termos de sua amplitude, como de sua profundidade. Expunha com método, explicava com clareza, encadeava disciplinadamente seu raciocínio: um professor de mãos cheias. Marxista, conceituava o objeto da Ciência Política, o poder, não como mera abstração, mas como histórica construção dos homens na dialética de seus objetivos conflitos de interesse.” (FIGUEIREDO, 2009: 184)

identificava como “novo”. Como no cinema que se pretendia novo, e na bossa da música, que se autodesignava, também, “nova”. (FIGUEIREDO, 2009: 176-177).

Sobre seu início na FNFfi, Eurico conta que

Em 1965, quando ingressei na então Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, a famosa FNFfi, vigorava o regime seriado. No entanto, já se permitia ao aluno concentrar seus interesses em uma ou mais áreas do curso de Ciências Sociais: Antropologia, Ciência Política ou Sociologia. Logo de início, optei pelas duas últimas e seria somente no terceiro ano que realmente me identificaria – e para sempre – com o estudo do fenômeno político. Revendo os apontamentos de aula, que guardo até hoje, fortifico agora a convicção de que, na ocasião, era apenas tênue: tive, dentro das circunstâncias, acesso a um bom curso de graduação. Nele tive a oportunidade de colher ensinamentos que marcariam minha trajetória acadêmica para sempre. (FIGUEIREDO, 2009: 179)

Depois de se referir à formação sociológica de sua turma – que esteve a cargo especialmente do professor Evaristo de Moraes Filho¹⁹⁵, intelectual marcado pelo marxismo, com o qual Eurico tomou contato com conceitos de teoria sociológica e obras de sociólogos como Raymond Aron, Georges Gurwitsch e Edgar Morin, lidas no idioma original¹⁹⁶, além dos clássicos Marx, Weber e Durkheim, de cujas leituras Eurico ainda possui seus fichamentos –, em seu *Memorial*, Eurico conta como foi sua experiência de aluno de Ciências Sociais da FNFfi em relação à Ciência Política¹⁹⁷, entre 1965 e 1968, ano de sua formatura. Apesar de longa, creio que a citação não possa deixar de ser transcrita integralmente neste trabalho, sendo particularmente interessante o retrato que Eurico faz de cada professor de Política que teve durante este período, em especial de Maria Stella Amorim e de Romeu Rodrigues e Silva:

Na área de Ciência Política tive cinco professores: Maria Stella Amorim, Ana Maria Castro, Amaury Benigno Machado, Romeu Rodrigues Silva e Miriam Limoeiro Cardoso. Estas três mulheres eram, naqueles tempos, jovens e iniciantes professoras, extremamente dedicadas e competentes, embora Miriam Limoeiro parecia-me na época particularmente brilhante. Creio que assim como eu, meus colegas não souberam estimar corretamente como elas foram importantes para nós todos, seus estudantes, já que era esse um campo de conhecimento particularmente visado pelos belequins da nova ordem. As professoras Maria Stella Amorim e Ana Maria Castro,

¹⁹⁵ Para uma compreensão da importância do Prof. Evaristo de Moraes Filho neste período na FNFfi e no IFCS, cf. AMORIM, 2005: 261-300. O Prof. Evaristo, livre docente de Sociologia da Universidade do Brasil e catedrático na Faculdade Nacional de Direito, tornou-se professor desta turma após grave crise envolvendo a professora assistente que respondia pela cadeira, Wanda Torok, como vimos em capítulo anterior. Sobre o episódio, Eurico se refere em nota em seu memorial (FIGUEIREDO, 2009: 180).

¹⁹⁶ Aliás, por falar na escassez de traduções, é de se destacar a atuação do próprio Eurico de Lima Figueiredo como tradutor de livros de Ciências Sociais naquele período.

¹⁹⁷ Para um balanço sobre a Antropologia na FNFfi neste período, além do livro de Miglievitch-Ribeiro (2015), alguns comentários de Luitgarde Barros (2013) sobre sua experiência como aluna nesta mesma turma de Eurico são bastante interessantes. Aqui, não trataremos, porém, do ensino de Antropologia na FNFfi.

submetidas à impiedosa carga horária semanal, responsáveis pelas cadeiras de Política I e II, respectivamente, faziam o possível para nos dar, no contexto de adversas circunstâncias, formação a mais adequada possível. Se o show continuou, muito se deveu a elas, principalmente à primeira, sempre combativa e atuante. Cursei Política III com o professor Amaury Machado, tenente-coronel da reserva da Aeronáutica, recentemente convidado pelo então regente de Ciência Política, professor Romeu Rodrigues Silva. Como não poderia deixar de ser, devido a sua origem militar, em princípio despertou a desconfiança da turma. Entretanto, homem dotado de grande integridade pessoal, foi aos poucos a todos conquistando, quer pela seriedade que impunha às suas aulas, quer pela maneira de tratar seus estudantes, sempre aberto ao franco diálogo. Estudioso, e creio que autodidata na área de Ciência Política, era grande colecionador de livros, principalmente em inglês. Progressista, era evidente que se opunha – com a cautela exigida pelas circunstâncias e pelo seu posto – ao regime vigente. Convencera-se, através de truques intelectuais que se autoadministrava, de que era possível compatibilizar-se o marxismo com as teorias sistêmicas de extração norte-americana, impossibilidade epistemológica desconhecida por ele e que eu, aluno naquela época, não tinha como perceber mais claramente. Creio que, do seu jeito, procurava se desvencilhar da censura de eventuais agentes da repressão em suas aulas, nas quais, por exemplo, o termo “golpe” era traduzido por “reversão sistêmica”. Romeu Rodrigues Silva, desembargador aposentado, defendera sua tese de livre docência sobre Keynes e as transformações do Estado moderno. Ocupava o cargo mais importante na hierarquia docente da época, regente de cátedra, abaixo apenas do professor catedrático. Em 1968, lecionou a disciplina Relações Internacionais. Foi um ótimo professor. Apesar da diferença de idade, fizemos uma boa amizade, tendo ele me convidado várias vezes para visitar sua casa, onde conversávamos no ambiente aconchegante de sua vasta e diversificada biblioteca. Finalmente, tive a sorte, no meu quarto ano, de ter a professora Miriam Limoeiro Cardoso como responsável pela cadeira de Metodologia Política. Muito jovem na época, Miriam estava acabando seu doutoramento na USP. Já a conhecia através de amigos comuns, mas não tinha com ela maior intimidade. Alargou-me o horizonte do presente: a epistemologia genética de Piaget, as aventuras do espírito científico em Bachelard, as “censuras” de Althusser, o estruturalismo de Lévy-Strauss. Alargou-me o horizonte do passado: remontou à Grécia de Platão e Aristóteles, as questões básicas e iniciais da Teoria do Conhecimento. (FIGUEIREDO, 2009: 181-184)

Em relação à teoria política, nos cursos de Maria Stella Amorim e Ana Maria Castro, Eurico nos conta que o livro básico era o *História das Doutrinas Políticas*, de George Sabine, além de livros sobre Ciência Política de Maurice Duverger, Jean Meynaud, Michel Debrun, entre outros, além dos *Ensaio de Sociologia* de Weber, na ocasião, recentemente lançado em português pela Zahar Editores.

Em relação ao curso de Amaury Machado, nos conta que neste curso conheceu as abordagens sistêmicas de Parsons, Easton, Allmond & Powell, etc. (FIGUEIREDO, 2009: 182). Na ocasião em que Eurico precisou de um “atestado ideológico” para ingressar como docente na Universidade Federal Fluminense, em 1972, Amaury seria

ainda uma das pessoas que lhe forneceria uma declaração de bons antecedentes, como oficial da reserva¹⁹⁸.

E Eurico assim descreve sua relação com Romeu Rodrigues e Silva: “homem conservador, e sempre temeroso da repressão policial-militar, era muito paciente comigo. Não sei como, a um só tempo, no meu relacionamento com ele, mostrei-me capaz de evidenciar minha frontal oposição ao regime e conquistar sua confiança” (FIGUEIREDO, 2009: 183).

Além disso, Eurico credita seu aproveitamento na graduação aos colegas que teve, pois o regime seriado permitia que as turmas se conhecessem melhor e porque foi uma turma com o que chama de “alto índice de profissionalização na área das Ciências Sociais” (FIGUEIREDO, 2009: 186). Entre esses colegas, estava aquela que se tornaria sua esposa, Janete Mandelblatt.

Esta turma colou grau em dezembro de 1968, poucos dias depois da edição do AI-5, em discreta cerimônia no próprio gabinete da então diretora do IFCS, Marina São Paulo Vasconcellos. Seria justamente ali, no IFCS, que haveria, em razão do AI-5 e do Decreto-Lei nº 477 de fevereiro de 1969, o maior número de professores cassados pelo AI-5 e alunos punidos por este decreto-lei, como lembra Eurico ao final de seu memorial (FIGUEIREDO, 2009: 187), entre cujos professores estavam ex-professores queridos por sua turma, como Evaristo de Moraes Filho, Marina São Paulo de Vasconcellos, Miriam Limoeiro Cardoso, entre outros¹⁹⁹.

10.8. Eurico de Lima Figueiredo, professor de Ciência Política do IFCS

Com a Reforma Universitária e a necessidade de novos professores por conta do sistema de créditos, muitos dos alunos formados em 1968 se tornaram professores do IFCS logo após concluírem seus cursos, no bojo das cassações de professores com base no AI-5 e das alterações da lei 5540 de 1968, da Reforma Universitária. Assim, dos ex-alunos formados em 1968, em Sociologia se tornaram professores José Jeremias e Jether Pereira Ramalho, indicados pelo professor Evaristo de Moraes Filho; em Antropologia,

¹⁹⁸ Sobre a epopeia de Eurico para conseguir este atestado, diante de perseguição realizada pelo professor Eremildo Vianna, e que fez Eurico mobilizar vários amigos que pudessem ajudá-lo com declarações que pudesse anexar ao seu requerimento do atestado, cf. Figueiredo (2009: 84-90). Depois de seis meses, em setembro de 1972, após vários interrogatórios e documentos anexados, ele finalmente obteve o documento.

¹⁹⁹ O próprio Eurico, consultando os arquivos do DOPS-RJ, encontrou a seu respeito a informação de que se tratava de “esquerdista atuante do movimento estudantil quando aluno do IFCS (...) atuava de maneira inteligente e discreta, não se expondo abertamente” (FIGUEIREDO, 2009: 187) E Maria Stella Amorim chegou a ser considerada, nos arquivos de Tarso Dutra, como servidora punida com aposentadoria, apesar de isso não ter se concretizado (LAUX, 2015).

Gilberto Velho e Yvonne Maggie, indicados pela professora Marina São Paulo de Vasconcellos, e em Ciência Política, Eurico de Lima Figueiredo, indicado pelo professor Romeu Rodrigues e Silva, regente da cadeira de Ciência Política, tendo recebido a maior nota da turma em sua disciplina, 9,35 segundo informação em seu Currículo Lattes

Com isso, Eurico de Lima Figueiredo foi o primeiro professor de Ciência Política do IFCS da UFRJ, após a Reforma Universitária, após o AI-5 e após o Decreto-Lei nº 477 e talvez o primeiro professor de Ciência Política da UFRJ no sistema de créditos, justamente em 1969, ano de grande ebulição política no país. Sobre o momento político, diz Eurico:

1969: campo minado, atmosfera sufocante. Foi no calor daqueles tempos despóticos que iniciei minhas atividades como professor do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Logo no início do primeiro semestre, uma bomba estourou no pátio de entrada do casarão da Rua Marquês de Olinda, onde, naquela época, se localizava a recém-criada instituição. Entre dezembro de 1968 e março de 1969, a situação política brasileira rapidamente havia entrado em franca ebulição. Além das cassações e das aposentadorias compulsórias, a repressão chegava às universidades, em particular à UFRJ e, dentro dela, ao IFCS. Prisões eram feitas na saída das aulas, viaturas policiais ostensivamente se postavam em frente ao prédio, rumores e boatos de tom dramático passavam de boca em boca. A inquietação era geral. Se no dizer de Zuenir Ventura, 1968 foi o ano que não acabou, 1969 foi o ano que, ao terminar, não deixou saudades. (FIGUEIREDO, 2009: 162)

Sobre seu início de magistério, ele ainda conta:

Comecei a dar aulas no IFCS da UFRJ em março de 1969, três meses apenas depois de minha formatura. A reforma universitária de 1967, instituindo o regime de créditos, entre outras inovações, exigia a ampliação dos quadros docentes, a fim de dar conta das novas necessidades. Tendo em vista a premência do tempo, e o sistema ainda prevalecente, que não contemplava a possibilidade de concursos públicos, a não ser para os postos mais elevados da carreira docente, cinco alunos da turma de 1965 foram selecionados para serem contratados na qualidade de auxiliar de ensino, em regime de 12 horas semanais, e eu fui um deles. O critério de preferência foi o da melhor média durante o curso. Assim, fui o escolhido para lecionar na área de Ciência Política pelo regente da cadeira, professor Romeu Rodrigues Silva, com o apoio dos demais professores da área, principalmente Maria Stella Amorim, que exercia sobre o titular particular influência. (FIGUEIREDO, 2009: 162-163)

Designado para lecionar a disciplina Política I em duas turmas, cada uma com mais de 40 alunos, Eurico considera que seu início não foi apenas difícil, mas penoso, em um momento de tanta turbulência política e “em um campo tão declaradamente ‘político’ como o da Ciência Política” (FIGUEIREDO, 2009: 163). Como um exemplo, ele cita a seguinte situação vivenciada por ele:

No meu segundo dia de aula, uma dupla de capangas abriu, no primeiro tempo do turno da manhã, a porta da sala onde eu lecionava. Um deles começou, então, com uma prancheta nas mãos, ostensivamente, a fazer algumas anotações. Supreendido com o aparecimento e a ousadia deles, disse-lhes: –Pois não, quem são os senhores e o que desejam? –Somos funcionários da universidade e estamos contando os alunos presentes, respondeu um dos beleguins. –Então queiram se retirar, por favor. A presença de vocês não tem sentido. Sou professor e, portanto, o único responsável pela contagem de meus alunos. Queiram se retirar – e agora! Acabando de proferir essas palavras, e ante o olhar surpreso dos dois, dirigi-me a eles, abri a porta, e, com o dedo indicador em riste, mostrei o caminho do corredor. (FIGUEIREDO, 2009: 164)

A dupla indesejada se retirou de sua aula, e Eurico sentira medo diante da situação, mas voltaria a passar pela mesma situação na aula seguinte, em que, contudo, em vez de se retirar, lhe disseram que só sairiam dali após cumprirem sua missão. Eurico então chegou a ameaçar se atracar fisicamente com eles, para expulsá-los, dizendo: “Então, eu vou me atracar fisicamente com vocês e expulsá-los! Aqui mando eu! Espero que vocês não queiram o confronto físico porque, se isso acontecer, acho que os alunos me acompanharão!” (FIGUEIREDO, 2009: 165). Como conta em seu memorial, sob os aplausos da turma, com os alunos gritando palavras de ordem, os agentes acabaram se retirando. Ao ir conversar sobre o ocorrido com o diretor *pro tempore* do IFCS Eduardo Prado de Mendonça, ouviu deste uma advertência: “quer dizer então que o senhor resolveu começar mal suas atividades como professor, não é?” Eurico então respondeu que havia aprendido com seus professores, naquela instituição, tendo em mente o exemplo do professor que seria cassado em setembro de 1969, Evaristo de Moraes Filho, que poderia abrir mão de muita coisa, menos da liberdade de cátedra. (FIGUEIREDO, 2009: 166)

O que o episódio nos mostra é o ambiente político tenso do IFCS daquele ano de 1969, mesmo ano em que surgiria o mestrado em Ciência Política do IUPERJ, e a tensão das aulas de Ciência Política do IFCS daquele período pós-AI-5. Sem dúvida, não havia as condições mínimas para o desenvolvimento da Ciência Política – em relação ao ensino e muito menos à pesquisa – na UFRJ naquele momento. Por isso, destaca Eurico

Creio ser importante narrar esse episódio, não só porque ele, até hoje, sobrevive em minha memória, reminiscência sofrida do início de minha carreira acadêmica. Mas também porque é ilustrativo dos tempos em que, na universidade, lutava-se para dispor de um mínimo de dignidade, tanto pessoal quanto profissional. É uma época que não pode ser apagada da história da academia brasileira. São lembranças, testemunhos e depoimentos que precisam ser constantemente passados às novas gerações. Se assim não se procede, professores, funcionários e alunos passam a comportar-se como crianças mimadas que, recebendo dos seus antepassados as benesses do presente, dilapidam o patrimônio

herdade, sem importar-se com a sua história. Desconhecem, então, destituídos de drama e sofrimento, que, em nenhum outro espaço da sociedade, a liberdade é tão vital quanto na universidade. Quando aí ela sucumbe, os danos à ciência e à cultura se irradiam, às vezes irrecuperavelmente, pela nação como um todo. (FIGUEIREDO, 2009: 167)

Eurico chega ainda a descrever perseguições sofridas pelo professor Eremildo Vianna, que chama de “czar do poder paralelo” dentro do IFCS, a quem não julga que Eduardo Prado de Mendonça possa ser igualado, apesar da personalidade retraída e ríspida, quando não abertamente agressiva, de Eduardo Prado de Mendonça. Contudo, afirma que “eram, sem dúvida, ambos servidores da ditadura”, sendo Prado de Mendonça subserviente, mas não um delator, e Eremildo Vianna um ser “que se comprazia em perseguir seus adversários, impondo-lhes dor e amargura”. (FIGUEIREDO, 2009: 167-168). Mesmo assim, Eurico não deixou de resistir na defesa de sua liberdade de cátedra e, ao tratar disso, mais uma vez nos permite percebermos o clima da Ciência Política do IFCS naqueles idos de 1969 e do início da década de 1970:

Orgulho-me de poder dizer para mim mesmo que os meus programas e minhas aulas eram absolutamente plurais. Ensinei Marx e Engels, Lênin e Gramsci, Althusser e Poulantzas, etc, mas também Weber e Pareto, Mosca e Michels, Parsons e Merton, assim como tudo mais que achava importante para a melhor qualificação profissional de meus estudantes. E com isso contrariava os desígnios do dragão da maldade: formar uma geração de eunucos intelectuais. Sentia medo, mas não capitulei perante eles. Orgulho-me disso. (FIGUEIREDO, 2009: 169)

Eurico conta que foi durante este ano de 1969 que Romeu Rodrigues e Silva resolveu se aposentar, que Amaury Machado pediu demissão, que Maria Stella Amorim passou a lecionar Sociologia e que Ana Maria Castro pediu transferência para outra unidade da UFRJ. Foi então que, para recompor a área de Ciência Política do IFCS, Eduardo Prado de Mendonça chamou Célio Borja e Afonso Arinos para lecionarem Ciência Política no IFCS. Arinos lecionaria por pouco tempo, mas Borja, que era professor titular de Direito da UERJ, segundo Eurico, “iria assumir, e por um bom tempo, as funções de regente da cátedra de Ciência Política” (FIGUEIREDO, 2009: 169). Sobre Borja e sobre este seu início, nos diz ainda

O professor Célio Borja, constatando o esvaziamento da área, convidou o professor Rafael Valentino, diplomata de carreira, para lecionar Política IV (Relações Internacionais) e mais dois outros, Arthur Dubeux e Francisco José dos Santos Ferraz. Assim, com apenas cinco professores, estavam satisfeitas as necessidades mínimas da área. Fui ganhando a confiança do regente. Acho que ele percebia não só minha vontade. Notava, também, que, de uma hora para outra, com apenas um ano de atividade, o jovem professor que eu era havia se transformado em um “veterano”, na ausência absoluta de “mais velhos”. Além disso, fora capaz de capturar a atenção dos alunos, o respeito do diretor do

IFCS e dos meus colegas, tanto dos mais novos quanto dos mais antigos. (...) [O professor Célio Borja] encarregou-me, assim, e informalmente, de ser o coordenador da área de Ciência Política em formação. Aos poucos ia projetando minha influência sobre todas as demais áreas de estudos das ciências sociais. No vácuo entre o que tinha sido (o regime de cátedra) e o que estava sendo implantado (o regime departamental), fui ocupando, latentemente, e cada vez mais, funções que logo seriam corriqueiramente conhecidas como “Chefe de Departamento” e “Coordenador de Curso”. No exercício dessas atividades, beneficiei-me muito das experiências que vinha adquirindo no IUPERJ e das que tivera no próprio IFCS, tanto como aluno como professor. Propus e coloquei em prática uma reforma curricular que iria permanecer, pelo menos na área de Ciência Política, por muitos e muitos anos. Ademais, nas minhas aulas, procurava transmitir aos meus estudantes quase que imediatamente os ensinamentos que ia tendo na pós-graduação, procurando verbaliza-los com o objetivo de melhor assimilá-los. As coisas se processavam a toque de caixa. (FIGUEIREDO, 2009: 169-171)

Com o fim das cátedras, os departamentos se tornaram a unidade básica da organização universitária e o sistema de créditos foi sendo implantado²⁰⁰. Como parte das realizações do regime militar, a carreira docente foi reestruturada e a pós-graduação expandida. Eurico viria a vivenciar os efeitos dessas transformações em sua vida profissional: tendo trabalhado no regime de 12 horas semanais, ministrando duas disciplinas semanais, entre março de 1969 e abril de 1971, passou ao regime de 40 horas semanais em regime de Dedicção Exclusiva em julho de 1971, após alguns meses no regime de 24 horas semanais. A partir de então, passou a oferecer três disciplinas por período acadêmico e a desenvolver projeto de pesquisa proposto para o reenquadramento na Dedicção Exclusiva²⁰¹.

A este tempo, a partir de 1970, Eurico de Lima Figueiredo ingressou no recém-criado Mestrado em Ciência Política do IUPERJ, sendo o primeiro de uma série de professores de Ciência Política do IFCS a cursar este programa de mestrado, e se tornou ainda professor da Universidade Federal Fluminense. Contudo, sob os (des)caminhos da política, sofreu um grande revés que lhe custou o emprego de professor de Ciência Política da UFRJ. Trataremos dessas experiências a seguir.

²⁰⁰ Eurico, por exemplo, chega a lecionar no sistema seriado nos seus dois primeiros anos de magistério no IFCS. Depois, passa a lecionar plenamente no sistema de créditos a partir de 1971. (FIGUEIREDO, 2009: 156)

²⁰¹ Como cita em nota, o projeto que Eurico apresentou em 1971 se chamou *Reflexão Política Brasileira: raízes teóricas e metodológicas*, com relatório aprovado ao final de 1972, e, em 1973, o projeto *A Ideologia Liberal no Brasil: a UDN, 1945-1950*. (FIGUEIREDO, 2009: 171)

10.9. Eurico de Lima Figueiredo e os (des)caminhos da política

Em 1969, em seu primeiro ano como professor de Ciência Política do IFCS, Eurico se submeteu ao processo seletivo do recém-criado IUPERJ para ingressar em seu mestrado em Ciência Política, iniciando o curso no ano seguinte, no pequeno prédio da Rua Paulino Fernandes, em Botafogo, onde ficava o instituto.

Na área de Ciência Política, faziam parte do IUPERJ os docentes Amaury de Souza, Bolívar Lamounier, César Guimarães, Edmundo Campos Coelho, Morris Blackman, Peter McDonough, Simon Schwartzman, Wanderley Guilherme dos Santos e, como professor visitante, Hélio Jaguaribe, que havia retornado de um período como professor visitante na Universidade de Stanford. E todos os docentes tinham estudado recentemente em cursos de pós-graduação nos Estados Unidos.

Tendo de cursar doze disciplinas no IUPERJ, Eurico foi aluno, entre 1970 e 1972, de Simon Schwartzman, Wanderley Guilherme dos Santos, Amaury de Souza, Peter McDonough, Roger Walker (visitante), Hélio Jaguaribe, Morris Blackman e Manuel Berlinck (visitante), este último da USP, obtendo nota máxima em oito dessas disciplinas, o que demonstra sua aplicação, em meio aos compromissos com o magistério. Eurico sentiu-se especialmente marcado por Wanderley Guilherme e Hélio Jaguaribe, que já conhecia desde o ISEB, através de suas produções ou conferências, e Simon Schwartzman.

Ali, tomou contato novamente com clássicos da Teoria Política – como Maquiavel, Hobbes, Locke, Rousseau, Tocqueville, Michels, entre outros – já conhecidos durante a graduação através de comentadores como George Sabine, autor de *História das Teorias Políticas*, e Gaetano Mosca, autor de *História das Doutrinas Políticas*, mas com os quais passava a tomar contato direto, conhecendo os originais, as linhas de argumentação de cada autor, e não a ambiência histórico-social em que surgiram suas obras. E com novas perspectivas de análise, com as quais não tinha se deparado durante a graduação, como a discussão, apresentada por Jaguaribe, sobre os processos de desenvolvimento e subdesenvolvimento, e de métodos e técnicas de pesquisa em Ciência Política. Com isso, podemos deduzir que Eurico tenha se tornado o professor de Ciência Política melhor preparado da UFRJ naquele momento.

No IUPERJ, através do colega de curso Ronaldo Coutinho, Eurico e outros colegas souberam ainda que a Universidade Federal Fluminense estava ampliando seu quadro docente, com exames de seleção para auxiliar de ensino, no contexto dos efeitos da Reforma Universitária de 1968. Prestes a se casar, Eurico se candidatou em um desses

exames e, aprovado, começou a lecionar também *Metodologia das Ciências Sociais* na UFF a partir de 1970, onde a partir de 1971 passaria a também lecionar Ciência Política. Na UFF, seria professor de futuros professores de Ciência Política da própria UFF (Ari de Abreu Silva) ou do IFCS (Aluizio Alves filho, Charles Pessanha), entre futuros professores também de Antropologia e de Sociologia de diversas instituições de ensino superior.

Como professor da UFRJ e da UFF, em 1974, Eurico entregava sua dissertação pronta a seu orientador, o professor Simon Schwartzman, discutindo o governo Castelo Branco através de uma perspectiva de análise estrutural da ideologia do discurso, tratando da “estrutura ideológica dos discursos do Presidente Castelo Branco pronunciados durante seu mandato”, identificando o conceito de “democracia” presente na comunicação ideológica castelista (FIGUEREDO, 1980: 19-35)²⁰². Na banca de defesa, estariam as professoras Miriam Limoeiro Cardoso, de quem fora aluno na UFRJ, e Neuma Aguiar, esposa do seu ex-professor Roger Walker. Com viagem agendada para a Inglaterra, porém, Eurico foi dispensado do exame oral e foi aceito pelo IUPERJ, em caráter excepcional, um parecer escrito pelas examinadoras, que foi recebido quando ele já estava havia dois meses naquele país. E seria justamente esta viagem o que lhe custaria o cargo na UFRJ.

Eurico tinha de ir para a Inglaterra porque tinha sido selecionado para cursar o doutorado em Oxford, sentido não só a necessidade de assimilar melhor os novos conhecimentos a que tinha sido exposto, como também a necessidade de usufruir de um ambiente menos sufocante e mais favorável à reflexão. (FIGUEIREDO, 2009: 128) Em 1972 se candidatara a uma bolsa de estudos, da Fundação Fullbright, para doutorado nos Estados Unidos, obtendo a primeira colocação. Desejando, porém, estudar na Inglaterra, Eurico obteve o contato do professor Malcom Deas, de Oxford, por intermédio de seu amigo Alexandre Addor, que cursava o doutorado em Ciência Política naquele país

²⁰² Sua dissertação, revista, foi publicada em 1980 pela Editora Graal com o título de *Os Militares e a Democracia: análise estrutural da Ideologia do Presidente Castelo Branco* (FIGUEIREDO, 1980). Vale notar especialmente a originalidade do seu trabalho, utilizando o método estrutural em uma análise política, buscando encontrar um padrão estrutural da mensagem castelista no que chama de suas “comunicações ideológicas” (FIGUEIREDO, 1980: 49), através de um trabalho de análise do discurso, estabelecendo inclusive, a partir de critérios, indicadores para cada um dos discursos de Castelo Branco: (a) referentes à conceituação de democracia política; (b) referentes a outras formas de democracia; (c) referentes à relação entre os objetivos em geral da democracia e os objetivos em geral da “revolução” de 1964; (d) referentes à relação entre o processo democrático e à ação política “revolucionária” das Forças Armadas e (e) referentes à relação entre as Forças Armadas e à legalidade do país (FIGUEIREDO, 1980: 53).

fugindo do assédio da repressão no Brasil, e obteve de Deus o aceite para ir cursar seu doutorado em Oxford, no início de 1973. Porém

Vencida a batalha da bolsa, a mais difícil estaria ainda por vir: obter a permissão para deixar o país. O apoio da Fundação Ford era generoso. Pagava todas as taxas escolares, fornecia passagens de ida e volta para mim e minha mulher, assegurava seguro médico integral para nós dois. Previa até a concessão de recursos especiais para a compra de livros e roupas de inverno. No entanto, era preciso que eu mantivesse meus salários na universidade a fim de custear a própria manutenção. Assim, a condição necessária era a permissão para ir ao exterior; mas a suficiente era mais difícil ainda, já que deveria haver a concordância do governo brasileiro para que eu pudesse viajar gozando de licença com vencimento. Ou seja, seria preciso a anuência dos órgãos de segurança e informação. No caso da UFF, onde estava submetido ao regime de 20 horas, as coisas foram relativamente fáceis. Solicitei e obtive licença sem vencimentos, mas não sem algumas dificuldades. Na UFRJ, entretanto, as coisas foram diferentes. (FIGUEIREDO, 2009: 131)

Com a Carta de Aceite de Oxford, a Carta da Fundação Ford de que obtivera uma bolsa de estudos e o apoio de seu orientador, Simon Schwartzman, atestando que ele havia cumprido os créditos do curso de mestrado, restando apenas a defesa da dissertação, Eurico então solicitou à UFRJ uma licença com vencimentos para cursar seu doutorado no exterior, tendo seu pedido aprovado pelo Departamento de Ciências Sociais, pela Congregação do IFCS, pelo reitor da UFRJ e pelo ministro da Educação. Ele e sua esposa venderam o apartamento em que viviam²⁰³ e se desfizeram de pertences, guardando apenas, na casa de um amigo do casal, Antônio Celso Alves Pereira, livros e discos. Além disso, Antônio Celso seria indicado por Eurico para substituí-lo no IFCS:

Tendo em vista meu bom relacionamento com o diretor do IFCS, prof. Eduardo Prado de Mendonça, tive a oportunidade de indicar o nome do professor Antônio Celso Alves Pereira, meu querido amigo desde sempre, para me substituir. O diretor aceitou a indicação e, poucos meses depois, Antônio Celso iniciou sua brilhante carreira na UFRJ na área de Ciência Política. Mal sabia que os dados estavam lançados. Seria Antônio Celso – um profissional que une à perfeição a excelência intelectual com a sua capacidade de liderança – o responsável pelo progressivo esvaziamento do poder do meu implacável algoz naquela instituição, o prof. Eremildo Viana. Com o passar do tempo, passou a ser Chefe do Departamento de Ciências Sociais e, nessa condição, componente da Congregação do IFCS. Lá, com alianças certeiras e corretas, além de legítimas manobras, acabou por isolar o prof. Eremildo Viana e, finalmente, preparar o *coup de grâce* que acabou de liquidá-lo. (FIGUEIREDO, 2009: 173-174)

²⁰³ Sobre este imóvel, Eurico destaca em seu memorial que se tratava de um patrimônio do casal obtido com muito esforço deles e de seus pais e que, para obtê-lo, o casal investira quase a totalidade de seus rendimentos na época: ele, trabalhando na UFF e na UFRJ, além de trabalhar traduzindo livros; ela, como professora de inglês do Instituto Brasil-Estados Unidos, do Curso Oxford e do Colégio Jacobina. (FIGUEIREDO, 2009: 132) Foi como professora de inglês que Janete conheceu Antônio Celso Alves Pereira, seu aluno, que se tornaria um grande amigo do casal e um professor de Ciência Política do IFCS, através do próprio Eurico de Lima Figueiredo.

Contudo, uma semana antes do embarque, já tendo recebido a permissão do MEC para a viagem, Eurico foi chamado à direção do IFCS. O diretor, Eduardo Prado de Mendonça, lhe mostrou um telegrama que, segundo o próprio Eurico, ilustra de que modo o arbítrio se instalara nas universidades públicas brasileiras. O telegrama, fazendo referência ao afastamento do país de Eurico, comunicava sua “impossibilidade”. (FIGUEIREDO, 2009: 133)

Então, ainda em choque, Eurico encaminhou ao diretor do IFCS uma solicitação de licença sem vencimentos ou sua demissão, caso não fosse possível a efetivação da primeira alternativa, esclarecendo que se sentia coagido a fazer isso, uma vez que jamais estivera em seus planos deixar o quadro de docentes da UFRJ. E embarcou com sua esposa grávida para a Inglaterra. Lá, receberia a notícia de sua demissão da UFRJ.

Chegando em Oxford, recebeu como tutor o professor Hermínio Martins, português, com quem, entretanto, só se comunicava em inglês, e que conhecia política brasileira. Apontando para Eurico a conexão entre sua biografia – ex-aluno do Colégio Militar, filho de um general do Exército brasileiro – e seu interesse de pesquisa no mestrado, os discursos de Castelo Branco, primeiro presidente do regime militar, Hermínio lhe sugeriu fazer uma investigação sobre os militares na vida política brasileira também no doutorado, que Eurico acatou, apresentando um projeto sobre o movimento tenentista na Revolução de 1930²⁰⁴. Após dezoito meses em Oxford, com um filho pequeno e dificuldades materiais narradas em seu memorial, após a demissão da UFRJ e com licença sem vencimentos da UFF, Eurico voltaria ao Brasil, em agosto de 1975, com a concordância de seu orientador e da Fundação Ford.

De volta ao Brasil, passou a lecionar também em instituições privadas de ensino superior e, em 1976, foi aprovado em concurso público para professor assistente do quadro permanente da UFF. Mas não conseguiu, segundo ele, por falta de “força pessoal”, prosseguir com a realização e a finalização de seu doutorado, pois “as marchas dos acontecimentos” lhe distanciaram de seu “propósito pessoal” (FIGUEIREDO, 2009: 149): se tornara coordenador editorial da editora Graal, publicou livros²⁰⁵, passara a uma

²⁰⁴ Há um detalhamento maior, e muito interessante, da experiência de Eurico de Lima Figueiredo como aluno em Oxford em seu memorial (FIGUEIREDO, 2009), que lhe propiciou intenso ambiente intelectual durante 18 meses. Aqui, apenas buscamos citar essa passagem de sua trajetória.

²⁰⁵ Refiro-me a *Os Militares e a Revolução de 30*, organizado por Eurico de Lima Figueiredo, que saiu em 1979 pela editora Paz e Terra, e ao já referido *Os Militares e a Democracia*, publicado em 1980.

atuação junto ao movimento docente²⁰⁶ e se envolvera com a política partidária a partir das eleições de 1982²⁰⁷.

Eurico não credita, em seu memorial, aos (des)caminhos da política a impossibilidade do prosseguimento de seu curso de doutorado, mas diante de seu memorial, parece evidente que os rumos políticos que o país tomava naquele final da década de 1970 e início da década de 1980 lhe desestimulavam a prosseguir com este intento, além do luto pela demissão da UFRJ, mesmo diante da legitimidade de sua solicitação de uma licença, legitimidade reconhecida em 2002 pela Comissão da Anistia da UFRJ, pela Comissão de Anistia do Ministério da Educação e pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça²⁰⁸ (FIGUEIREDO, 2009: 134).

Em 1985, foi criado o Departamento de Ciência Política da UFF e Eurico, junto com René Dreifuss, criaram o Núcleo de Estudos Estratégicos (NEST), do qual se tornou coordenador adjunto. Ainda atuaria na PUC-Rio até o início da década de 1990, quando se tornou professor em regime de Dedicção Exclusiva na UFF.

Dando prosseguimento às suas atividades acadêmicas, também no início desta década, Eurico atuou como professor-conferencista em cursos para oficiais superiores da Escola de Guerra Naval, da Escola do Comando do Estado Maior do Exército e da Escola Superior da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Em 1994, participou da proposta

²⁰⁶ Participando, por exemplo, da fundação da ADUFF em 1979 – após uma crise vivenciada no ICHF em 1977 (narrada em seu memorial entre as páginas 123 e 127) em que os professores tiveram de se unir contra uma diretora que era colaboradora do regime militar, o que levou à eclosão de um movimento grevista e à demissões sumárias e pedidos de demissão que fizeram o Departamento de Ciências Sociais perder quase a metade de seu efetivo, contexto no qual Eurico sofreu dois processos administrativos e recebeu faltas – e da criação da ANDES, tendo sido escolhido em 1978 para ser um dos redatores de seu *Manifesto de Fundação*, ao lado de José Nilo Tavares e Eunice Durham, na reunião daquele ano da SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

²⁰⁷ Na qual atuou como coordenador-chefe da campanha do candidato Miro Teixeira (PMDB) para governador do Estado do Rio de Janeiro. Sobre essa experiência, diz Eurico: “se abria para mim, como cientista político, um notável campo para exercitar, na prática, meus conhecimentos; e, como cidadão, uma grande oportunidade para continuar lutando, dessa feita, em privilegiada posição, contra a ditadura pela qual nutria verdadeiro asco” (FIGUEIREDO, 2009: 120). Depois das eleições de 1982, atuou na construção do PMDB no Estado do Rio de Janeiro, e chegou a ser indicado pela Executiva regional do partido para a presidência da Fundação Pedroso Horta, do PMDB do Rio de Janeiro, cuja vice-presidência ficou com o professor Antônio Celso. Apesar da perda, nas eleições de 1982, em 1986 seria o candidato do PMDB, Moreira Franco, quem venceria as eleições para o governo do Estado do Rio de Janeiro, com grande empenho de Eurico na campanha. Em 1988, Eurico começou a participar menos ativamente, apenas de modo episódico, da vida político-partidária, após o término de seu casamento e do nascimento de sua terceira filha. Desfiliação do PMDB, ainda seria um dos fundadores do PSDB no Rio de Janeiro, a pedido do ex-senador Arthur da Távora, mas sem maior envolvimento com esse processo. (FIGUEIREDO, 2009)

²⁰⁸ Em 1999, Eurico, com base na Lei da Anistia, de 1979, entrou com solicitação administrativa junto ao IFCS da UFRJ, de onde fora sumariamente exonerado, após a Lei 9705 de 1997, que lhe permitiu encontrar nos arquivos do DOPS registros a seu respeito, que provaram que ele foi submetido a implacável perseguição. Em dezembro de 2002, foi considerado um anistiado político, por ter havido “notória motivação política da demissão” (FIGUEIREDO, 2009: 89).

de criação do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Ciência Política, do qual depois se desligaria em 1999, enquanto exercia a chefia do Departamento de Ciência Política da UFF, que exerceu por três mandatos consecutivos, por seis anos, a partir de 1998²⁰⁹.

Foi durante esses três mandatos que Eurico reuniu as condições para liderar a proposta de criação de um Instituto de Estudos Estratégicos, hoje uma das unidades da UFF²¹⁰, além de ter sido também neste período, em janeiro de 2004, em que recebeu da UFF o título de Doutor por Notório Saber, após processo que teve apoio de cinco professores doutores do departamento²¹¹, e cuja proposta para concessão deste título teve parecer favorável aprovado pelos colegiados do próprio Departamento de Ciência Política da UFF e do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Eurico sentira ali ter saldado consigo mesmo uma dívida antiga.

Além disso, ainda em 2003, como anistiado político, devido à motivação política de sua demissão, foi determinada a sua reintegração aos quadros docentes da UFRJ. Eurico, contudo, preferiu se aposentar e permanecer apenas na UFF, onde se tornou professor do quadro do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, criado nesse mesmo período, professor titular em 2009 e de onde se aposentou apenas em sua aposentadoria compulsória, em 2011, aos 70 anos de idade, mantendo-se diligente líder do Instituto de Estudos Estratégicos que fundou nesta universidade, e após participar ativamente da criação da graduação em Relações Internacionais da UFF (que se tornou, em 2008, a primeira universidade pública do Rio de Janeiro a oferecer este curso), da aprovação do curso de doutorado do PPGCP da UFF, em 2006, enquanto Eurico era coordenador do programa, e do credenciamento junto à CAPES do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos, também criado em 2006²¹², o que demonstra sua

²⁰⁹ Eurico se refere a este período como um dos mais turbulentos de sua carreira. Não nos ateremos aqui a este período, mas é interessante a seguinte observação de Eurico de Lima Figueiredo, no âmbito de suas observações sobre este período: “entre os intelectuais, notadamente na área em que atuo, as competições ou disputas são marcadas por uma linguagem ou “código” onde simpatias ou antipatias, triviais entre as pessoas, podem ganhar o status de sofisticada Weltanschauung! Desenvolvem-se, por assim dizer, construções “semânticas”, “gramaticais” e “sintáticas” de extrema complexidade, exigindo-se demorada “iniciação” que pode demorar décadas.” Eurico então se refere *en passant* a um conjunto de eventos que, segundo ele, passou a ser conhecido como “guerra civil” ou “guerra de secessão” no Departamento de Ciência Política da UFF, em que o departamento, após aposentadorias, estava com 13 professores, divididos em dois grupos, cabendo a Eurico a liderança de um desses grupos, com 7 docentes, com uma apertada margem de um voto para cada decisão que o colegiado precisava tomar (FIGUEIREDO, 2009: 95-98).

²¹⁰ Há uma página na internet sobre o INEST que explicita a organização deste instituto. Disponível em inest.sites.uff.br <Acesso em 26 de maio de 2018>

²¹¹ Os professores Claudio de Farias Augusto, Ari de Abreu Silva, Gisálio Cerqueira Filho, Luís Manuel Rebelo Fernandes e Renato Lessa.

²¹² A reativação, no início dos anos 2000, do NEST, que Eurico fundara com René Dreyfuss na década de

vocação institucionalizadora, que o IFCS da UFRJ deixou de usufruir ao tê-lo, por conta dos (des)caminhos da política, perdido de seus quadros.

Após sua saída do IFCS, porém, a Ciência Política naquele instituto passou a contar com outros protagonistas. Um deles, o professor Antônio Celso Alves Pereira, justamente levado para o IFCS por Eurico de Lima Figueiredo, sobre quem trataremos no capítulo a seguir, que buscou lidar com os (des)caminhos da política dentro e fora daquele instituto.

1980, a criação do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do PPGCP da UFF em 2003, desmembrado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Ciência Política surgido em 1994, e o credenciamento do doutorado do PPGCP em 2006, bem como a criação de sua área de Estudos Estratégicos, a criação do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos em 2006 e a criação do curso de graduação em Relações Internacionais da UFF, bem como a participação ativa de Eurico de Lima Figueiredo na institucionalização de cada uma dessas experiências, estão detalhadamente relatados na primeira parte de seu referido memorial (cf. FIGUEIREDO, 2009: 11-77)

11. A “rapaziada” que seguiu em frente e segurou o “rojão”

*Eu acredito é na rapaziada
que segue em frente e segura o rojão,
Eu ponho fé é na fé da moçada
que não foge da fera e enfrenta o leão,
Eu vou à luta com essa juventude
que não corre da raia a troco de nada,
Eu vou no bloco dessa mocidade
que não tá na saudade e constrói
a manhã desejada*

Trecho de *E vamos à luta*
de Luiz Gonzaga Júnior

Como vimos no capítulo anterior, quando Eurico de Lima Figueiredo saiu do IFCS, quem o substituiu foi o professor Antônio Celso Alves Pereira. Ele, além de egresso de um bacharelado em Direito – como os pioneiros André Gros, Victor Nunes Leal e Oswaldo Herbster de Gusmão – era também mineiro como os professores cassados Nunes Leal e Gusmão. Mas Antônio Celso teria uma importância ímpar no IFCS da UFRJ nos anos que se seguiram à sua chegada, dando início, no IFCS, a um processo de consolidação da disciplina Ciência Política, sendo o responsável pelo recrutamento de jovens professores para esta disciplina, durante a década de 1970, quando foi chefe do Departamento de Ciências Sociais do instituto, acreditando na “rapaziada” que seguiria em frente e seguraria o “rojão” construindo a manhã desejada, como cantaria Gonzaguinha anos depois.

Conhecermos sua trajetória e a trajetória de alguns desses jovens professores recrutados por ele é relevante, pois nos permite compreendermos de que modo a Ciência Política no IFCS foi se desenvolvendo e passando a contar com um conjunto de professores que lecionariam a disciplina no instituto até suas aposentadorias na década de 2000, quando seriam substituídos por professores que hoje respondem pela disciplina e podem desenvolver suas pesquisas e oferecer seus cursos em um IFCS sem os mesmos “rojões” da década de 1970, embora ainda se pareça estar em busca de manhãs desejadas. Hoje nenhum “rojão”, nenhum desafio político a ser enfrentado, se parece com aqueles desafios políticos da década de 1970, quando apenas com muita imaginação e destemor um jovem professor de Ciência Política poderia se tornar o protagonista de um processo de institucionalização “lento e gradual”, como o processo de democratização que o Brasil conheceu naquele mesmo período, sob o governo de Geisel, entre 1974 e 1979.

Se a poucos quilômetros de distância, entre 1969 e 1979, o IUPERJ se notabilizava como importante instituição de ensino e pesquisa em Ciência Política, com a liberdade

que a instituição – privada e pertencente ao professor Cândido Mendes, sobre quem já nos referimos em nota no segundo capítulo deste trabalho – conferia aos seus professores e pesquisadores, no IFCS da UFRJ não foi possível haver processo sequer semelhante. Compreenderemos o motivo desta impossibilidade ao enfocarmos as trajetórias dos professores de Ciência Política deste instituto neste período, observando de que modo tais trajetórias foram marcadas pelos acontecimentos políticos daquele momento e como, ao mesmo tempo, se constituíram como trajetórias de professores que fazem parte da construção institucional da Ciência Política no Brasil, assegurando o desenvolvimento desta disciplina como este podia se dar, na maior universidade federal do país.

11.1. Antônio Celso Alves Pereira, de Minas ao Rio e à Ciência Política²¹³

Antônio Celso Alves Pereira nasceu em Peçanha, Minas Gerais, em 23 de maio de 1938. Um dos três filhos de um alfaiate que ele define como um “socialista utópico” – que participava das reuniões de um núcleo do Partido Comunista em Peçanha e era um dos coordenadores de uma União Operária da cidade²¹⁴ – e de uma professora de Artes, Antônio Celso ficou órfão de sua mãe aos dois anos de idade, quando passou, assim como seu irmão e sua irmã, a ser criado pela sua tia, irmã de seu pai, que também era professora, a quem ele considera uma pessoa extraordinária, que se dedicou para criá-lo e a seus irmãos: no interior de Minas Gerais em plena década de 1940, ela comprava livros pelo reembolso postal e assinava jornais que, ao chegarem, eram lidos por ela às crianças, tendo uma contribuição fundamental em sua formação intelectual.

Ainda adolescente, Antônio Celso começou a trabalhar como contínuo no Banco da Lavoura de Minas Gerais. Aprovado para estudar, como bolsista, no Colégio Marconi, de Belo Horizonte²¹⁵, mudou-se para esta cidade e logo se transferiu para o Banco Nacional de Minas Gerais²¹⁶. Neste colégio, realizou o curso clássico, que tinha

²¹³ Esta seção foi escrita com base na entrevista que o professor Antônio Celso Alves Pereira muito gentilmente me concedeu em 17 de junho de 2017, na Universidade Veiga de Almeida, na Tijuca, no Rio de Janeiro, onde, aos 79 anos na data da entrevista, lecionava na pós-graduação. Agradeço imensamente ao professor Antônio Celso pela amabilidade e cordialidade com que me recebeu e com que prontamente aceitou contribuir com minha pesquisa assim que eu o contactei.

²¹⁴ Creio que o professor esteja se referindo à *União Operária Beneficente de Peçanha*, em relação à qual encontrei referência no *Almanaque Laemmert*.

²¹⁵ O Colégio Marconi era um tradicional colégio de Belo Horizonte, fundado por italianos em 1937 e municipalizado durante a II Guerra Mundial. Neste colégio, chegaram a ser oferecidos alguns dos cursos da Faculdade de Filosofia de Minas Gerais, depois incorporada à Universidade de Minas Gerais (UMG), hoje UFMG.

²¹⁶ O Banco Nacional de Minas Gerais depois passaria a chamar-se apenas Banco Nacional, em 1972. Fundado em 1944 por Waldomiro de Magalhães Pinto e pelo seu irmão, o advogado udenista José de Magalhães Pinto, um dos signatários do Manifesto dos Mineiros de 1943, motivo pelo qual foi demitido do

concentração em disciplinas de Ciências Humanas, em oposição ao curso científico que era voltado para as Ciências Exatas, e chegou a ser aluno do professor Arthur Versiani Velloso, filósofo que era também professor catedrático de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de Minas Gerais.

Saindo do colégio e ainda trabalhando no banco, onde ocupou vários cargos, Antônio Celso prestou o vestibular para o curso de História da Universidade de Minas Gerais e chegou a começar o curso, que abandonaria ao se casar, ainda em Belo Horizonte, onde pretendia começar o curso de Direito. Recém-casado, recebeu, porém, um convite do banco para se mudar para o Rio de Janeiro, para onde viria em 1959.

No Estado do Rio de Janeiro, Antônio Celso começou o curso de Direito na Universidade Católica de Petrópolis. Dois anos depois, se transferiria para a Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas, instituição privada que ficava muito próxima à Faculdade Nacional de Direito e que, por isso, contava em seus quadros com os mesmos professores daquela faculdade. Ali, Antônio Celso se formaria em 1964 e continuaria trabalhando no banco, ingressando, em 1969, no curso de Doutorado da própria Faculdade Nacional de Direito. Sobre essas experiências e a relação delas com a Ciência Política em sua formação, na entrevista que me concedeu, disse:

Aí vim para Petrópolis, cursei dois anos em Petrópolis e depois me transferei aqui para a faculdade que até já fechou, que era a antiga Faculdade Brasileira de Ciência Jurídica, que nessa época era excelente faculdade, pelo seguinte: os professores que fundaram essa faculdade foram os professores da Faculdade Nacional de Direito, os professores da Faculdade Nacional de Direito atravessavam o Campo de Santana e davam aula lá. O diretor era sempre o vice-diretor da Faculdade Nacional de Direito, então estudei lá com todos os professores da Faculdade Nacional de Direito, tanto que quando eu terminei o curso, eu imediatamente ingressei no doutorado lá, aquele doutorado antigo, doutorado que a maioria das pessoas da minha idade fizeram, eu ingressei no doutorado na Faculdade Nacional de Direito, eu sou oriundo da Faculdade Nacional de Direito na pós-graduação, fui aluno lá de grandes professores da Faculdade Nacional de Direito e fui também da Faculdade Brasileira, fiz um bom curso de Direito, mas sempre me interessei por Ciência Política e por História. (PEREIRA, 2017)

Assim, durante esses cursos, Antônio Celso já se interessava por História – que chegara a cursar em Belo Horizonte – e por Ciência Política. No seu currículo *Lattes*, consta ainda a informação de que sua tese de doutorado na Faculdade Nacional de Direito

Banco da Lavoura, e que se tornaria governador de Minas Gerais entre 1961 e 1966. No período de seu governo, Magalhães Pinto criaria o IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), instituto que teria uma atuação na oposição ao governo de João Goulart e em sua deposição, quando se deu o golpe de 1964. No governo de Costa e Silva, Magalhães Pinto seria ainda ministro das Relações Exteriores e, em seguida, senador e deputado federal. Magalhães Pinto foi, assim, a um só tempo, um dos políticos e banqueiros mais influentes de seu tempo.

foi intitulada *Desarmamento Nuclear e Nova Ordem Internacional*, um tema explicitamente político, realizada sob orientação do prof. Oscar Dias Correia²¹⁷. E há a observação de que fora um curso de doutorado realizado sob o antigo regimento da Faculdade Nacional de Direito, entre 1969 e 1976. Ao lhe perguntar sobre como era este modelo do curso de doutorado, o professor Antônio Celso me informou o seguinte:

O modelo era o seguinte: você tinha aula, aula mesmo, e seminários, mas você fazia isso em quatro anos e tinha um ano para entregar a tese, aí você defendia a tese naquele modelo coimbrão, cinco examinadores e todo mundo, aquela coisa toda, aquele modelo de beca, e o curso era um curso em que você tinha que estudar muito, ler muito, não tinha muita diferenças dos cursos de doutorado de hoje, não. Não exigia que você tivesse mestrado antes, não existia a figura do mestrado o doutorado e depois disso a Livre-Docência. Eu fiz Livre-Docência também, na UERJ, em Direito Internacional. (PEREIRA, 2017)

Foi neste período, após estar formado na Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas e estar matriculado no curso de doutorado da Faculdade Nacional de Direito, que Antônio Celso começou a dar aulas na própria Faculdade Nacional de Direito da recém-denominada UFRJ, a antiga Universidade do Brasil, como professor colaborador, em 1970, convidado pelo diplomata Miguel Franchini Neto, que também era professor de Direito Internacional (PEREIRA, 2017). O interesse pelo Direito Internacional fez Antônio Celso ir se aproximando cada vez mais do ensino de Ciência Política:

Era meu, por causa da História, do curso de História que eu comecei a fazer, a preocupação que eu sempre gostei de Ciência Política, e fui trabalhar e sempre me concentrei em Direito Internacional, por uma razão muito simples, porque eu gostava da disciplina de Direito Internacional Público, não o [Direito Internacional] Privado, mas o [Direito Internacional] Público, que tem uma ligação profunda, é o Direito Político, o Direito que lida com as coisas políticas. Hoje o Direito tem uma amplitude enorme, ele não possibilita apenas as relações do Estado, o Direito Internacional hoje é uma disciplina jurídica voltada para o desenvolvimento econômico, para os direitos humanos, para a justiça, e com tribunais internacionais, tudo isso, uma riqueza enorme, então é um Direito que tem uma característica profundamente política, ele é política pura, política pura, então eu fui

²¹⁷ Em seu discurso na cerimônia de ingresso na Academia Brasileira de Letras Jurídicas, publicado na Revista Interdisciplinar de Direito, Antônio Celso se refere à sua vinda para o Rio e ao jurista Oscar Dias Correia com as seguintes palavras: “Como tantos outros componentes da diáspora mineira, que deixou sua vila colonial, seus montes e suas montanhas e tomou o caminho do mar, para, no Rio de Janeiro, nesta cidade de sempre magnânima acolhida, que sintetiza o Brasil em todos os seus elementos formadores, sou um desses que para aqui se dirigiram em busca da realização dos seus sonhos e de suas escolhas de vida, enfim, cumprir os desígnios do destino. Na presente cerimônia, senhoras e senhores, graças à generosidade dos ilustres membros do Colégio Acadêmico, que me elegeram para ocupar a cadeira número 21, ingresso na Academia Brasileira de Letras Jurídicas, instituição que se constitui na mais alta expressão da cultura jurídica do nosso País, feliz por estar concretizando uma das minhas mais acalentadas esperanças e uma das melhores distinções que o destino me reservou. Esta é também uma ocasião especial para manifestar meu preito de gratidão e saudade a um dos grandes nomes desta Academia, o notável jurista, escritor e ministro do Supremo Tribunal Federal, Oscar Dias Correia, mestre e fraterno amigo, que me estendeu a mão quando cheguei ao Rio de Janeiro e de quem fui, com muito orgulho, por mais de 20 anos, assistente e discípulo.” (PEREIRA, 2012: 21)

para aí e aí era obrigado como professor de Direito Internacional, era obrigado a conhecer relações internacionais. (PEREIRA, 2017)

Em 1971, viajou para a Holanda e fez o curso de Direito Internacional Público na Academia de Direito Internacional de Haia. Na mesma época, inicia também o curso de Política Internacional e História Diplomática na Universidade de Lisboa, concluído, segundo informação obtida em seu currículo *Lattes*, em 1974. Portanto, vemos de que modo foi se relacionando com a Ciência Política, a partir da convergência entre o Direito Internacional e a política internacional.

Dentro de alguns anos, próximo a dois professores de Ciência Política do IFCS – o diplomata Raphael Valentino e Eurico de Lima Figueiredo – Antônio Celso foi indicado para lecionar Ciência Política no IFCS, onde substituiria Eurico de Lima Figueiredo, que também o indicara e que acabou se demitindo sob coação, como vimos no capítulo anterior. Sobre o episódio, diz Antônio Celso:

Quando o Eurico saiu, eu entrei na vaga do Eurico, entrei na vaga do Eurico. Comecei a dar aula lá como substituto, a vaga que eu entrei no concurso foi quando o Eurico foi demitido, foi obrigado a se demitir, por uma sujeira do Eremildo Viana com ele, que mandou uma carta para negar autorização para ele sair do país, porque a gente para poder sair do país tem que pedir autorização... (...) Mas então o seguinte: o Eurico candidatou-se a uma bolsa de estudo em *Oxford*, que não é qualquer pessoa que consegue, foi aceito em *Oxford*, vendeu o apartamento dele aqui no Rio de Janeiro, eu comprei o apartamento dele, consegui financiamento na CAPEMI e comprei o apartamento dele, quem financiava apartamento naquela época. Ele combinou, tudo pronto para viajar, na hora de pegar licença para viajar, não sai licença para viajar, aí ele teve que se demitir para poder viajar, porque o Eremildo tinha mandado uma carta para lá dizendo que ele era um comunista perigoso, subversivo, perigoso, que estava formando gerações de marxistas no IFCS e que ele dissimulava bem e, por isso, que ele não era apanhando, mas que agora tinham que apanhá-lo, e aí ele teve que pedir demissão para ir embora, porque eles iam abrir um inquérito contra ele, apurar essa coisa toda, e ele foi, tanto que ele foi depois anistiado, foi reconhecido isso, ele teve que ir embora, senão ele ia ser preso, pela denúncia do Eremildo, se mandou a tempo. Chamaram ele na universidade, disseram: “olha, não dá para você, não podemos ignorar essa carta do Eremildo”. (PEREIRA, 2017)

O concurso a que Antônio Celso se refere corresponde a um concurso em que, aprovado, não foi nomeado, conforme ele narra:

Surgiu uma oportunidade de eu trabalhar, de eu dar aula no IFCS e na esperança que abrisse o concurso para o IFCS, eu larguei a Faculdade Nacional de Direito, onde eu tinha feito o doutorado. Larguei lá, fechei a faculdade e fui para o IFCS... Eu tenho de dar uma explicação para você, que o negócio é o seguinte: existiam dois sistemas numa certa época no serviço público federal do Brasil, você tinha quem era do quadro permanente e tinha a CLT. Lá no IFCS, as pessoas quase todas eram do quadro permanente, e as pessoas que iam entrando na instituição, a universidade direcionava todo mundo já para o concurso

de CLT, porque CLT era fácil para demitir, e naquela época de ditadura, aquela coisa toda, um instituto que tinha Ciência Política, Sociologia, História e Filosofia, era exatamente um *locus*, para eles, imensamente suspeito, para os militares aquilo ali era permanentemente suspeito, tanto que passamos por problemas muito difíceis lá. Mas aí o seguinte: abriu-se um concurso lá para o quadro permanente de Ciência Política e foi escolhida a área de concentração *Relações Internacionais*. Eu me inscrevi, me inscrevi, e aí o concurso parece que tinha uma direção, que estava direcionada para alguém que não era de lá, era uma pessoa de fora, que não sei quem queria colocar lá dentro, se era militar que queria botar alguém lá dentro, sei lá, tinha alguém, porque eles não abriam jamais concurso para o quadro permanente, abriam só para CLT. E aí eu fui chamado lá na universidade e disseram: “olha, esse concurso, você aguarde o concurso CLT e não faça esse concurso”. Fui chamado. Eu digo: “não, eu vou fazer, vou fazer”. E parece que a pessoa não teve coragem de concorrer comigo, eu passei no concurso, passei mas não fui nomeado, porque você sabe que o concurso ele dá a expectativa de Direito, não há obrigação de ser nomeado, e quando faltava um dia, dois dias para vencer o concurso, e eu não fui nomeado, eu estava lá como professor ainda “auxiliar”, me chamaram na universidade e me disseram: “o negócio é o seguinte, se você fizer uma opção agora aqui pela CLT, nós te nomeamos, mas se você insistir em ir para o quadro, nós não te nomeamos”. Tudo bem, assinei, assinei porque eu ia perder o concurso, ia para o quadro que já estava sabendo que estavam negociando, o governo federal estava negociando já a unificação dos quadros, todo mundo no quadro.. (...) Estatutário. Passei, fiz o concurso, fiquei como CLT, depois veio a reforma e todo mundo ingressou no estatutário. Então teve esse problema com meu concurso lá. Depois também o seguinte, o governo abriu concursos para normalizar a situação de todo mundo, que foram os concursos *ex officio*, as pessoas que estavam trabalhando...(PEREIRA, 2017)

O fato é que desde 1974, Antônio Celso foi professor de Ciência Política do IFCS, ainda tendo sido professor de Política Internacional, entre 1974 e 1975, do Instituto Rio Branco, indicado pelo diplomata Raphael Valentino. Ali no IFCS, a partir de 1976, com o fim do mandato do professor Danilo Lima da chefia do Departamento de Ciências Sociais, Antônio Celso se tornaria chefe deste departamento e seria o responsável por um processo de expansão do departamento e de recrutamento de novos professores, entre os quais aqueles que passariam a lecionar Ciência Política no IFCS a partir da segunda metade da década de 1970 até o ano de 1980, como Aluizio Alves Filho, Manuel Augusto Pacheco Sanches, e José Roque de Britto, sobre os quais trataremos mais adiante, ainda neste capítulo. Além disso, foi ele, como chefe de departamento, quem recebeu o professor Oswaldo Gusmão quando este foi anistiado.

Antes de tratarmos das trajetórias de alguns representantes da “rapaziada” que passou a lecionar Ciência Política no IFCS a partir da chefia de Antônio Celso, abordaremos na seção a seguir alguns aspectos da sua atuação no cargo de chefe de departamento, sob o que tenho chamado nesta tese de (des)caminhos da política.

11.2. Antônio Celso sob os (des)caminhos da política

Em 1976, quando Antônio Celso começou a ser chefe do Departamento de Ciências Sociais do IFCS, a área de Ciência Política estava precisando de novos professores. Foi aí que ele se tornou uma figura-chave no processo da institucionalização da Ciência Política do IFCS, ao mesmo tempo em que enfrentou um momento de tensão política muito grave, em que o IFCS ainda estava sob um clima persecutório muito grande (cf. Cepeda, 1995).

Para ilustrarmos o clima em que Antônio Celso vivia no IFCS, podemos nos referir a três histórias que ele nos contou por ocasião da entrevista que nos concedeu: o controle exercido por uma funcionária da limpeza conhecida como “tia” Irene, a tensão que ele viveu, chegando ao medo de ser preso, após derrotar as pretensões de Eremildo Vianna tornar-se diretor (o *coup de grâce* a que Eurico se refere quando cita a ida de Antônio Celso para o IFCS em seu memorial) e as ameaças todas que sofreu, entre as quais uma motivada por uma cerimônia de formatura.

No que se refere ao primeiro caso, Antônio Celso nos contou que “tia” Irene espionava o IFCS da seguinte forma:

Dona Irene ou “tia” Irene. Essa mulher era uma figura realmente da maior... uma das coisas mais tristes quando eu me lembro disso. Você ficar sujeito a uma figura, uma senhora semi-analfabeta que estava ali instruída pelos militares para vigiar o departamento. A gente começava uma reunião do departamento, ela enchia lá de garrafas, abria a porta, ela tinha a chave, abria a porta, botava lá garrafas de Coca-Cola vazias e ficava entrando e saindo, pegando as garrafas de Coca-Cola e ouvia aquilo e ligava para dizer o que a gente estava falando. Então era um problema, um controle, essa “tia” Irene era uma coisa terrível, tomava conta do banheiro, que ela era lá dentro espiã, alcaguete lá dos militares. (PEREIRA, 2017)

De seus embates com Eremildo Vianna, Antônio Celso destacou um episódio em que Eremildo queria voltar a ser eleito para a direção do IFCS, com a saída de Eduardo Prado de Mendonça da direção, quando o professor Celso Lemos, o vice, não quis assumir como diretor e preferiu convocar novas eleições. Antônio Celso atuou ativamente no sentido de garantir que uma lista sêxtupla sem o nome de Eremildo fosse aprovada na Congregação do IFCS e o novo diretor passou a ser um professor chamado José Silveira, do círculo de Eduardo Prado de Mendonça. Pouco depois, não seria amistoso o encontro dos dois na cantina do IFCS. Segundo o próprio Antônio Celso:

Teve esse negócio da anulação da lista e estou na cantina lá, 9h da manhã, ele [Eremildo] entra com o dedo na minha cara e diz assim “ô seu moleque, a sua carreira acabou aqui dentro. O que você está pensando? Eu sou um professor titular, o que você está pensando ao me enfrentar? Quem é você para me enfrentar?” com o dedo na minha cara,

assim. Sabe o que eu falei com ele? Soltei um palavrão desse tamanho! Eu digo, “nesse momento, xingar ou não xingar é a mesma coisa, eu vou xingar, que aí eu fico feliz”, e mandei dentro. Aí fui embora para casa. (PEREIRA, 2017)

No final de semana seguinte, Antônio Celso foi avisado por sua empregada que um coronel o procurara. Imediatamente, ele concluiu que Eremildo o denunciara:

Isso foi sexta-feira, quando foi no sábado, eu saí para o supermercado com a minha mulher, quando eu voltei, a minha empregada, que era lá do interior de Minas, falou assim: “olha, teve um senhor aqui, um Coronel, querendo falar com o senhor”. Eu falei: “o Eremildo já me denunciou”. Aí eu liguei para pessoas e disse: “ó, talvez eu seja preso”. Liguei para o Prado, liguei para um bocado de gente, “talvez eu seja preso”, que eu posso fazer? Esperar. (PEREIRA, 2017)

No dia seguinte, após sair de casa e retornar, Antônio Celso recebeu a notícia de sua funcionária, de que um general o havia procurado naquele dia: “Ele disse que veio para te apanhar, que é para você ficar em casa esperando ele, para não sair de casa, esperar ele” (PEREIRA, 2017). Surpreso, ele aguardou. Porém, enquanto aguardava os militares que iriam lhe prender, apareceu em sua casa um de seus amigos, o embaixador Paschoal Carlos Magno, com quem tinha combinado de levar alguns alunos ao teatro. Com a chegada do embaixador, Antônio Celso descobriu que era ele quem o procurava naqueles dias, sendo identificado pela sua funcionária como “general” ou “coronel”. Ao indagá-la sobre a confusão, ela lhe disse que, para ela, coronel, general e embaixador era a mesma coisa e que por isso se confundiu.

Antônio Celso hoje conta esta história de forma bem-humorada, mas o lado “cômico” da situação não deve impedir que vejamos a tensão que havia naquele período, o medo que podia se apoderar das pessoas diante das situações mais corriqueiras, o clima persecutório com que os professores do IFCS conviviam. Ao ser indagado por mim, durante a entrevista, sobre ameaças que eventualmente sofreu, ele me disse:

Muitas ameaças, muitas, inclusive uma carta, eu recebi uma carta anônima dizendo que iam me matar, uma carta anônima dizendo que qualquer hora dessas eles iam acertar a conta comigo, ameaças assim, eu tenho essa carta guardada. Uma carta anônima que foi colocada dentro do meu escaninho lá do IFCS, me ameaçando. O que eu podia fazer? Então a gente enfrentou lá dentro, quer dizer, eu não fui cassado, não sofri processo sumário, mas que muitos sofreram, mas passei por ameaça. (PEREIRA, 2017)

Conforme me contou, uma das situações de ameaça se deu quando os formandos de Ciências Sociais escolheram como paraninfa a professora Maria da Conceição Tavares:

Os alunos escolheram como paraninfo a Maria da Conceição Tavares, ela tinha sido aposentada e estava proibida de falar. Aí o Silveira disse

assim: “olha, é formatura de Ciências Sociais, você preside, eu não vou estar aí, se a Conceição vier, você sabe o que você vai fazer.” (PEREIRA, 2017)

Antônio Celso recebeu a professora Maria da Conceição Tavares e prosseguiu com a cerimônia de formatura: “ela estava proibida de falar e ela fez um discurso violentíssimo lá dentro e eu presidi com ela lá dentro proibida, ela estava proibida” (PEREIRA, 2017). Depois da cerimônia, ele receberia o que chamou de um “telefonema violentíssimo” do prefeito do campus, em tom de ameaça, dizendo que “estudaria” a sua situação. Depois, não se tocou mais no assunto, mas essa passagem de sua trajetória no IFCS foi suficientemente marcante, a ponto de o professor Antônio Celso se lembrar dela na conversa que tivemos, cerca de quarenta anos depois deste ocorrido.

Estes episódios, portanto, nos mostram de que modo o IFCS se constituiu durante o regime militar em um instituto visado, controlado e sem a necessária liberdade para um determinado percurso de desenvolvimento, por exemplo, das Ciências Sociais, entre as quais a Ciência Política.

Mas, mesmo assim, foi durante a gestão de Antônio Celso à frente do Departamento de Ciências Sociais do IFCS que a área da Ciência Política recebeu novos professores que se manteriam no quadro efetivo da UFRJ pelas décadas seguintes, como veremos a seguir.

11.3. O recrutamento de jovens professores de Ciência Política para o IFCS

Como chefe do Departamento de Ciências Sociais do IFCS e precisando ampliar o departamento, que se dividia entre as áreas de Sociologia, Antropologia e Ciência Política, Antônio Celso começou a buscar disciplinas das Ciências Sociais nas grades curriculares de cursos que funcionavam fora do IFCS, em diversos *campi* da UFRJ, e a oferecer professores do IFCS para essas outras unidades da universidade:

Então eu fiz isso. Eu ia lá no Serviço Social, por exemplo: “você tem uma cadeira aqui de Ciência Política e uma de Sociologia, peça professor que eu mando. Aí eles pediam professor, eu pedia à federal e eles mandavam contratar, dali a pouco abria um concurso, e assim que nós fomos crescendo, procurando lugar. Eu fui até à Escola de Música, no Conservatório Nacional de Música, que tinha uma cadeira de Sociologia, uma coisa assim, uma cadeira ligada, tinha uma cadeira que o departamento podia cobrir, mandei gente para lá. (...) Iniciativa minha, fui procurando para poder ampliar o departamento, crescer o departamento. (PEREIRA, 2017)

Com isso, o departamento recebeu no período de seu mandato, que durou entre 1976 e 1980²¹⁸, muitos jovens professores não apenas de Ciência Política, mas também de Sociologia, por exemplo. Um exemplo de como podia ocorrer este recrutamento, e das qualidades valorizadas por ele ao recrutar professores, foi dado pelo próprio Antônio Celso, ao se referir ao convite que fez para o professor Aluizio Alves Filho:

Eu conheci o Aluizio dando aula de Ciência Política na Estácio de Sá. Eu dava aula de Direito Internacional na Estácio de Sá, passei um dia na porta, parei e fiquei ouvindo a aula dele. Aula magnífica. Assim ó [cheia] de alunos. Aí nos tornamos amigos lá, eu disse: “Aluizio, vamos para o IFCS!” Ele veio para o IFCS. Um grande professor. Uma grande figura. Corajoso, honesto, fiel, figura extraordinária o Aluizio. (PEREIRA, 2017)

Se pudermos generalizar os critérios que ele demonstra ter levado em consideração ao convidar o professor Aluizio para lecionar no IFCS, vemos que ele valorizava a qualidade da aula (“aula magnífica”), o interesse despertado nos alunos (“assim ó de alunos”) e as qualidades morais dos novos professores (“corajoso, honesto, fiel”), em um momento em que o IFCS estava marcado pelo clima persecutório a que nos referimos acima, dentro do qual eram necessários novos docentes com certas características, a fim de despertar interesse nos alunos e confiança nos colegas do corpo docente. Seria justamente o professor Aluizio Alves Filho uma das pessoas mais importantes nesse processo, levando para o IFCS também outros professores de seu círculo, como veremos adiante, ao focar sua trajetória.

Esses professores novos ingressavam sem um concurso público nos moldes de hoje ou nos moldes dos concursos anteriores para professores catedráticos – como aquele realizado por Victor Nunes Leal – que, segundo alguns entrevistados, correspondia a uma prova de aula diante de uma banca. Depois, no início da década de 1980, todos seriam efetivados em seus cargos, através do Decreto 85.712/81 na gestão do ministro Ludwig.

Foi também o interesse de Antônio Celso e Aluizio levarem um professor titular de Ciência Política da Universidade Federal Fluminense para o IFCS da UFRJ que os levaram a renunciar à chefia de departamento. Tratava-se do professor José Nilo Tavares, sobre quem diz o professor Antônio Celso:

Era uma pessoa de esquerda, do partidão, um intelectual brilhante e ele tinha título de doutor, era Livre-Docente, tinha título e não estava satisfeito na UFF e eu e o Aluizio o convidamos para vir para o IFCS, transferido, tinha uma vaga lá no IFCS, a Fluminense concordou em abrir uma vaga lá para fazerem um concurso e nós tínhamos uma vaga no IFCS. (PEREIRA, 2017)

²¹⁸ A partir de 1980, seria a professora Maria Stella Amorim quem assumiria a chefia do departamento, entre 1980 e 1984.

Contudo, alguns professores do departamento não aceitaram a ida de José Nilo Tavares para o IFCS e, diante do imbróglio político, sem a maioria para aprovar essa transferência, Antônio Celso e Aluízio renunciaram à chefia e subchefia do departamento:

[José Nilo Tavares era] muito amigo meu e amicíssimo do Eurico [de Lima Figueiredo] também. Foi um resistente ele, foi uma pessoa realmente muito importante aí no movimento de esquerda, essa coisa toda, mas tinha uma certa pessoa lá no departamento que tinha problemas pessoais com ele, não eram ideológicos, eram problemas pessoais. E vetaram a entrada dele sob o argumento de que aquela vaga devia ser aberta por concurso. Eu fiquei muito chateado, porque ele já ia até pedir demissão lá, essa coisa toda, aí eu virei para o departamento e disse: “olha, já que eu não posso trazê-lo para cá, que vocês não concordam o que eu faço, está na hora de eu sair.” Aí pedi demissão, o Aluízio pediu também, e o Darcy teve que assumir a chefia do departamento, porque ele era o titular e ele tinha que assumir. O Darcy me ligou, pedindo para eu voltar. Eu falei “Darcy, eu não vou voltar para o departamento não, vou lá dar minhas aulas”. Aí o Darcy fez uma eleição rápida lá e elegeu a [Maria] Stella [Amorim] a chefe do departamento. E o José Nilo não veio. (PEREIRA, 2017)

Segundo alguns entrevistados, teria sido a vaga para professor em regime de 40h que não foi para José Nilo Tavares aquela que originou duas vagas para professores em regime de 20h, que foram assumidas por José de Britto Roque e Renato de Andrade Lessa, episódio a que nos referiremos mais adiante. No entanto, verificamos que além da titulação que José Nilo possuía, eram critérios de quem tinha o interesse em levá-lo para o IFCS, sua conduta pessoal, seu posicionamento político, sua capacidade intelectual e a amizade pela qual nutriam por ele. Como veremos nas trajetórias de outros recrutados para a área de Ciência Política, critérios como esses também foram levados em conta na admissão de outros novos professores. O primeiro deles, contudo, foi o já referido Aluízio Alves Filho, a cuja trajetória nos referiremos na próxima seção.

Antônio Celso seguiu como professor de Ciência Política do IFCS até sua aposentadoria compulsória, em 2008, lecionando na graduação e na pós-graduação que ajudou a construir, embrião do atual Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ (PPGSA). Ao mesmo tempo, lecionou também na Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) desde a década de 1970, se tornando chefe do Departamento de Disciplinas Básicas daquela faculdade a partir de 1982, cargo em que ficaria até 1988.

Ainda na década de 1980, assim como Eurico de Lima Figueiredo, se envolveu com a política fluminense, filiando-se ao MDB na época da candidatura de Tancredo Neves à presidência da República, em 1985, partido dentro do qual se tornaria vice-

presidente de sua Fundação Pedroso Horta, quando Eurico se tornou seu presidente²¹⁹. Entre 1987 e 1988, Antônio Celso foi ainda diretor da TVE.

E em 1988, defendeu a tese de Livre-Docência na Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, sob o título *O Direito Internacional do Desenvolvimento como instrumento de mudança da ordem internacional*, se tornando neste mesmo ano vice-diretor da Faculdade de Direito da UERJ, da qual viria a ser o diretor entre 1992 e 1996, período depois do qual se tornou justamente o Reitor da UERJ, entre 1996 e 1999, e o presidente da Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), entre 2000 e 2001.

Ainda na ocasião da entrevista, Antônio Celso lecionava na pós-graduação em Direito da Universidade Veiga de Almeida, tendo se dedicado às instituições privadas de ensino desde sua aposentadoria das universidades públicas a que se dedicou ao longo de sua vida. Quando eu lhe perguntei, ao lhe entrevistar exatamente em uma sala de aula da Universidade Veiga de Almeida, se o magistério era sua vocação, ele me respondeu “eu gosto disso aqui” olhando para a sala de aula. E, em seguida, completou: “é uma herança familiar, minha mãe, minhas duas mães, a mãe que me deu à luz e a mãe que me criou [eram professoras]”, também aludindo ao fato de ter filhos que são também professores.

A trajetória de Antônio Celso Alves Pereira ilustra, porém, as dificuldades com este ofício na área de Ciência Política durante o regime militar. E vemos que após a redemocratização do país, assim como seus antecessores juristas que atuaram na cadeira de Política da FNFi (Nunes Leal e Oswaldo Gusmão), ele foi requerido pela política – pela Fundação Pedroso Horta ou pela TVE – e para a gestão institucional – na direção da Faculdade de Direito e na própria reitoria da UERJ e na presidência da FAPERJ. Se sua trajetória no IFCS é a de um consolidador que acreditou na “rapaziada” que ia em frente e segurava o “rojão”, ele próprio seguiu em frente e soube lidar com todos os desafios que as instituições a que se dedicava exigiram com que lidasse.

11.4. Aluízio Alves Filho e o “Principado”²²⁰

²¹⁹ E teve também neste período, assim como Eurico de Lima Figueiredo, um período como professor visitante convidado pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos da América para conferências em universidades, visitas a órgãos governamentais e trocas de informações com acadêmicos norte-americanos sobre Relações Internacionais nas Universidades de Columbia, Harvard, Wisconsin, Califórnia, UCLA e Texas, ao longo de abril de 1984. Informação obtida no currículo *Lattes* do professor Antônio Celso Alves Pereira.

²²⁰ As seções sobre a trajetória do professor Aluízio Alves Filho foram escritas com base nas duas entrevistas que ele muito gentilmente me concedeu em sua residência nos dias 24 e 31 de maio de 2017, na Tijuca, no Rio de Janeiro, onde vive com sua esposa, Luzia, a quem também devo um agradecimento pela amabilidade

Como vimos acima, Aluízio Alves Filho foi um dos primeiros professores de Ciência Política recrutados pelo professor Antônio Celso Alves Pereira em sua chefia do Departamento de Ciências Sociais do IFCS, fazendo parte da “rapaziada” a que se refere o título deste capítulo. Nesta seção, conheceremos sua trajetória de vida e sua trajetória como professor de Ciência Política do IFCS, conferindo de que modo cada uma delas acabaram se influenciando.

Nascido em 17 de agosto de 1942 em Vila Isabel, bairro da Zona Norte do Rio de Janeiro conhecido por sediar a famosa escola de samba que leva o seu nome, *Vila Isabel*, e por ser berço de dois sambistas da maior importância na história da música popular brasileira ao longo do Século XX – Noel Rosa e Martinho da Vila –, Aluízio Alves Filho sempre viveu na região da Tijuca e da Grande Tijuca, onde Vila Isabel se localiza, exceto quando trabalhou e estudou em Brasília.

Um dos dois filhos do médico Aluízio Alves, neto de portugueses que recebera este nome em homenagem ao seu padrinho, o romancista Aluísio Azevedo, e de dona Alzira Camanho Alves, filha de espanhóis, Aluízio Alves Filho ficou órfão de pai aos 7 anos de idade, em 1950, dois anos depois de perder também seu avô paterno, o jornalista Mario Alves, que havia sido deputado estadual no Rio de Janeiro e que hoje dá nome a uma rua em Niterói. A perda de seu pai²²¹ levou, segundo o próprio professor Aluízio, a uma perda de status econômico por parte de sua família, obrigando sua mãe, que também já havia perdido seu pai, um operário espanhol que se suicidou após perder a perna em um acidente de trabalho, a ter de trabalhar fora, se empregando como secretária em uma escola para manter seus filhos, com os quais continuou morando na Praça Saens Peña, na Tijuca.

Nesse contexto, o irmão de Aluízio estudou no Colégio Militar, seguindo carreira e hoje sendo um coronel do Exército aposentado. Aluízio, por sua vez, foi estudar em uma escola pública chamada escola Prudente de Moraes, na Tijuca, experiência que deixou uma profunda marca em sua formação. Como o próprio Aluízio explica, ali

com que fui recebido por ambos em sua casa. Antes das entrevistas gravadas, o professor Aluízio ainda conversou por longas horas comigo em cada um dos dias em que nos encontramos, tendo sido não só muito solícito em me contar sobre sua trajetória e a trajetória da disciplina Ciência Política no IFCS, mas inexcedível em atenção.

²²¹ Sobre o seu pai, o professor Aluízio disse ainda: “meu pai eu não vi o suficiente, ele morreu eu tinha 7 anos de idade, eu não tenho uma ideia, tem algumas coisas que eu li, são fragmentos dele, mas acredito que meu pai fosse um homem muito bom, um homem muito bom, porque eu tenho fotografias do enterro dele que me chamam a atenção pela quantidade de corbelhas que colocaram em cima, incluindo coisas populares, porque ele era médico, fazia aquele tipo de atendimento, caridade, e tem um monte de agradecimento: ‘Eternidade Doutor Aluízio’, sei lá.” (ALVES FILHO, 2017)

estudavam não apenas crianças mais pobres, mas também a classe média tijuicana. Contudo, nas escolas públicas de então, as crianças de todas as classes sociais conviviam entre si. Por isso, nos diz Aluísio:

Quem estudava ali, não havia essa distinção, essa divisão de classe, de pobre que vai para escola pública. Era uma classe média tijuicana, e a Tijuca tinha um nível mais alto do que tem hoje em dia, e estudava ali junto com o pessoal do Morro do Salgueiro, então eu tive colegas de turma negros e muito pobres, alguns que são, vamos dizer, até hoje, já se passaram aí 70 anos, mas muitos que foram meus amigos, faz tempo que eu não os vejo, durante muitos anos encontrava alguns. Gentil foi um rapaz que a mãe dele era lavadeira da minha casa e ele almoçava na minha casa, agora ele sumiu, e ele era gari, encontrava ele e falava: “fala Gentil!” E ele: “Luquinha!” Meu apelido! [risos]. Então tinham pessoas, eu acho que aquilo era uma coisa, aquilo me ajudou na minha formação, de não ser... não estou querendo me absolver de preconceito, mas dava uma outra dimensão dessa relação até de classe, de pobreza. (ALVES FILHO, 2017)

Foi deste período da infância a primeira percepção de Aluísio sobre a existência das desigualdades sociais, durante as eleições em 1950. Fascinado com os panfletos das campanhas, para divulgação dos partidos e de seus candidatos, Aluísio perguntou à sua mãe o que era o PTB, sigla do Partido Trabalhista Brasileiro de Getúlio Vargas e de João Goulart. Sua mãe então lhe respondeu que PTB era o partido dos pobres e a UDN, sigla da União Democrática Nacional, o partido dos ricos. Diante da explicação de sua mãe, Aluísio se lembra de ter pensado imediatamente ser a favor dos pobres.

Assim, ambas as experiências, de ter estudado com pessoas de diversas cores e classes sociais, inclusive pobres, e de ter recebido esta explicação sobre tais partidos políticos por parte de sua mãe, levaram Aluísio às suas primeiras reflexões de natureza política e social, ainda na infância. Ao lado de tais experiências, esteve ainda o contato com a literatura adulta de Monteiro Lobato, que conheceu ao receber uma coleção de livros de Lobato de sua mãe, ainda na adolescência. Mesmo sem entender várias coisas, ao ler sobre o Brasil, sobre Prestes e sobre outros assuntos políticos e sociais tratado pelo grande escritor de Taubaté, Aluísio ficou absolutamente marcado por esse contato com tais escritos²²². Tanto que nos diz em seu *As Metamorfoses do Jeca Tatu: a questão da identidade do brasileiro em Monteiro Lobato* que

²²² Sobre essa experiência com a literatura lobatiana, Aluísio Alves Filho escreve em seu *As Metamorfoses do Jeca Tatu: a questão da identidade do brasileiro em Monteiro Lobato*: “Li Monteiro Lobato, pela primeira vez, quando era adolescente. Foi na década de cinquenta. Tenho a vaga lembrança que anteriormente ouvira falar dele. Não me recordo bem se foi num natal ou num aniversário que recebi aquele pacote de livros de presente. Abri-o e encontrei, em 17 volumes, as obras completas de Monteiro Lobato. Não as 17 da série para criança, mas as 17 da série para adultos. Foi a primeira literatura, como direi... reflexiva que caiu em minhas mãos, ou pelo menos a primeira que, sem ser gibi, aguçou realmente a minha

Com Monteiro Lobato tive minha primeira crise de consciência, ao suspeitar que o mundo existia, como fenômeno objetivo, fora de mim, enquanto problema. Durante algum tempo, o meu universo teórico, político e literário limitou-se e esgotou-se nas posturas “lobatianas”; embora a partir delas tivesse captado a “dúvida como método” e, neste sentido, procurasse refletir criticamente sobre suas propostas, problemas e encaminhamento de soluções. Em suma, durante algum tempo, Lobato funcionou para mim como uma espécie de “abre-te sésamo”. Era o meu referencial para pensar as coisas do céu e da terra. (ALVES FILHO, 2003: 21)

Pouco tempo depois, Aluizio foi concluir seu ensino fundamental no Ginário Maracanã, onde sua mãe trabalhava, após passagem pelo Externato São José, que ficava na Rua Barão de Mesquita, e já não existe mais, e seguiu para o ensino secundário no Colégio Santos Dumont, quando teve de interromper o curso para realizar o serviço militar obrigatório, depois do qual começou a trabalhar em uma companhia de seguros, enquanto terminava o secundário concomitantemente e começava a se politizar já depois de maior de idade, se envolvendo com as questões sindicais da sua categoria profissional e com um grupo de amigos que se reuniam na Praça Saens Peña, na Tijuca.

Foi nesse contexto, como um estudante trabalhador, que Aluizio viria a se interessar por cursar Ciências Sociais na universidade, bastante influenciado por uma perspectiva crítica do golpe militar de 1964 e pelo grupo de amigos, que talvez possamos considerar um “grupo de referência” no sentido sociológico do termo, com que se relacionava naquela praça da Tijuca. Após o golpe de 1964, Aluizio narra ter ficado muito desorientado, mas se fazendo uma pergunta: “que diabo de coisa era política, era Brasil?”

Daí para a frente os dias se seguiram, eu fiquei muito desorientado, eu não tinha conhecimento ainda na universidade, tinha alguns amigos na Sulamérica me puxando para o sindicato, estava começando a me politizar, e naquele contexto daqueles acontecimentos é que eu me fiz essa pergunta, de que diabo de coisa era política, era Brasil? (ALVES FILHO, 2017)

Este questionamento e o fato histórico que o originava nas reflexões de Aluizio, o levaram a se interessar pelo curso de Ciências Sociais, encontrando amparo na interlocução dos amigos da Praça Saens Peña, grupo sobre o qual nos diz:

Eu conheci pessoas na praça Saens Peña, o Roque foi a primeira pessoa que eu conheci que era da área de Ciências Sociais, que me explicou o que era isso, me interessei por aquilo, tive um grande amigo ali que era o Norberto Figueiredo, também está em Brasília, um intelectual de ponta, e em pouco tempo nós na praça Saens Peña, aquilo criou um grupo de solidariedade que ficou conhecido, até citado em dissertação de mestrado, artigo, o *Principado*. Era uma brincadeira do Norberto,

curiosidade. Impossível dizer por onde comecei ou quantas vezes reli as mesmas coisas. As ideias contidas naqueles volumes fascinaram-me e, pouco tempo depois, li Os Doze Trabalhos de Hércules, seguido de toda literatura para crianças produzida por Lobato. Acredito que no fim de poucos anos tenha esmiuçado, de cabo a rabo, os escritos do criador do Jeca Tatu. (ALVES FILHO, 2003: 20-21)

que era muito criativo, Norberto que inventou o termo “principado”, que principado era o seguinte: tinha uns velhos, a gente tinha 20 anos, vinte e poucos, e tinha uns velhos conservadores, que eram bem alinhados com a “revolução”, com golpe, e eles sentavam em um banco da praça e a gente cumprimenta, e eles eram bem reacionários, apoiavam aquilo, e o Norberto então dizia que aquilo era o “principado da Baviera”, que apoiava a direita. Aí naquela brincadeira do principado, o nosso era o “novo principado”, então aquilo foi um centro que aglutinou ali na praça Saens Peña mais de 50 [pessoas], me pediram até para escrever sobre o principado, algumas que estão no IFCS, o Valter Duarte foi pessoa que apareceu, que foi do principado, era estudante de medicina, muito novinho, Michel Misse, que veio do Espírito Santo, eu levei Michel para dar aula, levei os dois, quem levou os dois para dar aula pela primeira vez, o Michel Misse eu levei para dar aula em curso e o Valter também, depois para a universidade. Mário Guerreiro, que é da Filosofia ali do IFCS, tem o Augusto que já faleceu, que era muito promissor, Augusto Cerqueira, chegou a ter mais de 50 pessoas ali naquele grupo, de pessoas engajadas em partidos políticos e mais à esquerda ou mais marxistas e até pessoas de direita, que paravam, a gente mudava muito o papo, mas tinham até pessoas de direita que apareciam ali. Foi um grupo que marca até uma época e foi muito importante porque aquilo ali, eu fiz o meu vestibular ali, eu aprendi, eu comecei a ler muitos livros, muita coisa, Norberto foi uma pessoa que me informou muito. De modo geral aquele ambiente foi muito bom para mim e de modo geral para as pessoas, algumas pessoas foram presas, inclusive, daquele grupo, merecia até um mapeamento mais a fundo. (ALVES FILHO, 2017)

De fato, a turma que ficou conhecido como *Principado* marcou época nas Ciências Sociais no Rio de Janeiro, com muitos de seus integrantes vindo a fazer parte do quadro de professores de diferentes departamentos das universidades públicas e faculdades privadas localizadas no Rio de Janeiro, mas não tendo sido ainda objeto de um estudo sistematizado a seu respeito²²³. Mas se tratava, como evidencia a citação acima do professor Aluizio, de um grupo de jovens rapazes identificados com diferentes orientações no espectro da esquerda, que se reunia na Praça Saens Peña, em frente ao Café Palheta, para conversar sobre política, cinema, literatura, etc.

Outro dos entrevistados que fez parte do *Principado*, o professor José de Britto Roque, nos contou a respeito do surgimento deste grupo, que tudo começou quando ele e outros jovens iam aos cinemas da Praça Saens Peña, onde viam filmes de diretores como Fellini, Antonioni, Bergman e outros, franceses, italianos e russos, desde antes do golpe militar de 1964. Em uma das idas de Roque à praça, ao tomar um café no Café Palheta após a exibição de um filme, antes de pegar o bonde para voltar para sua casa, na região

²²³ O que existe é a dissertação de Alejandro Hugo Cepeda (1995) em que este, ao tratar das Ciências Sociais no Rio de Janeiro entre 1977 e 1987, acaba entrevistando e citando alguns dos ex-integrantes do *Principado* que depois formaram o *Socii*, outro coletivo que marcou as Ciências Sociais no Rio de Janeiro, que também citaremos nesta tese, mas composto por integrantes que também não tinham feito parte do Principado. Não encontrei, aliás, em Cepeda (1995) referência à denominação “principado”.

da Praça Onze, ele conheceu um rapaz de vinte e poucos anos que conversava com vários grupos que se encontravam ali na praça, Norberto Figueiredo, que se dirigia inclusive aos grupos de homens mais velhos que ali se reuniam. Ao puxar assunto com Norberto, logo começaram a conversar sobre livros de Erich Fromm e se tornaram amigos, selando a amizade em um episódio em que Roque foi defendido por Norberto diante de um grupo de jovens anticomunistas que o atacavam ali no Café Palheta, o livrando de uma agressão.

Com isso, Roque e Norberto começaram a se encontrar nos bancos da Praça Saens Peña, após a exibição de algum filme, e a conversarem, agregando novos amigos às conversas. Um desses amigos foi o Aluízio, que nos disse, sobre o Café Palheta:

O Café Palheta era o ponto de encontro e o Café Palheta tinha o seguinte, ele tinha uma sinuca em cima, tinha um bilhar, uma sinuca em cima e naquela época também a sinuca era um ponto de encontro, o Café Palheta, o nosso escritório eram os bancos da praça Saens Peña e eu assisti grandes partidas e joguei ali, eu jogava pouco, mas grandes partidas de sinuca, eu vi os grandes jogadores, eu vi o maior mito da sinuca brasileira de todos os tempos, é um baixinho chamado Carlinhos Freitas, eu vi muito Carlinhos Freitas jogar ali, conhecia bem ali. Foi um espaço muito interessante. (ALVES FILHO, 2017)

Motivado pelos amigos do *Principado*, especialmente por José de Britto Roque, que cursava Ciências Sociais na Universidade do Estado da Guanabara (UEG), que se tornaria a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) anos depois, e pelos acontecimentos políticos do país, Aluízio terminou o curso secundário e prestou o vestibular para o curso de Ciências Sociais, optando por estudar na Universidade Federal Fluminense, onde ingressou em 1967, em vez de optar pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, porque nesta universidade “todo mundo era preso, todo mundo respondia a inquérito, era uma coisa horrorosa” (ALVES FILHO, 2017). Na Universidade Federal Fluminense, Aluízio teve como primeiro professor de Política o professor José Nilo Tavares, de quem viria a se tornar um grande amigo, e como professor de Sociologia o professor Ronaldo Coutinho, de quem foi monitor. Ambos professores o maracariam para sempre e seriam a Ciência Política e a Sociologia as duas disciplinas das Ciências Sociais a que se dedicaria:

Eu não tinha uma preferência entre Sociologia ou Ciência Política, até porque o mercado de trabalho gera um problema complicado, o mercado de trabalho de Ciências Sociais, e o de Sociologia era muito maior do que o de Ciência Política. Eu, na verdade, eu tinha uma admiração por pessoas como José Nilo, Francisco Ferraz, mais pelo José Nilo, por Ronaldo, que era sociólogo, Ronaldo Coutinho. Eu fui mais optado do que optei, eu fui mais para o IUPERJ fazer mestrado e sei lá porque que eu botei, podia colocar, inclusive, durante muito tempo, dei aula de Sociologia, venho dar mais aula de Sociologia do que Ciência Política. Minha opção foi por Ciências Sociais, a minha opção foi por duas perguntas, uma era política e outra que eu sempre

acho que isso é uma coisa que me acompanha até hoje, essa pergunta de entender, pegar a frase do Montesquieu, “leis são relações necessárias que derivam da natureza das coisas”. Eu até sem ter muita ideia clara disso, mas eu estava procurando entender como eram as coisas e aquele enigma, então eu achei que na Sociologia, nas Ciências Sociais, eu encontrava isso. Minha procura era bem política e eu nunca tive uma divisão muito clara, eu digo que eu não tenho até agora essa divisão muito clara. (ALVES FILHO, 2017)

Como dito na citação acima, após a graduação, Aluizio viria, porém, a fazer o mestrado em Ciência Política no IUPERJ, e se tornaria professor de Ciência Política do IFCS, com uma experiência prévia no magistério ao atuar como professor de cursinhos pré-vestibulares. Será, no entanto, já como professor no ensino superior que Antônio Celso o conhecerá e que Aluizio irá para o IFCS. Para conhecermos a relação entre essas experiências – o mestrado, o magistério e a ida para o IFCS – na trajetória de Aluizio Alves Filho, trataremos desse período de sua vida na próxima seção.

11.5. Aluizio Alves Filho e o magistério: da Barca Rio-Niterói ao IFCS

Como estudante de Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense, em Niterói, Aluizio ia e voltava da universidade utilizando as chamadas Barcas Rio-Niterói, que atravessam a Baía de Guanabara entre uma cidade e outra. Um dia, em uma dessas barcas, começou a se questionar sobre as oportunidades que o curso lhe daria e a se entristecer diante das dificuldades financeiras que já enfrentava, tentando pensar em alternativas de trabalho.

Foi aí que se deparou com um colega de turma chamado Ari que lhe indagou o motivo de estar triste. Ao ouvir de Aluizio que ele queria arrumar um trabalho, Ari lhe perguntou se ele sabia dar aula, pois queria largar uma turma e poderia lhe passar, em um cursinho preparatório em que lecionava História, do tipo conhecido como “Artigo 99”²²⁴. Aluizio demonstrou interesse e dias depois, naquele ano de 1969, entrava em sala de aula para dar aulas de História no lugar de Ari, após preparar suas primeiras aulas com a ajuda de Norberto, do *Principado*.

Ao começar sua primeira aula, ainda tímido e temeroso, Aluizio foi ficando mais à vontade e, em quinze minutos, segundo ele, já estava lecionando com total desenvoltura. Os alunos gostaram de sua aula, os colegas professores passaram a conhecê-lo e, pouco tempo depois, foi levado para lecionar em cursinhos pré-vestibulares, chegando a trancar

²²⁴ “Artigo 99” eram cursinhos preparatórios para pessoas que, após evasão escolar, fariam uma prova visando obter o certificado de conclusão dos estudos escolares, algo talvez semelhante ao que mais tarde ficou conhecido como “curso supletivo”.

o curso de Ciências Sociais por um semestre para dar conta dos compromissos profissionais: “e ali eu descobri que aquilo ali eu sabia fazer, a primeira coisa que eu descobri na minha vida que eu sabia fazer foi dar aula” (ALVES FILHO, 2017).

Consciente de que tinha uma profissão – a profissão de professor, tão pouco referida por professores universitários de Ciências Sociais, que se identificam mais como sociólogos, antropólogos ou cientistas políticos, e menos como professores – Aluizio decidiu cursar o mestrado. Segundo ele:

Eu fiz mestrado porque eu queria seguir, “eu tenho uma profissão de professor”, para entrar nisso, de sair de vestibular e entrar eu preciso o quê? Entrar para o mestrado. Foi aí que eu fui para o mestrado. Eu não fui para o mestrado e depois para a universidade. Eu vim de cursinho, eu sou um professor de *school*, fui dar aula em um colégio, fui dar aula em coleginho nesse período, dei aula em cursinho, em cursão, entrei no mestrado em função disso. (ALVES FILHO, 2017)

Aprovado em uma das primeiras colocações no processo seletivo do já prestigioso IUPERJ, Aluizio não conseguiu bolsa de estudos, que foram destinadas a outros aprovados. Preocupado em ter de largar os empregos como professor de pré-vestibulares para se dedicar ao mestrado, ele e outros candidatos sem bolsa foram ao IUPERJ e lá receberam a atenção do diretor na ocasião, Onir, que ficou de lhes conseguir uma bolsa de pesquisa, mas acabou lhes indicando para lecionarem na Cândido Mendes, faculdade privada a que o IUPERJ se vinculava. Pouco tempo depois, foi indicado também pelo seu ex-professor Ronaldo Coutinho para assumir vagas nas faculdades Estácio de Sá e Gama Filho, no lugar da professora Ana Maria Castro, que passara em um concurso para a Universidade Federal Fluminense.

Com isso, em pouco tempo Aluizio se tornou professor de três faculdades privadas do Rio de Janeiro, enquanto cursava seu mestrado em Ciência Política no IUPERJ, a partir do início da década de 1970. No IUPERJ, foi aluno de Wanderley Guilherme dos Santos, César Guimarães e foi orientado por Pedro Demo ao elaborar sua dissertação, *Fundamentos Metodológicos e Ideológicos do Pensamento Político de Oliveira Vianna*, que defenderia em 1977, sem considerar que tenha sido um “iuperjiano”. Sobre este período e as oportunidades que, contraditoriamente, o regime militar acabou abrindo para jovens egressos dos cursos de Ciências Sociais, Aluizio nos disse:

Na Ditadura, vou pegar aqui uma ironia maquiavélica, ela fez, por exemplo, para a minha geração, ela fez aqui o seguinte, primeiro ela cassou os professores que estavam na universidade, ela abriu emprego, ela cassou os professores. Segundo lugar, abriu uma coisa que não existia, qualificação acadêmica, nós passamos a ser um diferencial, nós, estou dizendo, que fomos para o mestrado. Tinham os outros e nós: “ih, aquele cara está fazendo mestrado”. E a política do governo na Ditadura

foi abrir escola, faculdade particular, abriram na época loteria esportiva e faculdade, as loterias esportivas faliram, as faculdades foram melhor, ficaram ricas, elas aumentaram. Então surgiu, ao contrário do que era a previsão, um mercado de trabalho para quem era professor qualificado, e eu era um professor, modéstia à parte, de nível e, aquilo que eu te disse, eu sei falar, sei organizar meu pensamento. E, vamos dizer, tinham vagas, escola nova e qualificação. Eu tinha, quer dizer, era uma coisa maluca, aquela repressão, mas arrumar emprego de professor de Ciências Humanas era muito fácil, muito fácil se você fosse, vamos dizer, se soubesse dar aula, se fosse, sei lá, se tivesse uma qualificação. Mestrado valia ouro! Não existia, ninguém era doutor. (ALVES FILHO, 2017)

Tratava-se de um período em que estar matriculado em um curso de mestrado já representava um prestígio para jovens professores e Aluizio satisfazia não só este critério como tinha uma dedicação ao magistério. Foi em uma dessas faculdades privadas que, como vimos acima, Antônio Celso lhe viu e o convidou para lecionar no IFCS, mediante aprovação em um processo seletivo, em 1976, um local onde muitas pessoas não queriam ou não podiam lecionar naquele momento:

Eu vou para o IFCS em 1976. Estou precisando bem. Você observa o IFCS, a antiga Faculdade Nacional de Filosofia tinha sido literalmente retalhada, varrida pela Ditadura. Todos os alunos foram ouvidos em inquéritos, tem uma lista de professores que foram cassados em 1964 e depois em 1968. Tinha gente que não queria ir para a Universidade Federal [do Rio de Janeiro]. (...) O Antônio Celso, conheci o Antônio Celso na Gama Filho. O Antônio Celso trabalhava na época na Gama Filho, na Estácio de Sá. Um dia eu cheguei, acho que na Estácio de Sá, na sala dos professores e o Antônio Celso me falou assim: “você está fazendo mestrado em Ciência Política né?”. “É”. Ele diz assim: “vai ter uma vaga no IFCS”, que é esse camarada de que esqueci o nome, um europeu que estava indo embora, “vai abrir a vaga”, era uma vaga nessa no início de... não era concurso público, era uma vaga dessa de substituição, depois que abriram o concurso, e eu então, aí eu fui, nesse concurso tinha, não fui eu sozinho, não: tinha 4 candidatos. A banca era o Antônio Celso, a banca era os três, que eram Antônio Celso, Chico Ferraz e esse que foi embora, que estava abrindo a vaga. Tinham quatro pessoas que apareceram e eu, sei lá, eu entrei. Assim que entrei no IFCS foi bem, eu estou dizendo para você, se eu não me engano, 1976. Foi dessa maneira que eu apareci ali. Agora essa turma daí, tem essa turma, sei lá, eles não fizeram isso, não tinha nem seleção, botava, colocava. E uma coisa para você entender também é que as pessoas da área preferiam ir para o IUPERJ, para mestrado, eles tinham medo de graduação. Primeiro que era muito o risco de ser preso. Tem essa história do medo, dar aula na Universidade Federal era perigoso. Uma vez como aluno eu já fiquei cercado na Fluminense, na Reitoria, com polícia em volta. Eu já tive, do IFCS, de eu chegar ali, saltar no Largo de São Francisco, o cara me buzinar lá na esquina: “não entra não que a polícia cercou”. (ALVES FILHO, 2017)

Como professor no IFCS, Aluizio conheceu um clima a que não havia sido submetido como aluno na Universidade Federal Fluminense. Não foi preso, mas, segundo conta, soube de professores que sofreram até mesmo violência física naquele contexto do regime militar. Com o apoio de Antônio Celso, entretanto, Aluizio ainda levaria para

lecionar no IFCS outros amigos que faziam parte do *Principado*, como Valter Duarte Ferreira Filho, que lecionaria Sociologia no IFCS até o final da década de 1980, quando passaria a lecionar Ciência Política, e José de Britto Roque, que lecionaria justamente Ciência Política, ambos vinculados à esquerda na ocasião da ida para o IFCS.

11.6. Aluizio Alves Filho sob os (des)caminhos da política

No IFCS, Aluizio Alves Filho esteve sob os (des)caminhos da política desde o início de sua atividade no magistério da Ciência Política, mas também em outras experiências que teve durante os anos de sua dedicação à UFRJ, como a sua ida como assessor para o CNPq, assessorando José Nilo Tavares. Nesta seção, trataremos de sua atuação como professor de Ciência Política do IFCS e também de tais experiências.

Foi como aluno de Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense que Aluizio Alves Filho soube do AI-5 e do Decreto 477. Em relação ao AI-5 nos contou que

Aquele dia eu peguei a barca, a gente ia de barca para Niterói, comprei o *Jornal do Brasil*, como eu fazia tradicionalmente, cheguei ali na barca, quando abri o *Jornal do Brasil*, levei um susto, era notícia da primeira página, era 13 de dezembro, o dia do AI-5. Levei um susto quando eu li aquela manchete do que tinha acontecido no Brasil, inclusive o *Jornal do Brasil* com muita sagacidade colocou na primeira página, veio escrito uma coisa assim, tinha chovido em Brasília, então botaram: tempestade... botaram uma chamada irônica... [risos] trovoadas em Brasília, e embaixo vinha a notícia, eu li aquilo, você imagina, dentro de uma barca, descubro o buraco em que o Brasil estava metido, inclusive professores que costumavam comparecer a esse grupo de estudos realizados aos sábados estavam na lista dos professores [cassados]. (ALVES FILHO, 2017)

Quase dez anos depois, já como professor do IFCS, em 1977, ainda se vivia nesta instituição, em suas palavras, um “clima de repressão, de terror”, em que colegas e alunos ainda eram presos e em que ainda havia a figura da chamada “tia” Irene e de Eremildo Vianna como professor do Departamento de História, com quem Aluizio teve de conviver na Congregação do IFCS, onde era representante dos auxiliares de ensino:

Eu era o representante ali, eu sentei em frente ao Eremildo, aquela mesa da congregação, que era no gabinete do diretor, no terceiro andar. Imagina, eu era uma pessoa, um mero auxiliar de ensino, sem estabilidade nenhuma em um momento daquele, e o Eremildo era o todo poderoso, eu tinha medo, todo mundo tinha medo do Eremildo. Ele tinha uma pessoa, que ele mandava, algumas pessoas... você dava aula e não podia deixar nada escrito no quadro, tinha uma pessoa, “tia” Irene, que os alunos apelidaram de “tia” Irene, que dizem que era paga pelo Eremildo, que era para ela anotar... se esquecesse na sala de aula “Marx”, ela anotava e dava para o Eremildo, ela anotava mesmo, fingia que estava varrendo o corredor. Você perguntava: “que é isso aí, tia Irene?” (...) Mas a barra dali ela era muito pesada, era muito pesada. Tem muitos acontecimentos de pessoas presas, de alunos e de professores chamados para depor, o vice também era de direita, era Eduardo Prado, tão bom filósofo, de direita, professor Celso Lemos, o

IFCS era violentamente controlado por uma direita, e houve um momento que o IFCS foi fechado, alunos foram suspensos, [José Paulo] Bandeira foi suspenso, ele era aluno e foi suspenso nessa época (ALVES FILHO, 2017)

Os programas das disciplinas de Ciência Política já se encontravam elaborados e continham uma literatura muito focada em teoria política, incluindo Marx, até uma Ciência Política mais “iuperjiana”, com cariz norte-americano:

Durante um bom tempo a Ciência Política foi Antônio Celso, Ferraz e eu, nos dávamos bem, mas especificamente no programa de Ciência Política eu já encontrei um programa formalmente feito. Esse programa está bem modificado hoje em dia, era um programa dali, vamos dizer, que era de teoria política, mais ou menos [Teoria Política] I e [Teoria Política] II – ou I, II e III – que era aquela dos gregos até os iluministas, até Rousseau, os contratualistas, Hobbes, Locke, Rousseau, não mudava muito aquilo ali, pegava Marx, Weber e Pareto, dava-se Marx dentro daquilo ali, depois vinha um curso que pegava muito a Sociologia funcionalista, que estava muito na moda, eram livros... muitos traduzidos, da Zahar, alguns até traduzidos pelo Eurico [de Lima Figueiredo]. Estava bem na moda de uma Ciência Política que chegava aqui, Antropologia era culturalista e a Ciência Política ela era bem funcionalista, a nova, moderna Ciência Política, aquele Robert Dahl. Eu diria, aí eu tenho que concordar, porque eu estive no IUPERJ, que mudanças elas vinham mais pelo IUPERJ, que o IUPERJ tinha ali, com financiamento muito colado nos Estados Unidos e na *Ford Foundation*, e depois sobretudo do governo Jimmy Carter, eles tinham um projeto de volta à democracia, os direitos humanos, então o IUPERJ ele tinha mais uma novidade. O IFCS se manteve bem ao nível... se fugia muito de discussão de Brasil, aliás, isso era uma constante nas Ciências Sociais, esse período se voltou muito para os clássicos, existiam cadeiras, mas eram de menor envergadura e ainda não tinha nascido nessa época, o que veio mesmo com o aumento dos mestrados, o aparecimento dos doutorados, de matérias muito, vamos dizer, pontuais, de cursos muito pontuais, como é na universidade os cursos de Ciências Sociais hoje em dia. (ALVES FILHO, 2017)

Por isso, Aluizio Alves Filho define o clima do IFCS daquele seu início no magistério neste instituto como “um clima de tensão e era um clima, vamos dizer assim, mais de teoria do que de uma discussão sobre conjuntura e sobre realidade brasileira” (ALVES FILHO, 2017), o que difere do que vimos, por exemplo, dos programas de Victor Nunes Leal, e que nos permite inferirmos que o regime militar acabou levando a este tipo de abordagem menos comprometida com a análise da realidade brasileira e mais voltada para clássicos da teoria política, diante do medo da repressão. Não à toa, alguns dos professores cassados com base no AI-5 eram grandes intérpretes da realidade brasileira, como Josué de Castro, no caso da UFRJ, e Florestan Fernandes em São Paulo. Esta orientação mais teórica também difere do tipo de pesquisa politológica que havia sido realizada no extinto ICS – Instituto de Ciências Sociais. Por isso, assevera Aluizio:

Eu diria que as mudanças que ocorreram na universidade, entre elas a Ditadura militar, porque a Ditadura militar que botou esses professores para fora, essa Ditadura militar formou uma geração, eu diria, que se não tivesse havido o golpe quem estaria no IFCS seriam outras pessoas, o IFCS seria uma geração, estou especulando, teria um professorado e uma opção bem mais à esquerda do que teve, eles caparam muito isso daí, caparam muito isso. Eu nunca fui uma pessoa radical, chegou um momento que era a pessoa mais radical que tinha, era eu. Eu sofri perseguições monstruosas no IFCS. (ALVES FILHO, 2017)

Sobre perseguições sofridas, Aluizio cita episódios em que veio a sofrer represálias, como a ocasião em que apoiou a ida de José Nilo Tavares para o IFCS, que não foi concretizada, a ocasião em que não votou na punição de alunos considerados subversivos e na ocasião de ter feito críticas à *Ford Foundation* dentro do IFCS, quando a fundação exercia importante papel de financiamento de pesquisas no instituto.

Com esse ambiente, o IUPERJ cresce em um, nas palavras de Aluizio, “vazio de repressão das universidades públicas” (ALVES FILHO, 2017), nas quais passa a haver um foco no ensino, sem adequadas condições de pesquisa, nem mesmo a mais básica liberdade de pensamento, que havia no IUPERJ, originando, nas universidades públicas, a figura do chamado “professor auleiro”, sobre a qual nos diz o professor Aluizio que

Durante muitos anos a universidade foi mais centrada, tem até essa gíria de [professor] “auleiro”, ela foi a mais centrada em aula do que em pesquisa, eu diria mesmo que essa geração que precede a minha, essa cassada, essa grande geração de Costa Pinto, Josué de Castro, Arthur Ramos, essas pessoas, eles eram mais pesquisadores por conta própria do que por compromisso profissional. Eles não tinham uma produção, [não tinham] que apresentar uma pesquisa, eles não tinham uma dedicação exclusiva, um contrato de Dedicção Exclusiva, eram mais, vamos dizer, esforços individualizados. Eles arrumavam dinheiro mais enquanto eles pessoas, enquanto eles pesquisadores.

Além disso, os cursos pré-vestibulares também estimularam uma geração de professores com foco em aulas – geralmente excelentes aulas, segundo os próprios alunos – e sem a mesma relação com a pesquisa em suas respectivas disciplinas, e com o sentido que as pesquisas foram passando a ter da década de 1980 em diante:

O grande professor era quem sabia dar aula. Daí até porque o vestibular na época, com a crise na universidade, com a Ditadura na universidade, o vestibular na época era uma coisa fundamental para você entrar na faculdade, todos os vestibulares tinham cadeiras como História, então professores que foram afastados da universidade se tornaram grandes estrelas no vestibular, a maior delas no campo da História era o professor Manoel Mauricio, que era um professor da Universidade Federal [do Rio de Janeiro], começa mais ou menos meio monarquista, vai crescendo e, vamos dizer, se torna Manoel Mauricio, se torna famoso mesmo dando aula no vestibular. E vestibular na época, por exemplo, em que eu estou dizendo que comecei, para você ganhar dinheiro era melhor você trabalhar no vestibular do que na universidade. Agora, no vestibular você era “auleiro”, você dava duzentas mil aulas. Agora, era bem remunerado, era bem pago. E vamos

dizer que tinha aluno adoidado no vestibular e a universidade era um trocado, os contratos não eram bons, entende? Então a aula na minha vida, eu entrei nisso mais como... com muito tempo é que eu fui... Se você observar até, eu e a minha geração, você tem pessoas que foram meus professores que não produziram porra nenhuma. Eu, por exemplo, comecei na universidade em meados da década de 1970, a primeira coisa que eu publiquei, eu tive sorte, eu publiquei uns artigos na revista Estácio de Sá, uma coisa que eu publiquei foi esse *Manuel Bomfim [Pensamento Político no Brasil – Manuel Bomfim: um ensaísta esquecido]* em 1979. Se você pegar, uma coisa muito pequena, isso daí lá no fim dos anos 1980 que isso começa a ser mais cobrado, começa mais frequente. Então eu diria que a aula para mim ela foi uma coisa absolutamente fundamental, eu sempre vivi muito mais de apoio de aluno por onde eu passei, eu vivi muito mais de apoio de aluno. (...) Eu sou muito mais aquilo que na gíria já foi até chamado de “auleiro”, do cara querer me desqualificar também: “o Aluízio, mas ele é auleiro”. “Auleiro” que o cara diz é quem sabe dar boas aulas, mas que não é um pesquisador, é mais ou menos estereótipo assim. (ALVES FILHO, 2017)

Contudo, como trata Cepeda (1995) em sua dissertação e como o professor Aluízio evidencia na citação acima, existiam esforços de pesquisa, muitas vezes vinculados à realização da pós-graduação, e de publicação por parte dos professores de universidades como a UFF ou a UFRJ, fora do circuito das grandes editoras que publicavam obras de Ciências Sociais – como a Zahar ou a Vozes – e fora do âmbito restrito dos programas de pós-graduação como o IUPERJ e o Museu Nacional. Exemplo disso é o ensaio de sua autoria, citado pelo próprio professor Aluízio no trecho destacado acima, *Pensamento Político no Brasil – Manoel Bomfim: um ensaísta esquecido* e outros ensaios publicados pelo que hoje chamaríamos de um *coletivo*, o *Socii*, em parceria com a Achiamé na coleção *Textos Paralelos*²²⁵.

Aliás, a própria necessidade de uma estratégia para se pesquisar e se publicar, algo que ainda existe nos dias de hoje, é uma das expressões de (des)caminhos da política, sem uma eficiente política pública de estímulo à pesquisa e a publicações, que corresponde também a uma disputa no campo das Ciências Sociais, em que algumas fundações de amparo à pesquisa e editoras privilegiam alguns programas de pós-graduação, seus docentes e seus egressos.

Com o fim da ditadura militar, este tipo de (des)caminho da política passou a interferir muito na trajetória de professores de Ciências Sociais, quando não é mais a repressão por parte dos militares que representa um obstáculo para muitos deles, mas a própria dinâmica do campo das Ciências Sociais, com a disputa pelo monopólio do capital simbólico deste campo por parte de alguns agentes (BOURDIEU, 2013).

²²⁵ Sobre essa experiência editorial interessantíssima, ver Cepeda (1995) e os livros editados pela associação Socii com a Achiamé, dentre os quais o ensaio de Aluízio Alves Filho (1979) é um excelente exemplo.

Este tipo de dinâmica atingiu também o professor Aluízio em pelo menos duas circunstâncias que podem ser mencionadas antes de encerrarmos esta seção a seu respeito, e que representam os (des)caminhos da política o atingindo de alguma forma: as disputas em torno do monopólio da pós-graduação no IFCS e as disputas em torno do CNPq que o atingiram no momento em que foi assessor de José Nilo Tavares, quando este professor de Ciência Política da Universidade Federal Fluminense foi diretor nesta instituição.

Sobre as disputas pelo monopólio da pós-graduação no IFCS, vale citarmos que, segundo alguns entrevistados, o atual Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do IFCS surgiu como um curso de especialização ou aperfeiçoamento multidisciplinar do instituto, que congregava professores das três áreas: Sociologia, Antropologia e Ciência Política, montado por professores das três áreas, com Aluízio e Antônio Celso representando a Ciência Política na montagem deste curso. Após tal curso funcionar por algum tempo, foi transformado em um mestrado, mais uma vez com Aluízio e Antônio Celso participando de sua montagem, mas que logo se tornou uma pós-graduação apenas voltada para a Sociologia e a Antropologia, sem a participação dos professores da área de Ciência Política do Departamento de Ciências Sociais do IFCS. Esse movimento ensejou a criação do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRJ um pouco depois, que teve uma vida curta e que foi descredenciado pela CAPES.

Sobre as disputas em torno do CNPq, Aluízio nos conta que em 1986, com o fim do regime militar no ano anterior, José Nilo Tavares foi nomeado e empossado diretor do recém-criado Centro de Ciências Humanas (CCH) do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq). Em julho de 1986, já ocupando tal cargo, José Nilo procurou Aluízio para trabalhar com ele em Brasília:

José Nilo estava tenso, fora de sua tranquilidade habitual. Sua nomeação desagradara o segmento mais conservador no mandarinato acadêmico da área das Ciências Sociais. A República apresentava-se como nova, mas o mandarinato era velho. Constituíam-se, em grande maioria, tanto por profissionais que hoje enchem a boca para falar em “anos de chumbo” e que na época do regime de exceção eram de um silêncio sepulcral, quanto por outros que recentemente aderiram às teses da modernidade neoliberal. José Nilo solicitava-me, como amigo, que aceitasse o convite, pois precisava ter assessores de sua absoluta confiança, tendo em vista o tipo de oposição que mal empossado começava a sofrer por parte do referido mandarinato. Este mostrava-se desesperado por ver à frente do CNPq, uma das principais instituições de financiamento de pesquisas no país, um homem que era adversário do conservadorismo, da política de conchavos e do reacionarismo. José Nilo era atacado de forma torpe, por mandarins das Ciências Sociais, nas páginas de jornais influentes. Também circulavam, no metier, documentos contendo inverdades que procuravam denegrir a sua imagem. Audiências eram solicitadas ao ministro Renato Acher (Ciência e Tecnologia) para pedir a sua cabeça. Frente a esse quadro,

não podia recusar a solicitação do amigo. Assim, em agosto, requisitado à Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde também leciono, rumei para o CNPq, em Brasília. (ALVES FILHO, 2000: 22)

Aluízio Alves Filho trabalhou com José Nilo Tavares no CNPq de agosto de 1986 até o início de 1988, quando José Nilo deixou o cargo e Aluízio voltou ao IFCS. No CNPq, segundo Aluízio, José Nilo conduziu o cargo democraticamente, suportando estoicamente os ataques sofridos e resistindo a eles²²⁶. Mas a existência de tais ataques nos mostra os (des)caminhos da política para além do regime militar, sob os quais estiveram também os professores de Ciência Política da geração que enfrentou este regime.

Depois da experiência no CNPq, Aluízio cursou seu doutorado em Sociologia/Estudos Comparados sobre a América Latina e o Caribe na Universidade de Brasília, em parceria com a FLACSO, entre 1991 e 1994, sob orientação da professora Lia Zanotta Machado, e defendeu a tese *Um Estudo Comparativo sobre a Construção da Identidade da América Latina nos jornais A Folha de São Paulo e O Clarin de Buenos Aires*, em 1997, ainda atuando por mais dez anos como professor de Ciência Política do IFCS depois disso, onde foi inclusive o coordenador do PPGCP da UFRJ, extinto.

Considerando as más experiências no IFCS nessa dinâmica das disputas simbólicas dentro do campo das Ciências Sociais (BOURDIEU, 2013), Aluízio resolveu se aposentar antes da aposentadoria compulsória, e continuar lecionando na PUC-Rio, onde ainda na ocasião da entrevista, aos 75 anos, seguia lecionando. Tendo marcado o IFCS em seus cerca de 30 anos de magistério em Ciência Política naquele instituto, especialmente na sua participação no recrutamento de novos professores da disciplina junto ao professor Antônio Celso Alves Pereira, e tendo sido marcado pelo instituto, sua trajetória nos mostra não uma exceção no que diz respeito às dificuldades enfrentadas em sua carreira, sob diversos (des)caminhos da política, mas um ambiente de dificuldades que foi enfrentado por todos os seus colegas de geração que lecionaram Ciência Política no IFCS, especialmente seus amigos do *Principado* que para lá foram por seu intermédio.

²²⁶ No artigo em que conta sobre esta experiência, *José Nilo Tavares e a Coerência de Propósitos* (ALVES FILHO, 2000), Aluízio Alves Filho explicita ainda a importância de José Nilo Tavares em sua trajetória e de sua geração, ao dizer: “Conheci Jospe Nilo na segunda metade da década de 60, quando, pela primeira vez, fui seu aluno no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense. José Nilo foi meu primeiro professor de Ciência Política. Tempos bicudos, tinha que se ter coragem para respirar o clima dos cursos de Ciências Sociais naquela época. Perseguições a professores e a alunos eram frequentes, mormente após a decretação do AI-5, em 1968. José Nilo, seja pela densidade teórica de suas aulas, seja pela paixão com que defendia a democracia e o socialismo marcou profundamente minha geração universitária. Muitos, como eu, optaram por profissionalizar-se no difícil campo da Ciência Política, bastante influenciados pelo exemplo que José Nilo nos dava. (ALVES FILHO, 2000: 22)

Dois dos egressos do Principado que foram levados por Aluízio Alves Filho para o IFCS também foram entrevistados por mim e sobre eles discorreremos nas próximas seções.

11.7. Valter Duarte Ferreira Filho do *Principado* ao IFCS²²⁷

Um dos amigos de Aluízio Alves Filho, da turma do *Principado*, que se tornaria professor de Ciência Política do IFCS, onde começou como professor de Sociologia na década de 1970 através de Antônio Celso Alves Pereira, a quem foi apresentado por Aluízio, foi Valter Duarte Ferreira Filho, sobre quem trataremos nesta seção, uma vez que sua trajetória permite compreendermos como se deu o recrutamento de alguns docentes do IFCS naquela década e aspectos de suas trajetórias.

Nascido em 09 de maio de 1949, filho de uma costureira e de um polidor de joias, Valter Duarte cresceu morando com seus pais em diversas residências na cidade do Rio de Janeiro, desde um quarto em casa de cômodos até um apartamento na Tijuca, passando por uma casa na subida do Morro do Barroso e um quitinete na Rua Leandro Martins, no Centro da cidade, atrás do prédio de uma unidade do Colégio Pedro II ali existente, colégio, aliás, do qual foi aluno²²⁸ antes de ingressar na universidade.

Já rapaz, Valter Duarte passou a residir, porém, em uma república de estudantes e a estudar Medicina na atual UERJ, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, curso no qual não se sentiria bem, mas que levaria adiante até concluir, tendo sido sua graduação em Medicina o momento em que passou a se interessar por política²²⁹.

²²⁷ A presente seção foi escrita sobretudo com base na entrevista que muito gentilmente me concedeu o professor Valter Duarte Ferreira Filho em 16 de maio de 2017 em sua residência, na Tijuca, Rio de Janeiro, além de consulta ao memorial que apresentou em concurso público realizado em 2011 pelo Departamento de Ciência Política do IFCS da UFRJ para vaga de professor titular para o setor *Estado, Políticas Públicas e Política Internacional*, em que foi aprovado em segundo lugar.

²²⁸ A experiência de Valter Duarte como aluno do Colégio Pedro II entre 1960 e 1966, depois de ter estudado na escola Vicente Licínio Cardoso, é tão importante em sua trajetória quanto traumática e pode ser melhor conhecida, em parte, através do seu artigo *Colégio Pedro II Internato – 1960* (FERREIRA FILHO, 2017). Neste artigo, Valter Duarte nos conta que estudava na unidade do colégio onde funcionava seu internato, no bairro de São Cristóvão, apesar de morar tão próximo da sede do colégio, que ficava na Avenida Marechal Floriano, onde hoje funciona seu *Campus Centro*. E nos conta também como foram violentos o trote que sofreu por parte dos alunos veteranos, as provocações e rivalidades por parte de outros alunos, as brutais e frequentes brigas que delas decorriam, o contato com alguns inspetores, as punições recebidas pelo colégio, etc. Para se livrar de tanta violência, Valter diz ter aprendido a ser bagunceiro e “esporrento”, tendo perdido as contas de quantas vezes foi obrigado a brigar, sentindo o colégio interno mais como uma prisão do que como uma escola, o que, entretanto, não tirou dele a qualidade como aluno, nunca tendo sido reprovado nem ter ido para exames de segunda época. (FERREIRA FILHO, 2017) Ao final da segunda série do curso científico, porém, punido com o impedimento de renovar matrícula no ano seguinte, Valter foi estudar no externato, na Avenida Marechal Floriano, quando considerou melhor aproveitar uma bolsa que recebeu para estudar em um colégio privado e saiu do Colégio Pedro II para, poucos meses depois, se tornar estudante de Medicina da Universidade do Estado da Guanabara (UEG), hoje UERJ.

²²⁹ Quando adolescente, Valter Duarte não se interessava muito por política. Como exemplo disso, é

Afinal, em 1967, ano de seu ingresso em Medicina, acabou se encontrando com a turma do *Principado*, que se reunia na Praça Saens Peña, formada predominantemente por estudantes de Ciências Sociais, História e Filosofia, e veio a fazer parte do PC do B, o Partido Comunista do Brasil, dissidência do PCB²³⁰. Do pessoal do *Principado*, quando o entrevistei, se lembrou de amigos como Aluízio Alves Filho, José de Britto Roque, Norberto Figueiredo, Mário Guerreiro, Augusto, Michel Misse, Renato Lessa, Patrick Burglin e Bruno Trombeta, mas ressaltou que tinham várias outras pessoas, que ficavam discutindo sobre política pelos bancos daquela praça quase todas as noites. Foi em uma dessas discussões que foi convidado para o PC do B, no qual entrou em 1969.

No partido, começou a estudar o pensamento marxista, se interessando ainda mais pelas Ciências Sociais. Porém, acabou sendo preso em 1972, passando um mês detido e dois anos sob controle depois da prisão. Formado em Medicina em 1973, contudo, voltou a rever matérias de vestibular e, pouco depois, em 1975, prestou o vestibular e ingressou no curso noturno de Ciências Sociais da UERJ, para poder trabalhar durante o dia.

Já como estudante na graduação em Ciências Sociais soube que poderia, como médico, participar do processo seletivo para ingresso no mestrado em Ciência Política do IUPERJ e, aprovado, ingressou neste curso em 1977, conciliando a o terceiro ano da graduação em Ciências Sociais da UERJ com o primeiro ano do mestrado em Ciência Política do IUPERJ, abrindo mão da carreira de médico (recusando o empossamento em cargo de médico do INAMPS para o qual havia sido aprovado através de concurso público) para se dedicar, desde então, inteiramente às Ciências Sociais, graças a uma bolsa de estudos do CNPq recebida no mestrado, que concluiria em 1983 com a defesa da dissertação *Laissez-faire e intervenção: caminhos políticos do capitalismo*, sob orientação do professor César Guimarães.

Mas foi em 1978, alguns anos antes de concluir o mestrado – no qual já se encontrava matriculado – e no mesmo ano em que concluiria a graduação em Ciências Sociais pela UERJ, que Valter Duarte se tornou professor do IFCS, convidado pelo

interessante o episódio que me contou quando o entrevistei, de estar jogando pelada no Morro da Conceição no dia do golpe de 1964, quando tinha 14 anos de idade prestes a completar 15 anos, e depois, ao descer a Ladeira Major Daemon e ver um soldado, parar para conversar com ele para olhar de perto seu capacete de aço. Segundo ele, seus pais eram udenistas e estavam totalmente a favor do golpe e ele observava aquela movimentação por fora, “não sacava direito, não estava também muito interessado” (FERREIRA FILHO, 2017). Naquele momento, em que era ainda um garoto, havia outros problemas para se ocupar: questionamentos existenciais, religiosos, problemas familiares, as conversas e jogos de bola com amigos e, claro, a tensão da vida como aluno do Colégio Pedro II.

²³⁰ Note-se que, das trajetórias aqui tratadas, Valter Duarte é o único que declaradamente fez parte de um partido comunista.

professor Antônio Celso, a quem tinha sido apresentado por Aluízio Alves Filho, que o levava à SESAT – Sociedade de Ensino Superior e Assessoria Técnica, quando Valter precisava de um emprego após se casar, vindo a ser contratado por esta faculdade dirigida na época por Antônio Celso. Sobre o contexto em que se davam os recrutamentos no IFCS naquele momento, Valter nos conta em seu memorial de 2011:

Na época, embora na fase chamada de abertura, não havia concurso público, ou pelo menos em número suficiente para dotar as universidades públicas do número de professores que precisavam. Por isso, muitos diretores e chefes de departamento da UFRJ, com muita coragem, promoveram várias contratações temporárias, sempre por meio de processos informais, muitas vezes decididos pela aceitação ou rejeição dos alunos após um semestre ou dois de regência de turma por parte do professor colaborador, autêntico candidato a vagas que não sabia se um dia existiriam. (FERREIRA FILHO, 2011: 3)

Com ele, ocorreu justamente isso: uma contratação temporária, por meio de um processo informal, decidida pela aceitação dos alunos após um semestre de regência em disciplinas oferecidas pelo Departamento de Ciências Sociais nos cursos de Ciências Sociais e de Filosofia do IFCS, em que utilizou sua experiência docente anterior em faculdades privadas como a Estácio de Sá, a SESAT e a Celso Lisboa. Sobre esse momento, diz no referido memorial:

Numa daquelas iniciativas, consegui aproveitar a oportunidade oferecida pelo então chefe do Departamento de Ciências Sociais, o professor Antônio Celso Alves Pereira, a cuja valentia para enfrentar a dureza daqueles tempos vários de nós, professores do IFCS, devemos nosso início de carreira. Trabalhador, estudioso e com bom aproveitamento da experiência docente que tivera na Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá, na Faculdade de Administração Guanabara (SESAT) e no Instituto Superior de Ensino Celso Lisboa, fui aprovado pelas mais rigorosas comissões julgadoras que já me examinaram: as turmas formadas por alunos do curso de Ciências Sociais e as turmas formadas por alunos do curso de Filosofia do IFCS, pois fora designado para dar aulas nos dois cursos. Assim, após aquele duríssimo e informal estágio probatório, com outros professores que da mesma maneira passaram por ele com sucesso, tive meu contrato de professor colaborador alterado para contrato de auxiliar de ensino e, por força do Decreto 85.487, de 11 de dezembro de 1980, que estabeleceu um plano de carreira docente para as universidades federais, fui promovido a Professor Assistente. (FERREIRA FILHO, 2011: 3)

E na entrevista que me concedeu, Valter Duarte ainda detalhou:

Era uma coisa assim. A turma era complicadíssima. Aí aqui na Estácio, o Antônio Celso dava aula nos dois primeiros tempos e eu dava aula nos tempos seguintes. Cheguei um dia de manhã, quando fui para o balcão pegar a ficha da turma, o Antônio Celso está entregando a dele e indo embora. Aí ele saiu: “oi, tudo bem, bom dia não sei o quê”. Ele falou: “vem cá, quer dar aula no IFCS?” Assim mesmo: “quer dar aula no IFCS?” Eu disse: “quero.” Ele disse: “por favor, a turma é braba, não sei o quê, vamos lá ver se dá certo.” Aí eu fui. Quando eu cheguei, realmente, a turma era agressiva pra burro, tinha gente de tudo quanto

era posição política que você possa imaginar, tinha até um positivista na turma, o Leonardo, tinha até um positivista! O que que eu fiz? Eu tinha estudado muito Marx, mas eu digo: “mas eu não vou entrar em Marx, eu vou entrar em Weber”, porque eu já estava estudando muito Weber. (...) Aí eu botei Weber e a turma começou a abrir discussão em cima de mim, começou a abrir discussão e eu “pá, pá, pá, pá”, começaram a arguir, eu saía de todas, aí começaram a passar para Marx também, achando “esse cara é weberiano”, comecei a ganhar rótulo de “weberiano”, rotulado de “weberiano”. Aí começaram a ver se, depois, nas aulas seguinte, ver que eu sabia Marx. Pô, Marx eu sabia mais ainda, aí aquilo fechou, fechou. Aí me deram mais uma turma de Sociologia em Filosofia, não tinha contrato nessa época, não tinha contrato, ficava naquela de “vai receber, não vai receber”, depois aí fui em frente, enfrentei essa parada, quando finalmente pagaram os retroativos, e fui ficando, porque ali muita gente chegava ali e era posta para fora pelos alunos, os alunos chegavam e botavam para fora. A mim acolheram, acabaram ficando, acabei ficando com os alunos, até que veio o plano de carreira que enquadrava todo mundo, mas isso já em 1981 daquele Rubem Ludwig, houve esse plano de carreira, enquadrava todo mundo (FERREIRA FILHO, 2017)

Este tipo de condição não era exclusivo da UFRJ, diga-se de passagem, e sob condições semelhantes, Valter Duarte também se tornou professor da UERJ em 1980, “que passava pelos mesmos problemas por precisar de professores e não poder abrir concursos públicos” (FERREIRA FILHO, 2011: 3). Indicado pelo professor de Filosofia Aquiles Cortes Guimarães, que também lecionava no IFCS, foi contratado pela UERJ, “tendo de passar pelo mesmo tipo informal de estágio probatório da época” (FERREIRA FILHO, 2011: 3), e ainda tendo de conciliar empregos em faculdades privadas, entre as quais a PUC-Rio entre 1982 e 1987, para compor sua renda, já casado e com um filho, até conseguir reenquadramento na universidade estadual e poder se dedicar apenas às duas universidades públicas.

Neste seu início no magistério, Valter lecionava Sociologia²³¹, o que também ocorreu no IFCS, e considera hoje que foi decisiva para sua guinada para a Ciência

²³¹ Creio que essa experiência o tenha marcado até hoje. Ao entrevista-lo, indaguei sobre a interdisciplinaridade que estabelece entre a Sociologia e a Ciência Política em suas aulas e em sua obra e se ele teria alguma formulação sobre a relação entre as disciplinas. Valter Duarte então me respondeu que não formulou nada neste sentido, pois vê tanta proximidade entre as disciplinas que nem chega a elaborar uma reflexão a esse respeito. Ao lhe perguntar se ele reconhecia uma autonomia completa da Ciência Política, tal qual preconizado pela Ciência Política norte-americana, ele me respondeu: “não, não, de jeito nenhum, de jeito nenhum, não vejo isso” (FERREIRA FILHO, 2017) e completou seu raciocínio dizendo que não se pode tirar da política a ideia sociológica de representação nem a ideia antropológica de cultura, por exemplo, pensando sempre em um trabalho interdisciplinar. Nesse mesmo sentido, ressaltou que dá uma interpretação sociológica a Hobbes, que busca relacionar Durkheim e Rousseau, etc. Eu lhe perguntei se isso se dava por ter sido professor de Sociologia por muitos anos e ele me respondeu achar que sim. Além disso, me disse: “O fato é que, já por trabalhar de maneira interdisciplinar, eu não sou alguém que você possa dizer que seja werberiano, seja marxista. Eu acabei encontrando um caminho próprio e descobri essa coisa que a economia não existe, então facilitou mais ainda pensar... Daí se você perguntar se eu tenho influência desses autores, tenho influência de todos os autores, mas no final um resultado meu. O próprio Bachelard, que eu de início tinha um otimismo muito grande, achando que eu podia dar um trabalho sociológico, eu vi que eu tive que acrescentar Sociologia ao Bachelard. Bachelard não tinha, não tem

Política o mestrado do IUPERJ, quando começou a sistematizar as ideias que depois viriam a fazer parte de sua tese de doutorado em Economia, concluído em 1997, publicada com o título de *Economia: obstáculo epistemológico: estudo das raízes políticas e religiosas do imaginário liberal* (FERREIRA FILHO, 2015).

Mas apenas no final da década de 1980 se tornaria professor das disciplinas de Ciência Política no IFCS e na UERJ, embora sem abrir mão da interdisciplinariedade e do que chama em seu memorial de um respeito pelos alunos, com seu empenho da preparação de suas aulas e um tratamento criativo dado aos autores e aos textos: “desde os tempos em que estive a lecionar mais Sociologia do que Ciência Política, usei e desenvolvi conhecimentos de História e de Filosofia, bem como de outras disciplinas às quais posso recorrer ou citar conforme o tema.” (FERREIRA FILHO, 2011: 4).

Assim, todos os pensadores de Sociologia ou de Ciência Política com os quais trabalho em minhas aulas têm recebido tratamento interdisciplinar. Não os citarei, numa lista inevitavelmente longa, pois seria contraproducente para os objetivos deste memorial. Neste ponto, o que quero é dizer que esse é o caráter de minhas aulas e de tudo o que faço na vida acadêmica: a interdisciplinaridade. Como será possível reforçar na parte sobre pesquisa, digo que não sou um especialista. Não consigo ver no pensamento científico apenas ciência; não consigo ver no pensamento religioso apenas religião; não consigo ver no pensamento sociológico apenas sociologia; não consigo ver no pensamento político apenas política. E por aí vai o que mais tento estimular nos estudantes: que não aceitem limites para o pensamento, principalmente quando este se quiser insofismável, indiscutível e neutro, velha ambição, desejo inconfessável em muitos cientistas de serem divinos e não humanos. (FERREIRA FILHO, 2011: 4)

Essa característica do trabalho de Valter Duarte talvez nos aponte uma pista sobre as próprias características da Ciência Política no IFCS da UFRJ, cujos professores parecem valorizar não uma suposta autonomia do conhecimento político diante de outras esferas do conhecimento, mas uma interdisciplinaridade que se evidencia em suas aulas e em suas obras, no caso daqueles que possuem publicações, como ele. No caso da Filosofia, Valter já parece ter demandado um tratamento filosófico de temas políticos desde sua graduação na UERJ, como revelou na entrevista que me concedeu, sendo um aluno que discutia muito com seu professor de Política naquela universidade, devido ao seu conhecimento acumulado sobre o pensamento marxista no período em que esteve no

Sociologia, mas eu acrescentei ao pensamento de Bachelard por um lado sociológico e que foi publicado lá na França, o capítulo dois [da tese de doutorado] está publicado na França, que eu acrescento essas coisas, a noção de inconsciente científico, que é de caráter sociológico, essa coisa, e o obstáculo epistemológico também com um tratamento sociológico, então tem essa maneira de, sei lá, talvez de trabalhar um autor e sair dele e ir para além dele, não ficar preso a ele nem fazer dele alguém que vá me limitar ou coisa nenhuma, ou alguém que eu tenha que defender acirradamente a vida inteira, não tem isso. Diferente de tudo.” (FERREIRA FILHO, 2017)

PC do B, até que este professor foi substituído por um professor de Filosofia, que o encantou enormemente: exatamente o professor Aquiles Cortes Guimarães, que anos depois o indicaria para ser professor na própria UERJ.

No IUPERJ, cursou doze disciplinas, em que foi aluno de professores como os infianos César Guimarães e Wanderley Guilherme dos Santos, entre outros iuperjianos ilustres, como Olavo Brasil de Lima Junior, Edmundo Campos Coelho e Fernando Uricoechea, mas até hoje tem uma perspectiva bastante crítica de várias das disciplinas que lá cursou, pois possui uma concepção sobre o que deve ser uma “aula” – e sua preparação – nem sempre satisfeita por tais professores. Mesmo a interlocução com Wanderley Guilherme por conta da elaboração da sua dissertação, que lhe rendeu várias supressões de trechos que pretendia que fizessem parte da mesma, ainda é bastante lembrada, de um ponto de vista crítico, quando se refere à experiência no IUPERJ, apesar de sua dissertação ter sido muito elogiada pela banca, da qual Wanderley fez parte, e aprovada com a distinção da publicação em livro.

Não obstante seu olhar crítico sobre o instituto, Valter Duarte também exemplifica a importância que a formação de sua geração naquela casa da Rua da Matriz teve, pois considera que o IUPERJ o influenciou, tendo sido ali que passou compreender a discussão sobre a disputa de comando no capitalismo entre governo e burguesia:

Eu não tenho dúvidas até que foram discussões dentro do IUPERJ a respeito dessa questão – que no fundo é uma questão crônica do Capitalismo, se é governo que comanda, se é a burguesia que comanda com autonomia, e não sei o quê, essa é uma questão crônica –, foi ali que eu fui apresentado a essa questão. Por exemplo, na UERJ, na graduação da UERJ, ou mesmo na convivência muito rica da Praça Saens Peña, essa questão não entrava. Porque essa não era uma questão marxista, entendeu? Você nota que até naquele famoso prefácio do Marx, Marx vê as questões de Livre Câmbio e Protecionismo e ele passa adiante, não sabe opinar naquilo, e no fundo ele nem vai se dedicar e nem ligar para isso mais adiante, para ele isso não é um problema, para ele isso não será um problema, porque ele pega a burguesia como totalmente dona da situação, comandante-geral aqui ou ali (...). (FERREIRA FILHO, 2017)

Além disso, passou a se dedicar muito ao que chama de teoria pura e menos a questões políticas referentes à realidade brasileira²³², por exemplo, o que também talvez se relacione com uma influência iuperjiana em sua formação. E no IFCS, mesmo como professor, fazia questão de acompanhar aulas de Filosofia, por interesse em estudar, de professores como José Américo Motta Pessanha, Gerd Bornheim ou Carneiro Leão, entre

²³² Embora possua um livro sobre a renúncia de Jânio Quadros, em parceria com Ezilda Ferreira, *A Renúncia de Jânio Quadros: componentes históricos e institucionais* (FERREIRA FILHO & FERREIRA, 2011)

outros: “No IFCS eu assistia a muita aula de Filosofia, eu acabava de dar as minhas aulas, dava um jeito de assistir aula de Filosofia de alguém lá ou palestras de filósofos.” (FERREIRA FILHO, 2017)

Com isso, Valter passou a estudar o pensamento de filósofos como Bachelard e a dar um tratamento também filosófico a temas políticos nas obras de autores sobre os quais passaria a lecionar no IFCS em disciplinas de Ciência Política, como Hobbes, Locke, Rousseau, Montesquieu, Comte, Marx, Weber, entre outros²³³. Inclusive em sua tese de doutorado em Economia, não deixou de lançar mão da Filosofia e das Ciências Sociais²³⁴.

Outro aspecto relevante de sua trajetória é também ter tido sua trajetória marcada pelos (des)caminhos da política. Desde sua atuação junto ao PC do B, a partir de 1969, até a suspensão da cerimônia de colação de grau de sua turma da graduação em Medicina da UEG, porque queriam homenagear um colega de turma assassinado pela polícia em uma manifestação em 1968, tendo de colar grau “sob a vigilância de pessoas estranhas ao ambiente universitário” (FERREIRA FILHO, 2011: 13), passando por sua prisão em 1972, Valter Duarte já se interessou por realizar o curso de Ciências Sociais bastante marcado por experiências políticas, vindo pouco depois a se interessar por uma reflexão política sobre a chamada “ordem econômica” a partir de seu mestrado no IUPERJ, entre 1977 e 1983, e culminando com sua tese do doutorado realizado entre 1989 e 1997.

Também a dinâmica *política* do campo das Ciências Sociais e a dinâmica *política* do próprio IFCS acabam influenciando sua trajetória, tendo sido um candidato derrotado à direção do IFCS em circunstâncias que considero propriamente *políticas*, segundo me contou na entrevista que me concedeu, pois, segundo ele próprio, envolveu uma disputa nos bastidores para que ele não fosse eleito:

Fui candidato a diretor do IFCS, não ganhei por roubo, porque eu fui roubado, houve fraude. Houve uma dessas coisas assim, “chapa trator”, eu de diretor e Aluizio de vice contra Vilhena e Michel. Botaram o debate, o Aluizio não foi a nenhum debate, eu engoli os dois nos quatro debates, acabei com os dois nos quatro debates, aquilo criou um pavor muito grande, e o Horácio Macedo era o reitor, ele apoiava o Vilhena.

²³³ Para conferir o modo como Valter Duarte – que hoje é o último egresso do *Principado* que ainda leciona Ciência Política no IFCS da UFRJ, não tendo se aposentado até a defesa desta tese – trabalha intelectualmente com pensadores políticos, veja alguns de seus artigos (FERREIRA FILHO, 2000; 2004; 2005; 2010; 2011) e sua tese publicada em livro (FERREIRA FILHO, 2015).

²³⁴ Nesta tese, Valter Duarte Ferreira Filho procura demonstrar que a economia se trata de um obstáculo epistemológico e de uma falsa representação da realidade, ou seja, que a “ordem econômica não existe, além de mostrar como há um inconsciente científico, conceito elaborado pelo autor, nos estudos econômicos e no imaginário sobre a “ordem econômica”, que possui raízes políticas e religiosas. Em seu memorial, Valter dá uma detalhada explicação sobre o surgimento das ideias que sistematizou na referida tese e de como sua trajetória – e suas dúvidas desde os 16 anos de idade sobre a *Grande Depressão* norte-americana – e a pergunta de um aluno em uma aula sua no IFCS (“O que é capital?”) o levaram a essas reflexões. (FERREIRA FILHO, 2011).

O que aconteceu? O Horacio Macedo pegou toda a sobra de bolsas da UFRJ e botou na mão do Vilhena para no segundo dia da votação ele telefonar para todo mundo, para as pessoas irem lá receber bolsa. Então houve essa coisa escandalosa de uma distribuição de mais de 40 bolsas de mestrado e doutorado dentro do IFCS, para receber a bolsa e irem votar, recebia uma bolsa e ia votar. Só um aluno ali não votou nele, que eu sei, que foi o Leonardo, o positivista, que foi lá e disse: “eu vou aproveitar e pegar a bolsa, só que eu vou votar em você”. O positivista não vota. (...) Entre os alunos isso foi decisivo, porque eu perdi por 203 a 194 entre os alunos. E entre os funcionários e professores, que era uma urna só, a comissão eleitoral deixou votar pintores que estavam lá dentro, que eram da Fundação José Bonifácio, e professores “verba 3131” que não eram do IFCS. Então eles conseguiram ali dez votos, dez votos que não podiam valer, para me ganhar de 85 a 81 nessa urna, quer dizer, eu perdi, houve fraude mesmo, com toda certeza, houve fraude no voto. E é uma coisa que fazem lá dentro: se você pegar, eles botam fotos, não botam uma foto minha daquelas eleições, não estou em nenhuma foto, ninguém fala da minha presença naquelas eleições, eu já vi várias fotos daquelas eleições, as pessoas reunidas fora, antes, nenhuma foto minha, me trataram como uma impessoa, apesar de ter tido esses resultados, que eu tive bons resultados, e ter perdido fraudado. (FERREIRA FILHO, 2017)

Com esse exemplo, vemos que fosse no nível da opressão causada pelo regime militar ou das disputas em torno de espaços de poder dentro do próprio IFCS, disputas estas que tinham como protagonistas os próprios membros da comunidade daquele instituto, em especial seus professores, de um ou de outro modo, um docente do IFCS podia ser atingido politicamente, o que demonstra os (des)caminhos da política interferindo naquele ambiente. Sem contar o quanto havia dos (des)caminhos da política na própria forma de recrutamento de docentes naquele momento.

Hoje, no momento de elaboração e defesa desta tese, o professor Valter Duarte Ferreira Filho segue lecionando no IFCS, sendo o último remanescente de sua geração a ainda lecionar no Departamento de Ciência Política daquele instituto. Sua trajetória nos permite verificarmos de que modo a turma do *Principado* fez parte do IFCS e a importância do IUPERJ para sua geração, mas também características desta mesma geração, como a importância que dão às suas aulas e à interdisciplinaridade. Por fim, ainda pudemos verificar de que modo também ele teve sua trajetória marcada pelos (des)caminhos da política.

11.8. José de Britto Roque do *Principado* ao IFCS²³⁵

José de Britto Roque, um dos personagens mais conhecidos da turma do *Principado*, também se tornaria professor de Ciência Política do IFCS no início da década

²³⁵ A elaboração desta seção somente foi possível graças à entrevista que o professor José de Britto Roque, a quem devo este agradecimento, me concedeu gentilmente em sua residência, na Barra da Tijuca, em 09 de setembro de 2017.

de 1980. Um dos primeiros integrantes da turma a cursar Ciências Sociais, em que se graduou na atual UERJ, foi o último de seus representantes a ingressar como professor de Ciência Política no IFCS, no concurso público através do qual também ingressou como professor da disciplina no instituto outro egresso do curso de Ciências Sociais que frequentava as discussões do *Principado* na Praça Saens Peña, o professor Renato Lessa. Conhecer a trajetória de José de Britto Roque nos permitirá compreendermos um pouco melhor o retrato da Ciência Política do IFCS que aqui apresentamos, e sua relação com o *Principado* já discutida ao enfocarmos as trajetórias de Aluizio Alves Filho e de Valter Duarte Ferreira Filho.

Roque, como era e é conhecido pelos egressos do *Principado* e por seus alunos e colegas no IFCS, nasceu em 27 de junho de 1941 no Rio de Janeiro, na área em que hoje se localiza o *Sambódromo*, onde também foi criado, residindo na antiga Rua Marquês de Sapucaí. Quando criança, estudou na escola Visconde de Ouro Preto, próximo à sua casa, mas logo viria a estabelecer uma relação com o bairro da Tijuca, devido à proximidade.

Filho de pais portugueses que vieram para o Brasil ainda crianças com suas famílias, Roque se recorda do interesse de seu pai – formado como metalúrgico já no Brasil e que aqui se tornou torneiro mecânico – pela política de Portugal, que passou por um período agitado na primeira metade do Século XX, e pela literatura daquele país, de onde sua família havia trazido, quando emigrou para cá em 1918, livros de Antero de Quental, Guerra Junqueiro, Almeida Garrett, Eça de Queiroz, entre outros. Dentre as lideranças políticas que seu pai mais destacava estava a figura do militar Sidónio Pais, presidente de Portugal assassinado durante seu mandato, em um atentado em 1918.

Sua mãe, apesar de ser filha de uma professora, não frequentou a escola, pois cuidava da casa e dos irmãos enquanto sua mãe lecionava fora da aldeia em que viviam, no Norte de Portugal. No entanto, se tratava de uma moça muito inteligente e arguta, nas palavras do professor Roque, fundamental em sua formação, cobrando dele e de seu irmão que se empenhassem nos estudos e não abrissem mão de estudar sob nenhuma hipótese.

Contudo, entre quatro e cinco anos de idade, Roque teve poliomielite e se tornou portador de necessidades específicas, o que seria decisivo em sua trajetória. Segundo ele, esta condição afetou sua formação, pois em alguns momentos tinha de largar a escola para sofrer cirurgias e passar pelo período pós-operatório, o que lhe fez ser reprovado por duas vezes em sua vida escolar. Candidato a uma vaga no Colégio Pedro II, Roque não foi aprovado no concorrido processo seletivo da instituição, diante de outras crianças que tinham passado por cursinhos preparatórios para aquele certame, mas recebeu uma bolsa

de estudos para cursar o ginásio, equivalente ao que hoje chamamos de segundo segmento do ensino fundamental, no Colégio São José, na Tijuca, optando em seguida por se transferir para o Instituto Lafayette, no mesmo bairro, onde não teria problemas com o ensino de Latim, para onde foi também com bolsa de estudos.

No Instituto Lafayette, Roque era um aluno muito interessado nas disciplinas de Ciências Humanas, especialmente em História, e na política brasileira, que lhe chamava a atenção especialmente desde 1954, quando houve o suicídio de Getúlio Vargas e ele recebera esta notícia ainda como aluno da escola Visconde de Ouro Preto. Em casa, costumava ouvir com seu pai, que era simpático ao socialismo e ao comunismo por influência de um colega operário chamado Carlos Werner, os discursos de políticos transmitidos pelo rádio, se empolgando com os discursos de Carlos Lacerda, da UDN, além de outras lideranças deste mesmo partido – que se colocava contra a corrupção, mote usado contra partidos de esquerda no poder, e que apoiaria o golpe de 1964 – e se fascinando pelo aspecto performático da oratória dos políticos.

Assim, no Instituto Lafayette já chegara com grande interesse em História e em política e ali passaria a conviver com um professor de História, que segundo Roque, se chamava Barreto e era comunista, e que foi marcante para sua turma “porque ele não dava aula, ele só falava de política” (ROQUE, 2017). Também se vivia um dos períodos mais intensos da chamada Guerra Fria, com a invasão da Baía dos Porcos, em Cuba, e as agitações no Brasil antes do golpe de 1964, que se deram quando Roque ainda estudava no Lafayette e já estava filiado à UMES, União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas, que se reunia na igreja dos Capuchinhos na Tijuca, próximo ao instituto.

Nesse período, Roque se envolveu com a Ação Popular, como simpatizante, e passou a frequentar a turma do *Principado* na Praça Saens Peña, na Tijuca, e o ISEB em algumas ocasiões. Em 1964, começaria a graduação em Ciências Sociais influenciado por um amigo do Lafayette chamado Bismarck, com quem gostava de conversar sobre política, que lhe sugeriu que prestassem o vestibular para o curso de Ciências Sociais da UEG, universidade do Estado da Guanabara, atual UERJ, que ficava ao lado do Instituto Lafayette. Bismarck lhe dissera que, com este curso, ele poderia lecionar Sociologia e História no ensino secundário e no ensino superior, e isso interessou a Roque, que também prestou o vestibular para Direito na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, que se tornaria a UFRJ, sendo aprovado em ambos, mas desistindo da graduação em Direito ao final do primeiro ano, focando apenas na graduação em Ciências Sociais e na militância política, a esta altura se tornando membro do Partido Comunista Brasileiro.

Foi na Praça Saens Peña que Roque conheceu Aluizio, através de Norberto, e começou a emprestar ou indicar para ele livros de Filosofia e História, entre os quais livros de Erich Fromm, Ludwig Feuerbach e Georges Politzer. Os três passaram a se encontrar muito frequentemente para conversar sobre política, cinema e literatura e foi nessas reuniões que Roque explicou a Aluizio como era o curso de Ciências Sociais, o inspirando a prestar o vestibular também para este curso.

Roque considera que havia ainda outros pólos de irradiação naquele momento, que eles frequentavam, além das universidades e da Praça Saens Peña, como também as reuniões na casa do psiquiatra Aluizio Porto Carreiro de Miranda, na Rua Jaceguai, nº 27, na Tijuca, onde surgiu ali na década de 1970 o chamado MAU – Movimento Artístico Universitário, que reuniu nomes como Gonzaguinha e Ivan Lins, todos eles frequentadores da casa do Dr. Porto Carreiro. Segundo me disse, ele levava amigos da faculdade para o *Principado* e do *Principado* para as reuniões na casa do Dr. Porto Carreiro e vice-versa, pessoas que frequentavam estas reuniões eram levadas para as discussões nos bancos da Saens Peña.

Nessa efervescência, ele se formou em 1968 e seguiu se reunindo em todos esses pólos, lecionando desde meados da graduação em cursinhos preparatórios para candidatos à prova do chamado “Artigo 99” e em pré-vestibulares, como o próprio pré-vestibular da UEG, até se tornar professor do magistério estadual em 1976, depois de também fazer um curso de Administração de Empresas na EBAP – Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas e de se tornar professor da rede privada de ensino em 1968, em cursos secundários e de pré-vestibular de escolas particulares no bairro do Méier, no Rio de Janeiro, como o Colégio Dois de Dezembro, onde deu aulas de Sociologia, História e Filosofia por cinco anos, e o Colégio ADN, que não tinha apenas uma unidade no Méier, mas unidades também em bairros como Tijuca, Centro e Botafogo, com uma ampliação de cursos pré-vestibulares no contexto dos efeitos da Reforma Universitária de 1968.

Concluído seu curso em Administração na EBAP no início da década de 1970, e já desligado do Partido Comunista Brasileiro, incentivado por Aluizio, Roque se candidatou a uma vaga no mestrado em Ciência Política no IUPERJ e foi aprovado, ingressando no curso, onde seria orientando do professor César Guimarães na pesquisa para uma dissertação sobre a Escola Superior de Guerra que desejava escrever. Porém, com a morte de seu pai que tinha ocorrido um ano antes, em 1973, acabaria não conseguindo levar adiante e concluir o mestrado, enfrentando um esgotamento nervoso,

e passaria a se dedicar apenas às aulas que dava nos colégios e cursos nos quais trabalhava.

Em 1980, Roque se candidataria a uma vaga para professor de Ciência Política do IFCS, aquela vaga que não havia sido ocupada pelo professor José Nilo Tavares através da transferência que desejava fazer da UFF para a UFRJ. Segundo alguns entrevistados contaram nas entrevistas que me concederam, entre eles o próprio Roque, a banca formada por professores de Ciência Política do IFCS (Antônio Celso, Aluizio, Francisco Ferraz e Manuel Sanches), se dividiu entre ele, que era um candidato marxista, e o outro candidato, Renato Lessa, acabando por aprovar a ambos em matrículas de 20h semanais, em vez de aprovar a apenas um deles em uma matrícula de 40h. Essa disputa política entre marxistas e não-marxistas nos bastidores do concurso através do qual Roque e Lessa se tornaram professores do IFCS demonstra um pouco dos efeitos dos (des)caminhos da política sobre suas trajetórias.

Como professor do IFCS, Roque ainda se manteria professor da rede estadual do Rio de Janeiro até a década de 1990, atuando no Colégio Estadual Central do Brasil, no Méier, onde lecionava História, Filosofia e Organização Social e Política Brasileira, conciliando com o cargo de professor de Ciência Política do IFCS. Sua experiência como professor na educação básica e, especialmente, em cursos pré-vestibulares, foi fundamental em sua carreira, devido ao que aprendeu sobre o magistério ali, tendo se tornado um esmerado professor ou o que, na gíria, se chamava de “professor auleiro”:

Porque o que solicitou esse esmero nas aulas foi o vestibular, porque no vestibular você tinha que ter conteúdo, tinha que saber tudo que o aluno pergunta a você, e quer saber a resposta, e você não pode dizer que não sabe aquilo e tem que ter apresentação da aula. Eu era considerado um dos melhores quadros do vestibular, a gente dava aula com giz colorido, fazia mapa nos quadros, desenhava aqueles mapas. Bandeirantes, bandeiras, onde foram os bandeirantes, missões, como que foram aquelas missões e tal. Como é que foi a independência, primeiro na Bahia aqui tal, tal? Como é que foi o estado do Grão-Pará, o que era o Grão-Pará e tal? Aí mostrava lá o Tratado de Madrid, como é que se dividiu o Brasil, Tordesilhas, tudo isso, esse uso de mapa... então nos forçava a ter uma interação com a Geografia também, então era uma aula de História geográfica quase, que aí quando você explicava porque que fixou a imigração em tal região e não em outra, como é que se deu o rompimento da linha de Tordesilhas, os movimentos de penetração e tal e a formação das vilas e cidades... e depois eles faziam o seguinte, eles faziam você preparar apostilas e vender as apostilas, então eu fazia aquelas apostilas desde o Brasil colônia, eu dava aula de história do Brasil, então fazia toda história do Brasil colônia, desde a formação de Portugal lá da idade média, aí depois os descobrimentos, a expansão marítima, aí vinha a formação da colonização, as invasões Holandesas e tal, a economia do açúcar, e vinha desenvolvendo isso até Dom João, depois Brasil reino, depois o império, os conflitos no império, expansão

territorial naquela época e depois a república, e chegava na revolução de 1964 e parava. (ROQUE, 2017)

Um pouco depois de assumir como professor de Ciência Política do IFCS, porém, Roque foi se tornando crítico do marxismo, embora ainda se interessasse pela literatura marxista, como livros de Martha Harnecker e outros autores, até abandonar completamente essa perspectiva mais adiante, já não se identificando como marxista quando realizou seu mestrado em Ciência Política no próprio PPGCP da UFRJ, sob orientação do professor José Paulo Bandeira, em que defendeu em 2003 a dissertação chamada *Imaginação Vencida: um estudo sobre as fontes do pensamento de Plínio Salgado (1926-1937)* sobre o líder integralista, nem nos seus últimos anos como professor do IFCS, do qual saiu meses antes da aposentadoria compulsória, em 2011.

Contudo, mesmo tendo abandonado a perspectiva marxista que anos antes havia sido justamente o motivo da simpatia por ele por parte da banca do concurso através do qual se tornou professor do IFCS, o modo como lecionava e tratava a Ciência Política, com interdisciplinaridade e seriedade na sua elaboração e regência de aulas – marca de sua atuação nos pré-vestibulares e na educação básica ao longo de sua vida no magistério – o marcariam até as últimas aulas que deu no instituto, sendo um praticante do que chamei neste tese de Ciência Política como forma de arte, embora menos voltado para a pesquisa, mas absolutamente comprometido com o ensino de Ciência Política, especialmente de teoria política e de pensamento político brasileiro.

Mais adiante outros professores foram ingressando no IFCS para lecionar Ciência Política no IFCS durante as décadas de 1980 e 1990, como Charles Peçanha, Ingrid Sarti e Isabel Oliveira, mas foi profunda a marca que aquela geração de professores egressos das discussões pelas madrugadas nos bancos da Praça Saens Peña deixou no IFCS, como Aluizio Alves Filho, Valter Duarte Ferreira Filho e José de Britto Roque. Uma marca menos relacionada com a produção bibliográfica individual de cada um deles ou com seu reconhecimento honorífico no campo da Ciência Política no Brasil. Porém, uma marca que, embora mais invisível, não deixa de estar presente na memória daqueles alunos de Ciências Sociais do IFCS que foram alunos deles e que não se esquecem da qualidade das aulas recebidas e do nível de auto-exigência que cada um deles possuía como professores de Ciência Política, sempre buscando transmitir aos alunos em suas disciplinas uma perspectiva rigorosa nos estudos sobre fenômenos políticos e na leitura de pensadores da Política.

Infelizmente, o *Principado* pode parecer ter tido uma importância menor do que realmente teve, mas foi dali, daquela turma, que vieram pelo menos três ou quatro professores dos cerca de dez professores de Ciência Política que o IFCS teria entre as décadas de 1980 e 2000, até que fossem se aposentando e dando lugar para novos professores que, aprovados em concursos públicos, podem hoje seguir com suas carreiras na docência em Ciência Política sem muitas vezes conhecerem a trajetória daqueles que os precederam e o modo como lecionavam, nem reconhecer a importância política que tiveram, de manter a disciplina na UFRJ diante de tantos “rojões” a serem segurados, de tantas tensões a serem enfrentadas.

Este capítulo é nosso contributo a esta dimensão que, a nosso ver, não pode passar despercebida quando pensamos na memória da Ciência Política do nosso país: a memória que não registra apenas os personagens de destaque do campo da Ciência Política sempre incensados por conta da importância que suas obras obtiveram na área da importância que as instituições de que faziam parte também obtiveram, como o IUPERJ, mas também os personagens de uma Ciência Política vista de baixo, no “chão da escola”, de giz na mão, muita cancha na regência e coragem para enfrentar as vicissitudes do magistério em Ciência Política de modo crítico em plena Guerra Fria e regime militar. Se hoje existe uma fresta de uma Ciência Política de matriz mais eclética, em vez de uma Ciência Política com a matriz norte-americana que fundações daquele país quiseram promover por aqui, isso se deve ao ecletismo de suas referências, de suas aulas e da literatura que nelas adotavam, transmitindo aos seus alunos uma perspectiva mais crítica e imaginativa, mais interdisciplinar e original, em relação ao tratamento a ser dado aos fenômenos políticos.

11.9. Manuel Sanches: fora do *Principado*, mas da FNFi ao IFCS²³⁶

Por fim, o último integrante dessa “rapaziada” a que nos referimos neste capítulo será Manuel Augusto Pacheco Sanches, que não foi egresso do *Principado*, mas que foi um ex-aluno da FNFi que se tornou um professor do IFCS. Manuel Sanches ingressou como professor de Ciência Política na década de 1970 e sua trajetória, como as trajetórias dos demais professores enfocados neste capítulo, nos permite compreendermos as

²³⁶ Para escrever esta seção, tive como fonte a entrevista que muito gentilmente o professor Manuel Augusto Pacheco Sanches, já aposentado, me concedeu em sua residência, no Rio de Janeiro, em 17 de maio de 2017. Agradeço imensamente ao professor Manuel, a quem tanto devo, por esta e por outras conversas sobre o objeto desta tese!

dinâmicas sociais e políticas que envolveram o recrutamento de jovens professores de Ciência Política naquele momento e os limites e possibilidades de suas atuações.

Manuel nasceu em 18 de fevereiro de 1945 no bairro de Campinho, no Rio de Janeiro, onde viviam seus pais e avós paternos, estes espanhóis. Pouco depois, mudou-se com sua família para o bairro de Barreto, na cidade de Niterói, em uma localidade próxima ao município de São Gonçalo, onde viveu até os seis anos de idade, indo residir propriamente em Niterói a partir desta idade, vivendo lá até seus 18 ou 19 anos. Transferido do grupo escolar Conselheiro Macedo Soares, onde estudava em São Gonçalo, em Niterói passou a estudar no grupo escolar Pinto Lima, na Praça São João, ingressando em seguida, na época da admissão, no Liceu Nilo Peçanha, que era tão concorrido na cidade de Niterói quanto talvez o Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. No Liceu estudaria todo o curso ginásial, parte do curso secundário, e teria suas primeiras experiências, digamos, políticas, por ser um aluno comunicativo e arguto, gozando de popularidade entre os colegas.

Manuel credita sua capacidade de comunicação à experiência que teve junto à sua mãe, uma costureira muito religiosa, católica convertida em testemunha de Jeová, que passou a estudar a Bíblia com Manuel e seu irmão, que a esta altura já tinham uma capacidade de leitura mais avançada que a dela, levando Manuel aos seus primeiros discursos, aos doze anos, na Escola do Ministério Teocrático, no púlpito. Na formatura do ginásial, ele foi escolhido orador de sua turma, e se recorda da facilidade com que discursou, usando da experiência que tinha nos discursos da igreja e do seu interesse como jovem de 15 anos em autores existencialistas, como Satre²³⁷ e Camus, que lia na biblioteca após as aulas do Liceu, além de romances:

Eu fui lá, e eu já tinha uma experiência, porque desde os 12 anos eu já fazia discursos lá na assembleia das Testemunhas de Jeová (...). Cheguei lá e fiz um discurso de improviso e cheguei lá e falei, me lembro que eu era muito pretensioso, nessa época eu já tinha uma leitura mais sofisticada, porque no Rio de Janeiro já se publicava, era uma época que se publicou muito autores existencialistas (...) Ai publicava-se muito no Rio de Janeiro as obras dos autores existencialistas, especialmente do Sartre e do Camus. Imagina, eu tinha 15 anos, porque eu fiz 14, repeti com 15 anos, e eu com 15 anos comecei a ler Sartre e Camus, além de outros autores que eu lia. (SANCHES, 2017)

²³⁷ Sartre tinha vindo ao Brasil em 1960, ficando aqui com Simone de Beauvoir entre meados de agosto até o início de novembro daquele ano. Note-se que Eurico de Lima Figueiredo, contemporâneo de Manuel Sanches, mas que estudava no Colégio Militar, também relatou ter lido os livros de Sartre já na adolescência, reforçando o que Sanches nos disse em algum momento da entrevista que nos concedeu, de que ler Sartre se tratava também de uma moda bastante difundida: “significativo mesmo para mim foram os textos dos filósofos existencialistas, porque estava na moda, o Sartre tinha vindo ao Brasil, tinha visitado o Brasil, tinha ido à Bahia, tinha vindo ao Rio de Janeiro, feito um sucesso danado por aqui e os professores estavam todos entusiasmados” (SANCHES, 2017)

Segundo ele, seus colegas adoravam seus discursos e passaram a adorar também seus textos, pois na mesma época, o Liceu passou a ter um mural para produções textuais dos alunos, como poemas. Manuel recorda-se de ter escrito um pequeno artigo criticando a programação do grêmio do Liceu, voltada para o turno da manhã, enquanto mais da metade dos alunos seriam do turno da tarde, e ter feito enorme sucesso entre os colegas. No ano seguinte, devido a esse sucesso e a já falar e escrever bem, segundo ele, seria eleito presidente do grêmio do Liceu, já como aluno do colegial, no momento em que Jânio renunciava à presidência da República e com o apoio de colegas que se identificavam com o comunismo. Apesar disso, segundo ele, não havia intenção de esquerda de sua parte, mas interesse em “fazer charme com as meninas, tirar onda e, em suma, arranjar namorada”, uma vez que a esta altura já estava desligado das Testemunhas de Jeová.

De qualquer forma, Manuel foi eleito presidente do Grêmio do colégio com o apoio dos colegas comunistas e com expressiva votação dos alunos do Liceu Nilo Peçanha, com mais votos, segundo ele, do que vereadores que tinham sido eleitos para a Câmara Municipal de Niterói, o que chamou a atenção. Na gestão do Grêmio, além de festinhas e da promoção da participação do Liceu em jogos, Manuel obteve em embaixadas de países soviéticos filmes com conteúdo mais político, inclusive sobre a Revolução Cubana, para exibir no Liceu, conseguiu organizar visitas de alunos do museu a locais como a Companhia Siderúrgica Nacional e levar ao Liceu palestrantes como o Marechal Rondon, demonstrando o teor nacionalista daquele mandato. Diante de uma tentativa do diretor do Liceu de fechar o grêmio, segundo Manuel, os alunos organizaram uma “greve” – segundo sua narrativa, o clima parecia ser do que hoje chamamos de “ocupação” dos estudantes – em que não assistiam aulas e faziam explanações na porta do Liceu, contando com o apoio dos professores, em plena época da transição de Jânio para Jango.

Com o impacto na mídia dessa “greve” dos estudantes do Liceu e a sua antipatia pelo diretor do Liceu, que segundo Manuel era um ex-integralista, o governador do Estado convidou a diretoria do Grêmio para ouvi-los, provocando a demissão do diretor do Liceu e a primeira sensação de Manuel de uma vitória política: “quer dizer, fiz uma greve, os professores aderiram, fui recebido pelo governador, ganhei a greve porque o diretor pede demissão, o Grêmio reabre... Porra, eu sou o máximo! Achei que era o cara mais esperto em matéria de política que podia existir.” (SANCHES, 2017)

Foi aí que Manuel passou a ler autores como Marx, Engels, Lenin e marxistas brasileiros e a se aproximar ainda mais dos colegas de esquerda:

Toda essa turma já circulava com esses textos todos, embora não fossem textos que eu achasse, por exemplo, na biblioteca, e naquela biblioteca que eu frequentava quando era criança, aí passei a ler esses textos todos e já havia grupos organizados aí, nós estamos falando da época do Jango, então já havia grupos organizados, nós já tínhamos contatos. (SANCHES, 2017)

Neste ano letivo, 1º ano do curso científico, Manuel foi reprovado, pelo mesmo professor de Matemática que o reprovava na quarta série do ginásio dois anos antes, e resolve estudar à noite, também para começar a trabalhar, uma vez que seu pai, que arrendara um bar anos antes, tinha falido. Com isso, se transfere do curso científico para o clássico, onde seria aluno do professor Letelba Rodrigues de Britto, um lendário comunista brasileiro²³⁸.

O contato com o professor Letelba naquele início da década de 1960 marcaria Manuel Sanches, fazendo o jovem rapaz que sonhava em estudar Arquitetura passar a ter interesse no curso de Ciências Sociais, conforme me explicou na entrevista que me concedeu:

Esse cara teve uma influencia forte na minha leitura, a partir daí uma leitura mais organizada em função do texto dele. Para ser sincero, não me lembro dos nomes dos livros, são aqueles livros que eram clássicos daquela época, eram uns livrinhos de formação marxista, estão publicados aí, eu não me lembro, esqueci, mas eu li aquele negócio li vorazmente. (SANCHES, 2017)

Com o chamado “artigo 99”, de que já tratamos acima, Manuel, que já começara a trabalhar no Banco Predial, após terminar o primeiro ano do curso secundário no Liceu, se inscreve para fazer a prova correspondente ao “artigo 99”, obtendo o certificado de conclusão do colégio e passando a estudar para o vestibular. Sem poder cursar Arquitetura, que era em horário integral, ele se interessa por História e Ciências Sociais, sendo aprovado em ambos os cursos e passando a se dividir entre essas duas graduações por um tempo, optando por ficar no curso de Ciências Sociais da FNFi, no turno da noite, que seria descontinuado justamente a partir de então, por decisão do diretor Eremildo Vianna. Obrigado a estudar de manhã, com o fim do curso noturno de Ciências Sociais

²³⁸ Sobre Letelba Rodrigues de Britto, há a biografia escrita por seu filho publicada em 2012, *O Comunista que não deixou rastro* (BRITTO, 2012). Tratava-se de um advogado do Partido Comunista Brasileiro, que chegou a advogar para Luís Carlos Prestes e Marighella, além de outras atividades que exerceu ao longo de sua vida.

da FNFi, Manuel tinha que almoçar correndo após as aulas, para chegar ao banco às 13h, em Niterói, para onde seguia em uma barca²³⁹.

Manuel na FNFi fez parte da turma de Eurico Lima Figueiredo, Gilberto Velho, Yvonne Maggie, Luitgarde Barros, etc. Aquela mesma turma que enfrentou a professora Wanda Torok e que se afeiçãoou muito ao professor Evaristo de Moraes Filho. Desta turma, como vimos, saíram jovens professores de Ciências Sociais após a Reforma Universitária de 1968 e as cassações de 1969. Manuel Sanches seria um deles. Mas não no mesmo contexto em que os demais se tornaram docentes do IFCS ainda no final da década de 1960, por conta dos (des)caminhos da política, que veremos mais adiante.

De qualquer forma, um retrato do jovem Manuel Sanches, estudante de Ciências Sociais da FNFi em 1967, ano em que ele participava ativamente dos protestos contra os acordos MEC-USAID, pode ser encontrado no filme *Oito Universitários*, dirigido por Cacá Diegues. Neste documentário de curta-metragem, Manuel é um dos oito universitários enfocados. Em algum momento no filme, ouvimos sua descrição, através de uma voz em *off*, da seguinte forma: “Manuel tem vinte e dois anos, mãe operária e pai comerciário”. Em seguida, o próprio Manuel é quem diz, em *off*, entre imagens dele em um treino de judô:

Por exemplo, eu faço Ciências Sociais, no terceiro ano, faço História na Faculdade Fluminense, no primeiro ano, faço pré-vestibular em Arquitetura, quer dizer, e nenhuma dessas coisas me satisfaz plenamente porque eu simplesmente me recuso em um determinado momento a me integrar, a me realizar, a me mistificar como sociólogo, como historiador, como arquiteto, como qualquer outra coisa dessas. Eu aceito que a História, eu aceito que o movimento social condicione o indivíduo, condicione as classes e tal. Agora, eu não posso cair nisso simplesmente porque isso anula a responsabilidade do homem, isso acaba com toda a responsabilidade do homem, então eu já não seria mais responsável por nada. Talvez quem sabe eu fosse até um bom lutador de judô, um faixa-preta do sétimo dan e não é um troço que, vamos dizer assim, que me fuja da verdade, não. Ué, por quê? Quem é que me diz que vale mais ser cientista social do que ser um faixa-preta em Ciências Sociais, ou quem é que me diz que vale mais a pena ser um arquiteto, como é a Maria Inês, ou ser um historiador, ou ser um guerrilheiro ou ser um engenheiro, como é o Cristiano? Eu me recuso a aceitar, entende? (Fala de Manuel Sanches no curta-metragem *Oito Universitários*, de Cacá Diegues, de 1968)

Em outra passagem do filme, vemos Manuel no Bandejão da FNFi ao lado de Lincoln Bicalho Roque, que foi morto pouco tempo depois como guerrilheiro no Araguaia, dizendo:

²³⁹ A FNFi a este tempo, 1965, ficava no prédio da Avenida Antônio Carlos, próximo à estação das barcas, no centro da cidade do Rio de Janeiro.

Eu não tenho um sentido de vida. Quer dizer, Lincoln tem um sentido de vida. O sentido de vida dele é lutar em função do operariado e tal, junto com o operariado e tal, e o sentido de vida do operariado é esse também, assim juntamente com outros, com vários outros, que também são um pouco de mistificação. (Fala de Manuel Sanches no curta-metragem *Oito Universitários*, de Cacá Diegues, de 1968)

Já na cena final do filme, intitulada pelo seu diretor como “conclusões”, ele diz: “eu sou uma pessoa perplexa diante do absurdo que é o mundo, uma pessoa sem Deus e sem valores”. O que vemos era um jovem cheio de amplos questionamentos políticos e sociais que, embora ali já buscasse demarcar uma distinção em relação a um jovem comunista, como Lincoln, por exemplo, ainda guardava uma perspectiva crítica sobre a vida de um indivíduo na sociedade capitalista.

Teria sido essa característica do jovem Manuel que o fizera, segundo alguns entrevistados, não ter sido efetivamente indicado e nem assumido nenhuma disciplina no IFCS, como outros colegas de sua turma, formados em Ciências Sociais na FNF_i em 1968, que o foram e assumiram disciplinas. Segundo ele, aliás, nem à sua colação de grau pode ir, pois o IFCS se encontrava cercado pelo Exército, vindo a colar grau depois, assinando o livro de colações de grau, graças à proteção da própria diretora do IFCS, Marina São Paulo de Vasconcellos. Era um momento de perseguições políticas de alunos e alguns exemplos de alunos que sofreram com essas perseguições de sua própria turma, segundo Manuel, foram o já referido Lincoln e Marcos Medeiros.

Marina, segundo ele, além de protegê-lo nesta ocasião, também dispensava uma grande proteção aos alunos que eram vinculados à Antropologia, como Gilberto Velho e Yvonne Maggie, o que também nos foi dito por Maria Stella Amorim na entrevista que nos concedeu. Foi Maria Stella Amorim, aliás, a professora de Política que Manuel teve como aluno de Ciências Sociais da FNF_i, de quem se recorda com afeto, por dar aulas, segundo ele, magnificamente e por ser uma professora muito gentil e que os alunos consideravam muito interessante, além de se recordar do professor Romeu Rodrigues e Silva, que o indicaria para lecionar Política no IFCS:

O Romeu gostava muito de mim. Inclusive ele queria que eu fosse... naquela época os professores escolhiam os melhores alunos: “você vai ficar aqui como colaborador” e se desse certo, o aluno seguia embora. Ele, naquela ocasião, ele tinha me escolhido e o Djacir Menezes, via Roselia Piquet-Carneiro, me escolheu para Economia Política, um para Ciência Política e outro para Economia Política, eu fiquei com duas indicações, houve um colega meu que também tinha uma indicação para Ciência Política e eu abri mão para o Romeu, esse colega foi ser professor de Ciência Política. (...) Foi o Eurico, e eu passei então para área de Economia Política, mas não cheguei a dar aula. Por quê? Porque entre a nossa formatura e entre o início do semestre, do período

seguinte, houve o AI-5, e aí quem sabe bem disso é a Luitgarde, ela pode contar inclusive toda a história, mas eu não sei se você vai entrevistá-la, eu sei que nesse período, por exemplo, houve uma reunião de departamento que eles iam definir os novos professores colaboradores, já sabiam que fulano ia para esse lugar, beltrano ia para aquele e tal. A Marina obviamente escolheu todos os de Antropologia, como o Roberto Azeredo, Gilberto, a Yvonne, etc., que ela distribuiu ali. E os outros que também conseguiram colocar outro lá etc., Então nessa reunião de departamento – me disseram, não posso comprovar isso, mas pessoas que compareceram a essa reunião me disseram que – as pessoas ficaram com medo porque, como eu tinha uma formação assim, uma presença muito forte, uma pessoa que tinha posição mais marxista e tal, era um delírio, mas tudo bem, as pessoas achavam isso, e aí seria um perigo para mim, para a instituição, que eu desse aula, claro que eu fiquei sem dar aula e fiquei sem [...] naquela ocasião. (SANCHES, 2017)

Manuel já vinha lecionando desde o terceiro ano de Ciências Sociais, quando saiu do Banco Predial e começou a dar aulas em cursos pré-vestibulares, saindo da casa dos pais, em Niterói, e passando a dividir um apartamento com um amigo em Santa Teresa. Com a impossibilidade de se tornar professor colaborador do IFCS, passou a atuar também em pesquisas junto ao CLAPSO dirigido por Manuel Diegues e junto ao CERES, vinculado à CNBB, o que também já vinha fazendo desde o quarto ano da faculdade em Ciências Sociais, até que ambos os centros sofrem uma arrefecida após 1968.

Em suma, eu vivia assim, ganhando dinheiro aqui no CERES, ganhando dinheiro ali e tal. Quando terminou a faculdade, tem essa expectativa de eu vir a ser colaborador. Para mim, isso seria uma mão na roda, mas não ocorreu e foi um problema, porque aí eu me formei, o CERES foi fechado, fechado não, mas o CERES se apagou, porque a igreja, a CNBB achou melhor dar uma esfriada, a CLAPSO acabou e eu fiquei: “porra”... (SANCHES, 2017)

Com isso, Manuel Sanches foi trabalhar no jornal *Correio da Manhã*, onde chegou a publicar alguns artigos, e depois no jornal *O Globo*, onde trabalhou no *telex*, e ainda no *Diário de Notícias*, até ficar de fato desempregado, conseguindo uma bolsa temporária no IPEA, onde conheceu um economista que, ao se tornar secretário de transporte do governo de Faria Lima (1975-1979), levou Manuel para um cargo na administração pública, para a assessoria de comunicação.

Nesse ínterim, Manuel, já empregado na Secretaria, estuda novamente para o Vestibular e entra na graduação em Arquitetura na Gama Filho, que depois transferirá para a Santa Úrsula, onde concluirá o curso. Animado com a experiência da faculdade de Arquitetura e já formado em Ciências Sociais, inscreve-se ainda no processo seletivo do mestrado da COPPE da UFRJ na área de Engenharia da Produção, com um projeto sobre transportes, e é aprovado, obtendo um horário especial na Secretaria para cursar todas as disciplinas.

É nesta condição, de empregado da Secretaria de Transportes do governo Faria Lima, estudante de Arquitetura da Santa Úrsula e mestrando em Engenharia de Produção pela COPPE que Manuel Sanches será convidado para se tornar professor de Ciência Política do IFCS. Como vimos, o ingresso no mestrado já era considerado um prestígio, ainda que ele não o tenha concluído, por não conseguir terminar a dissertação em meio aos demais compromissos. Mas o que mais teria pesado para que Antônio Celso o convidasse para assumir uma vaga como professor do IFCS foi a lembrança por parte de Luitgarde Barros, segundo Manuel, em uma reunião do departamento, da injustiça que sofrera anos antes, ao não poder assumir como professor colaborador do IFCS após a promulgação do AI-5.

De qualquer forma, quase 10 anos depois de sair formado em Ciências Sociais do IFCS, em 1978 Manuel Sanches se tornou professor de Ciência Política lá, e conciliaria sua carreira no magistério superior com essa carreira na administração pública²⁴⁰. Sobre a seleção para o IFCS, nos disse:

Naquela ocasião, teoricamente estava cursando mestrado, então eu entro, e a seleção também não era nada rigorosa, tinha uma prova de aula, eu tinha uma experiência muito grande, uma entrevista também, tinha uma experiência muito grande. E também eu nem lembro quem eram os outros candidatos, mas eu tinha uma experiência. (...) E eu sou recrutado porque eu tinha uma experiência muito maior que os outros, eu nem me lembro quem era os outros. (SANCHES, 2017)

Manuel Sanches lembra de ter começado lecionando nos cursos básicos, *Ciência Política I* e *Ciência Política II*, dando aulas sobre clássicos desde Platão, usando especialmente o *História das Teorias Políticas* de Georges Sabine como referência, que já era utilizado por Maria Stella Amorim quando foi seu aluno.

Manuel, da “rapaziada” a que se refere este capítulo, foi o único que resistiu completamente a estudar no IUPERJ, devido às suas posições políticas contra o Acordo MEC-USAID e devido à aproximação do IUPERJ com a Fundação Ford:

Quer dizer, todos esses vínculos para mim eram muito simbólicos e eu resistia a isso: “não, não vou fazer, não vou fazer esse curso, porque

²⁴⁰ Quando acaba o governo de Faria Lima (1979) e Chagas Freitas se torna governador do Rio de Janeiro, Manuel Sanches acaba sendo mantido na Secretaria, que passaria a ser administrada por arquitetos, entre os quais seus novos supervisores, que gostaram de saber de sua formação em Arquitetura. Depois, o secretário de transportes de Chagas Freitas se tornaria secretário de obras do município do Rio de Janeiro e Manuel seria levado para assessoria de planejamento da Secretaria de Obras do Município, sendo aprovado em um concurso público para o cargo de arquiteto do município do Rio de Janeiro, sendo mantido na secretaria, e ele seguiria com sua carreira paralela na administração pública, na qual ainda seria sub-secretário por algumas vezes, em secretarias dos governos de Marcello Alencar na prefeitura do Rio (1989-1993), Leonel Brizola como governador do Rio (1991-1994) e de Cesar Maia como prefeito do Rio (1993-1997). Além disso, antes foi diretor-presidente da COMLURB no governo do prefeito Saturnino Braga (1986-1988).

esse curso está direcionado para uma Antropologia americana e esse outro está direcionado para uma Ciência Política norte-americana”. E é verdade, ou seja, a partir do Acordo MEC-USAID o governo americano botou dinheiro no Brasil, não só no Rio de Janeiro, em São Paulo também e em Minas, e direcionou para uma formação tipicamente americana, quer dizer graduação, mestrado, doutorado, nos termos americanos. Os termos franceses são completamente diferentes. (SANCHES, 2017)

No entanto, na segunda metade da década de 1990, depois de alguns anos como subsecretário de diferentes secretarias dos governos de Marcello Alencar e Cesar Maia, na prefeitura do Rio de Janeiro, e de Leonel Brizola, no governo do Estado do Rio de Janeiro, períodos nos quais esteve licenciado do cargo de professor do IFCS, Manuel Sanches é aprovado para realizar um curso de doutorado nos Estados Unidos, vinculado ao programa Hubert Humphrey, mantendo a licença da UFRJ e se licenciando também do município e indo com sua família para aquele país, no início da década de 1990, onde estudaria na Cornell University. Já nos Estados Unidos, porém, seria aceito também pelo programa Edward Mase de Harvard University, que confere o título de mestre, e acabou ficando naquele país, em estudos de pós-graduação, durante cinco anos, voltando ao Brasil depois desse período, embora sem o título de doutor que obteria junto à Cornell, por divergências intransponíveis, segundo ele, em relação ao seu orientador, que me detalhou na entrevista que me concedeu.

Como, ainda nos Estados Unidos, Manuel Sanches se aposentou de seu emprego na prefeitura do Rio, no contexto das reformas da previdência ocorridas durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, mas se manteve no IFCS, cujo prazo de licença havia se esgotado, assim que voltou, reassumiu seu cargo, do qual ainda se licenciaria eventualmente, nos anos seguintes, até sua aposentadoria, ao ocupar cargos na administração pública.

Ao me conceder a entrevista, reiterou que não possui mais vinculação com a esquerda, que hoje se considera um liberal, mas que essa sua transformação não tem relação com sua passagem pelos Estados Unidos, onde, aliás, teve um orientador marxista. Dentro do próprio IFCS, sua concepção liberal foi o distanciando um pouco dos demais colegas, passando a uma concepção de Ciência Política mais norte-americana:

A Política Pública tem uma teoria. Aliás, nos Estados Unidos, a principal teoria de [Ciência] Política é a chamada *Rational Choice*, que chamam de escolhas racionais. Isso porque os americanos têm uma definição de Ciência Política completamente diferente do que o IFCS possa pensar. O pessoal de Minas ainda, aquela turma do IUPERJ, aquela turma mais formada com os americanos, eles têm uma coisa um pouco mais próxima, mas não chegam perto, porque os americanos usam modelos matemáticos sofisticadíssimos para calcular questões

políticas, porque qualquer cientista político hoje, nos Estados Unidos, tem que conhecer Matemática profundamente, tem que saber usar esses modelos, tem que aplicar esses modelos, porque a concepção [política] é uma concepção matemática, digamos assim. (SANCHES, 2017)

Para ele, os seus colegas professores do IFCS constituem uma “boemia de esquerda”, muito influenciados por teorias mais ligadas ao domínio francês, da literatura marxista, etc. E menos vinculados a uma Ciência Política matematizada como a Ciência Política norte-americana, que estudou quando esteve naquele país durante cinco anos, ao longo da década de 1990.

Independente do juízo que possamos ter em relação a este seu julgamento e à sua própria trajetória, é interessante avaliarmos que nem sempre o recrutamento de jovens de esquerda, ou melhor, jovens marxistas, como Manuel Sanches, José de Britto Roque e Valter Duarte Ferreira Filho, significou que tenham se mantido professores marxistas em toda sua trajetória no IFCS. Pelo contrário, o que a trajetória desses três professores nos mostra é que houve mais pluralidade de concepções políticas entre os professores de Ciência Política do IFCS da UFRJ do que supõe o senso comum.

Por outro lado, a trajetória de Manuel Sanches nos permite avaliarmos também o lugar de *outsider* que acabou por ser destinado a um dos únicos professores do IFCS com uma experiência em administração pública, experiência de certo modo desvalorizada no IFCS, atuação que também representou, como ocorreu com professores mais antigos como Victor Nunes Leal e Oswaldo Herbster de Gusmão, justamente um distanciamento desses professores da atividade do magistério, nem sempre sendo possível que conciliassem as experiências obtidas como agentes públicos com a docência em Ciência Política.

Mas é inegável que todos os personagens tratados nesta tese, que correspondem a uma parcela significativa do corpo docente que lecionou Ciência Política na FNFfi e no IFCS entre 1939 e meados da década de 1980, também merecem ser referidos em qualquer esforço de se estabelecer uma memória da Ciência Política no Brasil, pela contribuição que deram ao campo, ao responderem por disciplinas de Ciência Política na maior universidade federal do país, ocupando esse espaço e assegurando sua existência para os professores que se sucederam a eles como professores de Ciência Política do IFCS, que não teriam as vagas disponíveis para assumirem, caso não houvesse quem tivesse assumido essas vagas no momento de sua criação ou expansão, sendo pioneiros no exercício do magistério em Ciência Política no Brasil.

Conclusão

*Ao longe, soldados e tambores,
Alunos e professores,
Acompanhados de clarim
Cantavam assim:
Já raiou a liberdade, a liberdade já raiou,
Esta brisa que a juventude afaga,
Esta chama que o ódio não apaga pelo Universo
É a evolução em sua legítima razão*

*(Heróis da Liberdade,
Samba-enredo da Império Serrano, 1969,
de Silas de Oliveira, Mano Décio e M. Ferreira)*

A *Associação Brasileira de Ciência Política*, com seu projeto sobre a *memória da Ciência Política no Brasil*, ao mesmo tempo em que valoriza uma visão/versão da história dessa disciplina, vinculada aos seus estudos pós-graduados e pesquisadores de maior prestígio no meio acadêmico, acaba por não revelar outras visões/versões sobre o desenvolvimento da disciplina, em uma disputa política – pois a disputa pela memória é uma disputa política – em que a história da Ciência Política no Brasil parece ser a história de apenas alguns de seus segmentos.

Com esta tese, buscamos apresentar o itinerário da Ciência Política na maior universidade federal do país, instituição em que lecionar pode ser hoje o sonho de muitos pós-graduandos dos programas de maior *status*, evidenciando em nosso trabalho que nesta instituição não foi com as mesmas características que a Ciência Política foi se desenvolvendo na condição de disciplina universitária, e que as trajetórias de seus professores foram bastante diferentes das trajetórias dos pesquisadores que têm sido motivo de reconhecimento no referido projeto da ABCP.

Vimos como a disciplina se institucionalizou fora do país na França e nos Estados Unidos e quais são as versões já apresentadas sobre seu desenvolvimento no Brasil, enfocando geralmente, no caso do Rio de Janeiro, o ISEB e o IUPERJ.

Vimos também o quanto a universidade no Brasil teve surgimento tardio e acidentado, com momentos de inflexão especialmente durante o Estado Novo e o Regime Militar, cujos efeitos podem ter acomodado melhor certos departamentos e criado dificuldades para outros tantos, ou para algumas áreas dentro de departamentos.

Compreendemos melhor o impacto desses momentos de inflexão na FNF i e no IFCS e seus efeitos sobre o desenvolvimento das Ciências Sociais nesta universidade, com especial atenção à Ciência Política.

E conhecemos melhor, através de entrevistas e das trajetórias biográficas apresentadas na terceira parte desta tese, a trajetória de alguns de seus professores, e o quanto guardam semelhanças entre si, como uma vocação para o ensino, atividades de pesquisa em menor escala, inclusive como resultado de uma falta de política científica e recursos adequados para a Ciência Política por parte do Estado, o que deixa a disciplina mais marcada por um ensaísmo e uma maior vinculação a uma concepção de Ciência Política indissociável das Ciências Sociais, sem uma determinada autonomização.

O que isso tudo nos mostra? Que a Ciência Política não teve apenas uma trajetória de sucesso nos critérios que a ABCP tem destacado, mas também uma trajetória de dificuldades, trabalho árduo no magistério e escassez de oportunidades para pesquisa, que, contudo, não retiraram de outras tradições da Ciência Política a importância de as conhecermos, sob pena de julgarmos, as novas gerações, que se trata de um campo que tem apenas itinerários sem determinados percalços e nenhum conflito, nenhuma barreira já vencida e outras tantas a vencer no que concerne a uma busca pelas melhores condições institucionais e políticas para atuação profissional junto à Ciência Política no magistério e na pesquisa.

Em alguns momentos, de fato, esta tese tem pouco a dizer sobre a Ciência Política na FNF i e no IFCS propriamente dita, no sentido acadêmico – ou, melhor dizendo, epistêmico – justamente porque, supomos, acabou não se desenvolvendo ali uma comunidade epistêmica de cientistas políticos, ou ao menos uma comunidade acadêmica, devido aos tropeços nos (des)caminhos da política, fosse em períodos autoritários (Estado Novo, Regime Militar), em que a política impediu a possibilidade de um desenvolvimento das Ciências Sociais no Rio de Janeiro, por diferentes motivos, conforme vimos entre o terceiro e o quinto capítulo desta tese, ou no chamado período democrático (1946-1964), como durante os governos de JK e de Jango, em que a política requisitava os professores de Ciência Política para atuação junto aos governos.

Mas esta tese foi necessária para dizermos que houve aqui a possibilidade do surgimento de uma determinada Ciência Política, de giz na mão e muitas ideias na cabeça, entre uma aula e outra, que originou um modo de se compreender a Ciência Política que vejo hoje ter deixado um importante legado para alguns professores de Ciência Política da UFRJ e da UFF, por exemplo.

Ora, se havia verbas e bolsas, por que a universidade federal não produziu pesquisa em Ciência Política em vez do IUPERJ? Uma resposta possível é que tais verbas e bolsas estiveram concentradas no IUPERJ, não alcançando a UFRJ, senão quando os

seus professores estiveram buscando suas titulações. A presença do IUPERJ no Rio de Janeiro, um importante centro de formação pós-graduada em Ciência Política na cidade, pode ter inibido as possibilidades de captação de verbas para pesquisas junto aos órgãos de financiamento norte-americanos, como a Fundação Ford, ou nacionais, como o FINEP. E isso se deu devido ao que chamamos de (des)caminhos da política, interferindo ainda individualmente nas trajetórias de cada professor focado neste trabalho.

Mas, por fim, verificamos que a memória da Ciência Política não é unidimensional e nem poderia ser. Trata-se de campo de disputa em que não podemos deixar de valorizar também a experiência daqueles que vivenciaram toda sorte de dificuldades ao se dedicarem ao seu ensino e – quando possível – pesquisa, sendo também, a meu ver, “heróis” da institucionalização da disciplina nas instituições a que pertenceram.

Nesta tese, tratamos da Ciência Política na FNFi e no IFCS, enfocando a trajetória de alguns de seus professores. Tomara que ela sugira a outros pesquisadores investigarem o itinerário da disciplina em outras instituições que não aquelas valorizadas oficialmente pelas associações e centros de pesquisa que hoje têm se encarregado em produzir uma memória do campo que não dá conta deles.

E, em suma, como escreveu Yvonne Maggie em seu artigo *Elogiemos os homens ilustres*²⁴¹, “é para os colegas da turma de formandos há cinquenta anos e para nossos mestres cassados de seus direitos, pessoas ilustres e pais e mães fundadores do IFCS que vai minha homenagem” (MAGGIE, 2018).

Afinal, além da grande oportunidade que tive, ao longo da pesquisa, de compreender melhor minha própria formação e a que tradição intelectual esta pertencia, pude compreender melhor também o campo das Ciências Sociais e da Ciência Política, nos quais me formei, e – como não dizer? – o nosso próprio país, ao me debruçar sobre as trajetórias dessas duas instituições, a FNFi e o IFCS, e de seus professores, tendo como recorte a Ciência Política e seus docentes. É muito significativo poder fazer isso na condição de cientista social e, portanto, é impossível não homenagear os “pais e mães fundadores do IFCS” e seus “filhos”, aqueles que passaram a lecionar no instituto diante

²⁴¹ Este artigo foi publicado em 27 de dezembro de 2018, em seu blog vinculado a um portal de notícias, e está disponível no endereço < <https://g1.globo.com/pop-arte/blog/yvonne-maggie/post/2018/12/27/elogiem-os-homens-ilustres.ghtml>> Acesso em 28 de dezembro de 2018. Na ocasião de sua publicação, devo confessar minha emoção, já que vinha pesquisando há alguns anos, para a elaboração desta tese, a história da FNFi e do IFCS, com absoluta importância das gerações a que Maggie se refere no artigo. Não pude deixar de enviar o artigo para alguns dos professores que tinham sido entrevistados durante a pesquisa e de trocar mais algumas palavras com eles, mais uma vez a respeito de suas trajetórias e da institucionalização e histórico de resistência das Ciências Sociais do IFCS.

de todo o contexto autoritário em que o país estava inserido, contexto a que passamos a nos remeter tanto nos últimos anos, em que a política brasileira mais uma vez passou por uma inflexão inimaginável desde 2014, ano em que propus este projeto de pesquisa no processo seletivo para o doutorado, antes de um *impeachment* de uma presidenta eleita, que ocorreria menos de dois anos depois, e de tudo que decorreria deste acontecimento.

Além disso, em 2019, ano de defesa desta tese, se completam 80 anos da extinção da Universidade do Distrito Federal e da publicação do Decreto-Lei 1190/39, que organizou a Faculdade Nacional de Filosofia, e da criação do curso de Ciências Sociais (e da Cátedra de Política!) naquela instituição, celebrando-se também os 80 anos da contratação do primeiro professor de Política da Universidade do Brasil, o professor André Gros, como vimos no sétimo capítulo desta tese; comemora-se os 70 anos da publicação de *Coronelismo, Enxada e Voto* de Victor Nunes Leal, de quem tratamos no oitavo capítulo desta tese, pela *Revista Forense*, sem dúvida uma obra-prima da Ciência Política brasileira, que foi sua tese para o concurso de professor catedrático da FNFfi, conforme também vimos; além de estarem se completando os 55 anos do Golpe de 1964 e os 50 anos de alguns de seus “resultados”, como as cassações de 1969, incluindo cassações de antigos professores da FNFfi e do já a esta altura IFCS (é deste ano, inclusive, a aposentadoria compulsória, como ministro do STF, de Victor Nunes Leal), e a edição do malfadado Decreto-Lei 477/69, do Ato Complementar nº 75 e do Decreto-Lei 459/69, criando a Comissão Geral de Inquérito Policial-Militar, nefastas ocorrências das quais tratamos no capítulo quinto desta tese, recorrendo ao excepcional trabalho de Rodrigo Motta. E não sendo propriamente um dos efeitos do Golpe de 1964, mas, em certo sentido, podendo ser considerado um de seus “efeitos colaterais”, também se completam em 2019 os 50 anos da inauguração do mestrado em Ciência Política do lendário IUPERJ, efeméride que não poderia deixar de ser notada nesta tese.

1969 também foi o ano em que o então recém-criado IFCS foi transferido do prédio em que funcionou entre 1967 e 1969, na Rua Marquês de Olinda, em Botafogo, para o prédio que até hoje ocupa, no Largo de São Francisco, no Rio de Janeiro, e o ano em que a turma de futuros professores de Ciência Política do IFCS – como Eurico de Lima Figueiredo e Manuel Sanches – se formou, objeto de reflexão de Yvonne Maggie no artigo a que me referi acima, nesta conclusão. Aliás, completam-se 50 anos da exoneração, a pedido, do professor Romeu Silva e do início no magistério do professor Eurico de Lima Figueiredo, seu ex-aluno, dos quais tratei no décimo capítulo desta tese. Foi também em 1969, portanto há 50 anos, que a professora Maria Stella Amorim, foi

enquadrada como professora do IFCS, através do Decreto nº 65.681/69, sendo até então pesquisadora do instituto, como havia sido pesquisadora do Instituto de Ciências Sociais, a que o regime militar pôs fim.

E dez anos depois haveria a Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, a chamada Lei da Anistia, que completa em 2019 os seus 40 anos, que permitiria, por exemplo, que Oswaldo Herbster de Gusmão reassumisse seu cargo de professor de Ciência Política no magistério federal, alocado no IFCS, que surgiu com o fim da FNFi, onde ele havia sido impedido de lecionar com o Golpe de 1964 e todos os referidos acontecimentos especialmente de 1968 e 1969.

Há outros marcos em 2019 interessantes para esta tese, como os 60 anos da chegada de Antônio Celso Alves Pereira no Rio de Janeiro, uma das figuras mais importantes no processo de institucionalização da disciplina no IFCS, como vimos no décimo-primeiro capítulo, os 70 anos de idade de Valter Duarte Ferreira Filho, hoje decano do Departamento de Ciência Política do IFCS, e a própria chegada aos 70 anos de idade do orientador deste trabalho, o professor Claudio de Farias Augusto, sobre cuja trajetória pretendo pesquisar em breve, ao prosseguir com estudos sobre a institucionalização da Ciência Política nas universidades federais localizadas no Estado do Rio de Janeiro, quando pretendo focalizar o caso da própria Universidade Federal Fluminense, ampliando também a pesquisa para outros períodos que se seguiram ao fim do Regime Militar, como o final da década de 1980, o início da década de 1990 e a chamada *Era FHC*, quando as políticas educacionais para o magistério superior promovidas pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, de matriz considerada neoliberal, por ironia um sociólogo (!), levaram as universidades federais a um contexto institucional que interferiu, logicamente, no desenvolvimento dos departamentos e das disciplinas oferecidas por cada um dos cursos dessas universidades, cabendo compreendermos de que forma a Ciência Política foi atingida naquele período.

Mas, enfim, por ora encerramos a primeira etapa dessa pesquisa que se pretende mais longa, que calhou de ser finalizada nos marcos das tantas efemérides acima referidas, e que corresponde antes a um ponto de partida do que ao fim de um percurso, cabendo ainda acertos de rumos, correção de informações, exploração de novas abordagens, etc., a serem realizados futuramente.

O mais importante foi a possibilidade de encadearmos uma série de acontecimentos sociais, políticos e institucionais à trajetória da FNFi e do IFCS e, especialmente, às trajetórias de seus professores de Ciência Política, buscando

compreender como um conjunto de intenções de diferentes governos, de decretos, de leis e de projetos para o ensino superior brasileiro, puderam interferir na constituição de uma disciplina como a Ciência Política no interior da Universidade do Brasil, que se tornou a UFRJ, e de que modo as histórias de vida acabaram sendo marcadas por tais acontecimentos.

Assim, identificamos o primeiro professor de Ciência Política da FNFi, André Gros, e de que modo ele foi atingido pela política estadonovista, bem como Victor Nunes Leal, que atravessou ainda o fim do Estado Novo, o chamado período democrático (1946-1964), até então sem atropelos, e o Regime Militar, e seus contemporâneos Romeu Rodrigues e Silva e Oswaldo Herbster de Gusmão, que lecionaram Ciência Política na FNFi. E também buscamos compreender de que modo jovens recém-egressos do curso de Ciências Sociais, como Maria Stella Amorim e Eurico de Lima Figueiredo, se tornaram professores da disciplina no conturbado contexto de então.

À Maria Stella e a Eurico, cujas trajetórias tratamos no décimo capítulo, se seguiram, no magistério da Ciência Política do IFCS, Antônio Celso Alves Pereira e seus contemporâneos, entre os quais muitos professores que gentilmente puderam me conceder entrevistas, como Aluizio Alves Filho, Manuel Augusto Pacheco Sanches, José de Britto Roque e Valter Duarte Ferreira Filho, cujas trajetórias foram, como vimos no décimo-primeiro capítulo desta tese, absolutamente marcadas pelos (des)caminhos da política brasileira, que a eles interessava não apenas como objeto de estudo, mas também como tema de suas reflexões sobre suas vidas e profissões.

Esta tese, em conclusão, se pretende contributiva por apresentar esta imagem alternativa da Ciência Política no Rio de Janeiro, não aquela gloriosa a que se referem os pesquisadores quando tratam do ISEB e do IUPERJ, mas a Ciência Política a que sempre foi imposto resistir em condições desfavoráveis, mantendo a reflexão política acesa junto aos tantos graduandos que passaram durante todo este período pela FNFi e pelo IFCS da UFRJ, especialmente no curso de Ciências Sociais ali oferecido, geralmente referido como um dos melhores do país.

Sem dúvida, a Ciência Política ali praticada, como *forma de arte* e cheia do que Wright Mills chamou de *imaginação sociológica*, contribuiu para a qualidade da formação de seus discentes, devendo ser feita justiça a ela: a Ciência Política a que fomos apresentados, os egressos de Ciências Sociais do IFCS, e pela qual, quando decidimos nos dedicar a estudos nesse campo, havíamos nos interessado!

Referências Bibliográficas

AGUIAR, Thais Florencio; LIMA, Pedro Luiz & ABREU, Rafael. Um professor em busca da criação, um intelectual em defesa da dignidade: entrevista com César Guimarães. *CSONline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, ano 6, ed. 14, jan./abr. 2012.

ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. *O regime militar em festa: a comemoração do Sesquicentenário da Independência Brasileira (1972)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. (Tese de Doutorado em História Social)

ALMEIDA, Anderson da Silva. *Como se fosse um deles - Almirante Aragão: Memórias, silêncios e ressentimentos em tempos de ditadura e democracia*. Niterói: Eduff, 2017.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Dilemas da institucionalização das ciências sociais no Rio de Janeiro In MICELI, Sergio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Idesp/Vértice/FINEP, 1989.

ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de & LARRETA, Enrique Rodríguez (orgs). *Cândido Mendes, a aventura da consciência: ensaios em homenagem aos seus 80 anos*. Rio de Janeiro: EDUCAM, 2008.

ALVES FILHO, Aluizio. *Pensamento Político no Brasil: Manoel Bomfim – um ensaísta esquecido*. Rio de Janeiro: Achiamé/Socii, 1979.

_____. José Nilo Tavares e a Coerência de Propósitos. In: FIGUEIREDO, Eurico. (org.). *A Coluna: textos e homenagem a José Nilo Tavares*. Rio de Janeiro: Inverta, 2000.

_____. *As Metamorfoses do Jeca Tatu: a questão da identidade do brasileiro em Monteiro Lobato*. Rio de Janeiro: Inverta, 2003.

AMORIM, Maria Stella. Costa Pinto e a Missão Sociológica. In: MAIO, Marcos Chor & VILLAS BOAS, Glaucia. *Ideais de Modernidade e Sociologia no Brasil: ensaios sobre Luiz de Aguiar Costa Pinto*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

_____. Um jurista com vocação institucionalizadora das Ciências Sociais. In: PESSANHA, Elina Gonçalves; MOREL, Regina Lúcia de Moraes & VILLAS BOAS, Glaucia. *Evaristo de Moraes Filho: um intelectual humanista*. Rio de Janeiro: Topbooks/Academia Brasileira de Letras, 2005.

_____. *Roberto Cardoso de Oliveira: um artífice da Antropologia*. Brasília: Paralelo 15/CAPES, 2001.

AVRITZER, Leonardo; MILANI, Carlos & MENEGUELLO, Rachel. *Ciência Política no Brasil: história, conceitos e métodos – projeto apresentado pela ABCP à Fundação Ford e ao Institute For International Education*. Brasília: ABCP, 2013. Disponível em <http://www.cienciapolitica.org.br/wp-content/uploads/2013/08/Projeto_Mem%C3%B3riaCP_ABCP201314.pdf>

AVRITZER, Leonardo; MILANI, Carlos & BRAGA, Maria do Socorro. *A Ciência Política no Brasil: 1960-2015*. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

BALL, Terence. American Political Science in its postwar political context. In: Farr, J. & Seidelman, R. *Discipline and history: Political Science in the United States*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1993.

BARDÈCHE, Maurice. *Souvenirs*. Paris: Éditions du Pilon, 2007

BARIANI JUNIOR, Edison. *Guerreiro Ramos e a redenção sociológica: capitalismo e sociologia no Brasil*. Araraquara: Ed. UNESP, 2008.

BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. *Arthur Ramos e as dinâmicas sociais de seu tempo*. Maceió: Edufal, 2013.

BECKER, Howard. A Escola de Chicago. *Mana*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, Oct. 1996, pp. 177-188

BERSANI, André Ricardo dos Santos. *Territorialização camponesa: fatores da permanência espaço-temporal do campesinato em Itinga, Vale do Jequitinhonha-MG*. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul: Três Lagoas, 2014. (Dissertação de Mestrado em Geografia)

BOBBIO, Norberto. Ciência Política. In: BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de Ciência Política*. Brasília: UnB, 2010.

BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (org.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

_____. O Campo Científico. In: Ortiz, Renato (org). *A Sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo: Olho d'água, 2013.

_____. *Esboço de auto-análise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

BRITTO, Evandro Rodrigues. *O comunista que não deixou rastro*. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

CABRAL, Manuel Villaverde. História e política nas ciências sociais portuguesas: 1880-1980. In: LAMOUNIER, Bolívar. (org.) *A Ciência Política nos anos 80*. Brasília, Editora da UnB. 1982.

CARDOSO, Fernando Henrique e LAMOUNIER, Bolivar. A bibliografia de Ciência Política sobre o Brasil (1949-1974). *Dados - Revista de Ciências Sociais*, 18. 1978.

CARVALHO, José Murilo de. Prefácio à Sétima Edição. In: LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CASTRO, Claudio de Moura. *A Mágica do Dr. Yvon: de como, ao longo de uma década, uma faculdade medíocre tornou-se a melhor do país em economia e sociologia e serviu de modelo para o PET, criado pela CAPES*. Belo Horizonte: Benvida editora, 2016.

CAVALCANTI, Themistocles; SILVA, Carlos Medeiros; LEAL, Victor Nunes. *Cinco estudos: a federação, a divisão de poderes (2 estudos), os partidos políticos e a intervenção do estado*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1955.

CEPEDA, Alejandro Hugo. *Política e mercado acadêmico: a história do SOCII e as Ciências Sociais no Rio de Janeiro – 1977/1987*. Rio de Janeiro: PPGSA-UFRJ, 1995. (Dissertação de Mestrado em Sociologia e Antropologia)

CORRÊA, Maria Leticia. Um estudo sobre o debate desenvolvimentista nas páginas de O Observador Econômico e Financeiro (1936-1954). In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho de 2011. Disponível em http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300846361_ARQUIVO_marialeticiacorrea_anpuh_2011.pdf <Último acesso em 11 de abril de 2018>

CUNHA, Luiz Antônio. *A Universidade Crítica*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

_____. *A Universidade Reformanda*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

_____. *A Universidade Temporã*. São Paulo: UNESP, 2007.

_____. *Educação e Religiões: a descolonização religiosa da Escola Pública*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013.

DINSTEIN, Y. & TABORA, M. (org). *International Law at a Time of Perplexity: essays in Honour of Shabtai Rosenne*. Dordrecht: Martinus Nijhoff Publishers, 1989.

DUVERGER, Maurice. *Ciência Política: teoria e método*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

EYFFINGER, Arthur. *La Cour Internationale de Justice 1946-1996*. London: Kluwer Law, 1996.

FALCON, Francisco. Reflexões sobre o programa de pós-graduação em história social – trinta anos. *Topoi*. Rio de Janeiro, v. 13, n. 25, p. 6-24, julho/dezembro, 2012.

FÁVERO, Maria de Lourdes. *Universidade e Poder*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

_____. (coord.). *Faculdade Nacional de Filosofia*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/INEP, 1989. 4 volumes.

_____. (coord.) *Faculdade Nacional de Filosofia 1: projeto ou trama universitária?* Ed. UFRJ/INEP: Rio de Janeiro, 1989a

_____. (coord.) *Faculdade Nacional de Filosofia 2: o corpo docente – matizes de uma proposta autoritária* Ed. UFRJ/INEP: Rio de Janeiro, 1989b

_____. (coord.) *Faculdade Nacional de Filosofia 3: caminhos e descaminhos*. Ed. UFRJ/INEP: Rio de Janeiro, 1989c

_____. (coord.) *Faculdade Nacional de Filosofia 4: os cursos – começando a desenrolar um novelo*. Ed. UFRJ/INEP: Rio de Janeiro, 1989d

_____. (coord.) *Faculdade Nacional de Filosofia 5: depoimentos*. Ed. URFJ/PROEDES: Rio de Janeiro, 1992.

_____. A Faculdade Nacional de Filosofia: Origens, Construção e Extinção. *Série Estudos*, n. 16, Campo Grande, jul-dez 2003.

FERES JR. João. Aprendendo com os erros dos outros: o que a história da Ciência Política americana tem para nos contar. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, 15, p. 97-110, nov. 2000

FERREIRA, Marieta de Moraes. *A História como ofício: a constituição de um campo disciplinar*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

_____ & AMADO, Janaína (org.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

FERREIRA FILHO, Valter Duarte. Interdisciplinaridade: Filosofia e Sociologia. *Advir (ASDUERJ)*. Rio de Janeiro, v.13, 2000.

_____. Morte Social. In: LEMOS, Maria Teresa & ZAGAGLIA, Rosângela. (orgs). *A Arte de Envelhecer*. Aparecida: Ideias e Letras, 2004.

_____. De Bachelard para as Ciências Sociais, In: BULCÃO, Marly. *Bachelard: razão e imaginação*. Feira de Santana: Universidade Federal de Feira de Santana, 2005.

_____. A Sociologia Encantada de Max Weber. *Advir (ASDUERJ)*. Rio de Janeiro, v.24, 2010.

_____. *Memorial*. Rio de Janeiro: IFCS, 2011. (mimeo) (Memorial apresentado em concurso público para a vaga de professor titular do Departamento de Ciência Política da UFRJ para o setor Estado, Políticas Públicas e Política Internacional)

_____. *Economia: obstáculo epistemológico – estudo das raízes políticas e religiosas do imaginário liberal*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2015.

_____. Colégio Pedro II Internato – 1960. In: SANTORO, Marco et al. (orgs). *História do Colégio Pedro II*. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 2017 (Coleção O Novo Velho Colégio Pedro II, volume 1)

_____ & FERREIRA, Ezilda. *A Renúncia de Jânio Quadros: componentes históricos e institucionais*. Curitiba: CRV, 2011

FIGUEIREDO, Eurico. *Os Militares e a Democracia: análise estrutural da Ideologia do Presidente Castelo Branco*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

_____. (org.). *A Coluna: textos e homenagem a José Nilo Tavares*. Rio de Janeiro: Inverta, 2000.

_____. *Memorial*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2009. (Memorial apresentado para concurso na categoria funcional de professor da carreira do magistério superior na classe de titular da Universidade Federal Fluminense).

_____. Eurico de Lima Figueiredo (depoimento, 2013). Rio de Janeiro; LAU/IFCS/UFRJ; ISCTE/IUL; IIAM, 2014. 46 pp.

_____. *Os Militares e a Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FONTAINHA, Fernando de Castro; SILVA, Angela Moreira Domingues & GUIMARÃES, Fabrícia Corrêa. *História Oral do Supremo: Célio Borja*. Volume 6. Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getulio Vargas, 2015. Pp. 57-58

FORJAZ, Maria Cecília Spina. A Emergência Da Ciência Política no Brasil: aspectos institucionais. *Revista brasileira de Ciências Sociais*. vol. 12 n. 35 São Paulo, Fev. 1997.

GONÇALVES, Daniel Mano. *Raízes da ciência política brasileira: IUPERJ, DCP e a rebelião das minúcias*. Niterói: PPGCP-UFF, 2013. (Dissertação de Mestrado em Ciência Política)

GROS, André. La Cour Internationale de Justice 1946-1986: Les reflexions d'un juge In: DINSTEIN, Y. & TABORA, M. (org). *International Law at a Time of Perplexity: essays in Honour of Shabtai Rosenne*. Dordrecht: Martinus Nijhoff Publishers, 1989.

_____. *Barbares ou Humains: essais sur la paix future*. Rio de Janeiro: Atlântida, 1942.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. A sociologia de Max Weber; sua importância para a teoria e a prática da Administração. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2/3, p. 129-39, ago./set. 1946a. Disponível em <https://www.cra-rj.adm.br/a-sociologia-de-max-weber/> <último acesso em 11 de abril de 2018>

_____. Notas sobre a planificação social. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 163-6, dez. 1946b Disponível em <https://www.cra-rj.adm.br/notas-sobre-planificacao-social/> <último acesso em 11 de abril de 2018>

_____. A pesquisa e os “surveys” sociais. *Revista do Serviço Público*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 3/4, p. 147-51, mar./abr. 1947. Disponível em <https://www.cra-rj.adm.br/a-pesquisa-e-os-surveys-sociais/> <último acesso em 11 de abril de 2018>

_____. *Uma introdução ao histórico da organização racional do trabalho: ensaio de sociologia do conhecimento*. Rio de Janeiro: DASP/Departamento de Imprensa Nacional, 1950. (Tese apresentada em 1949 ao concurso para provimento em cargo da carreira de Técnico em Administração do quadro permanente do Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP) Disponível em <https://www.cra-rj.adm.br/introducao-ao-historico-da-organizacao-racional-do-trabalho/> <Acesso em 11 de abril de 2018>

_____. *Cartilha Brasileira do Aprendiz de Sociólogo*: prefácio de uma Sociologia Nacional. Rio de Janeiro: Andes, 1954.

_____. *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira*. Rio de Janeiro: Andes, 1957.

_____. *A Redução Sociológica*: introdução ao estudo da Razão Sociológica. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.

_____. *Mito e verdade da revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

_____. Entrevista com Guerreiro Ramos. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi. *A Sociologia do Guerreiro*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995. pp. 131-183

GUSMÃO, Oswaldo. *Das Penas Acessórias e sua Imposição*. Belo Horizonte: s/e, 1952.

INSTITUTO VICTOR NUNES LEAL (org). *A contemporaneidade do pensamento de Victor Nunes Leal*. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

KEINERT, Fábio Cardoso & SILVA, Dimitri Pinheiro. A gênese da Ciência Política brasileira. *Tempo Social, revista de Sociologia da USP*, v. 22, n. 1, 2010.

LAMOUNIER, Bolívar. A Ciência Política no Brasil: roteiro para um balanço crítico. In Bolívar Lamounier (org.) *A Ciência Política nos anos 80*. Brasília, Editora da UnB. 1982.

LAUX, Paola Natalia. A Comissão de Investigação Sumária do Ministério da Educação e Cultura nas fontes do acervo particular Tarso Dutra (1969). Porto Alegre: UFRGS, 2015 (Trabalho de conclusão do curso de Licenciatura em História)

LECA, Jean. A Ciência Política no campo intelectual francês. In: LAMOUNIER, Bolívar. (org.) *A Ciência Política nos anos 80*. Brasília, Editora da UnB. 1982.

LEITE, Fernando Baptista. Posições e divisões na Ciência Política brasileira contemporânea: explicando sua produção acadêmica. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 18, n. 37, p. 149-182, out. 2010.

_____. Tradições disciplinares e tradições intelectuais na trajetória da Ciência Política Brasileira. *Caderno CRH*, vol. 29, n. 78. Salvador, set-dez, 2016.

LESSA, Renato. A teoria da democracia: balanço e perspectivas. In: PERISSINOTTO, Renato Monseff & FUKS, Mário (orgs.). *Democracia: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003.

_____. O Campo da Ciência Política no Brasil: uma aproximação construtivista. In: LESSA, Renato. (org.) *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil*: Ciência Política. São Paulo: Discurso Editorial/Barcarolla, 2010.

_____. Da interpretação à ciência: por uma história filosófica do conhecimento político no Brasil. *Lua Nova*. São Paulo, 82: 17-60, 2011.

_____. Renato de Andrade Lessa (depoimento, 2009). Rio de Janeiro CPDOC/FGV; LAU/IFCS/UFRJ; ISCTE/IUL, 2010. 36 p.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janáina (org.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. Prefácio à Segunda Edição. In: NUNES LEAL, Victor. *Coronelismo, Enxada e Voto*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LYNCH, Christian. Ciência Política 1966-1970: o desenvolvimento em pauta. *Insight Inteligência*, v. 75, p. 106-121, 2016.

MAIO, Marcos Chor. Uma Polêmica Esquecida: Costa Pinto, Guerreiro Ramos e o Tema das Relações Raciais. *Dados*, vol. 40, n. 1, Rio de Janeiro, 1997.

_____. & VILLAS BOAS, Gláucia. *Ideais de Modernidade e Sociologia no Brasil*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

MALTEZ, José Adelino. *Princípios de Ciência Política: introdução à teoria política*. Lisboa: UTL, 1996..

MARTINELLI, Verônica Vieira. O Instituto Nacional de Ciência Política nas páginas da sua revista (1940-1945). *Anais do III Encontro de Pesquisas Históricas - PPGH/PUCRS. Porto Alegre, 2016. p.254-265*.

MASSI, Fernanda. Franceses e Norte-Americanos nas Ciências Sociais brasileiras (1930-1964). In: Miceli, Sergio (coord.) *História das Ciências Sociais no Brasil: volume 1*. São Paulo: Vértice: IDESP, 1989.

MAUREL, Raphaël. André Gros. In: SOCIÉTÉ FRANÇAISE POUR LE DROIT INTERNATIONAL. *Galerie des internationalistes*. Paris: SFDI, 2017. <Disponível em <http://www.sfdi.org/internationalistes/gros/> Acesso em 20/06/2017>

MEIHY, José Carlos Sebe Bon & HOLANDA, Fabíola. *História Oral*. São Paulo: Contexto, 2013.

MEIHY, José Carlos Sebe Bon & RIBEIRO, Suzana Salgado. *Guia Prático de História Oral*. São Paulo: Contexto, 2011.

MENDONÇA, Maria Teresa Cavalcanti de. *A Educação Ideológica no projeto de Desenvolvimento Nacional do ISEB (1955-1964)*. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2006. (Tese de Doutorado em Educação).

MENEZES, Djacir. La Science politique au Brésil au cours des trente dernières années. In: UNESCO. *La Science Politique Contemporaine: contribution à la recherche, la méthode et l'enseignement*. Paris: ONU, 1950.

MICELI, Sergio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Idesp/Vértice/FINEP, 1989

MICHETTI, Heloisa Helena & MICELI, Maria Teresa. A situação do ensino e pesquisa de Ciência Política no Brasil. *Revista Ciência Política*, 3 (4). Rio de Janeiro, out-dez, 1969.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia. Marina de Vasconcellos e as Ciências Sociais cariocas: a perspectiva dos círculos sociais. *Hist. cienc. Saúde – Manguinhos*. vol.15 supl. 0, Rio de Janeiro, 2008.

_____. *Heloísa Alberto Torres e Marina de Vasconcellos: pioneiras na formação das ciências sociais no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As Universidades e o Regime Militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NERY, Sebastião. *Ninguém me contou, eu vi: de Getúlio a Dilma*. São Paulo: Geração, 2014.

NISBET, Robert. A Sociologia como uma forma de arte. *Plural*, USP, São Paulo, 7: 111-130, 1º sem. 2000.

NUNES LEAL, Victor. *Coronelismo, Enxada e Voto*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. [1949]

_____. *Apontamentos de Política*. Rio de Janeiro: Faculdade Nacional de Filosofia, 1955. (mimeo)

_____. Ciência Política. *Revista de Direito Público e Ciência Política*. Rio de Janeiro, vol. 2, nº 1, jan./jun. 1959. Disponível em http://ivnl.com.br/wp-content/uploads/2017/03/ciencia_politica_04.03.58.pdf <Último acesso em 11 de abril de 2018>

_____. Discurso por ocasião da entrega do título de professor emérito da Universidade de Brasília. Brasília: n/d, 1984. (mimeo) Disponível em http://ivnl.com.br/wp-content/uploads/2017/03/discurso_prof_emerito_unb_1984.pdf <Último acesso em 11 de abril de 2018>

_____. Discurso por ocasião da inauguração do programa de doutorado do IUPERJ. Rio de Janeiro: n/d, 1980. Disponível em http://ivnl.com.br/wp-content/uploads/2017/03/discurso_candido_mendes_1980.pdf <Acesso em 11 de abril de 2018>

NUNES LEAL, Sylvio. Entrevista com o Sr. Sylvio Nunes Leal sobre a vida do Sr. Ministro Victor Nunes Leal. Brasília: s/d. Disponível em <http://ivnl.com.br/homenagens/entrevista-com-o-sr-sylvio-nunes-leal-sobre-a-vida-do-sr-ministro-victor-nunes-leal/> <Último acesso em 11 de abril de 2008>

OLIVA, Carlos Eduardo. *Entre a Cruz e o Plenário: os projetos de lei da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro em torno do ensino religioso nas escolas públicas fluminenses (1999-2007)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2014. (Dissertação de Mestrado em Ciência Política)

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. As Ciências Sociais no Rio de Janeiro. In: MICELI, Sérgio. *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Sumaré, 1995. v. II, p. 223-307.

_____. *Sociologia do Guerreiro*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995.

PASQUINO, Gianfranco. A Ciência Política italiana: profissionalização lenta e desigual. In: LAMOUNIER, Bolívar. (org.) *A Ciência Política nos anos 80*. Brasília, Editora da UnB. 1982.

PAULA, Maria de Fátima Costa de. USP e UFRJ: a influência das concepções alemã e francesa em suas fundações. *Tempo Social*, 14 (2), out 2002. <Disponível em <http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12387/14164> Acesso em 20/06/2017

PEREIRA, Antônio Celso Alves. O Novo Direito Internacional. *Revista Interdisciplinar de Direito*. v. 09, n. 01, 2012. pp. 21-32.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, pp. 3-15.

PRÉLOT, Marcel. *A Ciência Política Actual*. Amadora: Bertrand, 1974.

QUIRINO, Célia. Departamento de Ciência Política. *Estudos Avançados*. vol.8 n.22 São Paulo Set./Dez. 1994

RAPOSO, Eduardo; WERNECK VIANNA, Luis Jorge; ISMAEL, Ricardo & LUGÃO, Clara. Entrevista com Cesar Guimarães. *Desigualdade & Diversidade – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio*, nº 9, ago/dez, 2011, pp. 149-162.

RECONDO, Felipe. *Tanques e Togas: o STF e a ditadura militar*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

REIS, Elisa. A Construção Intelectual e a Política das Ciências Sociais: o caso do IUPERJ In: MICELI, Sergio (org). *A Fundação Ford no Brasil*. São Paulo: FAPESP-Sumaré, 1993.

REIS, Fábio Wanderley. Fábio Wanderley Reis (depoimento, 2015). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (2h 50min).

_____. *Huis clos no Chile e Ciência Política no Brasil*. In: AVRITZER, Leonardo; MILANI, Carlos & BRAGA, Maria do Socorro. *A Ciência Política no Brasil: 1960-2015*. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

RESENDE, Otto de Lara. *O Rio é tão longe: Cartas a Fernando Sabino*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ROLLAND, Denis. A instrumentalização das culturas estrangeiras no Estado Novo: entre Brasil e os Estados Unidos, o espaço da França durante a Segunda Guerra Mundial In: MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. *Relações Internacionais: visões do Brasil e da América Latina (estudos em homenagem a Amado Luiz Cervo)*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2003.

SARLO, Beatriz. *Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SERBIN, Kenneth. *Diálogos na Sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Wanderley Guilherme dos Santos (depoimento, 2011). Rio de Janeiro, CPDOC/FGV; LAU/IFCS/UFRJ; ISCTE/IUL, 2011. 36p.

_____. Ciências sociais e trajetória intelectual. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v.8, n.16, 2004. Entrevista concedida a Leila de Menezes Stein e Ricardo Sapia, em julho de 2003, no Rio de Janeiro.

_____. Raízes da Imaginação Política Brasileira. *Revista Dados*, nº 7. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1970

SCHWARTZMAN, S. Simon Schwartzman (depoimento, 2009). Rio de Janeiro, CPDOC/FGV; LAU/IFCS/UFRJ; ISCTE/IUL, 2010. 37 p.

_____. et al. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra: Editora FGV, 2000.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma – a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, Vol. 20, n. 1, 2008, pp. 65-82.

SILVA, Devanir. *Fundos de Pensão e a ABRAPP – Histórias de Lutas e Vitórias: a construção da previdência complementar no Brasil*. São Paulo: ABRAPP, 2014.

SILVA, Romeu Rodrigues. Fatores globais e transformações do Estado Moderno. Rio de Janeiro: gráfica, 1962.

SORAU, Francis. *Iniciação ao Estudo da Ciência Política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

SUPPO, Hugo. Intelectuais e artistas nas estratégias francesas de "propaganda cultural" no Brasil (1940-1944). *Revista de História*, n. 133, São Paulo, 1995. <Disponível em <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/viewFile/18770/20833> Acesso em 20/06/2017 >

TAVARES, José Nilo. A Viabilidade da Ciência Política. *Achegas.net*, número 9, julho de 2003. Disponível em http://www.achegas.net/numero/nove/jose_tavares_09.htm <Acesso em 26 de maio de 2018>

TOLEDO, Caio Navarro. *ISEB: Fábrica de Ideologias*. São Paulo: Ática, 1977.

VELHO, Gilberto. *Um Antropólogo na Cidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. Prefácio à Terceira Edição. In: NUNES LEAL, Victor. *Coronelismo, Enxada e Voto*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

VILLAS BOAS, Glaucia. Nem Cardeal nem Samurai (sobre a lógica de acumulação dos currículos em Ciências Sociais). In: PESSANHA, Elina & VILLAS BOAS, Glaucia (orgs). *Ciências Sociais: ensino e pesquisa na graduação*. Rio de Janeiro: J.C. Editora, 1995.

_____; MOREL Regina & PESSANHA, Elina. *Evaristo de Moraes Filho. Um intelectual humanista*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

WRIGHT MILLS, Charles. *A Imaginação Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.